OS PENSADORES

XXXV

KARL MARX

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS

E OUTROS TEXTOS ESCOLHIDOS

Seleção por **José Arthur Giannotti**

EDITOR: VICTOR CIVITA

Títulos originais:

Oekonomisch-philosophische Manuskripte — Die deutsche Ideologie
Value, price and profit — Zur Kritik der politischen Oekonomie
Revenue and its sources. Die Vulgärökonomie — The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte.

1.ª edição — julho 1974

© Copyright desta edição, 1974, Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.
Tradução publicada sob licença de
Editora Paz e Terra Ltda., Rio de Janeiro (O 18 Brumário de Luís Bonaparte).
Direitos exclusivos sobre as demais traduções deste volume, 1974,
Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.

Sumário

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS 7
TESES CONTRA FEUERBACH 55
SALÁRIO, PREÇO E LUCRO 61
PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA 107
O RENDIMENTO E SUAS FONTES — A ECONOMIA VULGAR 265
O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE 329

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS*

TERCEIRO MANUSCRITO

Tradução de **José Carlos Bruni**

* Escrito em 1844, em Paris. Sob o título *Manuscritos Econômico-Filosóficos* tornaram-se conhecidos estes escritos da juventude de Marx, publicados pela primeira vez na *Marx Engels Gesamtausgabe,* Berlim, 1932. Para a tradução utilizou-se a edição da Dietz Verlag, *Marx-Engels Werke,* Erster Teil, Berlim, 1968, págs. 530-588.

TERCEIRO MANUSCRITO

[Propriedade privada e trabalho] [1]

/I.36/[2] A *essência subjetiva* da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como *sujeito,* como *pessoa,* é o *trabalho.* Compreende-se pois que somente a economia política que reconheceu o trabalho como seu princípio — Adam Smith — e portanto não mais reconhece a propriedade privada como um *estado* exterior ao homem, que essa economia política deva ser considerada tanto um produto da *energia* real e do *movimento* da propriedade privada (é um movimento autônomo que se tornou para si na consciência, é a indústria moderna como sujeito) *(als selbst),* como produto da *indústria* moderna, que por sua vez acelera e enaltece a energia e o movimento dessa indústria, transformando-a numa força da consciência. Perante esta economia política ilustrada, que descobriu a *essência subjetiva* da riqueza — no interior da propriedade privada — aparecem como *adoradores de ídolos,* como *católicos,* os partidários do sistema monetário e mercantilista, que vêem a propriedade privada como apenas uma essência *objetiva* para o homem. Por isso *Engels* chamou com razão *Adam Smith* de *Lutero* da *economia política.* Assim como Lutero reconheceu na *religião,* na *fé,* a essência do *mundo* exterior e opôs-se por isso ao paganismo católico; assim como ele superou a religiosidade *exterior,* ao fazer da religiosidade a essência *interior* do homem; assim como ele negou a separação entre o sacerdote e o leigo, porque transferiu o sacerdote para o coração do leigo; assim também é superada a riqueza que se encontra fora do homem e é independente dele — que há de ser, pois, afirmada e mantida apenas de modo exterior —, isto é, é superada esta sua *objetividade exterior e privada de pensamento,* ao ser incorporada a propriedade privada ao próprio homem e ao ser reconhecido o próprio homem como sua essência; mas com isso, o próprio homem é posto sob a determinação *(Bestimmung)* da propriedade privada, assim como em Lutero, sob a determinação da religião. Sob a aparência de um reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é muito mais a conseqüente negação do homem, na medida em que ele próprio não se encontra em uma tensão exterior

[1] Os títulos entre colchetes não são do autor, mas da edição alemã usada para esta tradução. (N. do E.)

[2] Os números romanos indicam o caderno dos manuscritos, e os arábicos, a página do caderno.
/ / indica caderno ou página.
// / indica começo de caderno ou página.
/ // indica fim de caderno ou página. (N. do E.).

com a essência exterior da propriedade privada, mas sim tornou-se a essência tensa da propriedade privada. O que antes era *ser-exterior-a-si,* exteriorização real do homem, converteu-se apenas no fato da exteriorização, em extranhamento. Se essa economia política começa, pois, sob a aparência do reconhecimento do homem, de sua autonomia, de sua atividade própria, etc., ao transferir a essência mesma do homem à propriedade privada, não pode ser condicionada pelas *determinações* locais, nacionais, etc., da *propriedade privada,* como *um ser que exista fora dela,* isto é, se essa economia política desenvolve uma energia *cosmopolita,* geral, que derruba todas as barreiras e todos os laços, para se colocar como a *única* política, a única generalidade, a única barreira, o único laço, assim tem de rejeitar em seu desenvolvimento posterior essa *hipocrisia* e tem de aparecer em seu *cinismo total;* e ela o faz (despreocupada de todas as contradições aparentes em que sua doutrina a envolve) ao desenvolver mais *unilateral* e por isso *mais aguda e mais conseqüentemente* o trabalho como a única essência da riqueza, ao provar a desumanidade das conseqüências desta doutrina, em oposição àquela concepção originária, e ao dar, por último, o golpe mortal àquele último modo de existência *individual, natural,* independente do movimento do trabalho, da propriedade privada e fonte de riqueza — a *renda da terra* —, essa expressão da propriedade feudal já totalmente economificada e incapaz por isso de resistir à economia política (Escola de *Ricardo).* Não só aumenta o *cinismo* da economia política relativamente a partir de Smith, passando por Say, até Ricardo, Mill, etc., na medida em que saltam à vista destes últimos, mais desenvolvidas e cheias de contradições, as conseqüências da *indústria,* como também positiva e conscientemente vão estes sempre mais além que seus predecessores na alienação contra o homem, e isto *unicamente* porque sua ciência se desenvolve de forma mais verdadeira e conseqüente. Ao converterem em sujeito a propriedade privada em sua figura ativa, ao mesmo tempo fazem tanto do homem uma essência *(Wesen),* como do homem como não-ser *(Unwesen)* uma essência, de modo que a contradição da realidade corresponde perfeitamente à essência contraditória tomada como princípio. A *realidade* dilacerada /II/ da *indústria* confirma o próprio princípio *dilacerado em si mesmo,* muito longe de refutá-lo, pois seu princípio é justamente o princípio dessa dilaceração.

A doutrina fisiocrática do *Dr. Quesnay* representa a passagem do mercantilismo a Adam Smith. A *fisiocracia* é, diretamente, a dissolução *econômico-política* da propriedade feudal, mas por isso, de maneira igualmente direta, a *transformação econômico-política,* a reposição mesma, com a ressalva de que sua linguagem já não é feudal, mas econômica. Toda a riqueza reduz-se à *terra* e à *agricultura.* A terra não é ainda *capital,* é ainda um modo *particular* de existência do mesmo, que deve valer na sua particularidade natural e *por causa* dela; mas a terra é, com efeito, um *elemento* natural, geral, enquanto o sistema mercantilista não conhecia outra existência da riqueza senão o *metal nobre.* O *objeto* da riqueza, sua matéria, recebeu pois ao mesmo tempo, a maior generalidade dentro dos *limites da natureza* na medida em que, como *natureza,* é também imediatamente riqueza objetiva. E a terra somente é para o *homem* mediante o trabalho,

mediante a agricultura. A essência subjetiva da riqueza transfere-se, portanto, para o trabalho. Ao mesmo tempo, contudo, a agricultura é o *único* trabalho *produtivo*. O trabalho ainda não é entendido na sua generalidade e abstração; está ligado ainda a um *elemento natural* particular, *à sua matéria;* é conhecido apenas em um *modo particular de existência naturalmente determinado*. Por isso é ainda uma alienação *determinada, particular* do homem, da mesma maneira que seu produto é apreendido ainda como uma riqueza determinada, que depende mais da natureza do que do próprio trabalho. A terra é reconhecida aqui ainda como um modo de existência natural, independente do homem, e não como capital, isto é, não como um momento do próprio trabalho. O trabalho aparece muito mais como um momento *da terra*. Mas, ao reduzir-se o fetichismo da antiga riqueza exterior, que existia apenas como objeto, a um elemento natural muito simples, e ao reconhecer-se sua essência, ainda que parcialmente, em sua existência subjetiva sob um modo particular, está já iniciado necessariamente o passo seguinte, de reconhecer a *essência geral* da riqueza e elevar por isso a *princípio* o *trabalho* em sua forma mais absoluta, isto é, abstrata. Prova-se à fisiocracia que, do ponto de vista econômico, o único justificado, a *agricultura* não é distinta de qualquer outra indústria, que a *essência* da riqueza não é, pois, um trabalho *determinado,* um trabalho ligado a um elemento particular, uma determinada manifestação do trabalho, mas sim o *trabalho em geral.*

A fisiocracia nega a riqueza *particular,* exterior, apenas objetiva, ao declarar que sua *essência* é o trabalho. Mas inicialmente o trabalho é para ela apenas a *essência subjetiva* da propriedade fundiária (ela parte do tipo de propriedade que historicamente aparece como dominante e reconhecida); para ela somente a propriedade fundiária converte-se em *homem alienado*. A fisiocracia supera seu caráter feudal ao declarar a *indústria* (agricultura) como sua *essência;* mas comporta-se negativamente perante o mundo da indústria, reconhece o sistema feudal, ao declarar que a *agricultura* é a *única* indústria.

É evidente que, tão logo se apreenda a *essência subjetiva* da indústria que se constitui em oposição à propriedade fundiária, como indústria, então esta essência inclui em si seu contrário. Pois assim como a indústria abarca a propriedade fundiária superada, assim também sua essência *subjetiva* abarca, ao mesmo tempo, a essência subjetiva *desta.*

Do mesmo modo que a propriedade fundiária é a primeira forma da propriedade privada, do mesmo modo que historicamente a indústria opõe-se a ela de início apenas como um modo especial de propriedade (ou melhor, é o escravo liberado da propriedade fundiária), assim também se repete este processo na compreensão científica da essência *subjetiva* da propriedade privada, isto é, do *trabalho;* o trabalho aparece primeiro unicamente como *trabalho agrícola,* para ser reconhecido, depois, como *trabalho* em geral.

/III/ Toda riqueza se transforma em riqueza *industrial,* em *riqueza* do trabalho, e a *indústria* é trabalho acabado, assim como o *sistema fabril* é a essência desenvolvida da *indústria,* isto é, do trabalho, e o *capital industrial* é a forma objetiva acabada da propriedade privada.

Vemos como somente agora a propriedade privada pode complementar seu domínio sobre o homem e converter-se, em sua forma mais geral, em um poder histórico mundial.

[Propriedade privada e comunismo]

Ad pag. XXXIX. Mas a oposição entre a *falta de propriedade* e a propriedade é ainda indiferente, não tendo sido concebida ainda como a oposição em seu *relacionamento ativo* com seu nexo interno, isto é, ainda não é concebida como contradição, até que não seja encarada como a oposição entre o *trabalho* e o *capital.* Ademais, essa oposição pode revelar-se em sua *primeira* forma sem o movimento desenvolvido da propriedade privada, como na Roma Antiga, na Turquia, etc. Assim ela *aparece* como se não fosse instituída pela propriedade privada. Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a *propriedade privada* como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para sua resolução.

Ad ibidem. A superação da auto-alienação segue o mesmo caminho que a auto-alienação. Em primeiro lugar a *propriedade privada* é considerada apenas em seu aspecto objetivo, mas tomando o trabalho como sua essência. Sua forma de existência é por isso o *capital,* que há de ser superado "enquanto tal" *(Proudhon);* ou se toma um *modo particular* de trabalho (o trabalho nivelado, parcelado e, em conseqüência, não livre) como fonte da *nocividade* da propriedade privada e de seu modo de existência alheio ao homem *(Fourier,* que, analogamente aos fisiocratas, considera também o *trabalho agrícola* no mínimo como o trabalho *por excelência; Saint-Simon,* ao contrário, declara que o *trabalho industrial,* como tal, é a essência e aspira ao domínio *exclusivo* dos industriais e à melhoria da situação dos operários). O *comunismo,* finalmente, é a expressão *positiva* da propriedade privada superada; é, em primeiro lugar, a propriedade privada *geral.* Ao tomar esta relação em sua *generalidade,* o comunismo é: 1.º) em sua primeira figura somente uma *generalização* e *acabamento* da mesma; como tal, mostra-se em sua dupla figura: de um lado, o domínio da propriedade *material* é tão grande frente a ele, que ele quer aniquilar *tudo* o que não é suscetível de ser possuído por todos como *propriedade privada;* quer abstrair de modo *violento* o talento, etc. A *posse* física imediata vale para ele como a finalidade única da vida e do modo de existência; a determinação do *trabalhador* não é superada, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada continua ainda a relação da coletividade com o mundo das coisas; finalmente, pronuncia-se este movimento por uma oposição da propriedade privada à propriedade privada geral, e de uma forma animal, opondo o *matrimônio* (que

ademais é uma *forma* da *propriedade privada exclusiva)* à *comunidade das mulheres,* em que a mulher se converte em propriedade *coletiva* e *comum.* Pode-se dizer que este pensamento da *comunidade de mulheres* é o *segredo pronunciado* deste comunismo ainda totalmente grosseiro e privado de pensamento. Assim como a mulher sai do matrimônio para entrar na prostituição geral, assim também o mundo todo da riqueza, isto é, da essência objetiva do homem, sai da relação do matrinônio exclusivo como proprietário privado para entrar na relação da prostituição geral com a coletividade. Este comunismo, ao negar por completo a *personalidade* do homem, é justamente a expressão conseqüente da propriedade privada, que é esta negação. A *inveja* geral e constituída em poder não é senão a forma oculta em que a *cobiça* se estabelece e, simplesmente, se satisfaz de *outra* maneira. O pensamento de toda propriedade privada enquanto tal volta-se, *pelo menos,* contra a propriedade privada *mais rica* como inveja e desejo de nivelação, de maneira que estes constituem até a essência da concorrência. O comunista grosseiro é apenas o acabamento desta inveja e desta nivelação, partindo de um mínimo *representado.* Tem uma medida *determinada* e *limitada.* O pouco que esta superação da propriedade privada tem de efetiva apropriação, o prova justamente a negação abstrata de todo o mundo da educação e da civilização, o regresso à simplicidade não *natural* /IV/ do homem *pobre,* bruto e sem necessidades, que não só não superou a propriedade privada, como também nem sequer chegou a ela.

A coletividade é apenas uma coletividade do *trabalho* e de igualdade do *salário,* que o capital coletivo, a *coletividade* como capitalista geral, paga. Ambos os lados da relação são elevados a uma generalidade *representada:* o *trabalho* como a destinação *(Bestimmung)* em que cada um é posto, o *capital* como a generalidade e o poder reconhecidos da coletividade.

Na relação com a *mulher,* como presa e servidora da luxúria coletiva, expressa-se a infinita degradação na qual o homem existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem sua expressão *inequívoca,* decisiva, *manifesta,* desvelada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo de conceber a relação *imediata, natural* e genérica. A relação imediata, natural e necessária do homem com o homem é a *relação* do *homem* com a *mulher.* Nesta relação *natural* dos gêneros, a relação do homem com a natureza é imediatamente sua relação com o homem, do mesmo modo que a relação com o homem é imediatamente sua relação com a natureza, sua própria destinação *natural.* Nesta relação *aparece,* pois, de maneira *sensível,* reduzida a um *fato* visível, em que medida a essência humana se converteu para o homem em natureza ou a natureza tornou-se a essência humana do homem. A partir desta relação, pode-se julgar o grau de cultura do homem em sua totalidade. Do caráter desta relação deduz-se a medida em que o *homem* converteu-se em *ser genérico,* em *homem,* e se apreendeu como tal; a relação do homem com a mulher é a relação *mais natural* do homem com o homem. Nela se mostra em que medida o comportamento *natural* do homem tornou-se *humano* ou em que medida a essência *humana* tornou-se para ele essência *natural,* em que medida a sua *natureza humana* tornou-se para ele *natureza.* Mostra-se também

nesta relação a extensão em que o *carecimento (Bedürfnis)* do homem se tornou carecimento *humano,* em que extensão o *outro* homem enquanto homem converteu-se para ele em carecimento; em que medida ele, em seu modo de existência mais individual, é, ao mesmo tempo, ser coletivo.

A primeira superação positiva da propriedade privada, o comunismo *grosseiro,* não é portanto nada mais do que uma forma fenomênica da infâmia da propriedade privada que se quer instaurar como *coletividade positiva.*

2.º) O comunismo a) ainda de natureza política, democrática ou despótica; b) com a superação do Estado, mas ao mesmo tempo ainda com a essência inacabada e afetada pela propriedade privada, isto é, pela alienação do homem. Em ambas as formas, o comunismo se conhece já como reintegração ou retorno a si do homem, como superação da auto-alienação do homem, mas, como ainda não apreendeu a essência positiva da propriedade privada, e da mesma forma ainda não compreendeu a natureza *humana* do carecimento, está ainda prisioneiro e infetado por ela. Apreendeu seu conceito, mas ainda não sua essência.

3.º) O comunismo como superação *positiva* da *propriedade privada,* enquanto *auto-alienação do homem,* e por isso como *apropriação* efetiva da essência *humana* através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem *social,* isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente. Este comunismo é, como acabado naturalismo = humanismo, como acabado humanismo = naturalismo; é a *verdadeira* solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade *(Notwendigkeit),* entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução.

/V/ O movimento inteiro da história é, por isso, tanto seu ato de geração *efetivo* — o ato de nascimento de seu modo de existência empírico — como, para sua consciência pensante, o movimento *compreendido* e *conhecido* de seu *vir-a-ser,* enquanto que aquele comunismo inacabado busca em algumas figuras históricas isoladas que se opõem à propriedade privada uma prova *histórica,* uma prova para si no que persiste, destacando, pois, momentos isolados do movimento (da história) (Cabet, Villegardelle, etc., montam-se nisso) para fixá-los como prova de sua legitimidade histórica; mas com isso apenas ele evidencia que a parte incomparavelmente maior desse movimento contradiz suas afirmações e que, ainda que tivesse existido alguma vez, por isso mesmo seu Ser *passado* contradiz a pretensão de ser essencial.

É fácil ver a necessidade de que todo o movimento revolucionário encontre sua base, tanto empírica como teórica, no movimento da *propriedade privada,* na Economia.

Esta propriedade privada *material,* imediatamente *sensível,* é a expressão material e sensível da vida *humana alienada.* Seu movimento — a produção e o consumo — é a manifestação *sensível* do movimento de toda a produção passada, isto é, da efetivação *(Verwirklichung)* ou efetividade *(Wirklichkeit)* do

homem. Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte, etc., são apenas modos *particulares* da produção e estão submetidos à sua lei geral. A superação positiva da *propriedade privada* como apropriação da vida *humana* é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem da religião, da família, do Estado, etc., ao seu modo de existência *humano,* isto é, *social.* A alienação religiosa, como tal, transcorre só no terreno da *consciência* da interioridade do homem, mas a alienação econômica é a da *vida efetiva* — sua superação abarca por isso ambos os lados. É evidente que o movimento se origina entre os diferentes povos, conforme a verdadeira vida *reconhecida* do povo transcorra mais na consciência ou no mundo exterior, conforme a vida seja mais ideal ou real. O comunismo começa juntamente com o ateísmo *(Owen),* o ateísmo inicialmente está ainda muito longe de ser *comunismo,* porque aquele ateísmo é ainda muito mais uma abstração. — A filantropia do ateísmo é, por isso, em primeiro lugar, somente uma filantropia *filosófica* abstrata, a do comunismo é imediatamente real e tende diretamente para a atuação.

Vimos como, sob a pressuposição da superação positiva da propriedade privada, o homem produz o homem, a si próprio e a outro homem; como o objeto, que é a atividade imediata de sua individualidade, é ao mesmo tempo seu próprio modo de existência para o outro homem, o modo de existência deste e o modo de existência deste para ele. Mas, igualmente, tanto o material do trabalho como o homem enquanto sujeito são, ao mesmo tempo, resultado e ponto de partida do movimento (e no fato de que têm de ser este *ponto de partida* reside justamente a *necessidade* histórica da propriedade privada). O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o *homem* enquanto *homem,* assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu *modo de existência,* como em seu conteúdo; atividade *social* e gozo *social.* A essência *humana* da natureza não existe senão para o homem *social,* pois apenas assim existe para ele como *vínculo* com o *homem,* como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade humana; só assim existe como *fundamento* de seu próprio modo de existência *humano.* Só então se converte para ele seu modo de existência *natural* em seu modo de existência *humano,* e a natureza torna-se para ele o homem. A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza.[3]

/VI/ A atividade social e o gozo social não existem de modo algum *unicamente* na forma de uma atividade imediatamente coletiva e de um gozo imediatamente coletivo, ainda que a atividade coletiva e o gozo coletivo, isto é, a atividade e o gozo que se exteriorizam e confirmam imediatamente na sociedade efetiva com outros homens, encontrar-se-ão onde quer que aquela expressão imediata da

[3] Segue-se a seguinte nota de Marx, separada por um traço, sem qualquer outra indicação: "A prostituição é apenas uma expressão particular da prostituição geral do trabalhador, e, desde que a prostituição é uma relação que inclui não somente o prostituído, mas também o prostituinte — cuja infâmia é ainda maior —, recai também o capitalista, etc., nesta categoria".

sociabilidade esteja fundada na essência de seu conteúdo e seja adequada à sua natureza.

Mas mesmo quando eu atuo *cientificamente,* etc., uma atividade que raramente posso levar a cabo em comunidade imediata com outros, também sou *social,* porque atuo enquanto *homem.* Não só o material de minha atividade — como a própria língua, na qual o pensador é ativo — me é dado como produto social, como também meu *próprio* modo de existência *é* atividade social, porque o que eu faço de mim, o faço para a sociedade e com a consciência de mim enquanto um ser social.

Minha consciência *geral* é apenas a figura *teórica* daquilo cuja figura *viva* é a comunidade *real,* o ser social, enquanto hoje em dia a consciência *geral* é uma abstração da vida efetiva e como tal a enfrenta como inimiga. Por isso também a atividade de minha consciência geral — como tal — é minha existência *teórica* enquanto ser social.

Deve-se evitar antes de tudo fixar a "sociedade" como outra abstração frente ao indivíduo. O indivíduo *é* o *ser social.* A exteriorização da sua vida — ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros — é, pois, uma exteriorização e confirmação da *vida social.* A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *geral* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou *geral.*

Como *consciência genérica* o homem confirma sua *vida social* real e não faz mais que repetir no pensar seu modo de existência efetivo, assim como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e é para si, na sua generalidade, enquanto ser pensante.

O homem — por mais que seja um indivíduo *particular,* e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social *individual* efetivo — é, na mesma medida, a *totalidade,* a totalidade ideal, o modo de existência subjetivo da sociedade pensada e sentida para si, do mesmo modo que também na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana.

Pensar e ser são pois, na verdade, *diferentes,* mas, ao mesmo tempo, formam em conjunto uma *unidade.*

A *morte* aparece como uma dura vitória do gênero sobre o indivíduo e parece contradizer a unidade de ambos; mas o indivíduo determinado é apenas um *ser genérico determinado* e, enquanto tal, mortal.

4.º) Tal como a *propriedade privada* é apenas a expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e, ao mesmo tempo, se converte bem mais em um objeto estranho e inumano, do fato de que a exteriorização de sua vida é a alienação da sua vida e sua efetivação sua desefetivação, uma efetividade *estranha,* a superação positiva da propriedade privada, isto é, a apropriação *sensível* pelo homem e para o homem da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das *obras* humanas, não deve ser concebida só no sentido do *gozo ime-*

diato, exclusivo, no sentido da *posse,* do *ter.* O homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é, como homem total. Cada uma de suas relações *humanas* com o mundo — ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar —, em resumo, todos os órgãos de sua individualidade, como os órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma, /VII/ são, em seu comportamento *objetivo,* em seu *comportamento para com o objeto,* a apropriação deste. A apropriação da efetividade *humana,* seu comportamento frente ao objeto, é a *manifestação da efetividade humana;*[4] *eficácia* humana e *sofrimento* humano, pois o sofrimento, humanamente entendido, é um gozo próprio do homem.

A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é *nosso* quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, *utilizado* por nós. Se bem que a propriedade privada concebe, por sua vez, todas essas efetivações imediatas da posse apenas como *meios de subsistência,* e a vida, à qual elas servem de meios, é a *vida* da *propriedade privada,* o trabalho e a capitalização.

Em lugar de *todos* os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de *todos* esses sentidos, o sentido do *ter.* O ser humano teve que ser reduzido a esta absoluta pobreza, para que pudesse dar à luz a sua riqueza interior partindo de si. (Sobre a categoria do *ter,* veja-se *Hess,* nos *Einundzwanzig Bogen.)*

A superação da propriedade privada é por isso a *emancipação* total de todos os sentidos e qualidades humanos; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram *humanos,* tanto objetiva como subjetivamente. O olho fez-se um olho *humano,* assim como seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano,* vindo do homem para o homem. Os *sentidos* fizeram-se assim imediatamente *teóricos* em sua prática. Relacionam-se com a *coisa* por amor da coisa, mas a coisa mesma é uma relação *humana e objetiva* para si e para o homem[5] e inversamente. Carecimento e gozo perderam com isso sua natureza *egoísta* e a natureza perdeu sua mera *utilidade,* ao converter-se a utilidade em utilidade *humana.* Igualmente, os sentidos e o gozo dos outros homens converteram-se em minha *própria* apropriação. Além destes órgãos imediatos constituem-se assim órgãos *sociais,* na *forma* da sociedade; assim, por exemplo, a atividade imediatamente na sociedade com outros, etc., converte-se em um órgão de minha exteriorização de vida e um modo de apropriação da vida *humana.*

É evidente que o olho *humano* goza de modo distinto que o olho bruto, não humano, que o *ouvido* humano goza de maneira distinta que o bruto, etc.

Como vimos, o homem só não se perde em seu objeto quando este se configurar como objeto *humano* ou homem objetivado. E isso somente será possível

[4] É, por isto, tão múltipla quanto múltiplas são as *destinações essenciais e as atividades* do homem.

[5] Só posso relacionar-me na prática de um modo humano com a coisa, quando a coisa se relaciona humanamente com o homem.

quando se lhe configurar como objeto *social* e quando ele mesmo se configurar como ser social, assim como a sociedade se configurará nesse objeto como ser para ele. Assim, enquanto, de um lado, para o homem em sociedade a efetividade objetiva se configura em geral como a efetividade das forças essenciais humanas, como efetividade humana e por isso como efetividade de suas *próprias* forças essenciais, todos os *objetos* se lhe apresentarão como *objetivação* de si próprio, como objetos que confirmam e efetivam sua individualidade, como *seus* objetos, isto é, o objeto vem a ser *ele mesmo.* Como vem a ser seu, depende da *natureza do objeto* e da natureza da *força essencial* que a *ela* corresponde, pois precisamente a *determinidade (Bestimmtheit)* dessa relação constitui o modo particular e *efetivo* da afirmação. O objeto se apresenta ao *olho* de maneira diferente do que ao *ouvido,* e o objeto do olho *é* diferente do objeto do *ouvido.* A peculiaridade de cada força essencial é justamente seu *ser peculiar,* logo também o modo peculiar de sua objetivação, de seu *ser objetivo-efetivo,* de seu *ser* vivo. Por isso o homem se afirma no mundo objetivo não apenas no pensar, /VIII/ mas também com *todos* os sentidos.

Por outro lado, e subjetivamente considerado: é primeiramente a música que desperta o sentido musical do homem; para o ouvido não musical a mais bela música *não* tem sentido algum, não é objeto, porque meu objeto só pode ser a confirmação de uma de minhas forças essenciais, isto é, só é para mim na medida em que minha força essencial é para si, como capacidade subjetiva, porque o sentido do objeto para mim (somente tem um sentido a ele correspondente) chega justamente até onde chega *meu* sentido; por isso também os *sentidos* do homem social são *distintos* dos do não social. É somente graças à riqueza objetivamente desenvolvida da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva é em parte cultivada, e é em parte criada, que o ouvido torna-se musical, que o olho percebe a beleza da forma, em resumo, que os *sentidos* tornam-se capazes de gozo humano, tornam-se sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas.* Pois não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), em uma palavra, o sentido *humano,* a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência de *seu* objeto, mediante a natureza *humanizada.* A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até nossos dias. O *sentido* que é prisioneiro da grosseira necessidade prática tem apenas um sentido *limitado.* Para o homem que morre de fome não existe a forma humana da comida, mas apenas seu modo de existência abstrato de comida; esta bem poderia apresentar-se na sua forma mais grosseira, e seria impossível dizer então em que se distingue esta atividade para alimentar-se da atividade *animal* para alimentar-se. O homem necessitado, carregado de preocupações, não tem *senso* para o mais belo espetáculo. O comerciante de minerais não vê senão seu valor comercial, e não sua beleza ou a natureza peculiar do mineral; não tem senso mineralógico. A objetivação da essência humana, tanto no aspecto teórico como no aspecto prático, é, pois, necessária, tanto para tornar *humano* o *sentido* do homem, como para criar o *sentido humano* correspondente à riqueza plena da essência humana e natural.

Assim como a sociedade em vir-a-ser *(werdende)* já se encontra através do movimento da *propriedade privada,* de sua riqueza e sua miséria — ou de sua riqueza e sua miséria espiritual e material —, todo o material para esta *formação, do mesmo modo* a sociedade *que veio a ser (gewordene)* produz, como sua efetividade permanente, o homem nesta plena riqueza de seu ser, o homem *rico* e profundamente dotado de *todos os seus sentidos.* — Vê-se pois, como somente no estado social, subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e passividade deixam de ser contrários e perdem com isso seu modo de existência como tais contrários; vê-se como a solução das mesmas oposições *teóricas só* é possível de modo *prático,* só é possível mediante a energia prática do homem e que, por isso, esta solução não é, de modo algum, tarefa exclusiva do conhecimento, mas uma tarefa *efetiva* da vida que a *Filosofia* não pode resolver, precisamente porque a tomava *unicamente* como tarefa teórica.

Vê-se como a história da *indústria* e o modo de existência tornado *objetivo* da indústria são o livro *aberto* das *forças humanas essenciais,* a *psicologia* humana sensorialmente presente, que não havia sido concebida até agora em sua conexão com a *essência* do homem, mas apenas em uma relação externa de utilidade, porque — movendo-se no interior da alienação — só se podia conceber como efetividade das forças humanas essenciais e como *ação humana genérica* a existência geral do homem, a religião ou a história em sua essência geral e abstrata, como política, arte, literatura, etc.

/IX/ Na *indústria material costumeira* (que pode ser concebida como parte daquele movimento geral, do mesmo modo que se pode conceber este como uma parte *particular* da indústria, pois até agora toda atividade humana era trabalho, isto é, indústria, atividade alienada de si mesma) temos perante nós, sob a forma de *objetos sensíveis, estranhos e úteis,* sob a forma da alienação, as *forças essenciais objetivadas* do homem. Uma *psicologia* para a qual permanece fechado este livro, isto é, justamente a parte mais sensorialmente atual e acessível da história, não pode tornar-se uma ciência efetiva, provida de conteúdo e *real.* O que se pode pensar de uma ciência que *orgulhosamente* faz abstração desta grande parte do trabalho humano e que não se sente incompleta, enquanto a tão propagada riqueza do atuar humano não lhe diz outra coisa que não seja o que se pode, talvez, dizer em uma só palavra: *carecimento, vulgar carecimento?*

As *ciências naturais* desenvolveram uma enorme atividade e se apropriaram de um material que aumenta sem cessar. A filosofia, no entanto, permaneceu tão estranha para elas, como elas para a filosofia. A momentânea união foi apenas uma *fantástica ilusão.* Existia a vontade, mas faltava a capacidade. A própria historiografia só de passagem se ocupa das ciências naturais enquanto momento de ilustração, de utilidade, de grandes descobrimentos particulares. Mas quanto mais *praticamente* a ciência natural, através da indústria, se introduziu na vida humana, transformou-a e preparou a emancipação humana, tanto mais teve que completar diretamente a desumanização. A *indústria* é a relação histórica *efetiva* da natureza, e por isso da ciência natural, com o homem; por isso, ao concebê-la como desvelamento *esotérico* das *forças* humanas *essenciais,* compreende-se tam-

bém a essência *humana* da natureza ou a essência *natural* do homem; com isto perde a ciência natural sua orientação abstrata, material, ou melhor, idealista, e se torna a base da ciência *humana,* do mesmo modo que já se tornou — ainda que de forma alienada — a base da vida humana efetiva, e dar uma base à vida e outra à *ciência* é, pois, de antemão, uma mentira. A natureza que vem a ser na história humana (no ato de nascimento da sociedade humana) é a natureza *efetiva* do homem; por isso a natureza é, tal como ela se tornou através da indústria, ainda que numa figura *alienada,* a verdadeira natureza *antropológica.* — A *sensibilidade* (veja-se Feuerbach) deve ser a base de toda ciência. Só quando a ciência parte dela na dupla figura de consciência *sensível* e de carecimento *sensível* — portanto, só quando ela parte da natureza — é ciência *efetiva.* A história toda é a história da preparação e do desenvolvimento, para que o "homem" se torne objeto da consciência *sensível* e para que o carecimento do "homem enquanto homem" torne-se carecimento. A própria história é uma parte *efetiva* da *história natural,* do vir-a-ser da natureza no homem. As ciências naturais subsumirão mais tarde a ciência do homem, assim como a ciência do homem subsumirá as ciências naturais. Haverá então uma *única* ciência.

/X/ O *homem* é o objeto imediato da ciência natural; pois a *natureza sensível* imediata para o homem é imediatamente a sensibilidade humana (uma expressão idêntica), como o *outro* homem sensivelmente existente para ele; pois sua própria sensibilidade só através do *outro* existe para ele como sensibilidade humana. Mas a *natureza* é o objeto imediato da *ciência do homem.* O primeiro objeto do homem — o homem — é natureza, sensibilidade; e as forças essenciais, particulares, sensíveis e humanas, como encontram apenas nos objetos *naturais* sua efetivação, só podem encontrar na ciência da natureza seu próprio conhecimento. O elemento do próprio pensar, o elemento da exteriorização de vida do pensamento — a *linguagem* —, é natureza sensível. A realidade *social* da natureza e a ciência natural *humana* ou *ciência natural do homem* são expressões idênticas.

Vê-se como no lugar da *riqueza* e da *miséria* da economia política, surge o homem *rico* e o rico *carecimento* humano. O homem *rico* é, ao mesmo tempo, o homem *carente* de uma totalidade de exteriorização de vida humana, o homem no qual sua própria efetivação existe como necessidade *(Notwendigkeit)* interna, como carência *(Not).* Não só a *riqueza* como também a *pobreza* do homem, adquirem igualmente — do ponto de vista do socialismo — um significado *humano* e, por isso, social. A pobreza é o laço passivo, que faz com que o homem sinta como carecimento a maior riqueza, o *outro* homem. A dominação em mim do ser objetivo, a explosão sensível de minha atividade essencial, é a *paixão* que, com isso, se converte aqui na *atividade* de meu ser.

5.º) Um *ser* só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de *existência.* Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente. Vivo, no entanto, totalmente por graça de outro, quando lhe devo não só a manutenção de minha vida, como também o fato de que ele além disso *criou* minha *vida,* é a *fonte* de minha vida; e minha vida tem necessariamente o fundamento fora de si mesma,

quando não é minha própria criação. A *criação* é, por isso, uma representação muito difícil de eliminar da consciência do povo. O ser-por-si-mesmo da natureza e do homem é *incompreensível,* porque contradiz todos os fatos *tangíveis* da vida prática.

A criação da *terra* recebeu um potente golpe por parte da geognosia, isto é, da ciência que explica a formação da terra, seu desenvolvimento, como um processo, como autogênese. A *generatio aequivoca* é a única refutação prática da teoria da criação.

Ora, é realmente fácil dizer ao indivíduo singular o que Aristóteles já disse: tu foste engendrado por teu pai e tua mãe, isto é, o coito de dois seres humanos, um ato genérico dos homens, produziu em ti o homem. Vês, pois, que inclusive fisicamente o homem deve ao homem sua existência. Por isto não deves fixar-te apenas em *um* aspecto, o progresso *infinito,* e perguntar sucessivamente — quem engendrou meu pai, quem engendrou seu avô, etc. Deves fixar-te também no *movimento circular,* sensivelmente visível naquele progresso, no qual o homem se repete a si mesmo na procriação, e portanto, o *homem* permanece sempre sujeito. Tu responderás, porém: admito este movimento circular, mas admita o progresso que me leva cada vez mais longe, até que eu pergunte: quem engendrou o primeiro homem e a natureza em geral? Só posso responder-te: tua própria pergunta é um produto da abstração. Pergunta-te como chegaste a essa pergunta; pergunta-te se tua pergunta não provém de um ponto de vista a que não posso responder, porque é um ponto de vista absurdo. Pergunta-te se esse progresso existe como tal para um pensamento racional. Quando perguntas pela criação do homem e da natureza, fazes abstração do homem e da natureza. Tu os supões como *não existentes,* e queres que eu os prove a ti como *existentes.* Digo-te apenas: abandona tua abstração e assim abandonarás também tua pergunta, ou, se queres aferrar-te à tua abstração, sê conseqüente, e, se ainda que pensando o homem e a natureza como *não existentes,* pensas, /XI/ pensa-te a ti mesmo como não existente, pois tu também és natureza e homem. Não penses, não me perguntes, pois, enquanto pensas e perguntas, perde todo o sentido tua *abstração* do ser da natureza e do homem. Ou és tão egoísta, que colocas tudo como nada e queres ser somente tu?

Podes replicar-me: não quero postular o nada da natureza, etc.; pergunto-te pelo seu *ato de nascimento,* como pergunto ao anatomista pela formação dos ossos, etc.

No entanto, como para o homem socialista *toda a assim chamada história universal* nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, o vir-a-ser da natureza para o homem tem assim a prova evidente, irrefutável, de seu *nascimento* de si mesmo, de seu *processo de origem.* Ao ter-se feito evidente de uma maneira prática e sensível a *essencialidade* do homem na natureza; ao ter-se evidenciado, prática e sensivelmente, o homem para o homem como de existência da natureza e a natureza para o homem como o modo de existência do homem, tornou-se praticamente impossível perguntar por um ser *estranho,* por um ser situado acima da natureza e do homem — uma pergunta que encerra o reconhecimento da não-essencialidade da natureza e do homem. O ateísmo

enquanto negação desta não-essencialidade carece já totalmente de sentido, pois o ateísmo é uma *negação de Deus* e afirma, mediante esta negação, a *existência do homem;* mas o socialismo, enquanto socialismo, já não necessita de tal mediação; ele parte da *consciência sensível, teórica e prática,* do homem e da natureza como *essência.* É *autoconsciência positiva,* humana, que dispensa a mediação da superação da religião, do mesmo modo que a *vida efetiva* é a efetividade positiva do homem, que dispensa a mediação pela superação da propriedade privada, o comunismo. O comunismo é a posição como negação da negação e, pois, o momento da emancipação e recuperação humanas, momento *efetivo* e necessário para o movimento histórico seguinte. O *comunismo* é a configuração necessária e o princípio energético do futuro próximo, mas o comunismo não é como tal, o objetivo do desenvolvimento humano, a configuração da sociedade humana.

[Necessidade, produção e divisão do trabalho]

/XIV/ 7.º) Vimos que significação tem, do ponto de vista do socialismo, a *riqueza* das necessidades humanas e, por isso, que significação têm tanto um *novo modo de produção* como um novo *objeto* da mesma. Nova afirmação da força essencial *humana* e novo enriquecimento da essência *humana.* No interior da propriedade privada, o significado inverso. Cada indivíduo especula sobre o modo de criar no outro uma *nova* necessidade para obrigá-lo a um novo sacrifício, para levá-lo a uma dependência, para desviá-lo para uma nova forma de *gozo* e com isso, da ruína econômica. Cada qual trata de criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar assim satisfação para seu próprio carecimento egoísta. Com a massa de objetos cresce, pois, o reino dos seres alheios aos quais o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* do engano recíproco e da pilhagem recíproca. O homem torna-se cada vez mais pobre enquanto homem, precisa cada vez mais do *dinheiro* para apossar-se do ser inimigo, e o poder do seu *dinheiro* diminui em relação inversa à massa da produção; isto é, seu carecimento *(Bedürftigkeit)* cresce quando o *poder* do dinheiro aumenta. — A necessidade *(Bedürfnis)* do dinheiro é assim a verdadeira necessidade produzida pela economia política e a única necessidade que ela produz. — A *quantidade* de dinheiro torna-se cada vez mais sua única propriedade dotada *de poder.* Assim como ele reduz todo ser à sua abstração, assim se reduz em seu próprio movimento, a ser *quantitativo.* A ausência de medida e a desmedida passam a ser sua verdadeira medida. — Inclusive subjetivamente isto se mostra, em parte, no fato de que o aumento da produção e das necessidades se converte no escravo *engenhoso* e sempre *calculador* de apetites desumanos, refinados, antinaturais e *imaginários* — a propriedade privada não sabe fazer da necessidade bruta necessidade *humana;* seu *idealismo* é a *fantasia,* a *arbitrariedade,* o *capricho;* nenhum eunuco adula mais baixamente seu déspota ou procura com os meios mais infames estimular sua capacidade embotada de gozo, a fim de obter

um favor, do que o eunuco industrial, o produto, para granjear para si mais moedas de prata e para fazer sair ovos de ouro do bolso de seus próximos, cristãmente amados — (cada produto é uma isca com a qual se quer atrair o ser dos outros, seu dinheiro; toda necessidade real ou possível é uma fraqueza que arrastará as moscas ao melado — exploração universal da essência coletiva do homem; assim como toda imperfeição do homem é um laço com os céus, um laço pelo qual seu coração é acessível ao sacerdote; toda carência oferece uma ocasião para aparecer do modo mais amável diante do próximo e dizer-lhe: querido amigo, dou-te o que necessitas, mas já conheces a *conditio sine qua non,* já sabes com que tinta tens que assinar o compromisso que te liga a mim; engano-te enquanto te proporciono gozo). — O produtor submete-se aos mais abjetos caprichos do seu próximo, desempenha o papel de proxeneta entre ele e suas necessidades, desperta-lhe apetites mórbidos e espreita todas as suas fraquezas, para exigir dele, depois, a propina por estes bons serviços. Esta alienação manifesta-se, em parte, enquanto produz o refinamento das necessidades *(Bedürfnis)* e de seus meios, por um lado, e bestial selvageria, completa, brutal e abstrata simplicidade dos carecimentos *(Bedürfnis)* de outro; ou mais ainda: ela apenas engendra de novo a si mesma com um sentido oposto. Mesmo a necessidade de ar livre deixa de ser no operário um carecimento; o homem retorna à caverna, envenenada agora pela pestilência mefítica da civilização, e ele a habita apenas *precariamente,* como um poder estranho, que pode escapar dele a cada dia, e da qual pode a cada dia ser expulso, se não pagar. /XV/ Tem que pagar por esta casa dos mortos. A morada da *luz* que Prometeu designa, em Ésquilo, como um dos maiores presentes que lhe permitiu converter o selvagem em homem, deixa de existir para o operário. A luz, o ar, etc., a mais simples limpeza *animal,* deixa de ser uma necessidade para o homem. O *lixo,* esta corrupção e podridão do homem, a *cloaca* (em sentido literal) da civilização, torna-se para ele um *elemento de vida.* O abandono totalmente *antinatural,* a natureza podre, convertem-se em seu *elemento de vida.* Nenhum de seus sentidos existe mais, nem em seu modo humano, nem de modo *desumano* e nem sequer de modo animal. Os *modos* (e *instrumentos)* do trabalho humano mais grosseiros retornam, como o *moinho a tração* dos escravos romanos, convertidos em modo de produção e de existência de muitos operários ingleses. Não só o homem não tem nenhum carecimento *(Bedürfnis)* humano, como inclusive os carecimentos *animais* acabam. O irlandês não conhece outra necessidade *(Bedürfnis)* senão a de *comer,* e, mais precisamente, a de comer *batatas,* e para sermos mais exatos, a de comer *batatas estragadas,* a pior espécie de batata. Mas Inglaterra e França já têm em cada cidade industrial uma *pequena* Irlanda. O selvagem, o animal, tem necessidade de caça, de movimento, etc., de companhia. A simplificação da máquina, do trabalho, é utilizada para converter em operário o homem que ainda está se formando, o homem ainda não formado — a *criança*—, assim como o operário tornou-se uma criança totalmente abandonada. A máquina acomoda-se à *fraqueza* do homem, para converter o homem *fraco* em máquina.

O economista (e o capitalista; em geral falamos sempre dos homens de negócios *empíricos* quando nos dirigimos aos economistas, que são sua afirmação e modo de existência *científicos)* prova como o crescimento das necessidades *(Bedürfnis)* e dos recursos engendra a privação de necessidades e de recursos: 1.º) ao reduzir a necessidade do operário à mais imprescindível e miserável manutenção da vida física, e sua atividade ao mais abstrato movimento mecânico, o economista afirma que o homem não tem nenhuma necessidade de atividade nem de gozo e declara que esta vida é *também* vida e modo de existência *humanas;* 2.º) ao *calcular* a vida (existência) mais *pobre* possível como a medida, e aliás como a medida geral: geral porque vale para a massa dos homens, faz do operário um ser sem sentidos e privado de necessidades, do mesmo modo que faz de sua atividade pura abstração de toda atividade; por isso, todo *luxo* do operário parece-lhe censurável e tudo o que excede à mais abstrata necessidade — tanto como gozo passivo ou como exteriorização de atividade — configura-se-lhe um luxo. A economia política, esta ciência da *riqueza,* é assim também ao mesmo tempo a ciência da renúncia, da privação, da *poupança* e chega realmente a *poupar* ao homem a *necessidade* de *ar* puro e de *movimento* físico. Esta ciência da maravilhosa indústria é ao mesmo tempo a ciência do *ascetismo,* e seu verdadeiro ideal é o avaro *ascético,* mas *usurário,* e o escravo *ascético,* mas *produtivo.* Seu ideal moral é o *trabalhador* que leva à caixa econômica uma parte de seu salário e, para esta sua idéia favorita encontrou até uma *arte* servil. Isto foi levado ao teatro de forma sentimental. Por isso, a economia política, apesar de sua aparência mundana e prazerosa, é uma verdadeira ciência moral, a mais moral das ciências. A auto-renúncia, a renúncia à vida e a todo o carecimento humano é seu dogma fundamental. Quanto menos comas e bebas, quanto menos livros compres, quanto menos vás ao teatro, ao baile, à taverna, quanto menos penses, ames, teorizes, cantes, pintes, esgrimes, etc., tanto mais *poupas,* tanto *maior* se torna teu tesouro, que nem traças nem poeira devoram, teu *capital.* Quanto menos *és,* quanto menos exteriorizas tua vida, tanto mais *tens,* tanto maior é a tua vida *alienada* e tanto mais armazenas da tua essência alienada. Tudo /XVI/ o que o economista tira-te em vida e em humanidade, tudo isso ele te restitui em *dinheiro* e *riqueza,* e tudo o que não podes, pode-o teu dinheiro. Ele pode comer, beber, ir ao teatro e ao baile; conhece a arte, a sabedoria, as raridades históricas, o poder político; pode viajar, *pode* fazer-te dono de tudo isto, pode comprar tudo isto; é a verdadeira *fortuna.* Mas sendo tudo isto, o dinheiro não *pode* mais que criar-se a si mesmo, comprar-se a si mesmo, pois tudo o mais é seu escravo, e, quando eu tenho o senhor, tenho o servo e não preciso dele. Todas as paixões e toda atividade devem, pois, afundar-se na *avareza.* O trabalhador só deve ter o suficiente para querer viver e só deve querer viver para ter.

Contudo, verifica-se uma controvérsia no campo da economia política. Um grupo (Lauderdale, Malthus, etc.) recomenda o *luxo* e amaldiçoa a poupança; o outro (Say, Ricardo, etc.) recomenda a poupança e amaldiçoa o luxo. Mas o primeiro confessa que quer o luxo para produzir o *trabalho,* isto é, a poupança absoluta, e o segundo confessa que recomenda a poupança para produzir a *riqueza,* isto é, o luxo. O primeiro grupo tem a *romântica* ilusão de que a avareza não deve

apenas determinar o consumo dos ricos e contradiz suas próprias leis, ao apresentar o *esbanjamento* diretamente como um meio de enriquecimento; e o grupo oposto demonstra, pois, de modo muito sério e pormenorizado, que, por meio do esbanjamento meu *ter* diminui, e não aumenta. Este segundo grupo comete a hipocrisia de não confessar que precisamente o capricho e o humor determinam a produção; esquece a "necessidade refinada"; esquece que sem consumo não se produziria; esquece que, através da concorrência, a produção só há de tornar-se mais geral, mais luxuriosa; esquece que o uso determina o valor da coisa e que a moda determina o uso; deseja ver produzido apenas "o útil", mas esquece que a produção de demasiadas coisas úteis produz demasiada população *inútil*. Ambos os grupos esquecem que esbanjamento e poupança, luxo e abstinência, riqueza e pobreza são iguais.

E não deves poupar somente teus sentidos imediatos, como comer, etc., mas também a participação em interesses gerais (compaixão, confiança, etc.); tudo isto deves poupar se quiseres ser econômico e não quiseres morrer de ilusões.

Tudo o que é teu deves fazê-lo *venal*, isto é, útil. Se pergunto ao economista: obedeço às leis econômicas se consigo dinheiro com a entrega, com a venda de meu corpo ao prazer alheio? (os operários fabris em França chamam a prostituição de suas esposas e filhas de enésima hora de trabalho, o que é literalmente certo); não atuo de modo econômico ao vender meu amigo aos marroquinos? (e a venda direta dos homens na qualidade de comércio de recrutas, etc., tem lugar em todos os países civilizados), assim o economista me responde: não ages contra minhas leis, mas olha o que dizem a senhora Moral e a senhora Religião; minha moral e minha religião *econômicas* não têm nada que censurar-te. Mas em quem tenho eu que acreditar então, na economia política ou na moral? A moral da economia política é o *ganho*, o trabalho e a poupança, a sobriedade, mas a economia política promete satisfazer a minhas necessidades. A economia política da moral é a riqueza de boa consciência, de virtude, etc. Mas como posso ser virtuoso, se não sou? Como posso ter boa consciência, se não sei nada? Tudo isto está fundado na essência da alienação: cada uma aplica-me uma medida diferente e oposta, a moral aplica-me uma e a economia política outra, porque cada uma destas é uma determinada alienação do homem e /XVII/ fixa um círculo particular da atividade essencial alienada; cada uma delas se relaciona de forma alienada com a outra alienação (. . .). Assim o senhor *Michel Chevalier* acusa Ricardo de fazer abstração da moral. Ricardo, no entanto, deixa a economia política falar sua linguagem própria. Se esta não fala moralmente, a culpa não é de Ricardo. M. Chevalier faz abstração da economia política enquanto moraliza, mas, necessária e efetivamente, faz abstração da moral, enquanto pratica a economia política. A relação da economia política com a moral, quando não é arbitrária, casual e por isso infundada e não-científica, quando não é uma *aparência*, mas quando é considerada como *essencial*, não pode ser senão a relação das leis econômicas com a moral. Que pode fazer Ricardo se esta relação não existe ou se o que existe é antes o contrário? Além disso, também a oposição entre economia política e moral é só uma *aparência*, e assim sendo, não há oposição alguma. A economia política apenas expressa *ao seu modo* as leis morais.

A privação de necessidade como princípio da economia política *resplandece* sobretudo em sua *teoria da população*. Há *demasiados* homens. Inclusive a existência dos homens é um puro luxo, e, se o operário é moral (Mill propõe louvores públicos para aqueles que se mostrem continentes nas relações sexuais e uma condenação pública para aqueles que pequem contra esta esterilidade do matrimônio... Não é esta a doutrina moral do ascetismo?), será *econômico* na procriação. A produção do homem aparece como desgraça pública.

O sentido que a produção tem com relação aos ricos manifesta-se *claramente* no sentido que tem para os pobres; para cima, sua manifestação é sempre refinada, encoberta, ambígua, aparência; para baixo, grosseira, direta, franca, essência. A *grosseira* necessidade do trabalhador é uma fonte de lucros maior que a necessidade *refinada* do rico. As moradias nos porões de Londres rendem mais aos que as alugam que os palácios, isto é, elas são, em relação a eles, uma *riqueza maior,* e portanto, falando em termos de economia política, são uma riqueza *social* maior. — E, assim como a indústria especula sobre o refinamento das necessidades, assim também especula sobre sua *crueza,* sobre sua crueza artificialmente produzida, cujo verdadeiro gozo é o *auto-aturdimento,* essa *aparente* satisfação das necessidades. As tavernas inglesas são, pois, representações *simbólicas* da propriedade privada. Seu *luxo* mostra a verdadeira relação do luxo e da riqueza industriais com o homem. Por isso são, com razão, os únicos divertimentos dominicais do povo, que a polícia inglesa trata pelo menos com suavidade.

/XVIII/ Já vimos como o economista estabelece a unidade do trabalho e do capital de diversas formas: 1.º) o capital é *trabalho acumulado;* 2.º) a determinação do capital no interior da produção, em parte a reprodução do capital com ganho, em parte o capital como matéria-prima (matéria do trabalho), em parte como *instrumento que trabalha* por si mesmo — a máquina é o capital posto imediatamente como idêntico ao trabalho — é o *trabalho produtivo;* 3.º) o operário é um capital; 4.º) o salário faz parte dos custos do capital; 5.º) no que diz respeito ao operário, o trabalho é a reprodução do seu capital vital; 6.º) no que diz respeito ao capitalista, é um fator de atividade do seu capital.

Finalmente, 7.º) o economista supõe a unidade originária de ambos como unidade do capitalista e do operário; esta é a paradisíaca situação primitiva. O fato de estes dois momentos /XIX/ avançarem um para o outro como duas pessoas é, para o economista, um acontecimento *casual* e por isso só pode ser explicado exteriormente. (Veja-se Mill.) — As nações que estão ainda ofuscadas pelo brilho dos metais preciosos, e que por isso adoram ainda o fetiche do dinheiro-metal, não são ainda as nações de dinheiro perfeitas. Oposição entre França e Inglaterra. No *fetichismo,* por exemplo, vê-se até que ponto a solução dos enigmas teóricos é uma tarefa da prática, uma tarefa cuja mediação é a prática, até que ponto a verdadeira prática é a condição de uma teoria positiva efetiva. A consciência sensível do fetichista é diferente da do grego porque seu modo de existência sensível também é diferente. A inimizade abstrata entre sensibilidade e espírito é necessária, enquanto o sentido humano para a natureza, o sentido hu-

mano da natureza e, portanto, também o sentido *natural* do *homem*, não for produzido pelo próprio trabalho do homem. — A *igualdade* nada mais é do que o eu = eu alemão traduzido em francês, isto é, em forma política. A igualdade como *fundamento* do comunismo é uma fundamentação *política*, e a mesma coisa se passa quando o alemão o fundamenta na medida em que concebe o homem como *autoconsciência geral*. É evidente que a superação da alienação se dá sempre a partir da forma da alienação que constitui a potência *dominante:* na Alemanha, a *autoconsciência;* na França, a *igualdade*, por causa da política; na Inglaterra, a necessidade *prática*, material, real, que se toma por única medida. Deste ponto de vista deve-se criticar e apreciar Proudhon. — Se caracterizarmos ainda o próprio *comunismo* (porque é a negação da negação, a apropriação da essência humana através da negação da própria propriedade privada, por isso ainda não como a posição *verdadeira*, que parte de si mesma, mas antes como a posição que parte da propriedade privada) — [6](. . .) a alienação da vida humana permanece e continua sendo tanto maior, quanto mais consciência dela como tal se tem — pode ser realizado, assim só mediante o comunismo posto em prática pode realizar-se. Para superar o *pensamento* da propriedade privada, basta o comunismo *pensado*. Para suprimir a propriedade privada efetiva, é necessário uma ação comunista *efetiva*. A história virá trazê-la, e aquele movimento que já conhecemos *em pensamento* como um movimento que se supera a si mesmo percorrerá na realidade um processo muito duro e muito extenso. Devemos considerar, no entanto, como um progresso verdadeiro e efetivo o fato de que tenhamos tomado de antemão consciência tanto da limitação como da finalidade do movimento histórico — uma consciência que o ultrapassa.

Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda, etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de associação, e, o que parecia meio, converteu-se em fim. Pode-se observar este movimento prático em seus resultados mais brilhantes, quando se vêem reunidos os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida, etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas sim uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho.

/XX/ Quando a economia política afirma que a oferta e a procura se equilibram mutuamente, está ao mesmo tempo esquecendo que, segundo sua própria afirmação, a oferta de *homens* (teoria da população) excede sempre a procura, e que, portanto, a desproporção entre a oferta e a procura encontra sua expressão mais decisiva no resultado essencial de toda a produção — a existência do homem.

Na medida em que é o dinheiro, que aparece como meio, o verdadeiro *poder* e o único *fim;* na medida em que o *meio* em geral, que me faz ser, que faz meu o

[6] A página do manuscrito está rasgada no canto esquerdo. Restam apenas as últimas palavras de seis linhas, o que é insuficiente para reconstituir a passagem por inteiro. (N. do T.)

ser objetivo estranho, é um *fim em si mesmo* (. . .), é o que se pode ver no fato de como a propriedade da terra (ali onde a terra é a fonte da vida), o *cavalo* e a *espada* (ali onde eles são o *verdadeiro meio de vida)* são reconhecidos também como as verdadeiras forças políticas da vida. Na Idade Média um estamento se emancipa tão logo tenha direito a portar a espada. Entre os povos nômades, é o cavalo que me torna livre e membro da coletividade.

Havíamos dito antes que o homem retorna à caverna, etc., mas de uma forma alienada, hostil. O selvagem em sua caverna — este elemento natural que se oferece espontaneamente para seu gozo e proteção — não se sente estranho, ou, melhor dito, se sente tão à vontade como um *peixe* na água. Mas o quarto de porão do pobre é uma habitação hostil, que "retém uma potência estranha, que só se entrega a ele quando ele entregar a ela seu suor e seu sangue", habitação que ele não pode considerar como lar — onde, finalmente, pudesse dizer: aqui estou em casa —, onde ele se encontra muito mais em uma casa *estranha,* na casa de *outro* que o espreita diariamente e que o expulsa se não pagar o aluguel. Igualmente, do ponto de vista da qualidade, vê sua casa como o oposto à habitação humana situada no *além,* no céu da riqueza.

A alienação aparece tanto no fato de que *meu* meio de vida é de *outro,* que *meu* desejo é a posse inacessível de *outro,* como no fato de que cada coisa é *outra* que ela mesma, que minha atividade é *outra coisa,* e que, finalmente (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano. A destinação da riqueza esbanjadora, inativa e entregue ao gozo, cujo beneficiário *atua,* de um lado, como um indivíduo somente *instável,* que desperdiça suas energias, que considera o trabalho escravo alheio — o *suor sangrento* dos homens — como presa de seus apetites e que, por isso, considera o próprio homem (e com isto a si próprio) como um ser sacrificado e nulo (o desprezo do homem aparece, assim, em parte como arrogância, como esbanjamento daquilo que poderia prolongar centenas de vidas humanas, e em parte como a infame ilusão de que seu desperdício desenfreado e incessante, seu consumo improdutivo condicionam o *trabalho* e, por isso, a *subsistência* dos demais), esta destinação encara a efetivação das *forças* humanas *essenciais* apenas como efetivação de sua não-essência *(Unwesen),* de seus humores, de seus caprichos arbitrários e bizarros. Esta riqueza que, no entanto, por outro lado, se considera a si mesma como um puro meio, uma coisa digna só de aniquilação, que é ao mesmo tempo escravo e senhor, generosa e mesquinha, caprichosa, vaidosa, petulante, refinada, culta e engenhosa, esta riqueza não experimentou ainda em si mesma a *riqueza* como um *poder* totalmente *estranho;* ela vê apenas seu próprio poder e não a riqueza, mas sim o *gozo,* é seu objetivo final. Este (. . .) [7]

/XXI/ (. . .) e com a brilhante ilusão sobre a essência da riqueza, tornada cega pela aparência sensível, defronta-se o industrial *laborioso, sóbrio, prosaico, econômico,* esclarecido sobre a essência da riqueza que, assim como cria para a sua ânsia de gozo um círculo mais amplo, ao lisonjeá-lo com suas produções —

[7] Uma parte da página do manuscrito está rasgada; faltam cerca de três linhas. (N. do T.)

seus produtos são igualmente cumprimentos abjetos aos apetites do esbanjador —, também sabe apropriar-se, do único modo *útil,* do poder que escapa àquele. Se inicialmente a riqueza industrial parece resultado da riqueza fantástica, esbanjadora, assim o movimento da primeira reprime, de modo ativo, o movimento próprio da última. A queda dos *juros do dinheiro* é com efeito uma conseqüência necessária e resultado do movimento industrial. Os meios daquele que vive de rendas e é esbanjador diminuem, pois, diariamente em proporção *inversa* ao aumento dos meios e dos ardis do gozo. Ele é obrigado assim a devorar seu capital, quer dizer, a arruinar-se, ou a converter-se em capitalista industrial (. . .). Por outro lado, a *renda da terra* aumenta direta e continuamente através da marcha do movimento industrial, mas — como já vimos — chega necessariamente um momento em que a propriedade da terra deve cair, como qualquer outra propriedade, na categoria de capital que se reproduz com lucro, e isto é, sem dúvida, o resultado do mesmo movimento industrial. Também o proprietário fundiário esbanjador deve pois devorar seu capital, quer dizer, arruinar-se ou converter-se em arrendatário de sua própria terra, em industrial agricultor. A diminuição dos juros do dinheiro — que Proudhon considera como a superação do capital e como tendência à socialização do capital — é assim diretamente apenas um sintoma do triunfo completo do capital trabalhador sobre a riqueza esbanjadora, isto é, a transformação de toda a propriedade privada em capital industrial — o triunfo absoluto da propriedade privada sobre todas as qualidades *aparentemente* humanas da mesma e a total submissão do proprietário privado à essência da propriedade privada — ao *trabalho.* Na verdade também o capitalista industrial goza. Ele não retorna de modo algum à simplicidade natural do carecimento, mas seu gozo é apenas coisa secundária, repouso, gozo subordinado à produção e portanto *mais calculado,* e mesmo *mais econômico,* pois o capitalista soma seu gozo aos custos do capital, e, por isso, aquele deve custar-lhe apenas uma quantia tal que o que foi esbanjado seja restituído pela reprodução do capital mais o lucro. O gozo é subordinado ao capital e o indivíduo que goza é subordinado àquele que capitaliza, enquanto antes sucedia o contrário. A diminuição dos juros não é assim um sintoma da superação do capital senão na medida em que é um sintoma do término de sua dominação, um sintoma da alienação que se acaba e que acelera sua superação. Este é o único modo pelo qual o existente comprova o seu contrário. A querela dos economistas sobre o luxo e a poupança é, portanto, apenas uma querela daquela parte da economia política que compreendeu a essência da riqueza com aquela outra que é ainda prisioneira de recordações românticas e antiindustriais. Nenhuma das duas partes sabe, no entanto, reduzir o objeto da disputa à sua expressão simples e, conseqüentemente, nunca chegarão a um acordo mútuo. /XXI/

/XXXIV/ Além disso, a *renda da terra,* enquanto renda da terra, foi invalidada, pois, em oposição ao argumento dos fisiocratas de que o proprietário de terras é o único produtor verdadeiro, a economia política moderna demonstrou que o proprietário de terras, enquanto tal, é muito mais a única pessoa que vive de rendas totalmente improdutiva. A agricultura seria assunto do capitalista, que

daria este emprego a seu capital, quando pudesse esperar dela o lucro costumeiro. A colocação dos fisiocratas — de que a propriedade da terra como única propriedade produtiva é a única que tem de pagar impostos ao Estado e, portanto, também a única que tem que aprová-los e que deve tomar parte no organismo do Estado — transforma-se assim na afirmação inversa de que o imposto sobre a renda da terra é o único imposto sobre um ingresso improdutivo e por isso o único imposto que não é nocivo à produção nacional. É evidente que, assim entendido, também o privilégio político do proprietário de terras não decorre de sua situação de principal contribuinte.

Tudo o que Proudhon entende por movimento do trabalho contra o capital nada mais é do que o movimento do trabalho na determinação do capital, do *capital industrial,* contra o capital que não se consome *como* capital, isto é, industrialmente. E este movimento segue seu caminho vitorioso, isto é, o caminho da vitória do capital *industrial.* — Vê-se, pois, que só quando se entende o *trabalho* como essência da propriedade privada é que se pode penetrar o movimento econômico como tal em sua determinação real.

A *sociedade* — tal como aparece para os economistas — é a *sociedade civil,* na qual cada indivíduo é o conjunto de carecimentos e só existe para o outro /XXXV/ como o outro só existe para ele, na medida em que se convertem em meio um para o outro. O economista — do mesmo modo que a política em seus *Direitos do Homem* — reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, do qual elimina toda determinação, para fixá-lo como capitalista ou como operário.

A *divisão do trabalho* é a expressão econômica do *caráter social do trabalho* no interior da alienação. Ou, posto que o *trabalho* não é senão uma expressão da atividade humana no interior da alienação, da exteriorização da vida como alienação da vida, assim também a *divisão do trabalho* nada mais é do que o pôr *alienado,* alheado da atividade humana enquanto *atividade genérica real* ou como *atividade do homem enquanto ser genérico.*

A respeito da *essência* da *divisão do trabalho* — que naturalmente teria que ser considerada como o motor principal da produção da riqueza —, tão logo se reconhecesse o *trabalho* como a *essência* da *propriedade privada* — isto é, a respeito desta *figura alienada e alheada* da *atividade humana como atividade genérica,* os economistas são muito obscuros e contraditórios.

Adam Smith: "A *divisão do trabalho* não deve sua origem à sabedoria humana. É a conseqüência necessária, lenta e gradual da propensão para a troca e para o tráfico recíproco dos produtos. Esta propensão para negociar é provavelmente uma conseqüência necessária do uso da razão e da palavra. É comum a todos os homens e não se dá em nenhum animal. O animal, tão logo se faça adulto, vive de seu próprio esforço. O homem necessita constantemente do apoio dos demais, e esperaria em vão se fosse contar com sua mera benevolência. É muito mais seguro dirigir-se a seu interesse pessoal e convencê-los de que fazer o que deles se espera os beneficia a si mesmos. Quando nos dirigimos aos demais, não o fazemos à sua *humanidade,* mas sim a seu *egoísmo;* nunca lhes falamos de *nossas necessidades,* mas sim da *sua conveniência.* De qualquer modo, é através da troca, do comércio, do tráfico, que recebemos a maior parte dos bons serviços

que reciprocamente necessitamos, é esta propensão para o *tráfico* que deu origem à *divisão do trabalho*. Assim, por exemplo, em uma tribo de caçadores ou pastores há alguém que faz arcos e flechas com mais rapidez e habilidade que os demais. Freqüentemente troca estes instrumentos com seus companheiros por gado e caça, e rapidamente se dá conta de que por este meio consegue maior quantidade destes produtos, do que se ele mesmo fosse caçar. Com um cálculo interessado passa a fazer da fabricação de arcos, etc., sua ocupação principal. A diferença dos *talentos naturais* entre os indivíduos não é tanto a *causa*, como o *efeito* da divisão do trabalho (. . .). Sem a disposição dos homens para o comércio e para a troca, cada um se veria obrigado a satisfazer por si mesmo todas as necessidades e comodidades da vida. Todos teriam que realizar a mesma tarefa e não se teria produzido esta grande *diferença de ocupações* que é a única que pode engendrar a grande diferença de talentos. E, assim como é essa propensão para a troca que engendra a diversidade de talentos entre os homens, é também essa propensão que faz útil tal diversidade. — Muitas raças animais, ainda que pertencentes à mesma espécie, receberam da natureza uma diversidade de caráter muito mais evidenciada que aquela que se pode encontrar entre os homens não civilizados. Por natureza não existe entre um filósofo e um carregador de fardos nem a metade da diferença que há entre um mastim e um galgo, entre um galgo e um perdigueiro ou entre qualquer destes e um cão pastor. Contudo, estas diferentes raças, ainda que pertencendo todas a uma mesma espécie, não têm utilidade umas para as outras. O mastim não acrescenta nenhuma vantagem à sua força por servir-se da ligeireza do galgo, etc. Os efeitos destes diferentes talentos ou graus de inteligência não comportam um denominador comum, porque falta a capacidade ou a propensão para a troca e para o comércio e não podem, portanto, contribuir em nada para a *vantagem* ou a *comodidade geral da espécie* (. . .). Cada animal deve alimentar-se e proteger-se a si mesmo, independentemente dos demais; não pode obter a mínima vantagem da diversidade de talentos que a natureza distribui entre seus semelhantes. Entre os homens, ao contrário, os talentos mais diversos são úteis uns aos outros, porque, mediante esta propensão geral para o comércio e para a troca, os *diferentes produtos* dos diferentes tipos de atividade podem ser postos, por assim dizer, em uma massa comum, à qual cada um pode ir comprar uma parte dos produtos da indústria dos demais, de acordo com suas necessidades. — Como esta propensão para a *troca* dá origem à *divisão do trabalho*, o *crescimento* desta *divisão* estará sempre limitado pela *expansão* da *capacidade de trocar* ou, dito em outras palavras, pela *expansão do mercado*. Se o mercado é muito pequeno, ninguém se animará a dedicar-se inteiramente a uma única ocupação, frente ao temor de não poder trocar aquela parte da sua produção que excede às suas necessidades pelo excedente da produção de outro que desejaria adquirir (. . .)". Numa situação de *maior progresso:* "Todo homem vive da troca e se converte em uma espécie de *comerciante* e a *própria sociedade* é realmente uma sociedade *mercantil*. (Veja-se Destutt de Tracy: A sociedade é uma série de trocas recíprocas, no *comércio* está a essência de toda a sociedade (. . .).) A acumulação de capitais cresce com a divisão do trabalho e vice-versa". Até aqui *Adam Smith*.

"Se cada família produzisse a totalidade dos objetos de seu consumo, a sociedade poderia caminhar ainda que não se fizesse nenhuma espécie de troca; *sem* ser *fundamental,* a troca é indispensável no estágio avançado de nossa sociedade; a divisão do trabalho é um hábil emprego das forças do homem, que aumenta, em conseqüência, os produtos da sociedade, seu poder e seus prazeres, mas reduz, diminui a capacidade de cada homem considerado individualmente. Não pode haver produção sem troca." Assim fala *J. B. Say.*

"As forças inerentes ao homem são: sua inteligência e sua aptidão física para o trabalho; as que derivam do estado social consistem na capacidade de *dividir* o trabalho e de *repartir* entre os *diferentes homens os diversos trabalhos* e na *faculdade* de trocar os *serviços recíprocos* e os produtos que constituem seu meio. O motivo pelo qual um homem consagra a outro seus serviços é o egoísmo — o homem exige uma recompensa pelos serviços prestados a outrem. O direito à propriedade privada exclusiva é, pois, indispensável para que se possa estabelecer a troca entre os homens. Troca e divisão do trabalho condicionam-se reciprocamente." É o que diz *Skarbek.*

Mill apresenta a troca desenvolvida, o *comércio,* como *conseqüência* da *divisão do trabalho.*

"A atividade do homem pode reduzir-se a elementos muito simples. Ele não pode, com efeito, fazer outra coisa senão produzir movimento; pode mover as coisas para afastá-las /XXXVII/ ou aproximá-las umas das outras; as propriedades da matéria fazem o resto. No emprego do trabalho e das máquinas ocorre com freqüência que se podem aumentar os efeitos por meio de uma hábil divisão, de uma separação das operações que se contrariam, e por meio da unificação de todas aquelas que, de alguma maneira, podem facilitar-se mutuamente. Como, em geral, os homens não podem executar muitas operações distintas com a mesma habilidade e velocidade, e como o hábito lhes dá esta capacidade para a realização de um pequeno número, sempre é vantajoso que se limite, dentro do possível, o número de operações confiadas a cada indivíduo. Para a divisão do trabalho e a repartição da força dos homens de maneira mais vantajosa, é necessário operar em grande escala com muitos casos, ou, em outras palavras, produzir as riquezas em massa. Esta vantagem é o motivo que originou as grandes manufaturas, um pequeno número das quais, estabelecidas em condições vantajosas, abastecem freqüentemente com os objetos por elas produzidos não só um, mas sim vários países, nas quantidades que eles requerem." Assim se expressa *Mill.*

Toda a economia política moderna está de acordo, no entanto, em que divisão do trabalho e riqueza da produção, divisão do trabalho e acumulação do capital se condicionam reciprocamente, assim como no fato de que só a propriedade privada *liberada,* entregue a si mesma, pode produzir a mais útil e a mais ampla divisão do trabalho.

A exposição de *Adam Smith* pode ser assim resumida: a divisão do trabalho dá a este uma infinita capacidade de produção. Está baseada na *propensão* para a *troca* e para o *tráfico,* uma propensão especificamente humana, que provavelmente não é casual, mas sim condicionada pelo uso da razão e da linguagem. O

motivo daquele que troca não é a *humanidade,* mas o *egoísmo.* A diversidade dos talentos humanos é mais o efeito do que a causa da divisão do trabalho, isto é, da troca. É também apenas esta última que torna útil aquela diversidade. As propriedades particulares das diferentes raças de uma espécie animal são por natureza mais distintas que a diversidade de dons e atividades humanas. Mas como os animais não podem *trocar,* nenhum indivíduo animal se aproveita da propriedade diferente de um animal da mesma espécie, mas de raças distintas. Os animais não têm capacidade para reunir as diversas propriedades da sua espécie; não são capazes de contribuir em nada para o proveito e o bem-estar *comum* de sua espécie. Outra coisa sucede com o *homem,* no qual talentos e formas de atividade mais díspares se beneficiam reciprocamente, *porque* podem reunir seus *diferentes* produtos em uma massa comum da qual todos podem comprar. Assim como a divisão do trabalho nasce da propensão para a troca, assim também ela cresce e é limitada pela *expansão* da *troca,* do *mercado.* Num estado mais avançado, todo homem é *comerciante,* a sociedade é uma *sociedade mercantil.*

Say considera a *troca* como casual e não fundamental. A sociedade poderia subsistir sem ela. Ela faz-se indispensável no estado avançado da sociedade. Entretanto, *sem ela* não pode haver *produção.* A divisão do trabalho é um meio *cômodo* e *útil,* um hábil emprego das forças humanas para a riqueza social, mas diminui a *capacidade de cada homem* considerado *individualmente.* A última observação é um progresso de Say.

Skarbek distingue as forças *individuais, inerentes ao homem* (inteligência e disposição física para o trabalho), das forças *derivadas* da sociedade (*troca* e *divisão* do trabalho), que se condicionam mutuamente. Mas o pressuposto necessário da troca é a *propriedade privada.* Skarbek expressa aqui em forma objetiva o mesmo que Smith, Say, Ricardo, etc., dizem quando apontam o *egoísmo,* o *interesse privado,* como fundamento da troca, ou o *tráfico* como a forma *essencial* e *adequada* da troca.

Mill apresenta o *comércio* como conseqüência da *divisão do trabalho.* A atividade *humana* reduz-se para ele a um *movimento mecânico.* Divisão do trabalho e emprego de máquinas fomentam a riqueza da produção. Deve-se confiar a cada homem um conjunto de atividades tão pequeno quanto possível. Por sua vez, divisão do trabalho e emprego de máquinas determinam a produção da riqueza em massa e, portanto, do produto. Este é o fundamento das grandes manufaturas.

/XXXVIII/ O exame da *divisão do trabalho* e da *troca* é do maior interesse, porque são as expressões *manifestamente alienadas* da *atividade* e da *força* humana *essencial,* enquanto atividade e força essencial *adequadas ao gênero.*

Afirmar que a *divisão do trabalho* e a *troca* se baseiam na *propriedade privada não é senão afirmar que o* trabalho é a essência da propriedade privada, uma afirmação que o economista não pode provar e que nós vamos provar por ele. Justamente pelo fato de a *divisão do trabalho* e a *troca* serem configurações da propriedade privada, nisto precisamente reside a dupla prova tanto de que, por um lado, a vida *humana* necessitava da *propriedade privada* para a sua efetivação, como de que, por outro lado, necessita agora da supressão da propriedade privada.

Divisão do trabalho e *troca* são os dois *fenômenos* que fazem com que o economista faça alarde do caráter social de sua ciência e expresse, de um só fôlego e inconscientemente, a contradição da sua ciência: a fundamentação da sociedade mediante o interesse particular anti-social.

Os momentos que temos que considerar são: em primeiro lugar, a *propensão para a troca* (cujo fundamento se encontra no egoísmo) é considerada como fundamento ou efeito recíproco da divisão do trabalho. Say considera a troca como não *fundamental* para a essência da sociedade. A riqueza, a produção, são explicadas pela divisão do trabalho e pela troca. Admite-se o empobrecimento e a dessencialização (*Entwesung)* da atividade individual por meio da divisão do trabalho. Reconhece-se que a divisão do trabalho e a troca são produtoras da grande *diversidade dos talentos humanos,* diversidade que, por sua vez, faz-se *útil* graças àquelas. Skarbek divide as forças de produção ou forças produtivas do homem em duas partes: 1.º) as individuais e inerentes a ele, sua inteligência e sua especial disposição ou capacidade de trabalho; 2.º) as *derivadas* da sociedade (não do indivíduo real), a divisão do trabalho e a troca. Além disso, a divisão do trabalho está limitada pelo *mercado.* O trabalho humano é simples *movimento mecânico;* as propriedades materiais dos objetos fazem o principal.

Deve-se atribuir a um indivíduo a menor quantidade possível de funções. Desdobramento do trabalho e concentração do capital, a nulidade da produção individual e a produção da riqueza em massa. Concepção da propriedade privada livre na divisão do trabalho.

[Dinheiro]

/XLI/ Se as *sensações,* paixões, etc., do homem não são apenas determinações antropológicas em sentido estrito, mas sim na verdade afirmações *ontológicas* do ser (natureza) e se só se afirmam realmente pelo fato de que seu *objeto* é *sensível* para elas, então é claro: 1.º) que o modo de sua afirmação não é em absoluto um e o mesmo, mas que, muito mais o modo diverso da afirmação constitui a peculiaridade de seu modo de existência, de sua vida; o modo pelo qual o objeto é para elas, é o modo peculiar do seu *gozo;* 2.º) ali onde a afirmação sensível é superação direta do objeto em sua forma independente (comer, beber, elaborar o objeto, etc.), é esta a afirmação do objeto; 3.º) enquanto o homem é *humano,* enquanto é *humana* sua sensação, etc., a afirmação do objeto por outro é, da mesma forma, seu próprio gozo; 4.º) só por meio da indústria desenvolvida, isto é, pela mediação da propriedade privada, constitui-se a essência ontológica da paixão humana, tanto em sua totalidade como em sua humanidade; a própria ciência do homem é, pois, um produto da auto-afirmação valente do homem; 5.º) o sentido da propriedade privada — desembaraçada da sua alienação — é o modo de *existência* dos *objetos essenciais* para o homem, tanto como objeto do gozo, quanto como objeto da atividade.

O *dinheiro,* enquanto possui a *propriedade* de comprar tudo, enquanto possui a propriedade de apropriar-se de todos os objetos, é, pois, o *objeto* por excelência. A universalidade de sua *qualidade* é a onipotência de sua essência; ele vale, pois, como ser onipotente (. . .). O dinheiro é o *proxeneta* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e os meios do homem. Mas *o que me* serve de meio para minha vida, serve também *de meio* para o modo de existência dos outros homens para mim. Isto é para mim o *outro* homem.

"Que diabo! Claro que mãos e pés
e cabeça e traseiro são teus!
Mas tudo isto que eu tranqüilamente gozo
é por isso menos meu?
Se posso pagar seis cavalos,
não são minhas tuas forças?
Ponho-me a correr e sou um verdadeiro senhor,
como se tivesse vinte e quatro pernas."

Goethe, Fausto (Mefistófeles)[8]

Shakespeare em *Timão de Atenas:*

"Ouro! amarelo, reluzente, precioso ouro!
Não, deuses, não faço súplicas em vão (. . .).
Assim, um tanto disto tornará o preto branco,
o repugnante belo, o errado certo, o vil nobre,
o velho jovem, o covarde valente (. . .).
Por que isto arrancará vossos sacerdotes e
servidores de vossos lados, arrebatará coxins
de sob a cabeça de homens corpulentos: este
escravo amarelo tecerá e despedaçará religiões;
abençoará os amaldiçoados; fará a alvacenta
lepra adorada; levará ladrões, dando-lhes
título, reverência e aprovação, ao banco
dos senadores; isto é o que faz a desgastada
viúva casar-se novamente; a ela, para quem
o lazarento e ulcerosas feridas abririam
a goela, isto perfuma e condimenta para
o dia de abril novamente. Vem, elemento
danado, tu, vulgar rameira da humanidade,
que instalas a disputa na multidão de
nações (. . .)".

[8] Goethe, *Fausto I,* cena 4. (N. do T.)

E mais adiante:

> "Ó tu, doce regicida e caro divórcio entre
> filho e senhor! tu, brilhante violador do
> mais casto leito de Hímen! tu, Marte valente!
> tu, sempre jovem, loução, amado e delicado
> sedutor, cujo rubor derrete a neve
> consagrada que jaz no regaço de Diana!
> *tu, deus visível,* que soldas *impossibilidades*
> e fá-las beijarem-se! que falas com toda língua
> para todo propósito! ó tu, contato de corações!
> pensa, teu escravo, o homem, se rebela, e
> por tua virtude eles entram em tais confusas
> disputas, que as bestas poderão ter o mundo
> sob império". [9]

Shakespeare descreve muito acertadamente a essência do *dinheiro.* Para entendê-lo, comecemos primeiro com a interpretação da passagem goethiana.

Aquilo que mediante o *dinheiro* é para mim, o que posso pagar, isto é, o que o dinheiro pode comprar, isso *sou eu,* o possuidor do próprio dinheiro. Minha força é tão grande como a força do dinheiro. As qualidades do dinheiro — qualidades e forças essenciais — são minhas, de seu possuidor. O que eu *sou* e o que eu *posso* não são determinados de modo algum por minha individualidade. Sou *feio,* mas posso comprar a *mais bela* mulher. Portanto, não sou *feio,* pois o efeito da *feiúra,* sua força afugentadora, é aniquilado pelo dinheiro. Segundo minha individualidade sou *inválido,* mas o dinheiro me proporciona vinte e quatro pés, portanto não sou inválido; sou um homem mau, sem honra, sem caráter e sem espírito, mas o dinheiro é honrado e, portanto, também o seu possuidor. O dinheiro é o bem supremo, logo, é bom o seu possuidor; o dinheiro poupa-me além disso o trabalho de ser desonesto, logo, presume-se que sou honesto; sou *estúpido,* mas o dinheiro é o espírito real de todas as coisas, como poderia seu possuidor ser um estúpido? Além disso, seu possuidor pode comprar as pessoas inteligentes e quem tem o poder sobre os inteligentes não é mais inteligente do que o inteligente? Eu, que mediante o dinheiro posso *tudo* a que o coração humano aspira, não possuo todas as capacidades humanas? Não transforma meu dinheiro, então, todas as minhas incapacidades em seu contrário?

Se o *dinheiro* é o laço que me liga à vida *humana,* que liga a sociedade a mim, que me liga com a natureza e com o homem, não é o dinheiro o laço de todos os *laços?* Não pode ele atar e desatar todos os laços? Não é por isso também o *meio* geral da *separação?* É a verdadeira *marca divisória,* assim como o verdadeiro *meio de união,* a força (. . .) *química* da sociedade.

[9] Shakespeare, *Timão de Atenas,* Ato IV, cena 3 (grifos de Marx). (N. do T.)

Shakespeare destaca especialmente duas propriedades do dinheiro:

1.º) é a divindade visível, a transmutação de todas as propriedades humanas e naturais em seu contrário, a confusão e inversão geral de todas as coisas; irmana as impossibilidades;

2.º) é a rameira geral, a proxeneta geral dos homens e dos povos.

A inversão e confusão de todas as qualidades humanas e naturais, a irmanação das impossibilidades — a *força divina* — do dinheiro repousa na sua *essência* enquanto essência genérica, alienante e auto-alienante do homem. O dinheiro é a *capacidade* alienada da *humanidade.*

O que não posso como *homem,* o que não podem minhas forças individuais, posso através do *dinheiro.* O dinheiro converte assim todas essas forças essenciais naquilo que em si não são, isto é, em seu *contrário.*

Se eu desejo uma refeição ou se quero me utilizar da mala-posta, porque não sou suficientemente forte para fazer o caminho a pé, o dinheiro me proporciona a refeição e a mala-posta, isto é, ele transforma meus desejos, que são meras representações, ele os traduz de seu modo de existência pensada, representada, desejada, para seu modo de existência *sensível, efetivo,* da representação à vida, do ser representado ao ser efetivo. O dinheiro é, ao realizar esta mediação, a *verdadeira* força *criadora.*

É certo que a *demanda* existe também para aquele que não tem dinheiro algum, mas sua demanda é uma pura entidade da imaginação, que não tem sobre mim, sobre um terceiro, sobre os outros /XLIII/ nenhum efeito, nenhuma existência, que, portanto, continua sendo para mim mesmo *não efetivo, privado de objeto.* A diferença entre a demanda efetiva baseada no dinheiro e a demanda sem efeito, baseada em meu carecimento, minha paixão, meu desejo, etc., é a diferença entre o *ser* e o *pensar,* entre a pura representação *que existe* em mim e a representação tal como é para mim enquanto *objeto efetivo* fora de mim.

Se não tenho dinheiro algum para viajar, não tenho *necessidade* (isto é, nenhuma necessidade efetiva e efetivável) de viajar. Se tenho *vocação* para estudar, mas não tenho dinheiro para isso, não tenho *nenhuma* vocação (isto é, nenhuma vocação efetiva, verdadeira) para estudar. Ao contrário, se realmente *não* tenho vocação alguma para estudar, mas tenho a vontade *e* o dinheiro, tenho para isso uma vocação efetiva. O *dinheiro,* enquanto *meio* e *poder* gerais — exteriores, não derivados do homem enquanto homem, nem da sociedade humana, enquanto sociedade — para fazer da *representação efetividade e da efetividade uma pura representação,* transforma igualmente as forças *efetivas, essenciais, humanas e naturais* em puras representações abstratas e, por isto, em *imperfeições,* em dolorosas quimeras, assim como, por outro lado, transforma as *imperfeições e quimeras efetivas,* as forças essenciais realmente impotentes, que só existem na imaginação do indivíduo, em *forças essenciais efetivas* e *poder efetivo.* Segundo esta destinação o dinheiro é a inversão geral das individualidades, que as transforma em seu contrário e que adiciona às suas propriedades propriedades contraditórias.

Como tal poder *inversor,* o dinheiro atua também contra o indivíduo e contra os laços sociais, etc., que se dizem *essenciais.* Transforma a fidelidade em infidelidade, o amor em ódio, o ódio em amor, a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez.

Como o dinheiro, enquanto conceito existente e ativo do valor, confunde e troca todas as coisas, então ele é a *confusão* e a *troca* gerais de todas as coisas, isto é, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades humanas e naturais.

Ainda que seja covarde, é valente aquele que pode comprar a valentia. Como o dinheiro não se troca por uma qualidade determinada, nem por uma coisa determinada, por uma força essencial humana, mas sim pela totalidade do mundo objetivo natural e humano, do ponto de vista do seu possuidor, pode trocar qualquer propriedade por qualquer outra propriedade e qualquer outro objeto, inclusive os contraditórios. É a irmanação das impossibilidades; obriga aquilo que se contradiz a beijar-se.

Se se pressupõe o *homem* como *homem* e sua relação com o mundo como uma relação humana, só se pode trocar amor por amor, confiança por confiança, etc. Se se quiser gozar da arte deve-se ser um homem artisticamente educado; se se quiser exercer influência sobre outro homem, deve-se ser um homem que atue sobre os outros de modo realmente estimulante e incitante. Cada uma das relações com o homem — e com a natureza — deve ser uma *exteriorização determinada* da vida *individual efetiva* que se corresponda com o objeto da vontade. Se amas sem despertar amor, isto é, se teu amor, enquanto amor, não produz amor recíproco, se mediante tua *exteriorização de vida* como homem amante não te convertes em *homem amado,* teu amor é impotente, uma desgraça.
/XLIII/

[Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral]

/XI.6/Este é talvez o ponto em que convém, para entendimento e justificação do que foi dito, fazer algumas indicações, tanto sobre a dialética hegeliana em geral como especialmente sobre sua exposição na *Fenomenologia* e na *Lógica* e, finalmente, sobre a relação do moderno movimento crítico com Hegel.

A preocupação da moderna crítica alemã pelo conteúdo do velho mundo era tão forte, e seu desenvolvimento estava tão preso ao seu conteúdo, que manteve uma atitude totalmente acrítica a respeito do método de criticar e uma total inconsciência a respeito da seguinte questão *aparentemente formal,* mas efetivamente *essencial:* em que situação nos encontramos agora frente à *dialética* hegeliana? A inconsciência sobre a relação da crítica moderna com a filosofia hegeliana em geral e com a dialética em particular era tão grande, que críticos como *Strauss* e *Bruno Bauer* (o primeiro completamente e o segundo em seus *Sinóticos,*

nos quais, frente a Strauss, coloca a "autoconsciência" do homem abstrato em lugar da substância da "natureza abstrata", e inclusive no *Cristianismo Descoberto)* estão, pelo menos potencialmente, totalmente presos à lógica hegeliana. Assim, por exemplo, no *Cristianismo Descoberto* lê-se:

"Como se a autoconsciência, ao pôr o mundo, a diferença, não se produzisse a si mesma ao produzir seu objeto, pois ela supera de novo a diferença entre o produzido e ela mesma, pois ela só é ela mesma na produção e no movimento, como se não tivesse neste movimento sua finalidade", etc., e também: "Eles" (os materialistas franceses) "não puderam ver ainda que o movimento do universo somente como movimento da autoconsciência tornou-se efetivo para si e chegou à unidade consigo mesmo".

Expressões que nem sequer na terminologia mostram uma diferença com respeito à concepção hegeliana, ao contrário, repetem-na literalmente.

/XII/ Quão pouco existia, durante o ato da crítica (Bauer, os *Sinóticos),* uma consciência de sua relação com a dialética hegeliana, quão pouco esta consciência surgiu inclusive depois do ato da crítica material, é o que prova Bauer, quando em sua *Boa Causa da Liberdade* recusa a indiscreta pergunta do senhor Gruppe: "Que fazer da lógica", remetendo-a aos críticos vindouros.

Mas ainda agora, depois que *Feuerbach* (tanto em suas "Teses" nos *Anecdotis* como, detalhadamente, na *Filosofia do Futuro)* demoliu o gérmen da velha dialética e da velha filosofia; depois que, ao contrário, aquela crítica, que não tinha sido capaz de realizar este feito, o viu realizado e se proclamou crítica pura, decisiva, absoluta, chegada à clareza consigo mesma; depois que, em seu orgulho espiritualista, reduziu o movimento histórico todo à relação do resto do mundo (que frente a ela cai sob a categoria de "massa") com ela mesma e reduziu todas as contradições dogmáticas à *única* contradição dogmática entre sua própria agudez e a estupidez do mundo, entre o Cristo crítico e a humanidade, a *multidão;* depois de ter provado, dia após dia, hora após hora, sua própria excelência frente à estupidez da massa; depois de que, por último, anunciou o *juízo final* crítico, proclamando que se aproxima o dia em que toda a decadente humanidade se agrupará ante ela e será por ela dividida em grupos, recebendo cada um deles seu *testimonium paupertatis;* depois de ter feito imprimir sua superioridade sobre os sentimentos humanos e sobre o mundo, sobre o qual, reinando em sua orgulhosa solidão, deixa ressoar, de tempos em tempos, o riso dos deuses olímpicos de seus lábios sarcásticos; depois de todas estas divertidas atitudes do idealismo (do neohegelianismo) que expira sob a forma da crítica, este não expressou nem sequer a suspeita de ter que ocupar-se criticamente com sua mãe, a dialética hegeliana, assim como tampouco soube indicar nenhuma relação com a dialética de Feuerbach. Uma atitude totalmente acrítica para consigo mesmo.

Feuerbach é o único que tem a respeito da dialética hegeliana uma *atitude séria, crítica,* e o único que fez verdadeiros descobrimentos nesse terreno. Ele é, em suma, aquele que verdadeiramente superou a velha filosofia. A grandeza da contribuição e a discreta simplicidade com que Feuerbach a entrega ao mundo estão em surpreendente contraste com a atitude inversa dos outros.

O grande feito de Feuerbach é:

1) ter provado que a filosofia nada mais é do que a religião trazida para o pensamento e exposta pensadamente; uma outra forma, outro modo de existência da alienação do ser humano; e que também se deve condenar;

2) ter fundado o *verdadeiro materialismo* e a *ciência real,* ao fazer igualmente da relação social "de homem a homem" o princípio fundamental da teoria, e ao

3) ter oposto à negação da negação, que pretende ser o absolutamente positivo, o positivo a descansar sobre si mesmo e a fundar-se positivamente em si.

Feuerbach explica a dialética hegeliana (fundamentando com isso o ponto de partida do positivo, da certeza sensível) do seguinte modo:

Hegel parte da alienação (da perspectiva da lógica: do infinito, do universal abstrato) da substância, da abstração absoluta e fixa; isto é, dito em termos populares, parte da religião e da teologia.

Segundo. Supera o infinito, põe *(setzt)* o verdadeiro, o sensível, o real, o finito, o particular (filosofia, superação da religião e da teologia).

Terceiro. Supera de novo o positivo, restabelece a abstração, o infinito (restabelecimento da religião e da teologia).

Feuerbach concebe pois a negação da negação *apenas* como a contradição da filosofia consigo mesma, como a filosofia que afirma a teologia (transcendência, etc.) depois de a ter negado, depois de a ter afirmado em oposição a si mesma.

A posição *(Position),* ou a auto-afirmação e a autoconfirmação que residem na negação da negação, é concebida como uma posição que não está segura de si mesma, e, por isso, está ligada a seu oposto, duvidando de si mesma e necessitando então de uma prova, portanto que não se prova a si mesma por meio de sua existência, posição que não se confessa e, /XIII/ por conseguinte, é oposta direta e imediatamente à posição sensível, certa e fundada sobre si mesma.[10]

Mas, enquanto Hegel concebeu a negação da negação — de acordo com o aspecto positivo que nela repousa, como o verdadeiro e único positivo e, de acordo com o aspecto negativo que nela repousa, como o ato único e verdadeiro, como ato de auto-afirmação de todo o ser —, ele apenas encontrou a expressão *abstrata, lógica, especulativa* para o movimento da história, que não é ainda história *efetiva* do homem como sujeito pressuposto, mas apenas *ato de geração* do homem, *história do nascimento* do homem. Explicaremos tanto a forma abstrata como a diferença que este movimento tem em Hegel, em oposição à *moderna crítica* do mesmo processo em *A Essência do Cristianismo* de Feuerbach; ou melhor, explicaremos a figura *crítica* deste movimento que em Hegel é ainda acrítico.

Examinemos o sistema hegeliano. Deve-se começar com a *Fenomenologia* hegeliana, fonte verdadeira e segredo da filosofia hegeliana.

[10] Feuerbach concebe ainda a negação da negação, o conceito concreto, como o pensamento que se supera a si mesmo no pensamento, enquanto pensamento, e quer ser intuição imediata, natureza, efetividade. (Nota de Marx escrita à margem inferior da página do manuscrito, sem qualquer outra indicação.)

Fenomenologia

A) *A autoconsciência*

I. *Consciência.* a) Certeza sensível ou o isto e o *meu.* b) A *percepção* ou a coisa com suas propriedades e a *ilusão.* c) Força e entendimento, fenômeno e mundo supra-sensível.

II. *Autoconsciência.* A verdade da certeza de si mesmo. a) Autonomia e não-autonomia da autoconsciência, dominação e servidão. b) Liberdade da autoconsciência. Estoicismo, ceticismo, a consciência infeliz.

III. *Razão.* Certeza e verdade da razão. Razão observadora; observação da natureza e da autoconsciência. b) Efetivação da autoconsciência racional por meio de si mesma. O prazer e a necessidade. A lei do coração e o delírio da presunção. A virtude e os caminhos do mundo. c) A individualidade que é real em si e para si. O reino animal do espírito e a fraude ou a coisa mesma. A razão legisladora. A razão examinadora das leis.

B) *O Espírito*

I. *O verdadeiro* Espírito: a ética. II. O Espírito alienado de si, a cultura. III. O Espírito seguro de si mesmo, a moralidade.

C) *A religião*

Religião *natural,* religião *estética,* religião *revelada.*

D) *"O Saber Absoluto"*

Como a *Enciclopédia* de Hegel começa com a lógica, com o *pensamento especulativo puro,* e termina com o *saber Absoluto,* com o Espírito autoconsciente, que se capta a si mesmo, filosófico, Absoluto, isto é, com o Espírito sobre-humano e abstrato, a *Enciclopédia* toda nada mais é do que a *essência desenvolvida* do Espírito filosófico, sua auto-objetivação. O Espírito filosófico não é por sua vez senão o Espírito alienado do mundo que pensa no interior de sua auto-alienação, isto é, que se compreende a si mesmo abstratamente. A *lógica* é o *dinheiro* do Espírito, o valor *pensado,* especulativo, do homem e da natureza; sua essência, tornada totalmente indiferente a toda determinidade *(Bestimmtheit) efetiva,* e, portanto, não efetiva é o *pensamento alienado* que por isso faz abstração da natureza e do homem efetivo; o pensamento *abstrato.* — A *exterioridade deste pensamento abstrato* (. . .) a natureza, como é para este pensamento abstrato. Ela lhe é exterior, é uma perda de si mesmo; e ele a apreende também exteriormente como pensamento abstrato, mas como pensamento abstrato alienado; finalmente o *Espírito,* este pensamento que retorna ao seu lugar próprio de ori-

gem, pensamento que como Espírito antropológico, fenomenológico, psicológico, moral, artístico-religioso ainda não é válido para si mesmo, enquanto não encontrar-se e afirmar-se a si mesmo como saber *Absoluto* e portanto como Espírito Absoluto, isto é, abstrato, recebe seu modo de existência consciente, o modo de existência que lhe corresponde. Pois seu modo de existência efetivo é a *abstração.*

Um erro duplo em Hegel

O primeiro evidencia-se da maneira mais clara na *Fenomenologia,* como fonte originária da filosofia hegeliana. Quando ele concebe, por exemplo, a riqueza, o poder estatal, etc., como essências alienadas para o ser *humano,* isto só acontece na sua forma de pensamento (. . .). São seres de pensamento e por isso simplesmente uma alienação do pensamento filosófico *puro,* isto é, abstrato. Todo movimento termina assim com o saber Absoluto. É justamente do pensamento abstrato que estes objetos se alienam, e é justamente ao pensamento abstrato que se opõem com sua pretensão à efetividade. O *filósofo* (uma figura abstrata, pois, do homem alienado) erige-se em *medida* do mundo alienado. Toda a *história da exteriorização* e toda *retomada* da exteriorização não é assim senão a *história da produção* do pensamento abstrato, isto é, Absoluto (veja-se pág. XIII), /XVII/ do pensamento lógico e especulativo. A *alienação,* que constitui, portanto, o verdadeiro interesse dessa exteriorização e superação desta exteriorização, é a oposição entre o *em si* e o *para si, a consciência e a autoconsciência, o sujeito e o objeto,* isto é, a oposição, no interior do próprio pensamento, entre o pensamento abstrato e a efetividade sensível ou a sensibilidade efetiva. Todas as demais oposições e movimentos destas oposições são apenas *aparência,* o *invólucro,* a figura *esotérica* destas oposições, as únicas interessantes que constituem o sentido das restantes profanas oposições. O que vale como essência posta *(gezetzte)* e a superar da alienação não é que o ser humano se *objetive desumanamente,* em oposição a si mesmo, mas sim que se objetive *diferenciando-se* do pensamento abstrato e em oposição a ele.

/XVIII/ A apropriação das forças essenciais humanas, convertidas em objetos, em objetos estranhos, é pois, em primeiro lugar, uma *apropriação* que se passa apenas na *consciência,* no *pensamento puro,* isto é, na *abstração,* a apropriação desses objetos como *pensamentos* e *movimentos do pensamento;* por isso, já na *Fenomenologia* (apesar do seu aspecto totalmente negativo e crítico, e apesar da crítica efetivamente nela contida, que com freqüência se adianta muito ao desenvolvimento posterior) está latente como gérmen, como potência, como um mistério, o positivismo acrítico e o igualmente acrítico idealismo das obras posteriores de Hegel, essa dissolução e restauração filosóficas da empiria existente. *Em segundo lugar.* A reivindicação do mundo objetivo para o homem — por exemplo, o conhecimento de que a consciência *sensível* não é uma consciência sensível *abstrata,* mas uma consciência sensível *humana;* o conhecimento de que

a religião, a riqueza, etc., são apenas a efetividade alienada da objetivação *humana,* das forças essenciais *humanas* nascidas para a ação e, por isso, apenas o *caminho* para a verdadeira efetividade *humana* —, esta apropriação ou compreensão deste processo, apresenta-se assim em Hegel de tal modo, que a *sensibilidade,* a *religião,* o poder do Estado, etc., são essências *espirituais,* pois só o *Espírito* é a *verdadeira* essência do homem, e a verdadeira forma do Espírito é o Espírito pensante, o Espírito lógico, especulativo. A *humanidade* da natureza e da natureza produzida pela história, dos produtos do homem, aparece no fato de que eles são *produtos* do Espírito abstrato e, portanto, nessa mesma medida, momentos *espirituais, seres de pensamento.* A *Fenomenologia* é a crítica oculta, obscura ainda para si mesma e mistificadora; mas, enquanto retém a alienação do homem — ainda que o homem apareça só na figura do Espírito —, encontram-se ocultos nela *todos* os elementos da crítica e com freqüência preparados e elaborados de modo tal, que superam amplamente o ponto de vista hegeliano. A "consciência infeliz", a "consciência honrada", a luta entre a "consciência nobre e a consciência vil", etc., etc., essas seções isoladas contêm — mas ainda de forma alienada — os elementos *críticos* de esferas inteiras, da religião do Estado, da vida civil, etc. Assim como a *essência* é o *objeto* como ser de pensamento, assim o *sujeito* é sempre *consciência* ou *autoconsciência;* ou bem mais, o objeto surge apenas como consciência *abstrata,* o homem apenas como *autoconsciência;* as diferentes figuras da alienação que surgem são, por isso, apenas diferentes figuras da consciência e da autoconsciência. Como *em si* a consciência abstrata — como tal o objeto é concebido — é simplesmente um momento da diferenciação da autoconsciência, assim também surge como resultado do movimento a identidade da autoconsciência com a consciência, o saber Absoluto, o movimento do pensamento abstrato, que não se passa mais no exterior, mas só no interior de si mesmo; isto é, a dialética do pensamento puro é o resultado.

/XXIII/ A grandeza da *Fenomenologia* hegeliana e de seu resultado final — a dialética da negatividade na qualidade de princípio motor e gerador — consiste, de uma parte, em que Hegel compreenda a autogeração do homem como processo, a objetivação como desobjetivação, alienação e superação dessa alienação; em que compreenda então a essência do *trabalho* e conceba o homem objetivado, verdadeiro, pois esse é o homem efetivo como o resultado de seu *próprio trabalho.* O comportamento *efetivo* e *ativo* do homem para consigo mesmo, na qualidade de ser genérico ou a manifestação de si mesmo como ser genérico, isto é, como ser humano, somente é possível porque ele efetivamente exterioriza todas as suas *forças genéricas* — o que por sua vez só se torna possível em virtude da ação conjunta dos homens enquanto resultado da história — e se comporta frente a elas como frente a objetos, o que, por sua vez, só é de início possível na forma da alienação.

Exporemos agora detalhadamente a unilateralidade e os limites de Hegel à luz do capítulo final da *Fenomenologia* — "O Saber Absoluto" —, um capítulo que contém tanto o espírito condensado da *Fenomenologia,* sua relação com a dialética especulativa, como a *consciência* de Hegel sobre ambos e sobre sua relação recíproca.

De momento anteciparemos apenas isto: Hegel se coloca no ponto de vista da economia política moderna. Concebe o *trabalho* como a *essência* do homem, que se afirma a si mesma; ele só vê o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo. O trabalho é o *vir-a-ser para si do homem* no interior da *alienação* ou como homem *alienado*. O único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o *abstrato, espiritual*. O que, em suma, constitui a *essência* da filosofia, a *alienação do homem que se conhece*, ou a *ciência alienada que se pensa*, isto Hegel toma como sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, resumir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia como a filosofia. O que os outros filósofos fizeram — apreender momentos isolados da natureza e da vida humana como momentos da autoconsciência, e, na verdade, da autoconsciência abstrata —, isto *entende* Hegel como o *fazer* da filosofia. Por isso sua ciência é absoluta.

Passemos agora ao nosso tema.

"O Saber Absoluto". Capítulo Final da Fenomenologia

O fundamental é que o *objeto* da *consciência* nada mais é do que a *autoconsciência*, ou que o objeto não é senão a *autoconsciência objetivada*, a autoconsciência como objeto. (Pôr *(setzen)* do homem = autoconsciência.)

Importa, pois, superar o *objeto da consciência*. A *objetividade* como tal é tomada por uma relação *alienada* do homem, uma relação que não corresponde à *essência humana*, à autoconsciência. A *reapropriação* da essência objetiva do homem, produzida como estranha sob a determinação da alienação, não tem, pois, somente a significação de superar a alienação, mas também a *objetividade;* isto é, o homem é considerado como um ser *não objetivo, espiritualista*.

O movimento da *superação do objeto da consciência* é descrito por Hegel do seguinte modo:

O *objeto* não se mostra unicamente (esta é, segundo Hegel, a concepção *unilateral* — que apreende só um lado — daquele movimento) como *retornante* ao si-mesmo *(Selbst)*. O homem é posto = si-mesmo. Mas o si-mesmo não é senão o homem *abstratamente* concebido e gerado mediante a abstração. O homem *é* si-mesmo. Seu olho, seu ouvido, etc., são *si-mesmo;* cada uma de suas forças essenciais tem nele a propriedade do *si-mesmo*. Mas por isso é completamente falso dizer: a *autoconsciência* tem olhos, ouvidos, força essencial. A *autoconsciência* é muito mais uma qualidade da natureza humana, do olho humano, etc., e não a natureza humana é uma qualidade /XXIV/ da *autoconsciência*. O si-mesmo abstraído e fixado para si é o homem como *egoísta abstrato*, o *egoísmo* em sua pura abstração elevado até o pensamento. (Voltaremos mais tarde a tratar deste ponto.)

A *essência humana*, o *homem*, equivale para Hegel à *autoconsciência*. Toda alienação da essência humana *nada* mais é do que a *alienação* da *autoconsciência*. A alienação da autoconsciência não é considerada como *expressão*

(expressão que se reflete no saber e no pensar) da alienação *efetiva* da essência humana. A alienação efetiva, que aparece como real, não é, pelo contrário, segundo sua essência *mais íntima* e oculta (que só a filosofia traz à luz) nada mais que o aparecimento da alienação da essência humana efetiva, da *autoconsciência.* Por isso, a ciência que compreende isto se chama *Fenomenologia.* Toda reapropriação da essência objetiva alienada aparece assim como uma incorporação na autoconsciência; o homem que se apodera de sua essência é *apenas* a autoconsciência que se apodera da essência objetiva. O retorno do objeto ao si-mesmo é, portanto, a reapropriação do objeto.

Expresso de *forma global,* a *superação do objeto da autoconsciência* resume-se no seguinte:

1) o objeto enquanto tal se apresenta à autoconsciência como evanescente;

2) a alienação da autoconsciência põe a coisidade *(Dingheit);*

3) esta alienação não só tem significado *negativo,* como também *positivo;*

4) ela não o tem apenas *para nós* ou em si, mas também para *si mesma;*

5) *para ela,* o negativo do objeto, ou a sua auto-superação, tem significado *positivo,* ou ela conhece esta nadidade *(Nichtigkeit)* do mesmo, na medida em que se aliena a si mesma, pois nesta alienação ela se *põe* como objeto ou põe o objeto como si-mesmo em virtude da inseparável unidade do *ser-para-si;*

6) por outro lado, está igualmente presente este outro momento, a saber: a autoconsciência superou e retomou a si esta alienação e esta objetividade, isto é, em *seu* ser-outro *como tal* está *junto a si;*

7) este é o movimento da consciência e esta é, por isso, a totalidade de seus momentos;

8) a autoconsciência deve comportar-se em relação ao objeto segundo a totalidade de suas determinações e tem que tê-lo apreendido, assim, segundo cada uma delas. Esta totalidade de suas determinações o faz *em si essência espiritual* e para a consciência isto se faz em verdade pela apreensão de cada uma das determinações isoladas como do *si-mesmo* ou pelo anteriormente mencionado comportamento *espiritual* para com elas;

ad 1) Que o objeto como tal se apresente perante a consciência como *evanescente,* é o anteriormente mencionado *retorno do objeto ao si-mesmo.*

ad 2) A *alienação da autoconsciência* põe a coisidade. Posto que homem = autoconsciência, assim sua essência objetiva alienada, ou a *coisidade* (o que para *o homem* é *objeto,* e só é verdadeiramente objeto para ele aquilo que para ele é objeto essencial, isto é, aquilo que é sua essência *objetiva.* Ora, posto que não se toma o *homem efetivo* enquanto tal como sujeito, portanto, tampouco a *natureza* — o homem é a *natureza humana* —, mas somente a abstração do homem, a autoconsciência, a coisidade só pode ser a autoconsciência alienada), é = *autoconsciência alienada,* a coisidade é posta por esta alienação. É perfeitamente compreensível um ser vivo, natural, provido e dotado de forças essenciais objetivas, isto é, naturais, ter *objetos reais e naturais* de seu ser e igualmente sua auto-

alienação ser a posição *(Setzung)* de um mundo *real,* mas sob a forma da exterioridade, como um mundo objetivo que não pertence ao seu ser e que ele não domina. Nada há de ininteligível nem de misterioso nisso. Ao contrário, o inverso é que seria misterioso. Mas é igualmente claro que uma *autoconsciência,* por meio da sua alienação, possa pôr apenas a *coisidade,* isto é, apenas uma coisa abstrata, uma coisa da abstração e não uma coisa *efetiva.* Além disso é /XXVI/ também claro que a *coisidade,* portanto, não é nada de *autônomo* e *essencial* frente à autoconsciência, mas sim uma mera criatura, algo *posto* por ela, e o posto, ao invés de confirmar-se a si mesmo, é só uma confirmação do ato de pôr, que por um momento fixa sua energia como produto e, *aparentemente* — mas só por um momento —, lhe atribui o papel de um ser autônomo e efetivo.

Quando o homem real, corpóreo, de pé sobre a terra firme e aspirando e expirando todas as forças naturais, *põe* suas *forças essenciais* reais e objetivas como objetos estranhos mediante sua alienação, o *pôr (Setzen)* não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais *objetivas,* cuja ação, por isso, deve ser também *objetiva.* O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo não estivesse na destinação do seu ser. O ser objetivo cria e põe apenas *objetos, porque* ele próprio é posto por objetos, porque é originariamente *natureza.* No ato de pôr não cai, pois, de sua "atividade pura" em uma *criação* do *objeto,* senão que seu produto *objetivo* apenas confirma sua atividade *objetiva,* sua atividade como atividade de um ser natural e objetivo.

Vemos aqui como o naturalismo realizado, ou humanismo, se distingue tanto do idealismo como do materialismo e é, ao mesmo tempo, a verdade unificadora de ambos. Vemos, também, como só o naturalismo é capaz de compreender o ato da história universal.

O *homem* é imediatamente *ser natural.* Como ser natural, e como ser natural vivo, está, em parte, dotado de *forças naturais,* de *forças vitais,* é um ser natural *ativo;* estas forças existem nele como disposição e capacidades, como *instintos;* em parte, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que padece, condicionado e limitado, tal qual o animal e a planta; isto é, os *objetos* de seus instintos existem exteriormente, como objetos independentes dele; entretanto, esses objetos são *objetos* de seu *carecimento, objetos* essenciais, imprescindíveis para a efetuação e confirmação de suas *forças essenciais.* Que o homem seja um ser *corpóreo,* dotado de forças naturais, vivo, efetivo, sensível, objetivo, significa que tem como objeto de seu ser, de sua exteriorização de vida, objetos *efetivos, sensíveis,* ou que só em objetos reais, sensíveis, pode *exteriorizar* sua vida. Ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou inclusive ser objeto, natureza e sentido para um terceiro se equivalem. A *fome* é um *carecimento* natural; precisa, pois, uma *natureza* fora de si, um *objeto* fora de si, para satisfazer-se, para acalmar-se. A fome é a necessidade *(Bedürfnis)* confessa que meu corpo tem de um *objeto* que está fora dele e é indispensável para a sua integração e para a sua exteriorização essencial. O sol é *objeto* da planta, um objeto indispensável e assegurador de sua vida, assim como a planta é objeto do sol, enquanto *exteriorização* da força vivificadora do sol, de sua força essencial e *objetiva.*

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser *natural,* não faz parte da essência da natureza. Um ser que não tem nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não é, por sua vez, objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser como *objeto* seu, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é objetivo.

/XXVII/ Um ser não objetivo é um *não-ser (Unwesen).*

Suponha-se um ser que nem é ele próprio objeto nem tem um objeto. Tal ser seria, em primeiro lugar, o *único* ser, não existiria nenhum ser fora dele, existiria solitário e sozinho. Pois, tão logo haja objetos fora de mim, tão logo não esteja *só,* sou um *outro,* uma *outra efetividade* diferente do objeto fora de mim. Para este terceiro objeto eu sou, pois, uma *outra efetividade* diferente dele, isto é, sou *seu* objeto. Um ser que não é objeto de outro ser, supõe, pois, que não existe *nenhum* ser objetivo. Tão logo eu tenha um objeto, este objeto me tem a mim como objeto. Mas um ser *não objetivo* é um ser não efetivo, não sensível, somente pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração. Ser *sensível,* isto é, ser efetivo, é ser objeto dos sentidos, é ser objeto *sensível,* e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é *padecer.*

O homem como ser objetivo sensível é, por isso, um ser *que padece,* e, por ser um ser que sente sua paixão, um ser *apaixonado.* A paixão é a força essencial do homem que tende energicamente para seu objeto.

O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural *humano,* isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, *ser genérico,* que enquanto tal deve atuar e confirmar-se tanto em seu ser como em seu saber. Por conseguinte, nem os objetos humanos são os objetos naturais tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido *humano,* tal como *é* imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana,* objetividade humana. Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser *humano* de modo adequado. E como tudo o que é natural deve *nascer,* assim também o *homem* possui seu ato de nascimento: a *história,* que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem. — (Temos que voltar a este assunto.)

Em terceiro lugar, por ser este pôr a própria coisidade só uma aparência, um ato que contradiz a essência da atividade pura, deve ser por sua vez superado, e a coisidade, negada.

Ad 3, 4, 5, 6 — 3) Esta alienação da consciência não tem significado somente *negativo,* mas também *positivo* e, 4) este significado positivo não apenas *para nós* ou em si, mas para ela, para a própria consciência. 5) *Para ela* o negativo do objeto ou a auto-superação deste tem um significado *positivo* ou, em outras palavras, ela *conhece* esta nadidade do mesmo, porque ela própria *se* aliena, pois nesta alienação ela se conhece como objeto ou conhece o objeto como si mesma, graças à inseparável unidade do *ser-para-si.* 6) Por outro lado, está aqui presente simultaneamente o outro momento: ela superou e retomou a si igualmente esta alienação e objetividade, e portanto, está em seu *ser-outro enquanto tal junto a si.*

Já vimos que a apropriação do ser objetivo alienado ou a superação da objetividade sob a determinação da *alienação* — que tem de progredir da estranheza indiferente até a alienação efetiva e hostil — tem para Hegel, imediata e até principalmente, o significado de superar a *objetividade,* pois não é o caráter *determinado* do objeto, mas seu caráter objetivo que na alienação escandaliza a autoconsciência. O objeto é por isso um negativo, algo que se supera a si mesmo, uma *nadidade.* Esta nadidade do mesmo não tem para a consciência um significado apenas negativo, mas também *positivo,* pois essa nadidade do objeto é precisamente a *autoconfirmação* da não-objetividade, da /XXVIII/ *abstração* dele próprio. Para a *própria consciência,* a nadidade do objeto tem um significado positivo porque ela conhece esta nadidade, o ser objetivo, como *auto-alienação;* porque sabe que só é mediante sua auto-alienação. . .

O modo pelo qual a consciência é, e pelo qual algo é para a consciência, é para ela o *saber.* O saber é seu único ato, por isso algo é para ela na medida em que ela *conhece* este *algo.* Saber é seu único comportamento objetivo. Ora, a autoconsciência conhece a nadidade do objeto, isto é, o não-ser-diferente do objeto em relação a ela, o não-ser do objeto para ela, porque conhece o objeto como sua *auto-alienação,* isto é, ela se conhece — o saber como objeto — porque o objeto é apenas a *aparência* de um objeto, uma fantasmagoria mentirosa, pois em seu ser não é outra coisa senão o próprio saber que se opôs a si mesmo e por isso opôs a si uma *nadidade,* algo que não tem *nenhuma* objetividade fora do saber; ou, dito de outro modo, o saber sabe que, ao relacionar-se com o objeto, está apenas *fora* de si, que se exterioriza, que *ele mesmo* só *aparece* ante si como objeto ou que aquilo que se lhe aparece como objeto só é ele mesmo.

Por outro lado, diz Hegel, encontra-se aqui presente, ao mesmo tempo, esse outro momento, em que a consciência superou e retomou a si esta alienação e esta objetividade e, em conseqüência, está em seu *ser-outro enquanto tal junto a si.*

Nesta investigação, encontramos juntas todas as ilusões da especulação.

Em primeiro lugar: a consciência, a autoconsciência, está em seu *ser-outro enquanto tal junto a si.* Por isso, a autoconsciência — ou se fizermos abstração aqui da abstração hegeliana e pusermos a autoconsciência do homem no lugar da autoconsciência — está em seu *ser-outro enquanto tal junto a si.* Isto implica, primeiramente, que a consciência — o saber enquanto saber, o pensar enquanto pensar — pretende ser imediatamente o *outro* de si mesmo, pretende ser sensibilidade, efetividade, vida: o pensamento que se ultrapassa no pensamento (Feuerbach). Este lado está contido aqui na medida em que a consciência, apenas como consciência, escandaliza-se não com a objetividade alienada, mas sim com a *objetividade enquanto tal.*

Em segundo lugar, isto implica que o homem autoconsciente, na medida em que reconheceu e superou como auto-alienação o mundo espiritual (ou o modo de existência espiritual geral de seu mundo), confirma-o, no entanto, novamente nesta figura alienada e a apresenta como seu verdadeiro modo de existência, restaura-a, pretende estar *junto a si em seu ser-outro enquanto tal.* Isto é, depois

de ter superado, por exemplo, a religião, depois de ter reconhecido a religião como um produto da auto-alienação, encontra-se, entretanto, confirmado na *religião* enquanto *religião*. Aqui *está* a raiz do *falso* positivismo de Hegel ou de seu criticismo apenas *aparente;* o que Feuerbach designa como o pôr, o negar e o restaurar da religião ou teologia, mas que se deve conceber de modo mais geral. A razão está, pois, junto a si na desrazão *(Unvernunft)* enquanto desrazão. O homem que reconheceu que no direito, na política, etc., leva uma vida alienada, leva nesta vida alienada, enquanto tal, sua verdadeira vida humana. A auto-afirmação — autoconfirmação em *contradição* consigo mesma, tanto com o saber como com o ser do objeto — é o verdadeiro *saber* e a verdadeira *vida.*

Assim, não se pode mais falar de uma acomodação de Hegel à religião, ao Estado, etc., pois esta mentira é a mentira de seu princípio.

/XXIX/ Se eu sei que a religião é a autoconsciência *alienada* do homem, sei portanto que na religião, enquanto tal, não minha autoconsciência, mas minha autoconsciência alienada encontra sua confirmação. Sei, por conseguinte, que minha autoconsciência, que depende de sua essência, não se confirma na *religião,* mas sim na religião *aniquilada, suprimida.*

Assim, em Hegel, a negação da negação não é a confirmação da essência verdadeira mediante a negação do ser aparente, mas a confirmação do ser aparente ou do ser alienado de si em sua negação, ou a negação deste ser aparente com um ser objetivo, que habita fora do homem e é independente dele, e sua transformação em sujeito.

Um papel peculiar desempenha, pois, a *superação,* onde a *negação* e a conservação, a afirmação, estão vinculadas.

Assim, por exemplo, na filosofia do direito de Hegel, o *direito privado* superado = *moral,* a moral superada = *família,* a família superada = *sociedade civil,* a sociedade civil superada = *Estado,* o Estado superado = *história universal.* Na *realidade* continuam de pé direito privado, moral, família, sociedade civil, Estado, etc., só que se converteram em *momentos,* em existências e modos de existência do homem que carecem de validez isolados, que se dissolvem e se engendram reciprocamente, etc., *momentos do movimento.*

Na sua existência efetiva, esta sua essência *móvel* está oculta. Só no pensamento, na filosofia, aparece, revela-se, e por isso meu verdadeiro modo de existência religioso é meu modo de existência *filosófico-religioso,* meu verdadeiro modo de existência político é meu modo de existência *filosófico-jurídico,* meu verdadeiro modo de existência natural é meu modo de existência *filosófico-natural,* meu verdadeiro modo de existência artístico é meu modo de existência *filosófico-artístico,* meu verdadeiro modo de existência humano é meu modo de existência *filosófico.* Do mesmo modo, a verdadeira existência da religião, do Estado, da natureza, da arte, é a *filosofia* da religião, do Estado, da natureza, da arte. Mas se para mim o verdadeiro modo de existência da religião, etc., é unicamente a filosofia da religião, só sou verdadeiramente religioso como *filósofo da religião* e nego assim a religiosidade *efetiva* e o homem efetivamente *religioso.* Mas, ao mesmo tempo, os *confirmo,* em parte, no interior do meu próprio modo

de existência ou do modo de existência estranho que lhes oponho, pois esta *é* simplesmente a expressão *filosófica* daqueles, e, em parte, em sua peculiar figura originária, pois eles valem para mim como o apenas ser-outro *aparente,* como alegorias, como figuras ocultas sob invólucros sensíveis, de seu verdadeiro modo de existência, isto é, de meu modo de existência *filosófico.*

Do mesmo modo, a *qualidade* superada = *quantidade,* a quantidade superada = *medida,* a medida superada = *essência,* a essência superada = *fenômeno,* o fenômeno superado = *efetividade,* a efetividade superada = *conceito,* o conceito superado = *objetividade,* a objetividade superada = *idéia absoluta,* a idéia absoluta superada = *natureza,* a natureza superada = *espírito subjetivo,* o espírito subjetivo superado = Espírito subjetivo *ético,* o espírito ético superado = *arte,* a arte superada = *religião,* a religião superada = *saber absoluto.*

Por um lado, este superar é um superar do ser pensado, e assim a propriedade privada *pensada* se supera no *pensamento* da moral. E, como o pensamento imagina ser imediatamente o outro de si mesmo, *efetividade sensível,* e como, em conseqüência, também sua ação vale para ele como ação *efetiva sensível,* este superar pensante que deixa intacto seu objeto na efetividade crê havê-lo ultrapassado efetivamente. Por outro lado, como o objeto tornou-se agora para ele momento de pensamento, também em sua efetividade vale para ele como confirmação de si mesmo, da autoconsciência, da abstração.

/XXX/ Portanto, por um lado, os modos de existência que Hegel supera na filosofia não são a religião, o Estado ou a natureza *efetivas,* mas a própria religião já como objeto do saber, isto é, a *dogmática,* e assim também a *jurisprudência,* a *ciência do Estado,* a *ciência natural.* Por outro lado, pois, está em oposição tanto ao ser *efetivo* como à *ciência* imediata, não filosófica, ou ao *conceito* não filosófico deste ser. Hegel contradiz, portanto, os conceitos usuais dessas ciências.

Por outro lado, o homem religioso, etc., pode encontrar em Hegel sua última confirmação.

Deve-se tomar agora os momentos *positivos* da dialética hegeliana, no interior da determinação da alienação.

a) O *superar,* como movimento objetivo que retoma a si a alienação. É esta a concepção que se expressa no interior da alienação, da *apropriação* da essência objetiva mediante a superação da sua alienação, a concepção alienada na *objetivação efetiva* do homem, na apropriação efetiva de sua essência objetiva mediante a aniquilação da determinação *alienada* do mundo objetivo, mediante sua superação, no seu modo de existência alienado. Do mesmo modo que o ateísmo, enquanto superação de deus, é o vir-a-ser do humanismo teórico, o comunismo, enquanto superação da propriedade privada, é a reivindicação da vida humana efetiva como sua propriedade, é o vir-a-ser do humanismo prático, ou, dito de outro modo, o ateísmo é o humanismo conciliado consigo mesmo mediante a superação da religião; o comunismo é o humanismo conciliado consigo mesmo mediante a superação da propriedade privada. Só mediante a superação dessa mediação (que é, no entanto, um pressuposto necessário) chega-se ao humanismo que começa positivamente a partir de si mesmo, ao humanismo *positivo.*

Mas ateísmo e comunismo não são nenhuma fuga, nenhuma abstração, nenhuma perda do mundo objetivo engendrado pelo homem, de suas forças essenciais nascidas para a objetividade; não são uma pobreza que retorna à simplicidade não natural e não desenvolvida. São, muito mais, pela primeira vez, o vir-a-ser efetivo, a efetivação, tornada efetiva para o homem, de sua essência e de sua essência como algo efetivo.

Ao apreender o sentido *positivo* da negação referida a si mesma (ainda que sempre em forma alienada), Hegel apreende a auto-alienação, a exteriorização da essência, a desobjetivação e desefetivação do homem, como um ganhar-se a si mesmo, como exteriorização da essência, como objetivação, como efetivação. Em resumo, apreende — no interior da abstração — o trabalho como o *ato autogerador do homem,* o relacionar-se consigo mesmo como um ser estranho, e seu manifestar-se como um ser estranho, como *consciência genérica* e *vida genérica* em vir-a-ser.

b) Em Hegel — abstração feita do absurdo já descrito, ou melhor, em conseqüência dele — este ato aparece, entretanto, em primeiro lugar, como ato *apenas formal* porque abstrato, porque o próprio ser humano só tem valor como *ser abstrato pensante,* como *autoconsciência;* em segundo lugar, como a concepção é *formal* e *abstrata,* a superação da alienação converte-se em uma confirmação da alienação, ou, dito de outra forma, esse movimento de autogeração, de *auto-objetivação* como *auto-exteriorização* e *auto-alienação* é a *exteriorização absoluta da vida humana* e por isso a exteriorização definitiva, que constitui sua própria meta e se acalma, que atinge sua essência.

Em sua forma abstrata, /XXXI/ como dialética, este movimento é tomado assim pela *vida verdadeiramente humana,* mas, como esta é uma abstração, uma alienação da vida humana, esta vida é considerada como *processo divino,* mas como processo divino do homem — um processo que perfaz a própria essência do homem distinta dele, abstrata, pura, absoluta.

Em terceiro lugar: este processo deve ter um portador, um sujeito; mas o sujeito só aparece enquanto resultado; este resultado, o sujeito que se conhece como autoconsciência absoluta, é portanto o *Deus,* o *Espírito Absoluto, a idéia que se conhece e atua.* O homem efetivo e a natureza efetiva convertem-se simplesmente em predicados, em símbolos deste homem não efetivo, escondido e desta natureza não efetiva. Sujeito e predicado têm assim um com o outro relação de uma inversão absoluta: *sujeito-objeto místico* ou *subjetividade que transcende o objeto,* o *sujeito absoluto* como um *processo,* como *sujeito que se aliena* e volta para si da alienação, mas que, ao mesmo tempo, a retoma em si, e o sujeito como este processo; o puro, incessante girar dentro de si.

Primeiro. Concepção *formal e abstrata* do ato de autogeração ou ato de auto-objetivação do homem.

O objeto alienado, a efetividade essencial alienada do homem, nada mais é (desde que Hegel identifica homem e autoconsciência) do que consciência, simplesmente a idéia da alienação, sua expressão *abstrata* e por isso não efetiva e sem conteúdo, a *negação.* Igualmente, a superação da alienação não é, portanto,

nada mais do que uma superação abstrata e sem conteúdo desta abstração vazia, a *negação da negação*. A atividade plena de conteúdo, viva, sensível e concreta da auto-objetivação converte-se assim em sua pura abstração, em *negatividade absoluta,* uma abstração que, por sua vez, é fixada como tal e pensada como uma atividade autônoma, como a atividade simplesmente. Como esta assim chamada negatividade nada mais é do que a forma *abstrata, sem conteúdo,* daquele ato vivo e efetivo, seu conteúdo só pode ser um conteúdo *formal,* gerado pela abstração de todo conteúdo. Trata-se pois das *formas* gerais e abstratas *da abstração,* pertencentes a qualquer conteúdo, e, conseqüentemente, tanto indiferentes a respeito de qualquer conteúdo, como válidas para qualquer um deles; são as formas de pensar, as categorias lógicas arrancadas do espírito *efetivo* e da natureza *efetiva.* (Mais adiante desenvolveremos o conteúdo *lógico* da negatividade absoluta.)

O positivo da contribuição de Hegel — em sua lógica especulativa — é que os *conceitos determinados,* as *formas fixas* e universais do *pensamento* são, na sua autonomia frente à natureza e ao espírito, um resultado necessário da alienação geral do ser humano, e portanto também do pensar humano, e que Hegel, por isso, apresentou e resumiu como momentos do processo de abstração. Por exemplo, o ser superado é a essência, a essência superada, conceito, o conceito superado (. . .) idéia absoluta. Mas o que é a idéia absoluta? Ela se supera por sua vez a si mesma, se não quiser perfazer de novo e desde o início todo o ato de abstração e não quiser contentar-se com ser uma totalidade de abstrações ou a abstração que se apreende a si mesma. Mas a abstração que se apreende como abstração conhece-se como nada; deve abandonar-se a si mesma, à abstração, e chega assim junto a um ser que é justamente o seu contrário, junto à *natureza.* A lógica toda é, pois, a prova de que o pensar abstrato não é nada por si, de que a idéia absoluta por si não é nada, que unicamente a *natureza* é algo.

> /XXXII/ A idéia absoluta, a idéia abstrata, que "considerada em sua unidade consigo é *contemplação*" (Hegel, *Enciclopédia,* 3.ª ed., pág. 222 [§244]), que "na absoluta verdade de si mesma *decide-se* a *fazer sair* livremente *de si* o momento de sua particularidade ou da primeira determinação e ser-outro, a *idéia imediata,* como seu reflexo; que se *decide* a *se* fazer sair de *si mesma* como *natureza*" (1. c.),

toda esta idéia, que se comporta de forma tão estranha e barroca e que propiciou aos hegelianos incríveis dores de cabeça, nada mais é, afinal das contas, do que a *abstração* (isto é, o pensador abstrato), que, escaldada pela experiência e esclarecida sobre sua verdade, decide, sob certas condições — abandonar-se e *pôr seu* ser-outro, o particular, o determinado, no lugar de seu ser-junto-a-si, de seu não-ser, de sua generalidade e de sua indeterminação, a *natureza.* Decide *deixar sair livremente para fora de si* a natureza, que ocultava em si só como abstração, como coisa do pensamento. Isto é, decide abandonar a abstração e contemplar por fim a natureza *libertada* dela. A idéia abstrata, que se converte imediatamente em contemplação, não é outra coisa senão o pensamento abstrato que se renuncia e se decide pela *contemplação.* Toda esta passagem da lógica à filosofia da natureza é apenas a passagem — de tão difícil realização para o pensador abstrato,

que por isso descreve-a de forma tão extravagante — da *abstração* à *contemplação*. O sentimento *místico* que leva o filósofo do pensar abstrato à contemplação é o *aborrecimento*, a ânsia por um conteúdo.

(O homem alienado de si mesmo é também o pensador alienado de sua *essência*, isto é, da essência natural e humana. Seus pensamentos são, por isso, espíritos fixos que vivem fora da natureza e do homem. Na sua lógica, Hegel encerrou juntos todos estes espíritos fixos e tomou cada um deles, em primeiro lugar, como a negação, isto é, como *alienação* do pensar *humano*, depois como negação da negação, isto é, como superação desta alienação, como *efetiva* exteriorização do pensar humano; mas, prisioneira ainda da sua alienação, esta negação da negação é, em parte, a restauração desses espíritos na alienação, em parte, o estacionar no último ato, o relacionar-se consigo mesma na alienação, como modo de existência efetivo destes espíritos fixos,[11] e em parte, na medida em que esta abstração se compreende a si mesma e se aborrece infinitamente de si mesma, o abandono do pensamento abstrato que se move só no pensamento e não tem nem olhos nem dentes, nem orelhas nem nada, aparece em Hegel, como a decisão de reconhecer a *natureza* como essência e dedicar-se à contemplação.)

/XXXIII/ Mas também a *natureza* tomada em abstrato, para si, fixada na separação do homem, não é *nada* para o homem. É evidente por si mesmo que o pensador abstrato que se decidiu pela contemplação contempla-a abstratamente. Como a natureza jazia encerrada pelo pensador na figura, para ele mesmo oculta e misteriosa, da idéia absoluta, da coisa pensada, quando a colocou em liberdade, somente libertou verdadeiramente de si esta natureza abstrata — mas agora com o significado de que ela é o ser-outro do pensamento, a natureza efetiva, contemplada, distinta do pensamento —, apenas libertou a natureza enquanto *coisa pensada*. Ou, para falar uma linguagem humana, o pensador abstrato em sua contemplação da natureza toma conhecimento de que os seres que ele, na dialética divina, deveria criar do nada, da pura abstração, como produtos puros do trabalho do pensamento que se tece em si mesmo e que nunca lança os olhos sobre a realidade, não são outra coisa senão *abstrações* de *determinações naturais*. A natureza inteira repete para ele, pois, apenas em forma exterior, sensível, as abstrações lógicas. — Ele a *analisa* e analisa novamente estas abstrações. Sua contemplação da natureza é unicamente o ato de confirmação de sua abstração da contemplação da natureza, o ato gerador, conscientemente repetido por ele, de sua abstração. Assim, por exemplo, o tempo = negatividade que se relaciona consigo mesma (pág. 238, 1. c.). Ao vir-a-ser superado como modo de existência corresponde — em forma natural — o movimento superado como matéria. A luz é — a forma *natural* — da *reflexão em si*. O corpo, como *lua* e *cometa*, é — a

[11] (Isto é, Hegel coloca no lugar daquelas abstrações fixas o ato da abstração que gira em torno de si mesmo; com isto, já tem o mérito de ter mostrado a fonte de todos estes conceitos inadequados, que, de acordo com a sua data de origem, pertencem a diversos filósofos; de tê-los reunido e de ter criado como objeto da crítica, em lugar de uma abstração determinada, a abstração consumada em toda a sua extensão (mais tarde veremos por que Hegel separa o pensamento do *sujeito;* desde já está claro, no entanto, que, se o homem não é, tampouco a exteriorização da sua essência pode ser humana, e, portanto, tampouco podia conceber-se o pensamento como exteriorização da essência do homem como sujeito humano e natural, com olhos, ouvidos, etc., que vive na sociedade, no mundo e na natureza.) (N. do A.)

forma *natural* — da *oposição* que, segundo a lógica, é, por um lado, o *positivo que descansa sobre si mesmo,* e, por outro, o *negativo* que descansa sobre si mesmo. A terra é a forma *natural* do *fundamento* lógico, como unidade negativa da oposição, etc.

A *natureza enquanto natureza,* isto é, na medida em que ainda se diferencia sensorialmente daquele sentido secreto oculto nela, a natureza separada, diferenciada destas abstrações, não é *nada,* um *nada que se comprova como nada,* é *privada de sentido* ou tem apenas o sentido de uma exterioridade que deve ser superada.

"Do ponto de vista *teleológico* finito encontra-se a justa pressuposição de que a natureza não contém em si mesma o fim Absoluto. Pág. 225 [§ 245].

Seu objetivo é a confirmação da abstração.

A natureza resultou como a idéia na *forma* do ser *outro.* Posto que a idéia é, nessa forma, o negativo de si mesma, ou, é *exterior a si,* a natureza não é exterior apenas relativamente a esta idéia, mas sim a *exterioridade* constitui a destinação na qual ela é enquanto natureza." Pág. 227 [§ 247].

Não se deve entender aqui a exterioridade como sensibilidade que se *exterioriza,* aberta à luz e ao homem sensível. Esta exterioridade deve ser tomada aqui no sentido da alienação, de uma falta, de uma imperfeição que não deve ser. Pois o verdadeiro é ainda a idéia. A natureza é unicamente a *forma* de seu *ser-outro.* E, como o pensar abstrato é a *essência,* o que lhe é exterior é, de acordo com sua essência, apenas um *exterior.* O pensador abstrato reconhece, ao mesmo tempo, que a *sensibilidade* é a essência da natureza, a *exterioridade* em oposição ao pensamento que se tece *em si mesmo.* Mas simultaneamente expressa esta oposição de tal forma que esta *exterioridade da natureza* é sua *oposição* ao pensar, sua *falta;* que a natureza, na medida em que se diferencia da abstração, é um ser falho, /XXXIV/ um ser que é falho não apenas para mim, ante meus olhos, um ser que é falho em si mesmo, tem fora de si algo que lhe falta. Isto é, sua essência é algo diferente dele mesmo. Para o pensador abstrato a natureza, portanto, tem que superar-se a si mesma, pois já foi posta por ele como um ser potencialmente superado.

"O Espírito tem *para nós,* como *pressuposto,* a *natureza,* da qual é a verdade e, com isso, o primeiro Absoluto. Nesta verdade, *desapareceu* a natureza e o Espírito revelou-se como a idéia chegada ao ser-para-si, da qual o *conceito* é tanto *objeto* como *sujeito.* Esta identidade é *absoluta negatividade,* porque na natureza tem o conceito sua plena objetividade exterior, mas esta sua alienação foi superada e o conceito fez-se nela idêntico consigo mesmo. Assim, ele é esta identidade somente como retorno a partir da natureza." Pág. 392 [§ 381].

"A *manifestação,* que como *idéia abstrata* é passagem imediata, *vir-a-ser da natureza,* é, como manifestação do Espírito, que é livre, o *pôr* da natureza como *seu* mundo; um pôr, que como reflexão é, ao mesmo tempo, um *pressupor* do mundo como natureza autônoma. A manifestação no conceito é a criação da natureza como ser deste, no qual ele se dá a *afirmação* e *verdade* de sua liberdade." "O *Absoluto é o Espírito;* esta é a suprema definição do Absoluto." Pág. 393, [§384]. /XXXIV/

(TESES CONTRA FEUERBACH)*

O EGOÍSTA DIVINO EM OPOSIÇÃO AO HOMEM EGOÍSTA

O ENGANO NO QUE RESPEITA À REVOLUÇÃO SOBRE O ESTADO ANTIGO

O "CONCEITO" E A "SUBSTÂNCIA"

A REVOLUÇÃO: HISTÓRIA DO NASCIMENTO DO ESTADO MODERNO

Tradução de **José Arthur Giannotti**

* Estas teses foram escritas na primavera de 1845 e publicadas, muito mais tarde, por Engels, com algumas modificações. Seguimos a versão original, como foi estabelecida na edição MEGA — *Marx-Engels Gesamtausgabe,* parte I, vol. III, págs. 533-535. (N. do T.)

1. Ad Feuerbach

1

A falha capital de todo materialismo até agora (incluso o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de *objeto ou de intuição,* e não como *atividade humana sensível, praxias;* só de um ponto de vista subjetivo. Daí, em oposição ao materialismo, o lado *ativo* ser desenvolvido, de um modo abstrato, pelo idealismo, que naturalmente não conhece a atividade efetiva e sensível como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis — efetivamente diferenciados dos objetos de pensamento, mas não capta a própria atividade humana como atividade *objetiva.* Por isso considera, na *Essência do Cristianismo,* apenas como autenticamente humano o comportamento teórico, enquanto a *praxis* só é captada e fixada em sua forma fenomênica, judia e suja. Não compreende por isso o significado da atividade "revolucionária", "prático-crítica".

2

A questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica mas *prática.* É na *praxis* que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a citerioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não-efetividade do pensamento-isolado da *praxis* — é uma questão puramente *escolástica.*

3

A doutrina materialista sobre a mudança das contigências e da educação se esquece de que tais contingências são mudadas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Deve por isso separar a sociedade em duas partes — uma das quais é colocada acima da outra.

A coincidência da alteração das contigências com a atividade humana e a mudança de si próprio só pode ser captada e entendida racionalmente como *praxis revolucionária.*

4

Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, da duplicação do

mundo em religioso e terreno. Seu trabalho consiste em resolver o mundo religioso em seu fundamento terreno. Mas que este fundamento se desloque de si mesmo e se fixe nas nuvens como um reino autônomo, isto só se ilumina a partir do autodilaceramento e da autocontradição do próprio fundamento terreno. Este deve ser pois entendido em si mesmo, em sua contradição, como praticamente revolucionado. Porquanto, depois de, por exemplo, descobrir na família terrestre o segredo da família sagrada, cabe aniquilar a primeira teórica e praticamente.

5

Feuerbach, descontente com o *pensamento abstrato,* recorre à *intuição;* mas não capta a sensibilidade como atividade prática, humana e sensível.

6

Feuerbach resolve o mundo religioso na essência *humana.* Mas a essência humana não é abstrato residindo no indivíduo único. Em sua efetividade é o conjunto das relações sociais.

Feuerbach, que não entra na crítica dessa essência efetiva, é por isso forçado:

1) A abstrair o curso histórico e fixar o ânimo religioso como para-si, pressupondo um indivíduo humano, abstrato e *isolado.*

2) Por isso a essência só pode ser captada como "gênero", generalidade interna, muda, que liga muitos indivíduos de *modo natural.*

7

Feuerbach não vê, pois, que o próprio "ânimo religioso" é um produto social e que o indivíduo abstrato, analisado por ele, pertence a uma forma social determinada.

8

Toda vida social é essencialmente *prática.* Todos os mistérios, que induzem às doutrinas do misticismo, encontram sua solução racional na *praxis* humana e no compreender dessa *praxis.*

9

O extremo a que chega o materialismo intuitivo, a saber, o materialismo que não compreende a sensibilidade como uma atividade prática, é a intuição dos indivíduos únicos e a sociedade civil.

10

O ponto de vista do materialismo antigo é a sociedade civil, o do materialismo moderno, a sociedade humana ou a humanidade social.

11

Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo diferentemente, cabe *transformá-lo*.

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO*

Tradução de **Elias Chaves**

* Informe pronunciado por Marx nos dias 20 a 27 de junho de 1865 nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores. Publicado pela primeira vez em folheto à parte, em Londres, 1898, com o título *Value, price and profit*. (N. do T.)

Observações preliminares

Cidadãos!

Antes de entrar no assunto, permiti que faça algumas observações preliminares.

Reina atualmente no Continente uma verdadeira epidemia de greves e se levanta um clamor geral por aumentos de salários. O problema há de ser levantado no nosso Congresso. Vós, como dirigentes da Associação Internacional, deveis manter um critério firme perante este problema fundamental. De minha parte, julguei-me, por isso, no dever de entrar a fundo na matéria, embora com risco de submeter vossa paciência a uma dura prova.

Outra observação prévia tenho a fazer com respeito ao cidadão Weston. Atento ao que julga ser do interesse da classe operária, ele não somente expôs perante vós, como também defendeu, publicamente, opiniões que ele sabe serem profundamente impopulares no seio da classe operária[1]. Esta demonstração de coragem moral deve calar fundo em todos nós. Confio em que, apesar do estilo desataviado de minha conferência, o cidadão Weston me verá afinal de acordo com a acertada idéia que, no meu entender, serve de base às suas teses, as quais, contudo, na sua forma atual, não posso deixar de considerar teoricamente falsas e perigosas na prática.

Com isso, passo diretamente ao mérito da questão.

I

[Produção e salários]

O argumento do cidadão Weston baseia-se, na realidade, em duas premissas:

1.ª) que o *volume da produção nacional é algo de fixo*, uma quantidade ou grandeza *constante*, como diriam os matemáticos;

[1] O operário inglês John Weston defendia no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores a tese de que a elevação dos salários não pode melhorar a situação dos operários e que deve ser considerada prejudicial a atividade das *tradeunions*. (N. do T.)

2.ª) que o *montante dos salários reais,* isto é, dos salários medidos pelo volume de mercadorias que permitem adquirir, é também uma soma *fixa*, uma grandeza *constante.*

Pois bem, a sua primeira asserção é manifestamente falsa. Podeis ver que o valor e o volume da produção aumentam de ano para ano, que as forças produtivas do trabalho nacional crescem e que a quantidade de dinheiro necessário para pôr em circulação esta crescente produção varia sem cessar. O que é exato no fim de cada ano e para diferentes anos comparados entre si também o é com respeito a cada dia médio do ano. O volume ou grandeza da produção nacional varia continuamente. Não é uma grandeza *constante*, mas *variável*, e assim tem que ser, mesmo sem levar em conta as flutuações da população, devido às contínuas mudanças que se operam na *acumulação de capital* e nas *forças produtivas* do trabalho. É inteiramente certo que, se hoje houvesse um *aumento da taxa geral de salários*, este aumento *por si só*, quaisquer que fossem os seus resultados ulteriores, não alteraria *imediatamente* o volume da produção. Em primeiro lugar, teria que brotar do estado de coisas existente. E, se a produção nacional, *antes* da elevação dos salários, era *variável*, e não *fixa*, ela continuaria a sê-lo, também, *depois* da alta.

Admitamos, porém, que o volume da produção nacional fosse *constante* em vez de *variável.* Ainda neste caso, aquilo que o nosso amigo Weston considera uma conclusão lógica permaneceria como uma afirmação gratuita. Se tomo um determinado número, digamos 8, os limites *absolutos* deste algarismo não impedem que variem os limites *relativos* de seus componentes. Por exemplo: se o lucro fosse igual a 6 e os salários a 2, estes poderiam aumentar até 6 e o lucro baixar a 2, que o número resultante não deixaria por isso de ser 8. Desta maneira, o volume fixo da produção jamais conseguirá provar que seja fixo o montante dos salários. Como, então, nosso amigo Weston demonstra essa fixidez? Simplesmente, afirmando-a.

Mas mesmo dando como boa a sua afirmativa, ela teria efeito em dois sentidos, ao passo que ele quer fazê-la vigorar apenas em um. Se o volume dos salários representa uma quantidade constante, não poderá aumentar, nem diminuir. Portanto, se os operários agem como tolos ao arrancarem um aumento temporário de salários, não menos totalmente estariam agindo os capitalistas ao impor uma baixa temporária dos salários. Nosso amigo Weston não nega que, em certas circunstâncias, os operários *podem* arrancar aumentos de salários; mas, segundo ele, como por lei natural a soma dos salários é fixa, este aumento provocará, necessariamente, uma reação. Por outro lado, ele sabe também que os capitalistas *podem*, do mesmo modo, impor uma baixa de salários, e tanto assim que o estão tentando continuamente. De acordo com o princípio do nível constante dos salários, neste caso deveria ter lugar uma reação, exatamente como no interior. Por conseguinte, os operários agiriam com acerto reagindo contra as baixas de salários ou contra as tentativas em tal sentido. Procederiam, portanto, acertadamente, ao arrancar *aumentos de salários*, pois toda *reação* contra uma baixa de salários é uma *ação* a favor do seu aumento. Logo, mesmo que aceitássemos o princípio

do nível *constante de salários*, como sustenta o cidadão Weston, vemos que os operários devem, em certas circunstâncias, unir-se e lutar pelo aumento de salários.

Para negar esta conclusão ele teria que renunciar à premissa em que se baseia. Não deveria dizer que o volume dos salários é uma *grandeza constante*, mas sim que, embora não possa nem deva *aumentar*, pode e deve *baixar* todas as vezes que o capital sinta vontade de diminuí-lo. Se o capitalista quer vos alimentar com batatas, em vez de carne, ou com aveia, em vez de trigo, deveis acatar a sua vontade como uma lei da economia política e vos submeter a ela. Se num país, por exemplo, nos Estados Unidos, as taxas de salários são mais altas do que em outro, por exemplo, na Inglaterra, deveis explicar esta diferença no nível dos salários como uma diferença entre a vontade do capitalista norte-americano e a do capitalista inglês; método este que, sem dúvida, simplificaria imenso não já apenas o estudo dos fenômenos econômicos, como também o de todos os demais fenômenos.

Ainda assim caberia perguntar: *Por que* a vontade do capitalista norte-americano difere da do capitalista inglês? E para responder a esta questão, não teriam outro remédio senão ir além dos domínios da *vontade*. É possível que venha um padre dizer-me que Deus quer na França uma coisa e na Inglaterra outra. E se o convido a explicar esta dualidade de vontade, ele poderá ter a imprudência de responder que está nos desígnios de Deus ter uma vontade na França e outra na Inglaterra. Mas nosso amigo Weston será, com certeza, a última pessoa a converter em argumento esta negação completa de todo raciocínio.

Sem sombra de dúvida, a *vontade* do capitalista consiste em encher os bolsos, o mais que possa. E o que temos a fazer não é divagar acerca da sua *vontade*, mas investigar o seu *poder*, os *limites desse poder* e o *caráter desses limites*.

II

[Produção, salários, lucros]

A conferência proferida pelo cidadão Weston poderia ser condensada a ponto de caber numa casca de noz.

Toda a sua argumentação reduz-se ao seguinte: se a classe operária obriga a classe capitalista a pagar-lhe, sob a forma de salário em dinheiro, 5 xelins em vez de 4, o capitalista devolver-lhe-á, sob a forma de mercadorias, o valor de 4 xelins em vez do valor de 5. Então a classe operária terá que pagar 5 xelins pelo que antes da alta de salários lhe custava apenas 4. E por que ocorre isto? Por que o capitalista só entrega o valor de 4 xelins por 5? Porque o montante dos salários é fixo. Mas por que fixo precisamente no valor de 4 xelins em mercadorias? Por que não em 3, em 2, ou outra qualquer quantia? Se o limite do montante dos salários está fixado por uma lei econômica, independente tanto da vontade do capita-

lista como da do operário, a primeira coisa que deveria ter feito o cidadão Weston era expor e demonstrar essa lei. Deveria provar, além disso, que a soma de salários efetivamente pagos em cada momento dado corresponde sempre, exatamente, à soma necessária dos salários, e nunca se desvia dela. Em compensação, se o limite dado da soma de salários depende da *simples vontade* do capitalista, ou das proporções da sua avareza, trata-se de um limite arbitrário, que nada tem em si de necessário. Tanto pode ser modificado *pela vontade* do capitalista, como também se pode fazê-lo variar *contra* a sua vontade.

O cidadão Weston ilustrou a sua teoria dizendo-nos que se uma terrina contém determinada quantidade de sopa, destinada a determinado número de pessoas, a quantidade de sopa não aumentará se se aumentar o tamanho das colheres. Seja-me permitido considerar este exemplo pouco substancioso. Ele me faz lembrar um pouco aquele apólogo de que se valeu Menênio Agripa.[2] Quando a plebe romana entrou em luta contra os patrícios, o patrício Agripa disse-lhes que a pança patrícia é que alimentava os membros plebeus do organismo político. Mas Agripa não conseguiu demonstrar como se alimentam os membros de um homem quando se enche a barriga de outro. O cidadão Weston, por sua vez, se esquece de que a terrina da qual comem os operários contém todo o produto do trabalho nacional, e o que os impede de tirar dela uma ração maior não é nem o tamanho reduzido da terrina, nem a escassez do seu conteúdo, mas unicamente a pequena dimensão de suas colheres.

Graças a que artifício consegue o capitalista devolver um valor de 4 xelins por aquilo que vale 5? A alta dos preços das mercadorias que vende. Mas, então, a alta dos preços, ou, falando em termos mais gerais, as variações nos preços das mercadorias, os próprios preços destas, porventura dependem da simples vontade do capitalista? Ou, ao contrário, são necessárias determinadas circunstâncias para que prevaleça essa vontade? Se não fosse assim, as altas e baixas, as incessantes oscilações dos preços no mercado seriam um enigma indecifrável.

Se admitimos que não se operou em absoluto alteração alguma, nem nas forças produtivas do trabalho, nem no volume do capital e do trabalho empregados, ou no valor do dinheiro em que se expressam os valores dos produtos, mas que se *alteraram tão-somente as taxas de salários,* de que maneira poderia esta *alta de salários* influir nos *preços das mercadorias?* Somente influindo na proporção real entre a oferta e a procura dessas mercadorias.

É inteiramente certo que a classe operária, considerada em conjunto, gasta e será forçosamente obrigada a gastar a sua receita em *artigos de primeira necessidade.* Uma alta geral na taxa de salários provocaria, portanto, um aumento da procura de *artigos de primeira necessidade* e, conseqüentemente, um aumento de seus *preços no mercado.* Os capitalistas que produzem estes artigos de primeira necessidade compensariam o aumento de salários por meio dos preços dessas mercadorias. Mas que sucederia com os demais capitalistas que *não* produzem

[2] Menênio Agripa, cônsul romano em 502 a.C., que, ao intervir numa revolta da plebe, fez um apelo à concórdia baseado no ardiloso apólogo de "Os membros e o estômago". (N. do E.)

artigos de primeira necessidade? E podeis estar certos que o seu número não é pequeno. Se levardes em conta que duas terças partes da produção nacional são consumidas por um quinto da população — um deputado da Câmara dos Comuns declarou, recentemente, que tais consumidores constituem apenas a sétima parte da população —, podereis imaginar que enorme parcela da produção nacional se destina a objetos de luxo, ou a ser *trocada* por objetos de luxo, e que imensa quantidade de artigos de primeira necessidade se desperdiça em criadagem, cavalos, gatos, etc., esbanjamento esse que, como nos ensina a experiência, diminui cada vez mais, com a elevação dos preços dos artigos de primeira necessidade.

Pois bem, qual seria a situação desses capitalistas que *não* produzem artigos de primeira necessidade? Não poderiam compensar a *queda na taxa de lucro,* após uma alta geral de salários, *elevando os preços de suas mercadorias,* visto que a procura destas não teria aumentado. A sua renda diminuiria; e com esta renda diminuída teriam de pagar mais pela mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, que subiriam de preço. Mas a coisa não pararia aí. Diminuída a sua renda, menos teriam para gastar em artigos de luxo, com o que também se reduziria a procura de suas respectivas mercadorias. E, como conseqüência desta diminuição da procura, cairiam os preços das suas mercadorias. Portanto, nestes ramos da indústria, a *taxa de lucros cairia,* não só em proporção simplesmente ao aumento geral da taxa de salários, como, também, essa queda seria proporcional à ação conjunta da alta geral de salários, do aumento de preços dos artigos de primeira necessidade e da baixa de preços dos artigos de luxo.

Qual seria a conseqüência *desta diferença entre as taxas de lucro* dos capitais colocados nos diversos ramos da indústria? Ora, a mesma que se produz sempre que, seja qual for a causa, se verificam diferenças nas *taxas médias de lucro* dos diversos ramos da produção. O capital e o trabalho deslocar-se-iam dos ramos menos remunerativos para os que fossem mais; e este processo de deslocamento iria durar até que a oferta em um ramo industrial aumentasse a ponto de se nivelar com a maior procura e nos demais ramos industriais diminuísse proporcionalmente à menor procura. Uma vez operada esta mudança, a *taxa geral de lucro* voltaria a *igualar-se* nos diferentes ramos da indústria. Como todo esse desarranjo obedecia originariamente a uma simples mudança na relação entre a oferta e a procura de diversas mercadorias, cessando a causa, cessariam também os efeitos, e os *preços* voltariam ao seu antigo nível e ao antigo equilíbrio. A *redução da taxa de lucro,* por efeito dos aumentos de salários, em vez de limitar-se a uns quantos ramos da indústria, *tornar-se-ia geral.* Segundo a suposição de que partimos, nenhuma alteração ocorreria nas forças produtivas do trabalho, nem no volume global da produção, sendo que *aquele volume dado de produção apenas teria mudado de forma.* Uma maior parte do volume de produção estaria representada por artigos de primeira necessidade, ao passo que diminuiria a parte dos artigos de luxo, ou, o que vem a ser o mesmo, diminuiria a parte destinada à troca por artigos de luxo importados do estrangeiro e consumida desta forma; ou, o que ainda é o mesmo, em outros termos, uma parte maior da produ-

ção nacional seria trocada por artigos importados de primeira necessidade, em lugar de ser trocada por artigos de luxo. Isto quer dizer que, depois de transtornar temporariamente os preços do mercado, a alta geral da taxa de salários só conduziria a uma baixa geral da taxa de lucro, sem introduzir nenhuma alteração permanente nos preços das mercadorias.

Se me disserem que, na anterior argumentação, dou por estabelecido que todo o aumento de salários se gasta em artigos de primeira necessidade, replicarei que fiz a suposição mais favorável ao ponto de vista do cidadão Weston. Se o aumento dos salários fosse aplicado em objetos que antes não entravam no consumo dos trabalhadores, seria inútil que nos detivéssemos a demonstrar que seu poder aquisitivo havia experimentado um aumento real. Sendo, porém, mera conseqüência da elevação de salários, este aumento do poder aquisitivo dos operários terá de corresponder, exatamente, à diminuição do poder aquisitivo dos capitalistas. Vale dizer, portanto, que a *procura global* de mercadorias não *aumentaria,* e apenas *mudariam* os elementos integrantes dessa procura. O incremento da procura de um lado seria contrabalançado pela diminuição da procura do outro lado. Deste modo, como a procura global permaneceria invariável, não se operaria mudança de cunho algum nos preços das mercadorias.

Chegamos, assim, a um dilema: ou o incremento dos salários se gasta por igual em todos os artigos de consumo, caso em que o aumento da procura por parte da classe operária tem que ser compensado pela diminuição da procura por parte da classe capitalista, ou o incremento dos salários só se gasta em determinados artigos cujos preços no mercado aumentarão temporariamente. Neste caso, a conseqüente elevação da taxa de lucro em alguns ramos da indústria e a conseqüente baixa da taxa de lucro em outros provocarão uma mudança na distribuição do capital e do trabalho, que persiste até que a oferta se tenha ajustado à maior procura em alguns ramos da indústria e à menor procura nos outros. Na primeira hipótese não se produzirá nenhuma mudança nos preços das mercadorias. Na outra, após algumas oscilações dos preços do mercado, os valores de troca das mercadorias baixarão ao nível anterior. Em ambos os casos, chegaremos à conclusão de que a alta geral da taxa de salários conduzirá, afinal de contas, a nada menos que uma baixa geral da taxa de lucro.

Para espicaçar o vosso poder de imaginação, o cidadão Weston vos convidava a pensar nas dificuldades que acarretaria à Inglaterra uma alta geral de 9 para 18 xelins nas jornadas dos trabalhadores agrícolas. Meditai, exclamou ele, no enorme acréscimo da procura de artigos de primeira necessidade que isso implicaria e, como conseqüência, na terrível ascensão dos preços a que daria lugar! Pois bem, todos sabeis que os salários médios dos trabalhadores agrícolas da América do Norte são mais do dobro dos dos trabalhadores agrícolas ingleses, apesar de os preços dos produtos da lavoura serem mais baixos nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha, apesar de reinarem nos Estados Unidos as mesmas relações gerais entre o capital e o trabalho que na Inglaterra e apesar de que o volume anual da produção norte-americana é muito mais reduzido que o da inglesa. Por que, então, o nosso amigo toca com tanto vigor este sino? Simplesmente para

desviar a nossa atenção do verdadeiro problema. Um aumento repentino de 9 para 18 xelins nos salários representaria um acréscimo repentino de 100 por cento. Ora, não estamos discutindo aqui se seria possível duplicar na Inglaterra, de súbito, a taxa dos salários. Não nos interessa em nada a *grandeza* do aumento, que em cada caso concreto depende de determinadas circunstâncias e tem que se adaptar a elas. Apenas nos interessa investigar quais os efeitos em que se traduziria uma alta geral da taxa dos salários, mesmo que não fosse além de 1 por cento.

Pondo de lado este aumento imaginário de 100 por cento do amigo Weston, desejo chamar vossa atenção para o aumento efetivo de salários operado na Grã-Bretanha de 1849 a 1859.

Todos vós conheceis a Lei das Dez Horas,[3] ou, mais precisamente, das Dez Horas e Meia, promulgada em 1848. Foi uma das maiores modificações econômicas que já presenciamos. Representou um aumento súbito e obrigatório de salários não em umas quantas indústrias locais, porém nos ramos industriais mais eminentes, por meio dos quais a Inglaterra domina os mercados do mundo. Foi uma alta de salários em circunstâncias singularmente desfavoráveis. O dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais porta-vozes oficiais da burguesia no campo da economia *demonstraram,* e, devo dizer, com razões muito mais sólidas do que as do nosso amigo Weston, que aquilo era o dobre de finados da indústria inglesa. Demonstraram que não se tratava de um simples aumento de salários, mas de um aumento de salários provocado pela redução da quantidade de trabalho empregado e nela fundamentado. Afirmaram que a duodécima hora que se queria arrebatar ao capitalista era justamente aquela em que este obtinha o seu lucro. Ameaçaram com o decréscimo da acumulação, a alta dos preços, a perda dos mercados, a redução da produção, a conseqüente reação sobre os salários e, enfim, a ruína. Sustentavam que a lei de Maximiliano Robespierre sobre os limites máximos [4] era uma ninharia comparada com essa outra; e, até certo ponto, tinham razão. Mas qual foi, na realidade, o resultado? Os salários em dinheiro dos operários fabris aumentaram, apesar de se haver reduzido a jornada de trabalho; cresceu consideravelmente o número de operários em atividade nas fábricas; baixaram constantemente os preços dos seus produtos; desenvolveram-se às mil maravilhas as forças produtivas do seu trabalho e se expandiram progressivamente, em proporções nunca vistas, os mercados para os seus artigos. Em Manchester, na assembléia da Sociedade pelo Progresso da Ciência, em 1860, eu próprio ouvi o sr. Newman confessar que ele, o dr. Ure, o prof. Senior e todos os demais representantes oficiais da ciência econômica se haviam equivocado, ao passo que o instinto do povo não falhara. Cito neste passo o sr. W. Newman [5] e

[3] A Lei das Dez Horas, que reduziu e regulamentou a duração da jornada de trabalho, representou, na época, uma vitória da classe operária inglesa. (N. do E.)

[4] A lei sobre os limites máximos, dita Lei do Máximo, foi promulgada pela Convenção Jacobina de 1793, durante a revolução burguesa da França. Fixava, rigidamente, os limites dos preços das mercadorias e dos salários. (N. do T.)

[5] Marx se equivocou no nome do editor da obra de Thomas Tooke, que foi W. Newmarch e não W. Newman. (N. do T.)

não o prof. Francis Newman, porque ele ocupa na ciência econômica um lugar proeminente, como colaborador e editor da *History of Prices (História dos Preços)* da autoria do sr. Thomas Tooke, esta obra magnífica, que retrata a história dos preços desde 1793 a 1856. Se a idéia fixa de nosso amigo Weston acerca do volume fixo dos salários de um volume de produção fixo, de um grau fixo de produtividade do trabalho, de uma vontade fixa e constante dos capitalistas, e tudo o mais que há de fixo e imutável em Weston, fossem exatos, o prof. Senior teria acertado em seus sombrios presságios e Robert Owen ter-se-ia equivocado, ele que, já em 1816, pedia uma limitação geral da jornada de trabalho como primeiro passo preparatório para a emancipação da classe operária, implantando-a, efetivamente, por conta e risco próprios, na sua fábrica têxtil de New Lanark, contra o preconceito generalizado. [6]

Na mesmíssima época em que entrava em vigor a Lei das Dez Horas e se produzia o subseqüente aumento dos salários, ocorreu na Grã-Bretanha, por motivo que não vem ao caso relatar, *uma elevação geral dos salários dos trabalhadores agrícolas.*

Conquanto isto não seja indispensável ao meu objetivo imediato, desejo fazer algumas observações preliminares, para vos colocar melhor no assunto.

Se um homem percebe 2 xelins de salário por semana e seu salário aumenta para 4 xelins, a *taxa do salário* aumentará 100 por cento. Isto, expresso como aumento da *taxa de salário,* pareceria algo maravilhoso, ainda que, na realidade, *a quantia efetiva do salário,* ou seja, os 4 xelins por semana, continue a ser um ínfimo, um mísero salário de fome. Portanto, não vos deveis fascinar pelas altissonantes percentagens da *taxa* de salário. Deveis perguntar sempre: qual era a quantia *original?* Outra coisa que também compreendereis é que, se há dez operários que ganham cada um 2 xelins por semana, cinco ganhando 5 xelins cada um e outros cinco que ganhem 11, eles, os vinte, ganharão 100 xelins, ou 5 libras esterlinas por semana. Logo, se a *soma global* destes salários semanais aumenta, digamos, de uns 20 por cento, haverá uma melhora de 5 para 6 libras. Tomando a média, poderíamos dizer que a *taxa geral de salários* aumentou de 20 por cento, embora na realidade os salários de dez dos operários variassem, os salários de um dos dois grupos de cinco operários só aumentassem de 5 para 6 xelins por cabeça, e os do outro grupo de 5 operários se elevassem, ao todo, de 55 para 70 xelins. [7] Metade dos operários não melhoraria absolutamente nada de situação, a quarta parte deles teria uma melhoria insignificante e somente a quarta parte restante obteria um benefício sensível. Calculando, porém, a *média,* a soma global dos salários destes vinte operários aumentaria de 20 por cento e, no que se refere ao

[6] Robert Owen (1771/1858) foi um industrial britânico que se tornou "socialista utópico". Introduziu em sua fábrica a jornada de dez horas de trabalho e organizou um seguro por doença, sociedades cooperativas de produtores, etc. Veja-se a obra de Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico,* ed. bras., Editorial Vitória Ltda., p. 37, Rio de Janeiro, 1962. (N. do E.)

[7] O salário de 25 + 55 xelins teria subido para 30 + 70, isto é, ao todo, de 80 para 100 ou 25%. É verdade que os salários de 2 xelins, que ficaram na mesma para as dez pessoas do primeiro grupo, não foram contados. Senão seria preciso, para obter um aumento médio de salários de 25%, elevar os salários do último grupo de 55 a 75 xelins, ou fazer passar o salário de cinco operários, de 11 a 15 xelins cada um. (N. da Ed. Francesa.)

capital global, para o qual trabalham, bem como no concernente aos preços das mercadorias que produzem, seria exatamente o mesmo como se todos participassem por igual na elevação média dos salários. No caso dos trabalhadores agrícolas, como os salários médios pagos nos diversos condados da Inglaterra e Escócia diferem consideravelmente, o aumento foi muito desigual.

Enfim, durante a época em que se processou aquele aumento de salários, manifestaram-se, também, influências que o contrabalançavam, tais como os novos impostos lançados no cortejo da Guerra da Criméia,[8] a demolição extensiva das habitações dos trabalhadores agrícolas, etc.

Feitas estas reservas, vou agora prosseguir, para constatar que de 1849 a 1859 a taxa média dos salários agrícolas na Grã-Bretanha registrou um *aumento de cerca de 40 por cento*. Poderia dar-vos amplos detalhes em apoio à minha afirmação, mas para o objetivo em mira creio que bastará indicar-vos a obra de crítica, tão conscienciosa, lida em 1860 pelo finado sr. John C. Morton, na Sociedade de Artes e Ofícios de Londres, sobre *As Forças Empregadas na Agricultura*. O sr. Morton expõe os dados estatísticos colhidos nas contas e outros documentos autênticos de uns cem agricultores, aproximadamente, em doze condados da Escócia e trinta e cinco da Inglaterra.

Segundo o ponto de vista do nosso amigo Weston, e em harmonia com a alta simultânea operada nos salários dos operários de fábrica, durante o período 1849/1859, os preços dos produtos agrícolas deveriam ter registrado um aumento enorme. Mas o que aconteceu realmente? Apesar da Guerra da Criméia e das péssimas colheitas consecutivas de 1854 a 1856, os preços médios do trigo, o produto agrícola mais importante da Inglaterra, baixaram de cerca de 3 libras esterlinas por *quarter*,[9] como eram cotados de 1838 a 1848, para cerca de 2 libras e 10 xelins por *quarter*, nas cotações do período de 1849 a 1859. Representa isto uma baixa de mais de 16 por cento no preço do trigo, em simultaneidade com um aumento médio de 40 por cento nos salários agrícolas. Durante a mesma época, se compararmos o seu final com o começo, quer dizer, o ano de 1859 com o de 1849, a cifra do pauperismo oficial desce de 934 419 a 860 470, o que supõe uma diferença de 73 949 pobres; reconheço que é um decréscimo muito pequeno, e que se voltou a perder nos anos seguintes, mas, em todo caso, é sempre diminuição.

Pode-se objetar que, em conseqüência de anulação das leis sobre os cereais,[10] a importação de trigo estrangeiro mais que duplicou, no período de 1849/1859, comparada à de 1838/1848. E que significa isso? Do ponto de vista do cidadão Weston, dever-se-ia supor que esta enorme procura, repentina e sem

[8] A Guerra da Criméia durou de 1854 a 1856 e teve a participação de tropas britânicas, francesas, turcas e sardas, contra os exércitos do czar Nicolau I. Com esta guerra a Grã-Bretanha procurou conter as arremetidas expansionistas do czar, em direção ao estreito de Bósforo, que eram tidas como uma ameaça ao imperialismo britânico no Mediterrâneo. (N. do E.)

[9] Quarter, medida inglesa de capacidade que equivale a 8 bushels, ou seja, cerca de 290 litros. (N. do E.)

[10] As leis sobre o comércio de cereais, ditas em inglês *Corn Laws*, foram abolidas pelo primeiro-ministro Robert Peel, em 1846. Os cereais importados do estrangeiro passaram a pagar uma taxa aduaneira reduzida, em 1849, apenas a 1 xelim por *quarter*. A revogação das *Corn Laws* abriu, de fato, as alfândegas inglesas aos cereais importados. (N. do E.)

cessar crescente, sobre os mercados estrangeiros tivesse feito subir a uma altura espantosa os preços dos produtos agrícolas, posto que os efeitos de uma crescente procura são os mesmos, quer venham de fora ou de dentro do país. Mas o que ocorreu na realidade? Afora alguns anos de colheitas decepcionantes, durante todo este período a ruinosa baixa no preço do trigo constituiu um motivo permanente de queixas, na França; os norte-americanos viram-se várias vezes obrigados a queimar excedentes da produção e a Rússia, se acreditarmos no sr. Urquhart, atiçou a guerra civil nos Estados Unidos, porque a concorrência ianque nos mercados da Europa paralisava a sua exportação de produtos agrícolas.

Reduzido à sua forma abstrata, o argumento do cidadão Weston traduzir-se-ia no seguinte: todo aumento da procura se opera sempre à base de um dado volume de produção. Portanto, *não pode fazer aumentar nunca a oferta dos artigos procurados,* mas *unicamente fazer subir o seu preço em dinheiro.* Ora, a mais comum observação demonstra que, em alguns casos, o aumento da procura deixa inalterados os preços das mercadorias e provoca, em outros casos, uma alta passageira dos preços do mercado, à qual se segue um aumento da oferta, por sua vez seguido pela queda dos preços *até* o nível anterior e, em muitos casos, *abaixo dele.* Que o aumento da procura obedeça à alta dos salários, ou a outra causa qualquer, isto em nada modifica os dados do problema. Do ponto de vista do cidadão Weston, tão difícil é explicar o fenômeno geral como o que se revela sob as circunstâncias excepcionais de um aumento de salários. Portanto, a sua argumentação não tem nenhum valor para o assunto de que tratamos. Apenas exprimiu a sua perplexidade entre as leis em virtude das quais um acréscimo da procura engendra um acréscimo da oferta, em vez de um aumento definitivo dos preços no mercado.

III

[Salários e dinheiro]

No segundo dia de debate, nosso amigo Weston vestiu as suas velhas afirmativas com novas formas. Disse ele: Ao verificar-se uma alta geral dos salários em dinheiro, será necessária maior quantidade de moeda corrente para pagar os ditos salários. Sendo *fixa* a quantidade de moeda em circulação, como podeis pagar, com esta soma fixa de moeda circulante, um montante maior de salários em dinheiro? Primeiro, a dificuldade surgia de que, embora subisse o salário em dinheiro do operário, a quantidade de mercadorias que lhe cabia era fixa; e, agora, surge do aumento de salários em dinheiro, a despeito do volume fixo de mercadorias. Naturalmente, se rejeitardes o seu dogma original, desaparecerão também as dificuldades dele resultantes.

Vou demonstrar, contudo, que este problema da moeda não tem absolutamente nada a ver com o tema em questão.

No vosso país, o mecanismo dos pagamentos está muito mais aperfeiçoado

do que em qualquer outro país da Europa. Graças à extensão e à concentração do sistema bancário, necessita-se de muito menos moeda para pôr em circulação a mesma quantidade de valores e realizar o mesmo, ou um maior número de negócios. No que, por exemplo, concerne aos salários, o operário fabril inglês entrega semanalmente o seu salário ao vendeiro, que semanalmente o envia ao banqueiro, o qual o devolve semanalmente ao fabricante, que volta a pagá-lo a seus operários, e assim por diante. Graças a este processo, o salário anual de um operário, que se eleva, vamos supor, a 52 libras esterlinas, pode ser pago com um único "soberano",[11] que todas as semanas percorra o mesmo ciclo. Na própria Inglaterra, este mecanismo de pagamento não é tão perfeito como na Escócia, nem apresenta a mesma perfeição em todos os lugares; por isso vemos que, por exemplo, em alguns distritos agrícolas, comparados com os distritos fabris, muito mais moeda é necessária para fazer circular um menor volume de valores.

Se atravessardes a Mancha, observais que no Continente *os salários em dinheiro* são muito mais baixos do que na Inglaterra, e, apesar disso, na Alemanha, na Itália, na Suíça e na França, estes salários são postos em circulação mediante *uma quantidade muito maior de moeda.* O mesmo "soberano" não é interceptado com tanta rapidez pelo banqueiro, nem retorna com tanta presteza ao capitalista industrial; por isso, em vez de um "soberano" fazer circular 52 libras anualmente, talvez sejam necessários três "soberanos" para movimentar um salário anual no montante de 25 libras. Deste modo, ao comparar os países do Continente com a Inglaterra, vereis, em seguida, que salários baixos em dinheiro podem exigir, para a sua circulação, quantidades muito maiores de moeda do que salários altos e que isso, na realidade, é uma questão meramente técnica e, como tal, estranha ao nosso assunto.

De acordo com os melhores cálculos que conheço, a renda anual da classe operária deste país pode ser estimada nuns 250 milhões de libras esterlinas. Esta soma imensa se põe em circulação com uns 3 milhões de libras. Suponhamos que se verifique um aumento de salários de 50 por cento. Em vez de 3 milhões seriam precisos 4 milhões e meio de libras em dinheiro circulante. Como uma parte considerável dos gastos diários do operário é coberta em prata e cobre, isto é, em meros signos monetários, cujo valor relativo ao ouro é arbitrariamente fixado por lei, tal como o papel-moeda inconversível, resulta que essa alta de 50 por cento nos salários em dinheiro exigiria, em caso extremo, a circulação adicional, digamos, de um milhão de "soberanos". Lançar-se-ia em circulação um milhão, que está inativo, em barras de ouro ou em metal amoedado, nos subterrâneos do Banco da Inglaterra ou de bancos particulares. Poder-se-ia inclusive poupar-se, e efetivamente poupar-se-ia, o insignificante gasto na cunhagem suplementar, ou o maior desgaste deste milhão de moedas, se a necessidade de aumentar a moeda em circulação ocasionasse algum desgaste. Todos vós sabeis que a moeda deste país se divide em dois grandes grupos. Uma parte, suprida em notas de banco de

[11] Moeda inglesa de ouro, com o valor nominal de 1 libra esterlina. (N. do E.)

diversas categorias, é usada nas transações entre comerciantes, e também entre comerciantes e consumidores, para saldar os pagamentos mais importantes; enquanto outra parte do meio circulante, a moeda metálica, circula no comércio varejista. Conquanto distintas, estas duas classes de moeda misturam-se e combinam-se mutuamente. Assim, as moedas de ouro circulam em boa proporção, inclusive em pagamentos importantes, para cobrir as quantias fracionárias inferiores a 5 libras. Se amanhã se emitissem notas de 4 libras, de 3 libras ou de 2 libras, o ouro que enche estes canais de circulação seria imediatamente expulso deles, refluindo para os canais em que fosse necessário a fim de atender ao aumento dos salários em dinheiro. Com este processo poderia ser mobilizado o milhão adicional exigido por um aumento de 50 por cento nos salários, sem que se acrescentasse um único "soberano" ao meio circulante. E o mesmo resultado seria obtido sem que fosse preciso emitir uma só nota de banco adicional, com o simples aumento de circulação de letras de câmbio, conforme ocorreu no Lancashire, durante muito tempo.

Se uma elevação geral da taxa de salários, vamos dizer, de uns 100 por cento, como supõe o cidadão Weston relativamente aos salários agrícolas, provocasse uma grande alta nos preços dos artigos de primeira necessidade e exigisse, segundo os seus conceitos, uma soma adicional de meios de pagamento, que não se poderia conseguir logo, *uma redução geral de salários* deveria provocar o mesmo resultado em idêntica proporção, se bem que em sentido contrário. Pois bem, sabeis todos que os anos de 1858 a 1860 foram os mais favoráveis para a indústria algodoeira e que, sobretudo, o ano de 1860 ocupa a este respeito um lugar único nos anais do comércio; foi também um ano de grande prosperidade para os outros ramos industriais. Em 1860, os salários do algodão e dos demais trabalhadores relacionados com esta indústria chegaram ao seu ponto mais elevado até então. Veio, porém, a crise norte-americana e todos estes salários viram-se de pronto reduzidos aproximadamente à quarta parte do seu montante anterior. Em sentido inverso isto teria significado um aumento de 300 por cento. Quando os salários sobem de 5 para 20 xelins dizemos que sobem 300 por cento; se baixam de 20 para 5, dizemos que caem 75 por cento, mas a quantia do ascenso num caso, e da baixa, no outro, é a mesma, a saber: 15 xelins. Sobreveio, assim, uma repentina mudança nas taxas dos salários como jamais se conhecera anteriormente, e esta mudança afetou um número de operários que — não incluindo apenas aqueles que trabalham diretamente na indústria algodoeira, mas também os que indiretamente dependiam desta indústria — excedia em cerca de metade o número de trabalhadores agrícolas. Acaso baixou o preço do trigo? Ao contrário, *subiu* de 47 xelins e 8 pence,[12] por *quarter*, preço médio no triênio de 1858/1860, para 55 xelins e 10 pence o *quarter*, segundo a média anual referente ao triênio de 1861/1863. Pelo que diz respeito aos meios de pagamento, durante o ano de 1861, cunharam-se na Casa da Moeda 8 673 232 libras contra 3 378 102 cunhadas em 1860. Vale dizer que em 1861 cunharam-se mais 5 295 130 libras que em

[12] *O penny* corresponde a 1/12 do xelim. (N. do E.)

1860. É certo que o volume da circulação de papel-moeda, em 1861, foi inferior em 1 319 000 libras ao de 1860. Mas, mesmo deduzindo esta soma, ainda persiste, para o ano de 1861, comparado com o ano anterior de prosperidade, 1860, um excesso de moeda no valor de 3 976 130 libras, ou quase 4 milhões; em troca, a reserva de ouro do Banco da Inglaterra neste período de tempo diminuiu não exatamente na mesma proporção, mas aproximadamente.

Comparai agora o ano de 1862 com o de 1842. Sem contar o formidável aumento do valor e do volume de mercadorias em circulação, o capital desembolsado apenas para cobrir as transações regulares de ações, empréstimo, etc., de valores das ferrovias, ascendeu, na Inglaterra e Gales, em 1862, à soma de 320 milhões de libras esterlinas, cifra que em 1842 parecia fabulosa. E, no entanto, as somas globais de moeda foram aproximadamente as mesmas nos anos de 1862 e 1842; e, em termos gerais, haveis de verificar, ante um aumento enorme de valor não só das mercadorias como em geral das operações em dinheiro, uma tendência à diminuição progressiva dos meios de pagamento. Do ponto de vista do nosso amigo Weston, isto é um enigma indecifrável.

Se se aprofundasse um pouco mais no assunto, contudo, ele teria visto que, independentemente dos salários e supondo que estes permaneçam invariáveis, o valor e o volume das mercadorias postas em circulação e, em geral, o montante das transações concertadas em dinheiro, variam diariamente; que o montante das notas de banco emitidas varia diariamente; que o montante dos pagamentos efetuados sem ajuda de dinheiro, por meio de letras de câmbio, cheques, créditos escriturais, *clearing-house,*[13] etc., varia diariamente; que, na medida em que se necessita efetivamente de moeda metálica, a proporção entre as moedas que circulam e as moedas e lingotes guardados de reserva, ou entesourados nos subterrâneos bancários, varia diariamente; que a soma do ouro absorvido pela circulação nacional e a soma enviada ao estrangeiro para fins de circulação internacional variam diariamente. Teria percebido que o seu dogma de um volume fixo dos meios de pagamento é um erro monstruoso, incompatível com a realidade cotidiana. Ter-se-ia informado das leis que permitem aos meios de pagamento adaptar-se a condições que variam de maneira tão constante em lugar de converter a sua falsa concepção das leis da circulação monetária em argumento contra o aumento dos salários.

IV

[Oferta e procura]

Nosso amigo Weston faz seu o provérbio latino *repetitio est mater studiorum,* que significa: "a repetição é a mãe do estudo", razão pela qual nos repete o

[13] Bancos de compensação por intermédio dos quais se efetuam certos pagamentos. (N. da Ed. Francesa.)

seu dogma inicial sob a nova forma de que a redução dos meios de pagamento, resultante de um aumento dos salários, determinaria uma diminuição do capital, etc. Depois de haver tratado de sua fantasiosa teoria da moeda, considero de todo inútil deter-me a examinar as conseqüências imaginárias que ele crê necessário deduzir de sua imaginária catástrofe dos meios de pagamento. Passo, pois, imediatamente, a *reduzir à forma teórica mais simples o seu dogma, que é sempre um e o mesmo,* embora repetido sob tantas formas diversas.

Uma única observação evidenciará a ausência de sentido crítico com que ele trata o tema. Declara-se contrário ao aumento de salários, ou aos salários altos, obtidos em conseqüência deste aumento. Pois bem, pergunto eu: o que são salários altos e o que são salários baixos? Por que, por exemplo, 5 xelins semanais são considerados como um salário baixo e 20, por semana, são reputados um salário alto? Se um salário de 5 é baixo, em comparação com um de 20, o de 20 será todavia mais baixo comparado com um de 200. Se alguém fizesse uma conferência sobre o termômetro e se pusesse a declamar sobre graus altos e graus baixos, nada nos ensinaria. A primeira coisa que teria de explicar é como se encontra o ponto de congelamento e o ponto de ebulição, e como estes dois pontos-padrão obedecem às leis naturais e não à fantasia dos vendedores ou dos fabricantes de termômetros. Ora, pelo que se refere a salários e lucros, o cidadão Weston não só se esqueceu de deduzir das leis econômicas esses pontos-padrão, mas também não sentiu sequer a necessidade de indagá-los. Contenta-se em admitir as expressões vulgares e correntes de alto e baixo, como se estes termos tivessem significado fixo, apesar de que salta à vista que os salários só podem ser qualificados de altos ou baixos quando comparados a alguma norma que nos permita medir a sua grandeza.

O cidadão Weston não poderá dizer-me por que se paga uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho. Se me contestasse que isto corre por conta da lei da oferta e da procura, eu lhe pediria, antes de mais nada, que me dissesse qual a lei que, por sua vez, regula a da oferta e da procura. E esta réplica pô-lo-ia imediatamente fora de combate. As relações entre a oferta e a procura de trabalho acham-se sujeitas a constantes modificações e com elas flutuam os preços do trabalho no mercado. Se a procura excede a oferta, sobem os salários; se a oferta supera a procura, os salários baixam, ainda que em certas circunstâncias possa ser necessário *comprovar* o verdadeiro estado da procura e da oferta por uma greve, por exemplo, ou outro procedimento qualquer. Mas, se tomardes a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, seria tão pueril quanto inútil clamar contra uma elevação de salários, visto que, de acordo com a lei suprema que invocais, as altas periódicas dos salários são tão necessárias e tão legítimas como as suas baixas periódicas. E se *não* considerais a oferta e a procura como lei reguladora dos salários, então repito minha pergunta: por que se dá uma determinada soma de dinheiro por uma determinada quantidade de trabalho?

Mas para focalizar as coisas com maior amplidão: equivocar-nos-eis por inteiro, caso acrediteis que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria

se determina, em última análise, pelo jogo da procura e da oferta. A oferta e a procura só regulam as *oscilações* temporárias dos preços no mercado. Explicam por que o preço de um artigo no mercado se eleva acima ou desce abaixo do seu *valor,* mas não explicam jamais esse valor em si mesmo. Vamos supor que a oferta e a procura se equilibrem ou, como dizem os economistas, se cubram mutuamente. No preciso instante em que estas duas forças contrárias se nivelam, elas se paralisam mutuamente, deixam de atuar num ou noutro sentido. No mesmo instante em que a oferta e a procura se equilibram e deixam, portanto, de atuar, o *preço* de uma mercadoria *no mercado* coincide com o seu *valor real,* com o preço normal em torno do qual oscilam seus preços no mercado. Por conseguinte, se queremos investigar o caráter deste *valor,* não nos devemos preocupar com os efeitos transitórios que a oferta e a procura exercem sobre os preços do mercado. E outro tanto caberia dizer dos salários e dos preços de todas as demais mercadorias.

V

[Salários e preços]

Reduzidos a sua expressão teórica mais simples, todos os argumentos de nosso amigo se traduzem num só e único dogma: *"Os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários".*

Ante esta heresia antiquada e desacreditada, eu poderia invocar a observação prática. Poderia dizer-vos que os operários fabris, os mineiros, os construtores navais e outros trabalhadores ingleses, cujo trabalho é relativamente bem pago, vencem a todas as demais nações pela barateza de seus produtos, enquanto, por exemplo, o trabalhador agrícola inglês, cujo trabalho é relativamente mal pago, é batido por quase todos os demais países, em conseqüência da carestia de seus produtos. Comparando uns artigos com outros, dentro do mesmo país, e as mercadorias de distintos países entre si, poderia demonstrar que, se abstrairmos algumas exceções mais aparentes que reais, em termo médio o trabalho que recebe alta remuneração produz mercadorias baratas e o trabalho que recebe baixa remuneração, mercadorias caras. Isto, naturalmente, não demonstraria que o elevado preço do trabalho em certos casos e, em outros, o seu preço baixo, sejam as respectivas causas destes efeitos diametralmente opostos mas em todo caso serviria para provar que os preços das mercadorias não são governados pelos preços do trabalho. Todavia, prescindiremos perfeitamente deste método empírico.

Poder-se-ia, talvez, negar que o cidadão Weston sustente o dogma de que *"os preços das mercadorias se determinam ou regulam pelos salários".* De fato, ele jamais formulou este dogma. Disse, ao contrário, que o lucro e a renda do solo são também partes integrantes dos preços das mercadorias, posto que destes têm de sair não só os salários dos operários como os lucros do capitalista e as

rendas do proprietário da terra. Porém, a seu modo de ver, como se formam os preços? Formam-se, em primeiro lugar, pelos salários; em seguida, somam-se ao preço um tanto por cento adicional em benefício do capitalista e outro tanto por cento adicional em benefício do proprietário da terra. Suponhamos que os salários do trabalho invertido na produção de uma mercadoria ascendem a 10. Se a taxa de lucro fosse de 100 por cento, o capitalista acrescentaria 10 aos salários desembolsados, e, se a taxa de renda fosse também de 100 por cento sobre os salários, ter-se-ia que ajuntar mais 10, com o que o preço total da mercadoria viria a cifrar-se em 30. Semelhante determinação do preço, porém, estaria presidida simplesmente pelos salários. Se estes, no nosso exemplo, subissem a 20, o preço da mercadoria elevar-se-ia a 60 e assim sucessivamente. Eis por que todos os escritores antiquados de economia política que alvitravam a tese de que os salários regulam os preços intentavam prová-la apresentando o lucro e a renda do solo *como simples percentagens adicionais sobre os salários.* Nenhum deles era, naturalmente, capaz de reduzir os limites dessas percentagens a uma lei econômica. Pareciam, ao contrário, acreditar que os lucros se fixavam pela tradição, costume, vontade do capitalista, ou por qualquer outro método igualmente arbitrário e inexplicável. Quando afirmavam que os lucros se determinam pela concorrência entre os capitalistas, portanto, não explicavam absolutamente nada. Esta concorrência por certo nivela as diferentes taxas de lucros das diversas indústrias, ou seja, as reduz a um nível médio, porém jamais pode determinar este nível, ou a taxa geral de lucro.

Que queremos dizer quando afirmamos que os preços das mercadorias são determinados pelos salários? Como o salário não é mais do que uma denominação do preço do trabalho, queremos dizer com isso que os preços das mercadorias regulam-se pelo preço do trabalho. E como "preço" é valor de troca — e quando falo de valor refiro-me sempre ao valor de troca —, a saber: *valor* de troca *expresso em dinheiro,* aquela afirmativa equivale a esta outra: *"O valor das mercadorias é determinado pelo valor do trabalho",* ou, o que vem a dar no mesmo, *"O valor do trabalho é a medida geral do valor".*

Mas, por sua vez, como se determina o *"valor do trabalho"?* Aqui, chegamos a um ponto morto. A um ponto morto, sem dúvida, se tentamos raciocinar logicamente. Porém, os proponentes desta teoria não têm lá grandes escrúpulos em matéria de lógica. Tomemos o nosso amigo Weston, como exemplo. Primeiro, dizia-nos que os salários regulavam os preços das mercadorias e que, portanto, quando os salários subiam, estes deviam subir também. Depois, dava meia volta para nos demonstrar que um aumento de salários não serviria para nada, visto que também subiriam os preços das mercadorias, e os salários se mediam, na realidade, pelos preços das mercadorias com eles compradas. Assim, partindo da afirmativa de que o valor do trabalho determina o valor da mercadoria, viemos parar na afirmativa de que o valor da mercadoria determina o valor do trabalho. Nada mais fizemos do que nos mover num círculo vicioso, sem chegar a nenhuma conclusão.

No geral, é evidente que, tomando o valor de uma mercadoria, por exemplo,

o trabalho, o trigo ou outra mercadoria qualquer, como medida e regulador geral do valor, apenas desviamos a dificuldade, já que determinamos um valor por outro, que por sua vez também necessita ser determinado.

Expresso em sua forma mais abstrata, o dogma de que "os salários determinam os preços das mercadorias" equivale a dizer que "o valor se determina pelo valor", e esta tautologia só demonstra, na realidade, que nada sabemos a respeito do valor. Se admitíssemos semelhante premissa, toda argumentação acerca das leis gerais da economia política converter-se-ia em mera tagarelice. Por isso deve-se reconhecer a Ricardo [14] o grande mérito de haver destruído até os fundamentos, com a sua obra sobre os *Princípios da Economia Política,* publicada em 1817, o velho erro, tão divulgado e gasto de que "os salários determinam os preços", falácia já rechaçada por Adam Smith [15] e seus predecessores franceses na parte verdadeiramente científica de suas investigações, mas que, não obstante, eles reproduziram nos seus capítulos mais superficiais e de vulgarização.

VI

[Valor e trabalho]

Cidadãos! Cheguei ao ponto em que devo necessariamente entrar no verdadeiro desenvolvimento do tema. Não posso asseverar que o faça de maneira muito satisfatória, pois isso me obrigaria a percorrer todo o campo da economia política. Apenas posso, como diria o francês, *effleurer la question,* [16] tocar os aspectos fundamentais.

A primeira pergunta que temos de fazer é esta: Que é o *valor* de uma mercadoria? Como se determina este valor?

À primeira vista, parecerá que o valor de uma mercadoria é algo completamente *relativo,* que não se pode determinar sem pôr uma mercadoria em relação com todas as outras. Com efeito, quando falamos do valor, do valor de troca de uma mercadoria, entendemos as quantidades proporcionais nas quais é trocada por todas as demais mercadorias. Isto, porém, conduz-nos a perguntar: como se regulam as proporções em que umas mercadorias se trocam por outras?

Sabemos por experiência que essas proporções variam ao infinito. Tomemos uma única mercadoria, por exemplo, o trigo, e veremos que um *quarter* de trigo

[14] David Ricardo (1772-1823) foi um dos primeiros teóricos da economia política clássica. Escreveu um grande número de ensaios e deixou uma obra de larga projeção, intitulada *Principles of Political Economy and Taxation,* tida em grande apreço por Marx, que lhe salientou os aspectos idealistas. (N. do E.)

[15] Adam Smith (1723-1790), grande sistematizador do pensamento econômico burguês, o primeiro a considerar, realmente, o trabalho como fonte da riqueza. Em sua obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* defende, essencialmente, o princípio da organização espontânea do mundo econômico sob a ação do interesse pessoal. (N. do E.)

[16] Em francês, no original: tocar de leve na questão. (N. do E.)

se permuta, numa série quase infinita de graus de proporção, por diferentes mercadorias. E, sem embargo, *como o seu valor é sempre o mesmo,* quer se expresse em seda, em ouro, ou outra qualquer mercadoria, este valor tem que ser alguma coisa de distinto e independente dessas *diversas proporções* em que se troca por outros artigos. Necessariamente há de ser possível exprimir, de uma forma muito diferente, estas diversas equações com várias mercadorias.

De resto, quando digo que um *quarter* de trigo se troca por ferro numa determinada proporção ou que o valor de um *quarter* de trigo se expressa numa determinada quantidade de ferro, digo que o valor do trigo ou seu equivalente em ferro são iguais a *uma terceira coisa,* que não é trigo nem ferro, pois suponho que ambos exprimem a mesma grandeza sob duas formas distintas. Portanto, cada um destes dois objetos, tanto o trigo como o ferro, deve poder reduzir-se, independentemente um do outro, àquela terceira coisa, que é a medida comum de ambos.

Para esclarecer este ponto, recorrerei a um exemplo geométrico muito simples. Quando comparamos a área de vários triângulos das mais diversas formas e grandezas, ou quando comparamos triângulos com retângulos, ou com outra qualquer figura retilínea, qual é o processo que empregamos? Reduzimos a área de um triângulo qualquer a uma expressão completamente distinta de sua forma visível. E como, pela natureza do triângulo, sabemos que a área desta figura geométrica é sempre igual à metade do produto de sua base pela sua altura, isto nos permite comparar entre si os diversos valores de toda classe de triângulos e de todas as figuras retilíneas, já que todas elas podem reduzir-se a um certo número de triângulos.

Temos que seguir o mesmo processo para os valores das mercadorias. Temos que poder reduzi-los todos a uma expressão comum, distinguindo-os unicamente pela proporção em que contêm esta mesma e idêntica medida. Como os *valores de troca* das mercadorias não passam de *funções sociais* delas, e nada têm a ver com suas propriedades *naturais,* devemos antes de mais nada perguntar: Qual é a *substância social* comum a todas as mercadorias? É o *trabalho.* Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar, uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente *trabalho,* mas *trabalho social.* Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um *produto,* mas não uma *mercadoria.* Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas, para produzir uma *mercadoria,* não só se tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade *social* qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à *divisão de trabalho dentro da sociedade.* Não é nada sem os demais setores do trabalho, e, por sua vez, é chamado a integrá-los. Quando consideramos as *mercadorias como valores,* vemo-las somente sob o aspecto de *trabalho social realizado, plasmado* ou, se assim quiserdes, *cristalizado.* Consideradas desse modo, só podem *distinguir-se* umas das outras enquanto representem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, num lenço de seda pode encerrar-se uma quantidade maior de trabalho do que em um tijolo. Mas

como se medem as *quantidades de trabalho?* Pelo *tempo que dura o trabalho,* medindo este em horas, em dias, etc. Naturalmente, para aplicar esta medida, todas as espécies de trabalho se reduzem a trabalho médio, ou simples, como a sua unidade.

Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem *um valor* por ser uma *cristalização de um trabalho social.* A *grandeza* de seu valor, ou seu valor *relativo,* depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os *valores relativos das mercadorias* se determinam pelas *correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas.* As quantidades *correspondentes* de mercadorias que foram produzidas no *mesmo tempo de trabalho são iguais.* Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra.

Suspeito que muitos de vós perguntareis: existe então uma diferença tão grande, supondo que exista alguma, entre a determinação dos valores das mercadorias na base dos *salários* e sua determinação pelas *quantidades relativas de trabalho* necessárias à sua produção? Não deveis perder de vista que a *retribuição* do trabalho e a *quantidade* de trabalho são coisas perfeitamente distintas. Suponhamos, por exemplo, que num *quarter* de trigo e numa onça de ouro se plasmam *quantidades iguais de trabalho.* Valho-me deste exemplo porque já foi empregado por Benjamin Franklin[17] no seu primeiro ensaio, publicado em 1729, sob o título de *Uma Modesta Investigação sobre a Natureza e a Necessidade do Papel-Moeda,* que é um dos primeiros livros em que se reconhece a verdadeira natureza do valor. Pois bem, suponhamos, como ficou dito, que um *quarter* de trigo e uma onça de ouro *são valores iguais* ou *equivalentes,* por serem *cristalizações de quantidades iguais de trabalho médio,* de tantos dias, ou tantas semanas de trabalho plasmado em cada uma delas. Acaso, ao determinar assim os valores relativos do ouro e do trigo, fazemos qualquer referência aos *salários* que percebem os operários agrícolas e os mineiros? Em absoluto, nem por sombra. Não dizemos, *sequer remotamente, como se* paga o *trabalho* diário ou semanal destes obreiros, nem ao menos dizemos se aqui se emprega, ou não, trabalho assalariado. Ainda supondo que se empregue trabalho assalariado, os salários podem ser muito desiguais. Pode acontecer que o operário cujo trabalho se plasma no *quarter* de trigo só perceba por ele dois *bushel,*[18] enquanto o operário na mina pode ter percebido pelo seu trabalho metade da onça de ouro. Ou, supondo que os seus salários sejam iguais, podem diferir nas mais diversas proporções dos valores das mercadorias por ele produzidas. Podem representar a metade, a terça, quarta ou quinta parte, ou outra fração qualquer daquele *quarter* de trigo, ou daquela onça de

[17] Benjamin Franklin (1706-1790), filósofo e estadista norte-americano, tornou-se conhecido desde a publicação do seu primeiro ensaio: *A Modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency.* (N. do E.)

[18] Medida inglesa para secos, equivalente, nos Estados Unidos, a 35,238 litros, e, na Inglaterra, a 36,367 litros. (N. do T.)

ouro. Naturalmente, os seus *salários* não podem exceder os valores das mercadorias por eles produzidas, não podem ser *maiores* que estas, mas podem, sim, ser *inferiores* em todos os graus imagináveis. Seus *salários* achar-se-ão *limitados* pelos *valores* dos produtos, mas os *valores de seus produtos* não se acharão limitados pelos salários. E sobretudo aqueles valores, os valores relativos do trigo e do ouro, por exemplo, se terão fixado sem atentar em nada no valor do trabalho invertido neles, isto é, sem atender em nada aos *salários*. A determinação dos valores das mercadorias pelas *quantidades relativas de trabalho nelas plasmado* difere, como se vê, radicalmente, do método tautológico da determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, ou seja, pelos *salários*. Contudo, no decurso de nossa investigação, teremos oportunidade de esclarecer ainda mais este ponto. Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos de acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela, em *último lugar*, a que antes se incorporou nas matérias-primas com que se elaborou a mercadoria e o trabalho aplicado aos meios de trabalho — ferramentas, maquinaria e edifícios — que serviram para esse trabalho.[19] Por exemplo, o valor de uma determinada quantidade de fio de algodão é a cristalização da quantidade de trabalho incorporada ao algodão durante o processo de fiação e, além disso, da quantidade de trabalho anteriormente plasmado nesse algodão, da quantidade de trabalho encerrada no carvão, no óleo e em outras matérias auxiliares empregadas, bem como da quantidade de trabalho materializado na máquina a vapor, nos fusos, no edifício da fábrica, etc. Os meios de trabalho propriamente ditos, tais como ferramentas, maquinaria e edifícios, utilizam-se constantemente, durante um período de tempo mais ou menos longo, em processos repetidos de produção. Se se consumissem de uma vez, como acontece com as matérias-primas, transferir-se-ia imediatamente todo o seu valor à mercadoria que ajudam a produzir. Mas como um fuso, por exemplo, só se desgasta aos poucos, calcula-se um termo médio tomando por base a sua duração média, o seu aproveitamento médio ou a sua deterioração ou desgaste durante um determinado tempo, digamos, um dia. Deste modo calculamos qual a parte do valor dos fusos que passa ao fio fabricado durante um dia e que parte, portanto, dentro da soma global de trabalho realizado, por exemplo, numa libra de fio, corresponde à quantidade de trabalho anteriormente incorporando nos fusos. Para o objetivo a que visamos é necessário insistir mais neste ponto.

Poderia parecer que, se o valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade de trabalho que se inverte na sua produção*, quanto mais preguiçoso ou inábil seja um operário, mais valiosa será a mercadoria por ele produzida, pois que o tempo de trabalho necessário para produzi-la será proporcionalmente maior. Mas aquele que assim pensa incorre num lamentável erro. Lembrai-vos que eu empregava a expressão "trabalho *social*" e nesta denominação de "*social*" cabem muitas coisas. Ao dizer que o valor de uma mercadoria é determinado pela *quantidade de trabalho* incorporado ou cristalizado nela, queremos referir-nos à *quan-*

[19] Veja-se David Ricardo, *Princípios de Economia Política*, cap. 1, sec. IV. (N. do T.)

tidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria num dado estado social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma dada intensidade social média e com uma destreza média no trabalho que se emprega. Quando, na Inglaterra, o tear a vapor começou a competir com o tear manual, para converter uma determinada quantidade de fio numa jarda de tecido de algodão, ou pano, bastava a metade da duração de trabalho que anteriormente se invertia. Agora, o pobre tecelão manual tinha que trabalhar 17 ou 18 horas diárias, em vez das 9 ou 10 de antes. Não obstante, o produto de suas 20 horas de trabalho só representava 10 horas de trabalho social; isto é, as 10 horas de trabalho socialmente necessárias para converter uma determinada quantidade de fio em artigos têxteis. Portanto, seu produto de 20 horas não tinha mais valor do que aquele que antes elaborava em 10.

Se, então, a quantidade de trabalho socialmente necessário, materializado nas mercadorias, é o que determina o valor de troca destas, ao crescer a quantidade de trabalho exigível para produzir uma mercadoria aumenta necessariamente o seu valor e vice-versa, diminuindo aquela, baixa este.

Se as respectivas quantidades de trabalho necessário para produzir as respectivas mercadorias permanecessem constantes, seriam também constantes seus valores relativos. Porém, assim não sucede. A quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado. Quanto maiores são as forças produtivas do trabalho, mais produtos se elaboram num tempo de trabalho dado; e quanto menores são, menos se produzem na mesma unidade de tempo. Se, por exemplo, ao crescer a população, se fizesse necessário cultivar terras menos férteis, teríamos que inverter uma quantidade maior de trabalho para obter a mesma produção, e isto faria subir, por conseguinte, o valor dos produtos agrícolas. Por outro lado, se um só fiandeiro, com os modernos meios de produção, ao fim do dia converte em fio mil vezes mais algodão que antes fiava no mesmo espaço de tempo com auxílio da roca, é evidente que, agora, cada libra de algodão absorverá mil vezes menos trabalho de fiação que dantes e, por conseqüência, o valor que o processo de fiação incorpora em cada libra de algodão será mil vezes menor. E na mesma proporção baixará o valor do fio.

À parte as diferenças nas energias naturais e na destreza adquirida para o trabalho entre os diversos povos, as forças produtivas do trabalho dependerão, principalmente:

1 — Das condições *naturais* do trabalho: fertilidade do solo, riqueza das jazidas minerais, etc.

2 — Do aperfeiçoamento progressivo das *forças sociais do trabalho* por efeito da produção em grande escala, da concentração do capital, da combinação do trabalho, da divisão do trabalho, maquinaria, melhoria dos métodos, aplicação dos meios químicos e de outras forças naturais, redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e de transporte, e todos os demais inventos pelos quais a ciência obriga as forças naturais a servir ao trabalho, e pelos quais desenvolve o caráter social ou cooperativo do trabalho. Quanto maior é a força produtiva do trabalho, menos trabalho se inverte numa dada quantidade de pro-

dutos e, portanto, menor é o valor destes produtos. Quanto menores são as forças produtivas do trabalho, mais trabalho se emprega na mesma quantidade de produtos e, por conseqüência, maior é o seu valor. Podemos, então, estabelecer como lei geral o seguinte:

Os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho invertido em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado.

Como até aqui só temos falado do *valor,* acrescentarei algumas palavras acerca do *preço,* que é uma forma particular tomada pelo valor.

Em si mesmo, o *preço* outra coisa não é senão a *expressão em dinheiro do valor.* Os valores de todas as mercadorias deste país se exprimem, por exemplo, em preços-ouro, enquanto no Continente se expressam quase sempre em preços-prata. O valor do ouro, ou da prata, se determina como o de qualquer mercadoria, pela quantidade de trabalho necessário à sua extração. Permutais uma certa soma de vossos produtos nacionais, na qual se cristaliza uma determinada quantidade de vosso trabalho nacional, pelos produtos dos países produtores de ouro e prata, nos quais se cristaliza uma determinada quantidade de *seu* trabalho. É por este processo, na verdade pela simples troca, que aprendeis a exprimir em ouro e prata os valores de todas as mercadorias, isto é, as quantidades respectivas de trabalho empregadas na sua produção. Se vos aprofundardes mais na *expressão em dinheiro do valor,* ou, o que vem a ser o mesmo, na *conversão do valor em preço,* vereis que se trata de um processo por meio do qual dais aos *valores* de todas as mercadorias uma forma *independente* e *homogênea,* por meio da qual exprimis estes valores como quantidades de *igual trabalho social.* Na medida em que é apenas a expressão em dinheiro do valor, o preço foi denominado *preço natural,* por Adam Smith, e *prix nécessaire,*[20] pelos fisiocratas franceses.

Que relação guardam, pois, o *valor* e os *preços do mercado* ou os *preços naturais* e os *preços do mercado?* Todos sabeis que o *preço do mercado* é o *mesmo* para todas as mercadorias da mesma espécie, por muito que variem as condições de produção dos produtores individuais. Os preços do mercado não fazem mais que expressar a *quantidade social média de trabalho,* que, nas condições médias de produção, é necessária para abastecer o mercado com determinada quantidade de um certo artigo. Calcula-se tendo em vista a quantidade global de uma mercadoria de determinada espécie.

Até agora o *preço* de uma mercadoria no *mercado* coincide com o seu *valor.* Por outra parte, as oscilações dos preços do mercado que umas vezes excedem o valor, ou preço natural, e outras vezes ficam abaixo dele dependem das flutuações da oferta e da procura. Os preços do mercado se desviam constantemente dos valores, mas, como diz Adam Smith:

"O preço natural é (. . .) o preço central em torno do qual gravitam constantemente os preços das mercadorias. Circunstâncias diversas os podem manter erguidos muito acima desse ponto e, por vezes, precipitá-los um pouco abaixo.

[20] Em francês, no texto, "preço necessário". (N. do E.)

Quaisquer, porém, que sejam os obstáculos que os impeçam de se deter neste centro de repouso e estabilidade, eles tendem continuamente para lá".[21]

Não posso agora esmiuçar este assunto. Basta dizer que, se a oferta e a procura se equilibram, os preços das mercadorias no mercado corresponderão a seus preços naturais, isto é, a seus valores, os quais se determinam pelas respectivas quantidades de trabalho necessário para a sua produção. Mas a oferta e a procura devem constantemente tender para o equilíbrio, embora só o alcancem compensando uma flutuação com a outra, uma alta com uma baixa e vice-versa. Se, em vez de considerar somente as flutuações diárias, analisardes o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo, como o fez, por exemplo, o sr. Tooke, na sua *História dos Preços,* descobrireis que as flutuações dos preços no mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que, postas à margem a influência exercida pelos monopólios e algumas outras restrições que aqui temos de passar por alto, vemos que todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos *valores* ou preços naturais. Os períodos médios de tempo, durante os quais se compensam entre si as flutuações dos preços no mercado, diferem segundo as distintas espécies de mercadorias, porque numas é mais fácil que em outras adaptar a oferta à procura.

Se, então, falando de um modo geral e abarcando períodos de tempo bastante longos, todas as espécies de mercadorias se vendem pelos seus respectivos valores, é absurdo supor que o lucro — não em casos isolados, mas o lucro constante e normal das diversas indústrias — brota de uma *majoração* dos preços das mercadorias, ou do fato de que se vendam por um preço que exceda consideravelmente o seu *valor.* O absurdo desta idéia evidencia-se desde que a generalizamos. O que alguém ganhasse constantemente como vendedor, haveria de perder constantemente como comprador. De nada serve dizer que há pessoas que compram sem vender, consumidores que não são produtores. O que estes pagassem ao produtor, teriam antes de recebê-lo dele grátis. Se uma pessoa recebe o vosso dinheiro e logo vo-lo devolve comprando-vos as vossas mercadorias, por este caminho nunca enriquecereis por mais caro que vendais. Esta espécie de negócios poderá reduzir uma perda, mas jamais contribuir para realizar um *lucro.* Portanto, para explicar o *caráter geral do lucro* não tereis outro remédio senão partir do teorema de que as mercadorias se *vendem,* em média, pelos *seus verdadeiros valores* e que os *lucros se obtêm vendendo as mercadorias pelo seu valor,* isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado. Se não conseguirdes explicar o lucro sobre esta base, de nenhum outro modo conseguireis explicá-lo. Isto parece um paradoxo e contrário à observação de todos os dias. Parece também paradoxal que a Terra gire ao redor do Sol e que a água seja formada por dois gases altamente inflamáveis. As verdades científicas serão sempre paradoxais, se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas.

[21] Adam Smith, *The Wealth of Nations,* t. I. cap. 7, p. 57, Nova York, 1931. (N. do T.)

VII

Força de trabalho

Depois de termos analisado, na medida em que podíamos fazê-lo, em um exame tão rápido, a natureza do *valor,* do *valor de uma mercadoria qualquer,* devemos volver nossa atenção para o *valor específico do trabalho.* E aqui tenho eu, novamente, que vos surpreender com outro aparente paradoxo. Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho: de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o *valor do trabalho.* E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando agora este conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nesta jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão *valor do trabalho,* estaremos em condições de interpretar esta aplicação irracional e aparentemente impossível do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente perceptíveis em certas formas, dos corpos celestes, depois de termos descoberto os seus movimentos reais.

O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua *força de trabalho,* cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o *máximo de tempo* pelo qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário se vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias.

Thomas Hobbes,[22] um dos economistas mais antigos e dos mais originais filósofos da Inglaterra, já havia assinalado em seu *Leviatã,* instintivamente, este ponto que escapou a todos os seus sucessores. Dizia ele: *"O valor de um homem é,* como para todas as outras coisas, o seu *preço;* quer dizer, o que se pagaria pelo uso de *sua força".*

Partindo desta base podemos determinar o *valor do trabalho,* como o de todas as outras mercadorias.

[22] Thomas Hobbes (1588-1679), filósofo inglês, empírico e sensualista, ideólogo da nobreza aburguesada. Defendeu o poder ilimitado do Estado em suas obras, sobretudo no *Leviatã,* escrito em 1651, que foi queimado em público, após a restauração dos Stuarts. (N. do E.)

Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são *produtos de trabalho,* e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão de cada dia? A investigação deste problema seria uma investigação do que os economistas chamam *"acumulação prévia ou originária",*[23] mas que deveria chamar-se *expropriação originária.* E veremos que esta chamada acumulação *originária* não é senão uma série de processos históricos que resultaram na *decomposição da unidade originária* existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. Esta observação cai, todavia, fora da órbita do nosso tema atual. Uma vez consumada a *separação* entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, este estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova.

Que é, pois, o *valor da força de trabalho?*

Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu *próprio* sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores. Ademais, tem que gastar outra soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo bastar-nos-á considerar o trabalho *médio,* cujos gastos de educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes. Devo, sem embargo, aproveitar a ocasião para constatar que, assim como diferem os custos de produção de força de trabalho de diferente qualidade, assim têm que diferir, também, os valores das forças de trabalho aplicadas nas diferentes indústrias. Por conseqüência, o grito pela *igualdade de salários* assenta num *erro,* é um desejo oco, que jamais se realizará. É um rebento desse falso e superficial radicalismo que admite as premissas e procura fugir às conclusões. Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer; e, como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, *necessariamente* têm que ter preços distintos no mercado de trabalho. Pedir *uma retribuição igual ou simplesmente uma retribuição justa,* na base do sistema do salariado, é o

[23] O mesmo que "acumulação primitiva", como Marx diria em *O Capital.* (N. do E.)

mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura. O que pudésseis considerar justo ou eqüitativo não vem ao caso. O problema está em saber o que vai acontecer necessária e inevitavelmente dentro de um dado sistema de produção.

Depois do que dissemos, o *valor da força de trabalho* é determinado pelo *valor dos artigos de primeira necessidade* exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho.

VIII

A produção da mais-valia

Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário *exija 6 horas de trabalho médio* para a sua produção. Suponhamos, além disso, que estas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o *preço* ou a expressão em dinheiro do *valor diário da força de trabalho* desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para comprar a quantidade média de seus artigos diários de primeira necessidade ou para se manter como operário.

Mas o nosso homem é um obreiro assalariado. Portanto, precisa vender a sua força de trabalho a um capitalista. Se a vende por 3 xelins diários, ou por 18 semanais, vende-a pelo seu valor. Vamos supor que se trata de um fiandeiro. Trabalhando 6 horas por dia, incorporará ao algodão, diariamente, um valor de 3 xelins. Este valor diariamente incorporado por ele representaria um equivalente exato do salário, ou preço de sua força de trabalho, que recebe cada dia. Mas neste caso não iria para o capitalista nenhuma *mais-valia* ou *sobreproduto* algum. É aqui, então, que tropeçamos com a verdadeira dificuldade.

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante *todo o dia* ou *toda a semana*. A jornada de trabalho, ou a semana de trabalho, têm naturalmente certos limites, mas a isto volveremos, em detalhe, mais adiante.

No momento, quero chamar-vos a atenção para um ponto decisivo.

O *valor* da força de trabalho se determina pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o *uso* desta força só é limitado pela energia vital e a força física do operário. O *valor* diário ou semanal da força de trabalho difere completamente do funcionamento diário ou semanal

desta mesma força de trabalho; são duas coisas completamente distintas, como a ração consumida por um cavalo e o tempo em que este pode carregar o cavaleiro. A quantidade de trabalho que serve de limite ao *valor* da força de trabalho do operário não limita de modo algum a quantidade de trabalho que sua força de trabalho pode executar. Tomemos o exemplo do nosso fiandeiro. Vimos que, para recompor diariamente a sua força de trabalho, este fiandeiro precisava reproduzir um valor diário de 3 xelins, o que realizava com um trabalho diário de 6 horas. Isto, porém, não lhe tira a capacidade de trabalhar 10 ou 12 horas e mais, diariamente. Mas o capitalista, ao pagar o *valor* diário ou semanal da força de trabalho do fiandeiro, adquire o direito de usá-la durante *todo o dia ou toda a semana.* Fa-lo-á trabalhar, portanto, digamos, 12 horas diárias, quer dizer, *além* das 6 horas necessárias para recompor o seu salário, ou o valor de sua força de trabalho, terá de trabalhar *outras 6 horas,* a que chamarei horas de *sobretrabalho,* e este sobretrabalho irá traduzir-se em uma *mais-valia* e em um *sobreproduto.* Se, por exemplo, nosso fiandeiro, com o seu trabalho diário de 6 horas, acrescenta ao algodão um valor de 3 xelins, valor que constitui um equivalente exato de seu salário, em 12 horas acrescentará ao algodão um valor de 6 xelins e produzirá *a correspondente quantidade adicional de fio.* E, como vendeu sua força de trabalho ao capitalista, todo o valor, ou todo o produto, por ele criado pertence ao capitalista, que é dono de sua força de trabalho, *por tempore.* Por conseguinte, desembolsando 3 xelins, o capitalista realizará o valor de 6, pois com o desembolso de um valor no qual se cristalizam 6 horas de trabalho receberá em troca um valor no qual estão cristalizadas 12 horas. Se repete, diariamente, esta operação, o capitalista desembolsará 3 xelins por dia e embolsará 6, cuja metade tornará a inverter no pagamento de novos salários, enquanto a outra metade formará a *mais-valia,* pela qual o capitalista não paga equivalente algum. *Este tipo de intercâmbio entre o capital e o trabalho* é o que serve de base à produção capitalista, ou ao sistema do salariado, e tem que conduzir, sem cessar, à constante reprodução do operário como operário e do capitalista como capitalista.

A *taxa de mais-valia* dependerá, se todas as outras circunstâncias permanecerem invariáveis, da proporção existente entre a parte da jornada que o operário tem que trabalhar para reproduzir o valor da força de trabalho e o *sobretempo* ou *sobretrabalho* realizado para o capitalista. Dependerá, por isso, da proporção *em que a jornada de trabalho se prolongue além do tempo* durante o qual o operário, com o seu trabalho, se limita a reproduzir o valor de sua força de trabalho ou a repor o seu salário.

IX

O valor do trabalho

Devemos voltar agora à expressão *"valor ou preço do trabalho".* Vimos que, na realidade, este valor nada mais é que o da força de trabalho, medido pelos

valores das mercadorias necessárias à sua manutenção. Mas, como o operário só recebe o seu salário *depois* de realizar o seu trabalho e como, ademais, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou preço de sua força de trabalho é o *preço* ou *valor do seu próprio trabalho*. Se o preço de sua força de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Donde se chega a um duplo resultado:

Primeiro: *O valor ou preço da força de trabalho* toma a aparência *do preço ou valor do próprio trabalho,* ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido.

Segundo: Ainda que só se *pague* uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica *sem remuneração,* e ainda que este trabalho não remunerado ou sobretrabalhado seja precisamente o fundo de que se forma a *mais-valia ou lucro,* fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.

Esta aparência enganadora distingue o *trabalho assalariado* das outras formas *históricas* do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho *não remunerado* parece trabalho *pago*. Ao contrário, no trabalho dos *escravos* parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que, para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas, como entre ele e seu senhor não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça.

Tomemos, por outro lado, o camponês servo, tal como existia, quase diríamos ainda ontem mesmo, em todo o oriente da Europa. Este camponês, por exemplo, trabalhava três dias para si, na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava um trabalho compulsório e gratuito na propriedade de seu senhor. Como vemos, aqui as duas partes do trabalho, a paga e a não paga, aparecem visivelmente separadas, no tempo e no espaço, e os nossos liberais podem estourar de indignação moral ante a idéia disparatada de que se obrigue um homem a trabalhar de graça.

Mas, na realidade, tanto faz uma pessoa trabalhar três dias na semana para si, na sua própria terra, e outros três dias de graça na gleba do senhor como trabalhar diariamente na fábrica, ou na oficina, 6 horas para si e 6 horas para o seu patrão; ainda que neste caso a parte do trabalho pago e a do não remunerado apareçam inseparavelmente confundidas e o caráter de toda a transação se disfarce por completo com a *interferência de um contrato e o pagamento* recebido no fim da semana. No primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, parece entregue voluntariamente. Eis a única diferença.

Sempre que eu empregue, portanto, a expressão *"valor do trabalho"*, empregá-la-ei como termo popular, sinônimo de *"valor de força de trabalho"*.

X

O lucro obtém-se vendendo uma mercadoria pelo seu valor

Suponhamos que uma hora de trabalho médio materialize um valor de 6 pence [24] ou 12 horas de trabalho médio, um valor de 6 xelins. Suponhamos, ainda, que o valor do trabalho represente 3 xelins ou o produto de 6 horas de trabalho. Se nas matérias-primas, maquinaria, etc., consumidas para produzir uma determinada mercadoria, se materializam 24 horas de trabalho médio, o seu valor elevar-se-á a 12 xelins. Se, além disso, o operário empregado pelo capitalista junta a estes meios de produção 12 horas de trabalho, teremos que estas 12 horas se materializam num valor adicional de 6 xelins. Portanto, o *valor do produto* se elevará a 36 horas de trabalho materializado, equivalente a 18 xelins. Porém, como o valor do trabalho ou o salário recebido pelo operário só representa 3 xelins, decorre daí que o capitalista não pagou equivalente algum pelas 6 horas de sobretrabalho realizado pelo operário e materializadas no valor da mercadoria. Vendendo esta mercadoria pelo seu valor, por 18 xelins, o capitalista obterá, portanto, um valor de 3 xelins, para o qual não pagou equivalente. Estes 3 xelins representarão a mais-valia ou lucro que o capitalista embolsa. O capitalista obterá, por conseqüência, um lucro de 3 xelins, não por vender a sua mercadoria a um preço que *exceda* o seu valor, mas por vendê-la *pelo seu valor real.*

O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado;* a outra parte, trabalho *não remunerado.* Logo, quando o capitalista vende a mercadoria *pelo seu valor,* isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não *acima* do que valem e sim pelo *seu verdadeiro valor.*

XI

As diversas partes em que se divide a mais-valia

À *mais-valia,* ou seja, àquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretrabalho,* ou *trabalho não remunerado,* eu chamo lucro. Este

[24] Vide nota 12. (N. do E.)

lucro não o embolsa na sua totalidade o empregador capitalista. O monopólio do solo permite ao proprietário da terra embolsar uma parte desta *mais-valia,* sob a denominação de *renda territorial,* quer o solo seja utilizado na agricultura ou se destine a construir edifícios, ferrovias ou a outro qualquer fim produtivo. Por outro lado, o fato de ser a posse dos *meios de trabalho* o que possibilita ao empregador capitalista produzir *mais-valia,* ou, o que é o mesmo, *apropriar-se de uma determinada quantidade de trabalho não remunerado,* é precisamente o que permite ao proprietário dos meios de trabalho, que os empresta total ou parcialmente ao empregador capitalista, numa palavra, ao *capitalista que empresta o dinheiro,* reivindicar para si mesmo outra parte desta mais-valia sob o nome de *juro,* de modo que ao capitalista empregador, *como tal,* só lhe sobra o chamado *lucro industrial* ou *comercial.* A questão de saber a que leis está submetida essa divisão da importância total da mais-valia entre as três categorias de pessoas aqui mencionadas é inteiramente estranha ao nosso tema. Mas, do que deixamos exposto depreende-se, pelo menos, o seguinte:

A renda territorial, o juro e o lucro industrial nada mais são que *nomes diferentes para exprimir as diferentes partes da mais-valia* de uma mercadoria ou do *trabalho não remunerado, que nela se materializa,* e todos provêm por *igual desta fonte e só desta fonte.* Não provêm do *solo,* como tal, nem do *capital* em si; mas o solo e o capital permitem a seus possuidores obter a sua parte correspondente na mais-valia que o empregador capitalista extorque ao operário. Para o operário mesmo, é uma questão de importância secundária que esta mais-valia, fruto de seu sobretrabalho, ou trabalho não remunerado, seja exclusivamente embolsada pelo empregador capitalista ou que este se veja obrigado a ceder parte a terceiros, com o nome de renda do solo, ou juro. Suponhamos que o empregador utiliza apenas capital próprio e seja ele mesmo o proprietário do solo; neste caso, toda a mais-valia irá parar em seu bolso.

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário esta mais-valia, seja qual for a parte que, em última análise, possa reservar para si. Por isto, desta relação entre o empregador capitalista e o operário assalariado dependem todo o sistema do salariado e todo o regime atual de produção. Alguns dos cidadãos que intervieram em nosso debate, ao intentarem atenuar as proporções das coisas e apresentar esta relação fundamental entre o empregador capitalista e o operário como uma questão secundária, cometeram, portanto, um erro, embora, por outro lado, tivessem razão ao afirmar que, em dadas circunstâncias, um aumento dos preços pode afetar de um modo muito desigual o empregador capitalista, o dono da terra, o capitalista que empresta dinheiro e, se quereis, o arrecadador de impostos.

Do exposto resulta ainda outra conseqüência.

A parte do valor da mercadoria que representa unicamente o valor das matérias-primas e das máquinas, numa palavra, o valor dos meios de produção consumidos, *não* gera *nenhum rendimento,* mas se *limita* a repor *o capital.* Mas, afora isso, é falso que a outra parte do valor da mercadoria, *que forma o rendimento* ou pode ser gasta sob a forma de salário, lucro, renda territorial e juro, seja *consti-*

tuída pelo valor dos salários, pelo valor da renda territorial, pelo valor do lucro, etc. Por ora deixaremos de lado os salários e só trataremos do lucro industrial, do juro e da renda territorial. Acabamos de ver que *a mais-valia contida* na mercadoria, ou a parte do valor desta na qual está incorporado o *trabalho não remunerado,* por sua vez se decompõe em várias partes, designadas por três nomes diferentes. Afirmar, porém, que seu valor se acha *integrado* ou *formado* pela *soma total dos valores independentes destas três partes constituintes* seria afirmar o inverso da verdade.

Se 1 hora de trabalho se realiza num valor de 6 *pence* e se a jornada de trabalho do operário é de 12 horas e a metade deste tempo for trabalho não pago, este *sobretrabalho* acrescentará à mercadoria uma *mais-valia* de 3 xelins, isto é, um valor pelo qual não se paga nenhum equivalente. Esta mais-valia de 3 xelins representa *todo o fundo* que o empregador capitalista pode repartir, na proporção que for com o dono da terra e com o emprestador de dinheiro. O valor destes 3 xelins forma o limite do valor que eles podem repartir entre si. Mas não é o empregador capitalista que acrescenta ao valor da mercadoria um valor arbitrário para seu lucro, acrescentando em seguida outro valor para o proprietário da terra e assim por diante, de tal maneira que a soma destes valores arbitrariamente fixados constituísse o valor total. Vedes, portanto, o erro da idéia correntemente exposta, que confunde a *divisão de um dado valor* em três partes, com a formação desse valor, mediante a soma de três valores *independentes,* convertendo desta maneira numa grandeza arbitrária o valor total, de onde saem a renda territorial, o lucro e o juro.

Se o lucro total obtido por um capitalista for de 100 libras esterlinas, chamamos a esta soma, considerada como grandeza *absoluta,* o montante do lucro. Mas, se calculamos a proporção entre estas 100 libras e o capital desembolsado, a esta grandeza *relativa* chamamos *taxa de lucro.* É evidente que se pode expressar esta taxa de lucro sob duas formas.

Vamos supor seja de 100 libras o capital *desembolsado em salários.* Se a mais-valia obtida for também de 100 libras — o que nos demonstraria que a metade da jornada do operário se compõe de trabalho *não remunerado* — e se medíssemos este lucro pelo valor do capital desembolsado em salários, diríamos *que a taxa de lucro*[25] era de 100 por cento. Já que o valor desembolsado seria 100 e o valor produzido 200.

Se, por outro lado, não só considerássemos o *capital desembolsado em salários* mas *todo o capital* desembolsado, digamos, por exemplo, 500 libras, das quais 400 representam o valor das matérias-primas, maquinaria, etc., diríamos que a *taxa de lucro* apenas se elevara a 20 por cento, visto o lucro de 100 não ser mais que a quinta parte do capital *total* desembolsado.

O primeiro modo de expressar a taxa de lucro é o único que nos revela a proporção real entre o trabalho pago e o não remunerado, o grau real da *exploita-*

[25] Mais tarde, em *O Capital,* Marx diria "taxa de mais-valia". Nessa obra só se emprega a expressão "taxa de lucro" como a relação entre o lucro e o capital total. (N. da Ed. Francesa.)

tion[26] *do trabalho* (permiti-me o uso desta palavra francesa). A outra forma é a usual, e para certos fins é, com efeito, a mais indicada. Em todo caso, prova ser muito útil, por ocultar o grau em que o capitalista arranca do operário trabalho gratuito.

Nas observações que ainda me restam por fazer, empregarei a palavra *lucro* para exprimir o montante total de mais-valia extorquida pelo capitalista, sem me preocupar com a divisão desta mais-valia entre as diversas partes interessadas, e quando usar o termo *taxa de lucro* medirei sempre o lucro pelo valor do capital desembolsado em salário.

XII

A relação geral entre lucros, salários e preços

Se do valor de uma mercadoria descontarmos a parte que se limita a repor o das matérias-primas e outros meios de produção empregados, isto é, se descontarmos o valor que representa o trabalho *pretérito* nela encerrado, o valor restante reduzir-se-á à quantidade de trabalho acrescentada pelo operário que por *último* se ocupa nela. Se este operário trabalha 12 horas diárias, e 12 horas de trabalho médio cristalizam-se numa soma de ouro igual a 6 xelins, este valor adicional de 6 xelins será o *único* valor criado por seu trabalho. Este valor dado, determinado por seu tempo de trabalho, é o único fundo do qual tanto ele como o capitalista têm de retirar a respectiva participação ou dividendo, é o único valor a ser dividido entre salários e lucros. É evidente que este valor não será em si mesmo alterado pelas proporções variáveis em que possa dividir-se entre ambas as partes. E tampouco haverá alteração se, em vez de um operário isolado, pomos toda a população trabalhadora, 12 milhões de jornadas de trabalho, por exemplo, em vez de uma.

Como o capitalista e o operário só podem dividir este valor limitado, isto é, o valor medido pelo trabalho total do operário, quanto mais perceba um deles, menos obterá o outro, e reciprocamente. Partindo de uma dada quantidade, uma das partes aumentará sempre na mesma proporção em que a outra diminui. Se os salários se modificam, modificar-se-ão em sentido oposto aos lucros. Se os salários baixam, subirão os lucros; e, se os salários sobem, baixarão os lucros. Se o operário, na nossa suposição anterior, ganha 3 xelins, equivalentes à metade do valor criado por ele, ou se a metade da sua jornada de trabalho total é trabalho pago e a outra metade trabalho não remunerado, a *taxa de lucro* será de 100 por cento, visto que o capitalista obterá também 3 xelins. Se o operário só recebe 2 xelins, ou só trabalha para ele a terça parte da jornada total, o capitalista obterá 4 xelins e a taxa de lucro será, neste caso, de 200 por cento. Se o operário percebe

[26] Exploração. (N. do E.)

4 xelins, o capitalista só poderá embolsar 2, e a taxa de lucro descerá, portanto, a 50 por cento. Mas todas estas variações não influem no valor da mercadoria. Logo, um aumento geral de salários determinaria uma diminuição da taxa geral do lucro, mas não afetaria os valores.

No entanto, embora os valores das mercadorias, que, em última instância, hão de regular seus preços no mercado, estejam determinados exclusivamente pela quantidade total de trabalho plasmado nelas, e não pela divisão desta quantidade em trabalho pago e trabalho não remunerado, daqui não se deduz, de modo algum, que os valores das diversas mercadorias ou lotes de mercadorias fabricadas em 12 horas, por exemplo, sejam sempre os mesmos. O *número,* ou a massa das mercadorias fabricadas num determinado tempo de trabalho, ou mediante uma determinada quantidade de trabalho, depende da *força produtiva* do trabalho empregado e não da sua *extensão* ou duração. Com um dado grau das forças produtivas do trabalho de fiação, por exemplo, poderão produzir-se numa jornada de trabalho de 12 horas, 12 libras-peso de fio; com um grau mais baixo de força produtiva produzir-se-ão tão-somente 2. Portanto, no primeiro caso, se as 12 horas de trabalho médio se materializam num valor de 6 xelins, as 12 libras-peso de fio custarão 6 xelins, justamente o que custariam, no segundo caso, as 2 libras. Quer dizer que, no primeiro caso, a libra-peso de fio sairá por 6 pence e, no segundo, por 3 xelins. Esta diferença de preço seria uma conseqüência da diferença existente entre as forças produtivas do trabalho empregado. Com a maior força produtiva, 1 hora de trabalho materializar-se-ia em 1 libra-peso de fio, ao passo que, com a força produtiva menor, para obter 1 libra de fio haveria necessidade de 6 horas de trabalho. No primeiro caso, o preço da libra de fio não excederia 6 pence apesar de os salários serem relativamente altos e a taxa de lucro, baixa; no segundo caso, elevar-se-ia a 3 xelins, mesmo com salários baixos e com uma taxa de lucro elevada. Assim sucederia porque o preço da libra-peso de fio é determinado pelo *total de trabalho que encerra* e não pela *proporção em que este total se divide em trabalho pago e não pago.* O fato, antes apontado por mim, de que um trabalho bem pago pode produzir mercadorias baratas, e um mal pago, mercadorias caras, perde, com isto, a sua aparência paradoxal. Não é mais que a expressão da lei geral de que o valor de uma mercadoria se determina pela quantidade de trabalho nela invertido e de que esta quantidade de trabalho invertido depende exclusivamente da força produtiva do trabalho empregado, variando, por conseguinte, ao variar a produtividade do trabalho.

XIII

Casos principais de luta pelo aumento de salários ou contra a sua redução

Examinemos agora seriamente os casos principais em que se intenta obter um aumento dos salários, ou se opõe uma resistência à sua redução.

1 — Vimos que o *valor da força do trabalho,* ou, em termos mais populares, o *valor do trabalho,* é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade ou pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Por conseguinte, se num determinado país o valor dos artigos de primeira necessidade, em média diária consumidos por um operário, representa 6 horas de trabalho, expressa em 3 xelins, este trabalhador terá de trabalhar 6 horas por dia a fim de produzir um equivalente do seu sustento diário. Sendo de 12 horas a jornada de trabalho, o capitalista pagar-lhe-ia o valor de seu trabalho entregando-lhe 3 xelins. Metade da jornada de trabalho será trabalho não remunerado e, portanto, a taxa de lucro se elevará a 100 por cento. Mas vamos supor agora que, em conseqüência de uma diminuição da produtividade, se necessite de mais trabalho para produzir, digamos, a mesma quantidade de produtos agrícolas que dantes, com o que o preço médio dos víveres diariamente necessários subirá de 3 para 4 xelins. Neste caso, o *valor* do trabalho aumentaria de um terço, ou seja, de 33,3 por cento. A fim de produzir o equivalente do sustento diário do trabalhador, dentro do padrão de vida anterior, seriam precisas 8 horas de jornada de trabalho. Logo, o sobretrabalho diminuiria de 6 para 4 horas e a taxa de lucro reduzir-se-ia de 100 para 50 por cento. O trabalhador que nestas condições pedisse um aumento de salário limitar-se-ia a exigir que lhe pagassem o *valor incrementado de seu trabalho,* como qualquer outro vendedor de uma mercadoria que, quando aumenta o custo de produção desta, age de modo a conseguir que o comprador lhe pague esse incremento do valor. E, se os salários não sobem, ou não sobem em proporções suficientes para compensar o incremento do valor dos artigos de primeira necessidade, o *preço* do trabalho descerá *abaixo do valor do trabalho* e o padrão de vida do trabalhador piorará.

Mas também pode operar-se uma mudança em sentido contrário. Ao elevar-se a produtividade do trabalho pode acontecer que a mesma quantidade de artigos de primeira necessidade, consumidos em média, diariamente, baixe de 3 para 2 xelins, ou que, em vez de 6 horas de jornada de trabalho, bastem 4 para produzir o equivalente do valor dos artigos de primeira necessidade consumidos num dia. O operário poderia, então, comprar por 2 xelins exatamente os mesmos artigos de primeira necessidade que antes lhe custavam 3. Na realidade teria baixado o *valor do trabalho;* mas este valor diminuído disporia da mesma quantidade de mercadorias que antes. O lucro subiria de 3 para 4 xelins e a taxa de lucro, de 100 para 200 por cento. Ainda que o padrão de vida absoluto do trabalhador continuasse sendo o mesmo, seu salário *relativo* e, portanto a sua *posição social relativa,* comparada com a do capitalista, teria piorado. Opondo-se a esta redução de seu salário relativo, o trabalhador não faria mais que lutar para obter uma parte das forças produtivas incrementadas do seu próprio trabalho e manter a sua antiga situação relativa na escala social. Assim, após a abolição das Leis Cerealistas e violando, flagrantemente, as promessas soleníssimas que haviam feito, em sua campanha de propaganda contra aquelas leis, os donos das fábricas inglesas diminuíram, em geral, os salários de 10 por cento. A princípio, a oposição dos trabalhadores foi frustrada; porém, mais tarde, logrou-se a recuperação

dos 10 por cento perdidos, em conseqüência de circunstâncias que não me posso deter a examinar agora.

2 — Os valores dos artigos de primeira necessidade e, por conseguinte, o *valor do trabalho* podem permanecer invariáveis, mas o *preço* deles em *dinheiro* pode sofrer alteração, desde que se opere uma prévia *modificação no valor do dinheiro.*

Com a descoberta de jazidas mais abundantes, etc., 2 onças de ouro, por exemplo, não suporiam mais trabalho do que antes exigia a produção de 1 onça. Neste caso, o *valor* do ouro baixaria à metade, a 50 por cento. E como, em conseqüência disto, os *valores* das demais mercadorias expressar-se-iam no dobro do seu *preço em dinheiro* anterior, o mesmo aconteceria com o *valor do trabalho.* As 12 horas de trabalho, que antes se expressavam em 6 xelins, agora expressar-se-iam em 12. Logo, se o salário do operário continuasse a ser de 3 xelins, em vez de ir a 6, resultaria que o *preço em dinheiro do seu trabalho* só corresponderia *à metade do valor do seu trabalho,* e seu padrão de vida pioraria assustadoramente. O mesmo ocorreria, em grau maior ou menor, se seu salário subisse, mas não proporcionalmente à baixa do valor do ouro. Em tal caso, não se teria operado a menor mudança, nem nas forças produtivas do trabalho, nem na oferta e procura, nem tampouco nos valores. Só teria mudado o *nome* em dinheiro destes valores. Dizer, neste caso, que o operário não deve lutar pelo aumento proporcional do seu salário equivale a pedir-lhe que se resigne a que se lhe pague o seu trabalho com nomes não com coisas. Toda a história do passado prova que, sempre que se produz uma depreciação do dinheiro, os capitalistas se aprestam para tirar proveito da conjuntura e enganar os operários. Uma grande escola de economistas assevera que, em conseqüência das novas descobertas de terras auríferas, da melhor exploração das minas de prata e do barateamento do fornecimento do mercúrio, voltou a se depreciar o valor dos metais preciosos. Isto explicaria as tentativas generalizadas e simultâneas, que se fazem no Continente[27] para conseguir um aumento de salários.

3 — Até aqui partimos da suposição de que a *jornada de trabalho* tem limites dados. Mas, na realidade, essa jornada, em si mesma, não tem limites constantes. O capital tende constantemente a dilatá-la ao máximo de sua possibilidade física, já que na mesma proporção aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro que dele deriva. Quanto mais êxito tiverem as pretensões do capital para alongar a jornada de trabalho, maior será a quantidade de trabalho alheio de que se apropriará. Durante o século XVII, e até mesmo durante os primeiros dois terços do século XVIII, a jornada normal de trabalho, em toda a Inglaterra, era de 10 horas. Durante a guerra contra os jacobitas,[28] que foi, na realidade, uma guerra dos barões ingleses contra as massas trabalhadoras inglesas, o capital viveu

[27] Refere-se Marx aos países do continente europeu. (N. do E.)

[28] Jacobitas eram chamados os partidários de Jacques II (do latim Jacobus) e da Casa dos Stuarts, afastados pela revolução de 1688. Tentaram apoderar-se do poder em diversas ocasiões, a última das quais em 1745, mas sem o menor êxito. (N. do E.)

dias de orgia e prolongou a jornada de 10 para 12, 14 e 18 horas. Malthus,[29] que não pode precisamente infundir suspeitas de terno sentimentalismo, declarou num folheto, publicado por volta de 1815, que a vida da nação estava ameaçada em suas raízes, caso as coisas continuassem assim. Alguns anos antes da generalização dos novos inventos mecânicos, cerca de 1765, veio à luz na Inglaterra um folheto intitulado *An Essay on Trade (Um Ensaio Sobre o Comércio).* O anônimo autor desse folheto, inimigo jurado da classe operária, clama pela necessidade de estender os limites da jornada de trabalho. Entre outras coisas, propõe criar, com este objetivo, *casas de trabalho* para pobres, que, diz ele, deveriam ser *"casas de terror".* E qual é a duração da jornada de trabalho proposta para estas "casas de terror"? *Doze horas,* quer dizer, precisamente a jornada que, em 1832, os capitalistas, os economistas e os ministros declaravam não só vigente de fato, mas também o tempo de trabalho necessário para as crianças menores de 12 anos.

Ao vender a sua força de trabalho — e o operário é obrigado a fazê-lo, no regime atual —, ele cede ao capitalista o direito de empregar esta força, porém dentro de certos limites racionais. Vende a sua força de trabalho para conservá-la ilesa, salvo o natural desgaste, porém não para destruí-la. E como a vende por seu valor diário, ou semanal, se subentende que num dia ou numa semana não se há de arrancar à sua força de trabalho um uso, ou desgaste de dois dias ou duas semanas. Tomemos uma máquina que valha 1 000 libras. Se ela se usa em 10 anos, acrescentará no fim de cada ano 100 libras ao valor das mercadorias que ajuda a produzir. Se se usa em 5 anos, o valor acrescentado por ela será de 200 libras anuais, isto é, o valor de seu desgaste anual está em razão inversa à rapidez com que se esgota. Mas isto distingue o operário da máquina. A maquinaria não se esgota exatamente na mesma proporção em que se usa. Ao contrário, o homem se esgota numa proporção muito superior à que a mera soma numérica do trabalho acusa.

Nas tentativas para reduzir a jornada de trabalho à sua antiga duração racional, ou, onde não podem arrancar uma fixação legal da jornada normal de trabalho, nas tentativas para contrabalançar o trabalho excessivo por meio de um aumento de salário, aumento que não basta esteja em proporção com o sobretrabalho que os exaure, e deve, sim, estar numa proporção maior, os operários não fazem mais que cumprir um dever para com eles mesmos e a sua raça. Limitam-se a refrear as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições, etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma

[29] Thomas-Robert Malthus (1766-1834) é principalmente conhecido pelo seu *Essay on the Principles of Populations as it Affects the Future Improvement of Society (Ensaio Sobre o Princípio da População na Medida em Que Afeta a Futura Melhoria da Sociedade),* no qual conclui pela fórmula pessimista de que a população tenderia a aumentar em progressão geométrica, enquanto os meios de subsistência crescem em progressão aritmética, devendo-se atingir um ponto em que não seria mais possível arranjar alimentos para todos. Esta concepção, profundamente reacionária, ainda hoje figura, em primeiro plano, no arsenal ideológico do imperialismo. (N. do E.)

simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a história da moderna indústria demonstra que o capital, se não se lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a este nível de extrema degradação.

Pode acontecer que o capital, ao prolongar a jornada de trabalho, pague *salários mais altos* e que, sem embargo, o *valor do trabalho* diminua, se o aumento dos salários não corresponde à maior quantidade de trabalho extorquido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho que daí resultará. Isto pode ainda ocorrer de outro modo. Vossos estatísticos burgueses vos dirão, por exemplo, que os salários médios das famílias que trabalham nas fábricas do Lancashire subiram. Mas se esqueceram de que agora, em vez de ser só o homem, o cabeça da família, são também sua mulher e, talvez, três ou quatro filhos que se vêem lançados sob as rodas do carro de Jaguernaut[30] do capital e que a alta dos salários totais não corresponde à do sobretrabalho total arrancado à família.

Mesmo com uma jornada de trabalho de limites determinados, como existe hoje em dia em todas as indústrias sujeitas às leis fabris, pode-se tornar necessário um aumento de salários, ainda que somente seja com o fito de manter o antigo nível do *valor do trabalho*. Mediante o aumento da *intensidade* do trabalho, pode-se fazer com que um homem gaste numa hora tanta força vital como antes, em duas. É o que se tem produzido nas indústrias submetidas às leis fabris, até certo ponto, acelerando a marcha das máquinas e aumentando o número de máquinas de trabalho a que deve atender agora um só indivíduo. Se o aumento da intensidade do trabalho ou da quantidade de trabalho despendida em 1 hora se mantém abaixo da diminuição da jornada de trabalho, sairá então ganhando o operário. Se se ultrapassa este limite, perderá por um lado o que ganhar por outro, e 10 horas de trabalho o arruinarão tanto como antes 12. Ao contrabalançar esta tendência do capital, por meio da luta pela alta dos salários, na medida correspondente à crescente intensidade do trabalho, o operário não faz mais que se opor à depreciação do seu trabalho e à degeneração da sua raça.

4 — Sabeis todos que, por motivos que não me cabe aqui explicar, a produção capitalista move-se através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação. Os preços das mercadorias no mercado e a taxa de lucro no mercado seguem estas fases; ora descendo abaixo de seu nível médio, ora ultrapassando-o. Se considerardes todo o ciclo, vereis que uns desvios dos preços do mercado são compensados por outros e que, tirando a média do ciclo, os preços das mercadorias do mercado se regulam por seus valores. Pois bem. Durante as fases de baixa dos preços no mercado e durante as fases de crise de estagnação, o operário, se é que não o põem na rua, pode estar certo de ver rebaixado o seu salário. Para que não o enganem, mesmo com essa baixa de preços no mercado,

[30] Jaguernaut é o nome de uma das imagens do deus indiano Vixnu. Nas festas em honra a esta divindade celebrava-se uma procissão acompanhando o carro do deus, debaixo do qual se atiravam e pereciam muitos fanáticos. (N. do T.)

ver-se-á compelido a discutir com o capitalista em que proporção se torna necessário reduzir os salários. E se durante a fase de prosperidade, na qual o capitalista obtém lucros extraordinários, o operário não lutar por uma alta de salários, ao tirar a média de todo o ciclo industrial, veremos que ele nem sequer percebe o *salário médio,* ou seja, o *valor* do seu trabalho. Seria o cúmulo da loucura exigir que o operário, cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse ao direito de ser compensado durante as fases prósperas. Geralmente, os *valores* de todas as mercadorias só se realizam por meio da compensação que se opera entre os preços constantemente variáveis do mercado, variação proveniente das flutuações constantes da oferta e da procura. No âmbito do sistema atual, o trabalho é uma mercadoria como outra qualquer. Tem, portanto, que passar pelas mesmas flutuações, até obter o preço médio que corresponde ao seu valor. Seria um absurdo considerá-lo como mercadoria para certas coisas e, para outras, querer excetuá-lo das leis que regem os preços das mercadorias. O escravo obtém uma quantidade constante e fixa de meios de subsistência; o operário assalariado, não. Ele não tem outro recurso senão tentar impor, em alguns casos, um aumento dos salários, ainda que seja apenas para compensar a baixa em outros casos. Se espontaneamente se resignasse a acatar a vontade, os ditames do capitalista, como uma lei econômica permanente, compartilharia de toda a miséria do escravo, sem compartilhar, em troca, da segurança deste.

5 — Em todos os casos que considerei, e que representam 99 em 100, vistes que a luta pelo aumento de salários vai sempre na pista de modificações *anteriores* e é o resultado necessário das modificações prévias operadas no volume de produção, nas forças produtivas do trabalho, no valor deste, no valor do dinheiro, na maior extensão ou intensidade do trabalho extorquido nas flutuações dos preços do mercado, que dependem das flutuações da oferta e da procura e se verificam em função das diversas fases do ciclo industrial; numa palavra, é a reação dos operários contra a ação anterior do capital. Se focalizássemos a luta pelo aumento de salários fazendo caso omisso de todas estas circunstâncias, apenas considerando as modificações operadas nos salários e passando por cima de modificações outras, das quais elas provêm, partiríamos de uma falsa premissa para chegar a conclusões falsas.

XIV

A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados

1 — Após demonstrar que a resistência periódica que os trabalhadores opõem à redução dos salários e suas tentativas periódicas para conseguir um aumento de salários são fenômenos inseparáveis do sistema do salariado e ditadas pelo próprio fato de o trabalho se achar equiparado às mercadorias, por conseguinte submetido às leis que regulam o movimento geral dos preços, tendo

demonstrado, ainda, que um aumento geral de salários resultaria numa diminuição da taxa geral de lucro, sem afetar, porém, os preços médios das mercadorias, nem os seus valores — surge a questão de saber até que ponto, na luta incessante entre o capital e o trabalho, tem êste possibilidade de êxito.

Poderia responder com uma generalização, dizendo que o *preço* do trabalho *no mercado,* da mesma forma que o das demais mercadorias, tem que se adaptar, no decorrer do tempo, ao seu *valor;* que, portanto, a despeito de todas as altas e baixas e do que possa fazer, o operário acabará recebendo sempre, em média, somente o valor de seu trabalho, que se reduz ao valor da sua força de trabalho, a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los.

Mas há certos traços peculiares que distinguem o *valor* da *força de trabalho,* dos valores de todas as demais mercadorias. O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social.

Seu *limite mínimo* é determinado pelo *elemento físico, quer dizer* — para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade, absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O *valor* destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do *valor do trabalho.* Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. Mas, como dizia, esse limite é muito elástico. Uma sucessão rápida de gerações raquíticas e de vida curta manterá abastecido o mercado de trabalho tão bem como uma série de gerações robustas e de vida longa.

Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o *padrão de vida tradicional em cada país.* Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês *livônio.*[31] A importância do papel que, a este respeito, desempenham a tradição histórica e o costume social podereis vê-la no livro do sr. Thornton sobre a *Superpopulação,* onde ele mostra que, em distintas regiões agrícolas da Inglaterra de nossos dias, os salários médios continuam a ser hoje diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão.

Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o *limite físico.*

[31] Habitante de uma antiga e atrasada província da Rússia czarista, hoje parte das Repúblicas Socialistas Soviéticas da Estônia e Letônia. (N. do E.)

Durante a *guerra contra os jacobitas,* que, como costumava dizer o incorrigível devorador de impostos e prebendas, o velho George Rose,[32] foi empreendida para que esses descrentes franceses não destruíssem os consolos da nossa santa religião — os honestos fazendeiros ingleses, a quem tratamos com tanto carinho num capítulo anterior, fizeram baixar os salários dos trabalhadores do campo para além daquele *mínimo estritamente físico,* completando a diferença indispensável para assegurar a perpetuação física da raça, mediante as *leis dos pobres.* Era um glorioso método para converter o trabalhador assalariado em escravo e o orgulhoso *yeoman* de Shakespeare em mendigo.

Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o *valor do trabalho* não é por si uma grandeza constante, mas variável mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos. Um estudo comparativo semelhante das *taxas de lucro no mercado* provaria que não só elas se modificam como também as suas *taxas médias.*

Mas, no que se refere ao *lucro,* não existe nenhuma lei que lhe fixe o *mínimo.* Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário *mínimo,* não podemos fixar o salário *máximo.* Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o *máximo de lucro* corresponde *ao mínimo físico dos salários* e que, partindo de dados salários, o *máximo de lucro* corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da *taxa máxima de lucro,* cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista, tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário.

A questão se reduz ao problema da reação de forças dos combatentes.

2 — Pelo que concerne à *limitação da jornada de trabalho,* tanto na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi ela regulamentada senão por *intervenção legislativa.* E, sem a constante pressão dos operários agindo por fora, nunca essa intervenção dar-se-ia. Em todo caso, este resultado não teria sido alcançado por meio de convênios privados entre os operários e os capitalistas. E esta necessidade mesma de uma *ação política geral* é precisamente o que demonstra que, na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte.

Quanto aos *limites do valor do trabalho,* sua fixação efetiva depende sempre da oferta e da procura, e refiro-me à procura de trabalho por parte do capitalista e a oferta de trabalho pelos operários. Nos países coloniais,[33] a lei da oferta e da

[32] George Rose, estadista inglês (1744-1818), agente dedicado de Pitt e, depois, de Jorge III. (N. do E.)

[33] No cap. XXV do tomo I de *O Capital,* nota 253, onde Marx se detém a examinar minuciosamente este problema, encontra-se a seguinte observação: "Aqui nos referimos às verdadeiras colônias, às terras virgens

procura favorece os operários. Daqui resulta o nível relativamente elevado dos salários nos Estados Unidos. Nestes países, faça o que fizer o capital, ele não pode nunca evitar que o mercado de trabalho seja constantemente desabastecido pela constante transformação dos trabalhadores assalariados em lavradores independentes com fontes próprias de subsistência. Para grande parte da população norte-americana, a posição de assalariados não é mais do que uma estação de trânsito, que estão seguros de abandonar, mais tarde ou mais cedo. Para remediar este estado colonial de coisas, o paternal governo britânico adotou, há tempos, a chamada teoria moderna da colonização, que consiste em atribuir às terras coloniais um preço artificialmente elevado para, deste modo, obstar à transformação demasiado rápida do trabalhador assalariado em lavrador independente.

Mas passemos agora aos velhos países civilizados onde o capital domina todo o processo de produção. Tomemos, por exemplo, a elevação dos salários agrícolas ingleses, de 1849 a 1859. Qual foi a sua conseqüência? Os agricultores não puderam elevar o valor do trigo, como lhes teria aconselhado nosso amigo Weston, nem sequer o seu preço no mercado. Ao contrário, tiveram que resignar-se a vê-lo baixar. Mas durante estes onze anos introduziram máquinas de todas as classes e novos métodos científicos, transformaram uma parte das terras de lavoura em pastagens, aumentaram a extensão de suas fazendas e, com ela, a escala de produção; e por estes e outros processos, fazendo diminuir a procura de trabalho, graças ao aumento de suas forças produtivas, tornaram a criar um excedente relativo da população de trabalhadores rurais. Tal é o método geral segundo o qual opera o capital nos países antigos, de bases sólidas, para reagir, mais rápida ou mais lentamente, contra os aumentos de salários. Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em contínua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite: mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Este mesmo processo, que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia.

A mesma lei se faz sentir em outra forma. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, acelera-se a acumulação do capital, inclusive a despeito de uma taxa de salário relativamente alta. Daqui poderia inferir-se, conforme fez Adam Smith, em cujos tempos a indústria moderna ainda estava na sua infância, que a acumulação acelerada do capital tem forçosamente que fazer pender a balança a favor do operário, por garantir uma procura crescente de seu trabalho. Situando-se no mesmo ponto de vista, há muitos autores contemporâneos que se assombram de que, apesar de nos últimos vinte anos o capital inglês ter crescido mais rapidamente do que a populacão inglesa, os salários nem por isso registram um aumento maior. Mas é que, simultaneamente, com a acumulação

colonizadas por emigrantes livres. Os Estados Unidos, num sentido econômico, ainda são uma colônia da Europa. Quanto ao mais, isto diz respeito, também, àquelas antigas plantações, nas quais a abolição da escravatura transformou, completamente, as condições anteriores". Desde então, como em toda parte a terra se converteu em propriedade privada, cerraram-se, também, as possibilidades de transformar, nos países coloniais, os trabalhadores assalariados em produtores livres. (N. do E.)

progressiva, opera-se uma *mudança progressiva* na *composição do capital.* A parte do capital global formada por capital fixo:[34] maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho. Esta lei foi estabelecida, sob uma forma mais ou menos precisa, pelos srs. Barton, Ricardo, Sismondi, prof. Richard Jones, prof. Ramsey, Cherbuliez e outros.

Se a proporção entre estes dois elementos do capital era, originariamente, de 1 para 1, com o progresso da indústria será de 5 para 1, e assim sucessivamente. Se de um capital global de 600 são desembolsados 300 para instrumentos, matérias-primas, etc., e 300 para salários, basta dobrar o capital global para ser possível absorver 600 operários em vez de 300. Mas, se de um capital de 600 se invertem 500 em maquinaria, materiais, etc., e somente 100 em salários, este capital precisa aumentar de 600 a 3 600, para criar uma procura de 600 operários em lugar de 300. Portanto, ao se desenvolver a indústria, a procura de trabalho não avança com o mesmo ritmo da acumulação do capital. Aumenta, sem dúvida, mas aumenta numa proporção constantemente decrescente, quando comparada com o incremento do capital.

Estas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em conseqüência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o *valor do trabalho* mais ou menos até seu *limite mínimo.* Porém, se tal é a *tendência* das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado: que, em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.

Ao mesmo tempo, e ainda abstraindo totalmente a escravização geral que o sistema do salariado implica, a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente

[34] Chamado mais tarde, por Marx, capital "constante" e oposto ao capital transformado em salários, ou capital "variável". (N. da Ed. Francesa.)

por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema *conservador* de: *"Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!"*, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa *revolucionária: "Abolição do sistema de trabalho assalariado!"*

Depois desta exposição longuíssima e, receio eu, fatigante, que julguei indispensável para esclarecer um pouco o nosso tema principal, vou concluir, propondo a aprovação da resolução seguinte:

1 — Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.

2 — A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.

3 — Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.

PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA*

Tradução de **José Arthur Giannotti** e **Edgar Malagodi**

* Escrito de fins de agosto e meados de setembro de 1857. Traduzido do original alemão *Zur Kritik der politischen Oekonomie,* publicado em *Marx-Engels Werke* , vol. XIII, Dietz Verlag, Berlim, 1972. (N. dos T.)

Introdução
[à Crítica da Economia Política] [1]

I — PRODUÇÃO, CONSUMO, DISTRIBUIÇÃO, TROCA (CIRCULAÇÃO)

1. Produção

a) O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção material.*

Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida. O caçador e o pescador, individuais e isolados, de que partem Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII. Estas não expressam, de modo algum — como se afigura aos historiadores da Civilização —, uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural. Do mesmo modo, o *contrat social* de Rousseau, que relaciona e liga sujeitos independentes por natureza, por meio de um contrato, tampouco repousa sobre tal naturalismo. Esta é a aparência, aparência puramente estética, das pequenas e grandes robinssonadas. Trata-se, ao contrário, de uma antecipação da "sociedade" *(bürgerlichen Gesellschaft),* que se preparava desde o século XVI, e no século XVIII deu larguíssimos passos em direção à sua maturidade. Nesta sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que, em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado. Os profetas do século XVIII, sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, imaginam este indivíduo do século XVIII — produto, por um lado, da decomposição das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI — como um ideal, que teria existido no passado. Vêem-no não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História, porque o consideravam como um indivíduo conforme à natureza — dentro da representação que

[1] Com esta *Introdução,* Marx inicia seus apontamentos econômicos dos anos de 1857 a 1858, que foram publicados em conjunto em 1939, em Moscou, sob o título de *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf).*
Foi descoberta em 1902 entre os manuscritos deixados por Marx, e publicada pela primeira vez por Kautsky, na revista "Die Neue Zeit" em 1903. É a esta *Introdução* que Marx faz alusão em seu prefácio de *Para a Crítica da Economia Política.* O título "Introdução à Crítica da Economia Política" não é do seu próprio autor, mas refere-se ao nome com que foi publicada pela primeira vez e que se tornou tradicional. O texto não foi preparado para a publicação e Marx se refere a ele como um esboço (veja o referido prefácio). O caráter inacabado é mais visível na parte final, onde Marx alinha os temas que pretendia desenvolver futuramente. As palavras entre colchetes se referem a inclusões não constantes do manuscrito, acrescentadas para a compreensão do texto. As palavras entre parênteses, ou são do próprio Marx, ou são traduções para o português de expressões estrangeiras que aparecem no texto original. (N. dos T.)

tinham de natureza humana —, que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Esta ilusão tem sido partilhada por todas as novas épocas, até o presente. Steuart, que em muitos aspectos se opõe ao século XVIII e que na sua condição de aristocrata se situa mais sobre o terreno histórico, escapou desta ingenuidade.

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo, e portanto, também o indivíduo produtor, e mais amplo é o conjunto a que pertence. De início, este aparece de um modo ainda muito natural, numa família e numa tribo, que é família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do antagonismo e da fusão das tribos. Só no século XVIII, na "sociedade burguesa", as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon,* [2] não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade. A produção do indivíduo isolado fora da sociedade — uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já, dinamicamente, as forças da sociedade — é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam *juntos* e falem entre si. É inútil deter-se mais tempo sobre isto. Nem sequer seria necessário tocar neste ponto se essa banalidade que teve sentido e razão entre os homens do século XVIII não fosse seriamente reintroduzida na mais moderna Economia por Bastiat, Carey, Proudhon, etc. Para Proudhon e alguns outros, parece, por certo, agradável deduzir a origem de uma relação econômica, cuja gênese histórica ignoram, de uma maneira histórico-filosófica, que lhes permite o recurso à mitologia, e dizer que as idéias surgiram de modo acabado na mente de Adão ou Prometeu, e postas em uso. Nada é mais aborrecedor e árido do que o *locus communis* (lugar-comum) disfarçado.

Quando se trata, pois de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de *uma* determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns

[2] *Zoon politikon* (ser social, animal social): Aristóteles *(De Republica),* Liv. I, cap. 2. (N. da Edição Alemã.)

pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns. As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito — a humanidade — e o objeto — a natureza — são os mesmos. Este esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo. Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção; seja este instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o "instrumento de produção" "trabalho acumulado" em capital. Assim toda a história das relações de produção aparece em Carey, por exemplo, como uma falsificação instigada maldosamente pelos governos.

Se não existe uma produção em geral, também não pode haver produção geral. A produção é sempre um ramo *particular* da produção — por exemplo, a agricultura, a pecuária, a manufatura, etc. —, ou ela é *totalidade*. Mas a Economia Política não é tecnologia. Será preciso desenvolver em outro lugar (mais tarde) a relação entre as determinações gerais da produção, num dado grau social, e as formas particulares da produção.

Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção. Também não é este ainda o lugar adequado para tratar da relação que existe entre a apresentação científica e o movimento real. [Temos que distinguir] entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção.

Está na moda entre os economistas começar por uma parte geral, precisamente a que figura sob o título de "Produção" (veja-se, por exemplo, J. Stuart Mill), onde são tratadas as *condições gerais* de toda produção. Esta parte consiste, ou pretende-se que consista, em:

1.° nas condições sem as quais a produção não é possível, o que de fato se reduz somente à indicação dos momentos essenciais de toda produção. Limita-se, com efeito, como veremos, a certo número de determinações muito simples, repetidas em vulgares tautologias;

2.° nas condições que dão maior ou menor intensidade à produção, como por exemplo, em Adam Smith, o estado progressivo ou estagnado da sociedade. Para dar um caráter científico àquilo que, na sua obra, vale como esboço, seria necessário estudar os períodos dos diversos *graus de produtividade* no decurso do

desenvolvimento dos diferentes povos — estudo que ultrapassa os limites propriamente ditos do nosso tema, mas que, na medida em que nele se enquadra, será exposto na parte referente à concorrência, à acumulação, etc. Formulada de uma maneira geral, a resposta conduz à generalidade de que um povo atinge o apogeu de sua produção no momento em que alcança em geral seu apogeu histórico. Efetivamente, um povo se encontra em seu apogeu industrial enquanto o principal para ele não seja o ganho, mas o processo de ganhar. Neste sentido, os ianques superam os ingleses. Ou também isto: certas raças, certas disposições, certos climas e certas condições naturais, tais como estar ao lado do mar, a fertilidade do solo, etc., são mais favoráveis do que outras para a produção. O que conduz, de novo, à tautologia de que a riqueza se produz com tanta maior facilidade conforme seus elementos, subjetiva e objetivamente, existam em maior proporção.

Mas isto ainda não é tudo o que, efetivamente, preocupa os economistas nesta parte geral. Trata-se, antes, de representar a produção — veja por exemplo Mill — diferentemente da distribuição, como regida por leis naturais, eternas, independentes da História; e nessa oportunidade insinuam-se dissimuladamente relações *burguesas* como leis naturais, imutáveis, da sociedade *in abstrato*. Esta é a finalidade mais ou menos consciente de todo o procedimento. Na distribuição, ao contrário, os homens permitir-se-iam, de fato, toda classe de arbitrariedade. Abstraindo a brutal disjunção da produção e da distribuição, e de sua relação efetiva, é de todo evidente, à primeira vista, que por diversificada que possa ser a distribuição nos diferentes graus da sociedade, deve ser possível tanto nesta como na produção buscar determinações comuns, do mesmo modo que é possível confundir e extinguir todas as diferenças históricas em leis *geralmente humanas*. O escravo, o servo, o operário assalariado, por exemplo, recebem todos uma quantia de alimentos que lhes permite existirem como escravo, servo, operário assalariado. Enquanto vivam, o conquistador de tributo, o funcionário de impostos, o proprietário fundiário da renda, o frade de esmolas, e o levita dos dízimos, todos recebem uma cota da produção social, cota que é determinada por leis distintas da dos escravos, etc. Os dois pontos principais, que todos os economistas colocam sob esta rubrica, são: 1.º a propriedade; 2.º a proteção desta pela Justiça, pela polícia, etc. A isto deve-se responder brevissimamente:

Ad 1.º Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Neste sentido, é tautologia dizer que a propriedade [apropriação] é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma determinada da propriedade, a propriedade privada, por exemplo (o que, além disso, pressupõe uma forma antitética, a *não-propriedade,* como condição). A história nos mostra, ao contrário, a propriedade comum (entre os hindus, os eslavos, os antigos celtas, etc., por exemplo) como a forma primitiva, forma que, todavia, desempenhou durante muito tempo importante papel sob a figura de propriedade comunal. Nem se trata ainda de colocar a questão se a riqueza se desenvolve melhor sob esta ou sob outra forma de propriedade. Dizer, porém, que não se pode falar de produção, nem portanto de

sociedade onde não exista propriedade, é uma tautologia. Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto* (contradição nos termos);

Ad 2.º Salvaguarda dos bens adquiridos, etc. Quando se reduzem estas trivialidades a seu conteúdo efetivo, expressam mais do que seus pregadores sabem, isto é, cada forma de produção cria suas próprias relações de direito, formas de governo, etc. A grosseria e a incompreensão consistem em não relacionar, senão fortuitamente, uns aos outros, em não enlaçar, senão como mera reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito da força, por exemplo. Esquecem apenas que o direito da força é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outra forma em seu "Estado de Direito".

Quando as condições sociais, que correspondem a um grau determinado da produção, se encontram em vias de formação ou quando já estão em vias de desaparecer, sobrevêm naturalmente perturbações na produção, embora em graus distintos e com efeitos diferentes.

Em resumo: existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais; mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau histórico efetivo da produção.

2. *A Relação Geral da Produção com a Distribuição, Troca e Consumo*

Antes de aprofundar a análise da produção, é necessário considerar as diferentes rubricas que os economistas põem a seu lado.

A idéia que se apresenta por si mesma é esta: na produção, os membros da sociedade apropriam-se [produzem, moldam] dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção dos produtos de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares em que queira converter a quantia que lhe coube pela distribuição; finalmente no consumo, os produtos[3] convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual. A produção cria os objetos que correspondem às necessidades *(Bedürfnissen);* [4] a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-a no desfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo, como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como o meio-termo, que é assim dúplice, já que a distribuição é determinada como momento determinado pela sociedade, e a troca como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva;

[3] No manuscrito, "produção" em lugar de "consumo". (N. da Edição Alemã.)

[4] Nos textos anteriores *"Bedürfniss"* em geral foi traduzido por "carecimento". Nos textos propriamente econômicos a tradução por "necessidade" se impõe, em virtude de seu uso corrente em economia. (N. dos T.)

no [consumo],[5] a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, esta mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente.

A distribuição determina a proporção [a quantia] de produtos que correspondem ao indivíduo; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo reclama a parte que a distribuição lhe atribui.

Produção, distribuição, troca, consumo, formam assim [segundo a doutrina dos economistas], um silogismo correto: produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão. Há, sem dúvida, nele, um encadeamento, mas é superficial. A produção [segundo os economistas] é determinada por leis naturais gerais; a distribuição, pela contingência social, podendo, pois, influir mais ou menos favoravelmente sobre a produção; a troca acha-se situada entre ambas como movimento social formal; e o ato final do consumo, concebido não somente como o ponto final, mas também como a própria finalidade, se encontra propriamente fora da Economia, salvo quando retroage sobre o ponto inicial, fazendo com que todo o processo recomece.

Os adversários dos economistas — estejam eles dentro ou fora desse domínio e que reprovam a bárbara separação do que se encontra unido — situam-se no mesmo terreno que aqueles ou mais abaixo ainda. Não há nada mais banal que a censura, feita aos economistas, de que consideram a produção de modo demasiado exclusivista, como um fim em si, [alegando] que a distribuição tem a mesma importância. Esta reprovação se baseia precisamente na representação econômica de que a distribuição é uma esfera independente, autônoma, que existe ao lado da produção. Também [se lhes censura] não conceberem os [diferentes] momentos em sua unidade. Como se esta cisão não tivesse passado da realidade aos livros, caído dos livros para a realidade, e como se aqui se tratasse de uma compensação dialética dos conceitos, e não da resolução[6] de relações reais.

a) [*Produção e Consumo*]

A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. [Primeiro]: o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais. Segundo: produzir é *consumir os* meios de produção utilizados, e gastos, parte dos quais (como na combustão, por exemplo) dissolve-se de novo nos elementos universais. Também se consome a

[5] No manuscrito, "pessoa" em lugar de "consumo". (N. da Edição Alemã.)

[6] Resolução: no texto que utilizamos para esta tradução (*Marx-Engels Werke*, 13, p. 621), bem como na edição de Kautsky, a palavra é *Aufloesung* (dissolução). M. Husson (Éditions Sociales, Paris, 1972, p. 155) leu *Auffassung* (concepção). Mantivemos a versão mencionada, já que Marx pretende mostrar aqui exatamente que o fato de os economistas dissociarem a produção da distribuição não provém de uma forma de conceber estes processos, mas uma dissociação real dos mesmos. (N. dos T.)

matéria-prima, a qual não conserva sua figura e constituição naturais, esta ao contrário é consumida. O próprio ato de produção é, pois, em todos os seus momentos, também ato de consumo. Mas isto os economistas reconhecem. A produção, enquanto é imediatamente idêntica ao consumo, o consumo, enquanto coincide imediatamente com a produção, chamam de *consumo produtivo*. Esta identidade de produção e consumo nos leva à proposição de Espinosa: *determinatio est negatio*.

No entanto, esta determinação do consumo produtivo só é estabelecida para separar o consumo, idêntico à produção, do consumo propriamente dito, concebido, ao contrário, como antítese destrutora da produção. Consideremos, pois, o consumo propriamente dito.

O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é produção da planta. É claro que, por exemplo, na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isto é igualmente válido para qualquer outro tipo de consumo, que, de um modo ou de outro, produza o homem. [Esta é] a produção consumidora. Apenas — diz a Economia — esta produção idêntica ao consumo é uma segunda [produção] nascida do aniquilamento do produto da primeira. Na primeira o produtor se coisifica, na segunda, é a coisa criada por ele que se personifica. Assim, pois, esta produção consumidora — mesmo sendo uma unidade imediata da produção e do consumo — difere essencialmente da produção propriamente dita. A unidade imediata em que coincide a produção com o consumo e o consumo com a produção deixa subsistir sua dualidade imediata.

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente seu contrário. Mas, ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também mediador da produção ao criar para os produtos o sujeito, para o qual são produtos. O produto recebe seu acabamento final no consumo. Uma estrada de ferro em que não se viaja e que, por conseguinte, não se gasta, não se consome, não é mais que uma estrada de ferro *dynamei*, e não é efetiva. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. O consumo produz de uma dupla maneira a produção:

1.º porque o produto não se torna produto efetivo senão no consumo; por exemplo, um vestido converte-se efetivamente em vestido quando é usado; uma casa desabitada não é, de fato, uma casa efetiva; por isso mesmo o produto, diversamente do simples objeto natural, não se confirma como produto, não *se torna* produto, senão no consumo. Ao dissolver o produto, o consumo lhe dá seu retoque final *(finishing stroke)*, pois o produto não é apenas a produção enquanto atividade coisificada, mas [também] enquanto objeto para o sujeito em atividade. E,

2.º porque o consumo cria a necessidade de uma *nova* produção, ou seja, o fundamento ideal, que move internamente a produção, e que é sua pressuposição.

O consumo cria o impulso da produção; cria também o objeto que atua na produção como determinante da finalidade. Se é claro que a produção oferece o objeto do consumo em sua forma exterior, não é menos claro que o consumo *põe idealmente* o objeto da produção, como imagem interior, como necessidade, como impulso e como fim. O consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade.

Do lado da produção, pode-se dizer:

1.º que ela fornece os materiais, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo. Assim, pois, a produção cria o consumo neste sentido;

2.º mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Determina também seu caráter, dá-lhe seu acabamento *(finish)*. Do mesmo modo que o consumo dava ao produto seu acabamento, agora é a produção que dá o acabamento do consumo. *Em primeiro lugar,* o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado, que deve ser consumido de uma certa maneira, esta por sua vez mediada pela própria produção. A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come com faca ou garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua, com unhas e dentes. A produção não produz, pois unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor;

3.º a produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo se liberta da sua rudeza primitiva e perde seu caráter imediato — e não o fazer seria ainda o resultado de uma produção que se mantivesse num estádio de primitiva rudeza —, o próprio consumo, enquanto impulso, é mediado pelo objeto. A necessidade que sente deste objeto é criada pela percepção do mesmo. O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e de apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.

A produção engendra, portanto, o consumo: 1.º fornecendo-lhe o material; 2.º determinando o modo de consumo; 3.º gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto do consumo, o impulso do consumo. De igual modo, o consumo engendra a *disposição* do produtor, solicitando-lhe a finalidade da produção sob a forma de uma necessidade determinante.

As identidades entre o consumo e a produção aparecem, pois, de um modo triplo:

1.º *identidade imediata:* a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo. Os economistas chamam a ambos de consumo produtivo, mas estabelecem ainda uma diferença: a primeira, figura como reprodução; o segundo, como consumo produtivo. Todas as investigações sobre a primeira se referem ao trabalho produtivo e improdutivo; sob o segundo, ao consumo produtivo e não produtivo;

2.º ambos aparecem como meio e existem por mediação do outro, o que se exprime como sua dependência recíproca; é um movimento pelo qual se relacio-

nam entre si e se apresentam como reciprocamente indispensáveis; mas permanecem, entretanto, exteriores entre si. A produção cria o material para o consumo como objeto exterior; o consumo cria a necessidade como objeto interno, como finalidade da produção. Sem produção não há consumo; sem consumo não existe produção; esta proposição figura na Economia sob numerosas formas;

3.º a produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente, a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção, no sentido em que cada um dá ao outro seu objeto, a produção o objeto exterior do consumo, o consumo — o objeto idealizado da produção. De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro. É o consumo que realiza plenamente o ato da produção ao dar ao produto seu caráter acabado de produto, ao dissolvê-lo consumindo a forma de coisa independente que ele reveste, ao elevar à destreza pela necessidade de repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato da produção; ele não é somente o ato último pelo qual o produto se torna produto, mas também o ato pelo qual o produto se torna produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo ao criar o modo determinado do consumo, e o estímulo para o consumo, a própria capacidade de consumo sob a forma de necessidade. Esta última identidade mencionada no parágrafo 3 é muito discutida pela Economia a propósito da relação da oferta e da procura, dos objetos e das necessidades, das necessidades criadas pela sociedade e das necessidades naturais.

Depois disto, nada mais simples para um hegeliano que colocar como idênticos a produção e o consumo. E é isto o que têm feito, não somente os literatos socialistas,[7] mas também os economistas prosaicos, como *Say,* por exemplo, da seguinte forma: se se considerar um povo e até a humanidade *in abstracto,* sua produção é seu consumo. Storch demonstrara o erro de Say notando que um povo não consome seu produto líquido, mas também cria meios de produção, capital fixo, etc. Além disso, considerar a sociedade como um único sujeito é considerá-la falsamente — *especulativamente.* Em um sujeito, produzir e consumir aparecem como momentos de um ato. O importante nesta questão é salientar que, se consideram a produção e o consumo como atividades de um só sujeito, ou de indivíduos isolados, surgem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e, por conseguinte, também o momento que predomina. O consumo como carência e necessidade é, ele mesmo, um momento interno da atividade *produtiva,* mas esta última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se desenrola de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto e, ao consumi-lo, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo. Deste modo, o consumo aparece como um momento da produção.

[7] "Literatos socialistas" — é sobretudo ao "verdadeiro" socialista Karl Grün, a quem se dirige esta referência. Suas teses sobre a relação entre a produção e o consumo são criticadas por Marx em *A Ideologia Alemã.* (N. da Edição Alemã.)

Mas, na sociedade, o relacionamento do produtor com o produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao sujeito depende das relações deste como os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a *distribuição,* a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo.

Mas constituirá a distribuição uma esfera autônoma, marginal e exterior à produção?

b) [*Produção e Distribuição*]

O que nos deve surpreender, em primeiro lugar, quando não considerados os tratados correntes de Economia, é que tudo neles é colocado duplamente: na distribuição, por exemplo, figuram a renda da terra, o salário, o juro e o lucro, enquanto que na produção, a terra, o trabalho, o capital, figuram como agentes da produção. No que concerne ao capital, é evidente que desde o primeiro momento ele é estabelecido de uma dupla maneira: primeiro, como agente de produção; segundo, como fonte de receitas: como forma de distribuição determinada e determinante. Por conseguinte, juro e lucro figuram também, como tais, na produção, na medida em que são formas nas quais o capital aumenta, cresce na medida em que são fatores de sua própria produção. Juros e lucros, enquanto formas de distribuição, supõem o capital considerado como agente da produção. São modos de distribuição que têm por postulado o capital como agente da produção. São igualmente modos de reprodução do capital.

De igual modo o salário é o trabalho assalariado [que os economistas consideram] sob uma outra rubrica; o caráter determinado do agente de produção, que o trabalho possui neste caso aparece como determinação da distribuição. Se o trabalho não fosse definido como trabalho assalariado, o modo segundo o qual participa na repartição dos produtos não assumiria a forma de salário: é o que acontece, por exemplo, com a escravidão. Finalmente, a renda da terra, para considerar agora a forma mais desenvolvida da distribuição pela qual a propriedade fundiária participa na repartição dos produtos, supõe a grande propriedade fundiária (a bem dizer, a grande agricultura) como agente de produção, e não pura e simplesmente a terra, tal como o salário não supõe o trabalho puro e simples. Por isso, as relações e os modos de distribuição aparecem apenas como o inverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participe na produção por meio do trabalho assalariado, participa na repartição dos produtos, resultado da produção, na forma do salário. A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição. Não passa de ilusão incluir a terra na produção, a renda da terra na distribuição, etc.

Economistas como Ricardo, a quem muitas vezes se acusou de só terem em vista a produção, definiram no entanto a distribuição como o objeto exclusivo da Economia, porque instintivamente viam nas formas de distribuição a expressão mais definida em que se estabelecem agentes de produção numa dada sociedade.

Em relação ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social, que condiciona sua posição no interior da produção, no quadro da qual ele produz e que precede portanto à produção. Originariamente, o indivíduo não tem capital nem propriedade de terra. Logo ao nascer é constrangido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas o próprio fato de ser constrangido ao trabalho assalariado é um resultado da existência do capital e da propriedade fundiária com os agentes de produção autônomos.

Considerando as sociedades na sua totalidade, a distribuição, de um outro ponto de vista, parece preceder à produção e determiná-la — a bem dizer como um fato pré-econômico. Um povo conquistador partilha a terra entre os conquistadores, impondo assim uma certa repartição e uma certa forma de propriedade de terra. Determina, portanto, a produção. Ou então escraviza os povos conquistados, fazendo assim do trabalho escravo a base da produção. Ou ainda, por meio de uma revolução, um povo destrói a grande propriedade fundiária e divide-a em parcelas; dá assim, com esta nova distribuição, um novo caráter [à produção]. Ou a legislação perpetua a propriedade fundiária em certas famílias; ou faz do trabalho um privilégio hereditário, imprimindo-lhe deste modo um caráter de casta. Em todos estes casos — e todos são históricos —, a distribuição não parece ser articulada e determinada pela produção, mas, pelo contrário, é a produção que parece sê-lo pela distribuição.

Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta esta distribuição, nela incluída, é *manifestamente* uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição que constitui, na origem, um fator da produção. Ricardo, a quem interessava conceber a produção moderna na sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, afirma mesmo assim que *não* é a produção, mas sim a distribuição que constitui o tema propriamente dito da Economia moderna. Aqui ressurge novamente o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto proscrevem a História ao domínio da distribuição.

A questão de saber qual é a relação desta distribuição com a produção que determina é evidentemente do domínio da própria produção. Se se dissesse, então, pelo menos — uma vez que a produção depende de certa distribuição dos ins-

trumentos de produção — que a distribuição neste sentido precede à produção, é pressuposta por ela, deve-se replicar que, de fato, a produção tem condições e pressupostos que constituem os seus momentos. Pode parecer, a princípio, que estas têm uma origem espontânea. Pelo próprio processo de produção convertem-se de fatores espontâneos em fatores históricos e se, em relação a um período, aparecem como pressuposição natural à produção, em relação a outro constituem seu resultado histórico. No interior da produção são constantemente transformados. O emprego da máquina, por exemplo, modifica a distribuição dos instrumentos de produção tanto como dos produtos, e até a grande propriedade fundiária moderna é resultado tanto do moderno comércio como da indústria moderna, como também da aplicação desta à agricultura.

Todas as questões tratadas acima se reduzem, pois, em última instância, a saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a relação desta com o movimento histórico em geral. A questão evidentemente pertence à discussão e à análise da própria produção.

Contudo, na forma trivial em que acabam de ser expostas, podem ser acomodadas facilmente. Todas as conquistas comportam três possibilidades. O povo conquistador submete o povo conquistado a seu próprio modo de produção (os ingleses, por exemplo, na Irlanda, neste século, e em parte na Índia); ou então deixa subsistir o antigo modo e contenta-se com um tributo (os turcos e os romanos, por exemplo); ou então estabelece-se uma ação recíproca que produz algo novo, uma síntese (isto ocorreu em parte nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas da produção histórica determinada.

Os mongóis, em suas devastações na Rússia, por exemplo, agiam de conformidade com a sua produção, que não exigia senão o pasto, para o qual as grandes extensões dos países despovoados constituem uma condição capital. Os bárbaros germânicos, para os quais a agricultura praticada pelos servos era a produção tradicional e que estavam acostumados à vida solitária no campo, puderam com muito maior facilidade submeter as províncias romanas a essas condições, quando a concentração da propriedade da terra, que nelas havia se operado, transformara já por completo os antigos sistemas de agricultura.

É uma noção tradicional esta que imagina que se tem vivido em certos períodos unicamente de pilhagens. Mas, para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção. Não se pode saquear uma *stock jobbing nation* (nação de especuladores da bolsa) da mesma maneira que uma nação de vaqueiros.

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento da produção. Mas também é preciso que a produção do país, para o qual tenha sido roubado, se encontre articulada de maneira que permita o trabalho escravo, ou (como na América do Sul, etc.) é necessário que se crie um modo de produção que corresponda ao escravo.

As leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. Estas leis adquirem uma importância econômica unicamente onde a grande propriedade territorial se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra. Na França, praticava-se a pequena agricultura a despeito da grande propriedade; por isso esta última foi destroçada pela Revolução. Mas se as leis perpetuam o parcelamento? Apesar destas leis, a propriedade volta a concentrar-se. A influência das leis para fixar as relações de distribuição e, portanto, sua ação sobre a produção, devem ser determinadas separadamente.

c) *Finalmente Troca e Circulação*

A própria circulação é somente um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade.

Na medida em que a *troca* é momento mediador entre a produção e a distribuição determinada por ela e o consumo, na medida em que, entretanto, este último aparece como momento da produção, a troca é também manifestamente incluída como um momento na produção.

Em primeiro lugar, parece claro que a troca de atividades e capacidades, que se efetua na própria produção, pertence diretamente a esta e a constitui essencialmente. Em segundo lugar, isto é certo em relação à troca de produtos, na medida em que é o meio que serve para criar o produto acabado, destinado ao consumo imediato. Dentro destes limites, a própria troca é um ato compreendido na produção. Em terceiro lugar, a assim chamada troca *(exchange)* entre negociantes *(dealers)* é, segundo sua organização, tão completamente determinada pela produção que é uma atividade produtiva. A troca aparece como independente junto à produção e indiferente em relação a ela, na última etapa, quando o produto é trocado, de imediato, para o consumo. Mas, primeiro, não existe troca sem divisão de trabalho, quer natural, quer como resultado histórico; segundo, a troca privada supõe a produção privada; terceiro, a intensidade da troca, do mesmo modo que sua extensão e tipo, são determinadas pelo desenvolvimento e articulação da produção; por exemplo: a troca entre a cidade e o campo, a troca no campo, na cidade, etc. A troca aparece, assim, em todos os seus momentos diretamente compreendida na produção ou por ela determinada.

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção se expande tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, como se alastra aos demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas destes diferentes fatores entre si.* A produção, sem dúvida, *em sua forma unilateral,* é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto

é, a esfera da troca, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente.

Se a distribuição sofre uma modificação, modifica-se também a produção; com a concentração do capital, ocorre uma distribuição diferente da população na cidade e no campo, etc. Enfim, as necessidades do consumo determinam a produção. Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico.

3. *O Método da Economia Política*

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determina-

ções abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é *de modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto. A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também certos tipos de famílias, de comunidades ou Estados. O valor de troca nunca poderia existir de outro modo senão como relação *unilateral,* abstrata de um todo vivo e concreto já dado.

Como categoria, ao contrário, o valor de troca leva consigo um modo de ser antediluviano. Para a consciência — e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como o ato de produção efetivo — que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior —, cujo resultado é o mundo, e isto é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele. O sujeito real permanece subsistindo, agora como antes, em sua autonomia fora do cérebro, isto é, na medida em que o cérebro não se comporta se não especulativamente, teoricamente. Por isso também, no método teórico [da economia política], o sujeito — a sociedade — deve figurar sempre na representação como pressuposição.

No entanto, estas categorias simples não possuem também uma existência independente histórica ou natural anterior às categorias mais concretas? *Ça dépend* (Depende). Hegel, por exemplo, começa corretamente sua *Filosofia do Direito* com a *posse* como a mais simples relação jurídica do sujeito. Todavia, não existe posse anterior à família e às relações de senhor e servo, que são relações muito mais concretas ainda. Ao contrário, seria justo dizer que existe famílias, tribos, que se limitam a *possuir,* mas não têm *propriedade.* A categoria mais simples aparece, pois, como relação de comunidades mais simples de famílias ou tribos, em comparação com a propriedade. Na sociedade mais desenvolvida aparece como a relação mais simples de um organismo mais desenvolvido, mas é sempre pressuposto o substrato mais concreto, cuja relação é a posse. Pode-se imaginar um selvagem isolado possuindo coisas. Mas neste caso a posse não é uma relação jurídica.

Não é correto que a posse evolui historicamente até a família. A posse sempre pressupõe esta "categoria jurídica mais concreta". Entretanto, restaria sempre

o seguinte: as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto pouco desenvolvido pode ter se realizado sem haver estabelecido ainda a relação ou o relacionamento mais complexo, que se acha expresso mentalmente na categoria mais concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada. O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que existisse o capital, antes que existissem os Bancos, antes que existisse o trabalho assalariado. Deste ponto de vista, pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. Nesta medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo.

De outro lado, pode-se dizer que há formas de sociedades muito desenvolvidas, embora historicamente não tenham atingido ainda sua maturidade, nas quais se encontram as formas mais elevadas da Economia, tais como a cooperação, uma divisão do trabalho desenvolvida, sem que exista nelas o dinheiro; o Peru é um exemplo. Também nas comunidades eslavas, o dinheiro e a troca, que o condiciona, desempenham um papel insignificante ou nulo, mas aparecem em suas fronteiras, nas suas relações com as outras comunidades. É, pois, um erro situar o intercâmbio no interior das comunidades como elemento que as constitui originariamente. A princípio surge antes nas relações recíprocas entre as distintas comunidades, que nas relações entre os membros de uma mesma e única comunidade.

Além disso, embora o dinheiro tenha, muito cedo e por toda parte, desempenhado um papel, não assume papel de elemento dominante na Antiguidade, senão de modo unilateral e em determinadas nações — as nações comerciais. E mesmo na Antiguidade mais culta, entre os gregos e os romanos, não atinge seu completo desenvolvimento, que se pressupõe existir na moderna sociedade burguesa, a não ser no período de sua dissolução. Esta categoria, que é no entanto bem simples, só aparece portanto historicamente com todo o seu vigor nos Estados mais desenvolvidos da sociedade. E o dinheiro não entrava de modo nenhum em todas as relações econômicas; assim, no Império Romano, na época de seu perfeito desenvolvimento, permaneceram como fundamentais o imposto e as entregas em produtos. O sistema do dinheiro, propriamente dito, encontrava-se completamente desenvolvido apenas no exército, e jamais atingiu a totalidade do trabalho. De modo que, embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, intensivo e extensivo, a formas complexas de sociedade, enquanto que a categoria mais concreta já se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada.

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho neste sentido geral — como trabalho em geral — é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente nesta simplicidade, o "trabalho" é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram esta abstra-

ção. Por exemplo, o sistema monetário situa a riqueza de forma ainda mais objetiva, como coisa exterior a si, no dinheiro. Deste ponto de vista, houve um grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial colocou a fonte da riqueza não neste objeto, mas na atividade subjetiva — no trabalho comercial e manufatureiro. Contudo concebia apenas esta atividade, limitadamente, como produto de dinheiro. Face a este sistema, o sistema dos fisiocratas admite uma forma determinada de trabalho — a agricultura — como criadora de riqueza, e admite o próprio objeto não sob a forma dissimulada do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado geral do trabalho. Este produto, em virtude do caráter limitado da atividade, continua a ser ainda um produto determinado pela natureza, produto da agricultura, o produto da terra *par excellence* (por excelência).

Um enorme progresso se deve a Adam Smith, que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas estas formas de trabalho. Com a generalidade abstrata da atividade criadora de riqueza, igualmente se manifesta então a generalidade do objeto determinador da riqueza, o produto em absoluto, ou ainda, o trabalho em geral, mas enquanto trabalho passado, trabalho objetivado. A dificuldade e importância desta transição provam o fato de que o próprio Adam Smith torna a cair de quando em quando no sistema fisiocrático. Poderia parecer agora que, deste modo, se teria encontrado unicamente a revelação abstrata mais simples e mais antiga em que entram os homens em qualquer forma de sociedade — enquanto são produtores. Isto é certo em um sentido. Mas não em outro.

A indiferença em relação ao gênero de trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde um aparece como comum a muitos, comum a todos. Então já não pode ser pensado somente sob uma forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Este estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa — nos Estados Unidos. Aí, pois, a abstração da categoria "trabalho", "trabalho em geral", trabalho *sans phrase* (sem rodeios), ponto de partida da Economia moderna, torna-se pela primeira vez praticamente verdadeira. Assim, a abstração mais simples, que a Economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nesta abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade

mais moderna. Poder-se-ia dizer que esta indiferença em relação a uma forma determinada de trabalho, que se apresenta no Estados Unidos como produto histórico, se manifesta na Rússia, por exemplo, como uma disposição natural. Mas, por um lado, que diferença danada entre bárbaros que têm uma tendência natural para se deixar empregar em todos os trabalhos, e os civilizados que se empregam a si próprios. E, por outro lado, a esta indiferença para um trabalho determinado corresponde, na prática, entre os russos, a sua sujeição tradicional a um trabalho bem determinado, do qual só influências exteriores podem arrancá-los.

Este exemplo mostra de uma maneira muito clara como até as categorias mais abstratas — precisamente por causa de sua natureza abstrata —, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validez senão para estas condições e dentro dos limites destas.

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior. A Economia burguesa fornece a chave da Economia da Antiguidade, etc. Porém, não conforme o método dos economistas que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda da terra. Mas não se deve identificá-los.

Como, além disso, a própria sociedade burguesa é apenas uma forma opositiva do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo, a propriedade comunal. Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [o caráter de] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isto senão *cum grano salis*.[8] Podem ser desenvolvidas, atrofiadas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas. O chamado desenvolvimento histórico repousa em geral sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas — concebe-os sempre sob um aspecto unilateral. A religião cristã só pôde ajudar a compreender objetivamente as mitologias anteriores depois de ter feito, até certo grau, por

[8] *Cum grano salis* (com um grão de sal). Tradução da edição *MEW:* "em sentido bem determinado". (N. dos T.)

assim dizer *dynamei,* a sua própria crítica. Igualmente, a Economia burguesa só conseguiu compreender as sociedades feudal, antiga, oriental, quando começou a autocrítica da sociedade burguesa. Na medida em que a Economia burguesa, criando uma nova mitologia, não se identificou pura e simplesmente com o passado, a crítica que fez às sociedades anteriores, em particular, à sociedade feudal, contra a qual tinha ainda que lutar diretamente, assemelhou-se à crítica do paganismo feita pelo cristianismo, ou a do catolicismo feita pela religião protestante.

Do mesmo modo que em toda ciência histórica e social em geral é preciso ter sempre em conta, a propósito do curso das categorias econômicas, que o sujeito, neste caso, a sociedade burguesa moderna, está dado tanto na realidade efetiva como no cérebro; que as categorias exprimem portanto formas de modos de ser, determinações de existência, freqüentemente aspectos isolados desta sociedade determinada, deste sujeito, e que, por conseguinte, esta sociedade de maneira nenhuma se inicia, *inclusive do ponto de vista científico,* somente a partir do momento em que se trata dela *como tal.* Isto deve ser fixado porque dá imediatamente uma direção decisiva às secções que precisam ser estabelecidas. Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, dado que está ligada à terra, fonte de toda a produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu um certo grau de estabilidade — à agricultura. Ora, nada seria mais errado. Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e influência sobre as outras. É uma luz universal de que se embebem todas as cores, e que as modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas emprestando relevo a seu modo de ser.

Consideremos, por exemplo, os povos pastores (os simples povos caçadores ou pescadores não chegaram ao ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento). Neles existe certa forma esporádica de lavoura. A propriedade de terra encontra-se determinada por ela. Esta propriedade é comum e conserva mais ou menos esta forma, conforme aqueles povos se aferrem mais ou menos a suas tradições; por exemplo, a propriedade comunal dos eslavos. Onde predomina a agricultura, praticada por povos estabelecidos — e isto já constituiu um grande progresso —, como na sociedade antiga e feudal, mesmo a indústria, com sua organização e formas da propriedade que lhe correspondem, tem em maior ou menor medida um caráter específico de propriedade rural. A [sociedade] ou bem está marcada inteiramente por este caráter, como entre os antigos romanos, ou a organização da cidade imita, como na Idade Média, a organização do campo. O próprio capital — enquanto não seja simples capital-dinheiro — possui na Idade Média, como instrumento tradicional, por exemplo, este caráter de propriedade fundiária.

Na sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramos da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda da terra. Em todas as formas em que domina a propriedade fundiária, a relação com a natureza é ainda preponderante.

Naquelas em que domina o capital, o que prevalece é o elemento produzido social e historicamente. Não se compreende a renda da terra sem o capital, entretanto compreende-se o capital sem a renda da terra. O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade da terra. Depois de considerar particularmente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca.

Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. A ordem em que se sucedem se acha determinada, ao contrário, pelo relacionamento que têm umas com as outras na sociedade burguesa moderna, e que é precisamente o inverso do que parece ser uma relação natural, ou do que corresponde à série do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. Muito menos sua ordem de sucessão "na idéia" (Proudhon) (representação nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.

A pureza (determinidade abstrata) com que aparecem no mundo antigo os povos comerciantes — fenícios, cartagineses — é dada pela própria predominância dos povos agricultores. O capital, enquanto capital comercial ou capital de dinheiro, aparece precisamente sob esta forma abstrata sempre que o capital não é ainda o elemento dominante das sociedades. Lombardos e judeus ocupam a mesma situação diante das sociedades medievais que praticam a agricultura.

Outro exemplo de situação diferente ocupada por estas mesmas categorias em diferentes estádios da sociedade: uma das últimas formas da sociedade burguesa são as *joint-stock-companies* (sociedades por ações). Mas aparecem também no princípio da sociedade burguesa nas grandes companhias privilegiadas de comércio, que gozavam de um monopólio.

O próprio conceito de riqueza nacional se insinua entre os economistas do século XVII — a representação subsiste ainda em parte nos do século XVIII — desta forma: a riqueza é criada unicamente para o Estado, e o poder deste mede-se por esta riqueza. Esta era a forma ainda inconscientemente hipócrita em que a riqueza anuncia sua própria produção com a finalidade dos Estados modernos, considerados a partir de então unicamente como meio para a produção da riqueza.

As secções a adotar devem evidentemente ser as seguintes: 1.º as determinações abstratas gerais, que convêm portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido acima discutido; 2.º as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Os seus relacionamentos recíprocos. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O sistema de crédito (privado); 3.º síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado no seu relacionamento consigo próprio. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A imigração; 4.º relações

internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. A cotação do câmbio; 5.º o mercado mundial e as crises.

4. Produção. Meios de Produção e Relações de Produção. Relações de Produção e Relações Comerciais. Formas de Estado e de Consciência em relação com as Relações de Produção e de Comércio. Relações Jurídicas. Relações Familiares.

N.B.: em relação aos pontos que devem ser mencionados aqui e não devem ser esquecidos:

1.º a *guerra* é desenvolvida antes que a paz: [mostrar] como certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a máquina, etc., se desenvolveram mais cedo com a guerra e com os exércitos, do que no seio da sociedade burguesa. Igualmente a relação entre a força produtiva e as relações de comércio particularmente manifesta no exército;

2.º *relação entre a historiografia idealista tal como tem sido escrita até agora e a história real. Nomeadamente as que se intitulam histórias da civilização* — a antiga história da religião e dos Estados. (Oportunamente, podemos referir também aos diferentes gêneros de historiografia até o presente. A chamada [historiografia] objetiva. A subjetiva (moral, etc.). A Filosófica.);

3.º [*fenômenos*] *secundários e terciários.* De uma forma geral, relações de produção *derivadas, transferidas,* não originais. Aqui entram em jogo relações internacionais;

4.º *críticas a propósito do materialismo desta concepção. Relação com o materialismo naturalista;*

5.º *dialética dos conceitos: força produtiva (meios de produção) e relações de produção, dialética* cujos limites estão por determinar e não suprime as diferenças reais;

6.º *relação desigual do desenvolvimento da produção material, face à produção artística, por exemplo.* De uma maneira geral, não tomar o conceito de progresso na forma abstrata habitual. Arte moderna, etc. Esta desproporção está longe de ser importante e tão difícil de apreender como a que se produz no interior das relações sociais práticas. Por exemplo, a cultura. Relação dos Estados Unidos com a Europa. O ponto propriamente difícil neste caso é discutir o seguinte: de que modo as relações de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual. Assim, por exemplo, a relação entre o direito privado romano (que não é bem o caso do direito criminal e do direito público) e a produção moderna;

7.º *esta concepção aparece como um desenvolvimennto necessário.* Mas, justificação do acaso. De que modo. (A liberdade, e também outras coisas.) (Influência dos meios de comunicação. A história universal não existiu sempre; a história considerada como história universal é um resultado.);

8.º *naturalmente o ponto de partida das determinidades naturais;* subjetiva e objetivamente. Tribos, raças, etc.

(. . .)

Em relação à arte, sabe-se que certas épocas do florescimento artístico não estão de modo algum em conformidade com o desenvolvimento geral da sociedade, nem, por conseguinte, com o da base material que é, de certo modo, a ossatura da sua organização. Por exemplo, os gregos comparados com os modernos ou ainda Shakespeare. Em relação a certas formas de arte, a epopéia, por exemplo, até mesmo se admite que não poderiam ter sido produzidas na forma clássica em que fizeram época, quando a produção artística se manifesta como tal; que, portanto, no domínio da própria arte, certas de suas figuras importantes só são possíveis num estágio inferior do desenvolvimento artístico. Se este é o caso em relação aos diferentes gêneros artísticos no interior do domínio da própria arte, é já menos surpreendente que seja igualmente o caso em relação a todo o domínio artístico no desenvolvimento geral da sociedade. A dificuldade reside apenas na maneira geral de apreender estas contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicadas.

Tomemos, por exemplo, a relação com o nosso tempo, primeiro, da arte grega, depois, da arte de Shakespeare. Sabe-se que a mitologia grega não foi somente o arsenal da arte grega, mas também a terra [em que se desenvolveu]. A intuição da natureza e as relações sociais que a imaginação grega inspira e constitui por isso mesmo o fundamento da [mitologia] grega, serão compatíveis com as *selfactors* (máquinas automáticas de fiar), as estradas de ferro, as locomotivas e o telégrafo elétrico? Quem é Vulcano ao lado de Roberts & Cia, Júpiter em comparação com o pára-raios e Hermes face ao *Crédit Mobilier?* Toda mitologia supera, governa e modela as forças da natureza na imaginação e pela imaginação, portanto, desaparece quando estas forças são dominadas efetivamente. O que seria da Fama ao lado de *Printing House Square?*[9] A arte grega supõe a mitologia grega, isto é, a elaboração artística mas inconsciente da natureza e das próprias formas sociais pela imaginação popular. É esse o seu material. O que não significa qualquer mitologia, ou seja, qualquer elaboração artística inconsciente da natureza (subentendendo esta palavra tudo o que é objetivo, incluindo, portanto, a sociedade). Jamais a mitologia egípcia teria podido proporcionar o terreno ou o seio materno para a arte grega. Mas de qualquer modo é necessário *uma* mitologia. Portanto, nunca uma sociedade num estágio de desenvolvimento que exclua qualquer relação mitológica com a natureza, qualquer relação geradora de mitos, exigindo assim do artista uma fantasia independente da mitologia.

De outro ponto de vista, Aquiles será compatível com a pólvora e o chumbo? Ou, em resumo, a *Ilíada* com a imprensa, ou melhor, com a máquina de imprimir. O canto, as lendas épicas, a musa, não desaparecerão necessariamente

[9] "Printing House Square". Praça em Londres, onde se encontra localizada a redação do "Times". (N. da Edição Alemã.)

com a barra do tipógrafo? Não terão deixado de existir as condições necessárias à poesia épica?

Mas a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas do desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem ainda para nós, em certos aspectos, o valor de normas e de modelos inacessíveis.

Um homem não pode voltar a ser criança sem cair na puerilidade. Mas não acha prazer na inocência da criança e, tendo alcançado um nível superior, não deve aspirar ele próprio a reproduzir sua verdade? Em todas as épocas, o seu próprio caráter não revive na verdade natural da natureza infantil? Por que então a infância histórica da humanidade, precisamente naquilo em que atingiu seu mais belo florescimento, por que esta etapa para sempre perdida não há de exercer um eterno encanto? Há crianças mal educadas e crianças precoces. Muitos dos povos da Antiguidade pertencem a esta categoria. Crianças normais foram os gregos. O encanto que a sua arte exerce sobre nós não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que ela se desenvolveu. Pelo contrário, está indissoluvelmente ligado ao fato de as condições sociais insuficientemente maduras em que esta arte nasceu, e somente sob as quais poderia nascer, não poderão retornar jamais.

[Escrito de fins de agosto a meados de setembro de 1857.]

Prefácio[10]

Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mun-*

[10] A notável obra *Para a Crítica da Economia Política (Zur Kritik der politischen Ökonomie)* representa um marco importante na formação da economia política marxista. Foi escrita no período entre agosto de 1858 e janeiro de 1859. Na resenha que escreve para o *Volk* (MEW, 13,468), Engels ressalta o significado deste livro para o "partido proletário alemão" e o método da "dialética materialista" empregado. O próprio Marx escreve a Engels em 22 de julho de 1859: "No caso de que escrevas algo [sobre o livro], não deves esquecer: 1.º) que o Proudhonismo é aniquilado em suas bases, 2.º) que exatamente na forma mais simples, a forma da *mercadoria,* é analisado o caráter *especificamente* social da produção burguesa, mas não se trata de forma alguma de seu caráter *absoluto".* A realização da obra custou a Marx um trabalho de quinze anos, durante os quais Marx estudou uma enorme quantidade de literatura sócio-econômica e elaborou as bases de sua própria teoria econômica.
Em agosto de 1857 Marx inicia a sistematização do material colecionado e a redação definitiva, e, em 26 de janeiro de 1859, envia o manuscrito a Franz Dunker, o seu editor em Berlim. O livro, que deveria ser o primeiro de uma série de "cadernos", apareceu em junho de 1859 contendo apenas dois capítulos: "A mercadoria" e "O dinheiro ou a circulação simples", mas como primeiros capítulos do "Livro I: Sobre o Capital" (que deveria ser o primeiro num total de seis) e da "Primeira Seção: O Capital em Geral".
Marx pretendia publicar o segundo caderno logo em seguida, onde trataria das questões ligadas ao capital. Contudo, pesquisas continuadas obrigaram-no a alterar seu plano original. Agora, em vez dos seis livros planejados, a obra deve constar de quatro tomos sobre o capital. No lugar dos "cadernos periódicos", Marx elabora o *Das Capital,* onde retoma as teses principais de seu escrito *Zur Kritik der politischen Ökonomie.*
No prefácio à primeira edição de *O Capital,* diz Marx a respeito da relação entre as duas obras: "A obra que entrego agora ao público é a continuação do meu escrito *Para a Crítica da Economia Política,* publicado em 1859. A longa pausa entre o início e a continuação deve-se a uma enfermidade prolongada por muitos anos que me obrigou a interromper várias vezes o trabalho. O conteúdo daquele escrito está resumido no *primeiro capítulo* deste tomo. Esta inclusão não se deve apenas ao contexto ou à integridade da obra. A exposição está melhorada. Na medida em que a implicação dos fatos tenha permitido de alguma forma, muitos pontos, que foram anteriormente apenas mencionados, aparecem aqui mais desenvolvidos, enquanto que outros pontos desenvolvidos naquela obra, ao contrário, são aqui meramente mencionados. A parte referente à *história da teoria do valor e da teoria do dinheiro* fica agora totalmente fora, mas o leitor daquele escrito anterior encontrará nas notas do primeiro capítulo novas fontes sobre a história daquela teoria".
A referência sobre os "outros pontos desenvolvidos naquela obra", que será tratada por alto em *O Capital,* consiste sobretudo no capítulo sobre o dinheiro que, juntamente com a parte sobre a história da teoria do dinheiro, constitui a exposição mais detalhada da teoria do dinheiro de Marx. Trata-se aqui de questões da circulação do dinheiro e da teoria dos meios de circulação, em um sistema de produção capitalista totalmente desenvolvido, que n' *O Capital* só serão tratadas no terceiro tomo, *depois* de ter sido feita a análise do processo de produção e do processo de circulação do capital e a análise da taxa média de lucro. Se, por isso, a crítica é formalmente apenas um começo, e *O Capital* a sua continuação, pode-se afirmar também que ela abrange muito mais do que a mera circulação simples de mercadorias. Ela fornece já, no campo da teoria do dinheiro, os grandes traços da obra total. (N. da Edição Alemã.)
A edição que utilizamos como texto básico para esta tradução foi a da Dietz Verlag Berlin (1972), da coleção *Marx-Engels Werke,* vol. 13.
Procuramos realizar uma tradução que, além de se manter fiel ao texto, deixasse transparecer todo o jogo

dial. Nos três primeiros títulos examino as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa; a conexão dos três seguintes é evidente. A primeira parte do Livro Primeiro, que trata do capital, compõe-se dos seguintes capítulos: 1.º a mercadoria; 2.º a moeda ou a circulação simples; 3.º o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Tenho diante de mim o conjunto do material sob a forma de monografias que foram redigidas com longos intervalos, não para serem impressas, mas para minha própria compreensão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano dado, dependerá de circunstâncias exteriores.

Suprimo uma introdução geral[11] que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do parrticular para o geral. Por outro lado, poderão aparecer aqui algumas indicações sobre o curso dos meus próprios estudos político-econômicos.

Minha especialidade era a Jurisprudência, a qual exercia contudo como disciplina secundária ao lado de Filosofia e História. Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana (Rheinische Zeitung)*[12], vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então governador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas. Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de "ir à frente" ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto, fez-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco de fraco matiz filosófico do socialismo e comunismo francês. Eu me declarei contra esta remendagem, mas ao mesmo tempo, em uma controvérsia com o *Jornal Geral* de Augsburgo *(Allgemeine Augsburger Zei-*

dialético das categorias. Para isso foi muitas vezes preciso quebrar o uso corrente de certas palavras e até mesmo formar outras. Exemplo significativo de ruptura com o sentido tradicional é a tradução de *Geld,* quando não aparece composta com outra palavra, como em *Geldstück* (peça de moeda), por "dinheiro", quando freqüentemente empregamos "moeda". Mas entre *Geld* e *Münze* existe uma oposição entre o ideal e o encarnado num ser particular, a que o bom senso português sempre foi cego. Para distinguir *Bestimmung* (determinação) de *Bestimmheit* (uma determinação que advém ao objeto por sua posição no processo), inventamos "determinidade". Assim é que a moeda, que encarna a idealidade do dinheiro graças ao próprio movimento dialético dessa última categoria, é uma determinidade formal do dinheiro. (N. dos T.)

[11] Veja neste volume *Introdução* [à *Crítica da Economia Política*]. (N. dos T.)

[12] *Rheinische Zeitung für Politik, Handel und Gewerbe (Gazeta Renana de Política, Comércio e Indústria)* — Diário publicado em Colônia, de 1.º de janeiro de 1842 até 31 de março de 1843. Fundado por representantes da burguesia renana, que se opunham ao absolutismo prussiano, o jornal atraiu também alguns jovens hegelianos. Marx foi seu colaborador a partir de abril de 1842, e seu redator-chefe a partir de outubro do mesmo ano. O jornal publicou também uma série de artigos de Friedrich Engels. Sob a influência de Marx, o jornal assumiu um caráter revolucionário-democrático, tendência esta que se acentuava progressivamente. A linha do *Rheinische Zeitung,* cuja popularidade crescia na Alemanha, provocou preocupação e insatisfação nos círculos governamentais, e a imprensa reacionária lançou-se enfurecida contra ele. O jornal foi colocado sob severa censura, depois de 19 de janeiro de 1843, por força de um decreto do governo prussiano, e proibido definitivamente em 1.º de abril de 1843. (N. da Edição Alemã.)

tung)[13] confessei francamente que os meus estudos feitos até então não me permitiam ousar qualquer julgamento sobre o conteúdo das correntes francesas. Agarrei-me às ilusões dos gerentes da *Gazeta Renana,* que acreditavam que através de uma atitude mais vacilante do jornal conseguiriam anular a condenação de morte que fora decretada contra ele, para me retirar do cenário público para o gabinete de estudos.

O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães* ("Deutsch-Französische Jahrbücher"),[14] editados em Paris em 1844. Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de "sociedade civil" *(bürgerliche Gesellschaft),* seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa *(bürgerliche Gesellschaft)*[15] deve ser procurada na Economia Política. Comecei o estudo desta matéria em Paris, mas tive que continuá-lo em Bruxelas, para onde me transferi em conseqüência de uma ordem de expulsão do Sr. Guizot. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a

[13] *Allgemeine Zeitung (Jornal Geral)* — diário conservador fundado em 1798. Entre 1810 e 1882 foi publicado em Augsburgo. Em artigo publicado no *Rheinische Zeitung (O Comunismo e o "Allgemeine Zeitung" de Augsburgo),* Marx ataca este jornal por haver falsificado as idéias do socialismo e comunismo utópicos. (N. da Edição Alemã.)

[14] Os *Deutsch-Französische Jahrbücher (Anais Franco-Alemães)* foram publicados em Paris, no idioma alemão, por Karl Marx e Arnold Ruge, e apareceram apenas uma única vez, em fevereiro de 1844. Neles foram publicados os trabalhos de Marx *A Questão Judia* e *Para Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: Introdução,* bem como o *Esboço para uma Crítica da Economia Política* e *A Situação da Inglaterra. Past and Present* by Thomas Carlyle, London 1843, de Friedrich Engels. Estes trabalhos marcam a passagem de *Marx e Engels* para o materialismo e comunismo. Contudo, divergências de princípio entre Marx e o burguês radical Ruge impediram que a revista continuasse a ser publicada. (N. da Edição Alemã.)

[15] No original lê-se: "*. . . Rechtsverhältnisse wie Staatsformen (. . .) in den materiellen lebensverhältnissen wurzeln, deren Gesamtheit Hegel, nach dem Vorgang der Engländer und Französen des 18. Jahrunderts, unter dem Namen "bürgerliche Gesellschaft" zusammenfasst, dass aber die Anotomie der bürgerlichen Gesellschaft in der politischen Ökonomie zu suchen sei*". Em breves palavras, pode-se dizer que a *bürgerliche Gesellschaft* (sociedade civil), para Hegel, se apresenta como a antítese da família, e o Estado surge como a síntese de ambos, como união dos respectivos princípios. A sociedade civil é o campo onde os indivíduos, como pessoas privadas, buscam a satisfação de seus interesses. Marx, ao contrário, distingue a concepção hegeleiana de sua própria: a "sociedade civil" corresponde ao nível onde s dá "o relacionamento dos possuidores de mercadorias", "as relações materiais de vida" ou "metabolismo social". Ela constitui a *antomia* ou a *base* da estrutura social. Mas a *sociedade burguesa* (o termo alemão é, também, como se viu, *bürgerliche Gesellschaft)* reúne, para Marx, não somente o modo *burguês* de produção como também as relações jurídicas, o Estado burguês, etc., que implica. Em sua realidade histórica, a *bürgerliche Gesellschaft* é a sociedade capitalista, com todas as formações sociais que lhe são próprias. (N. dos T.)

qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana.

Friedrich Engels, com quem mantive por escrito um intercâmbio permanente de idéias desde a publicação de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas (nos *Anais Franco-Alemães),* chegou por outro caminho (compare o seu trabalho *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra)* ao mesmo resultado que eu; e quando ele, na primavera de 1845, veio também instalar-se em

Bruxelas, decidimos elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito,[16] dois grossos volumes *in octavo,* já havia chegado há muito tempo à editora em Westfália quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo. Entre os trabalhos dispersos de então, através dos quais submetemos ao público nossas opiniões sobre questões diversas, menciono apenas o *Manifesto do Partido Comunista,* que Engels e eu redigimos em conjunto, e uma publicação minha, o *Discurso Sobre o Livre-Comércio* ("Discours sur le Libre Échange"). Os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polêmica, em meu escrito *Miséria da Filosofia* ("Misère de la Philosophie", etc.), publicado em 1847 e dirigido contra Proudhon. Depois, numa dissertação escrita em alemão sobre o Trabalho Assalariado e Capital (Trabalho assalariado), onde sintetizei as minhas conferências sobre este tema feitas na União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas,[17] cuja impressão, todavia, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro e por minha subseqüente expulsão da Bélgica.

A publicação da *Nova Gazeta Renana* ("Neue Rheinische Zeitung"),[18] em 1848 e 1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos, que só puderam ser retomados em 1850, em Londres. A enorme quantidade de material sobre a história da economia política que se encontra acumulada no Museu Britânico, a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa e finalmente o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Aus-

[16] Trata-se de *A Ideologia Alemã.* (N. da Edição Alemã)

[17] A *Deutsche Arbeiterverein* (União dos Trabalhadores Alemães) foi fundada em agosto de 1847 por Marx e Engels em Bruxelas, com o objetivo de esclarecer politicamente os trabalhadores alemães que viviam na Bélgica, e para levar até eles as idéias do comunismo científico. Sob a direção de Marx, Engels e outros seus companheiros, a "União" se transforma em um centro dos trabalhadores alemães revolucionários. A *Deutsche Arbeiterverein* mantinha estreito contato com as associações operárias belgas. Seus membros mais progressistas entraram para a Comunidade de Bruxelas da Liga dos Comunistas. Esta associação desempenhou um papel destacado na fundação da *Association Démocratique* de Bruxelas. Logo após a Revolução de Fevereiro na França (1848), a polícia belga detém e expulsa a maioria dos membros da "União", com o que esta associação teve que paralisar suas atividades. (N. da Edição Alemã.)

[18] *Neue Rheinische Zeitung. Organ der Demokratie (Nova Gazeta Renana. Órgão da Democracia)* — Diário cuja redação esteve a cargo de Marx, e que foi publicado em Colônia de 1.º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849. A ele pertenceram também Friedrich Engels, Wilhelm Wolff, Georg Weerth, Ferdinand Wolff, Ernst Dronke, Ferdinand Freiligrath e Heinrich Bürgers.

Apesar das pressões e perseguições policiais contra os seus redatores, o *Neue Rheinische Zeitung* defendia corajosamente os interesses da democracia revolucionária e com isso os interesses do proletariado. Em maio de 1849, quando a contra-revolução passa à ofensiva, o governo prussiano determina a expulsão de Marx da Prússia, depois de ter-lhe negado a nacionalidade. Sua expulsão e as represálias que se seguiram, contra os outros redatores, obrigam o jornal a fechar. O último número da *Nova Gazeta Renana* foi impresso em vermelho (n.º 301, de 19 de maio de 1849) e traz uma proclamação de despedida dos redatores, dirigida aos operários de Colônia, em que afirmam que "a última palavra do jornal será por toda parte e sempre: *Emancipação da classe operária!*" O *Neue Rheinische Zeitung* "foi o melhor e jamais superado órgão do proletariado revolucionário" (Lênin). (N. da Edição Alemã.)

trália determinaram-me a começar tudo de novo, e estudar criticamente até o fim todo o material. Estes estudos, em parte por causa de seu próprio caráter, chegaram a disciplinas aparentemente afastadas do plano original, nas quais tive que deter-me por mais ou menos tempo. Mas foi sobretudo a necessidade imperiosa de exercer uma profissão para ganhar a vida que me reduziu o tempo disponível. Minha colaboração, já de oito anos, com o primeiro jornal anglo-americano, o "New-York Tribune",[19] tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo propriamente dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra e no continente, constituem uma parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da economia política propriamente dita.

Este esboço sobre o itinerário dos meus estudos no campo da economia política tem apenas o objetivo de provar que minhas opiniões, sejam julgadas como forem e por menos que coincidam com os preconceitos ditados pelos interesses das classes dominantes, são o resultado de uma pesquisa conscienciosa e demorada. Mas na entrada para a Ciência — como na entrada do Inferno — é preciso impor a exigência:

Qui si convien lasciare ogni sospetto
Ogni viltà convien che sia morta.[20]

Londres, janeiro de 1859

Karl Marx

[19] *New-York Daily Tribune* — Jornal americano, que existiu de 1841 a 1924. Nas décadas de 40 e 50 o jornal assumiu um caráter progressista e se engajou contra a escravidão. A colaboração de Marx começa em agosto de 1851 e se estende até março de 1862. Uma boa parte dos artigos foi escrita por Engels, por solicitação de Marx. Os artigos de ambos neste jornal tratam de questões importantes do movimento operário, de política interna e externa, e do desenvolvimento econômico dos países europeus, como também questões ligadas à expansão colonial e aos movimentos de libertação nos países dominados e dependentes. (N. da Edição Alemã.)

[20] "Que aqui se afaste toda a suspeita
Que neste lugar se despreze todo o medo" (Dante, *Divina Comédia).* (N. da Edição Alemã.)

LIVRO I

DO CAPITAL

PRIMEIRA PARTE

O CAPITAL EM GERAL

PRIMEIRO CAPÍTULO

A Mercadoria

À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso* e *valor de troca.*[21]

Em primeiro lugar, a mercadoria é, na expressão dos economistas ingleses, "uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável para a vida", objeto de necessidades humanas, meio de vida no sentido mais amplo da palavra. Este modo de ser da mercadoria como valor de uso coincide com sua existência natural palpável. Trigo, por exemplo, é um valor de uso particular que se diferencia dos valores de uso algodão, vidro, papel, etc. O valor de uso só tem valor para o uso, e se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ser utilizado de modos diversos. Contudo, a soma de suas possíveis utilidades está resumida em seu modo de existência como coisa com propriedades determinadas. Além disso, o valor de uso é determinado não só qualitativa como quantitativamente. Segundo sua propriedade natural, diversos valores de uso possuem medidas diferentes, como fanga de trigo, resma de papel, vara de tecido.

Qualquer que seja a forma social da riqueza, os valores de uso formam sempre seu conteúdo, que é, inicialmente, indiferente a essa forma. É possível comprovar pelo sabor do trigo quem o cultivou, servo russo, camponês parcelário francês ou capitalista inglês. Ainda que seja objeto de necessidades sociais, e estar, por isso, em contexto social, o valor de uso contudo não expressa nenhuma relação social de produção. Tomemos uma mercadoria, um diamante, por exemplo, como valor de uso. No diamante não se pode notar que ele é uma mercadoria. Onde quer que sirva como valor de uso, no colo de uma dama, onde tem uma finalidade estética, na mão de um cortador de vidro, desempenhando uma função técnica, é sempre diamante e não mercadoria. Ser valor de uso parece ser pres-

[21] Aristóteles, *De Republica*, Livro I, cap. IX (Edit. I. Bekkeri Oxonii 1837). — "Pois todo o bem pode servir para dois usos. . . Um é próprio à coisa como tal, mas o outro não o é: assim, uma sandália pode servir como calçado, mas também pode ser trocada. Trata-se, nos dois casos, de valores de uso da sandália, porque aquele que troca a sandália por aquilo de que necessita, alimentos, por exemplo, serve-se também da sandália como sandália. Contudo, não é este o seu modo natural de uso. Pois a sandália não foi feita para a troca. O mesmo se passa com os outros bens." (N. do A.)

suposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso. O valor de uso em sua indiferença frente à determinação econômica formal, isto é, valor de uso em si mesmo, fica além do campo de investigação da economia política.[22] Apenas entra em seu círculo quando é determinação formal. O valor de uso é diretamente a base material onde se apresenta uma relação econômica determinada — o *valor de troca.*

O valor de troca aparece primeiramente como *relação quantitativa* em que valores de uso são trocáveis entre si. Em tal relação formam eles a mesma grandeza de troca. Assim é possível que um volume de Propércio e oito onças de rapé sejam o mesmo valor de troca, apesar dos valores de uso incompatíveis do tabaco e da elegia. Como valor de troca, um valor de uso é exatamente tanto valor quanto o outro, bastando apenas estar à mão na porção certa. O valor de troca de um palácio pode ser expresso em determinado número de latas de graxa para botas. Inversamente, fabricantes londrinos de graxa têm o valor de troca de suas muitíssimas latas expresso em palácios. Totalmente indiferente, portanto, ao seu modo natural de existência, e sem consideração à natureza específica da necessidade para a qual são valores de uso, as mercadorias cobrem-se umas às outras em quantidades determinadas, substituem-se entre si na troca, valem como equivalentes e, apesar de sua aparência variegada, apresentam a mesma unidade.

Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente, estes meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultado de força vital humana gasta, *trabalho objetivado.* Como encarnação[23] do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. É preciso considerar agora o caráter determinado desta unidade, isto é, do trabalho que se apresenta no valor de troca.

Suponhamos que uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, um quintal de trigo e vinte varas de seda sejam valores de troca de igual grandeza. Como tais equivalentes, nos quais se extinguiu a diferença qualitativa de seus valores de uso, apresentam volume igual do mesmo trabalho. O trabalho que uniformemente se objetivou neles deve ser ele próprio uniforme, sem diferenças, trabalho simples, para o qual é tão indiferente aparecer em forma de ouro, ferro, trigo ou seda, como é indiferente ao oxigênio encontrar-se na ferrugem, na atmosfera, no suco de uvas ou no sangue dos seres humanos. Mas cavar em busca de ouro, extrair ferro da mina, cultivar trigo e tecer a seda são modos de trabalho qualitativamente diversos entre si. De fato, o que concretamente aparece como diversidade de valores de uso aparece em processo como diversidade da atividade que produz os valores de uso. Sendo indiferente frente à matéria particular dos valores de uso, o trabalho que põe o valor de troca é, por isso, indiferente frente à forma par-

[22] Esta é a razão que explica por que compiladores alemães tratam *con amore* (com prazer) valores de uso designados pelo nome de "bem" *(Gut).* Veja, por exemplo, L. Stein, *System der Staatswissenschaft (Sistema da Ciência Política)* (Stuttgart e Tübingen, 1852), vol. I, cap. sobre os "bens". Uma explicação mais sensata sobre os "bens" é necessário procurar nas "Indicações Sobre a Ciência das Mercadorias". (N. do A.)

[23] *Materiatur,* no original. (N. dos T.)

ticular do próprio trabalho. Diversos valores de uso são além disso produtos da atividade de indivíduos distintos, portanto resultado de trabalhos individualmente diferentes. Mas, como valores de troca, apresentam trabalho igual, sem diferenças, isto é, trabalho em que a individualidade dos trabalhadores se extinguiu. Trabalho que põe valor de troca é, por isso, trabalho *abstratamente geral.*

Se uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, um quintal de trigo e vinte varas de seda são valores de troca de idêntica grandeza, isto é, equivalentes, uma onça de ouro, meia tonelada de ferro, oitenta libras de trigo e cinco varas de seda são valores de troca de grandeza completamente diferente, e essa diferença quantitativa é a única de que ainda são suscetíveis, enquanto valores de troca. Como valores de troca de grandeza diferente, apresentam um mais ou menos, maiores ou menores quantias daquele trabalho simples, uniforme, geral abstrato, que constitui a substância do valor de troca. Importa saber como medir estas quantias. Ou importa saber antes qual é o modo de ser quantitativo daquele trabalho, porque as diferenças de grandeza das mercadorias como valores de troca são apenas diferenças de grandeza do trabalho objetivado nelas. Já que o modo de ser quantitativo do movimento é o tempo, assim o modo de ser quantitativo do trabalho é o *tempo de trabalho.* Pressupondo sua qualidade como dada, a única diferenciação de que é suscetível é a diversidade da sua própria duração. Como tempo de trabalho, obtém seu padrão de medida nas unidades naturais do tempo: hora, dia, semana, etc. Tempo de trabalho é o modo vivo de ser do trabalho, indiferente à sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de ser como quantidade, ao mesmo tempo que é sua medida imanente. O tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valor. As quantidades correlativas de diversos valores de uso nos quais se objetivou o mesmo tempo de trabalho são equivalentes, isto é, todos os valores de uso são equivalentes nas proporções em que contêm o mesmo tempo de trabalho acabado, objetivado. Como valor de troca, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de *tempo de trabalho coagulado.*

Para a compreensão da determinação do valor de troca por tempo de trabalho, é preciso manter os seguintes pontos de vista principais: a redução do trabalho a trabalho simples, trabalho sem qualidade, por assim dizer; o modo específico em que o trabalho que põe valor de troca, portanto, trabalho que produz mercadorias, é *trabalho social;* finalmente, a diferença entre o trabalho enquanto resulte em valores de uso e o trabalho enquanto resulte em valores de troca.

Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples; em breve, a trabalho que é qualitativamente o mesmo, e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente.

Esta redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior nem tampouco menos real que a de todos os corpos orgânicos em ar. O trabalho que é medido

desta maneira, isto é, pelo tempo, aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos *do* trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como trabalho *humano geral.* Esta abstração do trabalho humano geral *existe* no trabalho médio, que qualquer indivíduo médio de uma sociedade dada pode executar; um gasto produtivo determinado de músculos, nervos, cérebro, etc. É trabalho *simples,*[24] ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado, e que deve executar de uma ou de outra forma. O caráter deste trabalho médio é, ele próprio, diferente em diferentes países e épocas culturais, contudo aparece como dado em uma determinada sociedade. O trabalho simples constitui de longe a maior parte do trabalho total da sociedade burguesa, como se pode verificar a partir de qualquer estatística. Se A produz ferro em seis horas e tecido em outras seis horas, e B da mesma maneira produz ferro durante seis horas e durante outras seis horas produz tecido; ou se A durante doze horas produz ferro e B durante doze horas produz tecido, isto aparece obviamente como mera diferença no emprego do *mesmo* tempo de trabalho. Mas como explicar então o trabalho complexo, que se eleva acima do nível médio enquanto trabalho de maior vitalidade, de peso específico maior? Este tipo de trabalho resolve-se em trabalho simples composto, em trabalho simples a uma potência mais elevada, de tal maneira que, por exemplo, um dia de trabalho complexo é igual a três dias de trabalho simples. As leis que regulam esta redução não correspondem a esta parte do nosso estudo. Mas está claro que a redução se efetua, pois, como valor de troca, o produto do trabalho mais complexo é equivalente ao produto do trabalho simples médio em determinada proporção, portanto, é equiparado a uma quantia determinada deste trabalho simples.

A determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho pressupõe além disso que um *mesmo tanto* de trabalho se encontra objetivado em uma determinada mercadoria, em uma tonelada de ferro, por exemplo. É indiferente se é trabalho de A ou de B, ou de indivíduos diversos que tenham empregado igual tempo de trabalho para a produção do mesmo valor de uso determinado qualitativa e quantitativamente. Em outras palavras, supõe-se que o tempo de trabalho contido em uma mercadoria é o tempo de trabalho *necessário* para a sua produção, ou seja, o tempo de trabalho requerido para produzir um novo exemplar da mesma mercadoria, sob condições de produção gerais dadas.

As condições do trabalho que põe valor de troca, tais como resultam da análise do valor de troca, são *determinações sociais* do trabalho, ou determinações de *trabalho social,* mas não pura e simplesmente social, mas de um modo particular: é um tipo específico de socialidade. A simplicidade indiferenciada do trabalho é, em primeiro lugar, *igualdade* dos trabalhos de diferentes indivíduos, relacionamento recíproco de seus trabalhos como iguais, e isto mediante uma redução de fato de todos os trabalhos a um trabalho de igual tipo. O trabalho de qualquer indivíduo, enquanto se apresente em valores de troca, possui este caráter social de

[24] Os economistas ingleses denominam *unskilled labour* (trabalho não-qualificado). (N. do A.)

igualdade, e só se apresenta no valor de troca enquanto se relacione como igual com o trabalho de todos os outros indivíduos.

Além disso, no valor de troca o tempo de trabalho de um só indivíduo aparece diretamente como *tempo de trabalho geral* e este *caráter geral* do trabalho individualizado aparece como *caráter social* dele. O tempo de trabalho apresentado no valor de troca é tempo de trabalho do indivíduo, mas de um indivíduo que não se distingue de outro nem de todos os demais indivíduos enquanto realizem trabalho igual; daí ser o tempo de trabalho requerido por um deles para a produção de uma determinada mercadoria o tempo de trabalho necessário que qualquer outro empregaria para a produção da mesma mercadoria. É o tempo de trabalho do indivíduo, é *seu* tempo de trabalho, mas somente como tempo de trabalho comum a todos, que, por isso mesmo, é indiferente de *qual* indivíduo seja tempo de trabalho. Como tempo de trabalho geral, ele se apresenta em um produto geral, um *equivalente geral,* uma determinada quantia de tempo de trabalho objetivada que é indiferente à forma determinada do valor de uso, na qual aparece como produto imediato de um indivíduo, e é traduzível à vontade em qualquer outra forma de valor de uso, na qual se apresenta como o produto de qualquer outro. Só enquanto grandeza *geral* é que ele é grandeza *social.* Para que o trabalho do indivíduo possa resultar em valor de troca, deve resultar em um *equivalente geral,* isto é, na apresentação do tempo de trabalho do indivíduo como tempo de trabalho geral, ou na apresentação do tempo de trabalho geral como tempo de trabalho do indivíduo. É como se indivíduos diversos tivessem juntado seu tempo de trabalho e tivessem apresentado as quantias diversas do tempo de trabalho de que dispõem coletivamente em valores de uso diversos. O tempo de trabalho do indivíduo é, de fato, o tempo de trabalho de que a sociedade necessita para a apresentação de um valor de uso determinado, ou seja, para a satisfação de uma necessidade determinada. Trata-se porém, aqui, apenas da forma específica pela qual o trabalho recebe um caráter social. Tomemos o seguinte exemplo: um determinado tempo de trabalho do fiandeiro se objetiva em cem libras de fio de linho, e apresenta igual quantia de tempo de trabalho que cem varas de tecido de linho, o produto do tecelão. Enquanto ambos os produtos apresentem quantias iguais de tempo de trabalho geral, e sejam portanto equivalentes para *qualquer* valor de uso que contenha o mesmo tanto de trabalho, são equivalentes um para o outro. Somente a partir do fato de que o tempo de trabalho do fiandeiro assim como o tempo de trabalho do tecelão se apresentam como tempo de trabalho geral, e seus produtos por esta mesma razão se apresentam como equivalentes gerais, é que o trabalho do tecelão vem a ser trabalho do fiandeiro, e o do fiandeiro trabalho do tecelão, o trabalho de um se torna o trabalho do outro, ou seja, os respectivos trabalhos de ambos se tornam um modo de ser social. Ao contrário, na indústria rural-patriarcal, onde fiandeiro e tecelão viviam sob o mesmo teto, a parte feminina da família fiava enquanto a parte masculina tecia, digamos que fosse para as próprias necessidades da família, fio e tecido de linho *eram produtos sociais,* fiar e tecer trabalhos *sociais* dentro dos limites da família. Seu caráter social não consistia em que o fio, como equivalente geral, se trocasse por teci-

do, também como equivalente geral, ou em que ambos se intercambiassem entre si como expressões igualmente válidas e equivalentes do mesmo tempo de trabalho geral. Mas, ao contrário, era a organização familiar que, com sua divisão natural do trabalho, imprimia ao produto do trabalho seu caráter social próprio. Tomemos outro exemplo: os serviços *in natura* e os fornecimentos em espécie da Idade Média. Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, isto é que constitui neste caso o vínculo social. Tomemos finalmente o trabalho coletivo em sua forma natural, espontânea, tal como aparece no limiar da história de todos os povos civilizados.[25] Aqui é evidente que o trabalho não reveste o caráter social, pelo fato de que o trabalho do indivíduo assumia a forma abstrata da generalidade, ou seu produto, a forma de um equivalente geral. É a comunidade que, baseando-se na produção, impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado e que seu produto seja produto privado e, ao contrário, faz o trabalho individual aparecer diretamente como função de um órgão dentro de um organismo social. O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado e se torna social assumindo a forma do seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata.

Finalmente, o trabalho que põe valor de troca se caracteriza pela apresentação, por assim dizer, às avessas, da relação social das pessoas, ou seja, como uma relação social entre coisas. Somente na medida em que um valor de uso se relaciona com um outro como valor de troca é que o trabalho das diferentes pessoas se relaciona entre si como igual e geral. Por isso, se é correto dizer que o valor de troca é uma relação entre pessoas,[26] é preciso contudo acrescentar: relação encoberta por coisas. Assim como uma libra de ferro e uma libra de ouro possuem o *mesmo* peso, apesar da diferença de suas propriedades físicas e químicas, do mesmo modo dois valores de uso de mercadorias que contenham o mesmo tempo de trabalho possuem *o mesmo valor de troca.* O valor de troca aparece assim como determinidade social natural dos valores de uso, determinidade que lhes corresponde como coisas, e em razão do que se substituem entre si, em determinadas relações quantitativas; no processo de troca, formam equivalentes, da mesma maneira que substâncias químicas simples se combinam em determinadas proporções quantitativas formando equivalentes químicos. Não é outra coisa senão a rotina da vida cotidiana o que faz parecer trivial e óbvio o fato de uma relação social de produção assumir a forma de um objeto; de tal maneira que a

[25] É um preconceito ridículo, muito divulgado ultimamente, conceber a propriedade comunal primitiva como uma forma especificamente eslava, ou exclusivamente russa. Esta é a forma primitiva que encontramos entre os romanos, germanos e celtas, e da qual encontramos ainda na Índia todo um mostruário, com modelos variados, ainda que em parte no estado decadente. Um estudo rigoroso das formas de propriedade comunal asiáticas, especialmente da Índia, mostraria que de diferentes formas da propriedade comunal primitiva resultam diferentes formas da sua dissolução. É assim que se podem deduzir os diferentes tipos originais de propriedade privada, dos romanos e dos germanos, por exemplo, das diferentes formas de propriedade comunal da Índia. (N. do A.)

[26] *La ricchezza è una ragione tra due persone.* Galiani, *Della Moneta,* p. 221. (A riqueza é uma relação entre duas pessoas.) No tomo III da compilação de Custodi dos *Scrittori classici Italiani di Economia Politica,* Parte Moderna, Milão, 1803. (N. do A.)

relação das pessoas em seu trabalho se apresenta como sendo um relacionamento de coisas consigo mesmas e de coisas com pessoas. Contudo, no que diz respeito à mercadoria, esta mistificação é ainda muito simples. Pois geralmente se tem uma maior ou menor impressão de que a relação das mercadorias como valores de troca é mais uma relação de pessoas com sua atividade produtiva recíproca. Em relações de produção mais elevadas desaparece esta aparência de simplicidade. Todas as ilusões do sistema monetário decorrem do fato de que não se nota que o dinheiro[27] apresenta uma relação social de produção mas é visto apenas na forma de uma coisa natural com propriedades determinadas. Entre os economistas modernos, por exemplo, que sorriem superiores das ilusões do sistema monetário, esta ilusão se trai, tão logo estes operam com categorias econômicas mais complexas como "capital". Ela vem à tona em confissões de espanto ingênuo tão logo aparece como relação social o que eles antes acreditavam apreender como coisa e, depois, o que eles mal tinham fixado como relação social volta a provocá-los como coisa.

Não sendo, com efeito, o valor de troca das mercadorias nada mais que a relação dos trabalhos dos indivíduos entre si como iguais e gerais, nada mais que a expressão em objeto de uma forma especificamente social do trabalho, é tautologia afirmar que o trabalho seja a *única* fonte do valor de troca e, por isso, da riqueza enquanto esta se constitua de valores de troca. Na mesma tautologia se incorre quando se afirma que a matéria da natureza como tal não contém valor de troca[28] porque não contém trabalho, e que o valor de troca como tal não contém matéria da natureza. Contudo, quando William Petty denomina "o trabalho, o pai, e a terra, a mãe da riqueza"; ou quando o bispo Berkeley pergunta "se não seriam os quatro elementos e o trabalho humano a verdadeira fonte da riqueza";[29] ou então, quando o americano Th. Cooper explica em linguagem popular que, se "tirar do pão o trabalho empregado em sua produção, isto é, o trabalho do padeiro, do moleiro, do arrendatário (da terra), etc., o que é que sobra? Algumas sementes de mato, crescendo à toa, imprestável para qualquer uso humano".[30] Em todas essas concepções trata-se não do trabalho abstrato, que é a fonte do valor de troca, mas sim do trabalho concreto como uma fonte da riqueza material, em resumo, do trabalho enquanto produtor de valores de uso. Pressupondo-se o valor de uso de uma mercadoria, tem-se como pressuposta sua utilidade particular, a finalidade do trabalho investido nela, com o que se esgota, do ponto de vista da mercadoria, toda consideração possível do trabalho como trabalho útil. O que nos interessa no pão como valor de uso são as suas propriedades

[27] Na primeira edição consta *ouro*. Corrigido por Marx em seu exemplar. (N. da Edição Alemã.)

[28] "Em seu estado natural, a matéria está sempre destituída de valor." MacCulloch, *Discours sur l'Origine de l'Economie Politique, etc.*, trad. de Prévost, Genebra, 1825, p. 57. Vê-se como até um MacCulloch se eleva acima do feiticismo de "pensadores" alemães que declaram a matéria e meia dúzia de disparates como elementos do valor. Compare, por exemplo, L. Stein, *Ibid.*, t. I, p. 170 [195]. (N. do A.)

[29] Berkeley. *The Querist*, London, 1750. "Whether the four elements, and man's labour therein, be not the true source of wealth?" (N. do A.)

[30] Th. Cooper, *Lectures on the Elements of Political Economy*, Londres, 1831 (Columbia 1826), p. 99. (N. do A.)

como alimento, e não os trabalhos do arrendatário, do moleiro, do padeiro, etc... se, por uma invenção qualquer, se reduzisse o trabalho em 19/20, o pão continuaria servindo para a mesma finalidade de antes. E se por acaso caísse pronto do céu, o pão não perderia nenhum átomo de seu valor de uso. Enquanto o trabalho que põe valor de troca se efetiva na igualdade das mercadorias como equivalentes gerais, o trabalho como atividade produtiva dirigida a um fim se efetiva na infinita multiplicidade de seus valores de uso. Enquanto o trabalho que põe valor de troca é um trabalho *abstratamente geral* e *igual,* o trabalho que põe valor de uso é trabalho concreto e particular, que se subdivide em infinitos modos de trabalhos diferentes, segundo a sua forma e sua matéria.

É falso afirmar que o trabalho, enquanto produtor de valores de uso, seja a *única* fonte da riqueza produzida por ele, isto é, da riqueza material. Já que o trabalho é uma atividade que consiste em apropriar-se do que é material com esta ou aquela finalidade, necessita da matéria como pressuposição. A proporção entre trabalho e matéria natural varia muito nos diferentes valores de uso, mas o valor de uso contém sempre um substrato natural. Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho. Trabalho de alfaiate, por exemplo, em sua terminidade material como atividade produtiva particular, produz a roupa, mas não o seu valor de troca. Este é produzido pelo trabalho, não como trabalho de alfaiate, mas sim como trabalho abstratamente geral, que está inserido em um conjunto social, e cuja textura não saiu das mãos do afaiate. Do mesmo modo, na indústria caseira da Antiguidade, as mulheres cosiam a roupa sem produzir o seu valor de troca. Trabalho como fonte da riqueza material foi tanto do conhecimento do legislador Moisés quanto do fiscal aduaneiro Adam Smith.[31]

Consideremos agora algumas determinações mais precisas que resultaram da redução do valor de troca ao tempo de trabalho.

Como valor de uso, a mercadoria tem uma atuação causal. Trigo, por exemplo, atua como alimento. Uma máquina substitui trabalho em determinadas proporções. Este efeito da mercadoria que provém dela unicamente enquanto valor de uso, objeto de consumo, pode ser denominado serviço que ela presta como valor de uso. Contudo, como valor de troca, a mercadoria é sempre considerada sob o ponto de vista do resultado. Trata-se aqui não do serviço que ela presta, mas sim do serviço[32] que foi dedicado a ela na sua produção. De modo que o valor de troca de uma máquina não é determinado pela quantia de tempo

[31] F. List, que nunca pôde compreender a diferença entre o trabalho que ajuda a criar uma utilidade, um valor de uso, e o trabalho que cria uma forma determinada de riqueza, o valor de troca, como aliás sua inteligência prática interesseira fica longe de compreender coisa, viu nos economistas ingleses modernos meros plagiadores de Moisés do Egito. (N. do A.)

[32] Compreende-se que "serviço" deve prestar a categoria "serviço" *(service)* a economistas da classe de J. B. Say e F. Bastiat, cujo astuto raciocínio, como bem o dissera Malthus, em tudo faz abstração das determinações formais específicas das relações econômicas. (N. do A.)

de trabalho que ela substitui, mas sim pela quantia de tempo de trabalho que foi empregado para a sua própria produção e, por conseguinte, o tempo de trabalho que se requer para a produção de uma nova máquina do mesmo tipo.

Portanto, se permanecesse constante a quantia de trabalho requerida para a produção das mercadorias, o seu valor de troca seria inalterável. Entretanto, a facilidade e a dificuldade da produção variam constantemente. Se aumenta sua força produtiva, o trabalho produz o mesmo valor de uso em menos tempo. Pelo contrário, se diminui sua força produtiva, requerer-se-á mais tempo para a produção do mesmo valor de uso. A grandeza do tempo de trabalho contido em uma mercadoria, isto é, de seu valor de troca, que é portanto variável, aumenta ou diminui na razão inversa em que aumenta ou diminui a força produtiva do trabalho. Esta é empregada na indústria manufatureira em grau pré-determinado, mas na agricultura e na indústria extrativa está ao mesmo tempo condicionada por circunstâncias naturais incontroláveis. *O mesmo* trabalho resulta em maior ou menor extração de diferentes metais, dependendo da relativa escassez ou abundância destes metais na crosta terrestre. *O mesmo* trabalho pode se objetivar, com a ajuda do tempo, em dois alqueires de trigo, mas em condições desfavoráveis talvez apenas na metade. Neste caso as circunstâncias naturais de escassez ou abundância parecem determinar o valor de troca das mercadorias, porque determinam a força produtiva de um trabalho real particular dependente das condições da natureza.

Valores de uso diferentes contêm, em volumes desiguais, o mesmo tempo de trabalho, ou seja, o mesmo valor de troca. Quanto menor for o volume do valor de uso no qual uma mercadoria contenha uma determinada quantia de tempo de trabalho, comparado com outros valores de uso, tanto maior será seu *valor de troca específico*. E quando constatamos que, em épocas culturais diferentes e remotas umas das outras, certos valores de uso constituem entre si uma série de valores de troca específicos, que se não preservam exatamente as mesmas proporções quantitativas, mantêm contudo a relação geral que os ordena para cima ou para baixo, respectivamente, como, por exemplo, ouro, prata, cobre, ferro, ou então trigo, centeio, cevada, aveia; só podemos concluir que o desenvolvimento progressivo das forças produtivas sociais atua numa mesma proporção, ou quase na mesma proporção sobre o tempo de trabalho exigido para a produção daquelas diferentes mercadorias.

O valor de troca de uma mercadoria não é visível em seu próprio valor de uso. Como objetivação do tempo de trabalho social geral, o valor de uso de uma mercadoria está relacionado, todavia, com outros valores de uso de outras mercadorias. Desta maneira, o valor de troca de uma mercadoria se manifesta nos valores de uso das demais mercadorias. Equivalente, de fato, é o valor de troca de uma mercadoria expressa em valor de uso de uma outra mercadoria. Se digo, por exemplo, que uma vara de linho vale duas libras de café, o valor de troca do linho está expresso no valor de uso café, ou seja, em uma determinada *quantia deste* valor de uso. Dada esta proporção, posso expressar o valor de qualquer quantia de linho em café. É claro que o valor de troca de uma mercadoria, do linho, por

exemplo, não se esgota na proporção em que outra mercadoria particular, café, por exemplo, constitua seu equivalente. A quantia de tempo de trabalho geral, cuja apresentação é uma vara de linho, é realizada ao mesmo tempo em uma infinita variedade de volumes de valores de uso de todas as outras mercadorias. Na proporção em que apresente uma igual grandeza de tempo de trabalho, o valor de uso de qualquer outra mercadoria constitui um equivalente para uma vara de linho. Por isso, o valor de troca *desta única mercadoria* só se expressa exaustivamente em infinitas equações nas quais o valor de uso de todas as outras mercadorias constitui seu equivalente. Somente na soma de todas estas equações, ou no conjunto das diferentes proporções, nas quais uma mercadoria é cambiável por qualquer outra, é que se expressa exaustivamente como equivalente geral. Por exemplo, a série de equações:

1 vara de linho = 1/2 libra de chá
1 vara de linho = 2 libras de café
1 vara de linho = 8 libras de pão
1 vara de linho = 6 varas de chita,

pode ser apresentada:

1 vara de linho = 1/18 libras de chá + 1/2 libra de café + 2 libras de pão + 1,50 vara de chita.

Se tivéssemos à vista a soma total de equações em que o valor de uma vara de linho se expressa exaustivamente, poderíamos apresentar, na forma de uma série, o valor de troca de uma vara de linho. Na realidade, esta série é infinita, tendo em vista que o âmbito das mercadorias nunca se fecha definitivamente, mas, ao contrário, se expande constantemente. Mas se, por um lado, esta mercadoria única mede seu valor de troca com os valores de uso de todas as outras mercadorias, por outro lado, os valores de troca de todas as demais medem-se com o valor de uso desta mercadoria única, que por sua vez se mede por elas.[33] Se o valor de troca de uma vara de linho se expressa em 1/2 libra de chá, ou em 2 libras de café, ou em 6 varas de chita, ou em 8 libras de pão, etc., conclui-se que chá, café, chita, pão, etc., são iguais entre si na medida em que são iguais a um terceiro, ao linho que serve como medida comum a seus valores de troca. Toda mercadoria, como tempo de trabalho geral objetivado, isto é, como determinada quantia de tempo de trabalho geral, expressa seu valor de troca sucessivamente em determinadas quantidades de valores de uso de todas as demais mercadorias; e os valores de troca destas medem-se inversamente com o valor de uso daquela exclusiva mercadoria. Mas como valor de troca qualquer mercadoria é, ao mesmo tempo, tanto aquela mercadoria exclusiva que serve de medida comum para o valor de troca de todas as demais, como também, ademais, apenas uma das muitas merca-

[33] "É também uma peculiaridade das medidas estar em uma tal relação com a coisa medida que, de certo modo, a coisa medida se transforma em medida da coisa que mede." Montanari, *Della Moneta*, p. 41, compilação de Custodi, vol. III, Parte Antiga. (N. do A.)

dorias que constituem o conjunto no qual qualquer outra apresenta imediatamente seu valor de troca.

Para a *grandeza de valor* de uma mercadoria é indiferente se existem além dela poucas ou muitas de outro tipo. Mas se a série de equações, nas quais seu valor de troca se realiza, é maior ou menor, isto depende da maior ou menor multiplicidade de outras mercadorias. Por exemplo, a série de equações em que se apresenta o valor do café exprime a esfera da sua capacidade de troca, os limites em que ele funciona como valor de troca. Ao valor de troca de uma mercadoria como objetivação do tempo de trabalho social geral corresponde a expressão da sua equivalência em valores de uso infinitamente diferentes.

Vimos que o valor de troca de uma mercadoria varia conforme a quantidade do tempo de trabalho imediatamente contido nela. Seu valor de troca realizado, isto é, expresso no valor de uso de outras mercadorias, deve igualmente depender da proporção em que varia o tempo de trabalho empregado para a produção de todas as outras mercadorias. Se permanecesse constante o tempo de trabalho exigido para a produção de uma farinha de trigo, por exemplo, enquanto dobrasse o tempo de trabalho necessário à produção das demais mercadorias, o valor de troca de uma fanga de trigo, expresso em seus equivalentes, reduzir-se-ia à metade. O resultado seria praticamente o mesmo, se o tempo de trabalho requerido à produção da fanga de trigo diminuísse pela metade e o tempo de trabalho exigido para a produção de todas as outras mercadorias permanecesse invariável. O valor das mercadorias é determinado pela proporção em que elas, em um mesmo tempo de trabalho, possam ser produzidas. Para ver a que possíveis variações está sujeita esta proporção, tomemos duas supostas mercadorias A e B. *Primeiro:* o tempo de trabalho para produzir B permanece invariável. Neste caso, o valor de troca de A, expresso em B, aumenta ou diminui diretamente com o aumento ou diminuição do tempo de trabalho requerido para a produção de A. *Segundo:* o tempo de trabalho exigido para a produção da mercadoria A permanece invariável. O valor de troca de A, expresso em B, aumenta ou diminui em relação inversa ao aumento ou diminuição do tempo de trabalho requerido para a produção de B. *Terceiro:* o tempo de trabalho requerido para a produção de A e B diminui ou aumenta na mesma proporção. Neste caso, a expressão de equivalência de A em B permanece invariável. Se, através de uma circunstância qualquer, a força produtiva de todos os trabalhos diminuísse na mesma medida, de tal maneira que todas as mercadorias exigissem, numa mesma proporção mais tempo de trabalho para a sua produção, o valor de *todas* as mercadorias aumentaria, a expressão real de seu valor de troca permaneceria invariável e diminuiria a riqueza efetiva da sociedade, já que esta precisaria de mais tempo de trabalho para criar a mesma quantidade de valores de uso. *Quarto:* quer o tempo de trabalho exigido para a produção de A e de B aumente ou diminua, mas em graus diferentes, quer o tempo de trabalho exigido para A aumente, enquanto para B diminua, ou vice-versa. Todos estes casos podem ser reduzidos simplesmente a uma proporção em que o tempo de trabalho para a produção de uma das mercadorias permaneça invariável, enquanto aumenta ou diminui para a produção das demais mercadorias.

O valor de troca de qualquer mercadoria se expressa no valor de uso de qualquer outra, seja em inteiros ou em frações deste valor de uso. Como valor de troca, toda mercadoria pode ser dividida tanto quanto o próprio tempo de trabalho nela objetivado. A equivalência das mercadorias tanto independe de sua divisibilidade física com os valores de uso, quanto é indiferente, para a adição dos valores de troca das mercadorias, quais alterações reais de forma sofram os valores de uso destas mercadorias na sua refundição em *uma* nova mercadoria.

Até aqui a mercadoria tem sido considerada sob dois pontos de vista: o de valor de uso e o de valor de troca, mas em ambos os casos de modo unilateral. Contudo, a mercadoria como tal é *unidade* imediata de valor de uso e valor de troca; ao mesmo tempo ela é mercadoria somente relacionada com outras mercadorias. O relacionamento *efetivo* das mercadorias entre si é seu *processo de troca.* É neste processo social que entram os indivíduos independentes entre si, mas eles atuam aí apenas como possuidores de mercadorias; o modo multilateral de ser de um para o outro é o modo de ser de suas mercadorias, e assim eles aparecem de fato somente como portadores conscientes do processo de troca.

A mercadoria *é* valor de uso: trigo, linho, diamante, máquina, etc., mas como mercadoria ela *não* é, ao mesmo tempo, valor de uso. Fosse ela valor de uso para seu possuidor, isto é, fosse ela imediatamente meio para a satisfação de suas próprias necessidades, não seria mercadoria. Para ele (seu possuidor), ela é, pelo contrário, um *não-valor de uso,* a saber, mero portador material do valor de troca, ou simples *meio de troca;* como portador ativo do valor de troca, o valor de uso torna-se meio de troca. Ela continua sendo valor de uso para ele, mas apenas como valor de troca.[34] Por isso, como valor de uso, ela precisa ainda *vir a ser,* e isto só para outros. Não sendo ela valor de uso para seu próprio possuidor, é valor de uso para possuidores de outras mercadorias. Quando isto não acontece, seu trabalho foi trabalho em vão, não resultou portanto em *mercadoria.* Ademais, ela precisa vir a ser valor de uso *para ele próprio,* porque fora dela, nos valores de uso das mercadorias alheias, é que estão seus meios de subsistência. Para *vir a ser* valor de uso, a mercadoria precisa confrontar-se com a necessidade particular para a qual é objeto de satisfação. Os valores de uso das mercadorias *vêm a ser,* portanto, valores de uso, mudando de lugar por toda a parte, saindo das mãos que a utilizaram como meio de troca para as mãos que a utilizam como objeto de uso. É apenas através desta *alienação* multilateral das mercadorias que o trabalho contido nelas se torna trabalho útil. Neste relacionamento *em processo* das mercadorias entre si como valores de uso, elas não adquirem nova determinidade econômica. Pelo contrário, desaparece a determinidade formal que as caracterizava como mercadoria. O pão, por exemplo, quando passa das mãos do padeiro para as mãos do consumidor, não se altera em seu modo de ser como pão. Mas, em contrapartida, é apenas o consumidor que se relaciona com o pão como valor de uso, ou seja, a este alimento determinado, ao passo que, nas mãos

[34] É sob esta determinação formal que Aristóteles concebe o valor de troca. (Veja a passagem citada no início do capítulo.) (N. do A.)

do padeiro, era de uma relação econômica, uma coisa natural sobrenatural. A única mudança de forma que sofrem as mercadorias em seu vir a ser valor de uso é, portanto, a supressão do seu modo de ser formal, em que eram não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores. Vir a ser valor de uso pressupõe a alienação multilateral das mercadorias, isto é, sua entrada no processo de troca. Mas o modo de ser das mercadorias para a troca é seu modo de ser como valores de troca. Por isso, para se efetivarem como valores de uso, as mercadorias devem se efetivar como valores de troca.

Se, sob o ponto de vista do valor de uso, a mercadoria isolada aparecia originalmente como uma coisa autônoma, como valor de troca foi considerada, ao contrário, desde o primeiro momento, no relacionamento com todas as demais mercadorias. Contudo, este relacionamento era apenas teórico, *pensado*. É somente no processo de troca que ele se exerce. É certo que, por outro lado, a mercadoria *é* valor de troca, porquanto uma determinada quantia de tempo de trabalho foi realizada nela, e por isso ela é *tempo de trabalho objetivado*. Mas, tal como se apresenta imediatamente, a mercadoria é apenas tempo de trabalho individual objetivado, com um conteúdo particular, e não tempo de trabalho *geral*. Por isso ela *não é* imediatamente valor de troca, mas precisa primeiro *vir a sê*-lo. Primeiramente ela só pode ser objetivação do tempo de trabalho geral na medida em que apresenta tempo de trabalho empregado em um determinado fim útil, isto é, em um valor de uso. Era esta a única condição material sob a qual estava pressuposto o tempo de trabalho contido nas mercadorias como geral e social. Se, por um lado, a mercadoria só pode vir a ser valor de uso efetivando-se como valor de troca, por outro lado, ela só pode efetivar-se como valor de troca confirmando-se como valor de uso em sua alienação. Como valor de uso, uma mercadoria não pode ser alienada senão em benefício daquele para quem ela constitui um valor de uso, isto é, objeto de uma necessidade particular. Mas, por outro lado, só é alienada por uma outra mercadoria, isto é, se nos colocamos na situação do possuidor da outra mercadoria, verificamos que este muito menos pode aliená-la, ou seja, efetivá-la, senão pondo-a em contato com a necessidade especial, da qual ela é objeto de satisfação. Na alienação multilateral das mercadorias como *valores de uso,* as mercadorias são postas em relacionamento umas com as outras segundo sua diferença material como coisas particulares que, por suas propriedades *específicas*, satisfazem às necessidades particulares. Mas, na sua mera condição de valores de uso, são existências indiferentes umas às outras, ou melhor, desvinculadas entre si; e como valores de uso só podem ser trocadas no relacionamento com as necessidades particulares a que se destinam. Contudo, só são intercambiáveis como equivalentes, e só são equivalentes como quantias iguais de tempo de trabalho objetivado, de tal forma que desaparece toda consideração sobre suas propriedades naturais de valor de uso, e daí toda consideração sobre a relação das mercadorias com as necessidades particulares. Ao contrário, uma mercadoria atua como valor de troca substituindo, na função de equivalente, uma determinada quantia de qualquer outra mercadoria, não importando que ela seja ou não valor de uso para o possuidor da outra mercadoria. Mas para este ela só se torna

mercadoria enquanto for valor de uso para ele, e para seu possuidor anterior ela só se torna valor de troca na medida em que for mercadoria para outrem. Este mesmo relacionamento deve ser, portanto, relacionamento das mercadorias como grandezas essencialmente iguais, diferentes apenas quantitativamente; deve ser sua equiparação como encarnação do tempo de trabalho geral e, ao mesmo tempo, relacionamento de coisas qualitativamente diferentes como valores de uso particulares para necessidades particulares, em resumo, relacionamento que as distingue como valores de uso reais. Mas esta equiparação e desequiparação se excluem mutuamente. Assim se apresenta não somente um círculo vicioso de problemas, no qual a solução de um problema pressupõe a solução do outro, como também todo um conjunto de exigências contraditórias, em que a satisfação de uma condição está imediatamente ligada à satisfação da condição oposta.

O processo de troca das mercadorias precisa ser tanto o desdobramento como a solução destas contradições, que contudo não podem apresentar-se neste processo deste modo simples. Vimos apenas que as mercadorias são relacionadas entre si como valores de uso, isto é, que as mercadorias aparecem como valores de uso *dentro* do processo de troca. O valor de troca, ao contrário, conforme havíamos considerado, não existiu senão em nossa abstração, ou, se se quiser, na abstração do indivíduo possuidor de mercadorias que tem a mercadoria sob a forma de valor de uso no depósito e sob a forma de valor de troca na consciência.[35] Mas dentro do processo de troca as mercadorias devem estar presentes não apenas como valores de uso, mas também como valores de troca umas para as outras, e este seu modo de ser deve aparecer como seu próprio relacionamento mútuo. A dificuldade que nos deteve inicialmente consistia em que a mercadoria, para se apresentar como valor de troca como trabalho objetivado, teve que ser alienada antes como valor de uso, isto é, encontrar comprador, enquanto que sua alienação como valor de uso pressupunha inversamente seu modo de ser como valor de troca. Mas suponhamos que esta dificuldade já tenha sido resolvida, e a mercadoria tenha se despido de seu valor de uso particular e, pela alienação deste, satisfeita a condição material de ser trabalho socialmente útil, em vez de ser trabalho particular do indivíduo para si mesmo. Deste modo, no processo de troca e como valor de troca, ela precisa tornar-se equivalente geral, tempo de trabalho geral objetivado para as outras mercadorias, e assim já não é preciso que tenha o efeito limitado de um valor de uso particular, mas sim a capacidade imediata de apresentar-se em todos os valores de uso como seus equivalentes. Mas toda mercadoria é *aquela* mercadoria que, através da alienação de seu valor de uso particular, deve aparecer como encarnação direta do tempo de trabalho geral. Mas, por outro lado, defrontam-se no processo de troca apenas mercadorias particulares, trabalhos de indivíduos privados encarnados em valores de uso particulares. O próprio tempo de trabalho geral é uma abstração que, como tal, não existe para as mercadorias.

Se considerarmos a soma de equações nas quais o valor de troca de uma mercadoria encontra sua expressão real, por exemplo:

[35] *Gewissen*, no original. (N. dos T.)

1 vara de linho = 2 libras de café
1 vara de linho = 1/2 libra de chá
1 vara de linho = 8 libras de pão, etc.,

teremos que estas equações apenas indicam que um tempo de trabalho geral social de igual grandeza se objetiva em 1 vara de linho, 2 libras de café e 1/2 libra de chá, etc. Mas, de fato, os trabalhos individuais que se apresentam nestes valores de uso particulares somente se tornam trabalho geral, e desta forma trabalho social, trocando-se efetivamente entre si proporcionalmente ao tempo de duração do trabalho contido neles. O tempo de trabalho social existe, por assim dizer, apenas de forma latente nestas mercadorias, e se manifesta somente em seu processo de troca. Não se toma como ponto de partida o trabalho dos indivíduos, na condição de trabalho coletivo, mas inversamente os trabalhos particulares de indivíduos privados, trabalhos estes que apenas no processo de troca se confirmam como trabalho social geral por eliminação de seu caráter original. Por isso, o trabalho social geral não é uma pressuposição acabada, mas sim um resultado vindo a ser. E assim resultada a nova dificuldade, pois, por um lado, as mercadorias devem entrar no processo de troca como tempo de trabalho geral objetivado, mas por outro lado a objetivação do tempo de trabalho dos indivíduos como geral é, ela própria, um produto do processo de troca.

Toda mercadoria deve obter sua existência[36] como valor de troca através de alienação de seu valor de uso, isto é, de sua existência originária. Daí ter a mercadoria que duplicar sua existência no processo de troca. Mas, por sua vez, sua segunda existência como valor de troca só pode ser uma outra mercadoria, pois, no processo de troca, mercadorias só se defrontam com mercadorias. Como se pode apresentar diretamente uma mercadoria particular como tempo de trabalho *geral objetivado,* ou então, o que é o mesmo, como se pode dar diretamente ao tempo de trabalho individual objetivado em uma mercadoria particular o caráter da generalidade? A expressão real do valor de troca de uma mercadoria, ou seja, de qualquer mercadoria, como equivalente geral, se apresenta numa série infinita de equações, como:

1 vara de linho = 2 libras de café
1 vara de linho = 1/2 libra de chá
1 vara de linho = 8 libras de pão
1 vara de linho = 6 varas de chita
1 vara de linho = etc.

Esta apresentação era teórica na medida em que a mercadoria, como quantia determinada de tempo de trabalho geral objetivado, era apenas *pensada.*O modo de ser de uma mercadoria particular como equivalente geral de mera abstração se

[36] *Existenz,* no original, neste lugar e em todo o texto traduzido por *existência,* enquanto que *Dasein* foi traduzido sempre por *modo de ser.* (N. dos T.)

torna resultado social do próprio processo de troca pela simples inversão da série de equações acima apresentada. Assim, por exemplo:

2 libras de café = 1 vara de linho
1/2 libra de chá = 1 vara de linho
8 libras de pão = 1 vara de linho
6 varas de chita = 1 vara de linho

Ao expressarem café, chá, pão, chita, em resumo, todas as mercadorias, o tempo de trabalho contido nelas, em linho, o valor de troca do linho se desdobra inversamente em todas as outras mercadorias como seus equivalentes, e o tempo de trabalho objetivado nele mesmo se torna diretamente tempo de trabalho geral, que se apresenta proporcionadamente em volumes de todas as outras mercadorias. O linho se torna aqui *equivalente geral* pela *ação multilateral* de todas as outras mercadorias sobre ele. Como valor de troca toda mercadoria tornou-se medida dos valores de todas as outras mercadorias. Aqui se dá o contrário: ao medirem todas as mercadorias seu valor de troca com uma mercadoria particular, a mercadoria excluída torna-se o modo de ser adequado do valor de troca, seu modo de ser como equivalente geral. A série infinita ou o número infinito de equações, nas quais se apresentou o valor de troca de todas as mercadorias, se reduzem a uma única equação de apenas dois elementos. Duas libras de café = uma vara de linho é é agora a expressão exaustiva do valor de troca de café, já que nesta expressão aparece imediatamente como equivalente de uma determinada quantia de qualquer outra mercadoria. Portanto, dentro do processo de troca, as mercadorias estão agora umas para as outras, ou seja, aparecem reciprocamente como valores de troca na forma de linho. O fato de todas as mercadorias estarem relacionadas entre si como valores de troca apenas como quantias diferentes do tempo de trabalho geral objetivado aparece agora de tal modo que as mercadorias como valores de troca apresentam o *mesmo* objeto, o linho, somente que em quantias diferentes. Por isso o tempo de trabalho geral se apresenta por sua vez como uma coisa particular, uma mercadoria ao lado e fora do conjunto de todas as outras. Mas ao mesmo tempo a equação, na qual uma mercadoria apresenta outra mercadoria como valor de troca, por exemplo, 2 libras de café = 1 vara de linho, constitui uma equação ainda por realizar. Somente através de sua alienação como valor de uso, a qual, por sua vez, depende de comprovr sua utilidade como objeto de satisfação de uma necessidade no processo de troca, é que se transforma efetivamente o seu modo de ser como café em seu modo de ser como linho, assumindo assim a forma do equivalente geral, e tornando-se efetivamente valor de troca para todas as outras mercadorias. Inversamente torna-se o linho o modo de ser transformado de todas as outras mercadorias, pelo fato de todas as mercadorias se transformarem em linho através de sua alienação como valores de uso: e é somente como resultado desta transformação de todas as outras mercadorias em linho que este passa a ser imediatamente *objetivação do tempo de trabalho geral,* isto é, produto da alienação multilateral, suspensão dos trabalhos individuais. Se as mercadorias duplicam desta maneira sua existência, a fim de apare-

cerem reciprocamente como valores de troca, a mercadoria excluída como equivalente geral duplica também seu valor de uso. Além de seu valor de uso particular, como mercadoria particular, ela adquire um valor de uso geral. Este seu valor de uso é, ele próprio, determinidade formal, isto é, provém do papel específico que esta mercadoria desempenha no processo de troca através da ação multilateral das outras mercadorias sobre ela. O valor de uso de qualquer mercadoria como objeto de uma necessidade particular tem valor diferente em mãos diferentes; seu valor difere conforme se encontre nas mãos de quem a aliena ou de quem se apropria dela. A mercadoria excluída como equivalente geral é agora objeto de uma necessidade geral que nasce do próprio processo de troca, e tem para qualquer um o mesmo valor de uso que é ser portador de valor de troca, ou seja, meio de troca geral. Assim nesta única mercadoria se resolve a contradição que reside nas mercadorias como tais, e que consiste em ser, ao mesmo tempo, valor de uso particular e equivalente geral, e por isso valor de uso para qualquer um, valor de uso geral. Ao passo que todas as outras mercadorias apresentam inicialmente seu valor de troca como ideal, como uma equação que ainda está por se realizar com a mercadoria exclusiva, o valor de uso desta mercadoria exclusiva, apesar de ser real, aparece no próprio processo como mero modo de ser formal a ser realizado somente através da sua transformação em valores de uso efetivos. Originalmente a mercadoria se apresentava como mercadoria em geral, tempo de trabalho geral objetivado em um valor de uso particular. No processo de troca todas as mercadorias se relacionam com a mercadoria exclusiva como mercadoria em geral, *a* mercadoria, modo de ser do tempo de trabalho geral em um valor de uso particular. Por isso, como mercadorias *particulares,* comportam-se opositivamente a uma mercadoria particular que funciona como mercadoria *geral.*[37] Portanto, o fato de que os possuidores de mercadorias se refiram a seus trabalhos como trabalho social geral se apresenta da seguinte maneira: estes se referem a suas mercadorias como valores de troca, e o relacionamento recíproco das mercadorias como tais no processo de troca como seu relacionamento multilateral com uma mercadoria particular, expressão adequada do seu valor de troca; o que, novamente de forma invertida, aparece como relacionamento específico desta mercadoria particular com todas as outras mercadorias, e, por isso, como caráter social determinado, supostamente natural, de uma coisa. A mercadoria particular que apresenta, deste modo, o modo de ser adequado do valor de troca de todas as mercadorias, ou seja, o valor de troca das mercadorias como mercadoria exclusiva e particular, é o *dinheiro.* Ele é uma cristalização do valor de troca das mercadorias, que estas formam no próprio processo de troca. Em virtude disto, ao tornarem-se *valores de uso* umas para as outras dentro do processo de troca, despindo-se de toda determinidade formal e relacionando-se entre si em sua figura material e imediata, precisam assumir nova determinidade formal e passar à formação do dinheiro para aparecerem como *valores de troca* umas para as outras. O dinheiro não é símbolo, assim como o modo de existência de um valor de uso também não é símbolo. Que uma relação social de produção se apre-

[37] A mesma expressão se encontra em Genovesi. (N. do A., anotada a mão em seu exemplar.)

senta como um objeto existente fora dos indivíduos; que seus relacionamentos determinados, contraídos no processo de produção de sua vida social, se apresentem como propriedades específicas de uma coisa; esta inversão e mistificação, que não são inventadas mas prosaicamente reais, caracterizam todas as formas sociais do trabalho que põe valor de troca. Só que no dinheiro elas aparecem de forma mais evidente do que na mercadoria.

As propriedades físicas necessárias da mercadoria particular, na qual o ser dinheiro de todas as mercadorias deve se cristalizar, na medida em que se depreendem diretamente da natureza do valor de troca, são as seguintes: livre divisibilidade, uniformidade das partes e indiferenciação de todos os exemplares desta mercadoria. Como encarnação do tempo de trabalho geral, ela precisa ser encarnação homogênea e capaz de apresentar as diferenças unicamente quantitativas. A outra propriedade necessária é a durabilidade do seu valor de uso, pois precisa durar até o final do processo de troca. Os metais preciosos possuem estas propriedades em grau superior. Tendo em vista que o dinheiro surgiu instintivamente no interior do processo de troca, não sendo portanto um produto da reflexão ou da convenção, mercadorias mais ou menos inadequadas e muito diferentes entre si desempenharam alternadamente a função de dinheiro. A necessidade, manifestada num determinado estágio do processo de troca, de distribuir às mercadorias de uma maneira polar — as *determinações* de valor de troca e de valor de uso, de tal forma que uma mercadoria figure como meio de troca, enquanto que a outra é alienada como valor de uso —, fez com que por toda parte a mercadoria, quando não várias mercadorias, do mais amplo valor de uso, desempenhasse o papel de dinheiro, primeiramente de forma casual. Se estas mercadorias não são objeto de uma necessidade imediata presente, seu modo de ser como parte materialmente mais significativa da riqueza assegura-lhes um caráter mais geral que os demais valores de uso.

O comércio à base de troca direta, forma natural do processo de troca, apresenta muito mais a transformação incipiente dos valores de uso em mercadorias do que a das mercadorias em dinheiro. Aqui o valor de troca não reveste uma figura livre, mas está ainda vinculado imediatamente ao valor de uso. Isto se revela de duas maneiras. A própria produção, em toda a sua estrutura, está dirigida a valores de uso e não a valores de troca, e por isso somente através da formação de um excedente sobre a quantidade de valores de uso necessária ao consumo é que os valores de uso deixam de ser valores de uso para serem meios de troca, isto é, mercadoria. Por outro lado, tornam-se propriamente mercadorias apenas dentro dos limites do valor de uso imediato, se bem que distribuídos polarmente de tal maneira que as mercadorias, que devem ser intercambiadas pelos seus possuidores, precisam ser valor de uso para ambos, mas cada qual para aquele que não a possui. De fato, o processo de troca de mercadorias aparece originalmente não no seio da comunidade natural,[38] mas sim onde ela acaba, ou seja, em seus limi-

[38] Aristóteles faz a mesma observação considerando a família privada como comunidade original. Mas a própria forma original da família é a família tribal, e é apenas de sua análise histórica que se desenvolve a família privada. "Pois, na comunidade original (e isto é a família), não existia evidentemente nenhuma necessidade para esta (ou seja, para a troca)." *(Ibid.)* (N. do A.)

tes, nos poucos pontos em que ela entra em contato com outras comunidades. Aqui se dá o início do comércio à base de trocas e repercute no interior da comunidade atuando sobre esta como um elemento dissolvente. Os valores de uso particulares que se tornam mercadorias, no comércio de trocas entre diferentes comunidades, como escravo, gado, metais, constituem na maioria das vezes também o primeiro dinheiro dentro da própria comunidade. Vimos que o valor de troca de uma mercadoria se caracteriza tanto mais como valor de troca quanto maior é a série de seus equivalentes, ou quanto *mais ampla* é a esfera da troca da mercadoria. A expansão paulatina do comércio de trocas, com a intensificação do intercâmbio e a multiplicação das mercadorias que concorrem neste comércio, faz desenvolver a mercadoria como valor de troca, impele à formação do dinheiro, atuando assim como um fator de dissolução do comércio de trocas diretas. Os economistas costumam derivar o dinheiro das dificuldades exteriores com as quais se defronta o comércio de troca, mas aí se esquecem de que estas dificuldades surgem do desenvolvimento do valor de troca, e, por isso, do trabalho social como trabalho geral. Por exemplo, as mercadorias como valores de uso não são divisíveis livremente, o que elas devem ser como valores de troca. Ou então, pode acontecer que a mercadoria de A seja valor de uso para B, mas a mercadoria de B não seja valor de uso para A; ou que os possuidores de mercadorias necessitem mutuamente de proporções desiguais de valor de suas mercadorias indivisíveis a serem trocadas mutuamente. Em outras palavras, com o pretexto de tratar do comércio de trocas diretas, os economistas fazem uma idéia de alguns aspectos da contradição, que o modo de ser da mercadoria envolve como unidade imediata de valor de uso e valor de troca. Por outro lado, prendem-se conseqüentemente ao comércio à base de troca como a forma adequada do processo de troca das mercadorias que, segundo eles, estaria vinculado apenas a certos incômodos de caráter técnico, para cuja solução o dinheiro seria um expediente habilmente inventado. Partindo deste ponto de vista rasteiro, um engenhoso economista inglês afirma corretamente que o dinheiro é um instrumento meramente material, como o navio ou a máquina a vapor, e não a apresentação de uma relação de produção social, não sendo portanto uma categoria econômica. Por isso o dinheiro é tratado apenas abusivamente na economia política, que, de fato, nada tem a ver com a tecnologia.[39]

No mundo das mercadorias, é pressuposta uma divisão desenvolvida do trabalho, ou melhor, ela se apresenta imediatamente na multiplicidade dos valores de uso que se defrontam como mercadorias particulares, nas quais estão contidos igualmente modos de trabalho variados. A *divisão do trabalho,* como totalidade de todos os modos de ocupação produtivos particulares, é a figura global do trabalho social considerado do ponto de vista material, como trabalho produtor

[39] "Dinheiro é, em realidade, apenas o instrumento de realização de compra e venda (Mas, por favor, o que o senhor entende por compra e venda?) e o seu estudo não constitui parte da ciência econômico-política tanto quanto não o constitui o estudo de navios e máquinas a vapor, ou qualquer outro instrumento empregado para facilitar a produção e a distribuição da riqueza." (Th. Hodgskin, *Popular Political Economy, etc.,* Londres, 1827, pp. 178, 179.) (N. do A.)

de valores de uso. Todavia, do ponto de vista das mercadorias e dentro do processo de troca, existe como tal apenas em seu resultado, na particularização das próprias mercadorias.

A troca das mercadorias é o processo no qual o metabolismo social, isto é, a troca dos produtos particulares dos indivíduos privados, é, ao mesmo tempo, a geração de relações de produção sociais determinadas, que os indivíduos contraem neste metabolismo. As relações recíprocas das mercadorias em processo se cristalizam como determinações diferenciadas do equivalente geral, e assim o processo de troca é simultaneamente processo de formação do dinheiro. A totalidade deste processo, que se apresenta com o decorrer de processos distintos, é a *circulação*.

A) APONTAMENTOS HISTÓRICOS PARA A ANÁLISE DA MERCADORIA

A análise da mercadoria através da redução desta a um trabalho de dupla forma (de um lado, a redução) do valor de uso a trabalho real, isto é, à atividade produtiva aplicada a um fim, de outro, do valor de troca a tempo de trabalho, ou seja, a trabalho social igual, é o resultado crítico final de mais de século e meio de pesquisas da economia política clássica. Ela, que começa na Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert, [40] termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França.

Petty [41] resolve o valor de uso em trabalho sem se enganar sobre o condicionamento natural de sua força criadora. Capta logo o trabalho efetivo no conjunto de sua figura social, como *divisão do trabalho*. Esta concepção da fonte da riqueza material não permanece, como por exemplo para seu contemporâneo Hobbes, mais ou menos infrutífera, mas o leva à *aritmética política*, primeira forma assumida pela economia política que se separa como ciência autônoma. Contudo,

[40] Um estudo comparativo sobre os trabalhos e o caráter de Petty e de Boisguillebert, independentemente de que focalizaria a oposição social entre a Inglaterra e a França dos fins do século XVII e começos do século XVIII, conduziria à exposição da gênese do contraste nacional entre a economia política inglesa e a francesa. O mesmo contraste se repete no final com Ricardo e Sismondi. (N. do A.)

[41] Petty desenvolveu a divisão do trabalho também como força produtiva, e isto em uma disposição mais grandiosa que Adam Smith; veja *An Essay Concerning the Multiplication of Mankind, etc.*, 3.ª edição, 1686, pp. 35/36. Ele demonstra aqui as vantagens da divisão do trabalho para a produção não somente na fabricação de um relógio de bolso, como o fez posteriormente Adam Smith na fabricação de uma agulha, mas ao mesmo tempo através da consideração de uma cidade e de um país inteiro sob o ponto de vista de grandes estabelecimentos fabris. O *Spectator* de 26 de novembro de 1711 refere-se a esta *illustration of the admirable Sir William Petty*. Portanto, MacCulloch supõe erroneamente que o *Spectator* confunde Petty com um outro escritor quarenta anos mais jovem (veja: MacCulloch, *The Literature of Political Economy, a classified catalogue*, Londres, 1845, p. 102). Petty se sentia fundador de uma nova ciência. Ele diz que seu método "não é o tradicional", e que, ao invés de entremear uma série de expressões comparativas e superlativas e argumentos especulativos, ele se propôs a falar *in therms of number, weight or measure* (em termos de número, peso ou medida), a se servir unicamente de argumentos derivados da experiência sensível e a considerar apenas aquelas causas *as have visible foundations in nature* (que têm fundamentos visíveis na natureza), e que deixa para outros a consideração das causas que dependem de *mutable minds, opinions, appetites and passions of particular men* (concepções, pareceres, inclinações e paixões de indivíduos). *(Political Arith-*

toma o valor de troca tal como este *aparece* no processo de troca das mercadorias, isto é, como dinheiro, e o próprio dinheiro como mercadoria existente, como ouro e prata. Preso às concepções do sistema monetário, apresenta o tipo particular de trabalho real através do qual são obtidos o ouro e a prata com o trabalho que põe valor de troca. E pensa efetivamente que o trabalho burguês não precisa produzir diretamente valor de uso, mas sim mercadoria, um valor de uso que através de sua alienação, no processo de troca, é capaz de se apresentar como ouro e prata, ou seja, como dinheiro, ou seja, como valor de troca, ou seja, como trabalho geral objetivado. No entanto, seu exemplo mostra de forma contundente que o reconhecimento do trabalho como fonte da riqueza material não exclui, em absoluto, uma compreensão errônea da forma social determinada, na qual o trabalho é fonte do valor de troca.

Por sua vez, *Boisguillebert* reduz, se não conscientemente ao menos de fato, o valor de troca da mercadoria a tempo de trabalho, determinando o "verdadeiro valor" *(la juste valeur)* pela correta proporção em que o tempo de trabalho se distribui entre os diversos ramos industriais, e apresentando a livre-concorrência como processo social que criaria esta correta proporção. Mas ao mesmo tempo,

metic, etc., Londres, 1699, *Preface.)* Sua ousadia genial se manifesta, por exemplo, na proposta de transportar todos os habitantes e bens móveis da Irlanda e da Alta Escócia para o resto da Grã-Bretanha. Com isso poupar-se-ia tempo de trabalho, aumentaria a força produtiva do trabalho, e "o rei e seus súditos tornar-se-iam mais ricos e fortes". *(Political Arithmetic*, cap. 4, p. 225). Outro exemplo de sua ousadia genial encontra-se no capítulo de sua aritmética política, onde ele demonstra a vocação da Inglaterra para a conquista do mercado mundial em uma época em que a Holanda continuava ainda a desempenhar o papel predominante de nação comercial e a França parecia tender para tomar-lhe o lugar. *That the King of England's subjects have stock competent and convenient to drive trade of the whole commercial world (Ibid.*, cap. 10, p. 272). ("Os súditos do rei da Inglaterra possuem capital suficiente e adequado para encarregar-se dos negócios de todo o mundo comercial.") *That the impediments of England's greatness are but contingent and removable* (pp. 247 e ss.). ("Os obstáculos à grandeza da Inglaterra são apenas casuais e elimináveis.") Um humor original impregna todos os seus trabalhos. Ele prova, por exemplo, que nada foi mais natural do que a Holanda ter conquistado o mercado mundial, país que naquela época servia de modelo para economistas ingleses, tanto quanto a Inglaterra o é hoje para economistas continentais, *Without such angelical wits and judgments, as some attribute to the Hollanders (Ibid.*, pp. 175 e 176). ("Sem tais espírito e juízo sobrenaturais, que alguns atribuem aos holandeses.") Ele defende a liberdade de consciência como condição do comércio, porque "os pobres são mais esforçados e consideram o trabalho e a atividade industrial como dever para com Deus, desde que lhes seja permitido pensar que os que possuem menos riqueza são melhor dotados de espírito e juízo para as coisas divinas, que consideram propriedade especial dos pobres". Daí estar o comércio ligado "não a um tipo qualquer de religião, mas sim permanentemente à parte heterodoxa do todo" *(Ibid.*, pp. 183/186). Petty recomenda contribuições públicas especiais para ladrões, porque seria melhor para o público onerar-se a si mesmo do que deixar-se onerar por eles *(Ibid.*, p. 199). Por outro lado, rechaça os impostos que transferem riqueza das mãos industriosas para os que nada fazem senão comer, beber, cantar, jogar, dançar e *fazer metafísica (Ibid.*, p. 198). Os trabalhos de Petty são quase raridades nas livrarias, encontráveis apenas em más edições antigas e dispersas, fato que é tanto mais estranho quanto William Petty não só é o pai da economia política inglesa, como também o antepassado de Henry Petty, aliás Marquês de Lansdowne, patriarca dos Whig ingleses. Contudo, a família Lansdowne poderia dificilmente publicar uma edição completa das obras de Petty sem incluir uma introdução biográfica, sobre a qual se pode dizer o mesmo das origens da maioria das grandes famílias Whig: *The less said of them, the better* (quanto menos dito sobre elas, tanto melhor). Este cirurgião militar, pensador ousado, mas ao mesmo tempo tipo extremamente inescrupuloso, inclinado tanto a cometer depredações na Irlanda sob a égide de Cromwell como a bajular Carlos II para conseguir dele o necessitado título de baronete, para cobrir a pilhagem, possui, com efeito, um retrato pouco conveniente para a exposição pública na galeria dos antepassados. Além disso, Petty procura provar na maioria dos seus trabalhos publicados em vida que o auge da Inglaterra coincide com o reinado de Carlos II, o que é uma opinião heterodoxa para exploradores hereditários da *glorious revolution*. (N. do A.)

e ao contrário de Petty, luta fanaticamente contra o dinheiro, cuja intromissão perturbaria o equilíbrio natural ou a harmonia da troca de mercadorias e que, como um fantástico Moloch, exigiria o sacrifício de toda a riqueza natural. Se, por um lado, esta polêmica contra o dinheiro está ligada a circunstâncias históricas determinadas — Boisguillebert combatendo a cega e destruidora ganância de ouro da corte de um Luís XIV, de seus "arrendatários gerais"[42] e de sua nobreza,[43] enquanto Petty exalta a ganância pelo ouro como o impulso enérgico que estimula um povo ao desenvolvimento industrial e à conquista do mercado mundial —, por outro lado, destaca-se aqui a profunda oposição de princípios, que se repete como um contraste permanente, entre a economia caracteristicamente inglesa e a caracteristicamente francesa.[44] Boisguillebert olha, de fato, somente para o conteúdo material da riqueza, o valor de uso, o desfrute,[45] e considera a forma burguesa do trabalho, a produção de valores de uso como mercadorias e o processo de troca das mercadorias como a forma social natural, onde o trabalho individual atingiria aquele fim. Por isso, cada vez que se defronta com o caráter específico da riqueza burguesa, como no dinheiro, acredita na intromissão de elementos usurpadores estranhos irritando-se com o trabalho burguês sob uma de suas formas, ao passo que o glorifica sob outra forma.[46] Boisguillebert nos fornece a prova de que o tempo de trabalho pode ser tratado como medida da grandeza de valor das mercadorias, embora o trabalho, objetivado no valor de troca das mercadorias e medido pelo do tempo, seja confundido com a atividade imediata natural dos indivíduos.

A primeira análise consciente, de uma clareza quase banal, do valor de troca, reduzido a tempo de trabalho, é a de um homem do Novo Mundo, onde as relações burguesas de produção, importadas simultaneamente com seus portadores, brotaram rapidamente em uma terra que compensava sua falta de tradição histórica pela abundância de húmus. Este homem é *Benjamin Franklin* que, em seu trabalho de juventude, escrito em 1729 e mandado imprimir em 1731, formulou a lei fundamental da economia política moderna.[47] Declara como necessário procurar uma outra medida dos valores que não seja os metais preciosos. Esta medida seria o trabalho.

[42] Marx se refere aos *fermiers généraux,* os cobradores de impostos de Luís XIV. (N. da Edição Alemã.)

[43] Em oposição à "arte negra das finanças" daquela época, diz Boisguillebert: "A arte das finanças não é senão o conhecimento aprofundado dos interesses da agricultura e do comércio". *(Le Détail de la France,* 1967. Edição de Eugen Daire dos *Economistes Financiers du XVIII Siècle,* Paris, 1843, vol. I, p. 241.) (N. do A.)

[44] E não a economia românica, pois os italianos, em ambas as escolas, na napolitana e na *milanesa,* repetem a oposição entre a economia inglesa e a francesa, ao passo que os espanhóis da época anterior ou são meros mercantilistas (ou mercantilistas modificados, como Ustáriz), ou mantêm o "meio-termo" como Jovellanos (veja suas *Obras,* Barcelona, 1839/40), seguindo Adam Smith. (N. do A.)

[45] "A verdadeira riqueza... é o desfrute completo, não somente na satisfação das necessidades vitais, como também da abundância e de tudo o que pode dar prazer aos sentidos" (Boisguillebert, *Dussertation sur la Nature de la Richesse, etc., Ibid.,* p. 403). Enquanto Petty era um aventureiro frívolo, dado a pilhagens e sem caráter, Boisguillebert, mesmo sendo um dos intendentes de Luís XIV, se empenhava pelas classes oprimidas com tanta inteligência quanto ousadia. (N. do A.)

[46] O socialismo francês na sua forma proudhoniana padece do mesmo mal nacional hereditário. (N. do A.)

[47] Franklin, B., *The Works of etc.,* edit. por J. Sparks, vol. II, Boston, 1836: *A Modest Inquiry into the Nature and Necessity of a Paper Currency.* (N. do A.)

"Pelo trabalho, o valor da prata pode ser medido da mesma maneira que o de todas as outras coisas. Suponhamos, por exemplo, que um homem esteja ocupado em produzir cereal, enquanto que um outro extrai e refina prata. No fim do ano, ou depois de qualquer outro período determinado, os produtos totais de cereal e de prata são os preços naturais, um para o outro; e se um consiste em vinte sacas e o outro em vinte onças, então uma onça de prata vale o trabalho empregado num alqueire de cereal. Porém, se a descoberta de minas mais próximas, de acesso mais fácil e mais rendosas, faz com que se possam produzir daí por diante quarenta onças de prata com tanta facilidade como antes se produziam vinte onças, e se o trabalho necessário à produção de vinte alqueires de cereal permanece o mesmo que antes, duas onças de prata não valerão mais do que o mesmo trabalho empregado para a produção de um alqueire de cereal, e este, que antes valia uma onça de prata, daí por diante valerá duas, *caeteris paribus.* [48] Assim se deve avaliar a riqueza de um país através da *quantidade de trabalho* que seus habitantes estão capacitados a comprar." [49]

O tempo de trabalho, para Franklin, apresenta-se logo dentro de um economicismo unilateral como medida dos valores. A transformação dos produtos reais em valores de troca explica-se por si mesma, e se trata, portanto, apenas de encontrar uma medida para a sua grandeza de valor.

"Não sendo o comércio em geral", diz Franklin, "nada mais do que a troca de trabalho por trabalho, o valor de todas as coisas é estimado de forma mais correta por trabalho." [50]

Se aqui se colocar "trabalho efetivo" no lugar da palavra "trabalho", descobre-se imediatamente que confunde trabalho de uma forma com trabalho de outra forma. Já que o comércio, por exemplo, consiste na troca de trabalho de sapateiro, mineiro, fiandeiro, pintor, etc., será o valor de botinas expresso de modo mais correto em trabalho de pintor? Ao contrário, Franklin era da opinião de que o valor de botinas, minérios, fios, quadros, etc., é determinado por trabalho abstrato que não possui qualidade particular, e, por conseguinte, pode ser medido por mera quantidade. [51] Mas como ele não desenvolve o trabalho contido no valor de troca como trabalho social, abstratamente geral, decorrente da alienação multilateral dos trabalhos individuais, é-lhe necessariamente impossível reconhecer o dinheiro como a forma de existência imediata deste trabalho alienado. Por isso, dinheiro e trabalho que põe valor de troca não estão, para ele, em conexão

[48] "Em iguais circunstâncias." (N. dos T.)
[49] *Ibid.*, p. 265.*Thus the riches of a country are to be valued by the quantity of labour its inhabitants are able to purchase.* (N. do A.)
[50] *Trade in general being nothing else but the exchange of labour for labour, the value of all things is, as I have said before, most justly measured by labour (Ibid.*, p. 267). (N. do A.)
[51] *Ibid., Remarks and Facts Relative to the American Paper Money,* 1764. (N. do A.)

interna, mas, ao contrário, o dinheiro é um instrumento introduzido, de fora, no processo de troca para a comodidade técnica.[52] A análise de Franklin do valor de troca permaneceu sem influência direta no andamento geral da ciência, porque ele tratou apenas de questões isoladas da economia política, por motivos práticos e em ocasiões determinadas.

A oposição entre trabalho útil efetivo e trabalho que põe valor de troca moveu a Europa durante o século XVIII na forma do problema: que tipo particular de trabalho efetivo seria a fonte da riqueza burguesa? Assim se pressupunha que nem todo trabalho, que se realiza em valores de uso ou fornece produtos, apenas por isso criaria diretamente riqueza. Para os fisocratas, contudo, como para os seus adversários, a questão litigiosa candente consiste não apenas em saber qual trabalho cria *valor,* mas também qual trabalho cria *mais-valia.* Portanto, tratam do problema de forma complicada antes de o terem resolvido em sua forma elementar; da mesma maneira que o caminho histórico de todas as ciências só leva a seus pontos de partida efetivos depois de numerosos desvios e rodeios. Ao contrário de outros arquitetos, a ciência não apenas projeta castelos no ar como também constrói diversos andares habitáveis do edifício antes de lançar os seus alicerces. Sem nos demorarmos mais aqui junto aos fisiocratas, deixando de lado toda uma série de economistas italianos, que com opiniões mais ou menos acertadas resvalam na análise correta da mercadoria,[53] dirigimo-nos logo ao primeiro britânico que elaborou o sistema da economia burguesa em seu conjunto: Sir *James Steuart.*[54] Assim como as categorias abstratas da economia política lhe aparecem ainda no processo de separação de seu conteúdo material e, por isso, nebulosas e oscilantes, do mesmo modo aparece a categoria do valor de troca. Numa certa passagem determina o *valor real* pelo tempo de trabalho *(what a workman can perform in a day)* (o que um trabalhador pode produzir em um dia), mas ao lado figuram confusamente salário e matéria-prima.[55] Numa outra, salienta-se de modo ainda mais contundente a luta com o conteúdo material. Chama o material natural contido em uma mercadoria, por exemplo, a prata contida em um objeto de prata, seu *valor intrínseco (intrinsic worth),* ao passo que designa o tempo de trabalho contido nela como seu *valor de uso (useful value).*

"O primeiro", diz ele, "é algo de real em si mesmo... o valor de uso, ao

[52] Veja *Papers on American Politics; Remarks and Facts Relative to the American Paper Money, 1764 (Ibid.).* (N. do A.)

[53] Veja por exemplo Galiani, *Della Moneta,* vol. III, no *Scrittori Classici Italiani di Economia Politica* (editado por Custodi), Parte Moderna, Milão, 1803. "O esforço" *(fatica),* diz ele, "é a única coisa que dá valor ao objeto" (p. 74). É característico dos países meridionais designar o trabalho pela palavra *fatica.* (N. do A.)

[54] A obra de Steuart, *An Inquiry into the Principles of Political Economy, Being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations,* surgiu em Londres pela primeira vez em 1767, em dois volumes in 4.º, dez anos antes da *Wealth of Nations* de Adam Smith. Nas citações, sigo a edição de Dublin de 1770. (N. do A.)

[55] Steaurt, *ibid.,* t. I, pp. 181-183. (N. do A.)

contrário, deve ser estimado segundo o trabalho gasto para a sua produção. O trabalho empregado na modificação da matéria representa uma porção do tempo de um homem, etc." [56]

O que distingue Steuart de seus precursores, como também dos seus sucessores, é a nítida diferenciação entre o trabalho especificamente social, que se apresenta no valor de troca, e o trabalho real, que obtém valores de uso.

"O trabalho", diz ele, "que através da sua alienação *(alienation)* cria um equivalente geral *(universal equivalent),* chamo-o de *indústria."*

O trabalho como indústria, que distingue não apenas do trabalho real, mas de outras formas sociais do trabalho, é, para ele, a forma burguesa do trabalho pela oposição a suas formas antigas e medievais. Ele se interessa especialmentepela oposição do trabalho burguês frente ao feudal, tendo observado este último em sua fase de declínio tanto na Escócia como em suas longas viagens pelo continente. Naturalmente, Steuart sabia muito bem que o produto também em épocas pré-burguesas assume a forma de mercadoria, e esta a forma do dinheiro, mas demonstra detalhadamente que a mercadoria, como forma básica elementar da riqueza, e a alienação, como forma predominante da apropriação, pertencem apenas ao período burguês de produção, e que o caráter do trabalho que põe valor de troca é, por conseguinte, especificamente burguês. [57]

Depois de terem sido declaradas, como as verdadeiras fontes da riqueza, as formas particulares do trabalho real, agricultura, manufatura, navegação, comércio, etc., sucessivamente, *Adam Smith* afirmou que o trabalho em geral, a saber, no conjunto de sua figura social, como *divisão do trabalho,* é a única fonte da riqueza material ou dos valores de uso. Embora aqui lhe escape completamente o elemento natural, este o persegue na esfera da riqueza puramente social do valor de troca. Adam determina, com efeito, o valor da mercadoria através do tempo de trabalho contido nela, mas depois leva novamente a efetividade desta determinação de valor aos tempos pré-adâmicos. Em outras palavras, o que lhe parece verdadeiro do ponto de vista da simples mercadoria torna-se-lhe obscuro logo que, no seu lugar, surgem as formas superiores e mais complicadas, como capital, trabalho assalariado, renda da terra, etc. Isto exprime da seguinte forma: o valor das mercadorias era medido pelo de trabalho contido nelas, no *paradise lost* (paraíso perdido) da burguesia, onde os homens não se defrontavam ainda como capitalistas, assalariados, proprietários fundiários, arrendatários, usurários, etc., mas ape-

[56] Steuart, *ibid.,* t. I. pp. 361/362: *represents a portion of a man's time.* (N. do A.)

[57] Por conseqüência, ele declara como um "abuso" a forma patriarcal da agricultura diretamente orientada à criação de valores de uso para consumo do possuidor da terra, e se refere não a Esparta ou Roma, ou mesmo a Atenas, mas certamente aos países industriais do século XVIII. Esta "agricultura abusiva" não é nenhum *trade* (negócio), mas um "mero meio de subsistência". Do mesmo modo que a agricultura burguesa desembaraçaria o campo de bocas supérfluas, também a manufatura burguesa desembaraçaria a fábrica de braços inúteis. (N. do A.)

nas como pessoas dedicadas simplesmente à produção e ao intercâmbio de mercadorias. Confunde constantemente a determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho nelas contido com a determinação de seus valores pelo valor do trabalho, hesita permanentemente na elaboração dos detalhes e troca a equação objetiva, que o processo da sociedade realiza forçadamente com os trabalhos desiguais pela igualdade subjetiva de direitos dos trabalhos individuais.[58] Tenta através da *divisão do trabalho* levar a cabo a transição do trabalho efetivo ao trabalho que põe valor de troca, isto é, ao trabalho burguês na sua forma fundamental. É tão correto a troca privada pressupor a divisão do trabalho quanto é falso a divisão do trabalho pressupor a troca privada. Entre os peruanos, por exemplo, o trabalho era extraordinariamente dividido, embora não se realizasse nenhuma troca privada, nenhuma troca de produtos como mercadorias.

Em oposição a Adam Smith, *David Ricardo* salienta a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho, e mostra que esta lei domina também as relações burguesas de produção, que aparentemente mais a contradizem. As investigações de Ricardo limitam-se exclusivamente à *grandeza de valor,* com relação à qual ele ao menos suspeita que a realização da lei depende de pressupostos históricos determinados. Diz que a determinação da grandeza de valor, através do tempo de trabalho, vale somente para as mercadorias,

> "que podem ser multiplicadas à vontade pela indústria e cuja produção é regida por uma concorrência ilimitada".[59]

De fato, isso quer dizer apenas que a lei do valor para seu pleno desenvolvimento pressupõe a sociedade da grande produção industrial e da livre concorrência, isto é, a sociedade burguesa moderna. De resto, considera Ricardo a forma burguesa do trabalho como a eterna forma natural do trabalho social. O pescador e caçador primitivos surgem-lhe logo como possuidores de mercadorias, realizando a troca de peixe e caça na proporção do tempo de trabalho objetivado nestes valores de troca. Aí cai no anacronismo de afirmar que o pescador e caçador primitivos, para contabilizarem seus instrumentos de trabalho, calculavam a taxa nas tabelas de anuidade, que em 1817 estavam em curso na bolsa de Londres. Os "Paralelogramas do Sr. Owen"[60] parecem ter sido a única forma de

[58] Adam Smith diz, por exemplo, que "quantidades iguais de trabalho devem ter necessariamente, em todas as épocas e em todos os lugares, um valor igual para aquele que trabalha. Em condições normais de saúde, força e atividade, e com o grau médio de habilidade que deve possuir, tem sempre que dar a mesma parte de seu repouso, da sua liberdade e da sua felicidade. Este *preço* pode comprar uma quantidade variável de mercadorias, mas esta variação provém apenas do fato de que o valor das mercadorias variam, e não o valor do trabalho que as compra. Portanto, apenas o trabalho não varia nunca o seu próprio valor. É, com efeito, o preço real das mercadorias, etc." *(Wealth of Nations,* liv. I, cap. 5) (N. do A.)

[59] Ricardo, David, *On the Principles of Political Economy and Taxation,* 3.ª edição, Londres, 1821, p. 3. (N. do A.)

[60] O "Paralelograma do senhor Owen" é mencionado por Ricardo em seu escrito *On Protection to Agriculture,* p. 21. Em seus planos utópicos de reformas sociais, Owen procurava demontrar que, tanto do ponto de

sociedade, além da burguesa, que conheceu. Embora envolvido por este horizonte burguês, Ricardo disseca a economia burguesa, que em suas profundezas aparece muito diferente da superfície, com tal agudeza que Lord Brougham pode afirmar sobre ele:

> *Mr. Ricardo seemed as if he had dropped from an other planet* (O Sr. Ricardo parece como se tivesse caído de outro planeta).

Em polêmica direta com Ricardo, *Sismondi* acentua tanto o caráter especificamente social do trabalho que põe valor de troca [61] como aponta como a "característica de nosso progresso econômico" reduzir a grandeza de valor a tempo de trabalho *necessário,* à

> "relação entre a necessidade da sociedade em seu conjunto e a quantidade de trabalho suficiente para satisfazer a esta necessidade". [62]

Sismondi não está mais fechado na concepção de Boisguillebert de que o trabalho que põe valor de troca seja falsificado pelo dinheiro, mas assim como Boisguillebert denuncia o dinheiro, denuncia ele o grande capital industrial. Se, em Ricardo, a economia política chega a suas últimas conseqüências, e com isso se perfaz, Sismondi completa este acabamento representando ele próprio a dúvida que a economia política tem de si mesma.

Uma vez que Ricardo, na qualidade de finalizador da economia política clássica, foi quem formulou e desenvolveu a determinação do valor de troca pelo tempo de trabalho em sua forma mais pura, é natural que se tenha concentrado sobre ele a polêmica levantada pelo lado da economia. Em virtude dessa polêmica ser marcada por uma forma bastante simplória, [63] é fácil sintetizá-la nos seguintes pontos:

Primeiro: O próprio trabalho tem valor de troca e trabalhos diferentes têm valores de troca diferentes. É um círculo vicioso fazer o valor de troca medida do valor de troca, já que o valor de troca medidor carece também de medida. Esta objeção se resolve no seguinte problema: dado o tempo de trabalho, enquanto medida imanente do valor de troca, como desenvolver o salário sobre esta base? A doutrina do trabalho assalariado dá resposta a esta questão.

Segundo: Se o valor de troca de um produto é igual ao tempo de trabalho contido nele, o valor de troca de um dia de trabalho é igual a seu produto. Ou

vista econômico como do ponto de vista da vida familiar, a forma adequada de disposição das moradias é a de um paralelograma ou de um quadrado. (N. da Edição Alemã.)

[61] Sismondi, *Études sur l'Economie Politique,* t. II, Bruxelas, 1838. "É à oposição entre o valor de uso e o valor de troca que o comércio reduziu todas as coisas" (p. 162). (N. do A.)

[62] Sismondi, *ibid.,* pp. 163-166 e ss. (N. do A.)

[63] Na forma mais inepta se encontra nas anotações de J.-B. Say à tradução francesa de *Ricardo (por Constâncio)* e mais pedantescamente pretensiosa na *Theory of Exchanges,* editada recentemente em Londres (1858), do senhor Macleod. (N. do A.)

então o salário tem que ser igual ao produto do trabalho.[64] No entanto, acontece o contrário. *Ergo*. Esta objeção se resolve no problema: como chega a produção, baseada na determinação do valor de troca meramente pelo tempo de trabalho, ao resultado de que o valor de troca do trabalho é inferior ao valor de troca do seu produto? Este problema nós o resolvemos na consideração do capital.

Terceiro: O preço de mercado das mercadorias aumenta ou diminui, abaixo ou acima de seu valor de troca, com a relação variável de oferta e demanda. *Por conseguinte,* segue-se que o valor de troca das mercadorias é determinado pela relação de oferta e demanda, e não pelo tempo de trabalho contido nelas. Desta conclusão esquisita surge, com efeito, apenas uma única pergunta: como se desenvolve um preço de mercado diferente do valor de troca que lhe serve de base? Ou mais exatamente: como a lei do valor de troca se realiza apenas em seu próprio contrário? Este problema é resolvido na teoria da concorrência.

Quarto: A última contradição, e aparentemente a mais decisiva, quando não é, como de costume, apresentada sob a forma de exemplos extravagantes, é a seguinte: se o valor de troca não é outra coisa que tempo de trabalho contido em uma mercadoria, como então podem as mercadorias que não contêm trabalho possuir valor de troca, ou, em outras palavras, de onde vem o valor de troca de simples forças da natureza? Este problema se resolve na teoria da renda da terra.

[64] Esta objeção levantada contra Ricardo por economistas burgueses foi retomada mais tarde por socialistas. Suposta a correção teórica da fórmula, censurou-se a prática de contradizer a teoria e se convidou a sociedade burguesa a tirar a pretendida conseqüência de seu princípio teórico. Pelo menos desta forma os socialistas ingleses tergiversaram a fórmula do valor de troca contra a economia política. Estava reservado a Proudhon não somente proclamar o princípio da velha sociedade, como princípio da nova sociedade, como também anunciar-se como o inventor da fórmula na qual Ricardo resumiu o resultado total da economia clássica inglesa. Já está provado que até a interpretação utopista da fórmula de Ricardo caíra no esquecimento quando Proudhon, do outro lado do canal da Mancha, a "descobriu". (Compare meu trabalho: *Misère de la Philosophie,* etc., Paris, 1847, o parágrafo sobre o "valeur constituée".) (N. do A.)

SEGUNDO CAPÍTULO

O Dinheiro ou a Circulação Simples

Num debate parlamentar sobre os *Bank-acts* de Sir Robert Peels de 1844 e 1845,[65] Gladstone observava que nem mesmo o amor levou tantas pessoas à loucura como o cismar sobre a essência do dinheiro. Ele falava de britânicos para britânicos. Os holandeses, ao contrário, que apesar da dúvida de Petty possuíam desde tempos imemorais uma "malícia angelical" para a especulação *com* o dinheiro, nunca perderam sua malícia na especulação *sobre* o dinheiro.

A principal dificuldade da análise do dinheiro é vencida quando se compreende que o dinheiro tem a sua origem na própria mercadoria. Deste pressuposto, apenas resta conceber nitidamente as idades que lhe são próprias; o que é dificultado em certa medida pelo fato de que todas as relações burguesas aparecem transformadas em ouro ou prata, aparecendo como relações monetárias. E a forma dinheiro parece possuir, por conseguinte, um conteúdo infinitamente variado que lhe é estranho.

Na análise que se segue, convém não esquecer que se trata somente das formas do dinheiro como resultado imediato de trocas de mercadorias, e não das que se integram numa fase superior do processo de produção, como por exemplo a moeda creditícia. Para simplificar admitiremos, no decorrer desta análise, o ouro como a mercadoria-dinheiro.

I — MEDIDA DOS VALORES

O primeiro processo de circulação é, por assim dizer, um processo teórico, preparador da circulação efetiva. As mercadorias, que existem como valores de uso, criam para si, primeiro, a forma na qual *aparecem* idealmente como valores

[65] "Bank-acts" de Sir Robert Peel — Para superar as dificuldades da troca das notas bancárias em ouro, o governo inglês decidiu em 1844, por iniciativa de Robert Peel, promover uma reforma do Banco da Inglaterra. Esta lei previa a divisão do banco em dois departamentos completamente independentes com fundos especiais: o "Banking-department", para as operações puramente bancárias, e o "Issue-department", que se encarregaria da emissão de notas bancárias. Estas notas deviam estar solidamente cobertas por um fundo de ouro, que deveria estar sempre à disposição. A emissão de notas sem cobertura de ouro foi limitada a 14 milhões de libras esterlinas. Durante as crises econômicas, quando aumentou consideravelmente a necessidade de dinheiro, o governo inglês suspendeu provisoriamente os "acts" de 1844 e aumentou a soma das notas de banco sem cobertura em ouro. (N. da Edição Alemã.)

de troca, como quantias determinadas de tempo de trabalho *geral* objetivado. O primeiro ato necessário deste processo consiste, como vimos, em que as mercadorias excluam uma mercadoria específica, digamos o *ouro,* como encarnação imediata do tempo de trabalho geral, ou seja, como equivalente geral. Voltemos por um instante para a forma na qual as mercadorias transformam ouro em dinheiro.

1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro
1 fanga de trigo = 1 onça de ouro
1 quintal de café Moca = 1/4 de onça de ouro
1 quintal de potassa = 1/2 onça de ouro
1 tonelada de pau-brasil = 1 1/2 onça de ouro
y de mercadoria = x onça de ouro

Nesta série de equações, o ferro, o trigo, o café, a potassa, etc., aparecem uns aos outros como encarnação de trabalho uniforme, a saber, trabalho materializado em ouro, no qual toda particularidade dos trabalhos efetivos, representados nos seus diferentes valores de uso, está completamente apagada. Como valores são idênticos, são a encarnação *do mesmo* trabalho ou *a mesma* encarnação do trabalho, o ouro. Como encarnação uniforme do mesmo trabalho, apresentam apenas *uma* diferença — quantitativa —, ou seja, aparecem como diferentes grandezas de valor porque seus valores de uso contêm tempo de trabalho *desigual.* Relacionando-se com o próprio tempo de trabalho geral, na forma de uma mercadoria excluída — o ouro —, estas mercadorias isoladas estabelecem simultaneamente o relacionamento entre si como objetivação do tempo de trabalho geral. O mesmo relacionamento evolutivo, pelo qual as mercadorias se apresentam reciprocamente como valores de troca, apresenta o tempo de trabalho contido no ouro como o tempo de trabalho geral, do qual uma quantia dada se expressa em diferentes quantias de ferro, trigo, café, etc., em resumo, nos valores de uso de todas as mercadorias, ou seja, desdobra-se imediatamente na série inumerável dos equivalentes-mercadorias. Por expressarem as mercadorias multilateralmente seus valores de troca em ouro, este expressa diretamente seu valor de troca em todas as mercadorias; e ao darem as mercadorias a si mesmas a forma do valor de troca, elas dão ao ouro a forma do equivalente geral, ou seja, do dinheiro.

Porque todas as mercadorias medem seus valores de troca pelo ouro, na proporção em que determinada quantidade de ouro e determinada quantidade de mercadoria contêm a mesma quantia de tempo de trabalho, o ouro se torna *medida de valor;* e só se torna equivalente geral, ou dinheiro, unicamente através desta determinação como medida de valores, medida que como tal mede seu próprio valor de imediato por todo o conjunto de equivalentes-mercadorias. Por outro lado, o valor de troca de todas as mercadorias expressa-se agora em ouro. Deve-se distinguir nesta expressão: um momento qualitativo e outro quantitativo. Primeiro, o valor de troca da mercadoria existe como encarnação do mesmo tempo de trabalho uniforme; segundo, a grandeza de valor da mercadoria se apresenta

exaustivamente, pois, na mesma proporção em que as mercadorias são igualadas ao ouro, são também igualadas entre si. De um lado, aparece o caráter *geral* do tempo de trabalho contido nelas; de outro, sua quantidade expressa em seu equivalente ouro. O valor de troca das mercadorias assim expresso como equivalência geral e ao mesmo tempo como grau desta equivalência em relação a uma mercadoria específica, ou expresso ainda numa só equação ligando as mercadorias a uma mercadoria específica, é o *preço*. O preço é a forma transformada sob a qual aparece o valor de troca das mercadorias no interior do processo de circulação.

Portanto, através do mesmo processo pelo qual as mercadorias apresentam seus valores em preços-ouro, apresentam também o ouro como medida dos valores e, daí, como dinheiro. Se medissem por toda parte seus valores por prata, trigo, ou cobre, e fosse, por isso, apresentados em preços-prata, preços-trigo, ou preços-cobre, a prata, o trigo e o cobre seriam medida dos valores e, com isso, equivalente geral. Para que as mercadorias apareçam na circulação como preços, são pressupostas como valor de troca. O ouro só se torna medida dos valores porque é por ele que todas as mercadorias avaliam seu valor de troca. Mas a multilateralidade dessa relação evolutiva, a única que dá ao ouro seu caráter de medida, supõe que cada mercadoria isolada se avalie em ouro proporcionalmente ao tempo de trabalho contido em si e no ouro, supõe, pois, que a medida efetiva entre a mercadoria e o ouro seja o próprio trabalho, em outras palavras, que a mercadoria e o ouro sejam admitidos na troca direta como iguais entre si enquanto valores de troca. Não é possível tratar, na esfera da circulação simples, o modo como se estabelece praticamente esta equiparação. É todavia evidente que nos países produtores de ouro e prata um determinado tempo de trabalho é imediatamente incorporado numa determinada quantidade de ouro e prata, ao passo que nos países que não produzem ouro ou prata se chega indiretamente ao mesmo resultado, através da troca, direta ou não, de mercadorias nacionais, isto é, de uma certa quantidade do trabalho médio nacional, por uma quantidade determinada de tempo de trabalho dos países, que possuem minas, materializado no ouro e na prata. Para servir como medida dos valores, o ouro precisa ser virtualmente um valor *variável,* porque é somente como encarnação do tempo de trabalho que pode se tornar equivalente de outras mercadorias, e porque o próprio tempo de trabalho, com a variação das forças produtivas do trabalho real, se realiza em volumes desiguais dos mesmos valores de uso. Tanto para a avaliação das mercadorias em ouro como também para a apresentação do valor de troca de qualquer mercadoria em valor de uso de uma outra, é pressuposto que o ouro apresente, em um momento dado, uma certa quantia de tempo de trabalho. Sua variação de valor é regida pela lei dos valores de troca, desenvolvida anteriormente. Permanecendo invariado o valor de troca das mercadorias, uma elevação geral de seus preços-ouro só será possível se cair o valor de troca do ouro. Permanecendo invariado o valor de troca do ouro, só será possível uma elevação geral dos preços-ouro se aumentar o valor de troca de todas as mercadorias. O inverso se daria no caso da queda geral do preço das mercadorias. Aumentando ou diminuindo o valor de uma onça de ouro em conseqüência de uma variação do tempo de traba-

lho necessário à sua produção, aumenta ou diminui *eqüitativamente* para todas as outras mercadorias, e apresentada portanto, agora como antes, face a todas as mercadorias, tempo de trabalho de grandeza *dada*. Os valores de troca avaliam-se então em uma menor ou maior quantia de ouro que antes, mas avaliam-se em proporção às suas grandezas de valor, conservando, portanto, a mesma relação de valor entre si. A proporção 2:4:8 permanece a mesma em 1:2:4 ou em 4:8:16. A quantidade modificada de ouro, na qual os valores de troca se avaliam seguindo a variação do valor do ouro, tanto não impede que este desempenhe sua função como medida dos valores quanto também o valor da prata, quinze vezes menor que do ouro, a impede de desalojá-lo desta função. Não é senão pura aparência do processo de circulação a impressão de que o dinheiro faz as mercadorias comensuráveis, pois a medida entre ouro e mercadoria é o tempo de trabalho, e o ouro só se torna medida dos valores pelo fato de que as mercadorias se meçam com ele. [66] Ao contrário, não é senão a comensurabilidade das mercadorias como tempo de trabalho objetivado que permite ao ouro transformar-se em dinheiro.

Ao entrar para o processo de troca, as mercadorias assumem a figura real de seus valores de uso. Somente através da sua alienação é que se tornam efetivamente equivalente geral. A determinação de seu preço é sua transformação puramente ideal em equivalente geral, é uma equação com o ouro que ainda está por se realizar. Mas como as mercadorias estão transformadas em ouro apenas idealmente, ou apenas em ouro representado, seu ser dinheiro não está ainda efetivamente separado de seu ser real, o ouro; por enquanto, está transformado apenas em dinheiro ideal, em medida dos valores, e de fato, determinadas quantias de ouro funcionam por enquanto apenas como nomes para determinadas quantias de tempo de trabalho. A determinidade formal em que o ouro se cristaliza como dinheiro depende em cada caso do modo determinado em que as mercadorias apresentam, umas para as outras, seu próprio valor de troca.

As mercadorias se defrontam agora com uma dupla existência, efetivamente, como valores de uso e, idealmente, como valores de troca. Agora apresentam mutuamente a dupla forma do trabalho contido nelas: aí o trabalho real e particular se encontra efetivamente no seu valor de uso, enquanto o trabalho abstrato e

[66] Aristóteles vê, é certo, que o valor de troca das mercadorias está suposto em seus preços: "que . . . houve troca antes de haver dinheiro, é evidente; pois dar cinco camas por uma casa é o mesmo que dar pela casa o dinheiro que as cinco camas valem". Mas como, por outro lado, só pelo preço as mercadorias possuem a forma do valor de troca, este as torna comensuráveis pelo dinheiro. "É necessário que tudo tenha um preço; assim haverá sempre intercâmbio e, por conseguinte, sociedade. O dinheiro, como se fora uma medida, torna as coisas comensuráveis *(summetra)*, para as igualar em seguida. Pois não há sociedade sem intercâmbio, nem intercâmbio sem igualdade, nem tampouco igualdade sem comensurabilidade." Não lhe passa despercebido que estas coisas distintas, medidas pelo dinheiro, constituem grandezas totalmente incomensuráveis. O que ele procura é a unidade das mercadorias como valor de troca, o que, como grego da Antiguidade, não tinha possibilidade de encontrar. Entretanto, contorna a dificuldade permitindo ao dinheiro o papel de medida daquilo que, sem si, é incomensurável, uma vez que isto se torna necessário na prática. "Na verdade, é impossível que coisas tão diferentes sejam comensuráveis, mas isso é necessário na prática." (Aristóteles, *Ethica Nicomachea* L. V, Cap. VIII, edit. Bekkeri, Oxonii, 1837.) (N. do A.)

geral assume um modo de ser representado em seu preço, em que elas são encarnação uniforme da mesma substância de valor, e diferem entre si apenas do ponto de vista da quantidade. Por um lado, a diferença entre o valor de troca e preço aparece como mera diferença nominal. Como diz Adam Smith, o trabalho como preço real, o dinheiro como preço nominal da mercadoria. Em vez de avaliar uma fanga de trigo em trinta dias de trabalho, avalia-se em uma onça de ouro, se uma onça de ouro for o produto de trinta dias de trabalho. Por outro lado, esta é tampouco uma simples diferença de nomes, porquanto, ao contrário, nela se concentram todas as tempestades que ameaçam a mercadoria no processo de circulação efetiva. Trinta dias de trabalho estão contidos em uma fanga de trigo e, por isso, não se necessita apresentá-lo, de início, em tempo de trabalho. Mas o ouro é uma mercadoria distinta de trigo, e é somente na circulação que este pode se confirmar, isto é, só na circulação é que se pode verificar se uma fanga de trigo se transforma efetivamente em uma onça de ouro, como se antecipa em seu preço. Isso depende se o trigo se confirma ou não como valor de uso, se a quantia de tempo de trabalho, nele contida, se confirma ou não como quantia de tempo de trabalho necessariamente requerida pela sociedade para a produção de uma fanga de trigo. Como tal, a mercadoria *é* valor de troca, *tem* um preço. Nesta diferença entre valor de troca e preço, observa-se o seguinte: o trabalho individual particular contido na mercadoria precisa primeiro ser apresentado, pelo processo de alienação, em seu contrário, em trabalho sem individualidade, abstratamente geral e, somente desta forma, em trabalho social, ou seja, em dinheiro. Se é ou não capaz desta apresentação, isto parece casual. Embora o valor de troca da mercadoria assuma, no preço, apenas idealmente uma existência diferente dela e o duplo modo de ser do trabalho nela contido exista por enquanto somente como maneira diferente de expressão, e que por isso a encarnação do tempo de trabalho geral, o ouro, se defronte, por enquanto apenas como medida de valor representada, com a mercadoria-efetiva; está contido no modo de ser do valor de troca como preço, ou do ouro como medida de valor, tanto a necessidade da alienação da mercadoria por ouro sonante quanto a possibilidade da sua não-alienação, em síntese, aí está contida toda a contradição latente, que provém do fato de o produto ser mercadoria, isto é, de que o trabalho particular do indivíduo privado, para ter efeito social, precisa apresentar-se como o seu contrário imediato, como trabalho abstratamente geral. Os utopistas que querem a mercadoria mas repudiam o dinheiro, admitindo a produção baseada na troca privada sem admitir as condições necessárias desta produção, são conseqüentes ao "aniquilarem" o dinheiro, não logo de início, em sua forma palpável, mas já na fonte etérea e fantasiada de medida de valor. O mal dinheiro põe-se de emboscada na invisível capa da medida de valor.

Pressuposto o processo pelo qual o ouro se torna medida de valor e o valor de troca se torna preço, todas as mercadorias em seus preços são *por enquanto* apenas quantias de ouro representadas, de diversas grandezas. Como tais quantias diferentes da mesma coisa, do ouro, elas se igualam, se comparam e se

medem entre si, e assim se desenvolve tecnicamente a necessidade de se relacionarem com uma determinada quantia de ouro como *unidade de medida,* uma unidade de medida que se eleva deste modo a um padrão, do qual as mercadorias constituem partes alíquotas, e estas por sua vez se subdividem em partes alíquotas. [67] Ora, as quantias de ouro como tais medem-se pelo peso. O padrão já se encontra pronto nas medidas gerais de peso dos metais, que se usam em todas as circulações metálicas, e por isso foram usadas, originalmente, também como padrão dos preços. Ao relacionarem-se as mercadorias umas com as outras, não mais como valor de troca que deve ser medido pelo tempo de trabalho, mas como grandezas nominalmente iguais, medidas pelo ouro, este se transforma de *medida dos valores* em *padrão de preços.* A comparação dos preços das mercadorias entre si como quantias diferentes de ouro cristaliza-se assim em figurações que são registradas em uma quantia pensada de ouro e a apresentam como padrão de partes alíquotas. O ouro, como medida dos valores e como padrão de preços, possui determinidades formais muito diferentes, e a confusão de uma com a outra provoca as mais absurdas teorias. O ouro é medida de valor como tempo de trabalho objetivado. Padrão de preços ele o é como determinado peso de metal. Torna-se medida de valor ao relacionar-se como valor de troca com as mercadorias enquanto valores de troca; uma determinada quantia de ouro, como padrão de preços, serve a outras quantias de ouro como unidade. O ouro é medida de valor porque seu valor é variável, e é padrão de preços porque é fixado como unidade de peso invariável. Aqui, como em todas as determinações de grandezas nominalmente iguais, solidez e determinidade das relações de medidas são decisivas. A necessidade de se fixar uma quantia de ouro como unidade de medida e partes alíquotas como subdivisões dessa unidade produziu a representação de que uma determinada quantia de ouro, que naturalmente tem um valor variável, se colocasse numa relação de valor fixa com os valores de troca das mercadorias, no que se perdeu de vista que os valores de troca das mercadorias estão transformados em preços, em quantias de ouro antes mesmo que o ouro se desenvolva como padrão de preços. Assim como o valor do ouro varia, diferentes quantias de ouro apresentam entre si permanente a mesma proporção de valor. Se o valor do ouro cai em 1 000 por cento, doze onças de ouro manterão sempre o valor doze vezes superior a uma onça, e nos preços trata-se sempre da proporção de diferentes quantias de ouro entre si. Do mesmo modo, uma onça de ouro, cuja elevação ou queda do valor não altera de forma alguma seu peso, igualmente não altera o peso de suas partes alíquotas. E isso acontece com o ouro enquanto padrão fixo dos preços, que presta sempre o mesmo serviço, mesmo que seu valor esteja sempre variando. [68]

[67] O fato singular de que a unidade de medida da moeda inglesa, a onça de ouro, não esteja subdividida em partes alíquotas, explica-se pelo seguinte: "Em sua origem, nossa moeda estava adaptada exclusivamente à prata; por isso, uma onça de prata sempre pôde ser dividida em um número de partes alíquotas; mas, ao ser introduzido o ouro, muito posteriormente, num sistema de moeda exclusivamente adaptado à prata, a onça de ouro não pôde ser cunhada em um número de moedas alíquotas" (Maclaren, *History of the Currency,* p. 16, Londres, 1858). (N. do A.)

[68] "O dinheiro pode mudar continuamente de valor e mesmo assim ser medida de valor, como se não mudasse nunca. Admitamos, por exemplo, que perdeu valor. . . Antes desta queda de valor um guinéu com-

Um processo histórico, a ser explicado posteriormente a partir da natureza da circulação metálica, fez com que fosse conservada a mesma denominação de peso para uma massa de metal precioso, que variava e decaía constantemente de peso, em sua função de padrão de preços. Assim uma libra inglesa significa menos de um terço de seu peso original, a libra escocesa, antes da União,[69] apenas 1/36, a francesa 1/74, o marevedi espanhol menos de 1/1000, o real português uma proporção ainda menor dos seus correspondentes originais. Foi assim que as denominações monetárias de peso de metal se separaram historicamente de suas denominações gerais de peso.[70] Uma vez que a determinação da unidade de medida, de suas partes alíquotas e de seus nomes é, por um lado, puramente convencional e, por outro lado, deve possuir o caráter da generalidade e da necessidade dentro da circulação, ela precisou tornar-se *legal.* O aspecto puramente formal desta operação caiu portanto na alçada dos governos.[71] O metal determinado que serviu como material de dinheiro é dado socialmente. Em países diferentes o padrão legal dos preços é naturalmente diferente. Na Inglaterra, por exemplo, uma onça como peso de metal se divide em *pennyweights, grains* e *carats troy,* mas a onça de ouro como unidade de medida da moeda em soberanos, o soberano em 20 *shillings,* o *shilling* em 12 *pence,* de tal maneira que 100 libras

praria três alqueires de trigo ou o trabalho de seis dias, depois só comprará dois alqueires ou o trabalho de quatro dias. Dadas em ambos os casos as relações do trigo e do trabalho com o dinheiro, podemos inferir a sua relação recíproca; em outras palavras, podemos estabelecer que um alqueire de trigo vale dois dias de trabalho. Medir o valor nada mais implica, e tão facilmente se chega a esta conclusão antes como depois da perda de valor. O fato de uma coisa se distinguir como medida de valor é completamente independente da variabilidade do seu próprio valor" (pp. 9, 10. Bailey, *Money and its vicissitudes,* Londres, 1837). (N. do A.)

[69] A *Union* entre a Inglaterra e Escócia, que se dá em 1707, une definitivamente os dois países em um único. O Parlamento escocês foi dissolvido e todas as barreiras econômicas entre os dois países foram eliminadas. (N. da Edição Alemã.)

[70] "As moedas, cujo nome tem hoje apenas um caráter ideal, são as mais antigas em todos os povos e foram todas elas, em certo tempo, moedas reais (esta última afirmação não é correta na generalização), e é exatamente porque foram moedas reais que serviram para calcular" (Galiani, *Della Moneta, ibid.,* p. 153). (N. do A.)

[71] O romântico A. Müller diz: "Segundo as nossas concepções, qualquer soberano independente tem o direito de fixar o nome à moeda metálica, de lhe conferir um valor nominal social, uma ordem, uma posição, uma lei" (p. 288, t. II, A. H. Müller, *Die Elemente der Staatskunst,* Berlim, 1809). Quanto à lei da moeda, o senhor conselheiro aúlico tem razão: esquece apenas o *conteúdo.* O parágrafo seguinte é uma amostra de quão confusas eram as suas "concepções": "Qualquer um compreende a importância que tem a determinação verdadeira do preço monetário, sobretudo em um país como a Inglaterra, onde o governo, com uma *liberalidade grandiosa,* cunha gratuitamente a moeda (Müller parece acreditar que os funcionários do governo inglês pagam do próprio bolso as despesas de cunhagem), e não cobra direito de senhorio, etc., e, portanto, se estabelecesse o preço monetário do ouro muito acima de seu preço de mercado, se em lugar de pagar agora uma onça de ouro com 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio, fixasse o preço monetário de uma onça de ouro em 3 libras esterlinas e 19 *shillings,* todo o ouro fluiria à Casa da Moeda, e a prata que saísse seria trocada no mercado pelo ouro mais barato, que de novo voltaria à Casa da Moeda, e o sistema monetário cairia na desordem" (pp. 280, 281, l.c.). Para manter em ordem a moeda inglesa, o senhor Müller cai na "desordem". Enquanto *shillings* e *pence* nada mais são que partes determinadas de uma onça de ouro, representadas por fichas de prata e de cobre, ele se imagina que a onça de ouro está avaliada em ouro, prata e cobre, presenteando deste modo os ingleses com um tríplice *standard of value* (padrão de valor). O emprego da prata como medida monetária ao lado do ouro foi abolido formalmente em 1816 pela 68.ª lei do 56.º ano do reinado de Jorge III. Legalmente o fora já em 1734 pela 42.ª lei do 14.º ano do reinado de Jorge II, e praticamente, muito antes ainda. Duas circunstâncias influíram especialmente em *Müller* para que chegasse a uma tal concepção *superior* da economia política: de um lado, sua grande ignorância em questões econômicas, e de outro, sua atitude meramente diletante face à filosofia. (N. do A.)

de 22 quilates (1 200 onças) é igual a 4 672 soberanos e 10 *shillings*. Contudo, no mercado mundial, em que os limites nacionais desaparecem, esses caracteres nacionais das medidas monetárias desaparecem novamente para dar lugar às medidas gerais dos pesos dos metais.

O preço de uma mercadoria ou a quantia de ouro, na qual ela se transforma idealmente, se expressa agora, portanto, nos nomes monetários do padrão-ouro. Em vez de dizer, portanto, que uma saca de trigo é igual a uma onça de ouro, dir-se-ia na Inglaterra que é igual a 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio. As mesmas denominações servem assim para exprimir todos os preços. A forma própria com que as mercadorias dão os seus valores de troca está transformada em *nomes monetários,* pelos quais expressam mutuamente o que elas valem. O dinheiro, por sua vez, torna-se *moeda de cálculo.* [72]

A transformação da mercadoria em moeda de cálculo na cabeça, no papel e na linguagem se efetua cada vez que qualquer tipo de riqueza é fixado sob o ponto de vista do valor de troca. [73] Para esta transformação se necessita do material ouro, mas apenas representado. Para estimar o valor de mil fardos de algodão em determinado número de onças de ouro, para expressar depois este número de onças nos nomes de cálculo da onça, em libras, *shillings, pence,* não se usa nenhum átomo de ouro efetivo. Antes dos Bank-acts de Sir Robert Peel de 1845, não circulava na Escócia nenhuma onça de ouro, embora esta, expressa como padrão contábil inglês em 3 libras, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio, servisse como medida legal dos preços. Assim também a prata serve como medida de preços na troca de mercadorias entre a Sibéria e a China, embora o comércio neste caso não passe, de fato, de mera troca direta. Por isso, para que o ouro funcione como moeda de cálculo, é indiferente que sua unidade de medida ou frações desta estejam cunhadas. Na época de Guilherme, o Conquistador, existia na Inglaterra uma libra esterlina, então uma libra de prata pura, e o *shilling,* 1/20 de uma libra, somente como moeda de cálculo, enquanto o *penny, 11/240 de libra de prata, era a moeda mais forte em circulação. Hoje, ao contrário, não existem na Inglaterra shilling* ou *pence,* embora sejam estes os nomes de cálculo oficiais para determinadas frações de uma onça de ouro. O dinheiro, como moeda de cálculo, pode existir apenas idealmente, enquanto o dinheiro que circula efetivamente é cunhado em um outro padrão totalmente diferente. Em muitas colônias inglesas da América do Norte, a moeda circulante, até boa parte do século XVIII, consistia em moedas portuguesas e espanholas, enquanto, por toda parte, a moeda de cálculo era a mesma da Inglaterra. [74]

Porque o ouro, como padrão de preços, aparece com os mesmos nomes de

[72] "Quando perguntaram a Anarchasis para que fim se serviam os gregos do dinheiro, ele respondeu: *"para calcular"* (Athenaeus, *Deipnosophistai,* livro IV. 49, v. II, p. 120, ed. Schwighäuser, 1802). (N. do A.)

[73] G. Garnier, um dos primeiros tradutores de Adam Smith, teve a estranha idéia de estabelecer uma proporção entre o uso da moeda de cálculo e o da moeda real-efetiva. A proporção é de 10 para 1 (Guarnier, G., *Histoire de la Monnaie Depuis les Temps de la plus Haute Antiquité, etc.,* t. I. p.78). (N. do A.)

[74] O *act* de Maryland de 1723, pela qual o tabaco se torna moeda legal, mas com valor redutível a moeda de ouro inglesa, isto é, um *penny* por uma libra de tabaco, faz lembrar as *leges barbarorum,* em que, ao contrário, somas determinadas de dinheiro eram igualadas aos bois, vacas, etc. Neste caso, não era o ouro e a prata, mas o boi e a vaca que constituíam o material real-efetivo da moeda de cálculo. (N. do A.)

cálculo que os preços das mercadorias — por exemplo, uma onça de ouro da mesma maneira que uma tonelada de ferro se expressa em 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio —, chamou-se a estes nomes de cálculo seu *preço em moeda.* É daí que se forma esta representação estranha, como se o ouro fosse avaliado por seu próprio material e, diferentemente de todas as outras mercadorias, recebesse, por força do Estado, um preço *fixo.* Confunde-se aí a fixação dos nomes de cálculo de determinados pesos do ouro com a fixação do valor desses pesos. [75] Onde o ouro serve como elemento de determinação do preço e, por isso, como moeda de cálculo, não somente não tem preço *fixo* como *não tem* preço *de forma alguma.* Para ter preço, isto é, para expressar-se como *equivalente* geral em uma mercadoria *específica,* seria preciso que esta outra mercadoria desempenhasse, no processo de circulação, o mesmo papel exclusivo do ouro. Mas duas mercadorias que excluem todas as outras também se excluem mutuamente. Por isso, onde paralelamente ouro e prata vigoram oficialmente como dinheiro, isto é, como medida de valor, tenta-se permanentemente, em vão, tratar ambos como *uma única e mesma matéria.* Se se supõe que o mesmo tempo de trabalho se objetiva invariavelmente na mesma proporção de ouro e prata, supõe-se de fato que o ouro e a prata são a mesma matéria, e que a prata — o metal menos valioso — é uma fração invariável do ouro. Desde o governo de Eduardo IIII até a época de George II, a história das finanças inglesas se desenrola em uma série permanente de perturbações provocadas pela colisão entre a fixação legal da proporção de valor entre ouro e prata e suas oscilações efetivas de valor. Ora o ouro estava avaliado muito alto, ora a prata. O metal cuja avaliação estava demasiado baixa era retirado de circulação, refundido e exportado. A proporção de valor destes dois metais era então modificada legalmente, mas logo o novo valor nominal entrava em conflito com a proporção efetiva de valor, da mesma forma que anteriormente. Mesmo em nossa época, a leve e passageira queda de valor do ouro em relação à prata, por causa da demanda chinesa e indiana de prata, provocou na França o mesmo fenômeno, porém numa escala muito maior, que resultou na exportação da prata, cujo lugar na circulação foi ocupado pelo ouro. Nos anos de 1855, 1856 e 1857, o excedente da importação do ouro sobre a exportação perfazia na França o total de 41 580 000 libras esterlinas, enquanto o excedente de exportação de prata sobre a importação montava a 14 704 000 libras esterlinas. De fato, nos países como a França, em que estes dois metais são medidas legais do valor e ambos devem ser aceitos como pagamento, embora toda pessoa possa pagar livremente com este ou com o outro, o metal cujo valor tende a aumentar traz um ágio e mede, como qualquer outra mercadoria, o seu preço no metal estimado acima de seu valor efetivo, servindo este último, e apenas ele, como medida de valor. Toda experiência histórica neste terreno se resume

[75] Assim lemos, por exemplo, nos *Familiar Words* do Sr. David Irquhart: "O valor do ouro deve ser medido pelo próprio ouro: mas como pode uma matéria qualquer ser a medida do seu próprio valor em outras coisas? O valor do ouro deve ser fixado pelo seu próprio peso sob uma denominação falsa *desse peso* — e uma onça valerá tantas libras e frações da libra. Isso é a falsificação de uma medida e não a determinação de um padrão" (pp. 104/105). (N. do A.)

simplesmente a que, onde duas mercadorias exercem oficialmente a função de medida de valor, de fato sempre é uma delas que domina tal posição. [76]

B — TEORIAS SOBRE A UNIDADE DE MEDIDA DO DINHEIRO

A circunstância de que as mercadorias apenas idealmente se convertem em ouro, de que o ouro apenas idealmente se converte em dinheiro, favorece a *teoria da unidade ideal de medida do dinheiro.* Porque, na determinação de preço, funcionam apenas ouro ou prata representados, ouro e prata como moeda de cálculo, afirmou-se que as denominações libra, *shilling, pence,* taler, francos, etc., em vez de designar frações de peso de ouro ou de prata, ou trabalho objetivado de alguma forma, designam, ao contrário, átomos ideais de valor. Se aumentasse, portanto, o valor de uma onça de prata, ela conteria maior quantidade desses átomos e deveria por isso ser calculada e cunhada em um número maior de *shillings.* Data do final do século XVII esta doutrina, que foi ressuscitada na Inglaterra durante a última crise comercial, comparecendo inclusive no Parlamento, graças a dois informes especiais, anexados ao relatório do Comitê do Banco de 1858. No início do governo de Guilherme III, o preço inglês em moeda de uma onça de prata era de 5 *shillings* e 2 *pence,* ou seja, 1/62 de onça de prata foram chamadas *penny,* e 12 desses *pence* foram chamados *shilling.* Conforme este padrão foram cunhadas, por exemplo, seis onças de prata em 31 peças com o nome de *shilling.* Entretanto, o *preço de mercado* da onça de prata ultrapassou seu *preço em moeda,* passou de 5 *shillings* e 2 *pence* para 6 *shillings* e 3 *pence,* ou seja, para se comprar uma onça de prata bruta precisava-se compensar com 6 *shillings* e 3 *pence.* Mas como poderia o preço de mercado de uma onça de prata ultrapassar seu preço em moeda, se este nada mais é do que o nome de cálculo para partes alíquotas de uma onça de prata? O enigma se resolve facilmente. Das 5 600 000 libras que circulavam na época, 4 000 000 estavam desgastadas, usadas e desusadas. Isto foi posto à prova quando 57 200 libras esterlinas de prata, que deveriam pesar 220 000 onças, pesaram apenas 141 000 onças. A moeda imprimia sempre o mesmo padrão, mas os *shillings* leves que circulavam efetivamente apresentavam partes alíquotas menores de onça do que seu nome apregoava. Uma maior quantidade desses *shillings* emagrecidos tornou-se necessária para pagar no mercado uma onça de prata bruta. Quando se decidiu uma alteração na cunhagem da moeda, devido à perturbação que daí se originou, *Lowndes,* o *Secretary to the Treasury,* afirmou que o valor da onça de prata havia subido e deveria por isso, daí por diante, ser cunhada em 6 *shillings* e 3 *pence,* e não mais nos 5 *shillings* e 2 *pence* de antes. Portanto, o que afirmava efetivamente era que, por causa do aumento do valor da onça, o valor de suas partes alíquotas havia diminuído.

[76] "O dinheiro como medida do comércio, à semelhança de qualquer outra medida, deveria ser mantido tão estável quanto possível. Isto é impraticável enquanto a vossa moeda for constituída por dois metais cuja relação de valor varia continuamente." (John Locke, *Some Considerations on the Lowering of Interest, etc.,* 1961; p. 65 em suas *Obras,* 7.ª ed., Londres, 1768, vol. II.) (N. do A.)

Entretanto, sua falsa teoria não passava de dissimulação de um objetivo prático correto: dever-se-ia pagar em *shillings* fortes as dívidas do Estado que foram contraídas em *shillings* leves? Ao invés de dizer: restituam-se quatro onças de prata onde se obtiveram nominalmente cinco onças, que em realidade correspondiam apenas a quatro onças, ele afirmava, ao contrário, que se devolvam nominalmente cinco onças, mas que se reduza seu conteúdo metálico a quatro onças e chame de *shillings* o que até então correspondia a 4/5 de *shillings*. Lowndes se atém, pois, na prática ao conteúdo metálico, enquanto na teoria se apega ao nome de cálculo. Seus adversários, que se apegavam apenas ao nome de cálculo, e por isso identificam 1 *shilling* desgastado, em 25% a 50% de seu peso normal, com um *shilling* de peso integral, afirmam, ao contrário, apegar-se meramente ao conteúdo metálico. *John Locke,* que defendia a nova burguesia em todas as suas formas, os industriais contra as classes operárias e os *paupers* (pobres), os comerciantes contra os usurários arcaicos, os aristocratas financeiros contra os devedores do Estado, e que em uma de suas obras chega a apontar o entendimento burguês como o entendimento humano normal, aceitou também o desafio de Lowndes. John Locke venceu, e o dinheiro emprestado a 10 ou 14 *shillings* por guinéu foi reembolsado em guinéus de 20 *shillings.* [77] Sir *James Steuart* resume ironicamente a transação nos seguintes termos:

> "O governo ganhou consideravelmente em impostos, os credores em capital e juros, e a Nação, a única lograda, sentia-se muito satisfeita porque seu *standart* (o padrão de seu próprio valor) não foi rebaixado". [78]

Steuart pensava que, com o desenvolvimento comercial, a nação se mostra-

[77] Locke diz, entre outras coisas: "Chamai agora coroa ao que antes era a metade de uma coroa. O valor permanece determinado pelo teor metálico. Se é possível tirar 1/20 do seu peso de prata a uma moeda sem diminuir o seu valor, seria também possível tirar-lhe 19/20. Segundo esta teoria, se se der a um *farthing* o nome de coroa, o *farthing* terá que comprar necessariamente tantas especiarias, seda ou outra mercadoria quanto se compra com uma coroa, que no entanto contém sessenta vezes mais prata. Tudo o que podeis fazer é dar, a uma quantidade menor de prata, a figura e o nome de uma quantidade maior. Mas é prata, e não nomes, que pagam dívidas e compram mercadorias. Se elevar o valor da moeda consiste unicamente em batizar à vontade as partes alíquotas de uma peça de prata, chamar por exemplo *penny* à oitava parte de uma onça de prata, podeis elevar efetivamente a moeda à altura que vos agradar". Locke respondia ainda a Lowndes que a subida do preço de mercado acima do preço monetário repousa "não na subida do valor da prata, mas sim na diminuição de peso da moeda de prata". Setenta e sete *shillings* desgastados não pesavam nem um grão a mais que 62 com peso normal, dizia ele. Sublinhava ainda, e com razão, que na Inglaterra, independentemente da perda de peso da moeda de prata, em circulação, o preço de mercado da moeda bruta podia subir, até certo ponto, acima do preço monetário, porque enquanto é permitido que se exporte a prata bruta, o mesmo não acontece com a moeda de prata. (Veja *ibid.*, pp. 54-116 *passim).* Locke evitava cuidadosamente tocar na questão ardente das dívidas públicas, como evitava prudentemente entrar na questão econômica delicada. Esta questão era a seguinte: tanto a cotação do câmbio como a relação entre prata bruta e moeda de prata provavam que a moeda em circulação *não* estava a tal ponto depreciada em proporção com a sua perda real-efetiva de metal. No capítulo sobre o meio de circulação, voltaremos a esta questão em sua forma geral. Nicholas Barbonin, *A Discourse Concerning Coining the New Money Lighter, in Answer to Mr. Lock's Considerations, etc.,* Londres, 1696, tentou em vão atrair Locke a este terreno difícil. (N. do A.)

[78] Steuart, *ibid.*, t. II, p. 156. (N. do A.)

ria futuramente mais esperta. Mas equivocou-se, pois cerca de cento e vinte anos mais tarde se repetia o mesmo *quid pro quo.*

Era natural que o bispo *Berkeley,* o representante de um idealismo místico na filosofia inglesa, tenha dado um rumo teórico à terra da unidade ideal de medida da moeda, oportunidade desperdiçada pelo prático *secretary to the treasury.* Berkeley pergunta:

> "Não devem os nomes libra, libra esterlina, coroa, etc., ser considerados como meros *nomes de relação?"* (A saber, relação de valor abstrato como tal.) "Não são o ouro, a prata ou o papel nada mais do que simples notas ou fichas destinadas ao cálculo, registro ou transmissão?" (Da relação de valor.) "O *poder* de comandar a indústria de outros" (o trabalho social) "não é, por acaso, riqueza? Consiste o dinheiro, de fato, em algo diferente de fichas ou sinais destinados a transmissão e registro de tal poder, e deve-se dar tão grande importância ao material de que são feitas estas fichas?'[79]

Berkeley confunde aqui, por um lado, medida de valores com padrão dos preços, e, por outro lado, ouro e prata enquanto medida com ouro e prata enquanto meios de circulação. Porque os metais preciosos podem ser substituídos no ato da circulação por cédulas, conclui que estas cédulas, por sua vez, não representam nada, isto é, representam o conceito abstrato de valor.

Tão completo é o desenvolvimento dado por Sir James Steuart à doutrina da unidade ideal de medida do dinheiro que seus seguidores — seguidores inconscientes, porquanto não o conhecem — não descobriram nem uma nova expressão lingüística ou mesmo um novo exemplo.

> "Moeda de cálculo", diz ele, "não é nada mais do que um padrão arbitrário de partes iguais, inventado para medir o valor relativo das coisas vendáveis. Moeda de cálculo é inteiramente diferente de dinheiro cunhado *(money coin),* que é o preço,[80] e poderia existir, ainda que no mundo não existisse substância que fosse um equivalente proporcional para todas as mercadorias. Moeda de cálculo presta o mesmo serviço para o valor das coisas como os graus, minutos e segundos para os ângulos, ou as escalas para os mapas, etc. Em todas estas invenções sempre a mesma denominação é tomada como unidade. Assim como a utilidade de todos estes desempenhos está limitada simplesmente à *indicação da proporção,* a utilidade da unidade de dinheiro também o está. Esta não pode ter uma relação invariavelmente determinada, a uma parte qualquer do valor, isto é, ela não pode ser

[79] *The Querist,* l. c. Quanto ao capítulo "Queries on Money", demonstra aliás talento. Entre outras coisas, Berkeley observa com razão que precisamente o desenvolvimento das colônias norte-americanas "torna claro como o dia que o ouro e a prata não são tão necessários à riqueza de uma nação como se pensa geralmente". (N. do A.)

[80] *Preço* aqui significa equivalente real, como nos economistas ingleses do século XVII. (N. do A.)

fixada numa quantia qualquer determinada de ouro, de prata ou de qualquer outra mercadoria. Uma vez dada a unidade, pode-se chegar até o máximo pela multiplicação. Tendo em vista que o valor das mercadorias depende de um concurso geral de circunstâncias que atuam sobre ela, e dos caprichos dos homens, o seu valor deveria ser considerado apenas como variável em seu relacionamento mútuo. O que quer que venha perturbar ou confundir a certeza da troca proporcional mediante um padrão geral, determinado e invariável, só pode ser prejudicial ao comércio. Dinheiro é apenas um *padrão ideal* de partes iguais. Quando se pergunta qual deveria ser a unidade de medida do valor de uma parte, respondo por uma outra pergunta: qual é a grandeza normal de um grau, de um minuto ou de um segundo? Estes não possuem grandeza normal, mas, desde que se determina uma parte, todo o resto tem que seguir segundo a natureza do padrão. Exemplos deste dinheiro ideal são: a moeda bancária de Amsterdam e a moeda angolana da costa africana.[81]

Steuart se atém simplesmente à *aparência* do dinheiro na circulação, como *padrão dos preços* e como *moeda de cálculo*. Se diferentes mercadorias estão cotadas respectivamente a preços correntes de 15 *shillings*, 20 *shillings* e 36 *shillings*, o que de fato me interessa, quando comparo sua grandeza de valor, não é seu conteúdo de prata, nem o nome de *shilling*. A relação dos números 15, 20, 36, já diz tudo e o número 1 tornou-se a única unidade de medida. A expressão puramente abstrata da proporção não é mais nem menos que a própria proporção abstrata dos números. Para ser conseqüente, Steuart teve de passar por cima, não apenas do ouro e da prata, como também de seus nomes de batismo legais. Uma vez que não compreenda a transformação da medida dos valores em padrão dos preços, é natural que acredite que determinada quantia de ouro, que serve de unidade de medida, seja relacionada como medida não a uma outra quantia de ouro, mas sim a valores como tais. Como as mercadorias, pela transformação de seus valores de troca em preços, aparecem como grandezas de mesmo nome, ele nega a qualidade da medida que as reduz a um mesmo nome; e como, nesta comparação de diferentes quantias de ouro, a grandeza da quantia de ouro que serve como unidade de medida é convencional, nega que esta grandeza precisa ser fixada. Ao invés de chamar de grau uma fração de 1/360 do círculo, suponhamos que se queira chamar de grau uma fração de 1/180; o ângulo reto mediria então 45 graus em vez de 90 graus, os ângulos agudos e obtusos seriam medidos de forma correspondente. Não obstante, a medida de ângulo permaneceria, agora como antes, primeiro, uma figura matemática qualitativamente determinada do círculo, e segundo, a secção do círculo quantitativamente determinado. No que toca aos exemplos econômicos de Steuart, com um ele se martiriza, e com outro nada consegue provar. A moeda bancária de Amsterdam consistia, de fato, apenas em denominações para o cálculo dos *dublones* espanhóis, que, através de sua pregui-

[81] Steuart, *ibid.*, t. II, pp. 102-107. (N. do A.)

çosa estadia nos porões do Banco, nada perderam da sua preciosa gordura, enquanto a ativa moeda corrente tinha emagrecido pelo duro atrito com o mundo exterior. Quanto aos idealistas africanos, temos de abandoná-los a seu próprio destino até que viajantes críticos nos aportem informações mais precisas sobre eles.[82] Como moeda aproximadamente ideal, no sentido de Steuart, poderia ser designado o *"assignat"* francês: *"Propriedade Nacional. Assignat de 100 Francos"*. É certo que o valor de uso, que o *assignat* deveria representar, ou seja, as terras confiscadas, está aí especificado, mas a determinação quantitativa da unidade de medida fora esquecida, e franco era, por isso, uma palavra vazia de sentido. Quanto de terra um franco-*assignat* representava dependia, de fato, dos leilões públicos. Na prática, entretanto, o franco-*assignat* circulava como sinal de valor para a moeda de prata, e era com este padrão-prata que media sua depreciação.

A época em que o banco da Inglaterra suspendeu os pagamentos a vista foi mais frutífera em teorias monetárias do que em comunicados de guerra. A depreciação das notas bancárias e a subida de preço de mercado do ouro, acima de seu preço monetário, reanimaram uma vez mais a doutrina da medida monetária ideal, por parte de alguns defensores do Banco. Para uma opinião já confusa, por si mesma, *Lord Castlereagh* encontrou a expressão classicamente confusa, ao designar a unidade de medida monetária como *a sense of value in reference to currency as compared with commodities* (um sentido de valor em referência ao meio de circulação, comparado com as mercadorias). Quando, alguns anos depois da paz de Paris,[83] as circunstâncias permitiram retomar os pagamentos a vista, a mesma questão levantada por Lowndes sob Guilherme III surgiu novamente de forma pouco alterada. Uma dívida pública elevadíssima e uma quantidade enorme de dívidas privadas e obrigações fixas, acumuladas durante mais de vinte anos, tinham sido contraídas na base de notas bancárias depreciadas. Deveriam ser reembolsadas em notas bancárias, das quais 4 672 libras esterlinas e 10 *shillings* representavam, não nominalmente, mas efetivamente, cem libras de ouro de vinte e dois quilates? *Thomas Attwood,* um banqueiro de Birmingham, entrou em cena como uma reencarnação de Lowndes. Nominalmente deveriam os credores obter de volta tantos *shillings* quantos foram contraídos, mas se 1/78 de onça de ouro, segundo a antiga lei da moeda, era chamado de *shilling,* agora dever-se-ia batizar, digamos, 1/90 de onça com o nome de *shilling.* Os seguidores de Attwood são conhecidos como a escola de Birmingham dos *little shillingmen* (homens do pequeno *shilling).* A querela sobre a medida monetária ideal, começada em 1819, prolongou-se ainda até 1845, entre Sir Robert Peel e Attwood, cuja

[82] Por ocasião da última crise comercial, certos meios ingleses louvavam com ênfase a moeda ideal africana, transferida agora da costa para o interior do país berbere. Deduz-se o fato de que o berbere viva sem crises comerciais e industriais da unidade de medida ideal de seu dinheiro em espécie. Não teria sido mais simples dizer que o comércio e a indústria são a condição *sine qua non* das crises comerciais e industriais? (N. do A.)

[83] Paz de Paris — Tratado de paz que foi assinado em Paris em 30 de março de 1856 pela França, Inglaterra, Áustria, Sardenha, Prússia e Turquia, de um lado, e a Rússia, do outro, e que marcou o fim da guerra da Criméia de 1853-56. (N. da Edição Alemã.)

sabedoria, pelo menos no que se refere à função do dinheiro como medida, deixa-se resumir exaustivamente na seguinte citação:

> "Sir Robert Peel, em sua polêmica com a Câmara de Comércio de Birmingham pergunta: o que representará vossa nota de uma libra? O que é uma libra? . . . Ou então, ao contrário, o que se pode entender sob a presente unidade de medida do valor? . . . três libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio significam uma *onça de ouro* ou o seu *valor?* Se significam a própria *onça de ouro,* por que então não chamar as coisas pelo seu nome, e em vez de libras esterlinas, *shilling, pence,* por que não dizer, ao contrário, onça, *pennyweight* e *gran?* Então retrocedemos ao sistema de troca direta . . . ou é que significam *valor?* Se uma onça = 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio, por que então em épocas diferentes valia 5 libras esterlinas 4 *shillings,* para logo valer 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 9 *pence?* . . . A expressão libra (£) tem relação com o valor, mas não com o valor fixado em uma fração invariável de peso do ouro. A libra é uma *unidade ideal. . . trabalho* é a substância na qual os custos da produção se dissolvem e que conferem seu valor relativo tanto ao ouro como ao ferro. *Qualquer que seja portanto o nome de cálculo empregado para designar o trabalho diário ou semanal de um homem,* tal nome expressará sempre o valor da mercadoria produzida".[84]

Nestas últimas palavras dissipa-se a nebulosa representação da medida monetária ideal, e surge o pensamento que propriamente estava contido nela. Os nomes contábeis do ouro: libra esterlina, *shilling,* etc., devem ser nomes para determinadas quantias de tempo de trabalho. Uma vez que o tempo de trabalho é substância e medida imanente dos valores, aqueles nomes representariam de fato propriamente proporções de valor. Em outras palavras, o tempo de trabalho é proclamado como a verdadeira unidade de medida do dinheiro. Com isso deixamos a escola de Birmingham, mas observamos de passagem que a doutrina da medida monetária ideal adquirira uma importância nova na questão da convertibilidade ou da não-convertibilidade das notas bancárias. Se são o ouro e a prata que conferem ao papel sua denominação, a convertibilidade da nota, isto é, sua permutabilidade com o ouro ou com a prata, continua sendo uma lei econômica, independentemente daquilo que a lei jurídica diga. Assim, uma nota de 1 *taler* prussiano, ainda que não seja oficialmente convertível, seria imediatamente depreciada se não obtivesse no tráfico corrente 1 taler de prata, em resumo, se não fosse convertível na prática. Na Inglaterra, os defensores conseqüentes da moeda-papel inconvertível refugiaram-se por isso na medida monetária ideal. Se os nomes contábeis do dinheiro, libra esterlina, *shilling,* etc., são nomes de uma determinada soma, átomos de valor, os quais são absorvidos ou liberados por uma mercadoria, uma vez em maior, noutra em menor quantidade, uma nota inglesa de 5 libras é tanto independente de sua relação com o ouro quanto de sua

[84] *The Currency Question, the Gemini Letters,* Londres, 1844, pp. 266-272 *passim.* (N. do A.)

relação com o ferro ou algodão. Uma vez que seu nome teria deixado teoricamente de igualá-la a uma determinada quantia de ouro ou a qualquer outra mercadoria, a exigência de sua convertibilidade, isto é, sua equação prática com determinada quantia de uma coisa específica seria excluída por seu próprio conceito.

A teoria do tempo de trabalho como unidade de medida imediata do dinheiro foi desenvolvida sistematicamente, pela primeira vez, por *John Gray*.[85] Um Banco Nacional Central, por intermédio de suas filiais, certificaria o tempo de trabalho consumido na produção das diferentes mercadorias. Em troca da mercadoria, o produtor obteria um certificado oficial de valor, isto é, um recibo de um quanto de tempo de trabalho contido na sua mercadoria,[86] e essas notas bancárias de uma semana, um dia, uma hora, etc., serviriam como indicação de equivalência a todas as outras mercadorias depositadas nos armazéns do Banco.[87] Este é o princípio fundamental elaborado cuidadosamente em seus detalhes, e apoiado inteiramente nas instituições inglesas existentes. Sobre este sistema diz Gray:

> "Seria em todas as épocas tão fácil vender por dinheiro, como hoje é fácil comprar com dinheiro; a produção seria então a fonte uniforme, que jamais se esgotaria com a demanda".[88]

Os metais preciosos perderiam seu "privilégio" frente a outras mercadorias e

> "ocupariam seu devido lugar ao lado da manteiga, dos ovos, das toalhas e da percalina, e os seus valores não nos iriam interessar mais do que o do diamante".
> "Devemos conservar nossa medida dos valores fictícia — o ouro — e com isso entravar as forças produtivas do país, ou devemos recorrer à medida natural dos valores, ao trabalho, liberando assim as forças produtivas?"[89]

Tendo em vista que o tempo de trabalho é a medida imanente dos valores,

[85] John Gray *The Social System. A Treatise on the Principle of Exchange,* Edimburgo, 1848. Compare com *Lectures on the Nature and Use of Money,* Edimburgo, 1848, do mesmo autor. Depois da revolução de fevereiro, Gray enviou ao governo provisório francês uma comunicação em que declara que a França tem necessidade não de uma organização do trabalho *(organisation of labour),* mas sim de uma organização do intercâmbio *(organisation of exchange),* cujo plano estava completamente elaborado no seu sistema monetário. O esforçado John não suspeitava que dezesseis anos após o aparecimento do *Social System* tinha sido registrada uma patente da mesma descoberta em nome do engenhoso Proudhon. (N. do A.)

[86] Gray, *The Social System, etc.,* p. 63: "O dinheiro devia ser um simples recibo, a prova de que seu portador contribuiu com um determinado valor para a riqueza nacional existente, ou que adquiriu direitos, neste valor, de qualquer pessoa que tenha também entregue o seu contributo". (N. do A.)

[87] "Deixa-se o produto, que anteriormente recebe um valor avaliado, depositado em um banco, de onde possa ser retirado sempre que se necessite, estipulando-se por convenção geral que aquele que deposita uma propriedade qualquer no banco nacional proposto poderá retirar um valor igual de qualquer outra mercadoria contida no banco, em vez de ser obrigado a retirar a própria coisa que depositou" (l. c., pp. 67/68). (N. do A.)

[88] I. c., p. 16 (N. do A.)

[89] Gray, *Lectures on Money,* etc., pp. 182 e 169. (N. do A.)

por que fazer valer paralelamente outra medida exterior? Por que o valor de troca se desenvolve em preço? Por que todas as mercadorias estimam seu valor em uma mercadoria exclusiva que assim é transformada no modo de ser adequado do valor de troca, em dinheiro? Esse era o problema que Gray tinha para resolver. Ao invés de resolvê-lo, imaginou que as mercadorias poderiam relacionar-se diretamente como produtos do trabalho social. Mas elas só podem relacionar-se mutuamente como aquilo que são. As mercadorias são diretamente produtos de trabalhos privados, isolados e independentes, que precisam confirmar-se como trabalho social geral através de sua alienação no processo de troca privada. Em outras palavras, o trabalho, base da produção de mercadorias, só depois da alienação multilateral dos trabalhos individuais é que se torna trabalho social. Mas se Gray supõe o tempo de trabalho contido nas mercadorias como *diretamente social,* supõe-no como tempo de trabalho comunitário, isto é, como tempo de trabalho de indivíduos diretamente associados. Só assim seria possível que uma mercadoria, específica como o ouro ou a prata, se defrontasse com outras sem se transformar na encarnação do trabalho geral; o valor de troca não se tornaria preço, mas nem o valor de uso chegaria a ser valor de troca, e o produto não seria mais mercadoria, eliminando com isso a própria base da produção burguesa. Mas não é esta, absolutamente, a opinião de Gray. *Os produtos devem ser produzidos como mercadorias, mas não devem ser trocados como mercadorias.* A realização deste desejo ingênuo fica a cargo de um Banco nacional. Por um lado, a sociedade, em forma de Banco, torna os indivíduos independentes das condições de troca privada, por outro, deixa que continuem produzindo na base da troca privada. Contudo, a seqüência interna conduz Gray a negar as condições burguesas de produção, uma após outra, embora, tenha ele desejado "reformar" apenas o dinheiro surgido da troca de mercadorias. Deste modo, transforma capital em capital nacional,[90] a propriedade da terra em propriedade nacional,[91] e se analisarmos detalhadamente o seu Banco descobrimos que não trata apenas de receber mercadorias com uma mão, e expedir certificados de fornecimento de trabalho com outra, mas sim de controlar a própria produção. Procurando ansiosamente apresentar seu bônus de trabalho como uma reforma puramente burguesa, Gray se envolve, em seu último escrito *Lectures on Money,* em um contra-senso mais gritante ainda.

Toda mercadoria é diretamente dinheiro. Esta era a teoria de Gray derivada de sua análise da mercadoria incompleta e, por isso, falsa. A construção "orgânica" de "bônus de trabalho", "Banco nacional" e "armazéns de mercadorias" não é nada mais que a imagem onírica, onde o dogma é simulado como a lei dominadora do mundo. Naturalmente que o dogma de que a mercadoria é diretamente dinheiro, ou de que o trabalho especial do indivíduo particular, contido na mercadoria, é trabalho social, não se torna verdadeiro pelo simples fato de um Banco

[90] "Os negócios de todos os países deveriam ser conduzidos por um capital nacional" (John Gray, *The Social System,* etc., p. 171). (N. do A.)

[91] "É necessário que o solo seja transformado em propriedade nacional" (1. c., p. 298). (N. do A.)

acreditar nele e operar conforme a ele. Ao contrário, em tal caso seria a própria bancarrota que se encarregaria de fazer a crítica prática. O que se esconde na obra de Gray, e que nem ele próprio consegue perceber — a saber, que a expressão "bônus de trabalho", que soa parecida com as de vocabulário econômico é a expressão do desejo piedoso de desembaraçar-se do dinheiro, e com o dinheiro, do valor de troca, com o valor de troca, da mercadoria, e com a mercadoria, da forma burguesa de produção —, foi abertamente proclamado por alguns socialistas ingleses, uns escrevendo antes, outros depois de Gray.[92] Mas estava reservado ao Sr. Proudhon e à sua escola o "sermão" mais sério sobre a degradação do *dinheiro* e a apoteose da *mercadoria,* como sendo o núcleo do socialismo, reduzindo assim o socialismo a um desconhecimento da necessária conexão entre a mercadoria e o dinheiro.[93]

II — MEIO DE CIRCULAÇÃO

Depois de a mercadoria obter, no processo de fixação de preços, a forma que a torna apta para a circulação, e o ouro adquirir seu caráter monetário, a circulação apresentará e ao mesmo tempo resolverá as contradições, circunscritas ao processo de troca. A troca efetiva de mercadorias, isto é, o metabolismo social, se realiza numa alteração de forma, na qual se desdobra a natureza dupla da mercadoria como valor de uso e valor de troca, mas sua própria alteração de forma se cristaliza simultaneamente em formas determinadas de dinheiro.

A apresentação desta alteração de forma não é outra coisa senão a apresentação da circulação. Como já vimos, a mercadoria nada mais é que valor de troca desenvolvido, se se pressupõe um mundo de mercadorias e, com isso, uma divisão de trabalho efetivamente desenvolvida, assim também a circulação pressupõe atos de trocas generalizados e um fluxo constante de sua renovação. A segunda pressuposição é que as mercadorias entrem para o processo de troca como mercadorias com *preços determinados* ou que *apareçam* reciprocamente dentro do mesmo processo como existências duplas, realmente como valores de usos, idealmente, no preço, como valores de troca.

Nas ruas mais movimentadas de Londres, as lojas se espremem, uma ao lado da outra, e atrás de seus cegos olhos de vidro[94] brilham todas as riquezas do mundo: xales da Índia, revólveres americanos, porcelana chinesa, espartilhos parisienses, peles da Rússia e especiarias tropicais, porém todas estas coisas mundanas trazem bem visíveis os fatais rótulos esbranquiçados, em que estão gravados algarismos arábicos com caracteres lacônicos £, sh., d. Tal é a imagem que a mercadoria oferece ao aparecer na circulação.

[92] Veja por exemplo W. Thompson, *An Inquiry into the Distribution of Wealth,* etc., Londres, 1824. Bray, *Labour's Wrongs and Labour's Remedy,* Leeds, 1839. (N. do A.)

[93] Como compêndio desta melodramática teoria monetária pode-se considerar: Alfred Darimon, *De la Réforme des Banques,* Paris, 1856. (N. do A.)

[94] Refere-se às vitrinas antigas, pequenas e de vidro fundido. Daí a expressão "cegos olhos de vidro". (N. dos T.)

a) *A Metamorfose das Mercadorias*

Considerado mais de perto, o processo de circulação apresenta duas formas distintas de circuitos. Se chamamos M à mercadoria, e D ao dinheiro, podemos então expressar ambas as formas como:

M-D-M

D-M-D

Nesta seção nos ocuparemos exclusivamente da primeira destas formas, isto é, da forma imediata da circulação de mercadorias.

O circuito M-D-M decompõe-se em: movimento M-D, troca de mercadoria por dinheiro, ou *venda,* movimento contrário D-M, troca de dinheiro por mercadoria, ou *compra,* e na unidade de ambos os movimentos M-D-M, troca de mercadoria por dinheiro, para trocar dinheiro por mercadoria, ou *vender para comprar.* Contudo, o resultado deste processo é M-M, troca de mercadoria por mercadoria, ou o metabolismo efetivo.

Se partirmos do primeiro extremo, M-D-M apresenta a transformação da primeira mercadoria em ouro, e sua reconversão de ouro em mercadoria. É um movimento em que a mercadoria existe primeiramente como valor de uso particular, e que logo apaga esta sua existência para receber uma nova existência como valor de troca ou equivalente geral, existência esta desprovida de qualquer conexão com seu anterior modo de ser natural; mas perde esta existência novamente para voltar a ser finalmente valor de uso efetivo, destinado a satisfazer a necessidades particulares. Nesta sua última forma, sai da circulação para o consumo. Por isso, o conjunto da circulação M-D-M constitui, em primeiro lugar, a série total das metamorfoses percorridas por cada mercadoria particular para ser imediatamente valor de uso para o seu dono. A primeira metamorfose se realiza na primeira metade da circulação M-D, e a segunda, na outra metade D-M; a circulação em seu conjunto constitui o *curriculum vitae* da mercadoria. Todavia, a circulação M-D-M é apenas a metamorfose total de uma única mercadoria, ao mesmo tempo que é soma de determinadas metamorfoses parciais de outras mercadorias, pois toda metamorfose da primeira mercadoria consiste em sua transformação em uma outra mercadoria, e também transformação da outra mercadoria na primeira, isto é, transformação bilateral, que se realiza em uma mesma fase da circulação. Primeiramente temos de considerar cada um de ambos os processos de troca em que se decompõe a circulação M-D-M.

M-D ou *venda:* M, a mercadoria, entra no processo de circulação não somente como valor de uso particular, por exemplo, uma tonelada de ferro, mas como valor de uso de preço determinado, digamos, 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio, ou uma onça de ouro. Enquanto, por um lado, este preço é o expoente da quantia de tempo de trabalho contida no ferro, ou seja, sua grandeza de valor, por outro lado, expressa simultaneamente o desejo piedoso do ferro de

tornar-se ouro, ou seja, de dar ao tempo de trabalho contido nele a figura do tempo de trabalho social geral. Se não conseguir realizar esta transubstanciação, a tonelada de ferro deixa não somente de ser mercadoria como também produto, pois só é mercadoria por não ser valor de uso para seu possuidor; ou seu trabalho só é trabalho efetivo enquanto trabalho útil para outro, e para si só é útil como trabalho abstratamente geral. Por isso, é tarefa do ferro, ou de seu possuidor, descobrir o lugar no mundo das mercadorias, onde o ferro atraia ouro. Esta dificuldade, o *salto mortale* da mercadoria, é superada se a venda se realiza efetivamente, como se supôs aqui, na análise da circulação simples. Uma tonelada de ferro, ao se realizar como valor de uso por sua alienação, isto é, por sua passagem das mãos em que era um não-valor de uso para as mãos em que é valor de uso, realiza ao mesmo tempo o seu preço, e de ouro meramente representado torna-se ouro efetivo. O lugar do nome onça de ouro, ou 3 libras esterlinas, 17 *shillings* e 10 *pence* e meio, é agora ocupado por uma onça de ouro efetivo, mas a tonelada de ferro desocupou o lugar. Pela venda M-D não só a mercadoria, que no seu preço estava idealmente transformada em ouro, se transforma agora realmente em ouro, como também, através do mesmo processo, o ouro, que como medida de valores era apenas ouro ideal, e que de fato apenas figurava como nome monetário das mesmas mercadorias, agora se transforma em dinheiro efetivo.[95] Assim como este se tornará idealmente equivalente geral, porque todas as mercadorias mediam seu valor por ele, o ouro se converte agora em produto da alienação multilateral das mercadorias (a venda M-D é o processo desta alienação geral), em mercadoria absolutamente alienável, em dinheiro real. No entanto, o ouro só se torna dinheiro real na venda, porque os valores de troca das mercadorias já eram, nos preços, ouro ideal.

Na venda M-D, como também na compra D-M, duas mercadorias se defrontam, como unidades de valor de troca e valor de uso; mas na mercadoria seu valor de troca existe apenas idealmente como preço, enquanto no ouro, apesar de ser ele próprio um valor de uso efetivo, seu valor de uso existe apenas como portador de valor de troca, isto é, apenas como valor de uso formal, sem relação com qualquer necessidade individual efetiva. A oposição entre valor de uso e valor de troca reparte-se na forma de uma polarização, nos dois extremos de M-D, da seguinte maneira: face ao ouro (D) a mercadoria (M) é unicamente um valor de uso, cujo valor de troca ideal tem ainda que realizar, ou seja, tem ainda que realizar seu preço em ouro; do outro lado está o ouro face à mercadoria, neste momento apenas como valor de troca, cujo valor de uso formal está ainda por se materializar em mercadoria. Somente pelo desdobramento da mercadoria em mercadoria e ouro, e pela relação, igualmente dupla e inversa, na qual cada termo extremo é idealmente o que seu contrário é realmente e vice-versa, em suma, somente pela apresentação das mercadorias como oposições polarizadas bilaterais é que se resolvem as contradições contidas em seu processo de troca.

[95] "A moeda é de duas modalidades, ideal e real; e é usada de dois modos distintos, para avaliar as coisas e para as comprar. A moeda ideal é tão apropriada para avaliar quanto a real, ou talvez mais ainda. O outro uso da moeda consiste em comprar as coisas que avalia... Os preços e os contratos são avaliados em moeda ideal e realizados em moeda real" (Galiani, *ibid.*, p. 112 e ss.). (N. do A.)

Consideramos até agora M-D como venda, transformação de mercadoria em dinheiro. Mas se nos colocarmos do ponto de vista do outro extremo, o mesmo processo nos parecerá, ao contrário, D-M, ou seja, compra, transformação de dinheiro em mercadoria. A venda é, necessariamente e ao mesmo tempo, seu contrário, a compra: é uma ou a outra, conforme se considere o processo deste ou de outro ponto de vista. Ou melhor, na efetividade o processo se distingue apenas porque em M-D a iniciativa parte do extremo mercadoria, ou seja, do vendedor, enquanto em D-M parte do extremo dinheiro, ou seja, do comprador. Portanto, ao apresentar a primeira metamorfose da mercadoria, sua transformação em dinheiro como resultante do fato de haver percorrido a primeira fase da circulação M-D, estamos supondo com isso que outra mercadoria já tenha sido transformada em dinheiro, e que, portanto, já se encontra na segunda fase da circulação D-M. Com isso caímos num círculo vicioso das pressuposições. A própria circulação é este círculo vicioso. Se não consideramos D em M-D como metamorfose de outra mercadoria, que se deu anteriormente, o que fazemos é retirar o ato de troca para fora do processo de circulação. Contudo, retirada deste processo, a forma M-D desaparece, pois defronta-se com duas M diferentes, digamos ferro e ouro, cuja troca não é um ato particular da circulação, mas de troca direta. No processo de sua produção, o ouro é uma mercadoria como qualquer outra. Seu valor relativo, como o do ferro ou de qualquer outra mercadoria, manifesta-se aqui nas quantidades em que se trocam mutuamente. Mas no processo de circulação tem-se esta operação como pressuposta, pois nos preços das mercadorias já está dado o próprio valor do ouro. Por isso, não pode haver nada mais errôneo do que imaginar que *no interior do processo de circulação* o ouro e a mercadoria estabelecem uma relação de troca direta, e que em função disso seu valor relativo é estabelecido pela troca de ambos como simples mercadorias. Se no processo de circulação parece ter sido trocado o ouro, como mera mercadoria, por outras mercadorias, esta aparência provém simplesmente de que, nos preços, determinada quantidade de mercadoria já está igualada a determinada de ouro, isto é, já está relacionada com o ouro como dinheiro, como equivalente geral, e que é, *por isso,* diretamente permutável com o próprio ouro. Na medida em que o preço de uma mercadoria se *realiza* em ouro, troca-se por ouro como mercadoria, como encarnação particular do tempo de trabalho; contudo, na medida em que o ouro seja o seu *preço,* que nele se realiza, a mercadoria se troca por ouro como dinheiro e não como mercadoria, isto é, troca-se por ouro como encarnação *geral* do tempo de trabalho. Mas em ambos os casos a quantia de ouro, com que a mercadoria se troca dentro do processo de troca, é determinada não pela troca, mas sim a troca é determinada pelo preço da mercadoria, ou seja, por seu valor de troca avaliado em ouro.[96]

Esteja nas mãos em que estiver, dentro do processo de circulação, o ouro aparece como resultado de M-D, a venda. Mas como M-D, venda, é ao mesmo

[96] Isto não impede, naturalmente, que o preço de mercado das mercadorias esteja acima ou abaixo de seu valor. Contudo, esta consideração é estranha à circulação simples e pertence a uma outra esfera, totalmente diferente, que consideraremos mais adiante ao estudar a relação do valor e do preço de mercado. (N. do A.)

tempo D-M, compra, constata-se que, enquanto M, a mercadoria iniciadora do processo, empreende sua primeira metamorfose, a outra mercadoria, que, como extremo D, aparece diante dele, realiza sua segunda metamorfose, e por isso percorre já a segunda metade da circulação, enquanto a primeira mercadoria ainda se encontra na primeira metade do seu curso.

O ponto de partida do segundo processo de circulação, o dinheiro, surge como resultado do primeiro processo, da venda. O lugar da mercadoria, em sua primeira forma, foi ocupado por seu equivalente em ouro. Este resultado pode, inicialmente, dar lugar a uma pausa, já que a mercadoria nesta segunda forma possui existência própria e duradoura. A mercadoria, que nas mãos do seu dono não era valor de uso, existe agora numa forma permanentemente utilizável, porque é uma forma permanentemente permutável, e são as circunstâncias que decidirão o momento e o ponto da superfície do mundo das mercadorias em que ela reentrará na circulação. Seu estado de crisálida de ouro constitui um período autônomo de sua vida, no qual pode demorar-se um tempo maior ou menor. Enquanto na troca direta a troca de um valor de uso particular está diretamente ligada à troca de um outro valor de uso particular, o caráter geral do trabalho, que põe valor de troca, manifesta-se na separação e na disjunção indiferente dos atos de compra e venda.

D-M, a *compra,* é o movimento inverso de M-D, e é, ao mesmo tempo, a segunda e última metamorfose da mercadoria. Como ouro, ou em seu modo de ser como equivalente geral, a mercadoria pode apresentar-se imediatamente nos valores de uso de todas as outras mercadorias, cujos preços já visam ao ouro como se tratasse de sua vida de além-túmulo. Mas ao mesmo tempo indicam a nota na qual deve ressoar o ouro, que se deve dar para que seus corpos, os valores de uso, passem para o lugar do dinheiro, embora sua alma, o valor de troca, passe para o próprio ouro. O produto geral da alienação das mercadorias é a mercadoria absolutamente alienável. Já não existe mais barreira qualitativa para a transformação do ouro em mercadoria, mas apenas uma limitação quantitativa, a da sua própria quantidade ou grandeza de valor. "Com dinheiro vivo compra-se tudo!" Enquanto no movimento M-D, graças a sua alienação como valor de uso, a mercadoria realiza seu próprio preço e o valor de uso do dinheiro alheio, já no movimento D-M, graças a sua alienação como valor de troca, realiza seu próprio valor de uso e o preço da outra mercadoria. Se, ao realizar o seu preço, a mercadoria transforma o ouro em dinheiro efetivo, pela sua reconversão, ela confere ao ouro seu próprio modo de ser transitório como dinheiro. Visto que a circulação das mercadorias pressupõe uma divisão do trabalho desenvolvida, o que implica a pluralidade das necessidades de cada um em proporção inversa à singularidade de seu produto, a compra D-M se apresentará ora em uma equação com um equivalente-mercadoria, ora se dispersará em uma série de equivalentes-mercadorias, circunscrita agora pelo âmbito das necessidades do comprador e pela soma de dinheiro de que dispõe. Assim como a venda é simultaneamente compra, por sua vez a compra é também venda, D-M é ao mesmo tempo M-D, apenas que *neste caso a iniciativa* é tomada pelo ouro, ou seja, pelo comprador.

Se voltamos agora para o conjunto da circulação M-D-M, veremos que evidencia o percurso total das metamorfoses de uma mercadoria. Entretanto, ao mesmo tempo que uma primeira mercadoria inicia a primeira metade da circulação e realiza sua própria metamorfose, uma segunda mercadoria entra na segunda metade de sua circulação, realiza sua segunda metamorfose saindo da circulação; e então a primeira mercadoria entra para a segunda metade de sua circulação, realiza sua segunda metamorfose e sai fora da circulação, enquanto uma terceira mercadoria entra em circulação, perfaz a primeira metade de seu curso e efetua sua primeira metamorfose. Portanto, a circulação total M-D-M, como totalidade de metamorfoses de uma certa mercadoria, é sempre o final da totalidade de metamorfoses de uma segunda mercadoria, ao mesmo tempo que é início do conjunto de metamorfoses de uma terceira mercadoria, ou seja, é uma série sem começo nem fim. Para maior clareza e distinção das mercadorias envolvidas em M-D-M, designemos M de forma diferente em cada um dos extremos, assim: M′-D-M″. De fato, o primeiro membro M′-D supõe D como resultado de um outro M-D, isto é, ele próprio é apenas o último membro de M-D-M′, enquanto o segundo membro D-M″ é M″-D em seu resultado; portanto, ele próprio se apresenta como primeiro membro de M″-D-M‴, e assim por diante. Além disso, é possível que o último membro, ainda que D seja resultado de uma *única* venda, se apresente como *D-M′ + D-M″ + D-M‴ + etc.*, que se fragmente, portanto, numa grande quantidade de atos de compra, isto é, numa grande quantidade de atos de venda, isto é, numa grande quantidade de primeiros membros de novas totalidades de metamorfoses de mercadorias. E se, como vimos, a totalidade de metamorfoses de uma única mercadoria se apresenta não apenas como elo de uma cadeia de metamorfoses sem princípio nem fim, como também constitui muitas destas cadeias, o processo de circulação do mundo das mercadorias se apresenta como um intrincadíssimo emaranhado de cadeias deste tipo que está sempre terminando e sempre se reiniciando em infinitos pontos diferentes, tendo em vista que cada mercadoria individual percorre a circulação M-D-M. Entretanto, toda venda ou compra individual consiste em um ato isolado e indiferente, cujo ato de complementação pode se distanciar no tempo e no espaço, sem que este necessite estar ligado diretamente àquele. Qualquer processo de circulação *particular* M-D ou D-M, como transformação de uma mercadoria em valor de uso, e de uma outra em dinheiro, primeiro e segundo estágios da circulação, constitui um ponto de parada autônomo nos dois sentidos; e, além do mais, todas as mercadorias iniciam sua segunda metamorfose na figura do equivalente geral que lhes é comum — do ouro — e se colocam no ponto de partida da segunda metade de sua circulação. Em função disso, na circulação efetiva, um D-M qualquer se alinha ao lado de um M-D qualquer, ligando o segundo capítulo da biografia de uma mercadoria ao primeiro capítulo de uma outra. A, por exemplo, vende ferro por 2 libras esterlinas, efetua-se M-D ou a primeira metamorfose da mercadoria ferro, mas prorroga a compra para outra ocasião. Ao mesmo tempo, B compra, em Moisés & Filho, um terno pelas mesmas 6 libras esterlinas que havia obtido na venda de uma fanga de trigo, duas semanas antes. B realiza, por-

tanto, D-M ou a segunda metamorfose da mercadoria trigo. Ambos os atos, M-D e D-M, surgem aqui apenas como elos de uma cadeia porque em D, no ouro, as mercadorias se parecem umas com as outras, pois no ouro não se pode reconhecer se se trata de metamorfose de ferro ou de trigo. No processo de circulação efetivo M-D-M se apresenta, com efeito, como uma justaposição e uma sucessão infinita e casual de membros entrelaçados de diferentes totalidades de metamorfoses. Enfim, o processo de circulação efetivo *aparece* não como totalidade de metamorfoses de uma mercadoria, não como o seu movimento através de fases opostas, mas sim como mero agregado de numerosas compras e vendas, processando-se casualmente uma ao lado, ou depois, da outra. Assim, a determinidade formal deste processo está completamente apagada tanto mais quanto todo ato individual de circulação, por exemplo, a venda, é simultaneamente o seu contrário, a compra, e vice-versa. Por outro lado, o processo de circulação *é* o próprio movimento das metamorfoses do mundo das mercadorias e deve, por isso, refleti-lo, reproduzi-lo na totalidade de seu movimento. Como se dá esta reprodução, veremos na próxima seção. Aqui cabe apenas observar que em M-D-M os dois extremos M não estão na mesma relação formal com D. O primeiro M é uma mercadoria particular e relaciona-se com o dinheiro, como mercadoria geral, enquanto o dinheiro é a mercadoria geral e se relaciona com o segundo M que é uma mercadoria individual. Daí ser possível traduzir M-D-M para o plano da lógica abstrata na forma silogística P-G-I em que a particularidade constitui o primeiro extremo, a generalidade o termo médio, e a individualidade o último extremo.

Os possuidores de mercadorias entraram no processo como simples guardiães das mercadorias. Dentro deste processo eles se defrontam na forma opositiva de comprador e vendedor, um personificando o açúcar, por exemplo, o outro personificando o ouro. Assim como o açúcar se torna ouro, o vendedor se torna comprador. Estes caracteres sociais determinados não surgem absolutamente da individualidade humana mas sim das relações de troca dos homens que produzem os seus produtos na forma determinada de mercadoria. As relações, que se exprimem na relação entre comprador e vendedor, são tão pouco puramente individuais que ambos entram neste relacionamento somente e na medida em que negam seu trabalho individual, isto é, só na medida em que *não é* trabalho *de um indivíduo* é que [esse trabalho] se torna dinheiro. Conceber estes caracteres economicamente burgueses de comprador e vendedor como formas sociais eternas da individualidade humana é tão ridículo quanto é absurdo deplorá-las como aniquiladoras da individualidade.[97] Constituem a manifestação necessária da

[97] O seguinte extrato das *Leçons sur l'Industrie et les Finances* (Paris, 1832), de Isaac Péreire, mostra até que ponto fere as boas almas inclusive a forma mais superficial do antagonismo que se manifesta na compra e venda. O fato de que este mesmo Isaac, como inventor e ditador do "Crédit mobilier", leve a fama de ter sido o terror da Bolsa de Paris, mostra também o que se deve pensar da sua crítica sentimental da economia. Péreire, que na ocasião se apresentava como um apóstolo de Saint-Simon, diz: "Porque os indivíduos se acham isolados e separados uns dos outros, seja em seus trabalhos, seja no consumo, há entre eles intercâmbio dos produtos de sua respectiva indústria. Da necessidade da troca derivou a de determinar o valor relativo dos objetos. As idéias de valor e de troca acham-se, pois, diretamente entrelaçadas e ambas, em sua

individualidade em uma determinada etapa do processo de produção social. Aliás, na oposição comprador-vendedor, a natureza antagônica da produção burguesa se exprime de uma forma ainda tão superficial e formal que tal oposição pode ser encontrada em outras formas de sociedade pré-burguesas, pois ela exige apenas que os indivíduos se relacionem entre si como donos de mercadorias.

Se consideramos agora o resultado de M-D-M, teremos apenas o metabolismo M-M. A mercadoria foi trocada por mercadoria, valor de uso por valor de uso, e a transformação da mercadoria em dinheiro, ou seja, a mercadoria sob a forma de dinheiro, serve apenas como mediação deste metabolismo. O dinheiro aparece assim como mero *meio de troca* das mercadorias, mas não como meio de troca em geral: aparece como meio de troca caracterizado pelo processo de circulação, isto é, como *meio de circulação.*[98]

Pretender concluir que entre a compra e a venda existe apenas a unidade e não a separação — pelo fato de que o processo de circulação das mercadorias se reduz a M-M, e que parece ser, por isso, troca direta, apenas mediada pelo dinheiro, ou então porque M-D-M não só se fragmenta em dois processos isolados como ao mesmo tempo apresenta sua unidade móvel — é uma maneira de pensar cuja crítica deve ser feita a partir da Lógica e não a partir da Economia. Assim como a separação entre compra e venda no processo de troca destroça as barreiras do metabolismo social, barreiras estas marcadas de um primitivismo local, de um tradicionalismo piedoso e de uma parvoíce aconchegante, esta separação constitui igualmente a forma geral de ruptura e oposição de seus momentos integrantes, em suma, é a possibilidade geral das crises comerciais, mas somente porque a oposição entre a mercadoria e o dinheiro é a forma geral e abstrata de todas as oposições contidas no trabalho burguês. A circulação monetária pode se dar sem crises; mas sem circulação monetária não existem crises. Contudo, isto significa apenas que, onde o trabalho, baseado na troca privada, ainda nem progrediu até a formação do dinheiro, por certo não pode produzir fenômenos que pressupõem um completo desenvolvimento do processo burguês de produção. Assim podemos avaliar até que ponto é profunda uma crítica que pretende remover os "inconvenientes" da produção burguesa por meio da abolição do "privilégio" dos metais preciosos, (substituído) por um pretenso "sistema monetário racional". Como amostra de apologética economicista, bastará trazer aqui uma citação cuja extraordinária perspicácia deu muito o que falar. Eis o que diz *James Mill,* o pai do conhecido economista inglês John Stuart Mill:

> "Não pode haver nunca deficiência em compradores para todas as mercadorias. Quem quer que ponha à venda uma mercadoria exige sempre uma

forma atual, expressam o individualismo e o antagonismo. . . Pode-se fixar o valor dos produtos apenas porque há venda e compra, em outras palavras, porque há antagonismo entre os diversos membros da sociedade. Pôde-se tratar do preço e do valor porque existiram venda e compra, isto é, porque cada indivíduo viu-se obrigado a *lutar* para conseguir os objetos necessários à conservação da sua vida" (l. c., pp. 2, 3 *passim).* (N. do A.)

[98] "O dinheiro é apenas o meio e a força em movimento, ao passo que as mercadorias úteis à vida são o objetivo e o fim" (Boisguillebert. *Le Détail de la France,* 1697, em *Economistes Financiers du* XVIII *Siècle,* vol. I, Paris, 1843, de Eugène Daire, p. 210). (N. do A.)

outra em troca, sendo por isto comprador pelo simples fato de ser vendedor. Compradores e vendedores, tomados em conjunto, devem manter o equilíbrio por uma necessidade metafísica. Deste modo, se houver mais vendedores que compradores para uma certa mercadoria, deve haver forçosamente mais compradores que vendedores de uma outra mercadoria".[99]

Mill cria o equilíbrio, primeiro, transformando o processo de circulação em comércio de trocas diretas, e depois contrabandeando, para o comércio de trocas diretas, as figuras de comprador e vendedor tomadas do processo de circulação. Usando sua linguagem confusa, nos momentos em que todas as mercadorias são invendáveis, como aconteceu, por exemplo, em Londres e Hamburgo durante a crise comercial de 1857/58, havia de fato mais compradores que vendedores de *uma* mercadoria, o dinheiro, e mais vendedores que compradores de *todos os outros dinheiros,* as mercadorias. O equilíbrio metafísico das compras e vendas limita-se ao fato de que toda compra seja uma venda, e toda venda uma compra, o que não é nenhum consolo especial para os guardiães das mercadorias que não conseguem conduzi-las à venda, e, por conseguinte, tampouco à compra.[100]

A separação entre venda e compra possibilita, ao lado do comércio propriamente dito, uma série de aparentes transações, antes que se realize a troca definitiva entre produtores e consumidores de mercadorias. Isto possibilita a uma massa de parasitas invadir o processo de produção e explorar esta separação. Mas isto também nada mais significa que, com o dinheiro como forma geral do trabalho burguês, está dada a *possibilidade* do desenvolvimento de suas contradições.

[99] Em novembro de 1807 apareceu na Inglaterra um trabalho de William Spence intitulado *Britain Independent of Commerce* cujo princípio foi retomado por William Cobbert em seu *Political Register* e desenvolvido de forma ainda mais radical: *Perisch Commerce* (Abaixo o comércio). Como resposta, James Mill publicou em 1808 a *Defence of Commerce* onde já se encontra o argumento citado no texto a sua obra *Elements of Political Economy.* Na polêmica com Sismondi e Malthus sobre as crises comerciais, J.-B. Say apropriou-se desta interessante descoberta, e como é realmente impossível dizer com que nova idéia este ridículo *prince de la science* contribuiu para o enriquecimento da economia política — o seu mérito consistiu na imparcialidade com que deturpou os contemporâneos Malthus, Sismondi e Ricardo —, os seus admiradores no Continente celebraram-no como o homem que desenterrou esse famoso tesouro do equilíbrio metafísico das compras e vendas. (N. do A.)

[100] Os exemplos que seguem permitirão ver a forma como os economistas apresentam as diferentes determinações formais constitutivas da mercadoria.

"De posse do dinheiro, basta-nos fazer uma troca para obter o objeto dos nossos desejos, ao passo que com outros produtos excedentes é necessário fazer suas operações, sendo a primeira (a obtenção do dinheiro) infinitamente mais difícil do que a segunda." (Opdyke, G., *A Treatise on Political Economy,* Nova York, p. 287 até 288.)

"Se o dinheiro pode vender-se mais facilmente, é precisamente como efeito ou conseqüência natural de as mercadorias serem mais dificilmente vendáveis." (Corbert, Th., *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals,* etc., Londres, 1841, p. 117.) "O dinheiro tem a peculiaridade de ser sempre permutável com aquilo que ele mede." (Bosanquet, *Metallic, Paper and Credit Currency,* etc., Londres, 1842, p. 100.)

"O dinheiro pode comprar sempre outras mercadorias, ao passo que as outras mercadorias nem sempre podem comprar dinheiro." (Tooke, Th., *An Inquiry into Currency Principle,* 2.ª ed., Londres, 1844, p. 100. (N. do A.)

b) *A Circulação do Dinheiro*

A circulação efetiva se apresenta primeiro como uma massa de compras e vendas casuais e paralelas. Na compra, como na venda, defrontam-se mercadoria e dinheiro sempre no mesmo relacionamento, o vendedor ao lado da mercadoria, e o comprador ao lado do dinheiro. Dinheiro como meio de circulação aparece por isso sempre como *meio de compra,* com o qual suas diferentes determinações tornaram-se irreconhecíveis nas fases opositivas em que se dá a metamorfose das mercadorias.

No mesmo ato em que a mercadoria passa para as mãos do comprador, o dinheiro vai para as mãos do vendedor. Mercadoria e dinheiro andam, portanto, em direções opostas, e esta troca de lugar, que consiste na passagem da mercadoria para um lado e do dinheiro para o outro, se realiza a um mesmo tempo em um número indefinido de pontos de toda a superfície da sociedade burguesa. Contudo, o primeiro passo da mercadoria na circulação é também seu último.[101] É indiferente se ela muda de lugar porque o ouro foi atraído por ela (M-D), ou porque o ouro a atraiu (D-M), o fato é que com um único empurrão, com uma única mudança de lugar, cai da circulação para o consumo. A circulação é um movimento contínuo de mercadorias, mas sempre de outras mercadorias, pois nenhuma mercadoria se movimenta mais de uma vez. Toda mercadoria inicia a segunda metade de sua circulação não como a mesma mercadoria, mas como outra mercadoria, como ouro. O movimento da mercadoria que sofreu a primeira parte da sua metamorfose é, portanto, o movimento do ouro. A mesma moeda, ou a mesma peça de ouro, que uma vez trocou de lugar com uma mercadoria, num ato M-D, aparece agora, ao contrário, como ponto de partida de D-M e muda de lugar uma segunda vez com outra mercadoria. Assim como a peça de ouro passou das mãos do comprador B para as mãos do vendedor A, passa agora das mãos de A, convertido em comprador, para as mãos de C. O movimento da forma de uma mercadoria, sua transformação em dinheiro, e sua retransformação de dinheiro em mercadoria, ou o movimento da metamorfose total de uma mercadoria se apresenta, portanto, como o movimento exterior da mesma peça de moeda, que troca duas vezes de lugar com duas mercadorias diferentes. Por mais fragmentária e ocasionalmente que as compras e vendas se justaponham, na circulação efetiva um vendedor sempre se depara com um comprador, e o *dinheiro* que toma o lugar da mercadoria vendida deve já ter trocado de lugar uma vez com outra mercadoria antes de ter vindo para as mãos do comprador. Por outro lado, cedo ou tarde, sai novamente das mãos do vendedor, convertido em comprador, para as de um novo vendedor, e nestes seus deslocamentos, que se repetem freqüentemente, exprime-se o encadeamento das metamorfoses das mercadorias. As mesmas peças de moeda mudam, portanto, de um lugar da circulação para outro, sempre em direção oposta à mercadoria movida, umas

[101] A mesma mercadoria pode ser comprada e vendida várias vezes. Ela já não circula a título de simples mercadoria, mas tem uma determinação constitutiva que não existe ainda, do ponto de vista da circulação simples, na simples oposição entre mercadoria e dinheiro. (N. do A.)

mais, outras menos freqüentemente, descrevendo em seu movimento um trajeto de circulação maior ou menor. A seqüência dos distintos movimentos da mesma peça de moeda só é possível no tempo, ao contrário da multiplicidade e da fragmentação das compras e vendas que se manifestam nas trocas de lugar entre as mercadorias e o dinheiro, que são simultâneas, individuais e contíguas.

Em sua forma simples, a circulação de mercadorias M-D-M se realiza na translação do dinheiro das mãos do comprador para as do vendedor, e das mãos deste, convertido em comprador, para as de um novo vendedor. Com isso termina a metamorfose da mercadoria e, em conseqüência, o movimento do dinheiro, enquanto seja este a expressão daquela. Mas como são constantemente produzidos novos valores de uso sob a forma de mercadorias, que devem por isso permanentemente ser lançados de novo na circulação, M-D-M se repete e se renova entre os mesmos possuidores de mercadorias. O dinheiro que despenderam como compradores volta-lhes às mãos tão logo se apresentem de novo como vendedores de mercadorias. A renovação permanente da circulação de mercadorias se reflete de tal modo no movimento do dinheiro que este não apenas rola constantemente de mão em mão em toda a superfície da sociedade burguesa mas, ao mesmo tempo, descreve uma soma de pequenos circuitos distintos que partem de pontos infinitamente diversos e voltam aos mesmos pontos a fim de repetir novamente o mesmo movimento.

Se a troca de forma das mercadorias aparece como mera troca de lugar do dinheiro e se a continuidade do movimento de circulação fica inteiramente a cargo do dinheiro, pois a mercadoria não dá nunca mais de um passo em direção oposta ao dinheiro, enquanto este empreende constantemente o segundo passo pela mercadoria, e diz B onde a mercadoria disse A, todo movimento *parece* partir do dinheiro, embora seja a mercadoria que, na venda, puxe o dinheiro de seu lugar e que faz, portanto, o dinheiro circular do mesmo modo que, na compra, ela circula por ação do dinheiro. Além disso, como o dinheiro sempre se defronta com ela no mesmo relacionamento como *meio de compra,* mas como tal só movimenta as mercadorias através da realização de seus preços, o movimento total da circulação aparece de tal forma que o dinheiro troca de lugar com as mercadorias, realizando os seus preços simultaneamente, seja em atos de circulação particulares que se processam um ao lado do outro, seja sucessivamente, quando a mesma peça de moeda realiza diferentes preços = mercadorias, um após ao outro. Se considerarmos, por exemplo, M-D-M′-D-M″-D-M‴ — etc., sem levar em conta os movimentos qualitativos que se tornaram irreconhecíveis no processo de circulação efetivo, só constataremos a mesma operação monótona. D, depois de ter realizado o preço de M, realiza sucessivamente os de M′-M″ — etc., e as mercadorias M, M′, M″, etc., colocam-se sempre no lugar abandonado pelo dinheiro. Parece, portanto, que o dinheiro faz circular as mercadorias ao realizar seus preços. Nessa função de realizar os preços, o próprio dinheiro circula continuamente, ora trocando simplesmente de lugar, ora percorrendo um trajeto da circulação, ora descrevendo um pequeno círculo, onde coincide o ponto de partida com o ponto de chegada. Como meio de circulação, o dinheiro tem sua

própria circulação. Por isso, o movimento de forma das mercadorias em processo aparece como o próprio movimento do dinheiro, movimento mediador da troca das mercadorias imóveis por si mesmas. O movimento do processo de circulação das mercadorias se apresenta, portanto, no movimento do dinheiro como meio de circulação — *no curso do dinheiro.*

Como os possuidores de mercadorias apresentaram os produtos de seus trabalhos privados como produtos do trabalho social ao transformarem uma coisa, o ouro, no modo de ser imediato do tempo de trabalho geral e, por isso, em dinheiro, o próprio movimento generalizado de seus trabalhos privados, pelo qual estes operam seu metabolismo, surge agora para eles como movimento próprio de uma coisa, como circulação do ouro. Para os possuidores de mercadorias, o próprio movimento social é, por um lado, uma necessidade exterior e, por outro, um processo mediador puramente formal que permite a cada indivíduo retirar, em troca do valor de uso que lança na circulação, outros valores de uso da mesma dimensão de valor. O valor de uso da mercadoria começa com sua saída da circulação, enquanto o valor de uso do dinheiro, como meio de circulação, consiste em que circule. O movimento da mercadoria na circulação é apenas um momento fugidio, enquanto o incessante deslocar-se em torno dela converte-se na função do dinheiro. Esta sua função específica dentro do processo de circulação dá ao dinheiro, como meio de circulação, nova determinidade formal, que teremos que desenvolver agora mais minuciosamente.

Em primeiro lugar, está claro que a circulação do dinheiro é um movimento infinitamente fragmentado, pois nela reflete a infinita fragmentação do processo de circulação em compras e vendas, assim como a indiferente disjunção das partes complementares da metamorfose das mercadorias. Nos pequenos circuitos do dinheiro, onde o ponto de partida coincide com o de chegada, constata-se certamente um movimento de retorno, um movimento circular efetivo; todavia, existe um número igual de pontos de partida ao de mercadorias, e além disso, graças à multiplicidade indeterminada, estes circuitos escapam a todo controle, a toda medida e a todo cálculo que se queira fazer. Também não se pode determinar o tempo que separa a partida do regresso ao ponto inicial. Mas, por outro lado, é indiferente se num caso tal circuito seja descrito ou não. Não há fato econômico mais conhecido do que este: qualquer um pode gastar dinheiro sem ter necessariamente que o receber de volta. O dinheiro parte de pontos infinitamente diferentes e retorna a pontos infinitamente diferentes, mas a coincidência do ponto de partida com o ponto de regresso é casual, pois o movimento M-D-M não implica necessariamente a reconversão do comprador em vendedor. Tampouco a circulação do dinheiro apresenta um movimento que se difunde de um centro a todos os pontos da periferia, refluindo depois de todos os pontos periféricos para o mesmo centro. O chamado movimento circular do dinheiro, tal como se imagina, se reduz ao fato de que em todos os pontos se comprova seu aparecer e desaparecer, sua incansável troca de lugar. Em uma forma superior de mediação da circulação do dinheiro, por exemplo, na circulação do papel-moeda, veremos que as condições de emissão do dinheiro implicam as condições de seu refluxo. Na circulação

simples, ao contrário, é casual que o mesmo comprador venha a tornar-se novamente vendedor. Quando movimentos circulares efetivos aparecem aí de modo constante, trata-se de meros reflexos de processos de produção mais profundos. Por exemplo, um fabricante, que toma dinheiro de seu banqueiro na sexta-feira, paga seus operários no sábado, e estes gastam imediatamente nos armazéns a maior parte do dinheiro, que já na segunda-feira é levado de volta ao Banco pelos negociantes.

Vimos que, nas compras e vendas que se dão contiguamente, o dinheiro realiza a um mesmo tempo uma massa dada de preços, e só numa única vez troca de lugar com as mercadorias. Mas, por outro lado, na medida em que aparece em seu movimento, o movimento das metamorfoses totais das mercadorias, bem como o encadeamento destas metamorfoses, a mesma peça de moeda realiza os preços de mercadorias diferentes, e dá assim um número maior ou menor de cursos. Se tomarmos portanto o processo de circulação de um país em um período dado de tempo, de um dia, por exemplo, a massa de ouro necessária para a realização dos preços e, portanto, para a circulação das mercadorias, será determinada por um duplo fator: de um lado, pela soma total de seus preços, de outro, pelo número médio dos cursos da mesma peça de moeda. O número desses cursos ou velocidade dos cursos do dinheiro é, por sua vez, igualmente determinado ou exprime apenas a velocidade média em que as mercadorias percorrem as distintas fases das suas respectivas metamorfoses, metamorfoses estas que se sucedem em cadeia, e as mercadorias, que já percorreram suas metamorfoses, são substituídas por novas mercadorias no processo de circulação. Enquanto o valor de troca de todas as mercadorias se transforma idealmente em uma quantia de ouro da mesma grandeza de valor, e enquanto em ambos os atos de circulação isolados, D-M e M-D, existia duplamente a mesma soma de valor, de um lado em mercadoria, de outro, em dinheiro, o modo de ser do ouro como meio de circulação é determinado não por seu relacionamento isolado com as mercadorias individuais em repouso, mas por seu modo de ser móvel no mundo em movimento das mercadorias, por sua função de representar, em sua mudança de lugar, a alteração de formas das mercadorias; em suma, por sua função de apresentar, na velocidade de sua mudança de lugar, a velocidade da troca de forma das mercadorias. A disponibilidade efetiva do ouro no processo de circulação, ou seja, sua massa efetiva que circula, é, agora, determinada por seu modo de ser em funcionamento na própria totalidade do processo.

O pressuposto da circulação do dinheiro é a circulação de mercadorias, pois o dinheiro faz circular mercadorias que já têm preços, isto é, que já *estão igualadas* idealmente a determinadas quantidades de ouro. Mesmo na determinação dos preços das mercadorias, a grandeza de valor da quantia de ouro, que serve de unidade de medida, ou valor do ouro, é dada como pressuposto. Portanto, sob esta pressuposição, a quantia de ouro necessária para a circulação é determinada, em primeiro lugar, pela soma total dos preços-mercadorias a realizar. Mas esta soma total é ela própria determinada: 1) pelo nível relativamente alto ou baixo dos preços dos valores de troca das mercadorias avaliados em ouro, e 2) pela massa das

mercadorias em circulação a determinados preços, portanto pela massa das compras e vendas a preços dados.[102] Se cinco sacas de trigo custam 60 *shillings* é necessário mais outro tanto de ouro para fazê-lo circular ou para realizar seu preço do que seria necessário se custasse apenas 30 *shillings*. Para a circulação de quinhentas fangas a 60 *shillings* é necessário o dobro em ouro do que se necessita para a circulação de 250 fangas a um mesmo preço. Finalmente, para a circulação de 10 fangas a 100 *shillings* é apenas necessária a metade do ouro que se necessita para a circulação de quarenta fangas a 50 *shillings*. Segue-se daí que a quantidade de ouro necessária para a circulação das mercadorias pode diminuir, apesar da subida dos preços, se a massa circulante das mercadorias sofre uma diminuição em maior proporção que a soma total dos preços. E o inverso pode-se dar, isto é, a massa do meio de circulação pode aumentar ainda que diminua a massa das mercadorias que estão circulando, no caso de que a soma de seus preços aumente em uma proporção maior. Assim se demonstrou, por exemplo, em excelentes pesquisas minuciosas, que, na Inglaterra, nos primeiros estádios de um encarecimento dos cereais, a massa do dinheiro em circulação aumenta porque a soma dos preços da massa de cereais diminuída é superior à soma dos preços da massa anterior de cereais, ao passo que persistia sem perturbação por algum tempo a circulação das demais mercadorias com seus preços antigos. Ao contrário, em um estádio posterior do encarecimento dos cereais cai a massa do dinheiro circulante, seja porque, juntamente com os cereais, são vendidas menos mercadorias aos preços antigos, seja porque se vende o mesmo tanto de mercadorias, porém a preços mais baixos.

Entretanto, a quantidade do dinheiro circulante não é, como vimos, determinada só pela soma total dos preços das mercadorias a realizar, mas também pela velocidade em que o dinheiro circule ou em que, num dado período de tempo, conclua a tarefa desta realização. Se um mesmo *soberano* faz dez compras num mesmo dia, e em cada uma paga-se o preço de um soberano por mercadoria, trocando dez vezes de mão, um soberano cumpre exatamente a mesma tarefa de dez soberanos que circulam independentemente apenas uma vez ao dia.[103] A velocidade no curso do ouro pode, portanto, substituir sua quantidade, ou o modo de ser do ouro, no processo de circulação, não é só determinado por seu modo de ser como equivalente ao lado da mercadoria mas também por seu modo de ser dentro do movimento da metamorfose das mercadorias. Contudo, a velocidade do curso do dinheiro substitui sua quantidade somente até um certo grau, pois, a qualquer momento dado, está sendo efetuado paralelamente um sem-número de compras e vendas fragmentadas.

[102] A massa de moeda é indiferente, "contanto que haja bastante para manter os preços dados das mercadorias" (Boisguillebert, p. 210). "Se a circulação de mercadorias no valor de 400 milhões de libras esterlinas exige uma massa de ouro de 40 milhões, e supondo que esta proporção de 1 para 10 seja o nível adequado, no caso de que o valor das mercadorias circulantes subisse por razões naturais a 450 milhões, a massa de ouro, para ficar no nível, deveria subir a 45 milhões" (W. Blake, *Observations on the Effects Produced by the Expenditure of Government*, etc., Londres 1823. p. 80, 81). (N. do A.)

[103] "É a rapidez de circulação do dinheiro e não a quantidade dos metais (em circulação) que faz parecer pouco ou muito dinheiro" (Galiani, l. c., p. 99). (N. do A.)

Se os preços das mercadorias em circulação aumentam em sua totalidade, mas em menor proporção ao aumento da velocidade do curso do dinheiro, cairá a massa dos meios de circulação. Se, ao contrário, a velocidade na circulação diminui em maior proporção à queda de preços, da massa das mercadorias em circulação, aumentará a massa dos meios de circulação. Quantidade crescente dos meios de circulação com preços que geralmente baixam, quantidade decrescente dos meios de circulação com preços que geralmente sobem, é um dos fenômenos mais bem comprovados na história dos preços das mercadorias. Todavia, a análise das causas que provocam uma elevação do nível dos preços e simultaneamente uma aceleração ainda maior da velocidade do curso do dinheiro, bem como das causas que provocam o movimento inverso, está fora do estudo da circulação simples. A título de exemplo, podemos assinalar que, *particularmente* nos períodos em que predomina o crédito, a velocidade do curso do dinheiro cresce mais depressa do que os preços das mercadorias, enquanto uma diminuição do crédito provoca uma diminuição mais lenta dos preços das mercadorias do que da velocidade da circulação. O caráter superficial e formal da circulação simples de dinheiro manifesta-se precisamente em que todos os fatores que determinam o número dos meios de circulação, como a massa das mercadorias em circulação, os preços e sua variação, o volume das compras e vendas a um dado momento, a velocidade do curso do dinheiro, dependem do processo de metamorfose do mundo das mercadorias, que por sua vez depende do caráter global do modo de produção, do montante da população, da relação entre a cidade e o campo, do nível de desenvolvimento dos meios de transporte, do grau da divisão do trabalho, do crédito, etc., em resumo, depende das circunstâncias que estão todas elas *fora* da circulação simples do dinheiro e nela apenas se refletem.

Pressuposta a velocidade da circulação, determina-se a massa dos meios de circulação simplesmente pelos preços das mercadorias. Não são os preços que são altos ou baixos porque circula menos dinheiro, mas, ao contrário, circula mais ou menos dinheiro porque os preços são altos ou baixos. Esta é uma das leis econômicas mais importantes, cuja demonstração minuciosa a partir da história dos preços das mercadorias seja talvez o único mérito da economia inglesa pós-ricardiana. No entanto, a experiência mostra que, em um país determinado, o nível da circulação de metais ou a massa do ouro e da prata que se encontra em circulação está exposto, é verdade, a fluxos e refluxos temporários, às vezes muito violentos,[104] mas no conjunto permanece o mesmo em períodos de tempos mais

[104] Em 1858 a Inglaterra deu um exemplo de queda extraordinária da circulação metálica abaixo de seu nível médio, como se poderá verificar pelo seguinte excerto do *London Economist:* "Em virtude da própria natureza do fenômeno (a saber, o caráter fragmentário da circulação simples), não podemos conseguir dados realmente precisos sobre a quantidade de dinheiro sonante em flutuação no mercado e em posse de classes que não têm negócios com bancos. Mas talvez a atividade e inatividade das Casas da Moeda das grandes nações comerciais seja um dos indícios mais seguros das variações desta quantidade. Fabrica-se muita moeda quando se utiliza muita, e pouca quando se utiliza pouca. Na Casa da Moeda da Inglaterra a cunhagem em 1855 foi de 9 245 000 libras esterlinas, em 1856 de 6 476 000 e em 1857 de 5 293 858. Em 1858 a Casa da Moeda não teve quase o que fazer" *(Economist* de 10 de julho de 1858). Entretanto, ao mesmo tempo havia nos porões do banco cerca de 18 milhões de libras esterlinas de ouro. (N. do A.)

longos; desvios do nível médio conduzem apenas a oscilações fracas. Isso se explica simplesmente pela natureza opositiva das circunstâncias que determinam a massa do dinheiro circulante. A modificação simultânea dessas circunstâncias anula seu efeito e deixa tudo como antes.

Tendo-se a velocidade de curso do dinheiro e a soma dos preços das mercadorias como dados, determina-se a quantidade do meio circulante. Esta lei pode também ser expressa do seguinte modo: a quantidade de ouro circulante depende de seu próprio valor, dados os valores de troca das mercadorias e a velocidade média de suas metamorfoses. Portanto, se aumentasse ou diminuísse o valor do ouro, ou seja, o tempo de trabalho necessário para sua produção, os preços das mercadorias cairiam ou subiriam, e esta queda ou aumento geral dos preços, permanecendo constante a velocidade do curso, corresponderia a uma massa maior ou menor de ouro, que seria necessária para a circulação da mesma massa de mercadorias. Dar-se-ia a mesma alteração se a antiga medida de valor fosse suplantada por um metal mais valioso, ou por outro de menor valor. Foi o que aconteceu na Holanda quando, em virtude de uma terna consideração aos credores do Estado e por temor das conseqüências dos descobrimentos na Califórnia e na Austrália, se substituiu a moeda de ouro pela de prata. A Holanda teve que dispor então de uma quantidade de prata catorze a quinze vezes maior do que a quantidade de que dispunha antes em ouro para fazer circular a mesma massa de mercadorias.

A quantia de ouro circulante depende das alterações da soma dos preços das mercadorias e das alterações da velocidade de circulação. Desta dependência resulta que a massa dos meios metálicos de circulação deve ser suscetível de contração e expansão, em suma, o ouro ora tem que entrar no processo como meio de circulação, ora tem que se retirar daí novamente conforme às necessidades do processo de circulação. Mais adiante veremos como o próprio processo de circulação realiza estas condições.

c) *A Moeda. O Sinal de Valor.*

Na sua função como meio de circulação o ouro adquire forma própria, torna-se *moeda.* Para que seu curso não sofra paralisação por dificuldades técnicas, o ouro é cunhado conforme o padrão da moeda de cálculo. Peças de ouro, cuja inscrição e figura indicam que contêm esse metal nas frações de peso representadas nas denominações de cálculo do dinheiro — libras esterlinas, *schillings,* etc. —, são moedas. Do mesmo modo que a fixação do preço da moeda, cabe ao Estado o trabalho técnico da cunhagem. O dinheiro como moeda — tal como a moeda de cálculo — adquire *caráter local e político,* fala idiomas nacionais diferentes e veste uniformes nacionais distintos. A esfera dentro da qual circula o dinheiro como moeda distingue-se por isso da *circulação geral* do mundo das mercadorias por ser uma circulação *interior,* circunscrita pelos limites de uma comunidade.

Contudo, entre o ouro em barra e o ouro em moeda não há mais nenhuma outra diferença do que sua denominação de moeda e sua denominação de peso.

Aquilo que no último caso aparecia como uma diferença de denominação surge agora como mera diferença de figura. Basta a moeda de ouro ser atirada no cadinho para ser transformada de novo em ouro *sans phrases* (sem rodeios), como inversamente basta as barras de ouro serem enviadas à Casa da Moeda para que adquiram a forma de moeda. A transformação e retransformação do ouro de uma figura em outra aparece como uma operação puramente técnica.

Na Casa da Moeda inglesa obtém-se por 100 libras, ou seja, 1 200 onças *troy* de 22 quilates, o total de 4 672 libras esterlinas e meia, ou soberanos de ouro. Colocados estes soberanos num dos pratos de uma balança, e no outro 100 libras de ouro em barra, o peso será igual, com o que se tem a prova de que o soberano não é outra coisa do que fração de peso do ouro, indicado por esse nome, em preço monetário inglês, com figura e inscrição próprias. Os 4 672 soberanos e meio, de ouro, são lançados na circulação em pontos diversos e, uma vez nela, desempenham um determinado número de cursos por dia, uns mais, outros menos. Se fosse 10 o número médio dos cursos diários de cada onça, 1 200 onças de ouro realizariam uma soma total de preços-mercadorias no montante de 12 000 onças ou 46 725 soberanos. Por mais que se vire e revire uma onça de ouro ela não pesará jamais 10 onças de ouro. Mas aqui, no processo de circulação, uma onça pesa de fato 10 onças. O modo de ser da moeda no processo de circulação é igual à quantia de ouro contida nela, multiplicada pelo número de seus cursos. Além de seu modo de ser efetivo como peça de ouro individual de peso determinado, a moeda assume, portanto, um modo de ser ideal proveniente de sua função. Contudo o soberano, gire uma ou dez vezes, atua sempre somente como um único soberano em cada compra ou venda. É como um general que, graças à sua chegada no momento oportuno a dez diferentes pontos no mesmo dia de batalha substitui a dez generais, mas apesar disso em todos os pontos continua sendo o mesmo e idêntico general. A idealização do meio de circulação, proveniente da substituição da quantidade pela velocidade do curso do dinheiro, refere-se apenas ao modo de ser funcional da moeda dentro do processo de circulação, mas não afeta o modo de ser da peça de moeda individual.

No entanto, o curso do dinheiro é um movimento externo e o soberano, embora *non olet* (não tenha cheiro), freqüenta uma sociedade mista. Na fricção com todos os tipos de mãos, porta-níqueis, bolsos, algibeiras, bolsas, caixas, arcas e cofres, a moeda se desgasta, deixando um átomo aqui, outro ali, perdendo assim, pelo desgaste em seu giro pelo mundo, cada vez mais de seu conteúdo intrínseco. Gastando-a, ela se gasta. Fixemo-nos no soberano, em um momento em que seu caráter naturalmente puro parece ainda apenas ligeiramente atingido.

> "Um padeiro, que recebe hoje, diretamente do banco, reluzente de tão novo, para pagar ao moleiro no dia seguinte, não paga com o mesmo verdadeiro *(veritable)* soberano: este é agora mais leve do que no momento em que foi recebido."[105]

[105] Dodd, *Curiosities of Industry*, etc., Londres, 1854 (p. 16). (N. do A.)

"É claro que a moeda, pela própria natureza das coisas, precisa sempre depreciar-se peça por peça, em conseqüência do simples efeito desse desgaste habitual e inevitável. É materialmente impossível em um tempo qualquer, mesmo que seja por um só dia, excluir totalmente da circulação moedas leves."[106]

Jacob estima em 1829 que, dos 380 milhões de libras esterlinas que havia na Europa em 1809, 19 milhões tinham desaparecido completamente devido ao desgaste, portanto, num espaço de vinte anos.[107] Se a mercadoria com seu primeiro passo pelo qual adentra a circulação já cai fora dela, a moeda, ao contrário, representa, depois de alguns passos dentro da circulação, uma quantidade maior de metal do que contém. Quanto mais tempo a moeda gira a uma velocidade estável, ou quanto mais movimentada é sua circulação num mesmo período de tempo, maior é a separação que se produz entre seu modo de ser como moeda e seu modo de ser metálico, de ouro ou de prata. O que sobra é *magninominis umbra* (a sombra de um grande nome). O corpo da moeda não é nada mais do que uma sombra. Sendo mais pesada quando da sua origem no processo, este torna-a mais leve agora, mas em toda a compra ou venda isolada continua valendo a mesma quantia de ouro original. O soberano continua agora como soberano *aparente,* como ouro *aparente,* a desempenhar a função da peça de ouro legítima. Se outros entes perdem seu idealismo com o choque com o mundo exterior, a moeda, ao contrário, é idealizada pela praxis, é transformada em mero modo aparente de ser de seu corpo áureo ou argênteo. Esta segunda idealização, a do dinheiro metálico efetuada através do próprio processo de circulação, ou seja, a separação que se produz entre seu conteúdo nominal e seu conteúdo real, é explorada em parte por governos, em parte por aventureiros particulares, que falsificam as moedas de diversas maneiras. Toda a história da cunhagem de moedas desde o início da Idade Média até bem adentro do século XVIII se resume na história destas falsificações bilaterais e antagônicas, e a volumosa coleção de Custodi sobre os economistas italianos gira em grande parte em torno deste ponto.

No entanto, o modo aparente de ser do ouro, sua função, entra em conflito com seu modo efetivo de ser. Ao circular, uma moeda de ouro perde mais, outra menos, de seu conteúdo metálico, daí valer um soberano, de fato, mais do que outro. Mas em seu modo de ser funcional, como moeda, valem o mesmo tanto, isto é, o soberano que contém 1/4 de onça não vale mais do que o soberano que parece conter 1/4 de onça. Em vista disto, os soberanos de peso integral são submetidos a operações cirúrgicas, em parte nas mãos de possuidores pouco escrupulosos, impondo artificialmente a eles o que a própria circulação realizou natu-

[106] *The Currency Reviewed,* etc. *by a Banker,* etc., Edimburgo, 1845, p. 69, etc. "Se um escudo um pouco usado fosse considerado como valendo qualquer coisa menos que um escudo novo, a circulação seria continuamente interrompida, e nem um só pagamento realizar-se-ia sem contendas" (Garnier, G., *Histoire de la Monnaie,* etc., t. I, p. 24). (N. do A.)

[107] Jacob, W., *An historical Inquiry into the Production and Consumption of the Precious Metals,* Londres, 1831, vol. II. c. XXVI (p. 322). (N. do A.)

ralmente com seus irmãos mais leves. São manipulados de tal forma que sua excessiva banha de ouro fique no cadinho. Se 4 672 soberanos e meio, de ouro, não pesam em média mais de 800 onças, em vez de 1 200, comprarão no mercado do ouro apenas 800 onças deste metal, ou seja, o preço de mercado do ouro subiria acima de seu preço em moeda. Qualquer peça de moeda, ainda que fosse de peso integral, valeria em sua forma monetária menos do que em forma de barra. Os soberanos de peso integral seriam retransformados em barras de ouro, forma em que mais ouro tem mais valor. Assim que esta perda de conteúdo metálico houvesse alcançado um número suficiente para poder ocasionar uma alta persistente do preço de mercado do ouro acima do seu preço em moeda, as denominações de cálculo da moeda, embora permanecessem as mesmas, passariam a indicar daí em diante uma quantia inferior de ouro. Em outras palavras, o padrão da moeda ter-se-ia alterado e o ouro será futuramente cunhado conforme este novo padrão. Em virtude de sua idealização como meio de circulação, o ouro teria alterado retroativamente as relações estabelecidas legalmente, nas quais figurava como padrão dos preços. Depois de um certo espaço de tempo, repetir-se-ia a mesma revolução, e o ouro seria submetido assim, tanto em sua função de padrão dos preços como em sua função como meio de circulação, a uma contínua mudança, de tal modo que a mudança em uma das formas traria como conseqüência a da outra, e vice-versa. Isto explica o fenômeno mencionado anteriormente, de que, na história de todos os povos modernos, o mesmo nome monetário permanece servindo a um conteúdo metálico em constante declínio. A contradição do ouro, como moeda, com o ouro, como padrão dos preços, torna-se igualmente contradição do ouro como moeda frente ao ouro equivalente geral . É sob esta última forma que o ouro circula não somente dentro dos limites nacionais como também no mercado mundial. Na sua função de medida de valores, o ouro conserva sempre seu peso íntegro pela simples razão de que servia apenas como ouro ideal. Como equivalente, no ato isolado M-D, sai de seu modo de ser em movimento para o de repouso, mas como moeda sua substância natural está em conflito contínuo com sua função. É certo que não se pode evitar completamente a transformação do soberano em ouro fictício, mas a legislação procura impedir que se perpetue como moeda, estabelecendo sua aposentadoria a partir de um determinado grau de falta de sua substância. Segundo as leis inglesas, por exemplo, um soberano que tenha perdido peso superior a 0,747 de grão não é mais um soberano legal. Entre 1844 e 1848 só o Banco da Inglaterra pesou 48 milhões de soberanos de ouro. Este banco possui uma máquina adaptada à balança de Mr. Cotton, que não só detecta uma diferença de 1/100 de grão em dois soberanos, mas ainda, como se fosse um ser dotado de entendimento, projeta o soberano de peso insuficiente sobre uma plancha onde é colhida por uma outra máquina, que os estraçalha com uma crueldade oriental.

Sob estas condições em geral, a moeda de ouro não poderia circular de maneira alguma caso seu curso não fosse circunscrito a determinadas áreas de circulação, dentro de cujos limites se gasta menos rapidamente. Uma moeda de ouro, que na circulação vale 1/4 de onça, quando na realidade só pesa 1/5, tornou-se de fato mero sinal ou símbolo para 1/20 de onça de ouro, e deste modo,

pelo próprio processo de circulação, todas as moedas de ouro ficam mais ou menos transformadas em mero sinal ou símbolo de sua substância. Mas uma coisa não pode ser seu próprio símbolo. Uvas desenhadas não são o símbolo de uvas efetivas, mas são uvas aparentes. Menos ainda um soberano leve pode servir de símbolo de um soberano de peso completo, tanto quanto um cavalo magro não pode ser símbolo de um gordo. Mas já que o ouro se transforma em símbolo de si mesmo, e, por outro lado, não pode ser símbolo de si mesmo, nas áreas da circulação em que se gasta mais rapidamente, isto é, nas áreas onde compras e vendas em pequenas proporções são constantemente renovadas, adquire um modo de ser simbólico, de cobre ou de prata, separado de seu modo de ser de ouro. Ainda que não fossem as mesmas peças de ouro haveria sempre uma certa proporção do total de dinheiro-ouro em ação nestas áreas como moeda. Nestas proporções o ouro é substituído por fichas de prata ou de cobre. Se, como medida de valores, e por isso, como dinheiro, só uma mercadoria específica pode funcionar dentro dos limites nacionais, diferentes mercadorias podem todavia servir de moeda paralelamente ao ouro. Estes meios de circulação subsidiários, fichas de prata ou de cobre, por exemplo, representam dentro da circulação determinadas frações da moeda de ouro. Seu próprio conteúdo em prata ou em cobre não é, por conseguinte, determinado pela relação de valor da prata e do cobre com o ouro, mas é fixado arbitrariamente pela lei. Só podem ser emitidas nas quantidades em que as diminutivas frações da moeda de ouro, representadas por elas, circulariam constantemente, seja para o câmbio de moedas de ouro de maior valor, seja para a realização de preços-mercadorias menores correspondentes. No interior da circulação a varejo as fichas de prata e cobre pertencerão, por sua vez, a círculos particulares. Pela própria natureza das coisas, a velocidade de seu curso está na proporção inversa do preço que realizam em cada compra e venda particular, ou seja, na proporção inversa da grandeza da fração da moeda de ouro que representa. Se se toma em consideração o enorme volume do pequeno comércio cotidiano em um país como a Inglaterra, a proporção relativamente insignificante da quantidade total das moedas subsidiárias circulantes mostra quanto seu curso é rápido e contínuo. De um informe parlamentar publicado recentemente depreende-se que, por exemplo, em 1857 a Casa da Moeda inglesa cunhou ouro no montante de 4 859 000 libras esterlinas, prata no valor nominal de 733 000 libras esterlinas e valor metálico de 363 000 libras esterlinas. A soma total do ouro cunhado em um prazo de dez anos, que precederam a 31 de dezembro de 1857, foi de 55 239 000 libras esterlinas, enquanto a prata cunhada se elevava apenas a 2 434 000 libras esterlinas. A moeda de cobre montava, em 1857, a apenas 6 720 libras esterlinas em valor nominal, com valor metálico de 3 492 libras esterlinas, das quais 3 136 libras esterlinas em *pence,* 2 464 em meio *penny* e 1 120 em *farthings.* O valor total da moeda de cobre cunhada nos últimos anos era de 141 477 libras esterlinas em valor nominal com um valor metálico de 73 503 libras esterlinas. Assim como a moeda de ouro é impedida de fixar-se em sua função de moeda, pela determinação legal da perda de metal que a desmonetiza, as fichas de prata e de cobre estão impedidas de passar de suas esferas de circulação para a esfera de circulação da moeda de ouro e fixar-se aí, por ser determinado o nível de preço que realizam legalmente. Na Inglaterra, por exemplo, cobre precisa ser

aceito só até o montante de 6 *pence*. Prata até o montante de 40 *schillings*. Se as fichas de prata e de cobre fossem emitidas em quantidades superiores às exigências de suas esferas de circulação nem por isso subiriam os preços das mercadorias, mas estas fichas acumular-se-iam nos vendedores varejistas que, finalmente, se veriam obrigados a vendê-las como metal. Foi o que se deu em 1798, em que moedas de cobre, emitidas por particulares, acumularam-se nas mãos dos lojistas em totais de 20, 30, 50 libras esterlinas. Estes, depois de tentarem em vão colocá-las novamente em curso, acabaram por lançá-las como mercadoria no mercado do cobre.[108]

As fichas de prata e de cobre, que representam as moedas de ouro em determinadas esferas da circulação interna, possuem um conteúdo de prata ou de cobre determinado legalmente, mas uma vez agarradas pela circulação se desgastam tanto quanto a moeda de ouro idealizando-se, transformando-se mais rapidamente ainda, em meros corpos-sombras, em virtude da velocidade e continuidade de seu curso. Se se tivesse que traçar novamente uma linha limite para a perda máxima de conteúdo metálico, a partir da qual perderiam seu caráter monetário, as fichas de prata e cobre deveriam, dentro de determinadas áreas de suas próprias esferas de circulação, ser substituídas de novo por outro dinheiro simbólico, digamos de ferro ou chumbo, e a apresentação de um dinheiro simbólico por outro dinheiro simbólico passaria a ser um processo sem fim. Por isso, em todos os países de circulação desenvolvida, a necessidade do próprio curso do dinheiro obriga a tornar o caráter monetário das fichas de prata e de cobre independente de qualquer grau de perda de seus conteúdos metálicos. Com isso, manifesta-se o que se encontrava na natureza da coisa, isto é, que as moedas de prata ou cobre são já símbolos da moeda de ouro, não porque sejam símbolos feitos de prata ou de cobre, isto é, não porque tenham um valor, mas exatamente ao contrário, por não terem valor algum.

Coisa relativamente sem valor como o *papel* pode também servir como símbolo da moeda de ouro. A existência de fichas de metal de prata, de cobre, etc., como moeda subsidiária, se explica em grande parte pelo fato de que circulavam como dinheiro metais de menor valor, como a prata na Inglaterra, o cobre na República da antiga Roma, na Suécia, na Escócia, etc., antes de que o processo de circulação as tivesse degradado à situação de moeda divisionária e colocado em seu lugar um metal mais precioso. É natural, portanto, que tenha sido de início um metal o símbolo monetário nascido diretamente da circulação monetária. Assim como a porção de ouro, cuja função era circular continuamente como moeda divisionária foi substituída por fichas de metal, a porção de ouro que é absorvida pela esfera da circulação interna como moeda e que tem portanto que girar constantemente, pode igualmente ser substituída por fichas sem valor. O nível mínimo da massa da moeda circulante é, em todo país, determinável empiricamente. A diferença, insignificante em sua origem, entre o conteúdo nominal e o conteúdo metálico das moedas de metal pode, pois, evoluir até a cisão absoluta. O nome monetário do dinheiro se desprende de sua substância e passa a existir

[108] David Buchanan, *Observations on the Subjects Treated of in Doctor Smith's Inquiry on the Wealth of Nations*, etc., Edimburgo, 1814, p. 31. (N. do A.)

fora dela, impresso em pedaços de papel sem valor. Da mesma maneira pela qual o valor de troca das mercadorias, graças a seu processo de troca, se cristaliza em dinheiro-ouro, este se sublima durante seu curso em seu próprio símbolo, primeiro na forma de ouro desgastado, depois na forma de moedas metálicas subsidiárias e, finalmente, na forma de fichas de papel sem valor, isto é, na forma de simples *sinal de valor.*

Contudo a moeda de ouro criou seus representantes, primeiro de metal e depois de papel, só porque continuou desempenhando sua função de moeda, apesar de sua perda de metal. Não é que ela deixa de circular por se desgastar, mas ao contrário, ela se desgasta até chegar a símbolo, porque continua a circular. Apenas na medida em que o próprio dinheiro-ouro se torna mero sinal de seu próprio valor dentro do processo, é que pode ser substituído por meros sinais de valor.

Na medida em que o movimento M-D-M consiste na unidade em marcha dos momentos M-D e D-M, que se convertem um no outro, ou na medida que a mercadoria percorre o processo de sua metamorfose total, ela desenvolve seu valor de troca em preço e em dinheiro, para logo em seguida suprimir esta forma, para se tornar novamente mercadoria, ou antes, valor de uso. Seu valor de troca passa portanto por uma *autonomia meramente aparente.* Além disso, vimos que o ouro, na medida em que se restringe à função de moeda ou que se encontra continuamente em curso, apresenta de fato apenas o encadeamento das metamorfoses das mercadorias e *seu ser-dinheiro totalmente fugidio,* realiza o preço de uma mercadoria apenas para realizar o preço de outra, mas não surge nunca como modo de ser do valor de troca em repouso ou mesmo mercadoria em repouso. A realidade adquirida pelo valor de troca das mercadorias neste processo, valor de troca que o ouro apresenta no seu curso, é apenas a realidade da faísca elétrica. Ainda que seja portanto ouro efetivo, funciona somente como ouro aparente, e pode por isso ser substituído nesta função por sinais de si mesmo.

O sinal de valor, digamos o papel, que funciona como moeda, é sinal da quantia de ouro expressa em seu nome monetário, é portanto *sinal do ouro.* Mas assim como uma determinada quantia de ouro em si não expressa qualquer relação de valor, o sinal que toma o seu lugar também não o exprime. Só à medida em que uma certa quantia de ouro, enquanto tempo de trabalho objetivo, possuir uma certa grandeza de valor, o sinal do ouro significa valor. A grandeza de valor representada por este sinal depende em cada caso do valor da quantia de ouro representada por ele. Face às mercadorias o sinal de valor representa a *realidade de seu preço,* é *signum pretti* (signo do preço) e sinal de seu valor apenas porque seu valor se exprime em seu preço. Na medida em que o processo M-D-M se apresenta como unidade evolutiva ou em conversão mútua de ambas as metamorfoses — e é assim que se apresenta na esfera de circulação onde funciona o sinal de valor —, o valor de troca das mercadorias adquire, dentro deste processo, no preço, uma existência meramente ideal, e no dinheiro, uma existência apenas representada, simbólica. O valor de troca aparece assim *somente* como valor pensado ou concretamente representado, mas não possui *efetividade* a não ser nas próprias mercadorias, porquanto é nelas que se encontra objetivada uma determinada quantia do tempo de trabalho. *Parece* pois que o sinal de valor representa

imediatamente o valor das mercadorias ao apresentar-se não como sinal do ouro, mas como sinal do valor de troca, que no preço encontra apenas sua expressão, enquanto na mercadoria — e somente nela — encontra sua existência. Todavia esta aparência é falsa. Imediatamente o sinal de valor é apenas *sinal de preço,* portanto *sinal de ouro;* e é apenas por um efeito indireto que chega a ser sinal do valor da mercadoria. O ouro não vendeu sua sombra, como Peter Schlemihl, mas compra com ela. O sinal de valor atua portanto só na medida em que, dentro do processo, representa o preço de uma mercadoria frente a outra ou *representa ouro* face a qualquer possuidor de mercadoria. De início uma coisa relativamente sem valor, um pedaço de couro, de papel, etc., converte-se pela rotina em sinal da matéria monetária; contudo, só se afirma como tal quando seu modo de ser como símbolo é assegurado pela vontade geral dos possuidores de mercadorias, isto é, quando adquire legalmente um modo de ser convencional tomando com isso um curso forçado. Papel-moeda nacional de curso forçado é a forma acabada do *sinal de valor,* e a única forma de moeda-papel que nasce diretamente da circulação metálica ou da própria circulação simples de mercadorias. A *moeda creditícia* pertence a uma esfera superior do processo social de produção e é regulada por leis completamente diferentes. De fato, a moeda-papel simbólica não é em nada diferente da moeda de metal subsidiária, apenas que atua em uma esfera de circulação mais ampla. Se já o mero desenvolvimento técnico do padrão dos preços ou dos preços monetários, aliado à transformação exterior do ouro bruto em moeda de ouro, bastou para suscitar a intervenção do Estado, com o que se torna clara a separação entre circulação interna e circulação universal de mercadorias, esta cisão é consumada agora pela evolução da moeda para sinal de valor. Como simples meio de circulação, o dinheiro em geral só pode aceder à autonomia no interior da esfera de circulação interna.

Nossa apresentação mostrou que o modo de ser da moeda de ouro como sinal de valor, desligado da própria substância do ouro, tem sua origem no próprio processo de circulação, e não na convenção ou na intervenção do Estado. A Rússia nos proporciona um exemplo surpreendente da formação natural do sinal de valor. Na época em que couros e peles serviam de dinheiro neste país, a contradição deste material perecível e pouco manejável com sua função de meio de circulação criou o hábito de substituí-lo por pedacinhos de couro timbrados, que conforme as indicações eram pagáveis em couro ou peles. Mais tarde tornaram-se, sob o nome de copeques, meros sinais para as frações do rublo de prata, uso que se manteve regionalmente até 1700, quando Pedro, o Grande, ordenou sua substituição por pequenas moedas de cobre emitidas pelo Estado.[109] Autores da Antiguidade, que não puderam observar senão os fenômenos da circulação metálica, encaram já a moeda de ouro como o símbolo ou sinal de valor. Pla-

[109] Henry Storch, *Cours d'Economie Politique,* etc., com notas de J.-B. Say, Paris 1823, t. IV, p. 179. Storch publicou a sua obra em Petersburgo, em francês. J.-B. Say promoveu logo em seguida uma reimpressão da mesma em Paris, completando-a com pretensas notas que, em realidade, não contêm mais que lugares-comuns. Storch (vejam-se suas *Considerations sur la Nature du Revenu Nacional,* Paris, 1824) não gostou de forma alguma desta anexação em sua obra pelo "príncipe da ciência". (N. do A.)

tão[110] e Aristóteles[111] foram alguns destes autores. Em países sem qualquer desenvolvimento do crédito, como a China, o papel-moeda com curso forçado aparece já muito cedo.[112] Os primeiros que preconizaram a moeda-papel chamam já a atenção especificamente sobre a transformação da moeda metálica em sinal de valor, que se processa no próprio interior do processo de circulação. Assim procederam Benjamin Franklin[113] e o bispo Berkeley.[114]

Quantas resmas de papel picadas em notas podem circular como dinheiro? Posta desta maneira a pergunta seria absurda. As fichas sem valor só são sinais de valor na medida em que representam o ouro dentro do processo de circulação, e o representam só nas quantidades em que o próprio ouro entraria no processo de circulação como moeda, em uma quantidade determinada por seu próprio valor, se tomamos como dados os valores de troca das mercadorias e a velocidade de suas metamorfoses. Notas com a denominação de 5-libras-esterlinas poderiam circular apenas em um número cinco vezes menor do que notas com a denominação de 1-libra-esterlina; e se todos os pagamentos fossem efetuados

[110] Platão, *De Republica,* Livro II. "A moeda é um símbolo da troca" *(Opera Omnia,* etc.", ed. G. Stallbaumius, Londres, 1850, p. 304). Platão desenvolveu a moeda apenas em suas determinações como medida de valor e sinal de valor, mas exige, além do sinal de valor que serve para a circulação interna, um outro para o comércio da Grécia com o exterior. (Veja também o Livro V de suas *Leis.)* (N. do A.)

[111] Aristóteles, *Ethica Nicomachea,* Livro V, c. VIII, 1. c. (p. 98). "O dinheiro tornou-se por convenção o único meio de troca capaz de satisfazer às necessidades recíprocas. Assim tem o nome de *nómisma* porque não tem origem na natureza mas na lei e depende de nós alterá-lo e torná-lo inútil." Aristóteles tinha um conceito do dinheiro incomparavelmente mais amplo e profundo que Platão. Na seguinte passagem ele nos apresenta o desenvolvimento da troca entre diferentes comunidades, de onde surge a necessidade de dar o caráter de dinheiro a uma mercadoria específica, a uma substância valiosa. "Pois quando os serviços recíprocos prestados ao importar o que faltava, e ao exportar o excedente, se estenderam a maiores distâncias, a *necessidade* deu origem ao uso do dinheiro... Convencionou-se dar e receber nas trocas recíprocas uma coisa que, *tendo um valor em si mesmo,* tivesse a vantagem de ser manejável... como o ferro e a prata ou outra substância análoga" (l.c., p. 14). Esta passagem é citada por Michel Chévalier, que não leu Aristóteles ou não o compreendeu, para provar que, segundo a opinião de Aristóteles, o meio de circulação é necessariamente constituído por uma substância dotada de valor em si mesmo. Pelo contrário, Aristóteles diz expressamente que o dinheiro, como simples meio de circulação, parece ter um ser concreto puramente convencional ou legal, como o seu próprio nome *nósmima* já indica, e porque, de fato, adquire um valor de uso como moeda de sua própria função, e não de um valor de uso intrínseco a ele mesmo. "O dinheiro parece ser uma coisa vã, totalmente determinada pela lei, *e em nada pela natureza, de tal forma que, se for colocado fora da circulação,* é provido de qualquer valor e inútil para qualquer necessidade" (l.cc., p. 15). (N. do A.)

[112] Mandeville (Sir John), *Voyages and Travels,* Londres, ed. 1705, p. 105: "Este imperador (de Catai ou China) pode gastar quanto queira sem limitações. Pois é independente e só faz moeda com couro ou papel *impresso. E quando* esta moeda circulou o bastante que já começa a decompor-se, levam-na de volta ao Tesouro Imperial, onde a moeda velha é substituída por uma nova. E esta moeda circula em todo o país e em todas as províncias... não se faz moeda de ouro nem de prata", e com isso pensa Mandeville, "é que ele (o imperador) pode emitir sempre, repetidas vezes e com exagero". (N. do A.)

[113] Benjamin Franklin, *Remarks and Facts Relative to the American Paper Money,* 1764, p. 348, *loc. cit.:* "Nos tempos atuais, na Inglaterra, a própria moeda de prata foi transformada pelo curso forçado, sendo uma parte do seu valor meio de pagamento legal; esta parte é a diferença entre o seu peso real e o seu valor nominal. Uma grande quantidade de peças de 1 *shilling* e 6 *pence* atualmente em circulação perdeu, com o uso, 5, 10, 20 e, no caso de algumas peças de 6 *pence,* até 50 por cento do seu peso. Para cobrir esta diferença entre o valor *real* e o *nominal,* não se tem nenhum valor intrínseco, nem sequer papel, nada. É o curso legal, juntamente com a certeza de as poder facilmente pôr de novo em circulação pelo mesmo valor, que faz com que uma peça de prata no valor de 3 *pence* passe por uma peça de 6 *pence".* (N. do A.)

[114] Berkeley, *loc. cit.* (p. 3) "Se se mantivesse a denominação da moeda mesmo depois de a sua substância ter deixado de existir, não subsistiria da mesma maneira a circulação do comércio?" (N. do A.)

com notas de *schillings* teriam que circular vinte vezes mais notas de *schillings* do que de libras esterlinas. Se as moedas de ouro fossem representadas por notas de denominações diversas, por exemplo, de 5-libras-esterlinas, de 1-libra-esterlina, de 10-*schillings,* a quantidade destes diferentes sinais de valor seria determinada não somente pela quantia de ouro necessária à circulação total, mas também pela quantia de ouro necessitada pela área de circulação de cada um desses sinais de valor. Se o nível mais baixo a que a circulação de um país pudesse cair fosse de 14 milhhões de libras esterlinas (esta é a cifra adotada pela legislação inglesa, mas não para a moeda circulante e sim para a moeda creditícia) poderiam então circular 14 milhões de notas de papel; cada qual seria o sinal de valor para 1 libra esterlina. Se o valor do ouro cai ou sobe, em conseqüência da queda ou do aumento do tempo de trabalho exigido para sua produção, permanecendo idêntico o valor de troca da mesma massa de mercadorias, o número das notas de 1 libra esterlina aumentaria ou diminuiria na razão inversa da variação de valor de ouro. Se o ouro como medida de valores fosse substituído pela prata, supondo-se que a relação de valor entre o ouro e a prata seja de 1:15, e representando cada nota daí para frente quantia de prata igual à que antes representava do ouro, devem circular agora, em vez de 14 milhões, 210 milhões de notas de 1 libra esterlina. A quantidade de notas de papel deixa-se, portanto, determinar pela quantidade de dinheiro-ouro que elas representam na circulação: e uma vez que só são sinais de valor na medida em que representam o ouro, o valor delas é determinado simplesmente por sua própria *quantidade.* Enquanto a quantidade do ouro circulante depende dos preços-mercadorias, o valor das notas de papel em circulação depende, ao contrário, exclusivamente da sua própria quantidade.

A intervenção do Estado ao emitir a moeda-papel com curso obrigatório — estamos tratando apenas deste tipo de moeda-papel — parece abolir a lei econômica. O Estado que, ao estabelecer o preço da moeda, simplesmente dava a um determinado peso em ouro um nome de batismo, e cunhando-o, imprimia simplesmente no ouro o seu selo, parece agora, pela magia de seu carimbo, poder transformar papel em ouro. Uma vez que as notas de papel têm curso obrigatório ninguém pode impedir ao Estado que lance à circulação o número de notas que queira e que imprima nelas os nomes das moedas que desejar: 1, 5, ou 20 libras esterlinas. Uma vez lançada à circulação, torna-se impossível retirá-las, pois, os postos fronteiriços nacionais detêm o seu curso e *fora* da circulação perdem todo o valor, tanto o valor de uso como o valor de troca. Separadas de seu modo de ser funcional transformam-se em indignos farrapos de papel. No entanto, este poder do Estado é pura aparência. É certo que pode lançar para a circulação a quantidade de notas que quiser, com os nomes monetários que lhe aprouver, mas todo seu controle termina neste ato meramente mecânico. Uma vez absorvido pela circulação, o sinal de valor ou a moeda-papel cai sob o domínio das suas leis imanentes.

Se a soma do ouro necessária para a circulação das mercadorias fosse de 14

milhões de libras esterlinas e o Estado lançasse à circulação 210 milhões de notas com o nome de 1-libra-esterlina, estes 210 milhões seriam transformados em representantes de ouro num montante de 14 milhões de libras esterlinas. O mesmo sucederia se o Estado transformasse as notas de 1-libra-esterlina em representantes de um metal quinze vezes mais baixos, ou de um peso de ouro quinze vezes menor do que antes. Nada se teria alterado além da denominação do padrão dos preços, que é naturalmente convencional, não importando se é ocasionada diretamente pela alteração da lei da moeda ou indiretamente pela multiplicação da nota de papel a um número exigido por um novo padrão mais baixo. Como o nome libra-esterlina indicaria agora uma quantia de ouro quinze vezes menor, os preços de todas as mercadorias passariam a ser quinze vezes mais elevados, e então os 210 milhões de notas de 1-libra-esterlina seriam, de fato, tão necessários como os 14 milhões o eram anteriormente. Do mesmo modo que, multiplicando-se a soma total dos sinais de valores, diminuiria a quantia de ouro que cada um representa. O aumento dos preços seria apenas uma reação do processo de circulação, que obriga os sinais de valor a igualarem-se à quantia de ouro, cujo lugar na circulação pretendem ocupar.

Na história das falsificações do dinheiro, empreendidas pelos governos francês e inglês, encontramos repetidamente que os preços não sobem na proporção em que a moeda de prata é falsificada. Simplesmente porque a proporção em que a moeda foi aumentada não correspondia à proporção em que era falsificada, isto é, porque não foi emitida uma massa de moedas com liga mais pobre, suficiente para obrigar os valores de troca das mercadorias a avaliarem-se futuramente por ela, como medida dos valores, e realizarem-se por moedas correspondentes a esta unidade de medida inferior.

Isto soluciona a dificuldade que o duelo entre Locke e Lowndes não conseguiu resolver. A proporção em que o sinal de valor — quer seja papel, quer ouro e prata falsificados — representa pesos de ouro e prata calculados segundo o preço monetário, não depende de sua própria matéria, mas da quantidade de sinais de valor posta em circulação. A dificuldade em compreender esta proporção provém do fato de que o dinheiro, em ambas as suas funções, como medida de valores e como meio de circulação, está submetido não só a leis contrárias como sobretudo a leis aparentemente contraditórias à oposição de ambas as funções. Em sua função de medida de valores, onde o dinheiro desempenha apenas o papel de moeda de cálculo e o ouro apenas o papel de ouro ideal, tudo depende do material natural. Avaliados em prata ou em preços-prata, os valores de troca se apresentam naturalmente muito diferentes do que se fossem avaliados em ouro ou em preços-ouro. O contrário se dá em sua função como meio de circulação, em que o dinheiro não existe apenas representado, mas tem que estar à mão como uma coisa efetiva ao lado de outras mercadorias. Nesta função de meio de circulação, seu material é indiferente, pois tudo dependerá de sua quantidade. Para a sua função como unidade de medida é decisivo se se trata de uma libra de ouro,

de prata ou de cobre; enquanto em sua função de moedas é a mera quantidade que permite a realização adequada de cada uma dessas unidades de medida, seja qual for seu próprio material. Mas parece contradizer o senso comum corrente o fato de que, no que respeita ao dinheiro meramente pensado, tudo depende de sua substância material, e no que respeita à moeda palpável e corrente, tudo depende de uma proporção numérica ideal.

A alta ou a baixa de preços das mercadorias, em virtude do aumento ou da diminuição da massa de notas de papel — neste último caso quando o meio de circulação é constituído exclusivamente por notas de papel — nada mais é do que a ação violenta do processo de circulação, fazendo valer a lei burlada mecanicamente de fora; lei que se expressa da seguinte forma: a quantidade de ouro em circulação é determinada pelos preços das mercadorias, e a quantidade dos sinais de valor é determinada pela quantidade das moedas de ouro, que se fazem representar na circulação por sinais de valor. Além do mais, uma massa qualquer de notas de papel é absorvida e, em certo sentido, digerida pelo processo de circulação, porque o sinal de valor, qualquer que seja a designação de ouro que represente ao entrar em circulação, dentro dessa fica reduzido à condição de sinal da quantia de ouro, que poderia circular em seu lugar.

Na circulação dos sinais de valor, aparecem invertidas todas as leis da circulação monetária efetiva, isto é, postas de ponta cabeça. Enquanto o ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula. Dado o valor de troca da totalidade das mercadorias em circulação, a quantidade do ouro circulante depende de seu próprio valor, já o valor do papel depende da sua quantidade posta em circulação. Enquanto aumenta ou diminui a quantidade do ouro em circulação com a alta ou baixa dos preços das mercadorias, estes parecem subir ou baixar com a alteração na quantidade do papel circulante. Enquanto a circulação de mercadorias pode absorver apenas determinada quantidade de moedas de ouro e que, por isso, a sucessão alternada de contração e expansão do dinheiro circulante se apresenta como lei necessária, a moeda-papel parece poder entrar em circulação em proporções ilimitadas. Enquanto o Estado, ao falsificar a moeda de ouro ou de prata, perturba sua função de meio de circulação, mesmo que se trate de moedas emitidas com uma deficiência de apenas 1/100 de grão em relação ao seu conteúdo nominal, ao emitir notas de papel sem valor, que nada possuem do metal além do seu nome monetário, está realizando uma operação inteiramente correta. Enquanto a moeda de ouro só representa o valor das mercadorias, na medida em que este se avalia, visivelmente, pelo ouro, isto é, na medida em que é apresentada como preço; o sinal de valor parece representar diretamente o valor da mercadoria. Isto esclarece porque os observadores que estudaram os fenômenos da circulação monetária, limitando-se à circulação do papel-moeda de curso forçado, não perceberam todas as leis imanentes da circulação monetária. Mas, de fato, estas leis aparecem na circulação dos sinais de valor, não apenas invertidas, mas apagadas, uma vez que o papel-moeda, se emitido na proporção correta, realiza movimentos que não lhes são próprios como sinal de valor. Por-

quanto seu movimento propriamente dito, em vez de derivar-se diretamente da metamorfose das mercadorias, provém da violação de sua correta proporção em relação ao ouro.

III — DINHEIRO

O *dinheiro,* diferente de moeda, é o resultado do processo de circulação na forma M-D-M e constitui o ponto de partida do processo na forma D-M-D, isto é, a troca de dinheiro por mercadoria, para trocar mercadoria por dinheiro. Na primeira forma, é a mercadoria e na segunda, é o dinheiro que constitui o ponto de partida e o ponto final deste movimento. Na primeira forma, o dinheiro atua como mediador da troca de mercadorias, na segunda, é a mercadoria que serve ao dinheiro como mediador de seu próprio processo de vir-a-ser dinheiro. O dinheiro que aparece na primeira forma como simples meio, aparece na segunda como meta final da circulação, enquanto a mercadoria, que na primeira aparece como meta final, na segunda forma aparece como simples meio. Se o próprio dinheiro já é o resultado da circulação M-D-M, na forma de D-M-D, o resultado aparece ao mesmo tempo como seu ponto de partida. Enquanto é em M-D-M que se dá o metabolismo das mercadorias, é o modo de ser formal da própria mercadoria resultante deste primeiro processo que constitui o conteúdo efetivo do segundo processo D-M-D.

Na forma M-D-M ambos os extremos são mercadorias de idêntica grandeza de valor, mas ao mesmo tempo são valores de uso qualitativamente diferentes. A troca M-M é o metabolismo efetivo. Na forma D-M-D, ao contrário, ambos os extremos são igualmente ouro de mesma grandeza de valor. Trocar ouro por mercadoria, para trocar mercadoria por ouro, ou, se consideramos o resultado D-D, trocar ouro por ouro parece um absurdo. Mas se traduzimos D-M-D na fórmula: *comprar* para *vender,* o que não significa outra coisa do que trocar ouro por ouro, valendo-se de um movimento mediador, reconhece-se logo a forma dominante da produção burguesa. Todavia, na prática não se compra para vender: compra-se barato, para vender mais caro. Troca-se dinheiro por mercadoria para trocar em seguida a mesma mercadoria por uma quantidade maior de dinheiro, de tal forma que os extremos D-D, se não são diferentes qualitativamente, ao menos o são quantitativamente. Uma tal diferença quantitativa pressupõe *a troca de não-equivalentes.* Além do mais, mercadoria e dinheiro em si nada mais são que formas opositivas da própria mercadoria; são portanto, modalidades distintas da mesma grandeza de valor. O circuito D-M-D oculta, portanto, sob as formas de dinheiro e mercadoria, relações de produção mais desenvolvidas, e constitui dentro da circulação simples nada mais do que um reflexo de um movimento superior.

Temos, pois, que desenvolver o dinheiro, distinguindo-o do meio de circulação, a partir da forma imediata da circulação de mercadorias M-D-M.

O ouro, isto é, a mercadoria específica que serve como medida de valores e

como meio de circulação, converte-se em dinheiro sem outra intervenção da sociedade. Na Inglaterra, onde a prata não é, nem medida de valores, nem meio de circulação dominante, não se transforma em dinheiro; o mesmo acontece com o ouro na Holanda: desde que foi destronada como medida de valor deixou de ser dinheiro. Uma mercadoria converte-se em dinheiro enquanto é uma unidade de medida de valor e meio de circulação, ou, dito de outro modo, o dinheiro é a unidade de medida de valor e meio de circulação. Mas como tal unidade, o ouro possui ainda uma existência autônoma que se distingue de seu modo de ser em ambas as funções. Como medida dos valores o ouro não é nada mais do que dinheiro ideal, ou ouro ideal; como simples meio de circulação é dinheiro simbólico e ouro simbólico; mas em sua simples corporificação simbólica o ouro é dinheiro, ou seja, o dinheiro é ouro efetivo.

Consideremos agora a mercadoria ouro em repouso, que desempenha o papel de dinheiro nas relações com outras mercadorias. Todas as mercadorias representam, em seus preços, uma determinada soma de ouro; são, portanto, apenas ouro representado ou dinheiro representado, *representantes do ouro,* do mesmo modo que no sinal de valor, o dinheiro aparecia inversamente como mero representante dos preços das mercadorias.[115] Como as mercadorias não são nada mais que dinheiro representado, o dinheiro é a única mercadoria efetiva. Contrariamente às mercadorias, que não fazem mais do que representar o modo de ser autônomo do valor de troca, do trabalho social geral e da riqueza abstrata, o ouro é *o modo de ser material da riqueza abstrata.* Sob o ponto de vista do valor de uso, cada mercadoria exprime em sua relação com uma necessidade particular, apenas um momento isolado da riqueza material. Mas o dinheiro satisfaz toda necessidade, tendo-se em conta que é imediatamente convertível em objeto de satisfação de qualquer necessidade. O seu próprio valor de uso é realizado na interminável série de valores de uso, que constituem os seus equivalentes. Em sua substância metálica pura contém toda a riqueza material em germe, que se desenvolve no mundo das mercadorias. Se, por um lado, as mercadorias representam em seus preços o equivalente geral ou a riqueza abstrata — o ouro —, este representa em seu valor de uso, os valores de uso de todas as mercadorias. O ouro é, *por isso, o representante material (materiell) da riqueza material (stofflich).* É o *précis de toutes les choses (Boisguillebert),* é o compêndio da riqueza social. Por sua forma é a encarnação imediata do trabalho geral, ao mesmo tempo que é, por seu conteúdo, o agregado de todos os trabalhos reais. O dinheiro é a riqueza universal em seu aspecto individual.[116] Em sua figura de mediador da circulação sofreu toda a sorte de ultrajes: foi corroído e esmagado até chegar a ser um mero papel simbólico. Mas, como dinheiro, é-lhe restituído

[115] "Não só os metais preciosos são sinais das coisas... mas as coisas são, inversamente... sinais do ouro e da prata" (A. Genovesi, *Lezioni di Economia Civile,* 1765, p. 281 em *Custodi,* Parte Moderna, t. VIII). (N. do A.)

[116] Petty: O ouro e a prata são *universal wealth* (riqueza universal). *Political Arithmethic,* l. c., p. 242. (N. do A.)

seu resplendor áureo. De servo passa a senhor.[117] De simples servidor das mercadorias passa a ser o seu Deus.[118]

a) *Entesouramento*

Como dinheiro, o ouro se distingue primeiramente do meio de circulação, pelo fato de que a mercadoria interrompe a processo de sua metamorfose e permanece no estado de crisálida de ouro. Isto ocorre toda a vez que a venda não evolui para a compra. A autonomia que o ouro adquire em sua função de dinheiro é, sobretudo, a expressão sensível da cisão do processo de circulação, ou da metamorfose da mercadoria em dois atos separados, que subsistem indiferentemente lado a lado. Interrompido seu curso, a própria moeda se torna dinheiro. Nas mãos do vendedor, que a recebe em troca da sua mercadoria, é dinheiro e não moeda; mas tão logo abandone essas mãos volta a ser moeda. Cada um é vendedor da mercadoria especial que produz, mas é comprador de todas as demais mercadorias, das quais necessita para a sua existência social. Enquanto a entrada em cena do vendedor depende do tempo de trabalho necessário à produção de sua mercadoria, sua aparição como comprador é condicionada pela constante renovação das necessidades da vida. Para poder comprar sem vender, é preciso que tenha vendido sem ter comprado. De fato, a circulação M-D-M é apenas a unidade progressiva da venda e da compra, na medida em que é, ao mesmo tempo, o processo constante da sua cisão. Para que o dinheiro gire constantemente como moeda é preciso que a moeda se coagule, sem cessar, em dinheiro. O curso contínuo da moeda está condicionado por sua contínua acumulação, em maiores ou menores quantidades, em fundos de reservas da moeda, que tanto provém de todas as esferas da circulação quanto também é condicionada por todas elas, fundos de reserva da moeda cuja formação, repartição, dissolução e reconstituição varia constantemente; o modo de ser da moeda está, pois, continuamente em processo de desaparecimento, processo este que subsiste continuamente. Adam Smith expressou esta transformação incessante da moeda em dinheiro e do dinheiro em moeda, da seguinte maneira: cada possuidor de mercadoria deve ter sempre de reserva, ao lado da mercadoria particular que vende, uma certa quantidade da mercadoria geral com a qual compra. Vimos que, na circulação

[117] E. Misselden, *Free Trade of the Means to Make Trade Florish*, etc., Londres, 1622. "A matéria natural do comércio é a *merchandise* (mercadoria do comerciante), que os comerciantes, por motivos de ordem comercial, chamam de *commodities* (mercadorias úteis). A matéria artificial do comércio é o dinheiro, que foi qualificado como *sinewes of warre and of state* (nervo da guerra e do Estado). Ainda que por ordem natural e cronológica o dinheiro venha depois da *merchandise*, tornou-se entretanto, tal como está atualmente em uso, o essencial" (p. 7). Ele compara a mercadoria e o dinheiro com "os dois filhos do velho Jacó, que colocava a mão direita sobre o mais jovem e a esquerda sobre o mais velho" (l. c.). Boisguillebert. *Dissertation sur la Nature des Richesses*, etc., l.c. "Eis o escravo do comércio transformado em seu tirano. . . A miséria dos povos provém do fato de que fizeram um senhor, ou melhor, um tirano, daquele que era um escravo" (p. 395, 399). (N. do A.)

[118] Boisguillebert, l.c. "Transformaram-se esses metais (o ouro e a prata) em ídolos e esqueceu-se o objetivo e a intenção com que tinham sido convocados para o comércio: para servir como garantia na troca e na transmissão recíproca. Por isso foram praticamente dispensados desse serviço e transformados em *divindades* a que se sacrificou e a que se sacrificam ainda mais bens e necessidades essenciais, e até seres humanos, do que toda a cega Antiguidade imolou aos seus falsos deuses, etc." (l.c., p. 395). (N. do A.)

M-D-M o segundo membro D-M se fragmenta em uma série de compras que não se efetuam de uma só vez, mas sucessivamente no tempo, de tal forma que uma parte de D circula como moeda, enquanto outra repousa como dinheiro. O dinheiro aqui é de fato *moeda em suspenso,* e os diferentes componentes da massa de moedas circulantes variam sempre, entre uma forma e outra. Esta primeira transformação do meio de circulação em dinheiro representa, portanto, um momento puramente técnico do curso do dinheiro.[119]

A forma primitiva e natural da riqueza é a forma do supérfluo ou do excedente, a parte dos produtos que não é requerida imediatamente como valor de uso, ou também, a posse de tais produtos cujo valor de uso está fora do âmbito das necessidades imediatas. Ao considerar a transição da mercadoria ao dinheiro vimos que este supérfluo ou este excedente de produtos constituem, em grau ainda não desenvolvido de produção, a esfera da troca de mercadorias propriamente ditas. Os produtos supérfluos convertem-se em produtos permutáveis ou mercadorias. A forma adequada de existência desta abundância é o ouro e a prata, que é a primeira forma em que esta riqueza é fixada como riqueza abstratamente social. As mercadorias não só podem ser conservadas sob a forma de ouro ou de prata, ou seja, na matéria do dinheiro, como também como ouro e prata já constituem a forma conservada da riqueza. Todo valor de uso serve como tal na medida em que é consumido, isto é, na medida em que é destruído. Todavia o valor de uso do ouro, que serve de dinheiro, consiste em ser portador do valor de troca, e como matéria-prima amorfa, em ser a encarnação do tempo de trabalho geral. No metal amorfo, o valor de troca possui uma forma imperecível. O ouro ou a prata, imobilizados sob a forma de dinheiro, constituem o *tesouro.* Entre os povos onde domina a circulação puramente metálica, como nos povos antigos, o entesouramento se apresenta como um processo geral, que incluía desde indivíduos até o Estado, guardião que era de seu próprio tesouro. Na Ásia e no Egito, em tempos mais remotos, estes tesouros aparecem sob a guarda de reis e de sacerdotes, mais como testemunhos de seu poderio do que outra coisa. Na Grécia e em Roma se desenvolve a política de formação de tesouros públicos como a forma de manter a abundância em permanente segurança e disponibilidade. O translado repentino de tais tesouros de um país para o outro, pela ação de conquistadores, bem como sua difusão parcial e súbita na circulação constituem uma particularidade da economia da Antiguidade.

Como *tempo de trabalho objetivado* o ouro é fiador da sua própria grandeza de valor, e como encarnação do tempo de trabalho *geral* é o processo de circulação que é seu fiador, que assegura sua ação contínua como valor de troca. Pelo

[119] Boisguillebert pressente na primeira imobilização do *perpetuum mobile,* isto é, na negação de seu ser-concreto funcional como meio de circulação sua independização frente às mercadorias. O dinheiro, diz ele, deve estar "em contínuo movimento, o que somente pode ocorrer sendo móvel, pois assim que deixa de sê-lo tudo está perdido" *(Le Détail de la France,* p. 213). O que não vê é que esta parada é a condição de seu movimento. O que pretende, de fato, é que o valor de troca das mercadorias apareça como forma puramente fugaz de sua metamorfose, sem nunca se fixar como finalidade em si mesma. (N. do A.)
[Marx observa em nota escrita a mão em seu exemplar pessoal que, em vez de valor de troca das mercadorias, deveria constar aqui: forma de valor das mercadorias.]

simples fato de o possuidor de mercadorias poder fixar a mercadoria sob sua figura de valor de troca, ou ficar o próprio valor de troca sob a forma de mercadoria, a troca de mercadorias, com o intuito de recuperá-las sob sua figura transformada de ouro, torna-se o próprio motor da circulação. A metamorfose da mercadoria M-D realiza-se graças a seu próprio desejo de metamorfosear-se, isto é, de transformar-se de riqueza particular e natural em riqueza social geral. Em vez de alteração de matéria (metabolismo) é a alteração de forma que se converte no próprio fim da circulação. De simples forma que era, o valor de troca converte-se em conteúdo do movimento. A mercadoria se mantém como riqueza, como mercadoria, somente na medida em que se mantém na esfera da circulação, e se mantém neste estado fluido apenas na medida em que se petrifica em ouro ou em prata. Permanece no fluxo como cristal do processo de circulação. Contudo, o ouro e a prata só se fixam sob a forma de dinheiro quando não são meios de circulação. *É como não-meios de circulação que se convertem em dinheiro.* Assim, portanto, o único meio de manter a mercadoria permanentemente dentro da circulação é retirá-la desta sob a forma de ouro.

O possuidor de mercadorias só pode retirar da circulação em dinheiro aquilo que traz à circulação em mercadoria. Vender sem cessar, lançar continuamente as mercadorias na circulação, é por isso a primeira condição do entesouramento, do ponto de vista da circulação de mercadorias. Além do mais, o dinheiro desaparece continuamente como meio de circulação no próprio processo de circulação, ao realizar-se permanentemente em valores de uso e ao dissolver-se em efêmeras satisfações. Deve-se, pois, arrancá-lo da corrente devoradora da circulação, ou seja, deve-se deter a mercadoria em sua primeira metamorfose e impedir que o dinheiro cumpra sua função de meio de compra. O possuidor de mercadorias, que se tornou agora um entesourador, deve vender o máximo e comprar o mínimo possível, como já ensinava o velho Catão: *patrem familias vendacem, non emacem esse* (o pai de família deve ter a paixão da venda e não o gosto da compra). Se a aplicação no trabalho é a condição positiva, a poupança é a condição negativa do entesouramento. Quanto menos equivalentes de mercadoria são subtraídos à circulação, em mercadorias particulares ou valores de uso, mais se retira sob a forma de dinheiro ou de valor de troca.[120] A apropriação da riqueza em sua forma geral implica, portanto, renúncia à riqueza em sua efetividade material. O móvel impulsionador do entesouramento é a *avareza,* que não ambiciona a mercadoria como valor de uso, mas sim o valor de troca com mercadoria. Para apoderar-se do supérfluo em sua forma geral, as necessidades particulares devem ser tratadas como um luxo supérfluo. Foi assim que, em 1593, as Cortes apresentaram a Filipe II uma petição, em que se lê, entre outras coisas, o seguinte:

> "As Cortes de Valladolid no ano de 1586 rogam a V. M. que não se permita mais a entrada no reino de velas, vidrarias, bijuterias, cutelaria e outros

[120] "Quanto mais aumentam as reservas de mercadorias, mais diminuem as que existem sob a forma de tesouro *(in treasure)*", E. Misselden, l. c., p. 23. (N. do A.)

objetos semelhantes, pois esses artigos inúteis para a vida humana vêm do estrangeiro para serem trocados por ouro, como se os espanhóis fossem *índios.*"[121]

O entesourador desdenha os prazeres terrestres, temporais e transitórios para correr atrás do tesouro eterno, que não se deixa devorar nem pelas traças, nem pela ferrugem, e que é tão celeste quanto terreno.

"A razão profunda e geral da nossa penúria de ouro — diz Misselden, na obra já citada — é o grande excesso com que este país consome mercadorias estrangeiras, que, em vez de ser *commodities* (mercadorias úteis) revelam-se em *discommodities* (mercadorias inúteis), que além disso nos privam dos muitos tesouros que, doutro modo, seriam importados no lugar destes brinquedos *(toys).* Consumimos exageradamente vinhos da Espanha, da França, da Renânia, do Levante; passas da Espanha, uvas do Levante, de Corinto, *Laws* (espécie de linho fino) e *cambrics* (cambraia) de Hainam, sedas da Itália, açúcar e tabaco das Índias Ocidentais e as especiarias das Índias Orientais; tudo isto não constitui necessidade absoluta para nós e, no entanto, compramos essas coisas com ouro maciço."[122]

Sob a forma de ouro e de prata a riqueza é imperecível, tanto porque o valor de troca existe no metal indestrutível, quanto principalmente porque se impede ao ouro e à prata de assumir, como meio de circulação, a forma monetária puramente fugidia da mercadoria. O conteúdo perecível é, assim, sacrificado à forma imperecível.

"Se o dinheiro for, através dos impostos, retirado das mãos de quem o emprega para comer e beber, e entregue a quem o emprega para o melhoramento do país, na pesca, na mineração, na indústria manufatureira, ou mesmo em roupas, disso resulta sempre um benefício para a comunidade, pois mesmo roupas não são tão perecíveis como os alimentos e as bebidas. Se o dinheiro for empregado em móveis o benefício é maior, se for empregado na construção de casas é maior ainda, e assim por diante. O maior de todos os benefícios é a introdução de ouro e prata no país, pois são as únicas coisas imperecíveis, e estimadas como riqueza em todos os tempos e lugares; todo o mais só é riqueza *pro hic et nunc* (para aqui e agora)."[123]

O ato de arrancar o dinheiro da corrente da circulação e de salvá-lo do metabolismo social se evidencia no ato de *enterrar,* de tal forma que a riqueza social — agora sob a forma de um tesouro subterrâneo imperecível — estabelece com o possuidor de mercadorias as mais secretas relações privadas. O doutor

[121] Sempéré, *Considérations sur les Causes de la Grandeur et de la Décadence de la Monarchie Espagnole,* t. I, pp. 275-276. (N. da Edição Alemã.)
[122] Loc. cit., pp. 11-13 *passim.* (N. do A.)
[123] Petty, *Political Arithmetic,* l. c., p. 196 (N. do A.)

Bernier, que viveu durante certo tempo em Delhi, na Corte de Auranzebs, conta como os comerciantes enterram seu dinheiro profundamente e em segredo, principalmente os pagãos não maometanos que manejam todo o comércio e detêm todo o dinheiro,

> "presos como estão em sua crença de que o ouro e a prata, que escondem durante a sua vida, lhes servirão no outro mundo depois da morte".[124]

Aliás o entesourador, na medida em que seu ascetismo se coaduna com uma ativa aplicação no trabalho, é, em geral, de religião protestante e ainda mais puritano.

> "Ninguém pode negar a necessidade de comprar e vender, atos sem os quais não podemos passar, mas de que podemos fazer uso como bons cristãos, principalmente das coisas que servem para as necessidades e a honra, pois foi assim que procederam os patriarcas, vendendo e comprando gado, lã, cereais e manteiga, leite e outros bens. São dons que Deus extrai da terra e partilha entre os homens. Mas o comércio com os estrangeiros, que traz de Calicut, das Índias e de outras paragens mercadorias como essa tal seda preciosa, jóias de ouro, e especiarias, que apenas servem para a ostentação e não têm nenhuma utilidade, sugando com isso o dinheiro do país e das pessoas, esse comércio não seria permitido se tivéssemos um regimento e príncipes. Mas não quero escrever agora sobre este assunto porque penso que, finalmente, quando não tenhamos mais dinheiro, isto deverá acabar por si, tal como o luxo em adornos e comezainas: de nada nos valerá os escritos e os ensinamentos até que a necessidade e a pobreza nos obriguem a tanto."[125]

[124] François Bernier, *Voyages Contenant la Description des États du Grand Mongol,* edição parisiense de 1830, t. I, cf. pp. 312-314. (N. do A.)

[125] Doktor Martin Luther, *Bücher vom Kaufhandel und Wucher,* 1524. Lutero diz na mesma passagem: "Deus nos obrigou a nós alemães a lançar o nosso ouro e prata aos países estrangeiros, enriquecendo deste modo o mundo inteiro e ficando nós mesmos mendigos. Certamente a Inglaterra teria menos ouro se a Alemanha deixasse a ela os seus panos, e o rei de Portugal também teria menos se lhe deixássemos as suas especiarias. Calculai quanto ouro uma feira de Frankfurt faz sair dos países alemães sem necessidade nem motivo, e ficareis admirado se ainda existir um tostão em terras alemãs. Frankfurt é a brecha por onde escoa o ouro e a prata para fora da Alemanha, e com isto tudo o que brota e cresce, tudo o que é cunhado entre nós; se a brecha fosse tapada, não se ouviriam mais queixas de que por todo lado só há dívidas e nenhum dinheiro, e que os campos e as cidades estão arruinados pela usura. Mas deixai que tudo vá marchando assim: nós, alemães, devemos continuar a ser alemães! O que é preciso é não desistir" (pp. 4-5). Misselden, no trabalho citado, quer manter o ouro e a prata, pelo menos no círculo da cristandade: "O dinheiro é diminuído pelo comércio com povos não pertencentes à cristandade, com a Turquia, com a Pérsia e as Índias Orientais. Na maior parte deste comércio emprega-se o dinheiro sólido, mas no interior da cristandade o comércio é completamente diferente. Pois, ainda que no interior da cristandade o comércio se faça com o dinheiro sólido, este fica contido dentro de suas fronteiras. De fato, há uma corrente e uma contracorrente, um afluxo e um refluxo de dinheiro no comércio que se processa no interior da cristandade, porque às vezes ele é mais abundante em uma parte e falta em outra, conforme haja escassez num país e superabundância em outro: vai, vem, gira no círculo da cristandade, mas fica sempre fechado nos limites da sua esfera. O dinheiro, com o qual se comercia com o exterior da cristandade, com os países acima referidos, é constantemente gasto e nunca mais regressa" (pp. 19 e 20). (N. do A.)

Enterrar dinheiro sob a forma de tesouros, nas épocas em que o metabolismo social entra em crise, é uma prática que se dá até mesmo na sociedade burguesa desenvolvida. O laço social em sua forma compacta — para o possuidor de mercadorias este laço consiste na mercadoria, e o modo de ser adequado da mercadoria é o dinheiro — fica a salvo do movimento social. O *nervus rerum* (nervo das coisas) é enterrado ao lado do corpo de que é nervo.

O tesouro seria um simples metal inútil, sua alma — o dinheiro — tê-lo-ia abandonado, e restaria agora apenas o seu *caput mortuum* (o seu resíduo químico), a cinza arrefecida da circulação, se esta não estivesse em constante tensão com ele. O dinheiro, ou o valor de troca autonamizado, é segundo sua qualidade o modo de ser da riqueza abstrata, mas, ademais, qualquer soma de dinheiro é uma grandeza de valor quantitativamente limitada. O limite quantitativo do valor de troca contradiz sua generalidade qualitativa, e o entesourador ressente-se deste limite, que de fato se transforma em barreira qualitativa e converte o tesouro em representante limitado da riqueza material. O dinheiro, como equivalente geral, apresenta-se imediatamente, como já vimos, numa equação, na qual constitui um lado, mas o outro sendo constituído pela série infinita das mercadorias. Depende da grandeza de seu valor de troca em que medida pode se aproximar desta série sem fim, para realizá-la, isto é, em que medida corresponde a seu conceito como valor de troca. O movimento do valor de troca como tal, como um autômato, não pode visar a outra coisa que não seja ultrapassar seus limites. Mas a superação de um limite quantitativo do tesouro dá lugar a nova barreira, que por sua vez precisa ser superada. Não é um determinado limite do tesouro, mas sim qualquer limite deste que surge como barreira. O entesouramento não tem, portanto, nem lei imanente, nem medida em si, pois é um processo sem fim que, em cada de um de seus resultados, encontra um motivo para recomeçar. Se o tesouro só aumenta na medida em que se preserva, igualmente só se preserva na medida em que aumenta.

O dinheiro não é apenas *um* dos objetos da paixão de enriquecer, mas é *o* próprio objeto dela. Esta paixão é essencialmente *auri sacra fames* (a maldita ganância de ouro). A paixão de enriquecer, ao contrário da paixão pelas riquezas naturais particulares ou pelos valores de uso tais como o vestuário, as jóias, os rebanhos, etc., só é possível no momento em que a riqueza geral se individualiza numa coisa particular e pode, assim, ser retida sob a forma de uma mercadoria isolada. O dinheiro surge, portanto, como o objeto e a fonte da paixão de enriquecer.[126] No fundo, é o valor de troca como tal e seu crescimento que se convertem em fim em si mesmos. A avareza mantém o tesouro preso, não permitindo ao dinheiro tornar-se meio de circulação, mas a ganância de ouro faz preservar a alma monetária do tesouro em constante tensão como a circulação.

A atividade, que dá origem ao tesouro, consiste, de um lado, em retirar o dinheiro da circulação por meio de vendas sucessivas e, de outro, em armazenar

[126] "A origem da avareza está no dinheiro... aos poucos converte-se em uma espécie de loucura que já não é mais avareza, mas ganância de ouro" (Plinius, *Historia Naturalis,* L. XXXIII, cap. sect. 14). (N. do A.)

simplesmente, em *acumular*. Com efeito, é só na esfera da circulação simples e sob a forma de entesouramento que se dá a acumulação da riqueza, ao passo que, como veremos mais adiante, as outras formas, também chamadas de acumulação, só por abuso podem ser consideradas como tais na medida em que se pensa sempre na acumulação simples do dinheiro. As mercadorias podem ser acumuladas também como valores de uso, mas neste caso a forma da acumulação é determinada pelo caráter particular do seu valor de uso. A acumulação de cereais, por exemplo, exige instalações especiais. Quem cria ovelhas e forma rebanhos torna-se pastor. Acumular escravos e terra torna necessário relações de servidão e assim por diante. A formação de riquezas particulares exige processos igualmente particulares, diferentes do simples ato de acumular, e desenvolve aspectos particulares da individualidade. Ou então, a riqueza é acumulada sob a forma de mercadorias, como valores de troca, e neste caso a acumulação surge como uma operação comercial ou especificamente econômica. Os autores deste tipo de acumulação são os negociantes de trigo, de gado, etc. O ouro e a prata constituem dinheiro, não pela atividade do indivíduo que os acumula, mas porque são cristais do processo de circulação que se depositam nas mãos do indivíduo, sem que este tenha de intervir de alguma outra maneira. Todo seu trabalho consiste em pô-los de lado, amontoá-los peça por peça, atividade esta desprovida de qualquer conteúdo, que, se fosse aplicada às demais mercadorias, as depreciaria.[127]

O nosso entesourador surge como mártir do valor de troca, um santo asceta no ápice da sua coluna de metal. Só se preocupa com a riqueza sob sua forma social, e por isso a enterra, escondendo-a da sociedade. Exige a mercadoria sob a forma em que é sempre apta à circulação, e por isso a tira de circulação. Entusiasma-se pelo valor de troca e, no entanto, não faz trocas. A forma fluida de riquezas e sua petrificação, elixir da vida e pedra filosofal, misturam-se numa louca alquimia. Na sua sede de prazer sem limites, que cria mentalmente para si mesmo, renuncia a qualquer prazer. Por querer satisfazer todas as necessidades sociais quase não satisfaz as suas necessidades de primeira ordem. Ao reter a riqueza em sua corporificação metálica, volatiza-se na condição de puro fantasma em seu cérebro. Mas, de fato, a acumulação do dinheiro pelo dinheiro é reflexo da forma bárbara da produção pela produção, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social além dos limites das necessidades tradicionais. Quanto menos desenvolvida estiver a produção de mercadorias, maior é

[127] Horácio não entende nada da filosofia do entesouramento quando diz (*Sátiras*, L. II, st. III):
"Um homem sem disposição para a música, sem afeição às musas, compre cítaras e as armazene, ou se rodeie de cutelos e formas sem ser sapateiro, ou, enfim, de velas de navio e cordoalhas, sem entender do comércio marítimo, será chamado por toda parte de louco e insensato, e não será sem razão. E não lhe parecerá assim o avaro que enterra os seus escudos e seu ouro e que, sem saber servir-se dos tesouros que acumula, acredita sacrílego tocá-los?"
Sr. Senior compreende melhor o assunto: "O dinheiro parece ser a única coisa que se deseja universalmente, e isso porque o dinheiro é uma *riqueza abstrata*, e os homens, ao possuí-lo, podem satisfazer todas as suas necessidades, de qualquer classe que sejam" (*Principes Fondamentaux de l'Economie Politique*, trad. do Conde Jean Arrivabene, Paris, 1836, p. 221). Ou então Storch: "Já que o dinheiro representa todas as riquezas, basta acumulá-lo para se obter qualquer espécie de riqueza existente no mundo" (*Ibid*, t. II, p. 135). (N. do A.)

a importância desta primeira autonomização do valor de troca como dinheiro, ou entesouramento. Nos povos antigos, na Ásia até o presente momento, e entre os povos camponeses modernos, onde o valor de troca ainda não se apropriou de todas as relações de produção, o entesouramento desempenha um grande papel. Examinaremos logo a seguir a função especificamente econômica do entesouramento no âmbito da circulação metálica, mas antes mencionaremos ainda outra forma de entesouramento.

Abstraindo-se inteiramente suas propriedades estéticas, e na medida em que o material do dinheiro seja um destes metais, as mercadorias de ouro e de prata podem ser convertidas em dinheiro, assim como as moedas e os lingotes de ouro podem ser transformados nessas mercadorias. Uma vez que o material da riqueza abstrata consiste em ouro e prata, a suprema ostentação de riqueza está em utilizar estes metais em valores de uso concretos, e se o possuidor de mercadorias esconde seu tesouro, a um determinado nível da produção, ostenta-o por toda a parte onde pode fazê-lo com segurança, pois é levado a aparecer aos olhos dos outros possuidores de mercadorias como um *rico hombre*. Cobre a si e sua casa com ouro.[128] Na Ásia, ou mais exatamente na Índia, onde o entesouramento não tem, como na economia burguesa, uma função secundária no mecanismo do conjunto da produção, mas onde a riqueza sob a forma de tesouros é tida como a finalidade última, as mercadorias de ouro ou de prata constituem propriamente apenas a forma estética dos tesouros. Na Inglaterra medieval, as mercadorias de ouro e prata, cujo valor era pouco acrescido pelo trabalho rudimentar que se lhes incorporava, eram legalmente consideradas como simples forma de tesouro. Estavam destinadas a ser novamente lançadas na circulação, e sua finura estava, por isso, sob prescrições, do mesmo modo que a finura da moeda. O emprego crescente do ouro e da prata como objetos de luxo, acompanhado do crescimento da riqueza, é uma coisa tão simples que os antigos a compreenderam perfeitamente,[129] ao passo que os economistas modernos afirmam falsamente que o uso das mercadorias de ouro e prata não aumenta em proporção ao crescimento da riqueza, mas sim proporcionalmente à depreciação dos metais preciosos. Por isso as provas que apresentam, sob o emprego do ouro californiano e australiano, apesar de serem exatas, deixam sempre uma lacuna porque em sua imaginação não encontram justificação para o aumento do consumo do ouro como matéria-prima em função da baixa correspondente de seu valor. No transcurso de 1810 a 1830, como conseqüência da luta das colônias americanas contra a Espanha[130] e da interrupção do trabalho nas minas causadas por várias revoluções, a produção média anual dos metais preciosos havia diminuído mais da metade. A moeda

[128] Para mostrar até que ponto se mantém o mesmo homem íntimo *(the inner man)* que existe no possuidor de mercadorias [*Warenindividuum*], ainda que seja civilizado e convertido em capitalista, basta citar o exemplo de um representante londrino de uma casa bancária cosmopolita, que fez pôr num quadro, como apropriado brasão familiar, uma nota de 100 000 libras esterlinas. O engraçado aqui é o olhar altivo e zombeteiro que o papel-moeda lança sobre a circulação. (N. do A.)

[129] Veja adiante a citação de Xenofonte (nota 133). (N. do A.)

[130] As guerras de independência das colônias espanholas da América duraram de 1810 a 1826 e libertaram a maioria dos países latino-americanos da dominação da Espanha. (N. da Edição Alemã.)

circulante na Europa sofreu então uma queda de quase 1/6, se compararmos os anos de 1829 e 1809. No entanto, ainda que o volume da produção houvesse diminuído e seus custos aumentado, se é que variaram de alguma forma, nem por isso o consumo dos metais preciosos deixou de crescer extraordinariamente; na Inglaterra até durante a Guerra, e no Continente, depois da paz de Paris. Este aumento do consumo se deu paralelamente ao aumento da riqueza qual.[131] Pode-se estabelecer como lei geral de que a conversão da moeda de ouro e prata em objetos de luxo predomina em épocas de paz, ao passo que sua reconversão em lingotes ou moedas é característica específica das épocas de grande agitação.[132] Até que ponto se considera a proporção do tesouro de ouro e prata, existente sobre a forma de artigos de luxo, em relação à quantidade de metal precioso, que serve de dinheiro, se evidencia nos seguintes dados, recolhidos por Jacob: em 1829 a proporção era, na Inglaterra, de 2 : 1, enquanto em toda a Europa e América existia 1/4 a mais de metal precioso em objetos de luxo do que em dinheiro.

Vimos que o curso do dinheiro é apenas a manifestação da metamorfose das mercadorias ou da alteração de forma, mediante a qual se realiza o metabolismo social. Em virtude das flutuações da soma total de preços das mercadorias em circulação ou do volume das metamorfoses que se dão a um mesmo tempo, por um lado; em virtude da velocidade variável de suas alterações de forma, por outro, a quantidade total do ouro em circulação tem que variar continuamente, ora expandindo-se, ora contraindo-se, o que só é possível sob a condição de variar sem cessar a relação entre a quantidade total do dinheiro que se encontra em um país e a quantidade do dinheiro circulante. Esta condição é preenchida pelo entesouramento. Se caem os preços ou se aumenta a velocidade de circulação, os tesouros-reservas absorvem a parte do dinheiro liberada pela circulação. Se os preços sobem ou se diminui a velocidade de circulação os tesouros se abrem e refluem em parte para a circulação. A solidificação do dinheiro circulante em tesouros e o escoamento dos tesouros na circulação constitui um movimento oscilatório em permanente mutação, no qual o predomínio de uma ou de outra tendência é determinado exclusivamente pelas flutuações da circulação de mercadorias. Os tesouros aparecem ao mesmo tempo como fontes de abastecimento e canais de escoamento do dinheiro circulante, de tal forma que a quantia de dinheiro que circula como moeda está sempre condicionada exclusivamente pelas necessidades imediatas da circulação. Se o volume do conjunto da circulação cresce bruscamente e predomina a unidade fluida da compra e venda, mas de tal forma que a soma total dos preços a realizar cresce ainda mais depressa do que a velocidade do curso do dinheiro, os tesouros se esgotam rapidamente. Mas assim que o movimento total se detenha de modo desusado, ou se consolida a separação entre a compra e a venda, o meio de circulação fixa-se em dinheiro em

[131] Jacob, *ibid.*, t. II, cc. 25 e 26. (N. do A.)

[132] "Em épocas de grande agitação e insegurança e especialmente durante as revoltas internas e as invasões, os objetos de ouro e prata são rapidamente convertidos em moeda, enquanto que em épocas de tranqüilidade e prosperidade a moeda é convertida em prataria e joalheria" (i.c., t. II, p. 357). (N. do A.)

proporções manifestas e as reservas dos tesouros sobem além de seus níveis médios. Nos países em que a circulação é puramente metálica, ou que a produção se encontra em uma fase pouco desenvolvida, os tesouros se encontram infinitamente fragmentados e disseminados por todo o país, ao passo que nos países burgueses desenvolvidos se encontram concentrados nos depósitos dos bancos. Não se deve confundir o tesouro com a moeda de reserva, pois esta é a parte constitutiva da quantidade total de dinheiro que sempre está em circulação, enquanto a relação ativa entre o tesouro e o meio de circulação supõe a alta ou a baixa desta quantidade total. Como vimos, as mercadorias de ouro e prata constituem, tanto um canal de escoamento dos metais preciosos, quanto sua fonte de abastecimento latente. Em épocas normais, só a primeira destas funções tem importância na economia da circulação metálica.[133]

b) *Meio de Pagamento*

Até agora o dinheiro distingue-se do meio de circulação graças às duas formas de *moeda em suspenso* e *tesouro*. Na transformação transitória da moeda em dinheiro, a moeda em suspenso resultava do fato de que o segundo membro de M-D-M, a compra D-M, tem que se fragmentar, no interior de uma determinada esfera da circulação, em uma série de compras sucessivas. Como vimos, o entesouramento repousava simplesmente no isolamento do ato M-D, que não evolvia a D-M, isto é, não era senão o dinheiro, como resultado do desenvolvimento da primeira metamorfose da mercadoria e transformado no modo de ser alienado *(entäussert)* de todas as mercadorias, em oposição ao meio de circulação, que é o modo de ser da mercadoria em sua forma sempre pronta para ser alienada *(veräussend)*. Moeda de reserva e tesouro eram dinheiro, mas apenas dinheiro como negação do meio-de-circulação; eram negação do meio-de-circulação simplesmente porque não circulavam. O dinheiro, em sua determinação, que consideramos agora, circula ou entra em circulação mas não como meio-de-circulação. Como meio-de-circulação o dinheiro era sempre meio-de-compra, agora atua como uma negação do meio-de-compra.

No momento em que o dinheiro se desenvolve pelo entesouramento no modo de ser da riqueza social abstrata e representante material da riqueza material,

[133] Na passagem seguinte, Xenofonte desenvolve o dinheiro sob as formas específicas de dinheiro e de tesouro: "Nesta indústria, a única de todas as que conheço, nada desperta a inveja das outras pessoas que nela se ocupam . . . Porque, quanto mais ricas parecem ser as minas de prata, mais prata se extrai, e mais pessoas são atraídas para o trabalho. Quando se adquiriram os utensílios necessários para a casa, pouco mais se compra; mas o dinheiro, ninguém o possui em quantidade bastante para que não deseje ter mais, e se alguém tem o suficiente, guarda o supérfluo, e não encontra nisso menos prazer do que se o utilizasse. É principalmente quando as cidades prosperam que as pessoas têm especial necessidade de prata. Porque os homens querem comprar não só belas armas, como também bons cavalos, casas e móveis luxuosos, e as mulheres desejam toda espécie de tecidos e jóias de ouro. Mas quando as cidades sofrem privações, como conseqüências de má colheita ou da guerra, precisa-se de dinheiro para comprar mantimentos, em virtude da infertilidade do solo, ou para recrutar tropas auxiliares" (Xenofonte, *De Vectigalibus*, c. IV). Aristóteles, no cap. IX do Liv. I da *República*, desenvolve os dois movimentos da circulação M-D-M e D-M-D em sua oposição sob o nome de "econômica" e "crematística". Os trágicos gregos, nomeadamente Eurípedes, opõem estas duas formas da circulação com os nomes "díke" (o direito) e "kérdos" (o proveito). (N. do A.)

tem, com este caráter determinado de dinheiro, funções específicas dentro do processo de circulação. Se o dinheiro circula na condição de simples meio-de-circulação e, por isso, como meio-de-compra, subentende-se que mercadoria e dinheiro se encontram frente a frente, que a mesma grandeza de valor está presente de maneira dupla: num dos pólos, sob a forma de mercadorias, está nas mãos do vendedor, enquanto no outro pólo, sob a forma de dinheiro, está nas mãos do comprador. Esta existência simultânea de ambos os equivalentes em pólos opostos e sua alteração simultânea de lugar ou alienação recíproca supõem que vendedor e comprador só se relacionam reciprocamente porque são possuidores das mercadorias presentes. Entretanto, o processo de metamorfose das mercadorias, que cria as diferentes determinidades formais do dinheiro, provoca também a metamorfose dos possuidores de mercadorias, ou seja, transforma os caracteres sociais nos quais eles se apresentam uns para os outros. No processo da metamorfose da mercadoria, o possuidor das mercadorias muda de pele cada vez, a mercadoria se desloca ou o dinheiro se reveste de formas novas. É assim que inicialmente os possuidores de mercadorias só se defrontam como possuidores de mercadorias; logo se transformaram um em vendedor, e o outro em comprador; em seguida, cada um desempenhou alternadamente as funções de comprador e vendedor, para mais tarde se transformarem em entesouradores e finalmente em pessoas ricas. Portanto, os possuidores de mercadorias não saem do processo de circulação tal como nele entraram. As distintas determinidades formais, que o dinheiro adquire no processo de circulação, não são nada mais do que a cristalização das alterações de forma *(Formwechsel)* das próprias mercadorias, alterações de forma estas que, por sua vez, não são outra coisa do que a expressão objetiva das relações sociais em movimento, pelas quais os possuidores de mercadorias realizam seu metabolismo *(Stollwechsel)*. No processo de circulação criam-se novas relações comerciais e os possuidores de mercadorias, como portadores destas relações modificadas, adquirem novas características. Dentro da circulação interna, o dinheiro se idealiza e o simples papel, como representante do ouro, desempenha a função do dinheiro; o mesmo processo se dá com o comprador e o vendedor, surgindo estes como meros representantes do dinheiro ou da mercadoria, isto é, representantes futuros do dinheiro ou da mercadoria, a efetivação do vendedor ou comprador efetivo.

Todas as determinidades formais pelas quais o ouro se desenvolve em dinheiro são apenas o desdobramento das determinações que já existem implicitamente na metamorfose das mercadorias. Todavia estas determinações não aparecem separadas como figuras autônomas, tanto na circulação monetária simples, quanto na aparição do dinheiro como moeda, ou ainda no movimento M-D-M, considerado como unidade evolutiva, onde também a interrupção da metamorfose da mercadoria, por exemplo, aparece como mera possibilidade. Vimos que no processo M-D, a mercadoria, na condição de valor de uso efetivo e valor de troca ideal, se relacionava com o dinheiro, este na condição de valor de troca efetivo e valor de uso ideal. Ao alienar a mercadoria como valor de uso, o vendedor realizava o valor de troca desta, assim como o valor de uso do dinheiro. Inversamente, ao alienar o dinheiro como valor de troca, o comprador realizava o valor de uso deste, assim como o preço da mercadoria. Com isso se dava a troca de

lugar correspondente entre mercadoria e dinheiro. Em sua realização, o processo vivo desta oposição bipolar sofrerá agora outro tipo de separação. O vendedor aliena efetivamente a mercadoria, mas, de início, só vai realizar seu preço de uma forma ideal. Vendeu-a por seu preço, mas este só será realizado num momento ulterior. O comprador compra na condição de representante de dinheiro futuro, enquanto o vendedor vende na condição de possuidor de mercadorias presentes. Do ponto de vista do vendedor, a mercadoria é efetivamente alienada como valor de uso sem ter sido efetivamente realizada como preço. Do ponto de vista do comprador, o dinheiro é efetivamente realizado no valor de uso da mercadoria sem ter sido alienado efetivamente como valor de troca. Em vez de ser, como anteriormente, o sinal de valor, é agora o próprio comprador que representa simbolicamente o dinheiro. Mas, tal como antes a função geral do símbolo do sinal de valor exigia a garantia e o curso forçado imposto pelo Estado, a função simbólica pessoal do comprador suscita agora a constituição de contratos privados, obrigações vigiadas pelas leis, entre os possuidores de mercadorias.

No processo D-M, ao contrário, o dinheiro pode ser alienado como meio de compra efetivo e o preço da mercadoria pode assim ser realizado antes que seja o valor de uso do dinheiro, ou antes que a mercadoria seja alienada. É o que ocorre, por exemplo, sob a forma costumeira de pagamento antecipado. É também a forma em que o governo inglês compra o ópio dos ryots na Índia, ou em que comerciantes estrangeiros estabelecidos na Rússia compram grande parte dos produtos do país. Contudo, o dinheiro atua nestes casos apenas sob a forma conhecida de meio de compra e por isso não reveste uma nova determinidade formal.[134] Assim não nos deteremos neste último caso, mas chamaremos simplesmente a atenção a propósito da figura transformada em que se manifestam aqui os dois processos D-M e M-D; para o fato de a diferença puramente fictícia entre a compra e a venda, tal como aparece imediatamente na circulação, tornar-se agora uma diferença efetiva, visto que sob uma das formas apenas a mercadoria está presente, e, sob a outra, apenas o dinheiro, mas em ambas as formas está presente apenas o extremo de que parte a iniciativa. Além disso, as duas formas têm em comum o fato de que, em uma e em outra, um dos equivalentes não existe senão na vontade comum do comprador, vontade que une os dois e adquire formas legais determinadas.

Vendedor e comprador tornam-se credor e devedor. Se o possuidor de mercadorias, em seu papel de guardião do tesouro era uma figura cômica, torna-se agora um personagem terrível, pois já não é a si mesmo mas ao seu próximo que apreende como o modo de ser de uma soma determinada de dinheiro, *fazendo* dele, e não mais de si próprio, o mártir do valor de troca. De crente converte-se em credor, e sai da religião para cair na jurisprudência.

I stay here on my bond!

Na forma modificada M-D, em que a mercadoria se encontra presente e o dinheiro está somente representado, o dinheiro funciona, em primeiro lugar, como

[134] Capital é naturalmente antecipado também sob a forma de dinheiro, e o dinheiro antecipado pode ser capital antecipado, mas este ponto de vista não entra no horizonte da circulação simples. (N. do A.)

medida de valor. O valor de troca da mercadoria é avaliado em dinheiro considerado como medida; mas sendo valor de troca medido contratualmente o preço não existe apenas na cabeça do vendedor, mas também como medida da obrigação do comprador. Em segundo lugar, o dinheiro funciona aqui como meio de compra, embora apenas projete diante de si a sombra de seu futuro modo de ser. Com efeito, ele desloca a mercadoria, que passa da mão do vendedor para a do comprador. No vencimento do prazo fixado para execução do contrato, o dinheiro entra na circulação porque muda de lugar, e passa das mãos do antigo comprador para as do antigo vendedor; mas não entra na circulação como meio de circulação ou como meio de compra. Funcionava como tal antes de estar presente, mas surge somente depois de ter cessado de cumprir esta função. Entra na circulação como o único equivalente adequado da mercadoria, o modo de ser absoluto do valor de troca, a última palavra do processo de troca, em resumo, como dinheiro, e como dinheiro também na função determinada de *meio de pagamento geral.* Nesta função de meio de pagamento, o dinheiro surge como a mercadoria absoluta no interior da própria circulação, e não fora dela, como o tesouro. A diferença entre meio de compra e meio de pagamento faz-se sentir muito desagradavelmente nas épocas de crises comerciais.[135]

Originalmente, transformar o produto em dinheiro não parece ser, na circulação, mais do que uma necessidade individual para o possuidor de mercadorias, pois seu produto não constitui para ele um valor de uso, mas somente o será quando o tenha alienado. Mas para pagar no prazo contratado é indispensável que antes tenha vendido mercadoria. Abstraíndo de qualquer consideração acerca de suas necessidades individuais, a venda transformou-se para ele, pelo movimento do processo de circulação, numa necessidade social. De antigo comprador de uma mercadoria, torna-se forçosamente vendedor de outra mercadoria, a fim de adquirir dinheiro, não como meio de compra, mas como meio de pagamento, como forma absoluta do valor de troca. A transformação da mercadoria em dinheiro como ato final, ou ainda, a primeira metamorfose da mercadoria como fim em si, que no entesouramento parecia ser um capricho do proprietário de mercadorias, tem agora uma função econômica. O motivo e o conteúdo da venda, com vista ao pagamento, é um conteúdo que resulta da forma do próprio processo de circulação.

Nesta forma de venda a mercadoria efetua sua mudança de lugar, circula adiando sua primeira metamorfose, sua transformação em dinheiro. Para o vendedor, ao contrário, o que se realiza é a segunda metamorfose, a saber, o dinheiro volta a transformar-se em mercadoria antes que a primeira metamorfose seja realizada, isto é, antes que a [primeira] mercadoria se tenha convertido em dinheiro. Portanto, a primeira metamorfose aparece aqui cronologicamente depois da segunda e, com isso, o dinheiro, que é a figura da mercadoria em sua primeira metamorfose, adquire uma nova determinidade formal. O dinheiro, ou seja, a forma autônoma desenvolvida do valor de troca, já não é mais a forma mediadora da circulação das mercadorias, mas seu resultado final.

[135] Diferença entre meio de compra e meio de pagamento é acentuada por Lutero (nota no exemplar pessoal de Marx). (N. da Edição Alemã.)

Que estas *vendas a prazo,* em que os dois pólos da venda se encontram separados no tempo, sejam um produto natural da circulação de mercadorias, é um fato de que não é necessário dar provas pormenorizadas. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da circulação implica em contínua aparição dos mesmos possuidores, em seu relacionamento recíproco de vendedor e comprador. Mas esse fenômeno repetido não é puramente fortuito, pois a mercadoria é encomendada para um certo prazo, no vencimento do qual deve ser entregue e paga. Neste caso a venda se realiza idealmente, isto é, juridicamente, sem a presença física da mercadoria ou do dinheiro. Aqui ainda coincidem ambas estas formas do dinheiro, como meio de circulação e como meio de pagamento, pois, de um lado, a mercadoria troca de lugar com o dinheiro e, de outro, o dinheiro não compra mercadoria, mas simplesmente realiza o preço da mercadoria vendida anteriormente. Além disso, a natureza de uma série de valores de uso implica em que sejam alienados efetivamente, não pela entrega definitiva da mercadoria, mas sim pela cessão dela por um tempo determinado. Por exemplo, quando o uso de uma casa é vendido por mês, o valor de uso da casa só é entregue depois de decorrido este mês, ainda que tenha transitado para outras mãos no princípio do mês. Como a cessão efetiva do valor de uso e a sua alienação efetiva estão aqui separadas no tempo, a realização do seu preço é igualmente posterior à sua mudança de lugar. Finalmente, como as mercadorias são produzidas em épocas distintas e exigem para a sua produção tempo de duração diferente, é preciso que um indivíduo entre em cena como vendedor quando o outro não pode ainda apresentar-se como comprador, e, como o ato de compra e venda se renova freqüentemente entre os mesmos possuidores de mercadorias, os dois momentos de venda cindem-se, de acordo com as condições de produção de suas mercadorias. Assim nasce entre os possuidores de mercadorias uma relação de credor e devedor, que pode desenvolver-se completamente antes mesmo da existência do sistema de crédito, cuja base natural é, sem dúvida, constituída por esta relação. É claro, contudo, que, com o aperfeiçoamento do sistema de crédito, e, portanto, da produção burguesa em geral, a função do dinheiro como meio de pagamento se desenvolve em detrimento da sua função de meio de compra, e mais ainda como fato de entesouramento. Na Inglaterra, por exemplo, o dinheiro sob a forma de moeda está exclusivamente confinado à esfera do comércio varejista e do pequeno comércio entre produtores e consumidores, enquanto domina as grandes transações comerciais sob a forma de meio de pagamento.[136]

[136] Macleod, apesar de toda a presunção doutrinária de que as suas definições dão prova, compreende tão pouco as relações econômicas mais elementares que considera o dinheiro em geral como tendo origem na sua forma mais desenvolvida, a de meio de pagamento. Diz entre outras coisas: como as pessoas não têm sempre, a um mesmo tempo, necessidade de uma reciprocidade de serviços, nem de serviços em igual grandeza de valor, "existiria uma certa diferença ou uma certa quantidade de serviço pagável pelo primeiro ao segundo — a dívida". O credor desta dívida tem necessidade dos serviços de um terceiro que, por seu lado, não tem imediatamente necessidade dos seus e, com isso, "transfere para o terceiro a dívida que o primeiro tem para consigo. A apólice da dívida passa, assim, de mão em mão (e, com isso, é meio de circulação)... Quando se recebe uma obrigação em moeda metálica, dispõe-se não só dos serviços do primitivo devedor, mas dos de toda a comunidade trabalhadora". Macleod, *Theory and Practice of Banking* etc., Londres, 1855, v.I, c. 1. (pp. 23s.,29). (N. do A.)

Como meio geral de pagamento, o dinheiro torna-se a *mercadoria geral* dos contratos, de início apenas no interior da esfera de circulação de mercadorias.[137] Contudo, na medida em que se desenvolve nesta função, todas as outras formas de pagamento se convertem pouco a pouco em pagamento em dinheiro. O grau em que o dinheiro se tornou meio de pagamento exclusivo indica em que medida o valor de troca se apoderou da produção em extensão e profundidade.[138]

A quantidade de dinheiro que circula como meio de pagamento é determinada, em primeiro lugar, pelo montante dos pagamentos, pela soma dos preços das mercadorias alienadas, e não das mercadorias ainda por alienar, como acontece na circulação simples do dinheiro. Todavia esta soma assim determinada está sujeita a dois tipos de modificações.

Em primeiro lugar, esta soma é modificada pela velocidade em que a mesma peça de dinheiro repete a mesma função, ou seja, a velocidade da massa dos pagamentos, como um movimento concatenado de pagamentos. *A* paga *B*, com o que *B* paga *C*, e assim sucessivamente. A velocidade com que a mesma peça de dinheiro repete sua função de meio de pagamento depende, de um lado, do encadeamento das relações de credor e devedor, entre os possuidores de mercadorias, de modo que o mesmo possuidor de mercadorias é credor relativamente a um, e devedor relativamente a outro, etc.; de outro lado, do espaço de tempo que separa os diferentes prazos de pagamentos. Esta cadeia de pagamentos, ou de complementações da primeira metamorfose da mercadoria, difere qualitativamente da cadeia de metamorfoses que se manifesta no curso do dinheiro, na medida em que este é meio de circulação. Esta última cadeia não se limita apenas a manifestar-se numa sucessão cronológica, como também só *vem a ser* nela. A mercadoria converte-se em dinheiro, depois volta a ser mercadoria, permitindo com isso que a outra mercadoria se transforme em dinheiro, etc., ou seja, o vendedor torna-se comprador, com o que um outro possuidor de mercadorias torna-se vendedor. Este encadeamento nasce fortuitamente no processo de troca das mercadorias. Mas quando o dinheiro com que A pagou B é sucessivamente transferido de B para C, de C para D, etc., com bruscos intervalos seguidos, este encadeamento exterior nada mais faz que pôr em evidência um encadeamento social já existente. Não é porque entra em cena como meio de pagamento que o mesmo dinheiro passa de mão em mão, mas circula como meio de pagamento porque mãos dife-

[137] Bailey, l.c., p. 3: "O dinheiro é a mercadoria geral dos contratos ou aquela em base à qual se efetua a a maioria dos contratos relativos à propriedade, que devem ser executados posteriormente". (N. do A.)

[138] Senior, l. c., p. 221, diz: "Como o valor de qualquer coisa varia em um período de tempo dado, os indivíduos tomam como meio de pagamento a coisa cujo valor varie o menos possível e que conserve o maior tempo possível uma capacidade média dada para comprar coisas. É assim que o dinheiro se converte em expressão ou representante dos valores". É completamente o contrário. Assim que o ouro, a prata, etc., tenham-se convertido em dinheiro, isto é, ser-concreto do valor de troca independente, transformam-se em meios de pagamento universais. Precisamente no momento em que a consideração sobre a duração do valor do dinheiro, mencionado por Senior, entra em jogo, isto é, nos períodos em que sob a força das circunstâncias se impõe o dinheiro como meio de pagamento, é quando se descobre a flutuação no valor do dinheiro. Tal época era a de Elizabeth, na Inglaterra, quando Lord Burleigh e Sir Thomas Smith, em vista da depreciação manifesta dos metais preciosos, fizeram aprovar uma lei parlamentar que obrigava as universidades de Oxford e Cambridge a reservar um terço de suas rendas fundiárias em trigo e malte. (N. do A.)

rentes já assinaram o contrato de alienação das mercadorias. A rapidez com que o dinheiro circula como meio de pagamento indica portanto uma penetração muito mais profunda dos indivíduos no processo de circulação, do que a rapidez do dinheiro como peça de moeda ou como meio de pagamento.

A soma de preços das compras e vendas, que se dão a um mesmo tempo em pontos distintos da sociedade, constitui o limite de substituição da quantidade de moeda pela rapidez de circulação. Esta barreira deixa de existir para o dinheiro em sua função de meio de pagamento. Se pagamentos a efetuar simultaneamente se concentram no mesmo lugar, o que só acontece espontaneamente nos grandes centros de circulação das mercadorias, esses pagamentos, representando grandezas positivas e negativas, compensam-se, pois A deve pagar a B, mas tem algo a receber de C. A soma do dinheiro requerida como meio de pagamento será determinada, não pela soma dos preços dos pagamentos que devem ser efetuados simultaneamente, mas pela sua maior ou menor concentração, e pela grandeza do balanço, que resta depois da neutralização recíproca das grandezas positivas e negativas. Dispositivos próprios para esta compensação surgem antes mesmo de qualquer desenvolvimento do sistema de crédito, como sucedeu na Roma antiga. Contudo a consideração destes dispositivos não se enquadra aqui, tanto quanto a consideração dos prazos gerais de pagamento, que são fixados por toda a parte em círculos sociais determinados. Aqui observaremos apenas que a influência específica, que estes vencimentos exercem nas flutuações periódicas da quantidade de dinheiro em circulação, só muito recentemente foi cientificamente estudada.

Na medida em que as grandezas positivas se compensam com as grandezas negativas dos pagamentos, não se verifica a menor intervenção do dinheiro efetivo. Este se desenvolve aqui apenas em sua forma de medida de valores, tanto no preço das mercadorias, como na grandeza das obrigações recíprocas. Além de seu modo de ser ideal, o valor de troca não adquire aqui um modo de ser autônomo, nem sequer como sinal de valor; em resumo, o dinheiro se torna exclusivamente moeda ideal de cálculo. A função do dinheiro como meio de pagamento encerra, portanto, uma contradição. De um lado, se os pagamentos se compensam, o dinheiro atua apenas idealmente, como medida; de outro lado, quando se dá efetivamente o pagamento, não se dá como meio de circulação fugidio, mas como modo de ser estável do equivalente geral, como a mercadoria absoluta; em uma palavra, como dinheiro que penetra na circulação. É por isso que, onde o encadeamento dos pagamentos e o sistema artificial de sua *compensação já se* encontram desenvolvidos, o dinheiro sofre uma transformação brusca, de sua figura fluida e gasosa como medida de valor converte-se em dinheiro vivo ou meio de pagamento, nos momentos em que o curso dos pagamentos se interrompe de forma violenta e sofre perturbações no mecanismo da sua compensação. Em uma fase desenvolvida da produção burguesa, em que o possuidor de mercadorias há muito se tornou um capitalista, que conhece seu Adam Smith e que zomba da superstição segundo a qual só ouro e prata seriam dinheiro, ou a mercadoria absoluta, ou o dinheiro em geral, em oposição a todas as outras mercadorias,

nesta situação o dinheiro reaparece de repente não como mediador da circulação, mas unicamente como a forma adequada do valor de troca, como a única riqueza, exatamente como o concebe o entesourador. O dinheiro se manifesta neste modo de ser exclusivo da riqueza, não como acontece no sistema monetário, por depreciações e perda de valor imaginárias, mas por uma depreciação e perda efetiva de valor de toda a riqueza material. Este é o momento particular das crises do mercado mundial que se chama crise monetária. O *summum bonum* (bem supremo) que se suplica em tais momentos é o dinheiro, dinheiro vivo; e ao seu lado surgem todas as mercadorias, precisamente porque são valores de uso, como inúteis, futilidades e bugigangas, ou como diz o nosso Dr. Martinho Lutero, como puro adorno e comezaina. Esta súbita transformação do sistema de crédito em sistema monetário adiciona o susto teórico ao pânico prático, e os agentes da circulação estremecem diante do impenetrável segredo de suas próprias relações.[139]

Por sua vez os pagamentos tornam necessário um fundo de reserva, uma acumulação de dinheiro a título de meio de pagamento. A formação deste fundo de reserva já não tem o aspecto de uma atividade exterior à própria circulação, como na reserva de moeda, pois o dinheiro deve ser acumulado gradualmente para que se possa dispor dele em determinados prazos futuros. Se o entesouramento, em sua forma abstrata, que significa enriquecimento, diminui com o desenvolvimento da produção burguesa, o entesouramento diretamente exigido pelo processo de troca aumenta, ou melhor, uma parte dos tesouros que se constituem na esfera da circulação das mercadorias é absorvida como fundo de reserva de meios de pagamento. Quanto mais desenvolvida se encontra a produção burguesa, mais se limitam ao mínimo necessário estes fundos de reserva. Locke, em seu trabalho sobre a baixa da taxa de juros,[140] fornece-nos interessantes informações sobre a grandeza deste fundo de reserva em sua época. Pode-se ver quanto era significativa a parte do dinheiro total em circulação absorvida pelos depósitos de meio de pagamento da Inglaterra, precisamente numa época em que o sistema bancário havia começado a se desenvolver.

A lei da quantidade do dinheiro circulante, que resulta da consideração da circulação monetária simples, é essencialmente modificada pela circulação do meio de pagamento. Dada a velocidade de giro do dinheiro, quer como meio de circulação, quer como meio de pagamento, a soma total do dinheiro em circulação, em um período de tempo dado, será determinada pela soma total dos preços das mercadorias a realizar, mais a soma total dos pagamentos vencidos nesse

[139] Boisguillebert, que gostaria de impedir que as relações burguesas de produção se levantassem contra os próprios burgueses, trata com predileção daquelas formas nas quais este é apenas ideal, ou se apresenta de uma forma fugidia. Assim tratou anteriormente do meio de circulação e do meio de pagamento. O que ele novamente não vê é que o dinheiro se converte, imediatamente, de sua forma ideal em sua realidade exterior; que na medida imaginária do valor já existe o dinheiro sólido em estado latente. Que o dinheiro, diz ele, não é mais que uma simples forma das próprias mercadorias, se vê no grande comércio, no qual a troca se efetua sem a intervenção do dinheiro, depois de "terem sido as mercadorias apreciadas". *Le Détail de la France*, l.c., p. 210. (N. do A.)

[140] Locke, l. c., pp. 17 e 18. (N. do A.)

mesmo espaço de tempo, menos os pagamentos que se anulem reciprocamente por compensação. A lei geral, segundo a qual a massa do dinheiro em circulação depende dos preços das mercadorias, em nada é afetada, porquanto o montante dos pagamentos é, ele próprio, determinado pelos preços fixados por contrato. Mas é evidente que, mesmo que se pressuponha como constantes a velocidade de giro e a economia dos pagamentos, a soma dos preços da quantidade de mercadorias em circulação num determinado período de tempo, num dia, por exemplo, e a quantidade de dinheiro em circulação neste mesmo dia não coincidem de forma alguma, porque circula uma massa de mercadorias cujo preço só futuramente será realizado em dinheiro, e circula uma massa de dinheiro correspondente a mercadorias há muito saídas da circulação. Esta última massa de dinheiro dependerá, por sua vez, da grandeza da soma de valor dos pagamentos com vencimento neste mesmo dia, ainda que os respectivos contratos tenham sido firmados em épocas completamente diferentes.

Vimos que a alteração do valor do ouro e da prata não afeta sua função de medida de valor ou de moeda de cálculo. Contudo, esta alteração se reveste de importância decisiva para o dinheiro enquanto tesouro, pois com a alta ou a baixa do valor do ouro ou da prata, aumenta ou diminui a grandeza de valor do tesouro de ouro ou de prata. Essa importância é ainda maior para o dinheiro enquanto meio de pagamento, pois o pagamento se efetua apenas depois da venda da mercadoria, o que equivale a dizer que o dinheiro desempenha, em tempos diferentes, duas funções distintas; primeiro, como medida de valores, depois, como meio de pagamento correspondente a esta medida. Se nesse espaço de tempo houver uma alteração dos metais preciosos, ou seja, do tempo de trabalho requerido para sua produção, a mesma quantia de ouro ou de prata, que serve de meio de pagamento, valerá mais ou menos o que valia na época em que serviu de medida dos valores e na qual foi concluído o contrato. A função de dinheiro, ou de valor de troca autônomo, de uma mercadoria especial, como o ouro ou a prata, entra aqui em conflito com a sua natureza de mercadoria particular, cuja grandeza de valor depende da variação dos custos de sua produção. A grande revolução social, que a queda do valor dos metais preciosos provocou na Europa, é um fato tão conhecido como a revolução inversa que, nos primeiros tempos da antiga República romana, teve sua origem na alta do valor do cobre, metal em que tinham sido contraídas as dívidas dos plebeus. Sem levar mais longe o estudo das flutuações do valor dos metais preciosos, influindo sobre o sistema econômico burguês, pode-se constatar desde já que a baixa do valor dos metais preciosos favorece os devedores à custa dos credores, e que uma alta de seu valor favorece, ao contrário, os credores às expensas dos devedores.

c) *O Dinheiro Universal*

O ouro converte-se em dinheiro distinguindo-se da moeda, primeiramente ao retirar-se da circulação sob a forma de tesouro, depois, entrando nela como negação do meio-de-circulação, e finalmente, franqueando as barreiras da circulação interna para desempenhar no mundo mercantil a função de equivalente geral. Torna-se assim *dinheiro universal.*

Do mesmo modo pelo qual as medidas gerais de peso dos metais preciosos serviram originalmente como medida de valor, os nomes de cálculo do dinheiro voltam a ter no mercado mundial os nomes de peso correspondentes a estes metais. Assim como o metal bruto, amorfo *(aes rude),* era a forma primitiva do meio de circulação, e a própria moeda cunhada apenas um sinal oficial do peso contido na peça metálica, igualmente o metal precioso, convertido em moeda universal, se despoja de sua figura e inscrição para retomar a forma indiferente de lingote; e quando moedas nacionais, como "imperiais" russos, os "escudos" mexicanos, e os "soberanos" ingleses circulam no estrangeiro, seu título torna-se indiferente valendo apenas seu conteúdo. Finalmente, como dinheiro internacional, os metais preciosos desempenham de novo sua função primitiva de meio de troca, que, como a própria troca de mercadorias, não tem sua origem no seio das comunidades primitivas, mas nos pontos de contato de diferentes comunidades. Sob esta forma de moeda universal, o dinheiro volta, pois, a tomar sua forma primitiva. Ao abandonar a circulação interna, o dinheiro despoja-se novamente das formas particulares, desenvolvidas no interior de cada esfera particular do processo de troca, ou seja, das formas locais de que se revestiu como padrão dos preços, peça de moeda, moeda divisionária e sinal de valor.

Vimos que, na circulação interna de um país, uma só mercadoria serve de medida de valor. No entanto, dado que num país é o ouro, e em outro é a prata que desempenha esta função, no mercado mundial é válida uma dupla medida de valor, e o dinheiro duplica assim sua existência em todas as demais funções. A conversão dos valores das mercadorias de preços-ouro em preços-prata e vice-versa é determinada, em cada momento, pelo valor relativo destes dois metais, que varia continuamente e cuja fixação aparece assim como um processo contínuo. Os donos de mercadorias em qualquer esfera interna da circulação se vêem obrigados a empregar alternadamente o ouro e a prata na circulação externa, a trocar assim o metal que serve de moeda no interior pelo metal que necessita empregar em suas relações com o estrangeiro. Daí utilizarem todas as nações os dois metais, o ouro e a prata, como dinheiro universal.

Na circulação internacional de mercadorias, o ouro e a prata não aparecem como meios de circulação, mas como *meios de troca universais.* Mas o meio de troca universal só funciona sob as duas formas desenvolvidas de *meio de compra* e *meio de pagamento,* cuja relação é, todavia, invertida no mercado mundial. Na esfera da circulação interna o dinheiro, enquanto moeda, atua exclusivamente como meio de compra, seja representando o mediador da unidade em processo M-D-M, ou sob a forma puramente transitória de valor de troca na incessante troca de lugar das mercadorias. No mercado mundial ocorre o inverso. Aqui o ouro e a prata só aparecem como meios de compra quando o metabolismo é unilateral, havendo por isso separação entre a compra e a venda. O comércio fronteiriço em Kiachta, [141] por exemplo, é de fato, por contrato, um comércio de

[141] O *comércio fronteiriço em Kiachta,* entre a Rússia e a China, expandiu-se consideravelmente após o acordo de 21 de outubro de 1727, mantendo contudo a forma de comércio de trocas. (N. da Edição Alemã.)

troca direta, em que a prata intervém apenas como medida de valor. A guerra de 1857-58[142] determinou que os chineses passassem a vender sem comprar. A prata apareceu então, subitamente, como meio de compra. Em consideração aos termos do contrato, os russos transformaram as peças francesas de cinco francos em mercadorias de prata não trabalhada, que serviram como meio de troca. A prata funciona continuamente como meio de compra entre a Europa e a América, de um lado, e a Ásia de outro, onde este metal se deposita sob a forma de tesouro. Além disso, os metais preciosos servem como meio de compra internacional, assim que o equilíbrio tradicional do metabolismo entre duas nações se rompe subitamente: uma má colheita, por exemplo, que obrigue uma das duas a comprar em proporções excepcionais. Os metais preciosos são, finalmente, meios de compra internacionais dos países produtores de ouro ou prata, onde são diretamente produto, mercadoria, e não forma transformada desta. Quanto mais se desenvolve a troca de mercadorias entre as diversas esferas nacionais de circulação, mais se desenvolve a função do dinheiro universal como *meio de pagamento,* destinado a compensar as balanças de pagamento internacionais.

Da mesma forma que a circulação interna, a circulação internacional exige uma quantidade sempre variável de ouro e prata. Uma parte dos tesouros acumulados serve, pois, para cada povo, de fundo de reserva de dinheiro universal, que ora se enche, ora se esvazia, acompanhando as oscilações da troca de mercadorias.[143] Independentemente dos movimentos particulares que executa em suas oscilações entre as esferas nacionais de circulação, o dinheiro universal possui também um movimento geral, cujos pontos de partida se encontram nas fontes de produção, de onde as correntes de ouro e de prata se difundem em diferentes direções do mercado mundial. O ouro e a prata entram na circulação mundial sob a forma de mercadorias e são trocados como equivalentes em proporção ao tempo de trabalho que contêm por equivalentes-mercadorias, antes mesmo de cair nas esferas internas de circulação. Aí surgem, portanto, como uma grandeza de valor dada. Toda alta ou baixa em seus custos de produção afeta, portanto, uniformemente, seu valor relativo no mercado mundial, o qual independe completamente da proporção de ouro ou de prata que as diferentes esferas nacionais de circulação absorvem. A porção do fluxo do metal que é captada por cada uma das esferas particulares do mundo das mercadorias, em parte entra diretamente na circulação interna em substituição às moedas metálicas gastas, em parte é retida nos diferentes tesouros-reservas de moeda circulante, meio de pagamento e dinheiro universal, e em parte é transformada em artigos de luxo, enquanto o resto é simplesmente transformado em tesouros. Numa etapa desenvolvida da produção burguesa, a constituição destes tesouros é limitada ao mínimo necessário para o

[142] A segunda Guerra do Ópio, de 1857-58 foi conduzida por Inglaterra e França contra a China, com vistas a obter novos privilégios. A guerra terminou com a derrota da China e com a assinatura do tratado de Tientsin, impondo condições depredatórias a este país. (N. da Edição Alemã.)

[143] "O dinheiro acumulado vem juntar-se à soma que, para estar efetivamente em circulação e para satisfazer às eventualidades do comércio, se afasta e *abandona a esfera da própria circulação.*" (G. R. Carle, nota a Verri, *Meditazioni sulla Economia Política,* p. 192, t. XV em *Custodi,* l. c.) (N. do A.)

funcionamento do mecanismo dos diversos processos de circulação. Tesouro como tal é apenas a parte da riqueza que permanece improdutiva, quando não é a forma momentânea de um excedente na balança de pagamentos, ou seja, o resultado de um metabolismo interrompido e, portanto, o congelamento da mercadoria na sua primeira metamorfose.

Como o ouro e a prata, enquanto dinheiro e segundo o seu conceito, são a mercadoria geral *(allgemeine),* no dinheiro mundial *(Weltgeld)* esses metais assumem a forma de existência correspondente à mercadoria universal *universell.* Na medida em que todos os produtos se alienam por ouro e prata, estes metais se convertem na figura transformada de todas as mercadorias, e, por conseguinte, na mercadoria multilateralmente alienável *(allseitig verausserlich).* Realizam-se como encarnação do tempo de trabalho geral, na medida em que o metabolismo dos trabalhos gerais abarca a superfície terrestre. Tornam-se equivalente geral, na medida em que se desenvolve a série de equivalentes particulares que constituem sua esfera de troca. Dado que, na circulação mundial, as mercadorias desenvolvem universalmente seu próprio valor de troca, sua figura transformada, de ouro ou de prata, aparece como dinheiro universal. Enquanto as nações de possuidores de mercadorias, por sua indústria generalizada e comércio universal, convertem o ouro no dinheiro adequado, a indústria e o comércio aparecem para elas apenas como um meio para subtrair o dinheiro, na forma de ouro e prata, do mercado mundial. Ouro e prata, como dinheiro universal, são por isso tanto produto da circulação universal de mercadorias, como também, o meio de ampliação de seus círculos. Do mesmo modo que os alquimistas, ao tentarem fabricar o ouro, propiciaram involuntariamente o nascimento da química, também os possuidores de mercadorias, lançados na perseguição da mercadoria em sua figura encantada, propiciam, sem que o saibam, o desabrochar das fontes da indústria e do comércio mundiais. O ouro e a prata contribuem para a criação do mercado mundial, uma vez que seu modo de ser é antecipado no conceito monetário destes metais. O seu efeito mágico não se limita de forma alguma à infância da sociedade burguesa, mas resulta necessariamente da inversão em que aparece, para agentes do mundo da mercadoria, seu próprio trabalho social; isto se comprova pela influência extraordinária que o descobrimento de novos países auríferos, na metade do século XIX, exerceu sobre o comércio mundial.

Assim como o dinheiro se transforma em dinheiro mundial, o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. Na sua origem, as relações cosmopolitas entre os homens não são mais do que suas relações como possuidores de mercadorias. A mercadoria em si e para si é superior a qualquer barreira religiosa, política, nacional e lingüística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade é o dinheiro. Mas com o desenvolvimento do dinheiro universal em oposição à moeda nacional, o cosmopolitismo do possuidor de mercadorias transforma-se em credo da razão prática em oposição aos preconceitos tradicionais, religiosos e nacionais e outros que entravam o metabolismo da humanidade. Como o mesmo ouro, que chega na Inglaterra sob a forma de "eagles" americanas, e aí se converte em soberano, três dias depois circula em Paris como napoleões, e ao

cabo de algumas semanas encontra-se sob a forma de ducados em Veneza, porém conservando sempre o mesmo valor, fica claro ao possuidor de mercadorias que a nacionalidade *is but the guinea's stamp* (não é nada mais que a inscrição do guinéu). A idéia sublime que o possuidor de mercadorias tem do mundo inteiro é a idéia de um mercado — do *mercado mundial.*[144]

IV — OS METAIS PRECIOSOS

O processo burguês de produção apodera-se, em primeiro lugar, da circulação metálica como um órgão transmitido já pronto, o qual, embora se transforme pouco a pouco, preserva sempre sua construção fundamental.[145] A questão de saber por que são exclusivamente o ouro e a prata que servem como material do dinheiro, em vez de outras mercadorias, coloca-se além dos limites do sistema burguês. Limitar-nos-emos, portanto, a sintetizar sumariamente os pontos de vista essenciais.

Uma vez que o tempo de trabalho geral só admite diferenças quantitativas, é preciso que o objeto, que deve valer como sua encarnação específica, seja capaz de apresentar diferenças puramente quantitativas, tendo como pressuposto a identidade e a uniformidade da sua qualidade. Esta é a primeira condição para que uma mercadoria cumpra a função de medida de valor. Se, por exemplo, avalio todas as mercadorias em bois, peles ou cereais, tenho que medi-las, na prática, com boi-médio ideal, pele-média ideal, etc., visto que há diferenças qualitativas de boi para boi, de pele para pele, de cereal para cereal. O ouro e a prata, ao contrário, sendo corpos simples, são sempre idênticos a si próprios, e quantias idênticas desses metais apresentam portanto valores de igual grandeza. A outra condição da mercadoria, que deve servir de equivalente geral, resultante diretamente da função de apresentar diferenças puramente quantitativas, é que possa ser dividida em tantas partes quanto se queira e ser reunida novamente, de tal forma que a moeda de cálculo possa ser apresentada também de um modo sensível. O ouro e a prata possuem estas propriedades em grau ótimo.

Na função de meio de circulação, o ouro e a prata levam vantagem sobre as demais mercadorias, pelo fato de que seu peso específico elevado, apresentando relativamente muito peso em pouco espaço, está em consonância com seu peso econômico específico, que encerra relativamente muito tempo de trabalho, isto é, elevado valor de troca em pequenos volumes. Com isto está assegurada a facilidade do transporte, a passagem de uma mão para outra e de um país para outro, a faculdade de aparecer e desaparecer com igual rapidez — em síntese, a mobili-

[144] Montanari, *Della Moneta* (1683), l. c., p. 40: "A ligação dos povos entre si se estende a tal ponto sobre o globo terrestre que quase se pode dizer que o mundo inteiro se tornou uma única cidade onde se celebra uma perpétua feira de todas as mercadorias e em que qualquer pessoa, mediante dinheiro em sua casa, pode se suprir e desfrutar de tudo o que produzem a terra, os animais e o esforço humano. Uma invenção maravilhosa". (N. do A.)

[145] "Os metais possuem a propriedade e a particularidade de que, unicamente neles, tudo se reduz à quantidade pelo fato de que não receberam da natureza diversidade de qualidade, nem em sua constituição interna, nem em sua forma e feitio" (Galiani, l.c., pp. 126-127). (N. do A.)

dade material, a condição *sine qua non* da mercadoria, que deve servir como *perpetuum mobile* no processo de circulação.

O alto valor específico dos metais preciosos, sua durabilidade, sua relativa indestrutibilidade, sua propriedade de não oxidar-se no ar, e especialmente a insolubilidade do ouro em ácidos, com exceção da água régia, todas estas propriedades naturais fazem dos metais preciosos a matéria natural do entesouramento. Peter Martyr, que parece ter sido um grande apreciador de chocolate, observa, a respeito dos sacos de cacau, uma das espécies de moeda utilizada no México:

> "Ó ditosa moeda, que oferece ao gênero humano uma bebida doce e nutritiva e preserva seus inocentes possuidores da peste infernal da avareza, pois não pode ser enterrada nem preservada por muito tempo". *(De Orbe Novo.)*[146]

A grande importância dos metais em geral, no processo imediato de produção, está ligada à sua função como instrumento de produção. Sem falar da sua raridade, a maleabilidade do ouro e da prata em comparação com o ferro, e até com o cobre (no estado sólido, em que era empregado pelos antigos) torna-os impróprios para esta utilização e priva-os assim, em larga medida, da qualidade sobre a qual repousa o valor de uso dos metais em geral. São tão inúteis no processo imediato de produção, quanto são dispensáveis como meios de subsistência, como objeto do consumo. Em qualquer quantidade em que entrem no processo de circulação social não prejudicam os processos de produção e de consumo imediatos. Seu valor de uso individual não entra em conflito com sua função econômica. Por outro lado, o ouro e a prata não têm apenas o caráter negativo de objetos supérfluos, dispensáveis, mas suas qualidades estéticas fazem deles a matéria natural do luxo, do adorno, da suntuosidade, das necessidades festivas, em resumo, a forma positiva do supérfluo e da riqueza. Aparecem de uma certa maneira como luz solidificada, extraída do mundo subterrâneo — a prata refletindo todos os raios luminosos em sua mistura primitiva, o ouro refletindo apenas a mais elevada potência da cor, o vermelho. Ora, o sentido da cor é a forma mais popular do sentido estético em geral. A conexão etimológica dos nomes dos metais preciosos com os nomes das cores, nas diferentes línguas indo-germânicas, foi demonstrada por Jacob Grimm. (Veja a sua *História da Língua Alemã.)*

Finalmente, a capacidade do ouro e da prata de passar da forma de moeda à de lingote, desta à de artigo de luxo, e vice-versa; enfim, sua primazia sobre as demais mercadorias, de não permanecerem cativos sob formas de uso determinadas que eventualmente tenham assumido, faz deles a matéria natural do dinheiro, que continuamente deve passar de uma determinidade formal para outra.

[146] A citação do *De orbe novo* de Pedro Martyr Anghiera, dec. 5, cap. 4, Marx retirou da obra *History of the Conquest of México . . .* ", de William Hickling Prescott, t. I, p. 123. (N. da Edição Alemã.)

A natureza não produz dinheiro, nem tampouco banqueiros ou cotação da moeda. Mas como a produção burguesa necessita cristalizar a riqueza como fetiche, na forma de uma única coisa, o ouro e a prata tornam-se esta encarnação correspondente. O ouro e a prata não são por natureza dinheiro, mas o dinheiro é, por natureza, ouro e prata. Por um lado o cristal de dinheiro, em ouro ou em prata, não é apenas um produto do processo de circulação, mas é, de fato, seu único produto em repouso. Por outro lado, são produtos naturais prontos, e o são tanto produtos imediatos da circulação como da natureza, sem que uma diferença formal os distinga. O produto geral do processo social, ou o próprio processo social enquanto produto, é um produto natural especial, um metal escondido nas entranhas da terra, de onde pode ser extraído.[147]

Havíamos visto que o ouro e a prata não podem satisfazer a reivindicação que foi imposta a eles como dinheiro, de ser uma grandeza de valor sem variações. Contudo possuem, como observou Aristóteles, uma grandeza de valor mais estável que a média das demais mercadorias. Sem falar no efeito geral de uma alta ou uma baixa nos preços dos metais preciosos, as flutuações da proporção de valor entre o ouro e a prata são de especial importância, porque ambos servem no mercado mundial, lado a lado, como matéria do dinheiro. As razões puramente econômicas desta variação de valor — as conquistas e outras transformações políticas bruscas, que exerciam grande influência sobre o valor dos metais no mundo antigo, têm apenas um efeito local e passageiro — são redutíveis à variação do tempo de trabalho requerida pela produção destes metais. Este tempo de trabalho, por sua vez, dependerá de sua raridade natural relativa, assim como das dificuldades maiores ou menores em obtê-los em estado puramente metálico. O ouro, com efeito, foi o primeiro metal a ser descoberto pelo homem. Por um lado, a própria natureza o apresenta em forma cristalina, sólida, individualizada, sem combinação química com outros corpos, ou seja, como diziam os alquimistas, em estado virgem; por outro lado, a própria natureza se encarrega, nos grandes lavados de ouro dos rios, da obra da tecnologia. O trabalho exigido ao homem, tanto para extrair o ouro dos rios, como dos terrenos de aluvião, é um dos mais rudimentares, enquanto a produção da prata implica um trabalho de mineração e geralmente um desenvolvimento relativamente grande da técnica. Apesar da sua maior raridade absoluta, o valor original da prata era por isso relativamente maior que o do ouro. A afirmação de Estrabão, de que em uma tribo árabe davam 10 libras de ouro por uma de ferro, e 2 libras de ouro por uma de prata, não parece ser falsa. À medida que se desenvolvem as forças produtivas do trabalho social e que, por conseguinte, encarece o produto do trabalho simples em relação ao do trabalho complexo, e à medida que se escava a crosta terrestre por todo lado e se estancam as fontes primitivas da superfície proporcionadoras do ouro,

[147] Em 760, uma multidão de pobres emigrou para lavar as areias auríferas do sul de Praga, onde três homens podiam extrair ao dia um marco de ouro. Foi tal a afluência aos *diggings* (jazidas de ouro) e a quantidade de braços roubados à agricultura, que no ano seguinte a região foi assolada pela fome. (Veja M. G. Körner. *Abhandlung von dem Altertum des böhmischen Bergwerks*, Schneeberg, 1758, pp. 37 e ss.) (N. de A.)

o valor da prata decresce em relação ao do ouro. Em uma determinada etapa do desenvolvimento da tecnologia e dos meios de comunicação, a descoberta de novas regiões auríferas e argentíferas fará a balança pender definitivamente. Na Ásia antiga, a relação entre o ouro e a prata era de 6 para 1, ou de 8 para 1, esta última relação prevalecia também ainda na China e no Japão no princípio do século XIX; 10 para 1, que era a relação na época de Xenofonte, pode ser considerada como a relação média no período médio da Antiguidade. A exploração das minas de prata da Espanha por Cartago, e mais tarde por Roma, teve na Antiguidade quase o mesmo efeito que a descoberta das minas americanas na Europa moderna. Na época do Império Romano podemos considerar como relação média a de 15 ou de 16 para 1, embora se tenha verificado freqüentemente em Roma maior depreciação da prata. O mesmo movimento, que começa pela depreciação relativa do ouro e termina com a queda do valor da prata, repete-se na época seguinte, que se estende da Idade Média até os tempos mais recentes. Como no tempo de Xenofonte, a relação média na Idade Média é de 10 para 1, e volta a ser de 15 ou 16 para 1 em conseqüência do descobrimento das minas americanas. O descobrimento de jazidas de ouro na Austrália, Califórnia e Colômbia torna provável uma nova queda do valor do ouro.[148]

C — TEORIAS SOBRE O MEIO DE CIRCULAÇÃO E O DINHEIRO

Enquanto nos séculos XVI e XVII — a infância da sociedade burguesa moderna — a ganância universal pelo ouro arrastava povos e príncipes a cruzadas transoceânicas em busca do Santo Graal de ouro,[149] os primeiros intérpretes do mundo moderno, os promotores do sistema monetário — do qual o sistema mercantil é apenas uma variante — proclamavam como única riqueza o ouro e a

[148] Até agora as descobertas da Austrália e outras não afetaram ainda a relação entre o ouro e a prata. As afirmações em contrário de Michel Chévalier têm exatamente o mesmo valor que o socialismo deste ex-saint-simoniano. A cotação da prata no mercado de Londres prova aliás que de 1850 a 1858 o preço-ouro da prata é pouco mais de 3% superior ao que era no período de 1830-1850. Mas esta subida explica-se simplesmente pela procura de prata na Ásia. De 1852 a 1858, o preço da prata nos vários anos e meses varia *unicamente* em função desta *procura*, e não em função da entrada de ouro proveniente das fontes de produção recém-descobertas. Eis um apanhado dos preços-ouro da prata no mercado de Londres.

[Preço da Prata por Onça]

Ano	*Março*	*Julho*	*Novembro*
1852 ...	60 1/8 *pence* ...	60 1/4 *pence* ...	61 7/8 *pence*
1853 ...	61 3/8 "	61 1/2 "	61 7/8 "
1854 ...	61 7/8 "	61 3/4 "	61 1/2 "
1855 ...	60 7/8 "	61 1/2 "	60 7/8 "
1856 ...	60 "	61 1/4 "	62 1/8 "
1857 ...	61 3/4 "	61 5/8 "	61 1/2 "
1858 ...	61 5/8 "		

(N. do A.)

[149] "O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é dono de tudo o que desejar. Graças ao ouro pode-se conseguir o acesso das almas ao paraíso." Colombo, em uma carta de Jamaica, de 1503. (Anotação de Marx, em seu exemplar.)

prata, isto é, o dinheiro. Expressavam, corretamente, a vocação da sociedade burguesa para fazer dinheiro, isto é, formar, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, o eterno tesouro, o qual não roem nem a traça nem a ferrugem. Dizer que uma tonelada de ferro ao preço de 3 libras esterlinas é uma grandeza de valor igual a 3 libras esterlinas de ouro não constitui uma resposta ao sistema monetário. Trata-se aqui, não da grandeza do valor de troca, mas de sua forma adequada. Se o sistema monetário e mercantil distingue o comércio mundial e os ramos particulares do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, como as únicas fontes autênticas da riqueza ou do dinheiro, é necessário ter em conta que nessa época a maior parte da produção nacional se movia sob formas feudais e constituía para os próprios produtores a fonte imediata de subsistência. Os produtos, em grande parte, não se transformavam em mercadoria, nem, portanto, em dinheiro; não entravam no metabolismo social geral; não apareciam, portanto, como objetivação do trabalho geral abstrato, e, de fato, não criavam riqueza burguesa. *O dinheiro, como finalidade da circulação, é o valor de troca ou riqueza abstrata,* e não um elemento material qualquer da riqueza que constitui o *fim determinante* e *motivo animador* da produção. Como era de se esperar, no limiar da produção burguesa, aqueles profetas desconhecidos estavam agarrados à forma sólida, palpável e brilhante do valor de troca, à sua forma de mercadoria geral, em oposição a todas as mercadorias particulares. Naquela altura a esfera da economia burguesa propriamente dita era a esfera da circulação de mercadorias. Assim, era do ponto de vista desta esfera elementar que julgavam todo o complicado processo da produção burguesa e confundiam dinheiro com capital. A luta incessante dos economistas modernos contra o sistema monetário e mercantil provém de que este sistema propaga de um modo bastante ingênuo o segredo da produção burguesa, ou seja, o fato de que esta se encontra sob o domínio do valor de troca. Ricardo observa algures, ainda que seja para fazer disso uma aplicação falsa, que mesmo nas épocas de fome se importam cereais, não porque a nação passa fome, mas porque o negociante de trigo ganha dinheiro. Na crítica que faz ao sistema monetário e mercantil, a economia política moderna erra ao combater esse sistema como se fosse uma simples ilusão, uma teoria falsa, não reconhecendo nele a forma bárbara do seu princípio fundamental. Além disso, esse sistema não só preserva seu direito histórico como também seu pleno direito de cidadania em determinadas esferas da economia moderna. Em todas as etapas do processo burguês de produção, nas quais a riqueza reveste a forma elementar da mercadoria, o valor de troca assume a forma elementar do dinheiro, e em todas as fases do processo de produção a riqueza volta a revestir continuamente, ainda que seja por um momento, a forma elementar geral da mercadoria. Mesmo na mais desenvolvida economia burguesa as funções específicas do ouro e da prata como dinheiro, diferentemente de sua função como meio de circulação, e em oposição às demais mercadorias, não são anuladas, mas apenas restringidas; por isso o sistema monetário e mercantil preserva o seu direito. O fato católico do ouro e da prata, como encarnação imediata do trabalho social, e, por isso, como modo de ser da riqueza abstrata, confrontarem-se com as demais mercado-

rias profanas, fere naturalmente o *point d'honneur* (pudor) protestante da economia burguesa que, por temor aos preconceitos do sistema monetário, perde, por muito tempo, a faculdade de julgar os fenômenos da circulação monetária, como mostraremos a seguir.

Em oposição ao sistema monetário e mercantil, que só conhece o dinheiro sob sua determinidade formal de produto cristalizado na circulação, era natural que a economia clássica o concebesse, primeiro, sob a sua forma fluida de valor de troca, forma esta que surge e desaparece dentro do processo da própria metamorfose das mercadorias. Mas como a economia clássica concebe a circulação de mercadorias exclusivamente na forma M-D-M, e esta, por sua vez, como a unidade evolutiva da unidade de venda e compra, o dinheiro foi afirmado em sua determinidade formal de meio de circulação contra sua determinidade formal de dinheiro. Se se isola o próprio meio de circulação em sua função de moeda, ele se transforma, como vimos, em sinal de valor. Mas como a economia clássica se confrontou de início com a circulação metálica como forma dominante da circulação, toma o dinheiro metálico por moeda, e a moeda metálica por simples sinal de valor. Conforme a lei da circulação dos sinais de valor, estabelece-se a tese de que os preços das mercadorias dependerão da massa do dinheiro circulante, e não o inverso, isto é, que a massa do dinheiro em circulação depende dos preços das mercadorias. Os economistas italianos do século XVII formulam esta tese de um modo mais ou menos claro, ora aprovada, ora negada por *Locke,* mas desenvolvida em sua forma pura no *Spectator* (no número de 19 de outubro de 1711) por *Montesquieu* e *Hume.* Sendo este último, indiscutivelmente, o representante mais importante desta teoria do século XVII, começaremos por ele nosso apanhado geral.

Sob determinados pressupostos, um aumento ou uma diminuição na quantidade, seja do dinheiro metálico circulante, seja dos sinais de valor em circulação, parece atuar *uniformemente* sobre os preços das mercadorias. Se há uma queda ou alta no *valor* do ouro ou da prata, os quais servem para avaliar os valores de troca das mercadorias sob a forma de preços, os *preços* sobem ou descem por ter variado sua medida de valor, circulando uma quantidade maior ou menor de ouro e prata como moeda, em conseqüência da alta ou baixa dos preços. O fenômeno visível é a alteração dos preços — permanecendo constante o valor de troca das mercadorias — com o aumento ou diminuição da quantidade de meios de circulação. Se, por outro lado, a quantidade dos sinais de valor em circulação cai abaixo ou se eleva acima do nível necessário, é, em seguida, forçada violentamente pela baixa ou alta dos preços das mercadorias a voltar a este nível. Em ambos os casos, o mesmo efeito parece ter sido provocado pela mesma causa. A esta aparência se prende *Hume.*

Qualquer pesquisa científica sobre a relação entre a quantidade dos meios de circulação e o movimento de preços das mercadorias deve ter como dado o valor do material que constitui o dinheiro. Ao contrário, Hume estuda exclusivamente as épocas de revoluções no valor dos próprios metais preciosos, isto é, revoluções da medida de valores. A elevação dos preços das mercadorias simultaneamente

com o aumento do dinheiro metálico, desde a descoberta das minas americanas, constitui o fundo histórico da sua teoria, ao mesmo tempo que a polêmica contra o sistema monetário e mercantil lhe propicia o motivo prático. A entrada dos metais preciosos pode aumentar naturalmente, mantendo-se constantes seus custos de produção. Por outro lado, a diminuição de seu valor, isto é, do tempo de trabalho necessário à sua produção, mostrar-se-á primeiramente apenas no aumento de sua oferta. Assim, pois, diziam mais tarde os discípulos de Hume que o valor mais baixo dos metais preciosos manifesta-se no crescimento da massa dos meios de circulação e o crescimento da massa dos meios de circulação manifesta-se na elevação dos preços das mercadorias. Mas, de fato, só aumenta o preço das mercadorias exportadas, que são trocadas por ouro e prata na qualidade de mercadorias e não na qualidade de meios de circulação. Assim os preços destas mercadorias, que são avaliadas em ouro e prata de valor diminuído, se elevam em relação a todas as demais mercadorias, cujo valor de troca continua sendo avaliado em ouro e prata segundo o padrão de seus antigos custos de produção. Esta dupla avaliação dos valores de troca das mercadorias num mesmo país só pode ter, por certo, um caráter temporário e os preços-ouro ou preços-prata devem necessariamente equilibrar-se nas proporções determinadas pelos próprios valores de troca, de tal modo que os valores de troca de todas as mercadorias sejam finalmente avaliados segundo o novo valor do material que constitui o dinheiro. Este não é o momento adequado de expor o desenvolvimento deste processo, como não é o lugar de examinar o modo pelo qual o valor de troca das mercadorias se impõe em meio às flutuações dos preços de mercado. Mas que esta equalização se realiza bem vagarosamente nas épocas menos desenvolvidas da produção burguesa, estendendo-se por longos períodos, e que de qualquer maneira não se processa no mesmo ritmo em que aumenta o dinheiro corrente, foi provado de forma claríssima por novos estudos críticos sobre o movimento dos preços das mercadorias no século XVI.[150]

São de todo impertinentes as referências que os discípulos de Hume tão prazerosamente intentam fazer com a alta dos preços na antiga Roma, em conseqüência da conquista da Macedônia, do Egito e da Ásia Menor. A transferência brusca e brutal de um país para outro de tesouros monetários acumulados, fato comum no mundo antigo, e a redução temporária dos custos de produção dos metais preciosos, graças à mera pilhagem, afetam tão pouco as leis imanentes da circulação monetária como a distribuição gratuita em Roma dos cereais do Egito e da Sicília, por exemplo, afeta a lei geral que regula o preço dos cereais. Hume, como aliás todos os escritores do século XVIII, não pôde dispor do material necessário para a observação detalhada da circulação do dinheiro, pois tal material — por um lado, uma história classificada dos preços das mercadorias, e por outro, estatísticas oficiais e contínuas sobre a expansão e contração do meio circulante, afluxo e escoamento dos metais preciosos, etc. — apenas começa a

[150] Hume admite aliás que esta compensação se dá gradualmente, por menos que corresponda ao seu princípio. Veja David Hume, *Essays and Treatises on Several Subjects*, ed. Londres, 1777, vol. I, p. 300. (N. do A.)

existir com o pleno desenvolvimento do sistema bancário. A teoria da circulação de Hume pode ser resumida nos seguintes pontos: 1. Os preços das mercadorias num país são determinados pela massa de dinheiro nele existente (dinheiro real ou simbólico). 2. O dinheiro circulante num país representa todas as mercadorias que aí se encontram. Na proporção em que aumenta o número dos representantes, a quantidade do dinheiro corresponde a uma parte maior ou menor da coisa representada a cada representante individual. 3. Se aumenta a quantidade das mercadorias, seu preço baixa, ou o valor do dinheiro sobe. Se aumenta a quantidade do dinheiro, sobe inversamente o preço das mercadorias e diminui o valor do dinheiro.[151]

"O encarecimento de tudo — diz Hume — em conseqüência de uma superabundância de dinheiro, é uma desvantagem para qualquer comércio estabelecido, pois permite aos países mais pobres suplantar os mais ricos em todos os mercados estrangeiros.[152] Considerando-se uma nação em si mesma, a escassez ou abundância da moeda usada para calcular, ou para representar as mercadorias, não pode exercer nenhuma influência, nem boa nem má, da mesma forma que não se alteraria o balanço de um comerciante, se este, em vez dos algarismos arábicos, que exigem poucos caracteres, empregasse na sua contabilidade os algarismos romanos, que exigem maior quantidade de caracteres. Pois a quantidade maior de dinheiro, assim como os algarismos romanos de cálculo, é muito mais incômoda e requer mais trabalho tanto para a conservação como para o transporte."[153]

Para provar qualquer coisa, Hume deveria ter demonstrado que, num *dado* sistema de caracteres de cálculo, a massa das cifras empregadas não depende da grandeza do valor dos números, mas inversamente, que a grandeza do valor dos números depende da massa dos caracteres empregados. É correto, sem dúvida, que não há vantagem em avaliar ou "contar" os valores das mercadorias em ouro ou prata depreciada, e é por isso que os povos, que se encontravam em um processo de crescimento da soma de valor de suas mercadorias em circulação, achavam sempre mais cômodo usar a prata para contar em vez do cobre, e logo o ouro em vez da prata. À medida que se tornavam mais ricos, convertiam os metais menos valiosos em moeda subsidiária, e os mais valiosos em dinheiro. Por outro lado Hume esquece que, para o cálculo dos valores em ouro ou prata, não é necessário que estes metais estejam *"à mão"*. Para ele, a moeda de cálculo e o meio de circulação são a mesma coisa, pois ambos são moeda *(coin)*. Baseando-se em que uma alteração de valor, na medida de valores ou dos metais preciosos que servem de moeda de cálculo, faz subir ou baixar os preços das mercadorias, e, portanto, a massa do dinheiro em circulação, se permanecer constante a velocidade de giro, Hume conclui que a alta ou a baixa dos preços das mercadorias depende da quantidade de dinheiro que circula. Que nos séculos XVI e XVII não só aumentava a quantidade de ouro e de prata, como diminuíam simultaneamente

[151] Conf. Steuart, *ibid.*, pp. 394-400. (N. do A.)
[152] David Hume, l.c., p. 300. (N. do A.)
[153] David Hume, l.c., p. 303. (N. do A.)

os custos de sua produção, este fato pôde ser percebido por Hume, em virtude do fechamento das minas européias. Durante estes séculos os preços das mercadorias subiram na Europa à medida que aumentava a massa de ouro e prata importada da América; logo, os preços das mercadorias de cada país são determinados pela massa de ouro e de prata que nele se encontra. Esta é a primeira "conseqüência necessária" de Hume.[154] Também nestes séculos, os preços não subiram na mesma proporção em que aumentavam os metais preciosos; decorreu mais de meio século antes que se verificasse *qualquer* alteração nos preços das mercadorias, e mesmo então passou ainda muito tempo antes que os valores de troca das mercadorias fossem avaliados de um modo geral em função do valor diminuído do ouro e da prata, isto é, antes que a revolução atingisse os preços gerais das mercadorias. Hume transforma, sem submeter à crítica, fatos observados parcialmente em proposições gerais, procedendo assim em perfeita contradição com os princípios da sua filosofia, e conclui que os preços das mercadorias, ou o valor do dinheiro, é determinado, não pela sua massa absoluta existente em um país, mas antes pela quantidade de ouro e de prata que entra efetivamente na circulação; finalmente, todo ouro e toda prata que se encontram num país devem ser absorvidos como moeda.[155] Está claro que se o ouro e a prata possuem um valor próprio, abstraindo-se de todas as demais leis da circulação, apenas pode circular uma quantidade determinada de ouro e de prata, como equivalente de uma soma dada de mercadorias. Assim, se toda a quantidade de ouro e de prata que se encontra eventualmente em um país, deve entrar como meio de circulação no processo de trocas das mercadorias, sem ter em conta a soma dos valores das mercadorias, o ouro e a prata não possuem valor imanente e não são, de fato, mercadorias efetivas. Esta é a terceira "conseqüência necessária" de Hume. Mercadorias sem preço, e ouro e prata sem valor, entrando no processo de circulação — é o que pretende ver Hume. Assim ele não menciona nunca o valor das mercadorias, nem o valor do ouro, mas apenas as suas quantidades recíprocas. Locke já havia dito que o ouro e a prata têm apenas um valor meramente imaginário ou convencional; foi esta a primeira forma brutal de contradição à afirmação do sistema monetário de que somente o ouro e a prata têm valor verdadeiro. O fato de que o modo de ser do ouro e da prata provém simplesmente da sua função no processo social de intercâmbio, implica que seu próprio valor, isto é, sua grandeza de valor, provém de uma função social.[156] O ouro e a prata são, pois, coisas sem valor, todavia adquirem no interior do processo de circulação uma grandeza de valor fictícia como *representantes das mercadorias.* O processo os transforma

[154] David Hume, l.c., p. 303. (N. do A.)

[155] "É evidente que os preços dependem menos da quantidade absoluta de mercadorias e da do dinheiro, que se encontram em um país, que da quantidade de mercadorias que podem ser trazidas ao mercado e do dinheiro circulante. Se o dinheiro cunhado está encerrado em arcas, o efeito é o mesmo, no que diz respeito ao preço, do que se fosse destruído; se as mercadorias se acham amontoadas nos armazéns e celeiros, o efeito é igual. Como nestes casos nunca se encontram o dinheiro e as mercadorias, uns não podem atuar sobre os outros. O conjunto (dos preços) alcança, finalmente, uma *justa proporção à nova quantidade de moeda metálica que se encontra no país*"(l. c., pp.303, 307 e 308). (N. do A.)

[156] Veja Law e Franklin, relativamente ao excedente do valor, que se considera que adquirem o ouro e a prata em sua função de dinheiro. Veja também Forbonnais. (Anotação do A. no exemplar pessoal.)

não em dinheiro, mas em valor. Este seu valor é determinado pela proporção entre sua própria massa e a massa das mercadorias, devendo sobrepor-se as duas massas. Hume, por outro lado, introduz o ouro e a prata no mundo das mercadorias, tomando-os como não-mercadorias, e transforma-os inversamente, tão logo apareçam sob a determinidade formal de moeda, em simples mercadorias que se permutam pelo processo simples da troca direta com as outras mercadorias. Neste caso, se o mundo das mercadorias consistisse numa única mercadoria, um milhão de toneladas de trigo, por exemplo, seria fácil imaginar que uma tonelada seria trocada por 2 onças de ouro, no caso de existirem 2 milhões de onças de ouro, e por 20 onças de ouro no caso de existirem 20 milhões, e que, conseqüentemente, o preço da mercadoria e o valor do dinheiro subiriam ou baixariam na razão inversa da quantidade de dinheiro existente.[157] Mas o mundo do mercado compõe-se de uma variedade infinita de valores de uso, cujo valor relativo não é, de modo algum, determinado pela quantidade relativa. Como é que Hume concebe, pois, este intercâmbio entre a massa das mercadorias e a massa do ouro? Contenta-se com a vaga e confusa concepção segundo a qual cada mercadoria se troca como parte alíquota da totalidade das mercadorias, por uma parte alíquota correspondente da totalidade de ouro. O movimento evolutivo das mercadorias, que nasce da oposição contida nele, entre valor de troca e valor de uso, e que aparece no curso do dinheiro, cristaliza-se nas diferentes determinidades formais deste último, e, por isso, se apaga, seu lugar sendo preenchido por uma igualização mecânica imaginária entre o peso total da massa dos metais preciosos e a massa de mercadorias que existem ao mesmo tempo em um dado país.

Sir *James Steuart* abre seu estudo sobre a moeda e o dinheiro com uma crítica detalhada de Hume e Montesquieu.[158] É ele, de fato, o primeiro a colocar a questão: a quantidade de ouro circulante é determinada pelos preços das mercadorias, ou os preços das mercadorias são determinados pela quantidade de dinheiro circulante? Embora sua exposição se ache abscurecida por uma fantástica concepção das medidas de valor, por uma representação oscilante do próprio valor de troca e por reminiscências do sistema mercantil, descobre as determinidades formais essenciais do dinheiro, assim como as leis gerais de sua circulação, porque não coloca mecanicamente as mercadorias de um lado, e o dinheiro do outro, mas desenvolve efetivamente as diferentes funções dos diferentes momentos da troca de mercadorias.

> "O emprego do dinheiro na circulação interna de um país pode ser resumido em dois pontos principais: o pagamento do que se deve, e a compra daquilo de que se necessita; o conjunto destes dois atos constitui a demanda do ponto de vista do dinheiro sonante *(ready money demands)*. . . O estado do comércio e das manufaturas, o modo de existência e os gastos habituais dos habitantes, tomados em conjunto, regulam e determinam a massa da demanda para o dinheiro sonante, isto é, a massa das alienações. Para efe-

[157] Esta ficção se encontra textualmente em Montesquieu. (Anotação do A. no exemplar pessoal.)
[158] Steuart, l.c., t. I, pp. 394 e ss. (N. do A.)

tuar esses múltiplos pagamentos, torna-se indispensável uma certa proporção de dinheiro. Esta proporção pode aumentar e diminuir segundo as circunstancias, embora a quantidade das alienações permaneça a mesma... Em todo caso, a circulação em um país só pode absorver uma determinada quantidade de dinheiro.[159] O preço de mercado da mercadoria é determinado pela complicada operação da demanda e concorrência *(demand and competition)*, que são completamente independentes da massa de ouro e prata existente em um país. O que acontece então ao ouro e à prata que não são necessitados como moeda? São amontoados sob a forma de tesouro ou servem como material na fabricação de artigos de luxo. Se a quantidade de ouro e prata cai abaixo do nível necessário para a circulação é compensada pela moeda simbólica ou por outros expedientes. Quando um câmbio favorável introduz uma abundância de dinheiro no país e detém a demanda para a sua exportação ao estrangeiro, ela se acumulará em caixa, onde se torna tão inútil como se tivesse ficado nas minas."[160]

A segunda lei descoberta por *Steuart* é o refluxo ao seu ponto de partida da circulação baseada no crédito. Finalmente, mostra os efeitos que a diversidade de taxas de juro provoca nos diversos países sobre a exportação e importação internacionais dos metais preciosos. Apenas nos referimos aqui a estas últimas determinações para sermos completos, visto que se desviam do nosso tema, isto é, da circulação simples.[161] A moeda simbólica ou a moeda creditícia — Steuart não

[159] James Steuart, l. c., t. II, pp. 377-379 *passim*. (N. do A.)

[160] l. c., pp. 379-380 *passim*. (N. do A.)

[161] "As moedas adicionais serão guardadas no cofre ou transformadas em prataria... Quanto ao papel-moeda, quando tiver preenchido a sua primeira finalidade, que é satisfazer às necessidades daquele que o pediu emprestado, regressará ao devedor e será realizado... Por isso deixe que aumente ou diminua a moeda metálica de um país em qualquer proporção, as mercadorias não subirão nem baixarão a não ser segundo os princípios da procura e da concorrência, e estas dependerão sempre das disposições dos que têm qualquer propriedade ou qualquer espécie de equivalente a ceder, e nunca da quantidade de moedas que possuam... Deixe que ela se torne (a quantidade de moeda metálica de um país) tão pequena quanto se queira, enquanto houver no país propriedade real de qualquer natureza, e concorrência no consumo entre os que a possuem, os preços serão elevados devido à troca, ao uso da moeda simbólica, aos pagamentos recíprocos e *mil* outras invenções... Se este país tem negócios com outras nações, é necessário que exista uma proporção entre os preços de muitas mercadorias, no país e no estrangeiro, e uma brusca subida ou diminuição da moeda metálica, admitindo que pudesse *por si* provocar a alta ou a baixa dos preços, seria *limitada* nos seus efeitos pela concorrência estrangeira." Steuart, l. c., t. I, pp. 400-401. "A circulação de cada país deve ser adaptada à atividade industrial dos habitantes que produzem as mercadorias que vêm para o mercado... Se o dinheiro sonante de um país cai abaixo da proporção correspondente ao preço da atividade industrial à venda, recorre-se a invenções como a moeda simbólica para estabelecer um equivalente. Mas se acontece que a moeda metálica ultrapassa a proporção correspondente à atividade industrial, nem por isso provocará a subida dos preços ou entrará na circulação: *será guardado sob a forma de tesouros*... Qualquer que possa ser a massa de dinheiro num país em relação ao resto do mundo, nunca pode estar *em circulação* mais que uma quantidade proporcional ao consumo dos habitantes ricos e ao trabalho ou à atividade industrial dos pobres", e esta proporção não é determinada "pela quantidade de dinheiro que se encontra efetivamente no país" (l. c., pp. 407-408 *passim*). "Todos os países se esforçarão por lançar seu dinheiro sonante, que não é necessário à sua própria circulação, no país em que o juro do dinheiro seja elevado em relação ao juro local." (l. c., t. II, p. 5.) "O país mais rico da Europa pode ser o mais pobre em moeda metálica circulante" (l. c., t. II, p. 6) — Cf. a polêmica contra Steuart em Arthur Young. (N. do A.)*

* Esta última frase foi anotada por Marx em seu exemplar. (N. da Edição Alemã.)

distingue ainda estas duas formas do dinheiro — podem substituir os metais preciosos na circulação interna como meio de compra ou como meio de pagamento, mas não no mercado mundial. As notas de papel são por isso o dinheiro da sociedade *(money of the society),* enquanto o ouro e a prata constituem o dinheiro mundial *(money of the world).*[162]

Uma particularidade das nações que têm um desenvolvimento histórico, no sentido da Escola Histórica do Direito,[163] é esquecer constantemente sua própria história. Embora a questão controversa sobre a relação entre os preços das mercadorias e a quantidade dos meios de circulação tenha agitado permanentemente o Parlamento durante este meio século, e tenha feito surgir na Inglaterra milhares de panfletos longos e breves, Steuart permaneceu relegado ao esquecimento como um "cão morto", mais que Spinoza o fora por Moses Mendelssohn ao tempo de Lessing. Mesmo o historiador mais recente da *currency* (meio de circulação legal), Maclaren, converte Adam Smith em inventor da teoria de Steuart, e Ricardo no criador da teoria de Hume.[164] Enquanto Ricardo aperfeiçoava a teoria de Hume, Adam Smith anotava os resultados das pesquisas de Steuart como coisas de que se havia esquecido. *Adam Smith* aplicou à riqueza espiritual seu adágio escocês, segundo o qual "quando se ganha um pouco, torna-se geralmente fácil fazê-lo aumentar, a dificuldade porém está em ganhar este pouco inicial", e é por isto que toma um cuidado mesquinho em esconder as fontes de onde retirou o pouco do qual fez efetivamente muito. Mais de uma vez prefere dissimular uma questão, pois uma formulação mais aguda obrigá-lo-ia a acertar contas com seus predecessores. Assim sucede no que diz respeito à teoria do dinheiro. Sem fazer menção à teoria de Steuart, Smith a retoma explicando, o ouro e a prata que se encontram em um país servem em parte de moeda, em parte são acumulados como fundos de reserva dos comerciantes em países onde não existem bancos, e como reservas de banco nos países onde existe uma circulação baseada no crédito; em parte servem de tesouro para equilibrar os pagamentos internacionais, em parte são convertidos em artigos de luxo. Deixa de lado, disfarçadamente, a questão sobre a quantidade da moeda circulante ao tratar do dinheiro de forma totalmente incorreta, como simples mercadoria.[165] Seu vulgarizador, o insípido J.-B. Say, a quem os franceses proclamaram como *prince de la*

[162] *Steuart,* l. c., t. II, p. 370. Louis Blanc transforma o *money of society,* que nada mais significa que moeda interna, nacional, em moeda socialista, o que não significa absolutamente nada, e faz conseqüentemente de John Law um socialista. (Veja o seu primeiro tomo da *História da Revolução Francesa).* (N. do A.)

[163] A *Escola Histórica do Direito* foi uma corrente reacionária no campo da História e do Direito, que surgiu na Alemanha no final do século XVIII. Seus representantes se levantaram contra as idéias burguesas-democráticas da Revolução Francesa. Marx trata desta corrente em seus escritos: *O Manifesto Filosófico da Escola Histórica do Direito* e *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel,* Introdução. (N. da Edição Alemã.)

[164] Maclaren, l. c., pp. 43 e ss. O patriotismo levou um escritor alemão morto prematuramente (Gustav Julius) a elevar o velho Büsch a grau de autoridade, que opõe à escola ricardiana. O respeitável Büsch traduziu ao baixo-alemão hamburguês o inglês genial de Steuart, deturpando o original sempre que possível. (N. do A.)

[165] Isto não é exato. Pelo contrário, formula corretamente a lei em várias passagens. (Anotação de Marx ao seu exemplar.)

science, do mesmo modo que Johann Christoph Gottsched elevou seu Schönaich à categoria de Homero, e Pietro Aretino proclamou-se a si próprio *terror principum* e *lux mundi* (terror dos príncipes e luz do mundo), erigiu em dogma esta distração de Adam Smith, que aliás não foi tão inocente quanto parecia[166] Além disso, a tensão polêmica com que se insurgia contra as ilusões do sistema mercantil impediu Adam Smith de compreender objetivamente os fenômenos da circulação metálica, enquanto suas opiniões sobre a moeda creditícia são originais e profundas. Assim como, no século XVIII, pode-se encontrar sempre por detrás de todas as teorias sobre a petrificação, uma corrente de idéias que tem a sua origem nas considerações críticas ou apologéticas da tradição bíblica do dilúvio, também esconde-se, por detrás de todas as teorias monetárias do século XVIII, uma luta implacável contra o sistema monetário, esse fantasma que tinha assombrado o berço da economia burguesa e continuava a projetar sua sombra sobre a legislação.

Não foram os fenômenos da circulação metálica, mas sim os da circulação das notas bancárias que, durante o século XIX, deram impulso às pesquisas sobre o dinheiro. Atentou-se para a primeira a fim de se descobrir as leis da segunda. A suspensão dos pagamentos em espécie do Banco da Inglaterra, a partir de 1797, a elevação dos preços de numerosas mercadorias que se verificou a seguir, a queda do preço monetário do ouro abaixo de seu preço de mercado, a depreciação das notas bancárias, particularmente desde 1809, forneceram os motivos práticos e imediatos para uma luta partidária no Parlamento, e um torneio teórico fora dele, tão apaixonado este quanto aquela. A história do papel-moeda no século XVIII serviu de fundo histórico do debate: o fiasco do Banco de Law,[167] a depreciação das notas-de-banco provinciais das colônias inglesas da América do Norte, que, paralelamente ao crescimento dos sinais de valor, durou do começo a meados do século XVIII; depois, mais tarde, o curso forçado do papel-moeda *(continental bills)* imposto por lei do governo central americano durante a guerra da Independência, e finalmente a experiência feita em maior escala ainda dos *assignats* franceses. A maior parte dos escritores ingleses da época confunde a circulação das notas bancárias, regulamentada por leis totalmente diferentes, com a circulação dos sinais de valor, ou do papel oficial de curso forçado, e pretende explicar os fenômenos desta circulação de curso forçado pelas

[166] Por isso, a diferença entre *currency* e *money*, isto é, entre o meio de circulação e o dinheiro, não se encontra em *Wealth of Nations*. Enganado pela aparente imparcialidade de Adam Smith, que conhecia muito bem seu Hume e seu Steuart, o sincero Maclaren diz: "A teoria da dependência dos preços da quantidade dos meios de circulação não havia atraído a atenção ainda; e o Dr. Smith, como Locke (Locke varia em sua maneira de ver), considera a moeda metálica nada mais que uma mercadoria" (Maclaren, l. c., p.44). (N. do A.)

[167] *Fiasco do Banco de Law:* O banqueiro e economista inglês John Law tentou realizar na prática sua idéia totalmente absurda, de que o Estado poderia aumentar a riqueza do país pela emissão de notas sem cobertura. Ele fundou em 1716 um banco privado em Paris, que foi transformado em banco oficial. O banco de Law emitia limitadamente papel-moeda, ao mesmo tempo que recebia depósitos de moeda metálica, com o que propiciou um vertiginoso movimento da bolsa e uma especulação jamais conhecida até então, até que finalmente em 1720 o "Banco Oficial" assim como o "sistema" de Law entraram em uma bancarrota total. Law fugiu para o estrangeiro. (N. da Edição Alemã.)

leis da circulação metálica; são, pelo contrário, as leis desta última que de fato se deduzem dos fenômenos da primeira. Passaremos por alto os numerosos escritores do período que vai de 1800 a 1809 para considerar imediatamente Ricardo, quer porque sua obra resume a de seus predecessores, de quem formula as idéias de uma forma mais rigorosa, quer porque a forma que deu à teoria do dinheiro domina até agora toda a legislação bancária inglesa. Ricardo, como seus predecessores, confunde a circulação das notas bancárias, ou da moeda creditícia, com a circulação dos simples sinais de valor. O fato que lhe prende a atenção é a depreciação de papel-moeda e o aumento simultâneo dos preços das mercadorias. O que as minas americanas significaram para Hume, as prensas de notas de papel de Threadneedle Street[168] significaram para Ricardo; ele próprio, em certa passagem, identifica expressamente os dois fatores. Seus primeiros escritos, que tratam somente da questão do dinheiro, aparecem no momento em que reinava a mais violenta polêmica entre o Banco da Inglaterra, ao lado do qual se colocavam os Ministros e o Partido da Guerra, e seus adversários, que contavam entre a oposição parlamentar, os Whighs e o Partido da Paz. Seus escritos surgem como precursores diretos do célebre relatório do *Bullion committee* (comitê do Tesouro) de 1810, em que são aceitas as teses de Ricardo.[169] O fato singular de Ricardo e seus discípulos, que declaram ser o dinheiro apenas um simples sinal de valor, serem conhecidos por *bullionists* (homens dos lingotes de ouro), não se deve apenas ao nome deste comitê, mas ao conteúdo da sua própria doutrina. Em suas obras sobre a Economia Política, Ricardo repetiu e desenvolveu as mesmas teses, mas não estudou em parte nenhuma a natureza do dinheiro em si mesmo, como o fez com o valor de troca, com o lucro, com a renda da terra, etc.

Ricardo determina primeiramente o valor do ouro e da prata assim como o de todas as demais mercadorias, pela quantia do tempo de trabalho objetivado nelas.[170] Neles, como mercadorias de valor, são medidos os valores de todas as demais mercadorias.[171] A quantidade dos meios de circulação de um país é então determinada, por um lado, pelo valor da unidade de medida do dinheiro e, por outro lado, pela soma dos valores de troca das mercadorias. Esta quantidade é modificada pela economia de modo de pagamento.[172] Como se encontra assim determinada a quantidade de dinheiro de um dado valor que pode circular, e

[168] "Threadneedle Street" — rua de Londres onde se localiza o Banco da Inglaterra. (N. da Edição Alemã.)

[169] David Ricardo, *The High Price of Bullion, a Proof of the Depreciation of Banknotes*, 4.ª Edição, Londres, 1811. (A primeira edição apareceu em 1809.) E ainda: *Reply to Mr. Bosanquet's Practical Observations on the Report of the Bullion Committee*, Londres, 1811. (N. do A.)

[170] David Ricardo, *On the Principles of Political Economy, etc.*, p. 77. "O valor dos metais preciosos, assim como o de todas as demais mercadorias, depende da quantidade de trabalho necessária para os obter e para os trazer para o mercado." (N. do A.)

[171] L. c., pp. 77, 180 e 181. (N. do A.)

[172] Ricardo, l. c., p. 421. "A quantidade de dinheiro empregada em um país depende de seu valor: se só circulasse o ouro, faria 15 vezes menos falta que se se empregasse unicamente a prata." Veja também Ricardo, *Proposals for an Economical and Secure Currency*, Londres, 1816, p. 8, onde afirma: "o montante das notas em circulação depende da quantidade requerida para a circulação do país; a qual é regulada pelo valor da unidade de medida do dinheiro, pelo montante dos pagamentos, e pela economia da sua realização". (N. do A.)

como seu valor na circulação não depende senão de sua quantidade, os simples sinais de valor, se são emitidos na proporção determinada pelo valor do dinheiro, podem substituí-lo na circulação e

> "o dinheiro circulante achar-se-á em seu estado acabado, se consiste exclusivamente em papel de valor igual ao ouro que pretende representar".[173]

Até este momento, tendo o valor do dinheiro como dado, Ricardo determina a quantidade dos meios de circulação pelos preços das mercadorias, e o dinheiro, enquanto sinal de valor, é para ele o sinal de uma determinada quantia de ouro, e não, como para Hume, o representante sem valor das mercadorias.

Quando Ricardo interrompe bruscamente o curso regular da sua exposição para adotar a tese contrária, volta imediatamente sua atenção para a circulação internacional dos metais preciosos e confunde assim o problema com a introdução de pontos de vista que lhe são estranhos. Analisando a expressão íntima de seu pensamento, começaremos por deixar de lado todos os problemas secundários e artificiais e situaremos as minas de ouro e prata nos países em que estes metais preciosos circulam como moeda. A única frase, que resulta do desenvolvimento feito por Ricardo até então, é que, tendo o valor do ouro como dado, a quantidade de dinheiro circulante é determinada pelos preços das mercadorias. Assim pois, em um dado momento, a massa de ouro que circula em um país é determinada simplesmente pelo valor de troca das mercadorias que circulam. Suponha-se então que a soma destes valores de troca diminua, ou porque se produzem menos mercadorias segundo o anterior valor de troca, ou porque, em conseqüência de um aumento da força produtiva do trabalho, a mesma massa de mercadorias assume um valor de troca menor. Ou suponha-se, inversamente, que a soma dos valores de troca aumente porque aumenta a massa das mercadorias, mantendo-se os custos de produção, ou porque o valor desta mesma massa de mercadorias, ou de uma massa menor, cresce em conseqüência de uma diminuição da força produtiva do trabalho. O que ocorre em ambos os casos com a quantidade *dada* do metal circulante? Se o ouro só é dinheiro porque circula como meio de circulação, se é obrigado a manter-se na circulação como o papel-moeda emitido pelo Estado, com curso forçado (e é isto que Ricardo tinha em mente), então, no primeiro caso, haverá superabundância da quantidade de dinheiro em circulação em relação com o valor de troca do metal, e, no segundo caso, achar-se-ia abaixo do seu nível normal. Embora possuindo um *valor próprio*, o ouro, no primeiro caso, se converteria em sinal de um metal de valor de troca inferior ao seu; no último caso, em sinal de um metal de valor superior. No primeiro caso, o ouro estaria, como sinal de valor, abaixo de seu valor efetivo; no segundo caso, acima de dito valor (uma abstração a mais do papel-moeda de curso forçado). No primeiro caso seria como se as mercadorias fossem avaliadas num metal de valor inferior, e no segundo caso como se o fossem num metal de

[173] Ricardo, *Principles of Political Economy*, pp. 432 e 433. (N. do A.)

valor superior ao ouro. No primeiro caso, os preços das mercadorias subiriam; no segundo, baixariam. Em ambos os casos, o movimento dos preços das mercadorias, sua alta ou sua baixa, seria efeito da expansão ou da contração relativa da massa de ouro circulante acima ou abaixo do nível correspondente a seu próprio valor, ou seja, a quantidade normal que se determina pela relação entre seu próprio valor e o valor das mercadorias que têm que circular.

O mesmo processo ocorreria se a soma dos preços das mercadorias em circulação permanecesse idêntica, mas a massa de ouro circulante viesse a se encontrar abaixo ou acima do nível normal; abaixo, se as moedas de ouro desgastadas na circulação não fossem substituídas por uma nova produção correspondente das minas; acima, se a nova oferta das minas excedesse as necessidades da circulação. Nos dois casos supõe-se que os custos de produção do ouro, ou seja, o seu valor, se mantêm inalteráveis.

Resumindo, o dinheiro em circulação está no seu nível normal quando, dado o valor de troca das mercadorias, a sua quantidade é determinada por seu próprio valor metálico. O dinheiro sobe, o ouro desce abaixo de seu próprio valor metálico e os preços das mercadorias aumentam, porque a soma dos valores de troca da massa das mercadorias diminui ou porque aumenta a oferta proveniente das minas de ouro. O dinheiro se contrai e desce abaixo de seu nível normal, o ouro eleva-se acima de seu próprio valor metálico e os preços das mercadorias baixam porque a soma dos valores de troca da massa das mercadorias aumenta ou porque o rendimento das minas de ouro não compensa a massa de ouro gasta pelo uso. Em ambos os casos, o ouro circulante é sinal de valor de um valor superior ou inferior ao que contém efetivamente. Pode, portanto, chegar a ser um sinal depreciado ou superestimado de si próprio. Tão logo fossem as mercadorias avaliadas neste novo valor do dinheiro e os preços das mercadorias em geral baixassem ou subissem proporcionalmente, a quantidade de ouro circulante corresponderia de novo às necessidades da circulação (conseqüência que Ricardo ressalta com especial satisfação), mas estaria em contradição com os custos da produção dos metais preciosos e, portanto, com sua relação como mercadorias, com as demais mercadorias. De acordo com a teoria ricardiana dos valores de troca em geral, a alta do ouro acima do seu valor de troca, ou seja, do valor determinado pelo tempo de trabalho que contém, provocaria um aumento de produção do ouro até que esse aumento da oferta o fizesse novamente descer até atingir a devida grandeza de valor. Inversamente, uma queda do ouro abaixo de seu valor provocaria uma diminuição de sua produção até que atingisse de novo a devida grandeza de valor. Estes movimentos inversos permitiriam resolver a contradição entre o valor metálico do ouro e seu valor como meio de circulação; estabelecer-se-ia um nível correto da massa de ouro em circulação e o nível dos preços das mercadorias corresponderia de novo à medida de valores. Estas flutuações do valor do ouro em circulação atingiriam igualmente o ouro em lingotes, visto que, como se pressupôs, todo ouro que não é utilizado nos artigos de luxo está em circulação. Uma vez que o próprio ouro, tanto sob a forma de moeda como sob a forma de lingotes, pode chegar a ser sinal de valor de um valor metálico maior

ou menor que o seu próprio, é evidente que as notas do banco convertíveis compartilham da mesma sorte. Ainda que as notas sejam convertíveis, que seu valor real corresponda, portanto, ao seu valor nominal, a massa total de dinheiro em circulação, ouro e notas *(the aggregate currency consisting of metal and of convertible notes),* pode ser sobreavaliada ou depreciada consoante a sua quantidade total, pelos motivos acima expostos, quer se eleve acima quer desça abaixo do nível determinado pelo valor de troca das mercadorias em circulação e pelo valor metálico do ouro. Deste ponto de vista, a moeda-papel não convertível só tem sobre a moeda-papel convertível a vantagem de poder desvalorizar-se duplamente. Pode descer abaixo do valor do metal do qual se reputa porque é emitido em número muito grande; ou também pode cair porque o metal que representa desce abaixo do seu próprio valor. Esta depreciação, não do papel em relação ao ouro, mas do ouro e do papel em conjunto, ou da massa total dos meios de circulação de um país, é uma das principais descobertas de Ricardo, de que Lord Overstone e Cia. se apossaram para uso próprio e fizeram um princípio fundamental da legislação bancária de Sir Robert Peal, de 1844 e 1845.

O que se deveria demonstrar era que os preços das mercadorias ou o valor do ouro depende da massa de ouro que circula. A demonstração consiste em admitir antecipadamente aquilo que se está por demonstrar, a saber, que toda a quantidade de metal precioso que serve como dinheiro, seja qual for a relação com seu valor intrínseco, se torna necessariamente meio de circulação, moeda, logo, sinal de valor para as mercadorias em circulação, seja qual for a soma total do seu valor. Em outras palavras, a demonstração consiste em fazer abstração de todas as outras funções que o dinheiro desempenha além da sua função de meio de circulação.[174] Quando se acha em sérias dificuldades, como em sua polêmica com Bosanquet, Ricardo se refugia nas afirmações dogmáticas inteiramente dominado pelo fenômeno da depreciação do sinal de valor por sua quantidade.[175]

Se Ricardo tivesse apresentado abstratamente esta teoria, como nós o fizemos, sem recorrer a fatos concretos e sem dedicar-se a questões incidentais que o afastam do próprio problema, surpreender-nos-ia a sua superficialidade. Mas ela dá a todo o desenvolvimento um verniz *internacional.* No entanto, será fácil provar que a grandeza aparente da escala não afeta em nada a limitação das idéias fundamentais.

A primeira proposição era: a quantidade de dinheiro metálico em circulação é normal quando é determinada pela forma dos valores das mercadorias em circulação, calculada em seu valor metálico. Do ponto de vista internacional, isto se formula assim: no estado normal da circulação cada país possui uma massa de

[174] Traduzido conforme as correções feitas por Marx no seu exemplar da 1.ª edição. No texto de 1859 consta: "de todas as outras determinações formais que o dinheiro possui, além da sua forma como meio de circulação". (N. dos T.)

[175] David Ricardo, *Reply to Mr. Bosanquet's Practical Observations, etc.,* p. 49. "Que o preço das mercadorias subiria ou baixaria proporcionalmente ao crescimento ou diminuição da moeda, *eu pressuponho como um fato indiscutível".* (N. do A.)

dinheiro que corresponde à sua riqueza e indústria. O dinheiro circula de acordo com um valor correspondente ao seu valor efetivo ou ao seu custo de produção, isto é, tem o mesmo valor em *todos os países.*[176] Assim, nunca haveria exportação de dinheiro para um país, nem importação para outro.[177] Estabelecer-se-ia, pois, um equilíbrio entre as *currencies* (as massas totais de dinheiro em circulação) dos diversos países. O nível correto da *currency* nacional é então expresso sob a forma do equilíbrio internacional das *currencies,* o que, de fato, apenas significa que a nacionalidade não afeta a lei econômica geral. Estamos aqui novamente no mesmo ponto fatal. Como se dá a alteração do nível correto? Pergunta que agora se formula deste modo: como se perturbou o equilíbrio internacional das *currencies,* ou como o dinheiro deixa de ter o mesmo valor em todos os países, ou, finalmente, como deixa de ter o seu próprio valor em cada país? Antes o nível normal era alterado porque a massa de ouro em circulação aumentava ou diminuía, mantendo estável a soma de valor das mercadorias, ou porque a quantidade de dinheiro circulante permanecia a mesma enquanto os valores de troca das mercadorias subiam ou desciam; agora o nível internacional determinado pelo valor do metal é perturbado porque a massa de ouro que um país possui aumenta em conseqüência do descobrimento de novas minas de ouro,[178] ou porque a soma dos valores de troca das mercadorias que circulam em um determinado país aumentou ou diminuiu. Do mesmo modo que anteriormente a produção de metais preciosos diminuía ou aumentava conforme a necessidade de provocar a contração ou expansão da *currency* e a baixa ou alta dos preços das mercadorias na medida correspondente; são, no caso presente, a exportação e a importação de um país para o outro que provocam este efeito. No país em que os preços tivessem subido e o valor do ouro tivesse caído abaixo do seu valor metálico, em conseqüência de uma dilatação da circulação, o ouro seria depreciado em relação aos outros países e haveria conseqüentemente uma alta de preços das mercadorias em relação com os outros países. Exportar-se-ia então ouro e importar-se-iam mercadorias. E vice-versa, em caso contrário. Assim como antes, a produção de ouro era a que continuava até o restabelecimento da proporção de valor correta entre o metal e a mercadoria; agora o que continuaria até que o equilíbrio se restabelecesse entre as *currencies* internacionais seria a importação do ouro, e, com elas, a alta ou a baixa das mercadorias. À semelhança com o primeiro caso, em que a produção do ouro aumentava ou diminuía porque o ouro estava acima ou abaixo do seu valor, seria esta a única razão que provocaria as migrações internacionais do ouro. Assim como, no primeiro caso, qualquer variação na sua produção afetaria a quantidade de metal em circulação e com ela os preços, do mesmo modo, afetaria agora a importação e a exportação internacionais. Tão logo fosse restabelecido o valor relativo entre o ouro e a mercadoria ou

[176] Ricardo, *The High Price of Bullion, etc.* "O dinheiro teria em todos os países *o mesmo valor*" (p. 4). Ricardo modificou esta frase em sua economia política, mas não suficientemente para tornar-se significativa. (N. do A.)

[177] L. c., pp. 3-4. (N. do A.)

[178] L. c., p. 4. (N. do A.)

a quantidade normal dos meios de circulação, no primeiro caso não haveria mais produção, e no segundo cessaria a exportação ou a importação, exceto aquele mínimo necessário para substituir as moedas desgastadas e satisfazer o consumo da indústria de artigos de luxo.

Segue-se daí que:

> "a tentação de exportar ouro em troca de mercadorias, ou seja, uma balança comercial desfavorável, não se produz senão em conseqüência de uma superabundância dos meios de circulação".[179]

O ouro só seria exportado ou importado em função de sua superavaliação ou de sua desvalorização segundo a expansão ou contração da massa dos meios de circulação acima ou abaixo de seu nível normal.[180] Além disso, uma outra conseqüência seria esta: como no primeiro caso a produção do ouro aumenta ou diminui, e no segundo caso o ouro é importado ou exportado, apenas porque a sua quantidade está acima ou abaixo do seu nível correto, apenas por ser calculado acima ou abaixo do seu valor metálico e os preços das mercadorias serem demasiado elevados ou demasiado baixos, cada um destes movimentos atua como corretivo[181] ao restituir os preços ao seu verdadeiro nível, através da expansão ou contração do dinheiro circulante, no primeiro caso restabelecendo o nível entre o valor do ouro e o valor da mercadoria, no segundo caso o nível internacional das *currencies*. Em outras palavras: o dinheiro circula nos diferentes países apenas na medida em que circula como moeda em cada país. O dinheiro não é mais que moeda, por isso, a quantidade de ouro que existe em um país deve entrar na circulação, e pode, portanto, sendo seu próprio sinal de valor, subir ou descer acima ou abaixo de seu valor. Assim nós voltamos, finalmente, através do caminho complicado destas relações internacionais, ao simples dogma de que havíamos partido.

Alguns exemplos mostrarão como Ricardo elabora[182] forçadamente os fenômenos efetivos, tornando-os afins à sua teoria abstrata. Afirma, por exemplo, que em épocas de má colheita, freqüentes na Inglaterra durante o período de 1800 a 1820, o ouro é exportado não porque se necessite de trigo e o ouro seja dinheiro e, portanto, um meio de compra e de pagamento sempre eficaz[183] no mercado mundial, mas porque o ouro se acha depreciado no seu valor em relação com as demais mercadorias, e, por conseguinte, a *currency* do país em que se produz a má colheita se encontraria depreciada em relação às demais *currencies* nacionais. má colheita se encontraria depreciada em relação às demais *currencies* nacionais. Assim, pois, a quantidade dada do dinheiro circulante ultrapassaria seu nível cor-

[179] "Uma balança comercial desfavorável só pode originar-se de uma superabundância de meios de circulação" (Ricardo, l. c., pp. 11 e 12). (N. do A.)

[180] "A exportação do dinheiro sonante é causada pelo seu baixo preço, e não é o efeito, mas a causa de uma balança desfavorável" (l. c., p. 14). (N. do A.)

[181] L. c., p. 17. (N. do A.)

[182] Corrigido no exemplar de Marx. E na 1.ª edição constava "constata devidamente". (N. da Edição Alemã.)

[183] Corrigido no exemplar de Marx. Na 1.ª edição constava "atuante". (N. da Edição Alemã.)

reto e se produziria uma alta nos preços de todas as mercadorias, porque a má colheita faria diminuir a massa das mercadorias em circulação.[184] Contrariamente a esta paradoxal interpretação demonstrou-se por meio das estatísticas que, de 1793 até a época atual, a quantidade de meios de circulação, no caso de más colheitas, não existia em excesso, mas estes se tornavam insuficientes e, conseqüentemente, circulou, e devia circular necessariamente mais dinheiro que antes.[185]

Ricardo afirmava também, na época do bloqueio continental de Napoleão[186] e dos decretos de bloqueio[187] ingleses, que os ingleses exportavam para o continente ouro em vez de mercadorias, porque seu dinheiro tinha sido depreciado em relação com o dinheiro dos países continentais, as suas mercadorias tinham, por conseguinte, um preço mais elevado e que era, portanto, uma especulação comercial mais vantajosa exportar ouro em vez de mercadorias. Segundo ele, a Inglaterra era o mercado em que as mercadorias eram caras e o dinheiro barato, enquanto no continente acontecia o contrário.

> "O fato, diz um escritor inglês, consistia nos baixos preços ruinosos impostos aos nossos objetos fabricados e produtos coloniais pelo bloqueio continental nos seis últimos anos da guerra. Os preços do açúcar e do café, por exemplo, avaliados em ouro, eram no continente quatro ou cinco vezes mais elevados que os preços avaliados na Inglaterra em notas do Banco. Esta era a época em que os químicos franceses descobriram o açúcar de beterraba e substituíam o café pela chicória enquanto os arrendatários ingleses, para

[184] Ricardo, l. c., pp. 74 e 75. "Em conseqüência de uma má colheita, a Inglaterra encontrar-se-ia no caso de um país que tivesse sido privado de uma parte de suas mercadorias e, portanto, tivesse necessidade de uma quantidade menor do meio circulante. O meio de circulação, que antes era proporcional aos pagamentos, tornar-se-ia excessivo e relativamente barato em proporção à sua produção diminuída. A exportação desta soma, portanto, equilibraria o valor do meio de circulação com o valor dos meios de circulação dos demais países." A confusão que faz entre o dinheiro e a mercadoria, e dinheiro e moeda, toma um aspecto ridículo na seguinte frase: "Se podemos supor que, após uma má colheita, quando a Inglaterra necessita efetuar uma importação extraordinária de trigo, se encontra um excesso deste artigo em outra nação que não tenha necessidade de outra mercadoria, deve-se deduzir indubitavelmente que esta nação não exportará o seu trigo em troca de mercadorias, mas *tampouco o exportará em troca de dinheiro,* pois este último é uma mercadoria de que uma nação jamais necessita de modo absoluto, porém relativo" (l. c., p. 75). Púchkin, em seu poema heróico, apresenta o pai de seu herói como um homem incapaz de compreender que a mercadoria é *dinheiro.* Que dinheiro é mercadoria sempre foi do conhecimento dos russos, como o demonstram não somente as importações inglesas de trigo, de 1838-1842, como também toda a sua história comercial. (N. do A.)

[185] Cf. Thomas Tooke, *History of Prices* e James Wilson, *Capital, Currency and Banking.* (Este último livro é uma reimpressão de uma série de artigos publicados em 1844, 1845 e 1847 no *London Economist.)* (N. do A.)

[186] *Bloqueio continental* — Depois que a frota francesa foi destruída pelos navios ingleses, na batalha naval de Trafalgar, Napoleão I tentou impor um bloqueio econômico à Inglaterra. No decreto, que ele promulgou em 21 de novembro de 1806 em Berlim, lê-se: "As ilhas britânicas se encontram em situação de bloqueio. . . o comércio com as ilhas britânicas bem como todo tipo de relacionamento com elas ficam proibidos". Este decreto foi seguido por todos os Estados vassalos da França, assim como os seus aliados. A suspensão do bloqueio se dá com a derrota de Napoleão na Rússia. (N. da Edição Alemã.)

[187] *Decretos do bloqueio* — Foram os diferentes decretos reais *(orders in council)* promulgados em 1807 como resposta ao bloqueio napoleônico. Igualmente estes decretos proibiam aos países neutros o comércio com a França e seus aliados. (N. da Edição Alemã.)

engordar os bois, experimentavam o xarope e o melaço, época em que a Inglaterra tomava posse de Helgoland a fim de estabelecer um depósito de mercadorias que favorecesse o contrabando com o norte da Europa, e em que os artigos ligeiros de fabricação britânica procuravam entrar na Alemanha dando a volta pela Turquia... Quase todas as mercadorias do mundo eram acumuladas em nossos entrepostos onde eram deixadas de lado até que uma licença francesa, pela qual os comerciantes de Hamburgo e Amsterdam pagavam a Napoleão a soma de 40 000 a 50 000 libras esterlinas, libertava uma pequena quantidade. Estranhos comerciantes estes, que pagavam a tal preço a liberdade de transportar de mercado caro para mercado barato um carregamento de mercadorias. Em que alternativa real se encontrava o comerciante? Ou comprar o café a 6 pence em notas do Banco e expedi-lo para uma praça onde podia vendê-lo imediatamente a 3 ou 4 *schillings*-ouro à libra, ou então, comprar ouro com notas do Banco a 5 libras esterlinas a onça e expedi-lo para uma praça onde era avaliado em 3 libras esterlinas, 17 *schillings* e 10 pence e meio. É portanto absurdo dizer que se remetia ouro em vez de café, vendo nisso uma operação comercial mais vantajosa... Não havia então no mundo país onde se conseguisse uma tão grande quantidade de mercadorias cobiçadas como na Inglaterra. Bonaparte examinava sempre cuidadosamente os preços correntes ingleses. Enquanto constatou que na Inglaterra o ouro estava caro e o café barato, mostrou-se satisfeito com os efeitos de seu bloqueio continental."[188]

Precisamente na época em que Ricardo expunha pela primeira vez sua teoria do dinheiro e em que o Comitê do Tesouro a incluía em seu relatório parlamentar em 1810, produziu-se uma ruinosa derrocada de todos os preços das mercadorias inglesas em relação a 1808 e 1809, verificando-se em contrapartida uma elevação relativa no valor do ouro. Os produtos agrícolas constituíram exceção, porque a sua importação do estrangeiro encontrava obstáculos e a quantidade disponível internamente era muito reduzida devido às más colheitas.[189] Ricardo enganava-se totalmente acerca do papel dos metais preciosos como meio de pagamento internacional, de tal forma que no seu relatório para o Comitê da Câmara dos Lordes (1819), pode declarar:

"que as perdas de ouro devidas à exportação cessariam completamente logo que fossem retomados os pagamentos em espécies e a circulação monetária reconduzida ao seu nível metálico".

Ricardo morreu exatamente antes de estourar a crise de 1825 que desmentiu sua profecia. Aliás, o período em que Ricardo se entregou à sua atividade de

[188] James Deacon Hume, *Letters on the Cornlaws*, Londres, 1834, pp. 29-31. (N. do A.)
[189] Thomas Tooke, *History of Prices, etc.*, Londres, 1848, p. 110. (N. do A.)

escritor não era nada propício à observação da função dos metais preciosos como dinheiro universal. Antes do bloqueio continental, a balança comercial estava quase sempre a favor da Inglaterra, e durante o mesmo as transações com o continente europeu foram muito pouco importantes para que pudessem afetar a cotação do câmbio inglês.[190] As remessas de dinheiro eram de natureza principalmente política e Ricardo parece ter se enganado totalmente a respeito do papel que os subsídios em dinheiro desempenharam na exportação do ouro inglês.[190]

Entre os contemporâneos de Ricardo, que formaram a escola que defendia os princípios da sua Economia política, *James Mill* é o mais eminente. Tentou expor a teoria ricardiana do dinheiro na base da circulação metálica simples, sem recorrer às complicações internacionais injustificadas, atrás das quais Ricardo esconde a pobreza de suas teses, e sem meter-se em polêmicas em favor das operações do Banco da Inglaterra. Suas proposições principais são as seguintes:[191]

> "O valor do dinheiro é igual à proporção segundo a qual o trocamos por outros artigos, ou à quantidade de dinheiro que damos em troca de uma certa quantidade de outras coisas. [Esta relação é determinada pela] quantidade total de dinheiro existente num país. (. . .) Supondo que todas as mercadorias de um país estão reunidas de um lado, e todo o dinheiro de outro, e que trocamos estas duas massas uma pela outra, é evidente que um décimo, um centésimo, ou qualquer outra fração do total de mercadorias se permutará por uma fração igual do total do dinheiro, e que esta fração será uma quantidade grande ou pequena, consoante o total de dinheiro existente no país seja grande ou pequeno. (. . .) Veremos que o caso é precisamente o mesmo no estado real das coisas. A massa total de mercadorias de um país não é trocada de uma só vez pela massa total de dinheiro, mas cambia-se em porções, por vezes muito pequenas, e em diferentes épocas durante o ano. A mesma moeda que serviu hoje para uma troca pode servir amanhã para outra troca. Uma parte do dinheiro será empregada para um grande número de trocas, uma outra parte para um número muito reduzido e finalmente uma outra, que será acumulada, não intervirá em nenhuma outra. Haverá nestas variações uma (taxa) média baseada no número de trocas em que teria sido usada cada peça, se todas tivessem operado uma quantidade igual *de trocas*. Fixemos, por hipótese, esta taxa num número qualquer, 10, por exemplo. Se cada moeda que se encontra no país serviu para 10 compras, é como se o número total de moedas tivesse sido multiplicado por 10, servindo cada uma para uma só compra. O valor de todas as mercadorias do país é, neste caso, igual a 10 vezes o valor de todo o dinheiro, etc. (. . .) Se [inversamente], em vez de cada moeda servir para 10 compras no ano, a

[190] Compare W. Blake, as *Observations, etc.*, acima citadas. (N. do A.)

[191] James Mill, *Elements of Political Economy*. No texto, traduzido da tradução francesa de J. T. Parisot, Paris, 1823. (N. do A.) Traduzimos a citação segundo o texto de Marx. Contudo, formulações que se prestavam a diferentes traduções são indicadas em colchetes. Utilizamos a tradução francesa de Maurice Husson de *Zur Kritik*. . . (Editions Sociales) para cotejar o texto traduzido de Marx. (N. dos T.)

massa total de dinheiro fosse multiplicada por dez e servisse para uma única troca, é evidente que qualquer aumento dessa massa provocaria uma diminuição proporcional de valor em cada uma das suas partes em dinheiro tomadas isoladamente. Como se supõe que a massa das mercadorias, a qual se pode trocar com todo o dinheiro, permanece a mesma, o valor da massa total de dinheiro não é maior que depois de se ter aumentado sua quantidade anterior. Supondo que se aumentou um décimo o valor de cada uma das suas partes, de uma onça, por exemplo, é reduzida de um décimo. (. . .) Logo, qualquer que seja o grau de aumento ou diminuição que sofre a massa total de dinheiro, mantendo-se a quantidade das outras coisas, o valor dessa massa total e de cada uma das suas partes sofre reciprocamente uma diminuição ou aumento proporcionais. É evidente que esta afirmação é absolutamente verdadeira. Sempre que o valor do dinheiro tenha sofrido uma alta ou baixa, mantendo-se inalterável a quantidade de mercadorias pela qual poderíamos trocá-lo e o movimento da circulação, esta variação deve ter sido causada por uma diminuição, ou por um aumento proporcionais na quantidade de dinheiro, e não pode ser atribuída a nenhuma outra causa. Se a massa das mercadorias diminui enquanto o total do dinheiro se mantém, é como se a soma total de dinheiro tivesse aumentado, e reciprocamente. Mudanças deste tipo são o resultado de qualquer mudança no movimento da circulação. (. . .) Qualquer aumento do número desses giros (compras) produz de imediato um efeito igual a um aumento do total do dinheiro; uma diminuição desse número produz o efeito contrário. . . Se houver uma porção do produto anual que não tenha sido trocada com a que os produtores consomem, (. . .) esta porção não deve ser tida em linha de conta, visto que aquilo que não se troca por dinheiro está para o dinheiro como se não existisse. . . Deste modo, sempre que o aumento ou diminuição (de quantidade) de dinheiro pode exercer-se livremente, esta quantidade [total do dinheiro que se encontra no país] é regulada pelo valor dos metais (preciosos). (. . .) O ouro e a prata são mercadorias (. . .) cujo valor, como o de todas as demais mercadorias, é determinado pela quantia de tempo de trabalho nelas contido."[192]

Toda a perspicácia de Mill se reduz a uma série de suposições tão arbitrárias como absurdas. Quer demonstrar que o preço das mercadorias ou o valor do dinheiro é determinado pela "quantidade total de dinheiro que existe em um país". Se *se supõe* que a massa e o valor de troca das mercadorias em circulação permanecem constantes, assim como a velocidade de circulação e o valor dos metais preciosos determinados pelos custos de produção, e se *se supõe,* ao mesmo tempo, que com tudo isso a quantidade da moeda metálica circulante se eleva ou desce proporcionalmente à massa de dinheiro existente num país, parece, com efeito, "evidente", que se supôs o que se pretendia demonstrar. Aliás, Mill comete

[192] L. c., pp. 128-136 *passim.* (N. do A.)

o mesmo erro de Hume, ao pôr em circulação valores de uso e não mercadorias de determinado valor de troca, e é por isso que a sua afirmação é falsa, mesmo admitindo todas as suas "suposições". A velocidade de circulação pode perfeitamente manter-se, tal como o valor dos metais preciosos, tal como a *quantidade* de mercadorias em circulação, e no entanto é possível que, com a variação do seu valor de troca, a sua circulação exija ora uma massa de dinheiro superior, ora uma massa inferior. Mill vê o fato de que uma parte do dinheiro que existe no país circula, enquanto outra permanece estagnada. Recorrendo a um cálculo de médias de grande efeito cômico, *supõe* que de fato, embora a realidade pareça diferente, todo dinheiro que se encontra no país circula. Suponha que num país 10 milhões de escudos de prata descrevem durante o ano 2 circuitos; poderiam circular neste caso 20 milhões se cada escudo realizasse uma só compra. E se a soma total de dinheiro existente no país em todas as suas formas se elevasse a 100 milhões de escudos, podemos supor que os 100 milhões podem circular, se cada peça de moeda efetuar uma compra em cinco anos. Poder-se-ia também supor que todo dinheiro do mundo circula em Hampstead, mas que cada uma de suas partes alíquotas em vez de fazer três rotações num ano, por exemplo, faz uma em três mil anos. A primeira suposição é tão importante como a segunda para determinar a relação entre a soma dos preços das mercadorias e a quantidade de meios de circulação. Mill percebe que é para ele de uma importância decisiva colocar as mercadorias em relações imediatas, não com a quantidade de moeda que se encontra em circulação, mas com a quantidade total de dinheiro de que em cada caso dispõe um país. Reconhece que a massa total das mercadorias de um país não se permuta "de uma só vez" pela massa total de dinheiro, e que diferentes porções dessa massa de mercadorias se trocam, em épocas diferentes do ano, por diferentes porções da massa de dinheiro. Para eliminar esta desproporção, Mill *supõe* que ela não existe. Aliás, toda essa concepção da confrontação imediata das mercadorias com o dinheiro e da sua troca sem intermediário é abstraída do movimento das compras e vendas simples ou da função que o dinheiro tem como meio de compra. No movimento do dinheiro, quando desempenha o papel de meio de pagamento, já desaparece este fenômeno simultâneo da mercadoria e do dinheiro.

As crises comerciais durante o século XIX, especialmente as grandes crises de 1825 a 1836, não suscitaram um novo desenvolvimento, mas antes novas utilizações da teoria ricardiana do dinheiro. Já não eram fenômenos econômicos isolados tais como, em Hume, a depreciação dos metais preciosos nos séculos XVI e XVII ou, em Ricardo, a depreciação do papel-moeda no século XVIII e começo do XIX, mas tratava-se das grandes tormentas do mercado mundial, nas quais se descarregam todos os elementos em luta do processo burguês de produção, cuja origem e remédio se procurava na mais superficial e mais abstrata deste processo, a esfera da circulação monetária. O pressuposto propriamente teórico de que parte a escola destes artistas da meteorologia econômica resume-se ao dogma, segundo o qual Ricardo descobriu as leis da circulação puramente metálica. A única coisa que lhes competia fazer era submeter a estas leis a circulação creditícia ou circulação das notas de banco.

O fenômeno mais geral, mais palpável das crises comerciais é a queda súbita, geral, dos preços das mercadorias, sucedendo a uma alta geral bastante prolongada desses preços. Pode-se expressar a queda geral dos preços das mercadorias como uma alta do valor relativo do dinheiro em relação a todas as mercadorias e, inversamente, a alta geral dos preços como uma queda do valor relativo do dinheiro. Em ambos os modos de expressar o fenômeno, este é apenas enunciado, mas não é explicado. Se formular o problema desta maneira: explicar o aumento periódico dos preços, alternado com a queda geral destes, ou se formulo o mesmo problema desta outra forma: explicar a queda ou alta periódicas do valor relativo do dinheiro em relação às mercadorias, a fraseologia distinta nos dois casos não modifica o problema, assim como sua tradução do alemão para o inglês. A teoria do dinheiro de Ricardo era, assim, singularmente oportuna, pois dava a aparência de uma relação causal a uma tautologia. De onde provém a queda geral periódica dos preços das mercadorias? Da alta periódica do valor relativo do dinheiro. De onde vem, inversamente, a alta geral periódica dos preços das mercadorias? De uma queda periódica do valor relativo do dinheiro. Com a mesma exatidão poder-se-ia dizer que a alta e a queda periódicas dos preços procedem de sua alta e de sua queda periódicas. O próprio problema está formulado, tendo como pressuposto que o valor imanente do dinheiro, ou seja, seu valor determinado pelos custos de produção dos metais preciosos se mantém *inalterado*. Se esta tautologia pretende ser mais que tautologia, repousa sobre o desconhecimento dos conceitos mais elementares. Quando o valor de troca de A medido em B baixa, sabemos que isso tanto pode ter origem numa baixa do valor de A, como numa alta de valor de B. O mesmo acontece quando, inversamente, o valor de troca de A, medido em B, sobe. Uma vez admitida a tautologia como se fosse uma relação causal, todo o resto se segue facilmente. A alta dos preços das mercadorias resulta da baixa de valor do dinheiro, mas a baixa do valor do dinheiro, como nos ensinou Ricardo, resulta de uma superabundância na circulação, isto é, de a massa de dinheiro em circulação ultrapassar o nível determinado pelo seu próprio valor imanente e pelos valores imanentes das mercadorias. De igual modo, inversamente, a queda geral dos preços das mercadorias resulta de uma alta do valor do dinheiro acima do seu valor imanente, em conseqüência de uma circulação deficiente. Portanto, os preços sobem ou baixam periodicamente, porque periodicamente circula demasiado ou muito pouco dinheiro. Se demonstrarmos agora que a subida dos preços coincidiu com uma diminuição, e a descida dos preços com um aumento da circulação monetária, podemos não obstante afirmar que, em conseqüência de uma diminuição ou de um aumento qualquer da massa das mercadorias em circulação, embora seja completamente impossível prová-lo por meio de estatística, a quantidade de dinheiro em circulação aumenta ou diminui de forma se não absoluta, pelo menos relativa. Vimos que, segundo Ricardo, estas flutuações gerais dos preços se produzem também necessariamente numa circulação puramente metálica, mas que se compensam pela sua alternância: uma circulação insuficiente, por exemplo, provoca uma queda dos preços das mercadorias, esta queda uma exportação de mercadorias para o estrangeiro, a

exportação, pelo contrário, um afluxo de dinheiro para o interior, e este afluxo do dinheiro, por seu lado, uma nova alta dos preços. O processo é inverso, no caso de uma circulação superabundante, em que as mercadorias são importadas e o dinheiro exportado. Todavia, como apesar destas flutuações gerais dos preços que resultam da natureza da própria natureza da circulação metálica ricardiana, a sua forma violenta e aguda, a sua forma de crise, pertence às épocas do sistema de crédito desenvolvido, é bem claro que a emissão de notas de banco não é exatamente regulada pelas leis da circulação metálica. A circulação metálica possui o seu remédio na importação e exportação dos metais preciosos, que são imediatamente incorporados à circulação como moeda, e fazem descer ou subir os preços das mercadorias. Mediante uma imitação das leis da circulação metálica, os bancos têm, agora, que produzir artificialmente o mesmo efeito sobre os preços das mercadorias. Se o ouro aflui do exterior, é uma prova de que a circulação é insuficiente, de que o valor do dinheiro é muito elevado e de que os preços das mercadorias são muito baixos, e de que, portanto, se deve lançar na circulação notas de banco proporcionalmente ao ouro importado. Caso contrário, deverão ser retiradas da circulação proporcionalmente ao ouro que sai do país. Em outras palavras, a emissão de notas do banco deve ser regulada pela importação e exportação dos metais preciosos, ou pela cotação do câmbio. A falsa pressuposição de Ricardo, segundo a qual o ouro não é mais que moeda, todo ouro importado aumenta o dinheiro circulante e, em conseqüência, faz subir os preços e segundo a qual, também, todo ouro exportado diminui a moeda e faz descer os preços, esta pressuposição teórica se converte aqui *na experiência prática de fazer circular tanta moeda quanto exista de ouro em cada caso.* Lord *Overstone* (o banqueiro Jones Loyd), o coronel Torrens, Norman, Clay, Arbuthnot e um sem-número de outros autores conhecidos em Inglaterra com o nome de a Escola do *currency principle,* não só pregaram esta doutrina, como fizeram dela a base de toda a legislação bancária inglesa e escocesa ainda em vigor, graças aos Bank-Acts de 1844 a 1845 de Sir Robert Peel. O seu ignominioso fiasco, tanto teórico como prático, que marcou as experiências feitas em maior escala nacional, só poderá ser relatado na teoria do crédito.[193] Mas desde já se percebe que a teoria de Ricardo, que isola o dinheiro em sua forma fluida de meio de circulação, acabou por atribuir ao aumento e à diminuição dos metais preciosos uma influência

[193] Alguns meses antes da explosão da crise comercial de 1857, formou-se uma comissão da Câmara dos Comuns para promover um inquérito sobre os efeitos dos *Bank-acts* de 1844-45. Em seu informe, Lord Overstone, pai teórico das citadas leis, se permitiu a seguinte fanfarronada: "Graças à escrita e pronta obediência aos princípios da lei de 1844, tudo sucedeu com regularidade e facilidade; o sistema monetário está firme e equilibrado, a prosperidade do país está fora de contestação, a confiança pública na sensatez da lei de 1844 aumenta dia a dia. Se a Comissão desejar outras provas práticas da segurança dos princípios sobre os quais repousa, ou dos benéficos resultados que assegurou, a verdadeira e suficiente resposta à comissão é: olhai a vosso redor: vede o estado atual do comércio do país, vede o contentamento do povo, vede a riqueza e a prosperidade que reinam em todas as classes da sociedade; e, depois de ver tudo, a comissão poderá ser convidada lealmente a decidir se deve interferir contra a manutenção de uma lei sob a qual esses resultados puderam ser desenvolvidos". Assim se expressou Overstone a 14 de julho de 1857, e a 15 de novembro do mesmo ano o Ministério teve que suspender, sob sua própria responsabilidade, a milagrosa lei de 1844. (N. do A.)

absoluta sobre a economia burguesa, influência nunca sonhada pela superstição do sistema monetário. Assim Ricardo, que qualifica a moeda-papel como a forma mais bem acabada do dinheiro, tornou-se o profeta dos "bullionistas".

Depois que a teoria de Hume, ou a antítese abstrata do sistema monetário, fora assim desenvolvida até as suas últimas conseqüências, *Thomas Tooke* restabeleceu finalmente em todos os seus direitos a concepção concreta do dinheiro de Steuart.[194] Tooke não deduziu seus princípios de qualquer teoria, mas da conscienciosa análise da história dos preços das mercadorias, desde 1793 até 1856. Na primeira edição da sua história dos preços, publicada em 1823, Tooke está ainda completamente influenciado pela teoria ricardiana, esforçando-se em vão por conciliar os fatos com essa teoria. Seu panfleto "On the Currency", que apareceu após a crise de 1825, poderia mesmo ser considerado como a primeira exposição conseqüente das teses que Overstone fez prevalecer mais tarde. Todavia, pesquisas contínuas sobre a história dos preços obrigaram-no a perceber que esta conexão direta entre os preços e a quantidade dos meios de circulação, tal como a teoria a supõe, é pura construção do espírito, que a expansão e a contração dos meios de circulação, mantendo-se inalterado o valor dos metais preciosos, são sempre o efeito e nunca a causa das flutuações dos preços, que a circulação monetária em geral não passa de um movimento secundário e que o dinheiro reveste, ainda no processo de produção efetivo, determinidades formais totalmente diversas das de meio de circulação. As suas pesquisas pormenorizadas pertencem a uma esfera que não é a da circulação metálica simples, e a sua discussão não se enquadra aqui, do mesmo modo que os estudos de *Wilson* e *Fullarton,* cuja orientação é igual.[195] Todos estes autores não concebem o dinheiro de forma unilateral, mas nos seus diferentes momentos, baseando-se todavia no conteúdo material, sem estabelecer qualquer conexão viva, seja destes momentos entre si, seja com o sistema global das categorias econômicas. Identificam erroneamente *dinheiro* — distinto de *meio de circulação* — com *capital,* e até com mercadoria, embora sejam obrigados, por outro lado, a fazer valer por vezes a diferença entre um e outro.[196] Se, por exemplo, se envia ouro para o estrangeiro,

[194] Tooke ignorava completamente a obra de Steuart, como se infere da sua *History of Prices from 1839 to 1847,* Londres, 1848, em que resume a história das teorias do dinheiro. (N. do A.)

[195] Além da *History of Prices,* o mais importante escrito de Tooke, que seu colaborador Newmarch editou em seis tomos, é *An Inquiry into the Currency Principle, the Connection of Currency with Prices, etc.,* 2.ª edição, Londres, 1844. Já citamos a obra de Wilson. Falta-nos mencionar John Fullarton, *On the Regulation of Currencies,* 2.ª edição, Londres, 1845. (N. do A.)

[196] "Convém diferenciar o ouro como mercadoria, isto é, capital, do ouro como meio de circulação" (Tooke, *An Inquiry into the Currency Principle, etc.,* p. 10). "Pode-se estar certo de que o ouro e a prata, em sua entrada, realizam quase a exata soma necessitada. O ouro e a prata possuem uma vantagem enorme sobre todas as demais mercadorias, porque são universalmente utilizadas como dinheiro... O pagamento das dívidas, no estrangeiro e no interior, não é contratado, em geral, em chá, café, açúcar, ou anil, mas em moedas, e o pagamento, seja na própria moeda designada, seja em lingotes que podem converter-se rapidamente em ditas moedas nas casas de moeda, ou nos mercados do país, para onde tenham sido expedidos, tem sempre que oferecer ao expedidor o meio mais seguro, mais direto, mais exato, para cumprir aquele fim sem o risco de um fracasso causado pela queda da procura ou pelas flutuações dos preços" (Fullarton, l.c., p. 132 e 133). "Qualquer outro artigo (fora o ouro e a prata), poderia ultrapassar pela quantidade ou pela qualidade a procura usual do país a que é despachado" (Tooke, *An Inquiry, etc.,* p. 10). (N. do A.)

é efetivamente o capital que é enviado, mas trata-se da mesma coisa quando se exportam ferro, algodão, cereais, em resumo, qualquer mercadoria. Ambos são capital, logo, não se distinguem enquanto capital, mas sim enquanto dinheiro e mercadoria. O papel do ouro como meio de troca internacional não resulta da sua determinidade formal de capital, mas de sua função específica de dinheiro. Do mesmo modo, o ouro, ou em seu lugar as notas do banco, funcionando como meio de pagamento no mercado interno, são igualmente capital. Mas o capital na forma de mercadoria não poderia substituí-los como provam com toda a evidência as crises, por exemplo. Portanto, é novamente a diferença do ouro, enquanto dinheiro, e a mercadoria, e não seu modo de ser como capital, que faz dele meio de pagamento. Mesmo quando o capital é exportado diretamente como capital com a finalidade, por exemplo, de emprestar a juros uma determinada soma de valor para um país estrangeiro, depende da conjuntura se será exportado sob a forma de mercadorias ou sob a forma de ouro; se for exportado sob esta última forma, é em virtude da determinidade formal específica dos metais preciosos como dinheiro face à mercadoria. Em geral, estes autores não consideram inicialmente o dinheiro em sua figura abstrata, tal como se desenvolve no quadro da circulação simples das mercadorias e nasce do relacionamento das mesmas mercadorias em processo. Também hesitam continuamente entre as determinidades formais abstratas que o dinheiro adquire em oposição à mercadoria, e as determinidades dele que escondem relações mais concretas tais como capital, renda, etc.[197]

[197] No terceiro capítulo, que trata do capital e encerra esta primeira seção, estudaremos a transformação do dinheiro em capital. (N. do A.)

O RENDIMENTO E SUAS FONTES A ECONOMIA VULGAR*

Tradução de **José Arthur Gianotti** e **Walter Rehfeld**

* Durante os anos 1858-1862 o plano de Marx para o seu trabalho, encontrado no caderno XV de seus manuscritos, era o seguinte:

I. O Capital:
[Introdução: Mercadoria e Dinheiro]

a) O capital em geral.
   1) O processo de produção do capital.
      1) Transformação do dinheiro em capital.
      2) A mais-valia absoluta.
      3) A mais-valia relativa.
      4) A combinação de ambas.
      5) Teoria sobre a mais-valia.
   2) O processo de circulação do capital.
   3) Unidade de ambos, ou o capital e o lucro.

b) A concorrência dos capitalistas.
c) O crédito.
d) O capital em ações.

II. A Propriedade Fundiária
III. O Trabalho Assalariado
IV. O Estado
V. O Comércio Exterior
VI. O Mercado Mundial

Os textos que hoje compõem o volume conhecido sob o nome de *Teorias Sobre a Mais-valia (Theorien über den Mehrwert)* foram escritos basicamente de janeiro de 1862 a janeiro de 1863. Como se vê, a parte publi-

cada sob o título *Para a Crítica da Economia Política (Zur Kritik der politishen Ökonomie)* corresponde apenas à introdução de um trabalho mais amplo que deveria conservar o mesmo nome. E o texto a respeito das teorias sobre a mais-valia representa apenas a parte crítica final da análise do processo de produção do capital. Embora estejam para Marx intimamente imbricados o trabalho propriamente teórico e o trabalho de crítica histórica, é pelo último que geralmente prefere começar a redigir. Quando escreve esses textos, já tem quase pronto o que seria o primeiro volume de *O Capital,* e apenas sob a forma de esboços provisórios (manuscritos de 1857-1858) o que viria a ser o segundo e o terceiro volumes. Com o desenvolvimento do trabalho, a parte de crítica histórica vai sendo deslocada para o lugar do quarto volume. O texto que publicamos, *Revenue and its sources. Die Vulgärökonomie,* aparece, como apêndice do terceiro volume de *Teorias Sobre a Mais-valia,* da edição Dietz Verlag Berlin, 1962, e corresponde a partes dos manuscritos XV-XVIII, que restaram depois de servirem de base para certos capítulos do terceiro volume de *O Capital.* Parece-nos uma excelente exposição de como se clivam os elementos da mais-valia e a correspondente formação de suas expressões ideológicas. É de notar sua linguagem tosca, são muito mais observações lançadas rapidamente no papel do que um texto acabado. Está recheado de expressões estrangeiras, a começar pelo próprio título, as quais achamos conveniente traduzir, numa edição como esta, destinada a um público muito largo. Conservamos, contudo, entre parênteses, os termos estrangeiros que pudessem levantar qualquer problema de tradução, os termos denominativos ou que pudessem indicar uma intenção estilística. A indicação dos cadernos e de suas páginas é para facilitar a comparação com outras edições. (N. dos T.)

[1. Desenvolvimento do capital a juros na base da produção capitalista. Fetichização das relações do modo capitalista de produção. O capital a juros como a mais clara expressão desse fetichismo. Os economistas vulgares e os socialistas vulgares a respeito do capital a juros.]

/XVI.891/ A forma e as fontes do rendimento *(revenue)* exprimem as relações da produção capitalista sob a forma *mais fetichista.* Sua existência, como surge na superfície, isola-se de suas conexões ocultas e dos elos intermediários mediadores. Assim a *terra* se torna fonte de *renda fundiária,* o *capital,* a fonte do *lucro,* e o *trabalho,* do *salário.* A forma distorcida em que se expressa a inversão efetiva se encontra naturalmente reproduzida na representação dos agentes deste modo de produção. Este é um modo de ficção sem fantasia, uma religião do vulgar. Os economistas vulgares — que devem ser diferenciados dos pesquisadores em economia que acabamos de criticar — traduzem, de fato, as representações, os motivos, etc., dos portadores envolvidos na produção capitalista, nos quais ela se reflete apenas em sua aparência superficial. Traduzem-na numa linguagem doutrinária, do ponto de vista da facção dominante, dos capitalistas; por isso, não de uma maneira ingênua e objetiva, mas apologética. O exprimir limitado e pedante das representações vulgares, que necessariamente se produz naqueles que sustentam esse modo de produção, é muito diferente do impulso de economistas como os fisiocratas, Adam Smith, Ricardo, no sentido de apreender as conexões internas desse modo.

De todas essas formas, entretanto, *o capital a juros* constitui o fetiche mais completo. Encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital — o dinheiro — e a fórmula D - M - D′, reduzida aos seus dois extremos D - D′. Dinheiro que cria mais dinheiro. É a fórmula mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido.

A *terra* ou a *natureza* como fonte de *renda fundiária,* isto é, da propriedade agrária, é bastante fetichista. Mas, por meio de uma simpática confusão de valor de uso e valor de troca, resta para a representação usual ainda o refúgio de recorrer à força produtiva da própria natureza, personificada, graças a um abracadabra, no proprietário *(landlord).*

O *trabalho* como fonte de *salário,* isto é, participação do trabalhador em seu produto, determinada pela forma especificamente social do trabalho, o trabalho como fonte de onde o trabalhador, por meio de seu trabalho, adquire do produto [do capital considerado materialmente] a permissão de produzir, possuindo no

trabalho a fonte de onde lhe retorna, do empregador [dador de trabalho], uma parte de seu produto como pagamento deste produto, não é mais do que uma bela história. Mas a representação usual é aqui consoante com a própria coisa, de sorte que, embora confunda trabalho com trabalho assalariado e, por conseguinte, o produto do trabalho assalariado — o salário — com o produto do trabalho, deixa ainda claro para o senso comum que o trabalho produz seu próprio salário.

Do *capital,* na medida em que é considerado no *processo de produção,* sempre fica, em menor ou maior grau, a representação de que é um instrumento de pescar trabalho alheio. Seja isto tratado como "justiça" ou "injustiça", fundado ou infundado, fica sempre subjacente e subentendida a relação do capitalista com o trabalhador.

Na medida em que o *capital* apareça no *processo de circulação,* o que de modo particular contraria a concepção corrente; desde que apareça, no *capital comercial,* como uma espécie de capital que exclusivamente se encarrega dessa operação, o lucro se torna associado a uma surda representação de logro generalizado, de modo mais específico, o comerciante logrando o capitalista industrial, como este logrando o operário. Ou ainda, o comerciante logrando o consumidor, como os produtores se logram mutuamente. Seja como for, o lucro é assim explicado a partir da troca *(exchange), a partir de uma relação social e não a partir de uma coisa.*

No *capital a juros,* ao contrário, completa-se o fetiche. Este é o capital acabado — portanto, unidade do processo de produção e do processo de circulação — que, por isso, num determinado período de tempo traz um determinado lucro. Na forma do capital a juros permanece apenas essa determinação constitutiva, sem a mediação dos processos de produção e circulação. No capital e no lucro existe ainda a recordação de seu passado, embora a diferença entre lucro e mais-valia, uniformização dos lucros de todos os capitais — (por meio) da taxa geral de lucro —, transformem o capital //892/ — de um modo nada claro — numa coisa obscura e num mistério.

No capital a juros se completa esse *fetiche automático,* de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa [dinheiro, mercadoria] consigo mesma.

Não cabe, neste lugar, uma investigação mais ampla sobre o juro e sua relação com o lucro; tampouco uma investigação sobre a proporção em que o lucro se divide em lucro industrial e juros. É claro, ao menos, que, como capital e juro, o capital se completa como fonte misteriosa e autoprodutiva de juros, de seu incremento. É sob essa forma que o capital também existe particularmente para a representação. É o capital por excelência.

Porquanto, na base da produção capitalista, o valor de uma determinada soma, expressa em dinheiro ou mercadoria — de modo próprio em dinheiro, que é forma alterada da mercadoria —, proporciona o poder de extrair gratuitamente

um determinado *quantum* de trabalho dos trabalhadores, o poder de se apropriar de uma determinada mais-valia, mais-trabalho, mais-produto *(surplus value, surplus labour, surplus produce),* de um modo tão claro que o próprio dinheiro pode ser vendido como capital, mas uma mercadoria *sui generis,* ou, ainda, que o capital pode ser comprado sob a forma de mercadoria ou de dinheiro.

Pode ser vendido como fonte de lucro. Graças ao dinheiro, etc., eu possibilito que o outro se aproprie de mais-valia, estando na ordem das coisas, portanto, que receba parte dessa mais-valia. Como a terra tem valor porque me possibilita captar uma parte da mais-valia, pagando eu em conseqüência pela terra apenas esta mais-valia captada por seu intermédio, do mesmo modo, pago pelo capital a mais-valia por ele criada. Uma vez que no processo capitalista de produção o valor do capital se eterniza e reproduz, não considerando sua mais-valia, está na ordem das coisas que, sendo o dinheiro ou a mercadoria vendidos como capital, retornem eles, depois de um determinado período, ao vendedor; este nunca aliena o dinheiro como uma mercadoria, conservando a propriedade dele. Dinheiro e mercadoria não são vendidos, pois, como dinheiro ou mercadoria, mas, em segunda potência, como *capital,* como dinheiro que se incrementa ou valor de mercadoria. Não apenas se multiplica, mas se conserva no processo global de produção. Conserva-se assim como capital para o vendedor, retornando às suas mãos. A venda consiste em que um terceiro, que utiliza produtivamente o capital, há de pagar ao dono do capital uma determinada parte do lucro, obtido exclusivamente por meio desse capital. É alugado como a terra, na qualidade de uma coisa criadora de valor e que se preserva nessa criação; constantemente retornando e, portanto, podendo voltar para o vendedor inicial. Somente pelo retorno *(return)* ao vendedor constitui-se como capital. De outro modo, o teria vendido como mercadoria ou com ele comprado usando-o na qualidade de dinheiro.

Em todo caso, a forma considerada para si [o dinheiro é de fato periodicamente alienado como meio de explorar trabalho, criar mais-valia], essa forma é tal que a coisa agora aparece como capital e o capital como mera coisa, o resultado inteiro do processo capitalista de produção e circulação como uma propriedade inerente à coisa. Depende do proprietário de dinheiro, isto é, de mercadoria em sua forma sempre conversível, se quer gastá-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital.

Aqui se dá a relação do capital, enquanto base, consigo mesmo, enquanto fruto *(fructus),* sendo o lucro medido em relação a seu próprio valor que proporciona, sem se perder nesse processo [como corresponde à natureza do capital].

Assim se torna claro por que a crítica superficial, exatamente como estima a mercadoria e combate o dinheiro, agora se volta, com sua sabedoria reformista, contra o capital a juros, sem tocar na produção capitalista efetiva, atacando apenas um de seus resultados. Essa polêmica contra o capital a juros, do ponto de vista da produção capitalista, que hoje em dia se alardeia como "socialismo", já se encontra, aliás, como momento de desenvolvimento do próprio capital, no século XVII, por exemplo, quando o capitalista industrial ainda devia impor-se ao

antiquado agiota que, nessa época, continuava enfrentando-o de modo onipotente.

//893/ A completa *coisificação, inversão e loucura* do capital como capital a juros — na qual todavia apenas se reflete, de forma mais palpável, a natureza mais íntima da produção capitalista, o [seu delírio] — é o capital que "proporciona juros acumulados *(compound interest);* igual a um Moloch a exigir o mundo inteiro como um tributo que lhe é devido. Por causa de um destino misterioso, entretanto, jamais vê satisfeitas as exigências que brotam de sua própria natureza, vendo-as sempre anuladas.

O movimento característico do capital, tanto no processo de produção quanto no de circulação, é o retorno do dinheiro ou da mercadoria a seu ponto de partida, ao capitalista. Isto expressa tanto a metamorfose real — a mercadoria transformando-se nas condições de sua produção e as condições de produção novamente em formas de mercadoria: a reprodução — como também a metamorfose formal —, a mercadoria transformando-se em dinheiro, e o dinheiro, em mercadoria. Finalmente, a multiplicação do valor, D - M - D′. Mas se o valor primitivo cresce no processo, sempre permanece nas mãos do mesmo capitalista. Somente mudam as formas daquilo que tem na mão, como dinheiro, mercadoria ou como forma do próprio processo de produção.

Esse *retorno* do capital a seu ponto de partida assume, no capital a juros, uma figura totalmente *exterior,* separada do movimento efetivo de que constitui a forma. *A* gasta seu dinheiro, não como dinheiro, mas como capital. Não corre qualquer alteração *(change)* com o dinheiro. Troca apenas de mãos. Sua verdadeira transformação em capital consuma-se somente nas mãos de B. Mas, para A, tornou-se capital, graças à passagem do dinheiro das mãos de A para as de B. O retorno efetivo do capital, vindo dos processos de produção e circulação, ocorre para B. Mas para A o retorno ocorre, da mesma maneira, como a alienação. Volta das mãos de B novamente para as de A. *Empresta* dinheiro em vez de gastá-lo.

Cada troca de posição do dinheiro no processo efetivo de produção do capital expressa um momento da reprodução, seja a transformação do dinheiro em trabalho, seja a transformação da mercadoria pronta em dinheiro [fim do ato de produção], seja ainda retransformação do dinheiro em mercadoria [renovação do processo de produção, reinício da reprodução]. A troca de posição do dinheiro, ao ser *emprestado* como *capital,* por conseguinte, ao não se transformar em capital mas apenas entrando na circulação como capital, nada mais exprime do que a transferência mesmo do dinheiro de uma para outra mão. O título de propriedade permanece nas mãos de quem empresta, mas a posse passa para as do capitalista industrial. Para quem empresta, contudo, a transformação do dinheiro em capital começa a partir do momento em que, ao invés de gastá-lo como dinheiro, gasta-o como capital, isto é, entrega-o ao capitalista industrial. [Para ele permanece capital, mesmo se não o empresta a um industrial, emprestando a um esban-

jador qualquer ou a um operário que não pode pagar seu aluguel. Daí toda a história da casa de penhor.] Em verdade, é o outro que o transforma em capital, essa é todavia uma operação que se dá além daquela que se processa entre quem empresta e quem toma emprestado. Nela *se apaga a mediação,* não é nem visível nem contida imediatamente. No lugar da efetiva transformação de dinheiro em capital desponta apenas sua forma sem conteúdo. Como no caso da capacidade de trabalho, *o valor de uso do dinheiro* se transforma no valor da capacidade de criar valor de troca, *valor de troca maior do que o possuído.* É *emprestado como valor que se valoriza a si mesmo,* mercadoria, mas uma mercadoria que se distingue da propriedade como tal precisamente por essa propriedade, *possuindo,* portanto, também *uma forma particular de alienação.*

O ponto de partida do capital é o proprietário de mercadoria, de dinheiro, em resumo, o capitalista. Coincidindo nele o ponto de partida e o de retorno, é para o capitalista que (o dinheiro) volta. O capitalista, entretanto, existe agora duplamente, como proprietário de capital e como capitalista industrial, que efetivamente transforma dinheiro em capital. De fato, o capital emana //894/ dele e volta a ele. Mas somente como quem o possui. O capitalista existe duplamente: jurídica e economicamente. Como propriedade ele retorna também, portanto, para o capitalista jurídico, o "segundo esposo" *(left handed Sam).* Mas o retorno do capital, que envolve a manutenção de seu valor, que o põe como valor que se mantém e se eterniza, se é mediado para o capitalista n.º 2, não é para o capitalista n.º 1. Aqui o retorno não se exprime, tampouco, como conseqüência e resultado de uma série de processos econômicos, mas em virtude de uma transação jurídica especial entre comprador e vendedor, em virtude de o capital *ser emprestado ao invés de ser vendido, isto é, alienado apenas temporariamente.* O que de fato é *vendido* é seu valor de uso, que neste caso consiste em pôr *valor de troca,* produzir lucro, produzir maior valor do que o possuído por ele próprio. Como dinheiro, não se modifica pelo uso. Mas como dinheiro é gasto e como dinheiro reflui.

A forma em que reflui depende do modo de reprodução do capital. Se for emprestado como dinheiro, reflui sob a forma de capital circulante, todo o seu valor, acrescido de mais valor, aqui, a parte de mais valor ou lucro que se dissolve nos juros; a soma de dinheiro emprestada mais a soma do acréscimo que nela se origina.

Se for emprestado sob forma de maquinaria, construções, etc., numa palavra, sob forma material que, no processo de produção, há de funcionar como capital fixo, então há de retornar sob a forma de capital fixo; isto significa, por exemplo, como anuidade, isto é, substituições anuais do desgaste, parte do valor que entrou na circulação, mais a parte do valor acrescido, que é calculado como lucro [aqui, parte do lucro, juros] em relação ao capital fixo [não enquanto é capital fixo, mas capital em geral de determinada grandeza].

No lucro como tal, o valor acrescido *(surplus value)* e, portanto, sua fonte efetiva já se encontram obscurecidos e mistificados:

1) enquanto, formalmente considerado, o lucro é *valor acrescido,* calculado sobre todo o capital investido, de sorte que toda parte do capital, fixo ou circulante, desdobrado em matéria-prima, maquinaria ou trabalho, aufere lucro de igual grandeza;

2) enquanto, numa dada unidade de capital, 500 por exemplo, cada quinta parte aufere 10% se o *valor acrescido* for igual a 50; *assim,* cada capital de 500 ou 100 proporcionará agora, em virtude da determinação da *taxa geral de lucro,* o mesmo lucro médio, digamos, de 10%, no mesmo período, como qualquer outro capital de condições orgânicas inteiramente diferentes, seja qual for seu ramo, a proporção entre capital variável e constante, independentemente das variações do período de circulação — etc. Enquanto, pois, o *lucro* de cada capital individual, considerado em separado, e a *mais-valia* por ele mesmo criada em sua própria esfera de produção se transformem em grandezas realmente diferentes.

Em dois, apenas é mais elaborado o que já se encontrava contido num.

No entanto, nesta forma exteriorizada de mais-valia — diferente de sua primeira figura simples ainda ostentando o cordão umbilical de sua origem —, nesta forma irreconhecível à primeira vista porque existe como *lucro,* é que os juros se baseiam. Estes pressupõem de imediato o *lucro,* de que são apenas uma parte inserida numa categoria, numa rubrica especial, e não a mais-valia. Nos juros a mais-valia é de novo muito menos reconhecível do que no lucro, porque se refere diretamente à mais-valia apenas sob a forma de lucro.

O tempo de retorno depende do processo real de produção; no capital a juros, seu retorno como capital *parece* depender da mera convenção entre os emprestadores e os tomadores. De maneira que o retorno do capital, no que respeita a essa transação, não parece mais resultar de determinado processo de produção, mas como se em nenhum momento o capital ficasse privado de sua forma dinheiro. Na realidade, essas transações são determinadas pelos retornos reais. Mas isso não *aparece* na própria transação.

//895/ O juro, diferenciado do lucro, representa o *valor da mera propriedade do capital,* isto é, transforma a propriedade de *dinheiro em si* [soma de valor, mercadoria seja ela qual for] em propriedade do capital e, portanto, mercadoria ou dinheiro para si, em valor que se valoriza a si mesmo. Todavia, as condições de trabalho apenas são capital se funcionarem como não-propriedade diante do trabalhador e, portanto, como propriedade alheia. Como tais, porém, funcionam somente em oposição ao trabalho. O *modo de existência de tais condições, opositiva frente ao trabalho, transforma seu proprietário em capitalista,* e tais condições, por ele possuídas, em capital. Na mão do capitalista de dinheiro *A,* o capital, entretanto, não possui esse caráter opositivo que o torna capital, que faz a propriedade do dinheiro aparecer como propriedade do capital. *Desaparece a determinidade (Formbestimmheit) real da forma pela qual dinheiro ou mercadoria se tornam capital.* O capitalista de dinheiro *A* não enfrenta, de maneira alguma, o trabalhador mas unicamente outro capitalista *B.* Este lhe vende, de fato, o "uso" do dinheiro, os efeitos que produzirá quando convertido em capital produ-

tivo. Mas na verdade não é o uso que diretamente vende. Se eu vender uma mercadoria, vendo um determinado valor de uso. Se comprar dinheiro com mercadoria, compro o valor funcional de uso que o dinheiro possui enquanto forma transformada da mercadoria. Não vendo o valor de uso da mercadoria ao lado de seu valor de troca, nem compro o valor particular de uso do dinheiro ao lado do próprio dinheiro. Como dinheiro, porém, o dinheiro não tem — antes de sua transformação e função como capital, que não se dá nas mãos do emprestador — qualquer outro valor de uso a não ser aquele que possui como mercadoria [ouro, prata, sua substância material], ou como dinheiro, forma transformada de mercadoria. Com efeito, o emprestador vende ao capitalista industrial apenas isto: cede-lhe a propriedade do dinheiro por um tempo determinado. Aliena seu título de propriedade por um determinado período e, com isso, o capitalista industrial comprou a propriedade por um certo tempo. Seu dinheiro aparece, pois, como capital antes de ser alienado, a mera propriedade de dinheiro ou mercadoria — separada do processo capitalista de produção — como capital.

Que se efetue como capital somente depois da alienação não altera nada, assim como nada altera que o valor de uso do algodão se efetue somente depois de sua alienação para o fiandeiro, ou ainda que o valor de uso da carne, depois de passar do açougue para a mesa do consumidor. O dinheiro, desde que não seja gasto para o consumo, a mercadoria, desde que não sirva novamente ao consumo do proprietário, transformam seu proprietário em capitalista e são capital para si — isoladamente do processo capitalista de produção e *antes* de sua transformação em capital "produtivo". Isto significa, portanto, que se valoriza, se conserva e se incrementa a si mesmo. Esta é sua propriedade imanente de criar valor, auferir juros, como é propriedade da pereira produzir peras. O emprestador vende ao capitalista industrial seu dinheiro como uma coisa extratora de juros. Sendo valor que se conserva a si mesmo, pode o capitalista industrial devolvê-lo depois de um prazo livremente contratado. Já que, anualmente, cria determinada mais-valia, juros, ou melhor, aumenta de valor em qualquer período, pode também pagar esta mais-valia ao emprestador; cada ano ou depois de qualquer outro prazo combinado. O dinheiro, como capital, diariamente aufere mais-valia, como o trabalho assalariado. Enquanto *o juro é apenas uma parte do lucro, designada por um nome particular, aparece* o juro *aqui* como [criação própria] do capital, separadamente do processo de produção, [devido] apenas à mera propriedade desse capital, à propriedade do dinheiro e da mercadoria, isoladamente das relações que atribuem a essa propriedade o caráter de propriedade capitalista, porque está em oposição ao trabalho. [O juro aparece] como criação de mais-valia, peculiar à mera propriedade do capital, e, portanto, devido ao capital quanto o *lucro industrial,* ao contrário, aparece como mero adicional que adquire quem toma emprestado, em virtude da aplicação produtiva do capital [ou, como também se diz por seu trabalho de capitalista, a função de capitalista sendo aqui equiparada ao trabalho e até mesmo identificada ao trabalho assalariado — o capitalista industrial, funcionando realmente no processo de produção //896/, aparece de

fato como seu agente ativo, frente ao emprestador de dinheiro, preguiçoso e inativo, que se reveste da função de sua propriedade, isolada e exteriormente ao processo de produção], isto é, graças à exploração do trabalhador que se faz por meio do capital emprestado.

O *juro* e não o *lucro* aparece, pois, como *criação de valor* do capital, brotando do capital, portanto, de sua mera propriedade. Daí o rendimento criado especialmente pelo capital. É nesta forma que também é concebido pelos economistas vulgares. Nela desaparece toda mediação e se completa a *figura fetichista* do capital, assim como a representação do *fetiche-capital.* Essa figura se cria necessariamente porque a propriedade jurídica do capital se separa de sua propriedade econômica, porque a apropriação de uma parte do lucro sob o nome "juro" aflui para um *capital em si ou proprietário do capital,* inteiramente separados do processo produtivo.

Para o economista vulgar que pretende apresentar o capital como fonte autônoma de valor, de criação de valor, esta forma naturalmente é um achado, uma forma na qual a fonte do lucro não é mais reconhecível, e o resultado do processo capitalista — isolado do processo — se reveste de um modo de existência autônomo. Em D - M - D′ a mediação ainda está contida. Em D - D′ temos a forma do capital desprovida de conceito, a inversão e coisificação das relações de produção em sua mais alta potência.

À *taxa geral de lucro* corresponde naturalmente uma *taxa geral de juros* ou uma *razão geral de juros.* Não é nossa intenção aqui nos aprofundar mais nisto, já que a análise do capital a juros não pertence a essa parte geral mas à parte sobre o *crédito.*[1] No entanto, para salientar plenamente esta forma fenomênica do capital, é importante observar que a taxa geral de lucro aparece incomparavelmente menos como um fato tão palpável e fixo do que a *taxa de juros* ou a *razão de juros.* A razão de juros, contudo, sempre varia. Hoje [no mercado de dinheiro, para o capitalista industrial — e é disto que tratamos apenas] vale 2%, amanhã, 3%, depois de amanhã, 5%. Mas é 2%, 3%, 5% para todos os tomadores. É condição geral de toda soma de dinheiro, de 100 £, auferir 2%, 3%, 5%, embora a mesma soma de valor em sua função efetiva como capital renda, nas esferas particulares de produção, lucros reais muito variados, sendo que seu afastamento, em relação ao nível médio ideal, constantemente produz o [novo] nível, graças unicamente a certos processos e reações, isto sempre considerando longos períodos da circulação do capital. Durante alguns anos a taxa de lucro sobe em

[1] Por *"esta parte geral"* Marx entende a seção de *O Capital* "O capital em geral" que, segundo o plano que se lhe afigurava entre 1858 e 1862, compreendia três partes ("O processo de produção do capital", "O processo de circulação do capital" e "A unidade de ambos ou o capital e o lucro") a que se seguiriam outras três partes de caráter mais específico: "A concorrência dos capitalistas", "O Crédito" e "O capital em ações" (cf. nota). No decurso do trabalho sobre *O Capital* Marx inclui progressivamente nas partes "O processo de produção do capital", "O processo de circulação do capital" e "A unidade de ambos ou o capital e o lucro", muito do que, no plano original, não devia entrar no círculo da questão, representado na parte "O capital em geral". Particularmente, muitos problemas a respeito do crédito e do sistema de crédito, que foram incluídos no terceiro volume de *O Capital,* cujo alcance vai muito além da parte "O capital em geral". (As notas que não forem indicadas como dos tradutores são dos editores.)

áreas determinadas, durante os anos seguintes desce. Reunidos os anos ou uma série de tais evoluções, resultará em *média* o lucro médio. Assim jamais este aparece como algo dado imediatamente, mas apenas como resultado médio de oscilações contraditórias. É diferente o caso da razão de juros. Este constitui, em sua *generalidade,* um fato diariamente assinalado, um fato que até mesmo serve ao capitalista industrial de pressuposto e item do cálculo nas suas operações. A taxa geral do lucro existe, de fato, apenas como *número médio ideal,* ao servir de estimativa dos lucros reais, existe apenas como número médio, uma abstração, ao ser fixado como algo para si, acabado, determinado e dado. Na realidade, porém, somente existe *na tendência determinadora, no movimento de equalização das diferentes taxas reais de lucro,* seja de um mesmo capital, seja de capitais diferentes, nas várias esferas de produção.

//897/ O que o emprestador pede ao capitalista é calculado na base da *taxa geral de lucro* [média], não seu afastamento individual. A média torna-se aqui a *pressuposição.* A própria razão de juros *varia,* mas para todos os *tomadores.*

Uma razão de juros, determinada e igual, existe, não somente na média, mas de fato [mesmo com variações entre máximo e mínimo, conforme o interessado (Borger) *first rate* ou não], enquanto os desvios se apresentam, ao contrário, como exceções motivadas por circunstâncias especiais. Boletins meteorológicos não indicam a posição do barômetro com maior precisão do que os boletins da bolsa, a posição da razão de juros, não para este ou aquele capital, mas para o capital *disponível no mercado de dinheiro,* isto é, o [capital] *emprestável.*

Não é aqui o lugar para explicar de onde vem esta maior fixidez e igualdade da razão de juros para o capital emprestável, ao contrário e diferentemente da forma menos palpável da taxa geral de lucro. Tal exposição pertence à seção sobre o crédito. No entanto, é evidente que: as oscilações da *taxa de lucro,* descontando totalmente as vantagens de que gozam os capitalistas individuais dentro do mesmo ramo de produção, em cada ramo dependem cada vez da posição dos preços de mercado e de suas oscilações em redor dos preços de custo. A diferença das *taxas de lucro* nas várias esferas só pode ser entendida por uma comparação dos preços de mercado nessas esferas, isto é, das *diversas* mercadorias, com os preços de custo das diversas mercadorias. A baixa da taxa de lucro num determinado ramo a nível inferior à média ideal basta, se prolongada, para *afastar o* capital dessa esfera, ou para excluir dela o advento de novo capital numa escala média. Pois é mais o advento de novo capital adicional, do que a distribuição do que já foi investido, que equilibra a repartição do capital nas esferas particulares. Ao contrário, o *lucro adicional,* em esferas particulares, só pode ser conhecido pela comparação dos preços de mercado com os preços de custo. No momento, de uma ou outra maneira, a diferença se torna patente, inicia-se uma emigração e imigração de capitais entre os vários ramos. Mesmo descartando isso ser um ato de compensação prolongado, o lucro médio em cada um dos próprios ramos particulares só aparece na média das taxas de lucro que se realizam, por exemplo, durante um ciclo de sete anos, etc., de acordo com a natureza do capital. As meras oscilações *para cima e para baixo,* enquanto não pas-

sam da proporção média, não assumem feições especiais, não bastam para efetuar uma transferência de capital, acrescidas ainda as dificuldades que o capital fixo opõe às transferências. Conjunturas momentâneas somente podem ter efeito de maneira restrita e mais sobre a atração ou repulsa de capital adicional do que sobre a redistribuição de capital investido nas diversas esferas.

Este todo, como se vê, é um movimento muito complicado, entrando em consideração, de um lado, preços de mercado de cada esfera particular, os preços de custo comparativos das diversas mercadorias, a posição da procura e da oferta dentro de cada ramo; de outro, a concorrência entre os capitalistas das diversas esferas. Ademais, a equalização mais rápida ou mais lenta depende da composição orgânica particular dos capitais (por exemplo, mais capital fixo ou circulante) e da natureza particular de suas mercadorias, conforme sua natureza como valores de uso permite uma retirada mais rápida do mercado, mais fácil diminuição ou aumento da oferta, de acordo com a posição dos preços de mercado.

No capital de dinheiro, ao contrário — no mercado de dinheiro —, confrontam-se apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta. De um lado, a classe de capitalistas, tomadora de empréstimo, de outro, a dos emprestadores. A mercadoria tem a mesma forma: dinheiro. Apagam-se aqui todas as figuras particulares que o capital assume segundo cada esfera particular de produção ou circulação em que é investido. Existe na figura indiferenciada e igual a si mesma de valor de troca independente, de dinheiro. Cessa a concorrência das esferas particulares: todos se encontram na mesma situação como emprestadores de dinheiro e o capital se confronta com todos, também na forma em que ainda é indiferente para as formas de sua aplicação. Como capital produtivo, ele apenas aparece //898/ *no movimento e na concorrência entre as diversas esferas particulares, como capital coletivo em si da classe, agora comparece efetivamente, com toda força, na demanda por capital.* De outro lado, o capital dinheiro [o capital no mercado de dinheiro] possui efetivamente a figura, na qual, como elemento comum indiferente à sua aplicação particular, se reparte entre as várias esferas, entre a classe dos capitalistas, segundo as necessidades da produção de cada ramo particular. Acresce que, com o desenvolvimento da grande indústria, o capital dinheiro, na medida em que surge no mercado, paulatinamente deixa de ser representado pelo capitalista individual, pelo dono desta ou daquela parcela de capital disponível no mercado, para concentrar-se, organizar-se, submetendo-se, diferentemente do que acontece na produção real, ao controle banqueiro, representante do capital. De sorte que, no que respeita à forma da procura, o capital emprestável enfrenta o ímpeto de uma classe, embora, no que respeita à oferta, se apresente como capital emprestável *em massa,* capital emprestável da sociedade, concentrado em poucos reservatórios.

Estes são alguns dos motivos pelos quais a *taxa geral de lucro* aparece como miragem nebulosa evanescente comparada à *razão fixa de juros* que, não obstante, oscila em grandeza, o que não impede que esta razão oscile de modo igual para todos os tomadores, confrontando-os, pois, como algo fixo e dado. Do mesmo modo, a oscilação do valor do dinheiro não impede de ter ele o mesmo

valor face a todas as mercadorias. Assim como os preços das mercadorias oscilam diariamente, o que não impede esses preços de serem cotados todos os dias; também a razão de juros é cotada com igual regularidade como *preço* do dinheiro. Porquanto o próprio capital é aqui oferecido como mercadoria especial, dinheiro; a fixação de seu preço é a fixação do *preço de mercado,* da mesma maneira que para todas as mercadorias. A taxa de juros sempre se apresenta como *taxa geral de juros,* como tanto por tanto dinheiro, enquanto a taxa de lucro pode variar dentro da *mesma* esfera, mantendo-se os preços de mercadorias iguais [de acordo com as respectivas condições em que os capitalistas individuais produzem a mesma mercadoria, pois a taxa particular de lucro não depende do preço de mercado da mercadoria, mas da diferença entre este e o preço de custo] e a taxa se equilibra nos diferentes ramos, graças à oscilação constante do processo. Numa palavra, só no capital dinheiro, no capital emprestável, o capital se tornou *mercadoria,* cuja qualidade autovalorizante possui um *preço fixo,* que é cotado pelos juros vigorando na ocasião.

Como capital *a juros,* isto é, em sua forma imediata como *capital dinheiro a juros* [as outras formas de capital a juros de que não nos ocupamos aqui são novamente derivadas desta forma e a pressupõem], o capital assumiu a forma pura de fetiche. Primeiro, graças à existência continuada como *dinheiro,* forma em que se apagam todas as suas determinações e seus elementos reais se tornam invisíveis; como mera existência do valor de troca autônomo, existindo como valor autonomizado. No processo real do capital, a forma dinheiro esvanece. No mercado de dinheiro sempre existe sob essa forma. *Segundo,* a mais-valia por ele produzida [aqui], novamente sob forma de dinheiro, parece caber a ele como tal, portanto, ao mero proprietário do capital dinheiro, do capital isolado de seu processo. D - M - D′ se transforma em D - D′, forma indiferenciada do dinheiro (pois dinheiro é justamente a forma em que se apaga a diferença entre as mercadorias como valores de uso e, *por conseguinte, também a diferença entre os capitais produtivos, que subsiste graças às condições dessas mercadorias,* a forma específica dos próprios capitais produtivos). De sorte que a mais-valia produzida por ele, o mais-dinheiro, em que se transforma ou é, aparece como taxa determinada, medida pela massa da própria soma de dinheiro. [Na base de] 5% de juros, 100 £ formam um capital de 105 £. Assim [obtemos] a forma permanente, palpável, do valor autovalorizante ou do dinheiro produtor do dinheiro. Ao mesmo tempo, a pura forma privada de pensamento — incompreensível, mistificada. Partimos, no desenvolvimento do capital, de D - M - *D′*, de que D - D′ foi apenas o resultado.[2] Agora encontramos D - D′ como *sujeito.* Da mesma maneira que o crescimento pertence à árvore, assim o produzir dinheiro *(tokos)*[3] pertence ao próprio capital nesta sua forma pura de [capital]-dinheiro. A forma incompreensível encontrada na superfície e da qual, em conseqüência, partimos na análise, a reen-

[2] Marx se refere ao caderno I de seu manuscrito de 1861/2, que se inicia com a seção "Transformação do capital em dinheiro". O primeiro parágrafo dessa seção traz como título "D - M - D′", *forma geral do capital.*

[3] Em grego, engendrar, parir. (N. dos T.)

contramos como resultado do processo, no qual a figura do capital se torna progressivamente mais alheada e carente de relacionamento com sua essência íntima.

//899/ Partimos do dinheiro enquanto forma transmutada da mercadoria. Dinheiro enquanto forma transmutada do capital é aquilo a que chegamos, exatamente como reconhecemos na mercadoria a pressuposição e o resultado do processo de produção do capital.

Nesta sua figura mais estranha e ao mesmo tempo mais próxima da representação popular, o capital é tanto a "forma fundamental" dos economistas vulgares quanto o ponto de ataque mais próximo para uma crítica superficial. A primeira, em parte, porque o nexo interno aparece menos e o capital se apresenta sob forma em que *parece* uma fonte autônoma de valor; em parte, porque sob essa forma seu caráter *opositivo* é totalmente retocado e apagado, não havendo qualquer oposição ao trabalho. Além do mais, o capital se expõe ao ataque por ser a forma na qual se apresenta de maneira mais irracional, oferecendo-se como alvo mais fácil para o socialista vulgar.

A polêmica dos economistas burgueses, no século XVII [Child, Culpeper, etc.], contra os juros como forma independente da mais-valia, não passa da luta da burguesia industrial ascendente contra os usuários antiquados, na época, monopolizadores do poder do dinheiro. O capital a juros está ainda sob a forma antediluviana de capital, que há de ser subordinada ao capital industrial e reduzida a uma posição de dependência, àquela que deve ocupar teórica e praticamente na base da produção capitalista. A burguesia não hesitou em se valer da ajuda do Estado, aqui e alhures, onde era preciso adequar as relações vigentes e tradicionais de produção às suas próprias [práticas].

É claro que outra distribuição do lucro entre os vários tipos de capitalistas, ou seja, uma elevação do lucro industrial por meio de uma baixa da razão de juros e vice-versa, não atinge de maneira alguma a essência da produção capitalista. O socialismo dirigido contra o capital a juros como "forma fundamental" do capital não está apenas mergulhado até a cabeça no horizonte burguês. Na medida em que sua polêmica não é um ataque e de uma crítica mal compreendida e dirigida, num impulso obscuro, contra o capital — na medida, pois, em que o identifica com uma de suas formas derivadas —, não passa da insistência, disfarçada de socialista, em favor do desenvolvimento do crédito burguês, expressando portanto a falta de desenvolvimento, no país onde assume tal disfarce, das relações, não sendo mais do que um sintoma teórico do desenvolvimento capitalista, ainda que tal empenho burguês possa assumir formas tão arrepiantes como o "crédit gratuit".[4] Assim o saint-simonismo, com sua glorificação do reinado do banco (*Crédit mobilier,*[5] mais adiante).

[4] Referência a Proudhon que, em sua polêmica contra Bastiat, defende a "Gratuidade do crédito". Marx submete essa opinião de Proudhon a uma crítica, que se encontra nas páginas 935-937 do manuscrito.

[5] *Crédit Mobilier* — Societé Générale du Crédit Mobilier — um banco francês de ações, fundado em 1852 pelos irmãos Péreire. Manteve relações estreitas com o regime de Napoleão III, cujos favores o levaram a negócios especulativos. O banco entrou em bancarrota em 1867 e foi liquidado em 1871. Marx escreveu, em

[2. Capital a juros e comercial em sua relação com o capital industrial. Formas mais antigas, formas derivadas.]

A forma comercial e a forma a juros são mais antigas do que a da produção capitalista, do que o capital industrial, *forma básica* da relação capital enquanto domina a sociedade burguesa — donde todas as outras formas apenas aparecem como derivadas ou secundárias — derivadas como o capital a juros; secundárias, isto é, capital numa função particular [inerente a seu processo de circulação], como o capital comercial. Daí, no processo de sua geração, o capital industrial ter de subjugar essas formas e transformá-las em funções derivadas ou particulares. Encontra estas formas mais antigas na época de sua constituição e de sua geração, encontra-as como prévias *pressuposições,* que não são todavia pressuposições postas por si próprias, formas de seu próprio processo de vida. Assim como inicialmente encontra a mercadoria, não porém enquanto seu próprio produto, também encontra a circulação do dinheiro, não porém enquanto momento de sua própria reprodução. Uma vez desenvolvida a produção capitalista na amplitude de suas formas e dominante do modo de produção, o capital a juros é dominado pelo capital industrial e o capital comercial se transforma tão-somente numa figura do próprio capital industrial, derivada do processo de circulação. Mas, como formas autônomas, ambas devem //900/ ser antes quebradas e submetidas ao capital industrial. Usa-se a violência (o Estado) diante do capital a juros, graças ao abaixamento forçado da razão de juros, de modo que não pode mais ditar seus termos ao capital industrial. Esta, entretanto, é uma forma que pertence aos níveis menos desenvolvidos da produção capitalista. A verdadeira maneira de o capital industrial subjugá-lo consiste na criação de uma forma que lhe é particular: *o sistema de crédito.* O abaixamento forçado do tipo de juros é uma forma que o capital industrial ainda toma emprestada aos métodos de um modo anterior de produção, e que lança fora como inútil e sem sentido tão logo se fortaleça e conquiste seu terreno. O *sistema de crédito* é sua própria criação, é mesmo uma forma do capital industrial que começa com a manufatura, mas que se elabora de modo mais completo na grande indústria. Originalmente, o sistema de crédito é uma *forma polêmica* contra os usurários antiquados [ourives, na *Inglaterra*; judeus, lombardos, etc.] Os escritos que explicam seus primeiros segredos, no século XVII, são todos vazados nessa forma polêmica.

O *capital comercial* é submetido ao capital industrial de várias maneiras ou, o que dá no mesmo, torna-se função dele, [é] capital industrial numa função particular. O comerciante, ao invés de comprar a mercadoria, compra trabalho assalariado, com o qual produz a mercadoria destinada à venda para o comércio. Com isso o próprio capital comercial perde a forma fixa que assumira frente à produção. As guildas medievais foram assim combatidas pela manufatura e o

1856 e 1857, alguns artigos sobre os negócios especulativos desse banco para o jornal londrino, de tendência chartista. *The People's Paper,* e para o New York Daily Tribune. Cf. *Karl Marx/Friedrich Engels,* Werke, vol. 12, Berlim, 1961 pp. 20-36, 202-209 e 289-292, assim como vol. 13, Berlim, 1961, pp. 76 e 160.

artesanato circunscrito num âmbito mais restrito. Na Idade Média o comerciante [com exceção dos pontos esporádicos em que se desenvolve a manufatura, como na Itália, Espanha, etc.] era apenas um *distribuidor (Verleger)* de mercadorias produzidas, quer pelas guildas urbanas, quer pelos camponeses. [6]

Essa transformação do comerciante em capitalista industrial é simultaneamente a transformação do capital comercial em mera forma do capital industrial. De outro lado, o *produtor* se torna comerciante. O fabricante de roupas, por exemplo, em vez de receber do comerciante sua matéria-prima sucessivamente e em pequenas parcelas e trabalhar para este, compra ele próprio sua matéria-prima na proporção de seu capital, etc. As condições de produção, como mercadorias compradas por ele, entram no processo [de produção]. E em vez de produzir para o comerciante individual ou para um freguês determinado, o fabricante de roupas produz agora para o mundo comercial.

Na primeira forma, o comerciante domina a produção e o capital comercial domina a indústria do artesanato e a indústria camponesa caseira, posta por ele em funcionamento. Os ofícios são seus subalternos. Na segunda, a produção se transforma em produção capitalista. O próprio produtor é comerciante, o capital comercial limita-se agora a mediar o processo de circulação, desempenhando uma função determinada no processo de reprodução do capital. Estas são duas formas. O comerciante torna-se, como comerciante, produtor, industrial. O industrial, o produtor, torna-se comerciante.

Originariamente, o comércio é o pressuposto da transformação da produção agrícola feudal, das guildas e da produção camponesa-caseira, numa produção capitalista. Desenvolve o produto em mercadoria, criando, de um lado, um mercado, de outro, novos equivalentes de mercadoria, além de trazer novos materiais para a produção e abrir com isso novos modos de produção; esses, desde o início, se baseiam no comércio, porque produzem para um mercado ou dependem de elementos da produção que provêm do mercado mundial.

A manufatura, ao fortalecer-se ainda mais quando converte-se em grande indústria, cria de sua parte o mercado, conquista-o; abre mercados pela violência, que conquista, sobretudo, por meio de suas próprias mercadorias. Daí para diante, o comércio não passa de servidor da produção industrial, para a qual o mercado, sempre em ampliação, se tornou condição de vida. Posto que uma produção em massa sempre crescente, que não se restringe aos limites existentes do mercado [na medida em que este apenas expressa uma procura existente] mas [se rege] única e exclusivamente pela grandeza do capital disponível e pelo desenvolvidos disponíveis, trabalhando pois constantemente para sua extensão e afastamento de seus limites. O comércio então serve ao capital industrial, desempenhando uma função que emana das respectivas condições de produção.

[6] No volume terceiro de *O Capital* Marx indica que a designação do comerciante medieval como mero *"distribuidor" (Verleger,* literalmente, editor) de mercadorias produzidas pelas corporações urbanas e pelos camponeses pertence ao Prof. Johann Heinrich Moritz Poppe. Está incluída no volume primeiro de seu escrito *História da Tecnologia (Geschichte der Technologie),* p. 70, publicado em Göttingen, em 1807.

Graças ao *sistema colonial* [paralelo ao sistema de protecionismo], o capital industrial, nos primeiros períodos de seu desenvolvimento, procura garantir mercado e mercados pela violência. O capitalista industrial tem diante de si o mercado mundial; compara e deve constantemente comparar seus próprios custos não somente com os preços de mercado de sua praça, mas com os de todo mercado mundial. Produz tendo isto constantemente em vista. Esta comparação cabe, no período anterior, exclusivamente ao estamento do comércio, assegurando assim ao capital comercial o domínio sobre o capital produtivo.

*

//902/ O *juro* não é pois nada mais do que parte do lucro [que por sua vez não é mesmo nada mais do que valor acrescido *(surplus value)*, trabalho não remunerado], que o capitalista industrial paga ao proprietário do capital alheio, com o qual "trabalha" em todo ou em parte. É parte do lucro — do valor acrescido — que, fixada como categoria particular, sob um nome próprio, se separa do lucro global; uma separação que de maneira nenhuma se refere à sua origem mas tão-somente a seu modo de *pagamento* ou apropriação. Em vez de ser apropriada pelo capitalista industrial — embora em suas mãos se encontre imediatamente toda mais-valia — que pode ser distribuída sob o nome de renda, lucro industrial ou juros, entre ele e outras pessoas — deduz essa parte do lucro de seu próprio rendimento e a paga ao proprietário de capital.

Dada a taxa de lucro, a importância relativa da taxa de juros depende da proporção pela qual o lucro se divide em juros e lucro industrial; dada a proporção da divisão, a importância absoluta da taxa de juros [isto é, a proporção dos juros em relação ao capital] depende da taxa de lucro. Como essa proporção da divisão se determina, não é de se examinar aqui. Pertence à consideração do movimento real do capital, a saber, dos capitais, enquanto aqui lidamos apenas com suas formas gerais.

A formação do capital a juros, sua separação do capital industrial, é produto *necessário* do desenvolvimento do capital industrial, do próprio modo capitalista de produção. Dinheiro [soma de valor, sempre conversível em condições de produção] ou condições de produção, em que [o dinheiro] sempre se pode converter e de que é apenas uma forma transformada, aplicada como capital, [essas condições] comandam uma quantia determinada de trabalho alheio, o mais-trabalho que nele está contido. Além de preservar seu valor na troca com o trabalho, aumenta-o, põe valor acrescido. O valor do dinheiro ou das mercadorias como *capital* não é determinado pelo valor que possuem como dinheiro ou mercadorias, mas pelo quanto de mais-valia que "produzem" para seu possuidor. O produto do capital é o lucro. Na base da produção capitalista, não passa de uma *aplicação* diversa do dinheiro, quer dispendido como dinheiro quer como capital. Dinheiro [mercadoria], na base da produção capitalista, é capital *em si* [da mesma forma

que a *capacidade de trabalho* é trabalho *em si*], pois: 1) pode ser convertido em condições de produção, sendo, como é, apenas sua expressão abstrata, seu modo de existência como *valor;* 2) os elementos objetivos da riqueza possuem em si a propriedade de serem capital, porque seu oposto — o trabalho assalariado —, que os transforma em capital, está disponível como base da produção social.

Também a *renda* é apenas um nome para uma parte da mais-valia que o capitalista industrial deve pagar, o mesmo acontece com o *juro,* outra parte da mais-valia que, embora recebida, deve ser paga a um terceiro. Aqui está porém a grande diferença: graças à propriedade fundiária o proprietário da terra *impede* que o capital equalize o valor dos produtos agrícolas a seus preços de custo. Isto lhe é possível por causa do monopólio da propriedade fundiária. Pode assim embolsar a diferença entre o valor e o preço de custo. Além do mais — na medida em que se trata de renda diferencial —, está na posição de embolsar o excedente da mais-valia em relação ao valor individual dos produtos de um determinado solo, em vez dessa diferença cair nos bolsos do capitalista, como acontece em outros negócios na qualidade de superlucro, quando capitalistas trabalham em condições mais favoráveis daquelas que satisfazem a massa da procura, determinam o grosso da produção, e regulam, em conseqüência, o valor de mercado de cada esfera particular da produção.

A propriedade fundiária é apenas *meio* de arrebatar parte do valor acrescido, produzido pelo capital industrial. O *capital* emprestado, ao contrário, é meio — quando o capitalista trabalha com capital emprestado — de produzir, ele próprio, *todo* //903/ o valor acrescido. Que dinheiro [mercadoria] possa ser emprestado como capital significa apenas que *em si* é capital. A abolição da propriedade fundiária, no sentido de Ricardo, a saber, sua transformação em propriedade estatal, de sorte que a renda, em vez de ser paga ao proprietário rural, seria paga ao Estado, constitui o ideal, o desejo que cresce no fundo do coração e na essência mais íntima do capital. Este não pode abolir a propriedade fundiária. Graças porém à sua transformação em renda [pagável ao Estado], apropria-se dela como classe, a fim de cobrir suas despesas com o Estado, apropriando-se, portanto, por vias tortas, do que não pode segurar de modo direto. A abolição do juro e do capital a juros importa, entretanto, na abolição do capital e da própria produção capitalista. Enquanto dinheiro [mercadoria] pode servir de capital, pode ser vendido como capital. É pois bem digno dos utopistas pequeno-burgueses querer a mercadoria sem querer o dinheiro, o capital industrial, mas não o capital a juros, o lucro e não o juro.

Não são dois capitais diferentes, o que aufere juros e o que traz lucros, mas o *mesmo* capital, que funciona no processo, extrai lucro e se distribui entre dois capitalistas diferentes: [de um lado], aquele que se encontra fora do processo e representa, como proprietário, o capital *em si* [é para este condição essencial ser representado por um *proprietário privado;* sem isto não se torna capital em oposição ao trabalho assalariado], [de outro], aquele que representa o capital em funcionamento que se encontra no processo.

[3. Separação de várias partes da mais-valia sob a forma de rendimentos diferentes. Relação entre juros e lucro industrial. Irracionalidade das formas fetichizadas do rendimento.]

A ulterior "ossificação" ou autonomização da *partilha* do lucro surge de maneira que o lucro de *qualquer* capital — em conseqüência, também o *lucro médio* baseado na compensação dos capitais entre si — se divide ou se decompõe em dois componentes mutuamente independentes ou autônomos: juros e lucro industrial: agora às vezes também chamados simplesmente *lucro* ou batizado com o novo nome de *salário para o trabalho de superintendência,* etc. Se a taxa de lucro [lucro médio] for igual a 15% e a *taxa de juros* [que vimos sempre fixar-se numa *forma geral*] for igual a 5% [cuja taxa é sempre computada no mercado de dinheiro como "valor" ou "preço" do dinheiro] — mesmo quando for proprietário do capital e não precisar emprestar qualquer uma de suas partes, não devendo pois [seu] lucro ser repartido entre dois capitalistas —, o capitalista considera que, destes 15%, 5% representam os juros de seu capital e 10% apenas o lucro obtido graças à aplicação produtiva do capital. Estes 5% ele deve, na qualidade de "capitalista industrial", a si próprio como "proprietário" do capital, eles advêm a seu capital *em si* e, por conseguinte, a ele enquanto proprietário desse capital em si [o que é simultaneamente o ser do capital para si ou o ser do capital como capitalista, como propriedade excluindo os outros de si]: advêm ao capital abstraído do processo de produção; muito diferente do capital em funcionamento, em processo e do "capitalista industrial" como representante deste capital em funcionamento, "trabalhando". Os "juros" constituem o fruto do capital enquanto este não "trabalha", não funciona, e o lucro, seu fruto no "trabalho", em funcionamento. Isto é análogo ao caso do capitalista agrícola *(farming capitalist),* ao mesmo tempo proprietário fundiário, proprietário do solo explorado por ele de maneira capitalista — que atribui aquela parte de seu lucro que forma a *renda,* aquele lucro acrescido, não à sua pessoa como capitalista, mas à sua pessoa como proprietário fundiário, não ao capitalista mas à propriedade fundiária, de modo que o capitalista deve "renda" a si mesmo como proprietário fundiário. Assim o capital, numa determinidade, defronta o mesmo capital em sua outra determinidade da mesma maneira fixa, como propriedade fundiária e capital, as quais constituem títulos para a apropriação de trabalho alheio, títulos que estão de fato fundados em dois meios de produção essencialmente diferentes.

Se, de um lado, cinco sócios dirigem uma fiação de algodão, que representa 100 000 £ de capital, auferindo 10% de lucro, isto é, 10 000 £, cada um receberá um quinto desse lucro, ou seja, 2 000 £. Se, de outro lado, um único capitalista empatou o mesmo capital numa fiação e aufere o mesmo lucro de 10 000 £, não faz as contas de maneira a receber 2 000 £ de lucro como sócio e creditar as outras 8 000 £ como lucro da companhia para os quatro sócios não-existentes. Uma *simples partilha de lucro* entre diversos //904/ capitalistas que possuem títulos diferentes referentes ao mesmo capital, sendo, de uma ou de outra forma, co-pro-

prietários do *mesmo* capital; essa partilha não estabelece de modo algum categorias diferentes para essas partes. Por que então a divisão fortuita entre o emprestador e o tomador de capital?

À primeira vista *(prima facie)*, trata-se apenas de uma partilha do lucro, onde existem dois proprietários do capital, proprietários por força de títulos diferentes — parecendo um momento jurídico e não um econômico. Se um capitalista produz com capital próprio ou alheio, ou em que proporção produz com capital próprio ou alheio, isto é, em última análise, completamente indiferente. De onde vem pois que essa partilha do lucro, em lucro [industrial] e juro, não apareça como fortuita, dependente do acaso de o capitalista ter ou não efetivamente que repartir com outrem, operar com capital próprio ou alheio, mas que, a despeito de produzir somente com capital próprio, em qualquer condição, desdobra-se em mero proprietário e aplicador do capital, em capital fora do processo de produção e dentro dele, em capital que *em si* proporciona juros e outro que proporciona lucro no próprio processo?

Aqui existe, no fundo, um movimento real. O dinheiro [como expressão geral do valor de mercadoria] — seja chamado como for e em que partes for dividido —, a própria mais-valia no processo, somente porque está antes do processo de produção, é pressuposto como *capital*. No processo, conserva-se, produz e reproduz-se como capital e em escala sempre mais adiantada. Mas já antes do processo — dado o modo de produção capitalista, quando se trabalha em sua base e dentro das relações sociais que lhe correspondem, não se tratando pois do processo de constituição do capital — existe como *capital* em si, segundo seu caráter, o qual, todavia, só se efetiva no processo, só tendo, de toda maneira, sua efetividade no próprio processo. Se não entrasse nele como capital, não sairia dele também como capital, isto é, como dinheiro que aufere lucro, como valor valorizante, valor criando mais-valia.

É como no caso do dinheiro. Esta moeda, por exemplo, não passa de um pedaço de metal. Somente é dinheiro por meio de sua função no processo de circulação. Mas uma vez pressuposto o processo de circulação de mercadorias, a moeda não funciona apenas como dinheiro, mas constitui como tal, em cada passo particular, um pressuposto para o processo de circulação, antes de entrar nele. Capital não é apenas resultado mas pressuposição da produção capitalista. Dinheiro e mercadoria são, portanto, em si capital latente, capital em potência — todas as mercadorias, na medida em que são conversíveis em dinheiro; o dinheiro, na medida em que é conversível nessas mercadorias, constituintes dos elementos do processo capitalista de produção. Dinheiro, pois — como pura expressão de valor das mercadorias e das condições de trabalho —, é em si, como capital, pressuposto da produção capitalista. O que é o capital considerado como pressuposição ao invés de resultado do processo? O que o torna capital antes de entrar no processo, de modo que este somente desenvolva seu caráter imanente? A determinação social em que existe. Que o trabalho vivo se confronte com o trabalho passado, a atividade, com o produto, o homem, com a coisa, o trabalho, com suas próprias condições objetivas enquanto personificações, sujeitos alheios, autônomos, fixos em si; em breve, como *propriedade alheia* e, sob essa figura,

como "empregadores" *(employers)*, "comandantes" *(commanders)* do próprio trabalho, os quais se apropriam dele em vez de serem apropriados por ele. Que o valor — exista como dinheiro ou mercadoria — desenvolvido ulteriormente em condições de trabalho se confronte com o trabalhador como *propriedade alheia*, como proprietário de si mesmo. Tudo isso nada mais significa do que ele e suas formas se confrontam com o operário enquanto *propriedade* do não-trabalhador, ou ao menos que ele, enquanto capitalista, confronta-se com eles não como trabalhador mas como proprietário do valor, etc.; como *sujeito* onde essas coisas têm sua vontade própria, pertencem a si mesmas e se personificam como poderes autônomos. O *capital* como pressuposição da produção, o capital, não como sai desse processo mas como existe antes de nele entrar, é a oposição onde o trabalho está em relação a ele como trabalho alheio e o próprio capital está como propriedade alheia em relação ao trabalho. É a determinação opositiva e social que se exprime nele e que, separadamente do próprio processo, se expressa na *propriedade do capital* //905/ *como tal.*

Este momento singular, separado do próprio processo capitalista de produção, de que é resultado contínuo e é, como resultado contínuo, sua contínua pressuposição, encontra sua expressão em que o dinheiro [e] a mercadoria em si constituam *latentemente* capital, em que possam ser *vendidos como capital* e que nesta forma representem a *mera propriedade do capital*, o *capitalista como mero proprietário*, tirante sua função capitalista — os quais, considerados em si, constituem comando sobre trabalho alheio, portanto, valor autovalorizante proporcionando direito à apropriação de trabalho alheio.

Também surge aqui claramente que essa *relação* é o título e o meio de apropriação do trabalho alheio, não qualquer trabalho ou compensação provenientes da parte do capitalista.

Os *juros* aparecem pois como a *mais-valia* devida ao capital como capital, à mera propriedade do capital, [mais-valia] que este extrai do processo de produção, porquanto nele entra como capital, cabendo, por conseguinte, ao capital *como tal*, independentemente do processo de produção, embora somente *neste* revele suas qualidades; uma mais-valia que portanto já está contida no capital latentemente. O *lucro industrial*, ao contrário, [aparece] como parte da mais-valia que cabe ao capitalista, não como proprietário do capital, mas como proprietário em função, capital em função. Assim como neste modo de produção tudo se apresenta de maneira invertida, também por fim [se dá] a última inversão na relação entre juro e lucro; a parte do lucro, destacada sob uma rubrica particular [juro], se apresenta como produto pertencente especificamente ao capital, e o lucro industrial, como adicional simplesmente implantado nele.

Já que o capitalista de dinheiro cobra sua parte na mais-valia somente como *proprietário de capital*, permanecendo fora do próprio processo de produção; já que o preço do capital — isto é, o mero título de propriedade do capital — é cotado no mercado de dinheiro como taxa de juros, como o preço de mercado de qualquer outra mercadoria; já que a participação na mais-valia que proporciona *o capital em si*, a *mera propriedade do capital*, constitui, portanto, uma *dada* grandeza, enquanto a taxa de lucro oscila a todo momento, sendo diferente nas

diferentes esferas e para cada capitalista da mesma esfera, porquanto eles [os capitalistas] já produzem em condições mais ou menos favoráveis, já explorem o trabalho de maneira capitalista em diferentes graus de perspicácia e energia, já ainda logram enrolar compradores e vendedores de mercadorias com diferentes graus de sorte e esperteza [lucro sobre a expropriação, a alienação *(profit upon expropriation, alienation)*]. Assim, a eles, proprietários ou não do capital em processo, lhes parece natural [que] os *juros* sejam atribuídos ao capital como tal, à propriedade do capital, ao proprietário do capital, este sendo ele próprio ou um terceiro; enquanto o lucro industrial, ao contrário [lhes seja atribuído], como produto de *seu* trabalho. Eles se confrontam pois como capitalistas em função — agentes efetivos da produção capitalista — consigo próprios ou com outros, como mera existência ociosa do capital, por isso, como *trabalhadores* [confrontam-se] consigo mesmos ou com outros na qualidade de proprietários. E uma vez que são trabalhadores, são de fato assalariados e, por causa de sua excelência particular, apenas trabalhadores assalariados melhor remunerados, o que aliás devem, em parte, à circunstância de serem eles mesmos que se pagam o próprio salário.

Enquanto o *juro* e *o capital que aufere juros* exprimem a mera oposição da riqueza objetiva contra o trabalho e com isso seu modo de existência como *capital;* na representação isto se inverte, na medida em que o fenômeno mostra primeiramente o capitalista de dinheiro de todo desvinculado do trabalhador assalariado, relacionando-se apenas com outros capitalistas. Este outro, em vez de estar em oposição ao trabalho assalariado, se situa, ao contrário, como *trabalhador* em oposição a si mesmo ou a outros [capitalistas], como mera existência do capital, mero proprietário dele. Acresce ainda que o capitalista individual pode, quer emprestar seu dinheiro como capital, quer ele próprio o empregar como capital. Na medida em que retira *juros,* está só obtendo o seu preço, o qual também obteria se não "funcionasse" como capitalista, se não "trabalhasse". É claro, portanto, que aquilo que tira propriamente do processo de produção apenas na qualidade de juros deve-o exclusivamente ao capital e não ao próprio processo de produção, //906/ não a si mesmo como representante do capital em funcionamento.

Daí a bela frase que se encontra em alguns economistas vulgares: Não tirasse o capitalista industrial nenhum lucro além dos juros, faria seu capital render juros e viveria de rendas. De modo que todos os capitalistas cessariam de produzir e todo capital a funcionar como capital; embora sendo possível viver de *seus juros.* Já Turgot [disse] de maneira semelhante: Se o capitalista não recebesse juro algum, compraria terras [renda capitalizada] e viveria de renda fundiária. Aqui, porém, o juro é derivado da mais-valia, representando, entre os fisiocratas, a renda fundiária, a mais-valia efetiva. Enquanto se dá o inverso naquela concepção vulgar.

É de notar outra circunstância: para o capitalista industrial, que to-

mou dinheiro emprestado, os juros entram nos *custos,* estes agora entendidos como valor adiantado. Um capital, por exemplo, de 1 000 £, não entra como uma mercadoria no valor de 1 000 £ na sua produção, mas como *capital* — pois um capital de 1 000 £ a 10% de juros anuais entra no valor de 1 100 £ no produto anual. Aqui se torna claro que a *soma de valor* [e as mercadorias nas quais é representada] não se transforma em capital somente no processo de produção, mas como capital, constitui uma pressuposição desse processo e, por conseguinte, já incorporando a mais-valia que lhe é devida como capital. Para um industrial, que trabalha com capital emprestado, entram em seus custos os juros ou o capital como capital — que o é somente enquanto produz mais-valia [de modo que 1 000 £ como mercadoria, por exemplo, valem 1 100 £ como capital, isto é, $1\,000 + \frac{1\,000}{10} = c + \frac{c}{x}$]. Se no produto apenas resultassem os juros, estes seriam um acréscimo sobre o *valor* adiantado, calculado como mera mercadoria; não [seriam] porém [um acréscimo] sobre o valor dessa mercadoria como calculado pelo capitalista. Este tem de desembolsar esta mais-valia que pertence aos adiantamentos, às despesas feitas para produzir a mercadoria.

No que respeita ao industrial, que trabalha com capital próprio, este deve pagar a si mesmo os juros pelo capital, considerando-o como um adiantamento. O que adiantou, de fato, não é somente um capital, por exemplo, do valor de 1 000 £, mas o valor de 1 000 £ como capital, valor de 1 050 £ se os juros forem de 5%. Esta não é uma reflexão fútil para ele. Pois as 1 000 £ lhe trariam 1 050 £ como capital, se as emprestasse ao invés de empregá-las produtivamente. Ao adiantar as 1 000 £ a si próprio, como capital, está adiantando-se 1 050 £. É preciso recuperar às custas de alguém, mesmo que seja às custas de sua própria pessoa *(Il faut bien se rettraper sur quelqu'un et fûsse-t-il sur lui même).*

O valor de mercadorias de 1 000 £ equivale, como capital, a 1 050 £. Isto significa que o capital não é um número simples, uma mercadoria simples, mas uma mercadoria potencializada. Não é uma grandeza simples, mas uma relação entre grandezas. É a relação de uma soma principal, um valor dado, consigo mesma na qualidade de mais-valia. O valor de C é $C(1 + \frac{1}{x})$ (por 1 ano) ou $c + \frac{c}{x}$.Como na equação $a^x = nx$ não é compreensível ou dedutível pelas operações símples de cálculo; do mesmo modo não o é a mercadoria potencializada, o dinheiro potencializado, o capital.

Exatamente como nos *juros,* uma parte do lucro, da mais-valia produzida pelo capital, parece ter sido *adiantada* pelo capitalista; o mesmo parece acontecer, na produção agrícola, com outra parte, *a renda da terra.* Apresenta-se com uma irracionalidade menos evidente, pois a renda aparece aqui como preço anual da terra, que desse modo penetra na produção como mercadoria. Maior irracionalidade reside entretanto no "preço da terra" do que no "preço do capital", não porém na própria forma. Pois a terra aparece como valor de uso de uma mercadoria e a renda como seu preço. [O irracional está em que aquilo que não é pro-

duto de trabalho — a terra — passa a ter um preço, ou seja, valor expresso em dinheiro e, por conseguinte, a ser considerado um valor, trabalho social objetivado]. Segundo a forma exterior, como qualquer mercadoria, [tem] dupla expressão, como valor de uso e valor de troca; e o valor de troca se exprime idealmente como preço, como algo que a mercadoria como valor de uso não o é absolutamente. No entanto, na expressão 1 000 £ igual a 1 050 £, ou 50 £ é o preço anual de 1 000 £, o mesmo é referido ao mesmo, o valor de troca ao valor de troca, e o valor de troca é tido como diferente de seu próprio preço, isto é, o próprio valor de troca expresso em dinheiro.

//907/ Aqui, portanto, duas formas de mais-valia — juro e renda, resultados da produção capitalista — penetram nela como suas pressuposições, *adiantamentos* feitos pelo próprio capitalista. Esses, portanto, de modo nenhum se lhe apresentam como mais-valia, excedente sobre o valor dos avanços feitos. Nestas formas da mais-valia, ao próprio capitalista individual parece que a produção de mais-valia pertence aos *custos de produção* da produção capitalista, que a apropriação do trabalho alheio e o acréscimo sobre o valor das mercadorias consumidas no processo [quer entrem no capital constante quer no variável] constituem uma condição predominante deste modo de produção. Tudo isto também se evidencia na medida em que o lucro médio constitui um elemento do preço de custo da mercadoria, portanto, uma condição do fornecimento *(condition of suply)* da própria criação da mercadoria. Mas, mesmo assim, com razão o capitalista industrial considera este acréscimo, esta parte da mais-valia — que, contudo, constitui um elemento da própria produção —, como excedente sobre *seus* custos e não, como no caso do juro e da renda, pertencendo a *seus* adiantamentos. De fato, nos momentos críticos, também o lucro se defronta com ele, na qualidade de condição da produção, na medida em que se dá a contração ou a interrupção da produção, por causa de uma queda de preço que o engole ou notadamente o contrai. Daí a asneira daqueles que consideram as várias formas de mais-valia como meras formas de distribuição. São igualmente formas de produção.

*

//937/ Poderia parecer que na trindade terra-renda, capital-lucro (juros), trabalho-salário, fosse o último membro o mais racional. Enuncia-se ao menos a fonte donde flui o salário. Mas a última forma é antes a mais irracional e o fundamento das outras duas, como *trabalho assalariado* e o produto como *capital*. O trabalho é assalariado somente quando se defronta com suas condições sob esta forma. No entanto, como trabalho assalariado, se expressa na forma trabalho-salário. Aparecendo o salário aqui como o produto específico do trabalho, como o único produto do mesmo [isto é, com efeito, o único produto do trabalho *para* o trabalhador assalariado]; as outras partes do valor — *renda, lucro* [*juro*] — aparecem, com a mesma necessidade, fluindo de outras fontes específicas. Da mesma forma como se compreende como o produto *específico* do trabalho aquela parte do valor do produto que se resolve em salário, as partes do valor que se resolvem em renda e lucro devem ser compreendidas como resultados específicos dos agen-

tes *para* os quais existem, aos quais revertem, ou seja, como rebentos da terra e do capital respectivamente.

[4. O processo de ossificação das formas transformadas da mais-valia e o progressivo afastamento de sua essência interna: do mais-trabalho. O capital a juros como último degrau desse processo. Concepção apologética do lucro industrial como "salário do capitalista".]

//910/ Examinemos o caminho que o capital percorre antes de aparecer sob a forma de capital a juros.

No processo imediato de produção, a coisa ainda é simples. O valor excedente ainda não assumiu uma forma *particular*, além daquela de próprio valor excedente, forma que o distingue exclusivamente do valor do produto enquanto equivalente do valor nele reproduzido. Já que o valor em geral se resolve em trabalho, também o valor excedente, em trabalho excedente, em trabalho não pago. Portanto, o valor excedente só é medido por esta parte do capital que realmente muda de valor — o capital variável, parte do capital investido em salário. O capital constante aparece apenas como condição para deixar agir a parte variável do capital. É muito simples: se comprarmos com 100 [£], trabalho de 10 [homens], o trabalho de 20 [isto é, a mercadoria em que é contida o trabalho de 20], o valor do produto equivale a 200 e o valor excedente de 100 £ ao trabalho não pago de 10 [homens]. Ou ainda, se 20 homens trabalharem, cada um trabalha para si apenas meio dia, para o capital a outra metade. Vinte metades de dia são iguais a 10 dias. É o mesmo como se só 10 homens fossem pagos e 10 trabalhassem de graça para o capitalista.

Neste estado embrionário a relação ainda é muito inteligível, ou melhor, inconfundível. A dificuldade reside apenas em apontar como esta apropriação do trabalho, sem equivalente, resulta da lei de trocas das mercadorias — [do fato] de que as mercadorias se troquem em relação ao tempo de trabalho nelas contido — [em apontar] como tudo isso por ora não contradiz essa lei.

//911/ O processo de circulação já desmancha, turva a conexão. Uma vez que a massa da mais-valia também se determina pelo *tempo de circulação do capital*, parece que incorpora um elemento estranho ao tempo de trabalho.

Finalmente, no capital acabado, que aparece como um todo, unidade do processo de circulação e de produção, expressão do processo de reprodução — determinada soma de valor que, num determinado período, numa determinada fração da circulação, produz determinado lucro [mais-valia] — nesta figura, o processo de produção e o de circulação somente existem ainda como recordação, momentos que de modo uniforme determinam a mais-valia, fato pelo qual se encobre sua natureza simples. A mais-valia aparece agora como lucro. Tal lucro é 1) referido a uma fração determinada da circulação do capital, diferente do tempo de trabalho; 2) a mais-valia não é calculada e referida à parte do capital

donde nasce imediatamente, mas indiferencialmente a todo capital. Com isto sua fonte é totalmente obstruída. 3) Embora nesta primeira forma do lucro, a massa do lucro ainda seja quantitativamente idêntica à massa da mais-valia produzida por esse capital particular, a taxa de lucro difere de antemão da taxa de mais-valia. A taxa de mais-valia é igual a $\frac{m}{v}$ e a taxa de lucro igual a $\frac{m}{c+v}$.[7] 4) Se pressupusermos dada a taxa de mais-valia, a taxa de lucro pode subir ou baixar e mesmo em sentido inverso à taxa de mais-valia.

Assim a mais-valia apresenta, já na primeira figura de lucro, uma feição que além de não deixar reconhecer de imediato sua identidade com mais-valia, trabalho excedente, parece negá-la de maneira direta.

Ademais, graças à transformação do lucro em *lucro médio,* graças à constituição da taxa geral de lucro e à transformação, vinculada ou posta, dos valores em preços de custo, o lucro do capital particular torna-se *diferente* da própria mais-valia que o capital particular gerou em seu ramo específico de produção; [diferente] não apenas segundo sua expressão, como diferença da taxa de lucro e da taxa de mais-valia, mas segundo sua substância; isto significa aqui segundo a quantidade. Para o capital unitário e também para o capital global, considerado dentro de uma esfera particular, o lucro não apenas *parece* ser mas de fato *é* diferente da mais-valia. Capitais de mesma grandeza fornecem o mesmo lucro, ou o lucro está na proporção da magnitude dos capitais. Em outras palavras, o lucro é determinado pelo valor do capital adiantado. Em todas essas expressões a relação do lucro com a composição orgânica do capital se encontra completamente apagada, irreconhecível. O que sobretudo se manifesta de imediato é que capitais de igual grandeza, que movimentam *quanta* muito diferentes de trabalho, comandam pois *quanta* muito diferentes de trabalho excedente, gerando portanto *quanta* muito diferentes de valor excedente, auferirem lucros de igual grandeza. Por certo pela transformação dos valores em preços de custo, a própria base — a determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho nelas contido — parece superada.

Nesta forma completamente alienada do lucro, e no mesmo grau em que a figura do lucro esconde seu núcleo íntimo, o capital adquire cada vez mais uma figura de coisa, cada vez mais passando de relação à coisa, que todavia traz em seu corpo a relação social, devorada, coisa que, com vida e autonomia fictícia, se relaciona consigo mesma, [um] ser sensível-supra-sensível. É nesta forma de *capital* e *lucro* que aparece na superfície como pressuposição já pronta. É a forma de sua efetividade ou, antes, a forma de sua existência efetiva. É a forma em que vive na consciência de seus portadores, dos capitalistas, em que se retrata em suas representações.

Essa forma fixa e ossificada [metamorfoseada] do lucro [e com isso do capital como seu produtor, pois o capital é o fundamento, o lucro, a decorrência; o

[7] m = mais valia: v = capital variável, isto é, capital pago em salários; c = capital constante, isto é, capital que paga os meios de produção. (N. dos T.)

capital, a causa, o lucro, o efeito; o capital, a substância, o lucro, o acidente; o capital somente existe como capital produtor de lucro, como valor que cria um lucro, um valor de acréscimo] — e com isso do capital como seu fundamento do capital que se conserva como capital e se multiplica no lucro — [esta forma] se reforça ainda em sua exterioridade porque o mesmo processo de igualação do capital, que dá ao lucro a forma de lucro médio, separa dele uma de suas partes sob a forma de *renda,* como crescendo autonomamente em outro solo, a terra. Originariamente a renda se apresenta, contudo, como parte do lucro que o lavrador paga ao senhor da terra. Mas como nem o lavrador embolsa esse lucro excedente, nem o capital se distingue, de alguma maneira, enquanto capital, de outro capital [sendo o lucro excedente devido não ao capital como capital, paga-o por certo ao senhor da terra], a própria terra aparece como fonte dessa parte do valor da mercadoria [de sua mais-valia] e o senhor da terra, representa apenas a terra //912/ como personalidade jurídica.

Se a renda for calculada sobre o capital adiantado, [permanece] ainda um fio lembrando sua origem como parte separada do lucro, ou seja, da mais-valia em geral. (Naturalmente [é] diferente numa situação social onde a propriedade fundiária explora o trabalho diretamente. Nela não há dificuldade em se reconhecer a origem da riqueza excedente *(surplus wealth).)* Mas a renda é paga por determinado *quantum* de chão, capitalizada segundo o valor da terra, o qual sobe e baixa na proporção em que sobe ou baixa a renda e esta sobe ou baixa em relação à mesma superfície imutável da terra (enquanto o capital que nela trabalha [é] uma grandeza variável). A diferença das espécies de terra se mostra na importância da renda que tem de ser paga por um dado número de pés quadrados. O rendimento global é calculado sobre a superfície total para determinar o rendimento médio, por exemplo, de um pé quadrado. A renda aparece como cada uma das figuras que a própria produção capitalista cria, simultaneamente como pressuposição fixa, dada, à mão a qualquer momento e, por conseguinte, à mão de maneira independente para qualquer pessoa. O lavrador há de pagar renda, tanto por medida de terra e sempre conforme a qualidade de terra. Se esta subir ou baixar, a renda a ser paga por tantos acres sobe ou baixa, pagando pela terra sem considerar o capital que nela aplica, precisamente como há de pagar juros sem considerar o lucro que obtém.

O cálculo da renda sobre o capital industrial ainda é uma fórmula crítica da economia política que mantém a conexão íntima da renda com o lucro, este é o seu chão. Na realidade, porém, não *aparece* essa conexão, ao contrário, a renda se mede pelo solo real. Com isso, toda a mediação é cortada, complementando-se a figura exteriorizada e autônoma. A renda só é essa figura autônoma nesta exteriorização e separação total de sua mediação. Tantos pés quadrados auferem tanto de renda. Nesta expressão em que uma parte da mais-valia — a renda — *se apresenta relacionada com um determinado elemento da natureza, independentemente do trabalho humano,* não somente se apaga por completo a natureza da mais-valia, porquanto se apaga a do próprio valor, mas o próprio lucro aparece agora devido ao capital, *elemento objetivo específico da produção,* assim como a

renda é devida à terra. O capital consiste em produtos e estes trazem lucros. Que um valor de uso produzido traga lucros e outro não produzido traga renda, constituem apenas duas formas diferentes de as coisas *criarem valor,* uma forma sendo tão compreensível e tão incompreensível quanto a outra.

É claro que tão logo a mais-valia se quebre em diversas [partes] *particulares,* referindo-se a diversos elementos da produção, elementos distintos só *do ponto de vista material* como natureza, produtos, trabalho —; tão logo em geral adquira figuras *particulares* indiferentes umas em relação às outras, mutuamente independentes e reguladas por leis diferentes, sua unidade comum — a mais-valia — e portanto a natureza dessa unidade comum se tornam cada vez mais irreconhecíveis, deixando-se de mostrar na *aparência* mas devendo antes ser descobertas, como um mistério oculto. Esta autonomização da figura das partes particulares — e seu confronto como figuras autônomas — se completa porque cada uma dessas partes é reduzida a determinado elemento como a sua medida e sua fonte particular, porque cada parte da mais-valia se apresenta como efeito de uma causa particular, como acidente de uma substância particular. Assim o lucro-capital, renda-terra, salário-trabalho.

E são essas relações e formas constituídas que aparecem na produção real enquanto pressuposições, pois o modo capitalista de produção se movimenta dentro de figuras criadas por ele próprio, e estas, seu resultado no processo de reprodução, confrontam-se igualmente com ele enquanto pressuposições já constituídas. Assim sendo, determinam praticamente a ação e os movimentos dos capitalistas individuais, etc., fornecem os motivos na forma em que se espelham em sua consciência. A economia vulgar nada mais faz do que exprimir, de forma doutrinária, essa consciência, enquanto confinada em seus motivos e suas representações, à aparência do modo capitalista de produção. Quanto mais é sem profundidade sua dependência da superfície, repetindo-a apenas numa determinada ordem, tanto mais ela se imagina "natural" e distante de toda sutileza abstrata.

//913/ É de notar ainda, a respeito do que acima foi dito sobre o processo de circulação, que as determinações resultantes do processo de circulação se cristalizam como propriedades de determinadas espécies de capital — fixo, circulante, etc. — e assim permanecem como dadas propriedades pertencentes materialmente a determinadas mercadorias.

Se, na figura final em que o lucro, pressuposto como dado, aparece na produção capitalista, as muitas transformações e mediações, que ele percorre, se apagam e se tornam irreconhecíveis — o mesmo acontecendo com a natureza do capital —; se essa figura se fixa mais fortemente ainda em virtude desse processo, que lhe dá seu acabamento último, contrapor-lhe uma parte do lucro na qualidade de renda, tornando-a uma forma *particular* da mais-valia, inteiramente referida agora ao capital como um instrumento material e particular de produção, como exatamente a renda se vê referida à terra — então essa figura, separada de sua essência íntima por uma multidão de invisíveis elos intermediários, vai atingir uma forma ainda mais *exteriorizada,* ou, antes, a forma de *exteriorização* abso-

luta no capital a juros, a partição em lucro e juro, no capital a juros como figura simples do capital, figura em que o capital é pressuposto a seu próprio processo de produção. De um lado, isto expressa a forma absoluta do capital: D - D′. Valor autovalorizante. De outro, caiu o intermediário M que ainda no capital comercial puro continua a existir, D - M - D′. É apenas a relação de D consigo mesmo e medido por si mesmo. É o capital explicitamente separado, tirado fora do processo — como suposição do processo, seu resultado, no qual e pelo qual é exclusivamente capital.

[Aqui] se abstrai o juro ser apenas transferência, não precisando exprimir mais-valia efetiva, como acontece com um dinheiro emprestado a um "esbanjador", isto é, dinheiro emprestado para o consumo. O mesmo contudo pode dar-se quando é emprestado para um *pagamento*. Nos dois casos é emprestado como dinheiro e não como capital, mas se transformando em *capital* para quem o possui graças ao mero ato de emprestar. No segundo caso, num desconto ou empréstimo sobre mercadorias temporariamente invendáveis *(discount, oder loan on temporaneously not vendible commodities)* pode referir-se ao processo de circulação de capital, à necessária transformação do capital de mercadorias como capital de dinheiro. Na medida em que a aceleração deste processo de transformação — como no crédito, conforme sua essência geral — acelera a reprodução, ou seja, a produção de mais-valia, o dinheiro emprestado é capital. Na medida, porém, em que apenas serve para pagar *dívidas*, sem acelerar o processo de reprodução, impedindo ou talvez o estreitando, consiste apenas em mero *meio de pagamento*, tão-somente dinheiro, quem toma emprestado para quem empresta e, *um capital, com efeito, independente do processo do capital*. Neste caso o juro, assim como o lucro sobre a expropriação, consiste num fato independente da produção capitalista como tal — da produção de mais-valia. Essas duas formas de dinheiro, meios de compra de mercadorias para o consumo e meios de pagamento de dívidas — em que o juro, assim como o lucro sobre a expropriação, constitui uma forma que, embora se reproduzindo na produção capitalista, é independente dela —, pertencendo a modos mais antigos de produção. Mas reside na natureza da produção capitalista poder o dinheiro [ou a mercadoria] ser capital fora do processo de produção, ser vendido como capital, o que também pode acontecer em formas mais antigas, em que não é transformado em capital, mas serve apenas como dinheiro.

A terceira forma mais antiga do capital a juros se baseia no fato de a produção capitalista ainda *não* existir, sendo porém o lucro embolsado sob a forma de juro e o capitalista aparecendo como simples usurário. Isto importa em: 1) que o produtor ainda trabalha independentemente, com seus próprios meios de produção, estes ainda não trabalham com ele (mesmo quando escravos pertencem a esses meios de produção, esses escravos não formam uma categoria econômica particular como não o formam os animais de trabalho: no máximo há uma diferença material, instrumentos mudos, sensíveis, falantes); 2) que os meios de produção lhe pertençam apenas nominalmente, isto é, que por circunstâncias quaisquer seja incapaz de reproduzi-los a partir da venda de suas mercadorias. Estas

são pois formas do capital a juros em todas as formas sociais em que há circulação de mercadorias ou ainda circule dinheiro, quer prevaleça nelas o trabalho escravo, servil ou livre. Na última forma mencionada, o produtor paga seu trabalho excedente ao capitalista na forma de juro que, portanto, inclui o lucro. Aqui temos //914/ toda a produção capitalista sem suas vantagens, o desenvolvimento das formas sociais do trabalho e das forças produtivas do trabalho que delas brotam. Uma forma muito freqüente entre os povos agricultores que, entretanto, já devem comprar parte de seus meios de subsistência e instrumentos de produção como mercadoria, ao lado da qual, portanto, existe separadamente uma indústria urbana que, além disso, deve pagar impostos, renda em dinheiro, etc.}

O capital a juros somente se afirma como tal na medida em que o dinheiro emprestado é efetivamente transformado em capital e produz um excedente de que o juro é parte. Mas isto não impede que, independentemente do processo, o juro e a capacidade de auferi-lo tivessem nele se enraizado como uma propriedade sua. Tampouco suprima o valor de uso do algodão, como algodão, que necessita ser fiado ou usado de outra maneira para confirmar suas qualidades úteis. Assim o capital [prova] sua força criadora de juros somente ao passar para o processo de produção. No entanto, a capacidade de trabalho também confirma sua força de criar valor somente ao ser ativada, realizada no processo como trabalho. Isto não exclui que em si, como capacidade, seja atividade criadora de valor e não apenas venha a sê-lo como tal graças ao processo, ao contrário, lhe é pressuposto. Como tal é comprado. Alguém pode comprá-lo também sem fazê-lo trabalhar [por exemplo, um diretor de teatro que compra um ator, não para fazê-lo representar mas para privar um teatro concorrente dessa atuação]. Se aquele que compra a capacidade de trabalho faz uso da propriedade *(Eigenschaft)* que paga, a propriedade de criar valor, isto não diz respeito ao vendedor nem à mercadoria comprada, tampouco se quem compra capital o utiliza como capital, ativando portanto no processo a propriedade nele inerente de criar valor. O que paga em ambos os casos é 1.º) a mais-valia que *em si,* segundo a possibilidade e segundo a natureza da mercadoria comprada, está incluída, de um lado, na capacidade de trabalho, de outro, no capital, 2.º) e a faculdade de conservar seu próprio valor. Por isso também o capitalista trabalhando com capital próprio considera uma parte da mais-valia como juros, isto é, como mais-valia, que resulta do processo de produção, porque o capital, independente do processo, a introduziu nele.

A renda da terra e a relação terra-renda pode parecer uma forma muito mais misteriosa do que a [forma] juro, [a relação] capital-juro. Mas o irracional não se exprime ou se afigura na forma da renda da terra de maneira a expressar uma *relação do próprio capital.* Já que a própria terra é produtiva [de valor de uso], já que ela própria é uma força produtiva viva [de valor de uso ou servindo à produção de valores de uso] torna-se possível, de um lado, confundir supersticiosamente valor de uso com valor de troca, a coisa com uma forma especificamente social do trabalho contido no produto — a irracionalidade encontra então sua razão em si mesma, enquanto a renda, como forma *sui generis,* não tem nada a

ver com o processo capitalista como tal. De outro, a economia "esclarecida", em virtude da falta de relação da renda com o trabalho ou com o capital, pode negar que a renda seja de todo uma forma do valor excedente, explicando-a como mera sobrecarga sobre o preço *(surcharge of price),* para a qual o monopólio da propriedade fundiária capacita o proprietário da terra. O que é diferente do caso do capital a juros.

Não se trata aqui de uma relação alheia ao capital, mas da própria relação do capital proveniente da produção capitalista e que lhe é peculiar, e exprime a essência do próprio capital e da figura do capital onde ele aparece como *capital.* O *lucro* contém sempre ainda uma referência ao capital em processo, ao processo em que a mais-valia é produzida. No *capital a juros* a figura da mais-valia não se alienou, não se tornou estranha como no lucro, sem imediatamente dar a conhecer sua figura simples e com isso sua substância e o fundamento de sua formação. No *juro,* ao contrário, essa forma alienada está posta, presente e formulada *explicitamente* como o *essencial.* Está fixada, tornada autônoma de *modo contrário* à verdadeira natureza da mais-valia. No capital a juros se apaga a relação do capital com o trabalho. De fato, o juro pressupõe o lucro do qual constituía apenas uma parte, e a maneira como a mais-valia //915/ se divide em juro e lucro, entre as várias classes de capitalista, é, com efeito, por completo indiferente ao trabalhador assalariado.

O juro é explicitamente posto como rebento do capital, separado independente, fora do próprio processo capitalista. Cabe *ao capital como capital.* Penetra no processo de produção e portanto dele também resulta. O capital está grávido dele. Não tira o juro do processo de produção mas o introduz nele. O excedente do lucro sobre o juro, o *quantum* de mais-valia, que o capital deve ao processo de produção e somente cria como capital em funcionamento, assume frente ao juro — como criação do valor que cabe ao *capital em si,* ao *capital para si,* ao *capital com o capital* — uma figura especial, a de *lucro industrial* [lucro de empreendimento, industrial ou comercial, sempre em conformidade ao relevo dado do processo de produção ou ao processo de circulação]. Com isto também a última forma de mais-valia, que de algum modo ainda lembra sua origem, é isolada e concebida, não somente de modo alienado, mas de forma articulada em contraste direto com ela, daí ser inteiramente mistificada a natureza do capital e da mais-valia, assim como da produção capitalista em geral.

O *lucro industrial,* contrastando com os *juros,* representa o capital em processo em contraste com o capital fora dele, o capital como processo em contraste com o capital enquanto propriedade, portanto, o capitalista enquanto capitalista em função, representante do capital *em trabalho,* em contraste com o capitalista na qualidade de mera personificação do capital, de mero proprietário do capital. Assim aparece como *capitalista trabalhador* frente a si próprio como *capitalista;* portanto ainda como *trabalhador* frente a si próprio como mero *proprietário.* Na medida em que ainda é mantida uma relação da mais-valia com o processo, [este] aparece, acontece justamente na forma em que a própria noção de mais-valia é negada. O *lucro industrial* se resolve em trabalho, não porém em trabalho alheio,

não pago, mas em *trabalho assalariado,* em salário para o capitalista que, com isso, cai na mesma categoria de trabalhador assalariado, [apresentado] apenas num tipo melhor de trabalhador assalariado, já que em geral o salário é muito diferente.

De fato, não é em virtude de o dinheiro transformar-se em capital, de ser substituído pelas condições materiais da produção da mercadoria, que tais condições — matéria-prima, meios de trabalho, trabalho — entram em fermentação no processo de trabalho, agem uma sobre a outra, associam-se, incorrem num processo químico e precipitam a mercadoria como o cristal desse processo. Assim nunca resultaria num capital, numa mais-valia. Esta forma abstrata do processo de trabalho é, entretanto, comum a todos os modos de produção, seja qual for sua figura social ou sua determinação histórica. Tal processo torna-se processo capitalista, o dinheiro transforma-se em capital somente se: 1) a *produção de mercadorias,* a produção do produto como mercadoria, for a forma geral da produção; 2) se a mercadoria [dinheiro] for trocada pela capacidade de trabalho [portanto, de fato, pelo trabalho] como mercadoria, se o trabalho for, em conseqüência, trabalho assalariado; 3) mas isso somente acontece se as condições objetivas, portanto [considerando todo o processo de produção], os produtos do próprio trabalho, se defrontarem [com ele] na qualidade de poderes independentes, sua não-propriedade, propriedade alheia e assim segundo a forma, *capital.*

O trabalho como trabalho assalariado e as condições do trabalho como capital — porquanto [essas condições], propriedade do capitalista, são proprietárias de si no capitalista em que se personificam e em que se apresentam como propriedade e como propriedade de si mesma frente ao trabalhador — [ambos] são expressões da mesma relação, somente a partir de seus diferentes pólos. Esta condição da produção capitalista constitui seu resultado constante. Sua *pressuposição* posta por ela mesma; é pressuposta a si mesma, portanto, posta segundo suas condições, uma vez desenvolvida e funcionando em circunstâncias que lhe são próprias. O *processo de produção capitalista,* contudo, tampouco é um mero processo de produção; aquela determinidade social que opõe seus elementos somente se desenvolve, se realiza, no próprio processo, o qual é caracterizado completamente por ela, o que torna precisamente este modo de produção socialmente determinado, o *modo capitalista de produção.*

//916/ Na medida em que o capital — não um capital determinado mas o capital em geral — está se formando, é seu *processo de formação* o *processo de dissolução,* o *produto de separação* de um modo de produção social que lhe antecedeu. Portanto *processo histórico* e pertencente a um determinado período histórico. É o período de sua gênese histórica. [Assim é o modo de ser do homem resultado de um processo anterior pelo qual passou a vida orgânica. Somente num determinado ponto se torna homem. Mas uma vez posto, o homem é pressuposto constante da história humana, do mesmo modo que seu constante produto e resultado; é *pressuposição* somente na medida em que seu próprio produto é resultado.] É apenas aqui que o trabalho tem de separar-se das condições de trabalho na sua forma anterior de identidade com elas. Só assim se torna trabalho

livre e suas condições se transformam, enfrentando-o, em *capital.* O processo de vir a ser do capital em capital, ou de seu desenvolvimento *antes* do próprio processo capitalista de produção e sua realização neste processo pertencem a dois períodos diferentes do ponto de vista histórico. No último é *subentendido,* pressuposta sua existência como exercendo-se. No primeiro, é a precipitação do processo de dissolução de uma forma social diferente. Produto de uma outra [forma], ao invés de ser, como mais tarde, produto de sua própria produção. A produção capitalista trabalha apoiada no trabalho assalariado como base disponível, mas ao mesmo tempo sempre reproduzida por ele. Trabalha portanto também apoiada no *capital,* como figura das condições de trabalho, pressuposição dela, pressuposto que todavia é, exatamente como o trabalho assalariado, sua constante posição, seu produto constante.

Nesta base, o dinheiro, por exemplo, é em si capital, pois as condições da produção em si enfrentam a forma alienada do trabalho, aparecem diante dele como propriedade alheia e o dominam como tal. O capital pode ser vendido então também como *mercadoria* que possui esta propriedade, isto é, pode ser vendido enquanto capital, como acontece quando se empresta capital a juros.

Ao *fixar-se* assim o momento da determinação especificamente social do capital e da produção capitalista — uma determinação especificamente social que se expressa juridicamente no capital como propriedade, na propriedade do capital como forma peculiar da propriedade — e portanto desde que *o juro* apareça como *aquela parte da mais-valia* que o capital produz na determinação, separada dessa determinação como determinação do processo em geral, evidentemente a outra parte da mais-valia, o acréscimo do lucro sobre o juro, o *lucro industrial,* deve apresentar-se como valor que não se origina do capital enquanto capital, mas do processo de produção separado de sua determinação social, que seu modo específico de existência já adquiriu na expressão capital-juros. Separadamente do capital, entretanto, o processo de produção é *processo de trabalho* em geral. [Daí] o capitalista industrial, enquanto diferente de si mesmo como capitalista, industrial na diferença de si mesmo como capitalista, proprietário do capital — um simples funcionário, portanto, no processo de trabalho, não um capital em funcionamento, mas um funcionário isolado do capital — um portador especial do processo de trabalho em geral, *trabalhador.* Dado isso, o lucro industrial por *fim se transforma* felizmente em *salário* e coincide com o salário comum, do qual só se distingue quantitativamente, e pela forma peculiar de pagamento, pois o capitalista paga a si mesmo ao invés de receber seu pagamento.

Nesta última cisão do lucro, em *juro* e *lucro industrial,* não se apaga apenas a natureza da mais-valia [e, por conseguinte, do capital], mas se apresenta de modo expresso como algo totalmente diverso.

O *juro* exprime uma parte da mais-valia: mera cota do lucro, posta de lado sob um nome particular; a cota que cabe ao mero proprietário do capital recolhida por ele. Mas essa divisão meramente *quantitativa* se transforma de repente numa *divisão qualitativa,* que reveste ambas as partes de uma figura alterada, onde realmente nenhuma artéria de sua essência originária parece mais pulsar.

//917/ Isto se confirma, primeiramente, no fato de que o juro não se apresenta como divisão indiferente à produção, que se dá apenas "ocasionalmente", quando o industrial trabalha com capital alheio. Também quando trabalha com capital próprio, seu lucro se cinde em *juro* e *lucro industrial,* em vista do que a divisão simplesmente quantitativa [se fixa] como *qualitativa,* em consideração da circunstância eventual de o industrial ser ou não proprietário de seu capital, independentemente da fixação da divisão qualitativa resultante da natureza do capital e da própria produção capitalista. Não constituem tão-somente duas cotas do lucro, distribuídas a duas pessoas diferentes, mas duas *categorias* particulares dele, que se relacionam diferentemente com o capital, em conseqüência, com diferentes determinações do capital. Esta autonomização, sem levar em conta as razões desenvolvidas anteriormente, firma-se tanto mais facilmente, quando o *capital a juros,* como forma histórica, aparece antes do capital industrial e continua a existir a seu lado em sua forma antiga. É só no decorrer de seu desenvolvimento que vem a ser subsumido por ele, como uma forma particular da produção capitalista.

A partir da divisão meramente quantitativa se forma, pois, uma cisão qualitativa. Cinde-se o próprio capital. Na medida em que constitui uma *pressuposição* da produção capitalista, na medida pois em que exprime a *forma alienada das condições de trabalho,* uma *relação especificamente social,* realiza-se no *juro.* Realiza seu caráter como capital no juro. De outro lado, na medida em que funciona no processo, este aparece separado de seu caráter especificamente capitalista, de sua determinação especificamente social — como mero processo de trabalho em geral. Na medida, portanto, em que o capitalista intervém nele, não o faz como capitalista, pois este seu caráter é descontado no juro, mas como funcionário do processo de trabalho em geral, como *trabalhador,* apresentando-se seu salário no *lucro industrial.* É um modo especial de trabalho — trabalho de direção —, já que os modos de trabalho sempre diferem uns dos outros.

Nestas duas formas da mais-valia, a natureza desta, a essência do capital e o caráter da produção capitalista, além de se apagarem por completo, viram-se em seu contrário. No entanto, na medida em que o caráter e a figura do capital se completam, não tem sentido apresentar e exprimir sem qualquer mediação, como a subjetivação das coisas, a objetivação do sujeito, a inversão da causa e do efeito, o *quidproquo* religioso, a forma pura do capital D - D'. Do mesmo modo, a ossificação das relações, sua apresentação como relação dos homens com coisas de determinado caráter social, salientada de maneira por completo diferente do que na mistificação simples da mercadoria e da [mistificação] já mais complexa do dinheiro. Completou-se a transubstanciação, o fetichismo.

O *juro* em si exprime justamente o modo de existência das condições de trabalho enquanto *capital,* em sua oposição social e sua metamorfose em poderes pessoais frente ao trabalho e sobre ele. Resume o caráter *alienado* das condições de trabalho em relação da atividade do sujeito. Apresenta a propriedade pertencente ao capital ou a simples propriedade de capital como meio de apropriar os produtos do trabalho alheio, como domínio sobre o trabalho alheio. Mas apre-

senta esse caráter de capital na qualidade de algo que lhe cabe fora do próprio processo de produção e que de nenhum modo resulta da determinação específica deste próprio processo de produção. Mas, em vez de apresentá-lo em oposição ao trabalho, o faz sem qualquer relação com ele, mero vínculo de um capitalista a outro. Portanto com uma determinação indiferente e extrínseca à relação do capital com o próprio trabalho. A distribuição do lucro entre os capitalistas é indiferente ao trabalhador como tal. No *juro,* portanto, naquela figura do lucro em que o *caráter opositivo* do capital assume uma expressão particular, assume uma expressão onde esta oposição é completamente apagada e explicitamente abstraída. Na medida em que [o capital], além da capacidade do dinheito, da mercadoria, etc., de valorizar o próprio valor, apresenta em geral a mais-valia como se brotasse dele, seu fruto natural, constituindo pois mera expressão da mistificação do capital em sua forma mais extrema: na medida em que em geral apresenta uma relação social enquanto tal — exprime //918/ apenas uma relação entre capitalistas, nunca entre capital e trabalho.

De outro lado, esta forma do *juro* dá à outra parte do lucro a *forma qualitativa* de *lucro industrial,* de salário para o trabalho do capitalista industrial, não enquanto capitalista, mas enquanto *trabalhador* [industrial]. As funções particulares que o capitalista como tal deve desempenhar no processo de trabalho, e que lhe cabem justamente porque se diferencia do trabalhador, são apresentadas como meras funções do trabalho. Não cria mais-valia porque trabalha como *capitalista,* mas porque ele, o capitalista, também *trabalha.* Precisamente como se um rei, que nesta qualidade comanda nominalmente o exército, fosse posto a comandá-lo, não porque *comanda* como titular da dignidade real, representa o papel de um comandante em chefe, mas é rei porque *comanda,* desempenha a função de um comandante em chefe. Se na forma do juro, uma parte da mais-valia assim se separa totalmente do processo de exploração, a outra parte se apresenta — no lucro industrial — como o seu contrário direto, ao invés de apropriação do trabalho alheio, criação do valor pelo próprio trabalho. Esta parte da mais-valia, portanto, deixa de ser de fato mais-valia para se converter no seu contrário, o equivalente do trabalho realizado. Subsistindo o *caráter alienado* do capital, sua oposição ao trabalho, além do processo de exploração, da *ação efetiva dessa alienação,* todo caráter opositivo é afastado deste próprio processo. Portanto, a exploração *efetiva,* aquilo em que o caráter opositivo se efetiva e só se manifesta realmente, aparece precisamente como o seu contrário, como um modo materialmente particular de trabalho, pertencendo porém a mesma determinação social do trabalho ao trabalho assalariado. A mesma *categoria* trabalho. O trabalho de exploração se identifica aqui com o trabalho explorado.

Essa transformação de uma parte do lucro em *lucro industrial* resulta, como vemos, da transformação da outra parte em *juro.* Sobre uma recai a forma social do capital [o fato de] ser proprietário; sobre a outra, a função econômica do capital, sua função no processo de trabalho, porém liberada, abstraída da forma social, da forma opositiva em que exerce essa função. Como isso ulteriormente se justifica com sábios argumentos, se vê mais pormenorizadamente quando o lucro

se apresenta como trabalho de superintendência *(labour of superintendence).* O capitalista se identifica aqui com seu *gerente,* como já observou Smith.[8]

No entanto, entra com efeito uma fração do salário [quando o gerente não recebe esse salário]. O capital aparece no processo de produção como um diretor do trabalho, seu comandante [capitão de indústria], desempenhando assim um papel ativo no próprio processo de trabalho. Mas essas funções resultam da forma específica da própria produção capitalista, em conseqüência, do domínio do capital sobre o trabalho, como *seu* trabalho, e, portanto, sobre os trabalhadores como seus instrumentos; [resultam] da natureza do capital, que aparece como a *unidade social,* sujeito da forma social do trabalho que nele se personifica como poder sobre o trabalho — é nesta medida que este trabalho, vinculado à exploração [o qual pode ser delegado a um gerente] entra de fato no valor do produto do mesmo modo que o trabalho assalariado. Assim, no *trabalho escravo* devem ser remunerados tanto o trabalho do *capataz do escravo* quanto o do trabalhador. Se o homem deu autonomia à sua relação com sua própria natureza exterior e com os outros homens, sob uma *forma religiosa,* de sorte que passa a ser dominado por tais representações, então necessita do *sacerdote* e de *seu* trabalho. Com o desaparecimento da forma religiosa de consciência e de suas relações, deixa também este trabalho do sacerdote de entrar no processo social de produção. Junto do *sacerdote* termina o trabalho do sacerdote, junto do capitalista o trabalho que executa *qua* capitalista ou encarrega outro de o executar. (Explicitar o exemplo da escravidão com citações.)[9]

Ademais, esta apologia de reduzir lucro a salário, enquanto salário pelo trabalho de superintendência, se volta até mesmo contra os próprios apologistas. Os socialistas ingleses dão-lhe com razão a seguinte resposta: Bem, futuramente vocês receberão só os salários de um gerente comum. Seu lucro industrial não será reduzido nominalmente mas objetivamente aos salários de superintendência ou direção do trabalho.

//919/ < Por certo é impossível entrar nessas bobagens e platitudes em todas as suas contradições. O lucro industrial, por exemplo, aumenta ou abaixa [na] proporção inversa quer do juro, quer da renda fundiária. A superintendência do trabalho, o *quantum* determinado de trabalho realmente executado pelo capitalista, nada tem a ver com isso; tampouco com a *baixa de salário.* Pois é propriedade dessa espécie de salário subir ou abaixar na proporção inversa ao salário efetivo (na medida em que a taxa de lucro é condicionada pela taxa de mais-valia e, permanecendo inalteradas todas as *condições de produção,* é *exclusivamente* condicionada por ela). Mas "pequeninas oposições" não desfazem o que é o mesmo na cabeça dos apologetas vulgares. O trabalho executado pelo capitalista permanece absolutamente o mesmo, se pagar pouco ou muito salário, se os trabalhadores forem mais ou menos pagos. Exatamente como o salário pago por um dia de trabalho não altera [em nada] o *quantum* do próprio trabalho. E mais. O

[8] A respeito desse problema, cf. Adam Smith, cap. 6 do I livro de sua obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.*

[9] Marx cita o capataz de escravos no cap. 23 do III vol. de *O Capital,* escrito dois a três anos depois.

trabalhador, com salário maior, trabalha mais intensamente. O trabalho do capitalista, ao contrário, é matéria determinada quantitativa e qualitativamente pelo *quantum* de trabalho que [tem] que dirigir, não pelo salário desse *quantum*. Tampouco pode intensificar seu trabalho, assim como o trabalhador não pode trabalhar mais algodão do que encontra disponível na fábrica.>

E dizem mais: A função de direção, o trabalho de superintendência, pode agora ser comprada no mercado, sendo relativamente tão cômoda de produzir e, por conseguinte, de comprar quanto qualquer outra capacidade de trabalho. A própria produção capitalista conseguiu que o trabalho de direção, totalmente separado da propriedade capital, do próprio ou alheio, vagabundeie pelas ruas. Tornou-se completamente inútil esse trabalho de direção exercido pelos *capitalistas*. Está realmente disponível, separado do capital e não na pretensa separação entre capitalista industrial e capitalista financeiro, mas na [separação] dos gerentes industriais, etc., de toda sorte de capitalistas. Melhor prova: as fábricas cooperativas fundadas pelos próprios trabalhadores. Fornecem a prova de que o capitalista, como funcionário da produção, tornou-se tão supérfluo para o trabalhador quanto a ele próprio aparece supérflua a função de dono da terra, no que respeita à produção burguesa. *Em segundo lugar:* Na medida em que o trabalho do capitalista não advém como [trabalho] capitalista, acabando portanto automaticamente com o capital; na medida em que não é um nome para a função de explicar trabalho alheio; na medida em que resulta da forma social do trabalho, da cooperação, da divisão do trabalho, etc. —, é tão independente do capital como esta própria forma, quando se livra do invólucro capitalista. Dizer que esse trabalho seja necessário como *trabalho capitalista,* função do capitalista, significa apenas que o economista vulgar não pode *representar-se* a força produtiva social e o caráter social do trabalho, desenvolvidos no seio do capital, separados dessa forma capitalista, da forma da alienação, do contraste e da contradição de seus momentos, isolados de sua perversão e *quidproquo*. É precisamente o que afirmamos.

<//XVIII.1142/ O lucro efetivo do capitalista, em grande parte lucro sobre expropriação *(profit upon expropriation)* e seu "trabalho individual" encontram campo de ação particularmente amplo neste terreno onde não se trata da criação de valor excedente, mas da distribuição de um lucro agregado de toda a classe de capitalistas entre seus membros individuais, no campo mercantil. Nada disso nos diz aqui respeito. Certos tipos de lucro, por exemplo, os baseados na especulação, movem-se exclusivamente neste terreno. Aqui sua consideração está pois inteiramente excluída. Mostra a estupidez animalesca da economia vulgar que — particularmente para apresentar o lucro como "salário" — o faz coincidir com o lucro tão logo provenha da criação de valor excedente. Veja-se, por exemplo o digno *Roscher*. É totalmente natural que burros como estes confundam, nas diversas esferas da produção, os itens do cálculo e os fundamentos de compensação dos capitalistas — na distribuição do lucro agregado entre toda a classe de capitalistas — com os fundamentos da exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, com os fundamentos do nascimento, por assim dizer, do lucro como tal.>/XIX.1142//

[5. Diferença essencial entre a economia clássica e a economia vulgar. Juro e renda como elementos constitutivos do preço de mercado da mercadoria. Tentativa dos economistas vulgares de atribuir uma aparência racional às formas irracionais do juro e da renda.]

//XV.919/ No *capital a juros* — na cisão do lucro em juro e lucro [industrial] — o capital adquiriu sua forma mais coisificada, pura forma de fetiche, a natureza da mais-valia apresenta como inteiramente perdida. O capital — como coisa — surge aqui como a fonte autônoma do valor, criador de valor, como a terra [cria valor] na renda e o trabalho, no salário [parte no salário propriamente dito, parte no lucro industrial]. No entanto, ainda é o preço da mercadoria que há de pagar salário, juros e renda, mas os paga porque a terra cria a renda, o capital, os juros, e o trabalho, salário, todos estes integrando-se no preço: [porquanto] criam essas partes de valor que afluem a seus respectivos proprietários ou representantes, //920/ ao proprietário fundiário, ao capitalista, e ao trabalhador (trabalhador assalariado e industrial). Deste ponto de vista, não constitui uma contradição para a teoria; ou se a constitui é porque consiste igualmente numa contradição, um círculo vicioso, do movimento efetivo, o fato que, de um lado, o preço das mercadorias determina o salário, a renda e os juros, de outro, o preço do juro, da renda e do salário determinam o preço das mercadorias.

A razão de juros oscila, mas apenas como o preço de mercado de qualquer outra mercadoria, conforme a relação da oferta e da procura. Isto tampouco suprime o juro como imanente ao capital, quanto as variações dos preços das mercadorias suprimem os preços enquanto determinações que lhe cabem.

Assim sendo, a terra, o capital e o salário, enquanto fontes de renda, juro e salário, e estes enquanto elementos constitutivos dos preços da mercadoria, de um lado aparecem como elementos criadores de valor, de outro, na medida em que trazem ao possuidor de cada um desses instrumentos de produção de valor a parte do valor do produto criada por eles [surgem] como fontes de rendimento e as formas de renda, juro e salário, como formas de *distribuição*. (Nisto reside, como veremos mais tarde, em contraste com a economia crítica, a conseqüência da estupidez dos economistas vulgares em conceber as formas de distribuição apenas como formas de produção *sub alia specie (sob outra forma)*, enquanto os economistas críticos separam e desconhecem essa identidade).

No capital a juros, o capital aparece como *fonte* autônoma de valor ou de mais-valia que possui como dinheiro ou mercadoria. E essa fonte para si justamente tem sua figura como coisa. Se contudo deve entrar no processo de produção para realizar essa propriedade, assim o devem igualmente a terra e o trabalho.

Entende-se por isso por que a economia vulgar privilegia a forma terra-renda, capital-juro, trabalho-salário, ao invés de privilegiar aquela que se encontra em Smith, etc., no que respeita aos elementos do preço; forma onde figura [em vez da sua *decomposita*] a [relação] *capital-lucro;* do mesmo modo que a

relação-capital como tal encontra essa expressão em todos os clássicos da economia. No lucro ainda está contida a referência desconcertante ao processo; a verdadeira natureza da mais-valia e da produção capitalista, diferente de sua *aparência,* ainda é mais ou menos reconhecível. Isto termina quando o juro se apresenta como o produto próprio do capital: desaparece totalmente a outra parte da mais-valia e o lucro industrial cai sob a categoria de salário.

A economia clássica procura, por meio de análise, reportar as diferentes formas de riqueza, fixas e alheias entre si, à sua unidade intrínseca, despindo-as da figura em que permanecem indiferentes, uma ao lado da outra. Pretende compreender a conexão interna, na sua diferença, da multiplicidade das formas em que aparecem. Reduz pois a renda a um lucro excedente *(surplus profit);* com isso deixa de possuir uma forma particular, autônoma, separando-se de sua fonte aparente, a terra. Retira igualmente do juro sua forma autônoma e o mostra como parte do lucro. Reduz assim todas as formas de rendimento e todas as figuras autônomas, os títulos, pelos quais o não-trabalhador participa no valor da mercadoria, à única forma de lucro. Este porém se resolve em mais-valia, pois o valor de toda mercadoria se resolve em trabalho; o *quantum* pago de trabalho nele contido, em salário; em conseqüência, o excedente sobre o salário, em trabalho não-pago, acréscimo gratuitamente apropriado, sob títulos diferentes mas provocado pelo capital. Nesta análise, a economia clássica ocasionalmente incorre em contradições, muitas vezes tenta fazer a redução de imediato, sem os elos intermediários, e provar a identidade da fonte das diferentes formas. Mas isto resulta necessariamente de seu método analítico //921/, com o qual há de começar a crítica e a compreensão. Não está interessada em desenvolver as diferentes formas de um ponto de vista genético, mas em reduzi-las pela análise à sua unidade, pois parte delas enquanto pressupostos dados. A análise, porém, é a pressuposição necessária da apresentação genética, da compreensão do processo efetivo de figuração em suas diferentes fases. A economia clássica falha, por fim, é deficiente, ao conceber a *forma fundamental do capital,* a produção orientada para a apropriação de trabalho alheio, não como forma *histórica,* mas *forma natural* da produção social, uma concepção que a própria análise abre o caminho para a sua marginalização.

Muito diferente é o caso da *economia vulgar,* expandindo-se só depois que a economia, por suas análises, dissolveu suas próprias pressuposições, tornando-as vacilantes. [Desenvolve-se] depois que já existe também uma oposição contra a economia sob uma forma mais ou menos econômica, utópica, crítica e revolucionária. Porquanto o desenvolvimento da economia política e da oposição criada por ela acompanham passo a passo o desenvolvimento *real* das oposições sociais e lutas de classe contidas na produção capitalista, só quando a economia política atinge uma certa amplitude de desenvolvimento — portanto depois de Adam Smith — ao se dar formas fixas, é que dela se separa, como sua representação, o elemento existente nela que é simples reprodução da aparência, elemento vulgar como apresentação particular da economia. Assim como Say se fixa a separação das representações vulgares numa cristalização própria, à margem, enquanto em

Adam Smith corriam paralelas. Em Ricardo, e na ulterior expansão que ele provoca, também o economista vulgar obtém novo alimento (pois este não produz por si mesmo nada de novo); quanto mais a economia se completa e se aprofunda como um sistema de oposição, tanto mais o próprio elemento vulgar a enfrenta de modo independente, enriquecendo-se com matéria que prepara a seu modo até finalmente encontrar sua melhor expressão na compilação sem caráter, doutamente sincretista e eclética.

Na medida em que a economia se aprofunda, não só apresenta oposições próprias, mas é confrontada por oposição como tal, ao mesmo tempo que se desenvolvem as oposições reais da vida econômica da sociedade. Na mesma medida, a economia vulgar se torna mais *apologética,* procurando, de um modo forçado, afastar, com sua tagarelice, os pensamentos opositivos. Say ainda aparece pois como crítico e imparcial — já que encontra as oposições ainda relativamente pouco desenvolvidas em Smith — em comparação com Bastiat, por exemplo, o harmonizador e apologista de profissão, que contudo encontrou a oposição elaborada na economia de Ricardo e elaborando-se no socialismo e nas lutas da época. Acresce que a economia vulgar, em suas primeiras fases, não encontra ainda sua matéria perfeitamente elaborada, colaborando portanto, de um ou outro modo, na solução dos problemas econômicos do ponto de vista da economia, como Say, por exemplo, enquanto um Bastiat só sabe plagiar e desfazer com sutilezas o lado *desagradável* da economia clássica.

No entanto, Bastiat não representa a última fase. Ainda se distingue por uma falta de erudição e por um conhecimento totalmente superficial da ciência que embeleza, no interesse da classe dominante. Nele a apologia ainda é apaixonada e constitui seu trabalho propriamente dito, já que toma nos outros o conteúdo da economia, como lhe convém em cada caso. A última fase é a *forma professoral,* que procede "historicamente" e, com sábia moderação, recolhe por toda parte "o melhor", não importando as contradições mas a completude. É a desespiritualização //922/ de todos os sistemas, cuja graça se destrói por toda parte para que coexistam em plena paz no caderno do colecionador. O calor da apologia se modera pela erudição que benevolentemente olha com desprezo os exageros dos pensadores econômicos e os deixa flutuar no seu mingau medíocre apenas como curiosidades. Posto que trabalhos desse tipo só aparecem quando o círculo da economia política, como ciência, tiver chegado a seu fim, vêm a ser ao mesmo tempo o *túmulo* dessa ciência. Dispensa observar que se colocam, com a mesma superioridade, acima das fantasias dos socialistas. Mesmo o pensamento efetivo de um Smith, de um Ricardo, etc. — e não apenas seu próprio elemento vulgar —, aparece como impensado e se transforma em vulgaridades. Um mestre desse gênero é o Sr. Prof. *Roscher* que modestamente se proclama como o Tucídides da economia política. Sua identidade com Tucídides possivelmente se baseia na representação que nutre desse autor, como se este constantemente confundisse causa e efeito.[10]

[10] A referência imodesta de Roscher a Tucídides se encontra no prefácio de seu livro *Os Fundamentos da Economia Política (Die Grundlagen der Nationalökomie).*

Na forma do *capital a juros* parece, entretanto, de maneira evidente, que o capital sem trabalho se apropria dos frutos do trabalho alheio. Pois aparece aqui sob uma forma em que se separa do processo de produção como processo. Nesta forma, porém, o consegue somente *sem* trabalho, porque de fato entra no processo de trabalho por si só, sem trabalho, como um elemento que por si cria *valor,* sendo fonte de valor. Se em trabalho se apropria de parte do valor do produto, é porque o criou como tal sem trabalho, *ex proprio sinu* (de seu próprio seio).

Enquanto para os economistas clássicos e, por conseguinte, críticos, a forma de alienação dá trabalho, [alienação] que tentam eliminar pela análise; a economia vulgar, ao contrário, só se sente por completo em casa precisamente no *modo alheio* em que as diversas participações no valor se defrontam. Exatamente como um escolástico [só se sente em casa] com Deus-Pai, Deus-Filho e Deus-Espírito Santo, também o economista vulgar, com terra-renda, capital-juros, trabalho-salário. Pois esta é a forma em que as coisas parecem relacionar-se de imediato na própria aparência, assim vivendo, pois, também nas representações e na consciência dos agentes da produção capitalista nela envolvidos. A economia vulgar julga-se tanto mais simples, *conforme à natureza,* e de utilidade pública, tanto mais distante de toda sutileza teórica, quanto não faz mais do que traduzir as representações comuns numa linguagem doutrinária. De modo mais alienado, pois, concebe as formações da produção capitalista; quanto mais próxima permanece do elemento da representação comum, mais flutua no seu elemento natural.

Ademais, isto presta muitos bons serviços à apologética. Por exemplo, [em] terra-renda, capital-juros, trabalho-salário, enfrentam-se diversas formas de mais-valia e figuras da produção capitalista, não como alienadas, mas como estranhas e indiferentes, apenas diferentes *sem oposição.* Os diversos rendimentos fluem de fontes totalmente diferentes, um da terra, outro do capital, o outro ainda do trabalho. Não se encontram pois numa conexão hostil, já que não mantêm qualquer conexão interna. Se, todavia, cooperam na produção, é por causa de uma ação harmônica; a mesma harmonia, por exemplo, com que, na agricultura, o lavrador, o boi, o arado e a terra colaboram *harmonicamente,* a despeito de suas diferenças, no processo efetivo de trabalho. Se houver uma oposição entre eles, esta decorre apenas da competição dos agentes para se apropriarem de uma parte maior do produto, do valor que criaram em conjunto. Se ocasionalmente resulta em pancadaria, mostra-se mesmo assim como resultado final dessa competição entre terra, capital e trabalho, os quais, ao disputarem entre si //923/ a repartição, aumentaram, por seu zelo, de tal forma o valor do produto que cada um recebe um farrapo maior; sua própria concorrência parecendo pois apenas a expressão incitante da própria harmonia.

O Sr. Arnd, por exemplo, diz como crítico da Rau:

> "Da mesma forma o autor se deixa seduzir por alguns de seus predecessores, agregando aos três elementos da riqueza nacional [ao salário, à renda do capital e à renda da terra] um quarto elemento, o lucro do empresário.

> Com isso fica destruída toda a base, formada com tanta circunspecção por A[dam] Smith, de qualquer desenvolvimento posterior de *nossa ciência* (!), razão pela qual também não se pode cogitar, na presente obra, de tal desenvolvimento". (Karl Arnd, *Die Naturgemässe Volkswirthschaft, gegenüber dem Monopoliengeiste und dem Communismus, mit einem Rückblicke auf die einschlagende Literatur (Economia política natural* diante do *Espírito de monopólio* e do *Comunismo,* com um olhar retrospectivo sobre a literatura relevante), Hanau, 1845, p. 477.)

Por "renda de capital" o Sr. Arnd entende o *juro (op. cit.,* p. 123). Deveríamos portanto acreditar que A(dam) Smith dissolve a riqueza nacional em *juros de capital,* renda da terra e salário enquanto, muito ao contrário, caracteriza o lucro expressamente como valorização do capital, observando de modo expresso várias vezes que o *juro* sempre representa apenas uma forma *derivada* do lucro, na medida em que em geral é mais-valia. Assim a leitura economista vulgar introduz em suas formas exatamente o seu contrário. Onde Smith escreve "lucro", Arnd lê "juro" *(interest).* O que imaginaria ser *interest* em Adam Smith?

O mesmo "desenvolvedor circunspecto" de *nossa ciência* faz a seguinte descoberta interessante:

> "No prosseguimento natural da criação de bens há somente *um* fenômeno que — em países totalmente cultivados — parece destinado a regular, em termos, a razão de juros; é a proporção em que os acervos de madeira das florestas européias aumentam graças à sua reprodução anual. Essa reprodução se dá com total *independência de seu valor de troca"* (não deixa de ser cômico as árvores disporem de sua reprodução "independentemente de seu valor de troca"!) "na proporção de 3 a 4 por 100. Portanto, < já que a reprodução das árvores é independente de valor de troca", quanto seu valor de troca possa depender dessa reprodução > "não é de se esperar uma queda abaixo do que ela" (a razão de juros) "ocupa atualmente nos países mais ricos em dinheiro" *(op. cit.,* pp. 124/125).

Isto mereceria ser chamado de "razão silva-originária do juro". Seu descobridor notabilizou-se em "nossa ciência", na obra citada, também como filósofo do "imposto sobre os cachorros".[11]

{O lucro [também o lucro industrial] se relaciona com a grandeza do capital adiantado; ao contrário, os salários percebidos pelo capitalista industrial [estão] na proporção inversa da grandeza do capital. [São] significativos em relação a um pequeno capital [porquanto aqui o capitalista é meio-termo entre o explorador do trabalho alheio e aquele que vive do próprio trabalho], mas extremamente pequeno em relação a um capital grande ou totalmente separado dele, como nos casos de [contratação de] um gerente. Uma parte do trabalho de dire-

[11] A respeito da fundamentação da legitimidade e finalidade do imposto sobre cachorros, Arnd dedicou um parágrafo especial de seu livro *A Economia Natural (Die naturgemässe Volkswirtschaft,* § 88, pp. 420-421).

ção apenas provém da oposição hostil entre capital e trabalho, do caráter antagônico da produção capitalista, pertencente aos custos adicionais *(faux frais)* da produção, exatamente como nove décimos do "trabalho" causado pelo processo de circulação. Um maestro não precisa de modo nenhum ser proprietário dos instrumentos da orquestra. Nem faz parte de suas funções, como maestro, especular com os custos de subsistência dos membros da orquestra, ou qualquer coisa que venha a ter com seu "salário". É bastante estranho que economistas como John Stuart Mill, que conservam a forma "juro" *(interest)*, "lucro industrial" *(industrial profit)*, a fim de transformar o "lucro industrial" em salários para a superintendência do trabalho, aceitem, juntamente com Smith, Ricardo e todos os economistas dignos de menção, que a razão média de juros *(average rate of interest)* seja determinada pela taxa média de lucros *(average rate of profit)*, a qual, segundo Mill, está na proporção inversa da taxa de salários *(rate of wages)*, pois nada mais é do que trabalho não pago, trabalho excedente *(surplus)*.

Que os salários de superintendência não entram de maneira nenhuma na taxa média de lucro *(average rate of profit)* se prova, da melhor forma, com dois fatos:

//924/ 1) Nas fábricas cooperativas, onde o gerente geral *(general manager)* é pago como em qualquer outra fábrica e provê todo o trabalho de direção *(labour of direction)* — sendo os próprios supervisores *(overlookers)* simples trabalhadores — a taxa de lucro não está abaixo mas acima da taxa média de lucro.

2) Quando, em ramos de negócios especiais, não monopolizados, como pequenos lojistas *(shopkeepers)*, lavradores, etc., os lucros estão permanentemente muito acima da taxa média de lucro, e os economistas explicam com acerto que esse homem se paga os próprios sálarios. Trabalhando sozinho, seu lucro consiste 1) dos juros de seu pequeno capital; 2) de seus salários; 3) da parte do tempo adicional que seu capital lhe propicia para trabalhar para si mesmo em lugar de trabalhar para os outros, a parte que ainda não está contida nos juros. Se, no entanto, mantiver operários, entra o trabalho excedente desses.

O digno *Senior* (Nassau) também transforma, de modo mais natural, o lucro industrial em salários de superintendência. Mas se esquece dessas quimeras quando trata, não de frases doutrinárias, mas das lutas concretas entre trabalhadores e fabricantes. Opõe-se, por exemplo, à *limitação do tempo de trabalho*, pois em 11 e 1/2 horas, suponhamos, os operários trabalham apenas uma hora para o capitalista, o produto dessa hora formando o seu lucro (fora os juros para os quais também trabalham outra hora, segundo o cálculo dele). De repente, o lucro industrial não equivale pois ao valor acrescentado à mercadoria pelo trabalho do capitalista no processo de produção, mas ao valor acrescentado pelo tempo de trabalho não pago dos operários. Se o lucro industrial fosse o produto do próprio trabalho do capitalista, Senior não teria de reclamar que os operários trabalham gratuitamente apenas uma hora, em vez de duas, menos ainda deveria dizer que, se trabalharem ao invés de 11 e 1/2 horas apenas 10 e 1/2, não haveria *lucro algum*. Haveria de dizer que, se trabalharem apenas 10 e 1/2 horas em lugar de 11 e 1/2, o capitalista receberia o salário de superintendência equivalente a 10 e

1/2 horas, em lugar de 11 e 1/2, perdendo, portanto, o salário de superintendência de uma hora. A que os trabalhadores teriam respondido que se eles estão satisfeitos com os salários comuns *(common wages)* equivalentes a 10 e 1/2 horas, o capitalista deveria estar satisfeito com os salários superiores *(higher wages)* equivalentes a 10 e 1/2 horas.

É incompreensível que economistas como J[ohn] St[uart] Mill — ricardianos e que assumem a asserção que o lucro é exclusivamente igual ao valor excedente, ao trabalho excedente, chegando a exprimi-la sob a forma de que a taxa de lucro e o salário estejam em proporção inversa, a taxa de salário determinando a taxa de lucro [o que nesta forma está errado] — de repente transformam o lucro industrial no próprio trabalho do capitalista, em vez de [transformá-lo] no trabalho acrescido do trabalhador, a não ser que chamem de trabalho *(labour)* a função de explorar trabalho alheio *(exploitation of foreign labour)*, pois, de fato, os salários desse trabalho, quer se igualem exatamente ao *quantum* de trabalho alheio expropriado, quer dependam diretamente do grau de exploração e não do grau do esforço que essa exploração custa ao capitalista. (Na medida em que essa função de explorar o trabalho requer, realmente, trabalho, na produção capitalista, isto se expressa nos salários dos gerentes gerais.) Digo que é incompreensível que, tendo dissolvido o lucro em seu verdadeiro elemento [como ricardianos que são], se deixem confundir pela oposição juros *(interest)* e lucro industrial *(industrial profit)*, apenas a *forma velada* do lucro e, que sendo concebida nessa independência funda-se no desconhecimento da essência do lucro. Uma das partes do lucro se apresenta como lucro *industrial* só porque nasce da ação no processo (propriamente no processo ativo, o que abrange ao mesmo tempo a ação do capitalista em funcionamento) e, *portanto*, sendo devida ao trabalho do capitalista, já que a outra parte, *o juro*, aparece [devida] ao capital, independentemente do processo, como coisa, coisa autodiligente e autocriadora. Porquanto, o capital e a mais-valia, que dele resulta, surgem como um *mistério*. Esta concepção, mera decorrência das representações que a mais exterior das figuras do capital aparenta na superfície, é o contrário exato da concepção de Ricardo e contradiz, em toda parte, sua concepção de valor. Na medida em que o capital é valor, seu valor é determinado pelo trabalho nele contido antes de entrar no processo. Na medida em que entra nesse processo como coisa, o faz como valor de uso e como tal, seja qual for esse seu uso, nunca pode criar valor de troca. Vê-se quão bem os ricardianos entendem o próprio mestre. Diante do capitalista de dinheiro, o capitalista industrial tem toda razão, pois naturalmente ele é o capital em funcionamento, extorquindo de modo real o trabalho excedente e metendo no seu bolso uma parte dele. Diante do capitalista de dinheiro é trabalhador, embora, *trabalhador como capitalista, isto é, explorador de trabalho alheio.* //925/ Diante do trabalhador, ao contrário, [desenvolve] o *cômico* argumento de que a exploração de seu trabalho custa trabalho ao capitalista, aquele ainda sendo obrigado a pagar-lhe por essa exploração. É o argumento escravista *(slave-driver)* diante do escravo *(slave).*}

Toda pressuposição do processo social de produção é simultaneamente seu

resultado e cada um de seus resultados aparece simultaneamente como sua pressuposição. Todas essas *condições da produção,* em que o processo se move, são pois tanto seus produtos quanto suas condições. Nesta última forma — quanto mais observamos sua figura em sua aparência efetiva [o processo] se consolida progressivamente, de modo que tais condições aparecem independentes dele como se o determinassem. As próprias relações das [condições] que concorrem nesse processo aparecem para si como condições e poderes objetivos, determinações de coisas, tanto mais quanto no processo capitalista cada elemento, até mesmo o mais simples, a mercadoria, por exemplo, já consiste numa inversão, fazendo com que relações entre pessoas apareçam na qualidade de coisas e as relações dessas pessoas como qualidades sociais dessas coisas.

< *Juro — "Remuneração para a aplicação produtiva de economias; o lucro no sentido próprio da palavra é a remuneração pela* **atividade, pela superintendência durante a aplicação produtiva".** (Westminster Review.[12] janeiro de 1826, pp. 107 e seg.)

Aqui, por conseguinte, o juro, a remuneração em virtude de o dinheiro, etc., ser aplicado como capital, nasce pois do capital, que é remunerado por sua qualidade *qua* capital. Contrariamente, o lucro industrial, pela função do capital ou do capitalista "durante esta aplicação produtiva", isto é, no próprio processo de produção.>

O juro é apenas uma parte do lucro pago ao proprietário do capital pelo capitalista industrial em funcionamento. Já que só pode apropriar-se do trabalho excedente por meio do capital [dinheiro, mercadoria], etc., desembolsa uma parte para quem lhe propicia esse meio. Esse último, que pretende gozar do dinheiro sem fazer com que funcione como capital, só o consegue quando se satisfaz com uma parte do lucro. De fato, são sócios: um é o proprietário jurídico do capital, o outro outro, o proprietário econômico durante o tempo em que o aplica. Mas, como o lucro somente nasce do processo de produção, é seu resultado e tem de ser produzido, é o *juro* apenas um direito a uma parte de um trabalho excedente que ainda deve ser prestado, título a trabalho futuro, pretensão a uma *parte do valor* de mercadorias ainda não existentes. É portanto somente o resultado de um processo de produção em curso, durante um certo tempo, no término do qual expiará.

//926/ O capital é comprado [isto é, tomado emprestado a juros] antes de ser pago. Aqui o dinheiro funciona como meio de pagamento, como no caso da capacidade de trabalho, etc. O preço do capital — o juro — entra pois no adiantamento feito pelo industrial [e no adiantamento feito a si próprio, quando trabalha com capital próprio], da mesma forma que o preço do algodão, que, por exemplo, também hoje é comprado para ser pago depois de aproximadamente seis semanas. As oscilações da razão de juros — o preço de mercado do dinheiro

[12] *The Westminster Review* — revista burguesa, de orientação liberal, que foi publicada muitas vezes, de 1824 a 1914, em Londres.

— mudam tão pouco quanto as oscilações nos preços de mercado de outras mercadorias. Ao contrário. O preço de mercado do dinheiro — este é o nome do capital a juros como capital de dinheiro — se determina no mercado de dinheiro como qualquer outra mercadoria, em virtude da concorrência entre compradores e vendedores, da procura e da oferta. Essa luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial é apenas uma luta pela distribuição do lucro, pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções. A própria relação [a oferta e a procura], assim como seus dois extremos, é propriamente um resultado do processo de produção, ou, para nos exprimir de um modo trivial, [determina-se] pela respectiva posição dos negócios em cada momento — pela situação em que de cada vez se encontram o processo de reprodução e seus elementos. Mas, segundo a forma e a aparência, essa luta determina o *preço* do capital [do juro] antes de entrar na reprodução. Essa determinação ocorre ademais fora do processo de produção propriamente dito, determinada por circunstâncias independentes dele, determinação que aparece antes como uma de suas condições em que há de produzir-se. A luta, por conseguinte, não apenas parece fixar o título de propriedade de determinada parte do lucro futuro, mas [forçar] essa própria parte a não[provir] do processo de produção como seu resultado, ao contrário, [ficar] como sua pressuposição, fazer que entre nele como preço do capital, precisamente como entram nele, enquanto pressuposições, o preço da mercadoria ou o salário, embora de fato — no processo de reprodução — constitua de modo constante o seu resultado. Cada elemento do preço da mercadoria, na medida em que aparece como adiantamento — entrando no preço de produção como preço já existente da mercadoria —, cessa de se apresentar como mais-valia, valor excedente, diante do capitalista industrial. A parte do lucro que entra pois no processo como preço do capital é computada entre as despesas de adiantamento e, dessa forma, não mais aparece como excedente — de *produto* do processo transforma-se em uma de suas pressuposições dadas, *condição da produção* que, como tal, entra de forma independente no processo e determina seu resultado. (Se, por exemplo, cair a razão de juros e se as relações de mercado exigirem uma redução das mercadorias abaixo de seus preços de custo, então o industrial pode abaixar o preço da mercadoria sem abaixar a taxa do lucro industrial, pois, sim, pode abaixar esse preço e obter um lucro industrial mais alto. Isto, no entanto, se apresentaria, para quem trabalha exclusivamente com capital próprio, como uma queda da taxa de lucro, do lucro bruto *(gross profit)*. Tudo quanto se apresenta como uma *dada condição de trabalho,* como o preço das mercadorias, do salário, do capital — os preços de mercado desses elementos — retroage de modo determinante sobre o respectivo *preço de mercado* da mercadoria, e o *preço de custo efetivo* das mercadorias particulares se impõe somente dentro das oscilações dos preços de mercado, constitui apenas uma auto-igualação desses preços de mercado, exatamente como na igualação dos preços de custo de todas as diferentes mercadorias se impõem, de modo exclusivo, os *valores* das mercadorias. É, por conseguinte, o círculo vicioso do economista vulgar, seja ele teórico da cons-

ciência capitalista, seja ele capitalista ativo: os preços das mercadorias determinam o salário, o juro, o lucro e a renda, inversamente, os preços do salário, do juro, do lucro e da renda determinam os preços da mercadoria — [são] apenas *expressão do movimento circular* em que as leis universais se realizam de forma contraditória no movimento real e em sua aparência.)

Uma parte da mais-valia, o juro, aparece assim como *preço de mercado* capital entrando no processo, não entra porém como mais-valia mas como condição da produção. Assim o fato de que duas classes de capitalistas repartem a mais-valia, [de um lado] os que se [encontram] fora do processo, [de outro], aqueles que estão dentro dele, apresenta-se como parte da mais-valia cabendo ao capital fora do processo de produção, a outra cabendo a quem está dentro. A fixação prévia da repartição se apresenta como a independência de uma parte em relação a outra, independência de uma parte de seu próprio processo; finalmente, como qualidade inerente de uma coisa, *dinheiro, mercadoria,* mas dessas coisas enquanto *capital,* que de novo não aparece exprimindo uma relação, mas de tal modo que esse dinheiro e [essa] mercadoria são destinados *(bestimmt) tecnologicamente* para o processo de trabalho, tornando-se capital graças a essa destinação *(Bestimmung);* assim destinados *(bestimmt),* constituem os elementos simples do próprio processo de trabalho //927/, os quais portanto são, *como tais, capital.*

O valor da mercadoria se resolve em parte no valor das mercadorias contidas nessa mercadoria, em parte no valor do trabalho, isto é, trabalho pago, em parte ainda em trabalho não pago, mas nem por isso trabalho vendável. Parte de seu valor que consiste em trabalho não pago, sua mais-valia, se divide, por sua vez, em juro, lucro industrial e renda; isto é, o imediato açambarcador *(accapareur)* dessa mais-valia, seu "produtor", deve entregar partes dela, uma ao senhor da terra, outra ao proprietário do capital, conservando a terceira parte para si, apenas sob nome diferente de juro, renda, outras, de mais-valia e lucro, ou ainda de lucro industrial. Tudo isso não constitui mistério. A análise da mais-valia, por conseguinte, de uma parte do valor das mercadorias, sob essas rubricas, categorias particulares, é inteligível e não contradiz, de maneira alguma, a própria lei do valor. Graças à forma autônoma, porém, que essas diferentes partes da mais-valia adquirem, graças às diferentes pessoas que as recebem, graças aos diversos elementos em que se fundam tais títulos, finalmente, graças à autonomia com que diversas partes se põem diante do processo como [suas] condições, o todo se torna mistificado. De partes, em que o valor pode ser analisado, se transformam em elementos autônomos que o *constituem, em elementos constitutivos.* Eles o são para o preço de mercado. Tornam-se efetivamente seus elementos constituintes. De que maneira essa independência aparente se regula como condição de produção pela lei interna, já que são apenas *aparentemente* independentes, isso em nenhum momento do processo de produção aparece como fenômeno, nem atua como motivo determinante e consciente; justamente o contrário. A suprema firmeza que pode assumir essa aparência do resultado enquanto condições autônomas se dá tão logo *partes da mais-valia* entram no preço como preços das condições de produção.

E este é o caso do juro e da renda. Participam dos adiantamentos do capita-

lista industrial e do arrendatário *(Farmer)*. Deixam de aparecer como expressão do trabalho excedente não pago para aparecer como trabalho excedente pago, em conseqüência, trabalho excedente pelo qual se paga um equivalente no processo de produção, não ao trabalhador a quem pertence esse trabalho excedente, mas a outrem, aos proprietários do capital e da terra. São trabalho excedente do ponto de vista *(quoad)* do trabalhador, mas equivalentes com relação *(quoad)* ao capitalista e ao proprietário fundiário, aos quais devem ser pagos. Não aparecem, portanto, como excedente e menos ainda como trabalho excedente, mas como *preços* das mercadorias "capital" e "terra", porquanto são pagos ao capitalista e ao proprietário da terra enquanto donos de mercadorias, proprietário e vendedor delas. A parte do valor da mercadoria que se resolve em juro aparece pois como *reprodução* do preço pago pelo capital, e a parte que se resolve em renda, como *reprodução* do preço pago pela terra. Tais preços formam, por conseguinte, as partes *constitutivas* do preço global. Isto não *aparece* apenas assim ao capitalista industrial, [ambos] constituem para ele efetivamente parte de seus adiantamentos, sendo, de um lado, determinados pelo *preço de mercado* de sua mercadoria — uma determinação da mercadoria [que aparece] como preço de mercado, em que um processo social ou seu resultado aparecem como determinação pertencente à mercadoria e às variações desse processo, a seu movimento, oscilação que cabe ao preço da mercadoria. De outro lado, o *preço de mercado* se determina por eles, exatamente como o preço de mercado do algodão determina o preço de mercado do fio, este, por outro lado, a procura do algodão, portanto, seu preço de mercado.

Enquanto partes da mais-valia, juro e renda entram no processo de produção como *preços* das mercadorias, terra e capital, [essas partes] existem numa forma que, além de encobrir sua origem efetiva, a negam.

O mais-trabalho, trabalho *não pago,* entra de modo igualmente essencial como trabalho *pago* no processo capitalista de produção; aparecendo assim quer como elementos produtivos diferentes do trabalho — a terra e o capital — a serem pagos, quer como *custos* diferentes do preço das mercadorias e do salário adiantados, custos que entram no preço. Partes da mais-valia — juro e renda — aparecem como custos, adiantamentos do capitalista explorador.

O *lucro médio (average profit)* passa a determinar os preços de produção das mercadorias, de sorte que a mais-valia já não se mostra como resultado, mas como condição; [o lucro médio] não como parte em que se resolve o valor da mercadoria, mas como parte constitutiva de seu *preço.* Mas o *lucro médio,* como o próprio *preço de produção,* determina-se de uma maneira mais ideal, aparecendo igualmente como *excedente* sobre os adiantamentos //928/ e como preço distinto do preço de custo propriamente dito. Se [apurar o lucro médio] ou não, se [apurar lucro] maior ou menor do que aquele que adviria do *preço de mercado* — portanto, como resultado imediato do processo —, isso se determina pela reprodução, ou melhor, pela escala de reprodução. [O mesmo se dá], se, entre os capitais disponíveis, uma parte maior for retirada ou [se destina] a esta ou àquela esfera, em outras palavras, em que proporção tais capitais acumulados afluem a

essas esferas particulares, em que grau finalmente tais esferas particulares se apresentam como compradores no mercado de dinheiro. No *juro* e na *renda,* ao contrário, as partes da mais-valia se apresentam separadamente, de forma totalmente fixa, como pressuposição de cada preço de produção, sendo antecipadas como adiantamentos.

<Pode-se chamar *custos* o que é *adiantamento,* pago portanto pelo capitalista. Conseqüentemente o lucro aparece como excedente sobre esses custos. Isto se refere a cada um dos preços de produção. E os preços determinados pelo adiantamento podem ser chamados, desse modo, *preços de custo.*

Os *preços de produção* podem ser chamados preços determinados pelo lucro médio — isto é, preço do capital adiantado mais o lucro médio — sendo que tal lucro é condição da reprodução, condição que regula o fornecimento e a distribuição dos capitais nas diversas esferas. Tais preços [são] *preços de produção.*

Finalmente, o *quantum* efetivo de trabalho [objetivado e imediato], que custa a produção da mercadoria, é seu *valor.* É ele que configura o custo efetivo de produção para a própria mercadoria. O preço, que lhe corresponde, é somente o valoor expresso em dinheiro.

Sob o nome "custos de produção" se compreende, alternativamente, cada um dos três.>

Não fosse reproduzida nenhuma mais-valia, cessaria sua parte chamada juros, como também a parte chamada renda; igualmente cessaria a *antecipação* dessa mais-valia ou o fato de entrar nos custos da produção como *preços* de mercadorias. O valor disponível, que penetra na produção, nesse caso, jamais resultaria dela [da produção] como capital, não podendo entrar pois no processo de reprodução como *capital,* nem ser emprestado como *capital.* É portanto a reprodução constante das mesmas relações — que faz com que apareçam não apenas como formas sociais e resultados desse processo mas igualmente como suas constantes *pressuposições.* Tais são apenas, contudo, como pressuposições constantemente *postas,* criadas e *produzidas* pelo processo. Esta reprodução não é, pois, consciente, aparecendo, ao contrário, na existência constante dessas relações como *pressuposições* e *condições* que dominam o processo de produção. O valor da mercadoria se resolve, por exemplo, em suas partes *constitutivas,* que se confrontam então independentemente como [partes] autônomas, contra a sua *unidade,* esta surgindo antes como sua *combinação.* O cidadão percebe que o produto constantemente se transforma em condição da produção. Mas não vê que as próprias relações de produção, as formas sociais sob as quais produz e lhe aparecem como relações dadas e naturais, constituem o produto constante — e somente por isso a constante pressuposição — desse modo específico de produção social. Não apenas se autonomizam as diversas relações, os momentos, e assumem um modo de existência alheado, aparentemente independente, mas se apresentam como propriedades imediatas de coisas; assumem uma figura de coisa.

Vivem assim os agentes da produção capitalista num mundo exorcizado, seus próprios relacionamentos lhes aparecendo como propriedades de coisas, dos elementos materiais da produção. No entanto, é nas últimas formas e mais media-

das — nas formas em que, além de sua mediação se tornar invisível, igualmente se exprime no seu contrário direto — que aparecem as figuras do capital como agentes efetivos e suportes imediatos da produção. O capital a juros se personifica no capitalista de dinheiro, o capital industrial, no capitalista industrial, o capital que propicia renda no senhor da terra como o seu proprietário, finalmente o trabalho, no trabalhador assalariado. Entram na concorrência e no processo efetivo da produção sob essas figuras fixas, personificadas por personalidades autônomas que, ao mesmo tempo, aparecem como simples representantes das coisas personificadas. A concorrência pressupõe essa exteriorização. [Essas figuras] constituem suas formas naturais encontradas de modo natural-histórico e no seu aparecimento na superfície //929/ [a concorrência] nada mais é do que o movimento desse mundo invertido. Na medida em que nesse movimento se impõe a conexão interna, esta aparece como uma lei misteriosa. Melhor prova é a própria economia política, ciência que se ocupa de redescobrir a conexão oculta. Tudo entra na concorrência nessa forma mais exterior, última. Por exemplo, o preço de mercado aparece aqui prevalecendo; da mesma maneira, a razão de juros, a renda, o salário, o lucro industrial [aparecem] como elementos constitutivos do valor, e o preço da terra e o preço do capital como itens dados com os quais se negocia.

Vimos como A[dam] Smith, primeiro, resolve o valor em salário, lucro [juro], renda, apresentando-os depois como elementos constitutivos autônomos dos preços de mercadoria.[13] Na primeira versão exprime a conexão oculta, na segunda, a aparência *(Erscheinung).*

Se caminharmos ainda mais para a superfície do fenômeno *(Erscheinung),* então podemos, além da taxa média de lucro, apresentar o juro e a própria renda como partes constituintes dos preços da mercadoria (ou seja, os *preços de mercado).* O juro, diretamente, pois entra no preço de custo. A renda — como preço da terra —, embora não determine diretamente o preço do produto, determina seu modo de produção, [isto é], se muito capital se concentra sobre pouca terra, se pouco capital se aplica em muita terra, se esta ou aquela espécie de produto é reproduzida, gado ou cereal, cujo preço de mercado cubra melhor o preço da renda, pois a renda há de ser paga antes do fim do período para o qual foi contratada. De sorte que, para que ela não constitua uma dedução sobre o lucro industrial, uma pastagem é transformada em lavoura, uma lavoura, em pastagem, etc. Assim, a renda não determina diretamente o preço de mercado do produto individual, mas indiretamente, ao distribuir a proporção das espécies de produto, de tal maneira que procura e oferta condicionem o preço mais vantajoso para cada uma, a fim de que ele (o capitalista) possa pagar a renda. Assim sendo, quando a renda não determina pois o preço de mercado, por exemplo, do cereal, determina diretamente o preço de mercado do gado, etc., em suma, de esferas em que a renda não é determinada pelo preço de mercado de seu próprio produto, mas o preço de mercado do produto pela taxa de renda propiciada pela lavoura de

[13] Cf. Karl Marx, *Theorien über der Mehrwert,* vol. I, pp. 59-63.

cereais. A carne, por exemplo, nos países industrialmente desenvolvidos, sempre é paga muitíssimo cara, isto é, não só muito além de seus preços de produção, mas de seu valor. Pois seu preço deve pagar tanto seus custos de produção quanto a renda que a terra auferiria se fosse lavrada com cereais. De outro modo, a carne poderia, na pecuária em grande escala — onde a composição orgânica do capital se aproxima muito mais [da composição do capital na indústria], se não for maior ainda a preponderância do capital constante sobre o capital variável —, pagar apenas uma renda muito pequena ou nenhuma renda *absoluta*. A renda que paga e entra diretamente em seu preço se determina, porém, pela renda absoluta mais a renda diferencial que a terra auferiria como lavoura. Também essa renda diferencial não existe na maior parte. Melhor prova de que a carne paga renda pelo mesmo solo onde o cereal não o faz.

Se o *lucro* determina pois o preço de produção, pode-se dizer que o salário, o juro e, em certo grau, a renda determinam o preço de mercado e, por certo, o preço de produção. Naturalmente toda a seguinte brincadeira se resolve no valor determinado pelo tempo de trabalho: O movimento do juro é, em geral, determinado pelo lucro, de outro lado; a renda auferida pelo cereal, de novo [determina-se] em parte pelo valor de seu produto, e pela compensação dos diferentes valores [provenientes] de vários solos, [resultando] no valor de mercado. A taxa de lucro, porém, é determinada, em parte, pelo salário, em parte pela produtividade do trabalho nas esferas da produção que produzem capital constante, por conseguinte, no final das contas, pela altura do salário e pela produtividade do trabalho. O salário, por sua vez, se resolve no equivalente de uma parte da mercadoria (o que significa ser ele igual a uma determinada parte paga do trabalho, contido na mercadoria, o lucro igual à parte do trabalho não pago). Finalmente a produtividade do trabalho apenas pode influir no preço da mercadoria de duas maneiras, no seu valor, quando o diminui, em seu valor excedente, quando o aumenta. O preço de custo nada mais é do que valor dos capitais adiantados acrescido da mais-valia produzida por eles e distribuída nas esferas particulares, de acordo com cada cota, que representa a totalidade do capital. O preço de custo se resolve assim em valor, quando se considera a totalidade do capital em vez das esferas individuais. A concorrência entre os capitalistas, em cada esfera particular, procura reduzir o preço de mercado da mercadoria a seu valor de mercado. A concorrência dos capitalistas das várias esferas reduz os valores de mercado a preços de custo comuns.

Ricardo [é] contra [a concepção de Smith] a respeito da constituição do valor por meio de suas partes, as quais são propriamente determinadas por ele. Mas não de uma maneira conseqüente. De outro modo não poderia discutir, com Smith, se o lucro, o salário e a renda, ou como ele afirma, apenas lucro e o salário, entram no preço, isto é, se entram *constitutivamente*. Analiticamente, entram tão logo sejam pagos. Deveria pois dizer: O preço de cada mercadoria se resolve em lucro e salário, o preço de algumas mercadorias (e, de *modo indireto*, de muitas) se resolve em lucro, renda e salário. Mas o preço de *nenhuma* mercadoria é constituído por eles, //930/ pois não *compõem* o valor das mercadorias como

potências de determinada grandeza, potências autônomas e agindo *propriis fontibus* (por suas próprias fontes), mas, desde que o valor esteja dado, este pode ser decomposto em proporções muito diversas, naquelas partes [mencionadas]. Não são potências dadas — lucro, salário e renda — cuja adição ou combinação determine a grandeza do *valor,* mas uma mesma *grandeza de valor,* uma dada *grandeza de valor* que se resolve em três categorias, salário, lucro e renda, conforme circunstâncias e maneiras diferentes.

Suponhamos que o processo de produção se repita sempre nas mesmas condições, isto é, que tanto a reprodução quanto a produção se dessem nas mesmas condições, o que pressupõe uma produtividade do trabalho constante, ou ao menos que as variações na produtividade não alterem as relações dos agentes da produção, isto é, que, aumentando ou abaixando os valores das próprias mercadorias, em virtude das alterações da força produtiva, permanecesse a mesma a distribuição desses valores entre tais agentes. Neste caso, embora teoricamente não pudesse ser afirmado com rigor que as diversas partes do valor determinam o valor e o preço do todo, seria, contudo, prático e acertado dizer que o constituem, na medida em que se entende por constituir a formação de um todo graças à adição das partes. O valor se distribuiria, de modo uniforme e contínuo, em valor [do capital adiantado] e mais-valia; e o valor [recém-criado] se resolveria uniformemente em salário e lucro, o lucro decompondo-se uniformemente em juro, lucro industrial e renda. Seria possível então afirmar: P, preço da mercadoria, se resolve em salário, lucro [juros] e renda e, do outro lado, salário, lucro [juros], renda constituem o valor, ou melhor, o preço.

Não ocorre essa igualdade ou uniformidade da reprodução — a repetição da produção nas mesmas condições. A produtividade muda e altera as condições [dessa produção]. As condições, por sua vez, modificam a produtividade. Mas as alterações se mostram, em parte, em oscilações superficiais que se compensam a curto prazo, em parte, no acúmulo gradativo de afastamentos [divergências], que levam a uma crise, [uma] redução violenta e aparente às condições antigas; ou então são reconhecidas muito lentamente como alterações de condições que se impõem.

Na forma do juro e da renda, em que se antecipa a mais-valia, pressupõe-se que o caráter *geral* da reprodução permaneça o mesmo. E isso ocorre todo o tempo em que perdura o modo capitalista de produção. Em segundo lugar, pressupõe-se, ainda, o que ocorre aproximadamente, que, num tempo determinado, permaneçam as mesmas as *relações determinadas* desse modo de produção. Assim se *fixa* o resultado da produção na qualidade de sua *condição fixa e, por conseguinte, pressuposta,* isto é, *propriedade fixa das condições objetivas da produção.* São as *crises* que colocam um fim a essa falsa aparência de *autonomia* dos vários elementos nos quais o processo de produção continuamente se resolve e sempre se reproduz.

<O que é o *valor* para o economista efetivo é o *preço da mercadoria* para o capitalista prático, cada vez antecedente *(prius)* de todo o movimento.>

O capital a juros assume no *crédito* a forma que é característica da produ-

ção capitalista e lhe corresponde. É uma forma criada pelo próprio modo de produção. (A subsunção do *capital comercial* [pelo modo capitalista de produção] não requer de fato essa nova criação, pois mercadoria e dinheiro, a circulação de mercadorias e de dinheiro permanecem as pressuposições elementares da produção capitalista, sendo apenas transformadas em absolutas. O capital comercial, que, de um lado, é a forma geral do capital, do outro, na medida em que representa capital numa função determinada, capital que funciona exclusivamente no processo de circulação, não é modificado em sua forma quando passa a ser determinado pelo capital produtivo.)

A equalização dos valores para formarem os preços de custo somente ocorre quando o capital individual funciona com alíquota do capital total da classe, de outro lado, quando esse capital total se distribui nas várias esferas particulares, sempre de acordo com as necessidades da produção. Isto se dá através do crédito. Por seu intermédio não só se possibilita e facilita essa equalização, mas uma parte do capital — na forma de capital de dinheiro — aparece de fato como o material coletivo com que opera toda a classe. Este é um dos sentidos do crédito. O outro [consiste] na constante tentativa do capital de abreviar as metamorfoses pelas quais tem de passar no processo de circulação, de [antecipar] o período da circulação e antecipar sua transformação em dinheiro, etc., opondo-se //931/ dessa maneira, à sua própria limitação. Finalmente, a função de *acumular,* na medida em que não é transformação [de rendimentos] em capital, mas oferta de mais-valia sob a forma de capital, em parte, se impõe a uma classe particular, em parte, todas as *acumulações* da sociedade se transformam como acumulação do capital colocadas à disposição dos capitalistas industriais. Daí essa operação, que se processa individualmente em inúmeros pontos da sociedade, é concentrada e recolhida a determinados reservatórios. O dinheiro, [que] permanece improdutivo enquanto se congela em mercadoria, durante sua metamorfose, se transforma assim em capital.

*

Terra-renda, capital-juros são expressões irracionais, na medida em que a renda é fixada como *preço* da terra, o juro, como *preço* do capital. Nas formas de capital a juros, de capital que propicia renda e de capital que propicia lucro ainda se reconhece a origem comum [de todos esses rendimentos diversos]; na medida em que o *capital* em geral abrange a apropriação de trabalho excedente, na medida em que essas formas diferentes exprimem tão-somente que esse trabalho excedente criado pelo capital se distribui, no que respeita ao capital em geral, entre duas espécies de capitalistas, no que respeita ao capital agrícola, entre um capitalista e um senhor da terra.

A renda como *preço* [anual] do solo e o juro como *preço* do capital são tão irracionais como $\sqrt{-3}$. Essa última forma contradiz o número em suas formas mais simples e elementares, assim como aquelas [formas da renda e do juro] [contradizem o capital] em sua forma simples de mercadoria e de dinheiro. São irra-

cionais de modo inverso. Terra-renda, a renda como preço da terra, exprime a terra como mercadoria, valor de uso que possui um valor cuja expresão monetária é como seu preço. Mas valor de uso que não é produto do trabalho não pode ter valor, isto é, não pode ser expresso como objetivação de determinado *quantum* de trabalho social, expressão social de um determindo *quantum* de trabalho. Não é isso. Para que o valor de uso se apresente como valor de troca — mercadoria — há de ser produto de trabalho concreto. Somente com essa pressuposição pode esse trabalho concreto, por sua vez, apresentar-se como *trabalho social,* valor. Terra e preço são grandezas incomensuráveis que, não obstante, devem ter uma relação entre si. Aqui uma coisa tem preço e não tem valor.

De outro lado, o juro como preço do capital exprime a irracionalidade inversa. Agora a mercadoria tem um duplo valor, uma vez, um valor, depois um preço diferente desse valor, sem possuir *valor de uso.* Pois o capital originariamente nada mais é do que uma *soma de dinheiro* ou *quantum de mercadoria* igual a determinada soma de dinheiro. Se a mercadoria for emprestada como capital é apenas uma forma disfarçada da *soma de dinheiro.* Pois o que se toma emprestado *como capital* não é tantas libras de algodão, mas tanto dinheiro cujo valor existe no algodão. O *preço* do capital também se refere, portanto, a ele somente como modo de existência de uma *soma de dinheiro,* isto é, como soma de valor apresentada como dinheiro e disponível sob a forma de valor de troca. Como uma soma de valor pode ter um preço fora do preço que se exprime em sua própria forma de dinheiro? Preço é, com efeito, valor da mercadoria na sua *diferença* com seu valor de uso. Preço na sua diferença com seu valor, preço como valor de uma soma de dinheiro (pois o preço não é mais do que mera expressão do valor em dinheiro), é, por conseguinte, uma contradição de termos *(contradictio in terminis).*

Essa irracionalidade da expressão — (a irracionalidade da própria coisa provém do fato de que, (1) no juro, o capital aparece separado enquanto pressuposição, separado de seu próprio processo no qual se torna capital, portanto, valor que se valoriza a sim mesmo; (2) o capital que propicia renda, somente como capital agrícola, que retira renda de uma esfera particular, aparece sob uma forma que dele se *transfere para o elemento que em geral o diferencia do capital industrial.)* — [Essa irracionalidade] é sentida tão nitidamente pelo economista vulgar que este falseia as duas expressões para torná-las racionais. Faz o juro pagar pelo capital, na medida em que é valor de uso, falando pois da utilidade dos produtos e meios de produção para a reprodução como tal, [utilidade] que o capital possui materialmente, como elemento do processo de trabalho.

No entanto, sua utilidade, seu valor de uso, já está disponível em sua forma de mercadoria, sem a qual não seria mercadoria e não teria valor algum. Como dinheiro é a expressão do valor das mercadorias e nelas //932/ conversível na proporção de seu próprio valor. Quando transformo o dinheiro numa máquina, em algodão, etc., transformo-o em valores de uso do *mesmo* valor. A conversão reporta-se apenas à *forma do valor.* Enquanto dinheiro, este possui o valor de uso de ser conversível na forma de qualquer mercadoria, mas mercadoria de igual

valor. Por meio dessa conversão da forma, tão pouco se altera o valor do dinheiro como se altera o da mercadoria, quando se converte em dinheiro. O valor de uso das mercadorias, em que posso converter o dinheiro, não lhe dá, além de seu valor, qualquer outro preço diferente dele. Se porém presuponho a conversão e digo que o preço é pago pelo valor de uso das mercadorias, então o valor de uso das mercadorias em geral não é pago de todo, ou apenas na medida em que se paga seu valor de troca. A maneira pela qual o valor de uso de uma mercadoria é aproveitado, se entra no consumo individual ou industrial, não muda em nada seu valor de troca. Muda somente quem a compra, quer o capitalista industrial, quer o consumidor imediato. A utilidade produtiva da mercadoria é responsável por ela possuir em geral um valor de troca, porquanto, a fim de ser pago o trabalho contido nela, deve possuir valor de uso. De outra maneira não constituiria uma mercadoria, que só existe como unidade de valor de uso e de troca. Mas esse valor de uso não pode ser de modo algum responsável pelo fato de que, como valor de troca ou preço, possua ainda um preço diferente daquele preço.

Percebe-se como o economista vulgar pretende passar por cima da dificuldade, procurando transformar em mera *mercadoria* o *capital,* isto é, dinheiro e mercadoria enquanto possuam uma *determinidade especificamente diferente* de si mesmos como dinheiro e mercadoria, isto é, desconsiderando precisamente a diferença específica, a ser explicada. Não lhe convém dizer que nisso (no capital) está contido este meio de exploração do mais-trabalho e, por conseguinte, do mais-valor como valor. Em vez disso afirma: Tem mais valor que seu valor, porque é uma mercadoria comum como qualquer outra, isto é, tem um valor de uso. Aqui o capital se identifica com a mercadoria, quando o que se deve explicar é como a mercadoria pode comparecer como capital.

No caso da terra, o economista vulgar procede inversamente, desde que não papagueie os fisiocratas. Anteriormente transformava o capital em mercadoria para explicar a *diferença* entre capital e mercadoria, a transformação da mercadoria em capital. Agora, transforma a terra em capital, porque para ele a relação-capital em si melhor se coaduna com suas representações do que o preço da terra. A renda pode então ser pensada como juro do capital. Por exemplo, se a renda for 20, e a razão de juros 5, então é possível dizer que esses 20 constituem juros de um capital de 400. E de fato a terra é vendida então por 400, o que nada mais é do que a renda da terra para os 20 anos. Este pagamento da renda, com antecipação de 20 anos, passa então a ser o seu preço. Com isso a terra é transformada em capital. Os 20 anuais constituem apenas 5% de juros do capital pago por ela. E assim [a relação] terra-renda se transforma em capital-juro, o que, por sua vez, é fantasiado no pagamento do valor de uso das mercadorias, por conseguinte, na relação valor de uso-valor de troca.

Os mais analíticos dentre os economistas vulgares percebem que o preço da terra nada mais é do que uma expressão para a capitalização da renda, que [este] de fato é o preço de compra da renda por uma série de anos, calculado segundo a razão de juros em vigor. Compreendem que essa capitalização da renda pressupõe a renda, de sorte que esta não pode ser explicada, inversamente, por sua pró-

pria capitalização. Por isso chegam a negar a própria renda, ao elucidá-la como o juro do capital incorporado à terra, o que não os impede de admitir que a terra, que não incorporou capital, possa propiciar renda, assim como não os impede de admitir que *porções iguais de capital* [adiantadas] em solos de fertilidade desigual retirem rendas *diversas,* ou *porções desiguais* de capital [investidas] em solos de fertilidade desigual retirem rendas *iguais.* Da mesma maneira, que o capital incorporado à terra — quando de fato é responsável pela renda paga por ela *(to account for the rent paid upon it)* — talvez aufira juros cinco vezes maiores, isto é, uma renda cinco vezes maior do que os *juros* de um mesmo capital [investido] na indústria sob a forma de capital fixo.

Vê-se que a dificuldade é sempre suprimida, abstraindo-se dela. Em vez da *diferença específica,* que deve ser elucidada, se introduz sub-repticiamente uma relação que exprime o contrário dessa diferença, que, por conseguinte, de todo modo *não* a exprime.

[6. A luta do socialismo vulgar contra os juros (Proudhon). A incompreensão da conexão interna entre o juro e o sistema do trabalho assalariado.]

A polêmica de Proudhon contra Bastiat a propósito dos juros é característica da maneira pela qual os economistas vulgares defendem as categorias da economia política, do mesmo modo de como o socialismo superficial (a polêmica de Proudhon mal merece esse nome) as ataca. Voltaremos a esse assunto na seção sobre os economistas vulgares[14]. Aqui somente alguma coisa provisória.

Proudhon não devia se chocar com o movimento de refluxo (do dinheiro) como se fosse algo de peculiar, se compreendesse alguma coisa em geral do movimento do capital. Tampouco com o valor excedente do capital que reflui. Essa é uma característica da produção capitalista.

<Para ele, entretanto, como veremos, é uma sobrecarga excedente *(Surplus surcharge).* Em sua crítica, procede como um principiante, que se apoderou nem mesmo dos primeiros elementos da ciência que pretende criticar. Assim, por exemplo, nem mesmo compreendeu o dinheiro como uma forma necessária da mercadoria. (Veja-se a primeira parte.)[15] Ali confunde dinheiro e capital, porquanto o capital emprestável como capital-dinheiro aparece sob a forma de dinheiro.>

O que poderia consterná-lo não é o excedente para o qual nenhum equivalente é pago, pois o valor excedente — e nele se baseia a produção capitalista —

[14] No plano para a terceira parte de *O Capital,* traçado no verão de 1863, o penúltimo capítulo, o 11, traz o título "A economia vulgar" (cf. *Theorien über der Mehrwert,* vol. I, p. 387). Este plano foi traçado um ano e meio ou dois anos depois da redação das seções "Rendimento e suas fontes", "A economia vulgar", no caderno XV dos manuscritos de 1861/2.

[15] Cf. Karl Marx *Para A Crítica da Economia Política,* caderno primeiro, nesta edição. pp. 187 ss.

é valor que não custou equivalente algum. Essa não é uma característica do capital a juros. A característica consiste apenas — enquanto considerarmos a forma do movimento — no primeiro momento, precisamente o inverso daquele pensado por Proudhon, a saber, que o emprestador desfaz-se do dinheiro sem anteriormente receber por isso um equivalente, de sorte que o retorno do capital com juros, até onde alcança a transação entre o emprestador e o tomador, [não diz respeito] às metamorfoses pelas quais passa o capital enquanto forem meras metamorfoses das formas econômicas e se derem como uma seqüência de trocas — transformação da mercadoria em dinheiro e transformação de dinheiro em mercadoria —, mas só enquanto constituem metamorfoses reais ou processos de produção e coincidem com o consumo industrial. O próprio consumo constitui aqui um momento do movimento da forma econômica.

No entanto, o que o dinheiro deixa de realizar nas mãos do emprestador realiza-o nas mãos do tomador que o emprega efetivamente como capital. Seu movimento real como capital se processa nas mãos do tomador. A ele retorna como dinheiro mais o lucro, dinheiro $\frac{1}{x}$ mais de dinheiro. O movimento entre o emprestador e o tomador exprime apenas o ponto inicial, o ponto de partida do capital. Como dinheiro passa da mão de A para a de B. Na mão de B torna-se capital e assim é devolvido com lucro depois de um certo percurso. Esse ato intermediário, o processo efetivo que engloba tanto o processo de circulação como o de produção, não tem nada a ver com a transação entre o emprestador e o tomador. Recomeça apenas depois de o dinheiro *ter-se* realizado como capital. Agora o dinheiro retorna às mãos do emprestador com um excedente, mas unicamente com uma parte desse excedente realizada pelo tomador. O equivalente recebido por esse último constitui o lucro industrial, parte do excedente que lhe ficou e de que se apropriou unicamente por meio do dinheiro emprestado. Tudo isso [permanece] invisível na transação entre ele e o emprestador. Esta se limita a dois atos. Passagem das mãos de A para as de B. Pausa, durante a qual o dinheiro fica nas mãos de B. Retorno do dinheiro, juntamente com os juros, para as mãos de A, depois da pausa.

Se consideramos, em conseqüência, apenas essa forma — essa transação entre A e B —, obtemos a mera forma do capital sem sua mediação: O dinheiro dispendido como soma a retorna como soma $a + \frac{1}{x} a$, dentro de um período, sem que tenha havido mediação alguma fora do lapso de tempo que existe entre o defluxo da soma a e seu refluxo como $a + \frac{1}{x} a$.

É esta forma privada de conceito, esta forma que, de fato, acompanha o movimento efetivo do capital como movimento autônomo, iniciando e encerrando-o, que o Sr. Proudhon considera, tudo devendo portanto permanecer-lhe incompreensível. Se esta forma de emprestar deixar de existir, em vez de comprar e de vender, desapareceria, acredita ele, o excedente. Mas apenas desapareceria a partilha desse excedente entre duas espécies de capitalista. Essa partilha, porém,

pode e deve sempre se reproduzir desde que dinheiro e mercadoria possam transformar-se em capital, e isso sempre é possível na base do trabalho assalariado. Se a mercadoria e o dinheiro não podem mais transformar-se em capital e, por conseguinte, também não podem ser emprestados *virtualmente (in posse)* como capital, não podem confrontar-se com o trabalho assalariado. E, se não devem confrontar-se com ele na qualidade de *mercadoria* e *dinheiro,* de sorte que o trabalho não mais seria uma mercadoria, isto nada mais significaria do que //936/ retroceder a um modo de produção anterior à produção capitalista, onde o trabalho não se transforma em mercadoria e a massa do trabalho ainda aparece como trabalho servil ou escravo. Tendo o trabalho livre como base, isso só é possível se [os trabalhadores] forem proprietários de suas condições de produção. O trabalho livre se desenvolve dentro da produção capitalista como trabalho *social.* Serem proprietários das condições de produção significa que essas pertencem aos trabalhadores socializados produzindo como tais e subsumindo entre si sua própria produção como socializada. Querer o trabalho assalariado e com isso o fundamento do capital, como Proudhon, e ao mesmo tempo querer a eliminação de seus "males" pela negação de uma forma derivada do capital é [proceder como] principiante.

Gratuidade do crédito, discussão entre o Sr. Bastiat e o Sr. Proudhon *(Gratuité du crédit, discussion entre M. Bastiat et M. Proudhon),* Paris, 1850.

Emprestar parece-lhe um mal porque não é vender.
Emprestar mediante juros "é a capacidade de *vender* o mesmo objeto sempre de novo e de obter por ele, sempre de novo, um *preço* sem nunca ceder a propriedade do objeto que se vende" *(op. cit.,* p. 9). (Primeiras cartas de Chevé, um dos redatores da *Voz do Povo.)*[16]

O que o confunde é que o "objeto" (dinheiro ou casa, por exemplo) não troca de proprietário, como no caso da compra e venda. Mas não vê que, ao despender dinheiro, nenhum equivalente é recebido de volta, [que] no processo efetivo, ao contrário, sob a forma e na base de trocas *(échanges),* não só se recebe um equivalente mas ainda um excedente não pago. Na medida em que se dá uma permuta, uma "troca de objetos" *(échange des objets),* não se dá um intercâmbio de valores *(change of values),* é o mesmo proprietário *(proprietaire)* do mesmo valor, depois como antes, e na medida em que houver excedente não há troca. Desde que recomecem as trocas de mercadoria e dinheiro, o excedente já é absorvido na mercadoria. Proudhon não compreende como o juro e portanto também o lucro resultam da lei de troca de valores. "Casa", "Dinheiro", etc. não devem ser trocados, pois, como "capital", mas como "mercadorias. . . pelo preço de custo". *(Op. cit.,* pp. 43-44.)

[16] *La Voix du Peuple,* jornal de orientação proudhoniana que aparece em Paris, de 1.º de outubro de 1849 a 14 de maio de 1850.

"De fato, quem confecciona chapéus, ao vendê-los... recebe por eles seu valor, nada mais nem menos. Mas o capitalista que empresta... não somente recebe de volta seu capital intocado, recebe mais do que o capital, mais do que lançou na troca, recebe um juro além do capital." *(Op. cit.,* p. 69.)

Os chapeleiros do Sr. Proudhon não parecem ser capitalistas mas rapazolas, oficiais de artesão.

"Sendo que no comércio o *juro do capital* se acrescenta ao *salário* do trabalhador para *perfazer o preço da mercadoria,* torna-se impossível o trabalhador recuperar o produto de sua própria mão. Viver do próprio trabalho é um princípio que, sob a dominação do juro, encerra uma contradição." *(Op. cit.,* p. 105.)

Na carta IX (pp. 144-152), o bom Proudhon confunde dinheiro como meio de circulação com dinheiro como capital e conclui, pois, que o capital existente na França monta a 160% (quer dizer, 1 600 milhões de juros anuais em dívida do Estado, hipoteca, etc., para um capital de 1 bilhão "a soma do dinheiro corrente ... que circula na França").

Ademais:

"Do fato de que, por meio de acumulação dos juros, o *capital de dinheiro* de troca a troca sempre volta à sua fonte, segue-se que o reempréstimo sempre efetuado pela mesma mão sempre dá lucro à mesma pessoa". *(Op. cit.,* p. 154.)

Já que o capital é emprestado sob a forma de dinheiro, acredita que o capital-dinheiro, a saber, o numerário, possua essa propriedade específica. Tudo deve ser *vendido,* nada *emprestado.* Em outras palavras: Como ele quis a mercadoria mas não quis que se transformasse em "dinheiro" agora quer a mercadoria, dinheiro, mas sem que devam desenvolver-se em capital. Despojado de todas as formas fantásticas, isto nada mais significa do que que a estreita produção pequeno-burguesa, do pequeno lavrador ou do artesão, não deve progredir até à grande indústria.

"Porquanto o valor nada mais é do que *uma relação,* todos os produtos estando de modo necessário em *relação uns com os outros,* segue-se daí que do ponto de vista social os produtos são sempre valores e valores seguros. Não há, para a sociedade, diferença entre capital e produto. Essa diferença é totalmente subjetiva, existe apenas para os indivíduos". *(Op. cit.,* p. 250.)

Que desastre quando termos teuto-filosóficos tais como "subjetivo" se perdem nas mãos de um Proudhon. Para ele as formas sociais burguesas são "subje-

tivas". Uma abstração subjetiva e, com isso, falsa — pois o valor de troca de mercadorias expressa uma *proporção* entre mercadorias, aquela proporção qualquer entre mercadorias, e não um terceiro a que as mercadorias sejam proporcionais —, esta abstração falsa e "subjetiva" é o ponto de vista social, a partir do qual não são apenas idênticos mercadorias e dinheiro, mas mercadoria, dinheiro e capital. A partir desse "ponto de vista social", de fato, todas as vacas são pardas.

Finalmente ainda o excedente na forma da moral:

<Todo trabalho *deve* dar um *excedente (op. cit.*, p. 200).>

Com este mandamento moral, obviamente, o excedente é definido de modo muito bonito.

[7. [Observações] históricas concernentes ao problema do juro. A superioridade de Lutero sobre Proudhon na polêmica contra o juro. Alterações das opiniões sobre o juro em conexão com o desenvolvimento das relações capitalistas.]

Lutero, vivendo nos tempos da dissolução da sociedade medieval-burguesa nos elementos da sociedade moderna — um processo que vieram acelerar o comércio mundial e as descobertas de ouro —, obviamente não conhece o capital a não ser em suas duas [formas] antediluvianas, de capital a juros e capital comercial. Se a produção capitalista, fortalecida, em sua fase infantil, procura, pela violência, subjugar o capital a juros ao capital industrial — isto ocorre primeiramente na Holanda, onde a produção capitalista floresce sob a forma de manufatura e de grande comércio, e na Inglaterra no século XVII, onde [esse jogo], em parte de modo muito ingênuo, é proclamado como condição primordial da produção capitalista —, então, em contrapartida, o primeiro passo para essa passagem é o *reconhecimento* da "usura", forma antiquada do capital a juros, na qualidade de uma das condições da produção, relação necessária dela; da mesma maneira, mais tarde, logo que o capital industrial subjuga o capital a juros (no século XVIII, *Bentham),*[17] o primeiro reconhece como justo o segundo, a carne de sua carne.

Lutero está *acima* de Proudhon. Não é a diferença entre *emprestar* e *comprar* que o confunde; em ambos reconhece igualmente a usura. O mais impressionante em sua polêmica é que o juro *como excrescência do capital* serve como ponto principal de seu ataque.

I - Livros do *comércio e da usura,* do ano de 1524, [*Do Comércio e da Usura,* na] VI parte das *Obras* de Lutero, Wittenberg, 1589.

[17] Marx se refere à obra de Bentham *Defense of Usury,* que foi publicada em Londres, em 1787 (a segunda e a terceira edição são, respectivamente, de 1790 e 1816).

(Escrito na véspera da Guerra dos Camponeses.)
[Sobre] o comércio (capital comercial):

"Agora, entre os comerciantes, existe uma grande queixa contra nobres ou assaltantes" (vê-se por que os comerciantes estão contra os camponeses e os cavaleiros, ao lado dos príncipes), "eles têm que comerciar, sob grande perigo, sendo presos, espancados, espoliados e roubados, etc. Mas se tudo isso sofressem por causa da justiça, então os comerciantes seriam realmente pessoas santas... No entanto, já que no mundo inteiro, por obra dos comerciantes e mesmo entre eles, ocorrem tão grandes injustiças, tantos furtos e tantas roubalheiras, que nada têm de cristãos, como se admirar que Deus faça bens tão grandes, adquiridos pela injustiça, serem novamente perdidos ou roubados, e eles próprios por isso serem golpeados na cabeça ou presos?... E cabe aos príncipes punir e suprimir tais transações comerciais injustas com a violência ordeira, a fim de que seus súditos não sejam tão vergonhosamente espoliados pelos comerciantes. Já que não o fazem, Deus necessita dos cavaleiros e ladrões, castigando por intermédio deles a injustiça nos comerciantes, utilizando-os como seus demônios; é o modo pelo qual desgraça as terras do Egito e o mundo inteiro com demônios ou os destrói com inimigos. Assim fustiga um velhaco com o outro, sem deixar entender com isso que cavaleiros sejam menos ladrões do que os comerciantes, pois estes diária e sistematicamente roubam o mundo inteiro, enquanto um cavaleiro rouba uma ou duas pessoas, uma ou duas vezes ao ano" (p. 296).
"... Siga a palavra de Isaías: Teus príncipes se tornaram companheiros de ladrões. Enquanto enforcam ladrões que roubaram meio ou um florim, tratam, com muito maior segurança do que os outros, com aqueles que roubam e furtam o mundo inteiro; de sorte que permanece verdadeiro o ditado: Os grandes ladrões enforcam //938/ os pequenos; e como falou o senador romano Catão: Maus ladrões estão trancafiados nas torres e calabouços enquanto os ladrões públicos andam em ouro e sedas. O que por fim Deus dirá disso tudo? Fará o que falou por Ezequiel: fundirá príncipes e comerciantes, um ladrão com outro, como o chumbo e o minério, do mesmo modo que extermina pelo fogo uma cidade, de modo que não sobrem mais príncipes e ladrões; o que receio que já está diante de nossas portas" (p. 297).

[Sobre] *A usura e o capital a juros:*

"Dizem-me que, em cada feira de Leipzig,[18] tomam 10 florins, isto é, 30 [anualmente] sobre 100, alguns acrescentam ainda a feira de Neumburg, de modo que alcançam 40 por 100, se for mais, eu não o sei. Envergonha-te, aonde, pelo diabo, isto vai parar?... Quem possuir agora em Leipzig 100 florins e toma anualmente 40, isto significa um camponês ou um burguês

[18] Referência a um empréstimo de 100 florins, com a condição de pagar os juros em três cotas, na feira de Leipzig. Aí se realizavam antigamente três feiras comerciais anuais, no Ano Novo, na Páscoa e na festa de São Miguel (29 de setembro).

devorado num ano. Se tiver 1 000 florins, toma anualmente 400, isto significa um cavaleiro ou um fidalgo rico devorado num ano. Se tiver 10 000, toma anualmente 4 000, isto significa um conde rico devorado num ano. Se tiver 100 000, como deve acontecer entre os grandes comerciantes, toma anualmente 40 000, isto significa um príncipe rico devorado num ano. Se tiver 1 000 000, toma anualmente 400 000, isto significa um grande rei devorado num ano. E com isso não sofre nenhum perigo, nem no corpo nem nos bens, não trabalha em nada, e se senta atrás do fogão fritando maçãs. Assim todo ladrão-poltrona gostaria de sentar-se em casa e devorar o mundo inteiro em dez anos" (pp. 312-13.)[19]

<II. *Um sermão sobre o evangelho do homem rico e do pobre Lázaro, etc.;", Wittenberg,* 1555.

"Não devemos considerar o homem rico segundo seu modo exterior de viver, pois veste pele de ovelha, e sua vida brilha e parece bela, e cobre magistralmente o lobo. Pois o Evangelho não o acusa de adultério, assassinato, roubo ou crime ou de qualquer outra coisa que o mundo ou a razão censurariam. Durante toda sua vida foi tão respeitável como aquele fariseu que jejuava duas vezes por semana e não era como as outras pessoas.">

Lutero nos diz aqui como nasce o capital usurário, [da] ruína dos burgueses [pequenos burgueses e camponeses], cavaleiros, nobres, príncipes. De um lado, fluem para ele o trabalho excedente e, *junto com isso,* as *condições de trabalho* de burgueses residentes no campo *(Pfahlbürger),* camponeses, corporados, em suma, dos pequenos produtores de mercadoria que precisam de dinheiro, por exemplo, para fazer algum pagamento antes de transformar sua mercadoria em dinheiro, comprando já algumas de suas condições de trabalho, etc. De outro lado, dos possuidores de renda, da qual ele se apropria, por conseguinte, da riqueza esbanjada e desfrutada. Na medida em que a usura faz duas coisas, primeiro, forma em geral bens independentes de dinheiro, segundo, apropria-se das condições de trabalho, o que equivale a arruinar os possuidores das antigas condições de trabalho; ela representa um meio poderoso para a constituição das pressuposições do capital industrial — um agente poderoso que separa as condições de produção e os produtores. Exatamente como o comerciante. Ambos têm em comum formarem bens independentes de dinheiro, isto é, acumularem em suas mãos uma parte do trabalho excedente anual, assim como [uma parte] das condições de trabalho e [uma parte] da acumulação do trabalho anual, sob forma de reivindicações por dinheiro. O dinheiro que efetivamente se encontra em suas mãos constitui apenas uma pequena parte, seja do tesouro anual constituído e acumulado anualmente, seja do capital circulante. Formarem *bens de dinheiro* significa que parte importante, quer da produção anual, quer dos rendimentos anuais, cabe a eles e são, com efeito, pagáveis não *in natura* (sob a forma de produtos), mas sob

[19] Esta citação não foi retirada do escrito *Do Comércio e da Usura (Von Kauffshandlung und Wucher),* mas de um trabalho posterior de Lutero *A Propósito de o Pastor Pregar Contra a Usura (An die Pfarrherrn Wider den Wucher zu predigen,* 1540), que Marx abaixo ainda menciona.

a forma alterada de dinheiro. Na medida em que o dinheiro não circula pois ativamente como moeda *(currency)* e não está em movimento, acumula-se em suas mãos. Em parte estão em suas mãos também os reservatórios do dinheiro circulante e nelas mais ainda se encontram e se acumulam os títulos sobre a produção, mas como títulos sobre a mercadoria transformada em dinheiro, como títulos de dinheiro.//939/. A usura [atua], de um lado, arruinando a riqueza e a propriedade feudal; de outro, a produção de pequenos burgueses e pequenos camponeses; arruinando, em resumo, todas as formas em que o produtor ainda aparece como proprietário de seus meios de produção.

Na produção capitalista, o trabalhador é *não-proprietário* das condições de produção; [não é] nem [proprietário] do campo que lavra, nem do instrumento com que trabalha. A essa alienação das condições de produção corresponde aqui, entretanto, uma mudança real no próprio modo de produção. O instrumento se transforma em máquina; o trabalhador trabalha na oficina, etc. O próprio modo de produção não mais permite essa dispersão dos instrumentos de produção ligada à pequena propriedade, tampouco a dispersão dos próprios trabalhadores. Na produção capitalista, a usura não pode mais *separar* as condições de produção do trabalhador e o produtor, porque estes já se encontram separados.

A usura apenas *centraliza* os bens, especialmente sob a forma de bens de dinheiro, onde os meios de produção já se encontram dispersos, onde, portanto, o trabalhador produz com maior ou menor autonomia, como pequeno camponês, corporado (pequeno comerciante), etc. Como camponês ou artesão, quer este camponês seja ou não um servo, quer este artesão esteja associado ou não a uma guilda. Não apenas se apropria da parte do trabalho excedente da qual dispõe o próprio servo, ou de todo o trabalho excedente, quando se trata de camponês livre, etc., mas ainda se apropria — dos instrumentos de produção que, nominalmente, permanecem como propriedade do camponês, que se relaciona com eles, na produção, como proprietário. Esta usura se assenta sobre essa base, sobre esse *modo de produção,* o qual ele não altera mas adere apenas como um parasita, desgraçando-o. Suga, desenerva-o e provoca sua reprodução em condições sempre mais abjetas. Daí o ódio popular contra a usura, particularmente nas circunstâncias antigas, em que essa determinidade da produção — a propriedade que tem o produtor com relação às condições de sua produção — constitui ao mesmo tempo as bases das relações políticas e da autonomia do cidadão. Isto termina quando o trabalhador não mais possui as condições de produção. E junto termina, ao mesmo tempo, o poder da usura. De outro lado, enquanto domina a escravidão ou [enquanto] o trabalho excedente é consumido pelo senhor feudal ou seus servidores e cai nas garras da usura, o modo de produção permanece o mesmo, tornando-se somente mais árduo. O mantenedor de escravos ou o senhor feudal endividados sugam mais, porque estão sendo sugados. Ou finalmente cedem seu lugar ao usuário que se torna proprietário da terra, etc., assim como com o cavaleiro *(eques)* da atinga Roma. No lugar do explorador antigo, cuja exploração era um instrumento de poder mais ou menos político, aparece um arrivista rude e ávido por dinheiro. Mas o próprio modo de produção não se altera.

O usurário tem atuação revolucionária em todos os modos de produção pré-capitalistas, mas apenas de um ponto de vista *político,* ao destruir e arruinar as formas de propriedades em cuja base firme, a saber, a reprodução constante da mesma forma, se assenta a articulação política. E atua também de um modo centralizador, mas somente na base do antigo modo de produção, em vista do que a sociedade, com exceção dos escravos, dos servos, etc., e dos novos senhores, se dissolve numa plebe. Em suas formas asiáticas, a usura pode prolongar-se por muito tempo, sem provocar outra coisa do que a degeneração econômica e a deteriorização política, sem contudo dissolver realmente. Somente numa época em que se encontram disponíveis as demais condições para uma produção capitalista — trabalho livre, mercado mundial, dissolução do vínculo social antigo, desenvolvimento do trabalho até determinado nível, desenvolvimento da ciência, etc. — é que a usura aparece como meio de constituição de um novo modo de produção; ao mesmo tempo, como ruína dos senhores feudais, colunas do elemento antiburguês, e ruína da pequena indústria, agricultura, etc., em suma, meio de centralização das condições de trabalho como capital.

Que os usurários, comerciantes, etc., possuam "bens de dinheiro", não significa que os bens da nação, enquanto aparecerem como mercadoria e dinheiro, se concentrem em suas mãos.

A produção capitalista tem que, inicialmente, lutar contra a usura, enquanto o usurário não se torna ele próprio produtor. Uma vez estabelecida a produção capitalista, termina o domínio da usura sobre o trabalho excedente, de que dependia a continuidade do antigo modo de produção. O capitalista industrial embolsa o excedente, de imediato, como lucro. Também já se apoderou, ao menos em parte, das condições de produção, e uma parte da acumulação anual é diretamente apropriada por ele. A partir desse instante, notadamente desde que se desenvolvam os bens industriais e comerciais, o usurário, isto é, o emprestador a juros, se transforma numa mera pessoa que, graças à divisão do trabalho, está separada do capitalista industrial, mas subordinada ao capital industrial.[20]

[20] As últimas páginas, correspondentes às pp. 940 a 950 b do caderno XV, não trazem mais do que uma coletânea de citações, que achamos conveniente não reproduzir, tendo em vista o caráter dessa edição. (N. dos T.)

O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE*

Tradução revista por **Leandro Konder**

* Traduzido do original inglês *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte.*

Prefácio do autor para a segunda edição

Meu amigo Joseph Weydemeyer,[1] morto prematuramente, pretendia editar um semanário político em Nova York a partir de 1.º de janeiro de 1852. Convidou-me a escrever para esse semanário uma história do golpe de Estado. Enviei-lhe, por conseguinte, até meados de fevereiro, artigos semanais sob o título de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.* Nesse ínterim fracassara o plano primitivo de Weydemeyer. Em vez do semanário surgiu na primavera de 1852 uma publicação mensal, *Die Revolution,* cujo primeiro número consiste no meu *Dezoito Brumário.* Algumas centenas de exemplares foram, na época, introduzidas na Alemanha, sem, contudo, chegar a entrar no mercado de livros propriamente dito. Um livreiro alemão de pretensões extremamente radicais a quem ofereci a venda do meu livro ficou mui virtuosamente horrorizado ante uma "pretensão" tão "contrária à época".

Depreende-se dos fatos acima que o presente trabalho tomou forma sob a pressão imediata dos acontecimentos, e seu material histórico não vai além do mês de fevereiro de 1852. Sua reedição neste momento deve-se em parte à procura do mercado de livros e em parte a instâncias de meus amigos da Alemanha.

Das obras que trataram do mesmo assunto mais ou menos na mesma época, apenas duas são dignas de nota: *Napoléon, le Petit,* de Victor Hugo, e *Coup d'État,* de Proudhon.

Victor Hugo limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas o ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir, esse indivíduo, atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo. Proudhon, por sua vez, procura representar o golpe de Estado como o resultado de um desenvolvimento histórico anterior. Inadvertidamente, porém, sua construção histórica do golpe de Estado transforma-se em uma apologia histórica do seu autor. Cai, assim, no erro dos nossos historiadores pretensamente *objetivos.* Eu, pelo contrário, demonstro como a *luta de classes* na França criou circustâncias e condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói.

[1] Comandante militar do distrito de St. Louis durante a guerra civil americana. (N. do A.)

Uma revisão do presente trabalho ter-lhe-ia roubado o colorido peculiar. Limitei-me, portanto, à mera correção de erros tipográficos e à eliminação de alusões que não seriam mais inteligíveis hoje em dia.

A frase final: "Mas, quando o manto imperial cair finalmente sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão ruirá do topo da Coluna Vendôme" já se converteu em realidade.

O coronel Charras abriu o ataque contra o culto de Napoleão em seu trabalho sobre a campanha de 1815. Desde então, e especialmente nestes últimos anos, a literatura francesa pôs fim ao mito de Napoleão com as armas da pesquisa histórica, da crítica, da sátira e da ironia. Fora da França essa violenta ruptura com a crença tradicional do povo, essa tremenda revolução mental, tem sido pouco notada e, menos ainda, compreendida.

Finalmente, espero que o meu trabalho possa contribuir para afastar o termo ora em voga, principalmente na Alemanha, do chamado *cesarismo.* Nesta analogia histórica superficial esquece-se o mais importante, ou seja, que na antiga Roma a luta de classes desenvolveu-se apenas no seio de uma minoria privilegiada, entre os ricos cidadãos livres e os pobres cidadãos livres, enquanto a grande massa produtora, os escravos, formava o pedestal puramente passivo para esses combatentes. Esquece-se a significativa frase de Sismondi: "O proletariado romano vivia a expensas da sociedade, enquanto a sociedade moderna vive a expensas do proletariado". Com uma diferença tão cabal entre as condições materiais e econômicas das lutas de classe antigas e modernas, as formas políticas produzidas por elas hão de ter tanta semelhança entre si como o Arcebispo de Canterbury e o Pontífice Samuel.

Karl Marx

Londres, 23 de junho de 1869.

Prefácio de Engels para a terceira edição alemã

O fato de se ter tornado necessária uma nova edição de *O Dezoito Brumário* trinta e três anos depois de seu primeiro aparecimento prova que ainda hoje essa obra nada perdeu de seu valor.

Era, na verdade, uma obra genial. Imediatamente após o acontecimento que surpreendeu todo o mundo político como um raio caído de um céu azul, e que foi condenado por alguns com gritos de indignação moral e acolhido por outros como a salvação contra a revolução e como o castigo dos seus erros, mas que apenas provocava o assombro de todos e não era compreendido por ninguém — imediatamente após esse acontecimento, Marx produziu uma exposição concisa e epigramática que punha a nu, em sua concatenação interna, todo o curso da história da França desde as jornadas de fevereiro, reduzia o milagre de 2 de dezembro a um resultado natural e necessário dessa concatenação e, no processo, não necessitou sequer tratar o herói do golpe de Estado senão com um desprezo bem merecido. E o quadro foi traçado com tanta mestria que todas as revelações novas feitas desde então não fizeram senão confirmar a exatidão com que refletira a realidade. Essa notável compreensão da história viva da época, essa lúcida apreciação dos acontecimentos ao tempo em que se desenrolavam, é, realmente, sem paralelo.

Mas para isso era preciso ter o profundo conhecimento que Marx possuía da história francesa. A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. Centro do feudalismo na Idade Média, país modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. A luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante surgiu aqui sob formas agudas desconhecidas em outros países. Esta foi a razão pela qual Marx não só estudou a história anterior da França com especial predileção, como acompanhou também sua história contemporânea em todos os detalhes, reunindo materiais destinados a futura utilização. Por isso, neste terreno, os acontecimentos nunca o apanhavam de surpresa.

Deve-se acrescentar ainda outra circunstância. Fora precisamente Marx quem primeiro descobrira a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual

todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente. Essa lei — que tem para a história a mesma importância que a lei da transformação da energia tem para as ciências naturais — forneceu-lhe, aqui também, a chave para a compreensão da história da II República Francesa. Marx aplicou sua lei a esta história, e mesmo depois de decorridos trinta e três anos temos ainda que admitir que ela resistiu brilhantemente à prova.

F. Engels

Hamburgo, 1885.

I

Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière por Danton, Luís Blanc por Robespierre, a Montanha de 1848-1851 pela Montanha de 1793-1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura ocorre nas circunstâncias que acompanham a segunda edição do Dezoito Brumário!

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada. Assim, Lutero adotou a máscara do apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente como a República romana e como o Império Romano, e a Revolução de 1848 não soube fazer nada melhor do que parodiar ora 1789, ora a tradição revolucionária de 1793-1795. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas, só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.

O exame dessas conjurações de mortos da história do mundo revela de pronto uma diferença marcante. Camile Desmoulins, Danton, Robespierre, Saint-Just, Napoleão, os heróis, os partidos e as massas da velha Revolução Francesa, desempenharam a tarefa de sua época, a tarefa de libertar e instaurar a moderna sociedade *burguesa,* em trajes romanos e com frases romanas. Os primeiros reduziram a pedaços a base feudal e deceparam as cabeças feudais que sobre ela haviam crescido. Napoleão, por seu lado, criou na França as condições sem as quais não seria possível desenvolver a livre concorrência, explorar a propriedade territorial dividida e utilizar as forças produtivas industriais da nação que tinham sido libertadas; além das fronteiras da França, ele varreu por toda parte as insti-

tuições feudais, na medida em que isto era necessário para dar à sociedade burguesa da França um ambiente adequado e atual no continente europeu. Uma vez estabelecida a nova formação social, os colossos antediluvianos desapareceram, e com eles a Roma ressurrecta — os Brutus, os Graco, os Publícola, os tribunos, os senadores e o próprio César. A sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes nos Say, Cousin, Royer-Collard, Benjamin Constant e Guizot; seus verdadeiros chefes militares sentavam-se atrás das mesas de trabalho e o cérebro de toucinho de Luís XVIII era a sua cabeça política. Inteiramente absorta na produção de riqueza e na concorrência pacífica, a sociedade burguesa não mais se apercebia de que fantasmas dos tempos de Roma haviam velado seu berço. Mas, por menos heróica que se mostre hoje esta sociedade, foi não obstante necessário heroísmo, sacrifício, terror, guerra civil e batalhas de povos para torná-la uma realidade. E nas tradições classicamente austeras da República romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica. Do mesmo modo, em outro estágio de desenvolvimento, um século antes, Cromwell e o povo inglês haviam tomado emprestado a linguagem, as paixões e as ilusões do Velho Testamento para sua revolução burguesa. Uma vez alcançado o objetivo real, uma vez realizada a transformação burguesa da sociedade inglesa. Locke suplantou Habacuc.

A ressurreição dos mortos nessas revoluções tinha, portanto, a finalidade de glorificar as novas lutas e não a de parodiar as passadas; de engrandecer na imaginação a tarefa a cumprir, e não de fugir de sua solução na realidade; de encontrar novamente o espírito da revolução e não de fazer o seu espectro caminhar outra vez.

De 1848 a 1851 o fantasma da velha revolução anda em todos os cantos: desde Marrast, o *républicain en gants jaunes,*[2] que se disfarça no velho Bailly, até o aventureiro de aspecto vulgar e repulsivo que se oculta sob a férrea máscara mortuária de Napoleão. Todo um povo que pensava ter comunicado a si próprio um forte impulso para diante, por meio da revolução, se encontra de repente trasladado a uma época morta, e, para que não possa haver sombra de dúvida quanto ao retrocesso, surgem novamente as velhas datas, o velho calendário, os velhos nomes, os velhos éditos, que já se haviam tornado assunto de erudição de antiquário, e os velhos esbirros da lei que há muito pareciam desfeitos na poeira dos tempos. A nação se sente como aquele inglês louco de Bedlam, que imagina estar vivendo na época dos antigos faraós e lamenta-se diariamente do trabalho pesado que deve executar como garimpeiro nas minas de ouro da Etiópia, emparedado na prisão subterrânea, uma lâmpada de luz mortiça presa à testa, o feitor dos escravos atrás dele com um longo chicote, e nas saídas a massa confusa de mercenários bárbaros, que não compreendem nem os forçados das minas e nem se entendem entre si, pois não falam uma língua comum. "E me impuseram tudo

[2] Republicano de luvas amarelas. (N. do E.)

isto", suspira o louco, "a mim, um cidadão inglês livre, para que produza ouro para os faraós!" "Para que pague as dívidas da família Bonaparte", suspira a nação francesa. O inglês, enquanto esteve em seu juízo perfeito, não podia livrar-se da idéia fixa de conseguir ouro. Os franceses, enquanto estiveram empenhados em uma revolução, não podiam livrar-se da memória de Napoleão, como provaram as eleições de 10 de dezembro. Diante dos perigos da revolução, ansiavam por voltar à abundância do Egito; e o 2 de dezembro de 1851 foi a resposta. Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão como geraram o próprio velho Napoleão caricaturado, tal como deve aparecer necessariamente em meados do século XIX.

A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ia além do conteúdo; agora é o conteúdo que vai além da frase.

A Revolução de Fevereiro foi um ataque de *surpresa,* apanhando desprevenida a velha sociedade, e o povo proclamou esse *golpe* inesperado como um feito de importância mundial que introduzia uma nova época. A 2 de dezembro, a Revolução de Fevereiro é escamoteada pelo truque de um trapaceiro, e o que parece ter sido derrubado já não é a monarquia e sim as concessões liberais que lhe foram arrancadas através de séculos de luta. Longe de ser a própria *sociedade* que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o *Estado* que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina. Esta é a resposta que dá ao *coup de main*[3] de fevereiro de 1848 o *coup de tête*[4] de dezembro de 1851. O que se ganha facilmente se entrega facilmente. O intervalo de tempo, porém, não passou sem proveito. Entre os anos de 1848 e 1851 a sociedade francesa supriu — e por um método abreviado, por ser revolucionário — estudos e conhecimentos que em um desenvolvimento regular, de lição em lição, por assim dizer, teriam tido que preceder a Revolução de Fevereiro, se esta devesse constituir mais do que um estremecimento da superfície. A sociedade parece ter agora retrocedido para antes do seu ponto de partida; na realidade, somente hoje ela cria o seu ponto de partida revolucionário, isto é, a situação, as relações, as condições, sem as quais a revolução moderna não adquire um caráter sério.

As revoluções burguesas, como as do século XVIII, avançam rapidamente de sucesso em sucesso; seus efeitos dramáticos excedem uns aos outros; os homens e as coisas se destacam como gemas fulgurantes; o êxtase é o estado permanente da sociedade; mas estas revoluções têm vida curta; logo atingem o auge, e uma longa modorra se apodera da sociedade antes que esta tenha aprendido a

[3] Golpe de mão: ataque inesperado. (N. do E.)
[4] *Coup de tête:* ato impensado. (N. do E.)

assimilar serenamente os resultados de seu período de lutas e embates. Por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos, até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam:

Hic Rhodus, hic salta! [5]
Aqui está Rodes, salta aqui!

Quanto ao resto, qualquer observador medianamente competente, mesmo que não tivesse seguido passo a passo a marcha dos acontecimentos na França, deve ter pressentido que a revolução estava fadada a um terrível fiasco. Bastava ouvir os jactanciosos latidos de vitória com que os senhores democratas se congratulavam pelas conseqüências milagrosas que esperavam dos acontecimentos do segundo domingo de maio de 1852. [6] O segundo domingo de maio de 1852 tornara-se em suas cabeças uma idéia fixa, um dogma, como na cabeça dos quiliastas o dia em que Cristo deveria ressurgir e que assinalaria o começo da era milenar. Como sempre, a fraqueza se refugiara na crença nos milagres, imaginava o inimigo vencido, quando tinha sido afastado apenas em imaginação, e perdia toda compreensão do presente em uma glorificação passiva do que o futuro reservava e dos feitos que guardava *in pettu* mas que não considerava oportuno revelar ainda. Os heróis que procuram refutar sua comprovada incapacidade oferecendo-se apoio mútuo e reunindo-se em um bloco haviam amarrado suas trouxas, recolhido suas coroas de louros adquiridas a crédito e estavam nesse momento empenhados em descontar no mercado de letras de câmbio as repúblicas *in partibus* para as quais já tinham, no silêncio de suas almas modestas, previdentemente organizado o corpo governamental. O 2 de Dezembro os surpreendeu como um raio em céu azul e os povos, que, em períodos de depressão pusilânime, deixam de boa vontade sua apreensão anterior ser afogada pelos que gritam mais alto, terão talvez se convencido de que já se foi o tempo em que o grasnar dos gansos podia salvar o Capitólio.

A Constituição, a Assembléia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis e vermelhos, os heróis da África, o trovão vibrado da tribuna, a cortina de relâmpagos da imprensa diária, toda a literatura, os políticos de renome e

[5] *Aqui está Rodes, salta aqui!* — Esta frase é tirada de uma das fábulas de Esopo: um fanfarrão gabava-se de ter testemunhas para provar que havia certa feita executado um notável salto de Rodes, tendo recebido a seguinte resposta: "Para que citar testemunhas se é verdade? Aqui está Rodes. Salta aqui!" Em outras palavras: Mostra aqui mesmo, na prática, o que és capaz de fazer! (N. do E.)

[6] Nesse dia expirou o mandato do presidente da República, e de acordo com a Constituição era proibida a reeleição para a presidência. (N. do E.)

os intelectuais de prestígio, o código civil e o código penal, a *liberté, égalité, fraternité* e o segundo domingo de maio de 1852 — tudo desaparecera como uma fantasmagoria diante da magia de um homem no qual nem seus inimigos reconhecem um mágico. O sufrágio universal parece ter sobrevivido apenas por um momento, a fim de fazer, de próprio punho, o seu último testamento perante os olhos do mundo inteiro e declarar em nome do próprio povo: *Tudo o que existe merece perecer.* [7]

Não é suficiente dizer, como fazem os franceses, que a nação fora tomada de surpresa. Não se perdoa a uma nação ou a uma mulher o momento de descuido em que o primeiro aventureiro que se apresenta as pode violar. O enigma não é solucionado por tais jogos de palavras; é apenas formulado de maneira diferente. Não se conseguiu explicar ainda como uma nação de trinta e seis milhões de habitantes pôde ser surpreendida e entregue sem resistência ao cativeiro por três cavalheiros de indústria.

Recapitulemos em linhas gerais as fases que atravessou a Revolução Francesa de 24 de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851.

Três períodos principais se destacam: *o período de fevereiro;* de 4 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849, *o período da Constituição da República,* ou *da Assembléia Nacional Constituinte;* de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, *o período da República Constitucional* ou *da Assembléia Nacional Legislativa.*

O *primeiro período,* de 24 de fevereiro — data da queda de Luís Filipe — até 4 de maio de 1848 — data da instalação da Assembléia Constituinte —, ou seja, o *período de fevereiro* propriamente dito, pode ser chamado o *prólogo* da revolução. Seu caráter foi oficialmente expressado pelo fato de que o governo por ele improvisado apresentou-se como um governo *provisório* e, assim como o governo, tudo que era proposto, tentado ou enunciado durante esse período era proclamado apenas *provisório.* Nada e ninguém se atrevia a reclamar para si o direito de existência ou de ação real. Todos os elementos que haviam preparado ou feito a revolução — a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas — encontram provisoriamente seu lugar no *governo* de fevereiro.

Não podia ser de outra maneira. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando estalou o conflito de verdade, porém, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu nenhuma resistência séria e a monarquia fugiu, a república pareceu ser a seqüência lógica. Cada partido a interpretava a seu modo. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chancela e proclamou-a uma *república social.* Indicava-se, assim, o conteúdo geral da revolução moderna, conteúdo esse que estava na mais singular contradição com

[7] Frase de Mefistófeles no *Fausto* de Goethe. (N. do E.)

tudo que, com o material disponível, com o grau de educação atingido pelas massas, dadas as circunstâncias e condições existentes, podia ser imediatamente realizado na prática. Por outro lado, as pretensões de todos os demais elementos que haviam colaborado na Revolução de Fevereiro foram reconhecidas na parte de leão que obtiveram no governo. Em nenhum período, portanto, encontramos uma mistura mais confusa de frases altissonantes e efetiva incerteza e imperícia, aspirações mais entusiastas de inovação e um domínio mais arraigado da velha rotina, maior harmonia aparente em toda a sociedade e mais profunda discordância entre seus elementos. Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da monarquia de julho caíram por terra.

O *segundo período,* de 4 de maio de 1848 até fins de maio de 1849, é o período da *Constituição,* da *fundação da república burguesa.* Imediatamente após as jornadas de fevereiro, não só viu-se a oposição dinástica surpreendida pelos republicanos, e estes pelos socialistas, como toda a França foi surpreendida por Paris. A Assembléia Nacional, que se reunira a 4 de maio de 1848, sendo o resultado de eleições nacionais, representava a nação. Era um protesto vivo contra as presunçosas pretensões das jornadas de fevereiro e devia reduzir os resultados da revolução à escala burguesa. O proletariado de Paris, que compreendeu imediatamente o caráter dessa Assembléia Nacional, tentou em vão, a 15 de maio, poucos dias depois de sua instalação, anular pela força a sua existência, dissolvê-la, desintegrar novamente em suas partes componentes o organismo por meio do qual o ameaçava o espírito reacionário da nação. Como se sabe, o 15 de Maio não teve outro resultado senão o de afastar Blanqui e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública durante todo o ciclo que estamos considerando.

À *monarquia burguesa* de Luís Filipe só pode suceder uma *república burguesa,* ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, toda a burguesia governará agora em nome do povo. As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos, a que se deve pôr um paradeiro. A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte o proletariado de Paris respondeu com a *Insurreição de Junho,* o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o *lumpen-proletariado* organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento. Com essa derrota, o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária. Tenta readquirir o terreno perdido em todas as oportunidades que se apresentam, sempre que o movimento parece ganhar novo impulso, mas com uma energia

cada vez menor e com resultados sempre menores. Sempre que uma das camadas sociais superiores entra em efervescência revolucionária, o proletariado alia-se a ela e, conseqüentemente, participa de todas as derrotas sofridas pelos diversos partidos, umas depois das outras. Mas esses golpes sucessivos perdem sua intensidade à medida que aumenta a superfície da sociedade sobre a qual são distribuídos. Os dirigentes mais importantes do proletariado na Assembléia e na imprensa caem sucessivamente, vítima dos tribunais, e figuras cada vez mais equívocas assumem a sua direção. Lança-se em parte a *experiências doutrinárias, bancos de intercâmbio e associações operárias, ou seja, a um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta, pelo contrário, alcançar sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, tem por força que fracassar.* Parece incapaz de descobrir novamente em si a grandeza revolucionária ou de retirar novas energias dos novos vínculos que criou, até que *todas as classes* contra as quais lutou em junho estão, elas próprias, prostradas ao seu lado. Mas pelo menos sucumbe com as honras de uma grande luta histórico-universal; não só a França mas toda a Europa treme diante do terremoto de junho, ao passo que as sucessivas derrotas das classes mais altas custam tão pouco que só o exagero descarado do partido vitorioso pode fazê-las passar por acontecimentos, e são tanto mais ignominiosas quanto mais longe do proletariado está o partido derrotado.

A derrota dos insurretos de junho preparara e aplainara, indubitavelmente, o terreno sobre o qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demonstrara ao mesmo tempo que na Europa as questões em foco não eram apenas de "república ou monarquia". Revelara que aqui *república burguesa* significava o despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras. Provara que em países de velha civilização, com uma estrutura de classes desenvolvida, com condições modernas de produção, e com uma consciência intelectual na qual todas as idéias tradicionais se dissolveram pelo trabalho de séculos — *a república significava geralmente apenas a forma política da revolução da sociedade burguesa* e não sua *forma conservadora de vida,* como por exemplo nos Estados Unidos da América, onde, embora já existam classes, estas ainda não se fixaram, trocando ou permutando continuamente os elementos que as constituem em um fluxo contínuo, onde os modernos meios de produção, em vez de coincidir com uma superpopulação crônica, compensam, pelo contrário, a relativa escassez de cabeças e de braços, e onde, finalmente, o febril movimento juvenil da produção material, que tem um novo mundo para conquistar, não deixou nem tempo nem oportunidade de abolir a velha ordem de coisas.

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no *partido da ordem,* contra a classe proletária, considerada como o *partido da anarquia,* do socialismo, do comunismo. Tinham *"salvo"* a sociedade dos *"inimigos da sociedade".* Tinham dado como senhas a seu exército as palavras de ordem da velha sociedade — *"propriedade, família, religião, ordem"* — e proclamado aos cruzados da contra-revolução: "Sob este signo vencerás!" A partir

desse instante, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta assenhorear-se do campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe, sucumbe ante o grito: "Propriedade, família, religião, ordem". A sociedade é salva tantas vezes quantas se contrai o círculo de seus dominadores e um interesse mais exclusivo se impõe ao mais amplo. Toda reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais corriqueiro, do republicanismo mais formal, da democracia mais superficial, é simultaneamente castigada como um "atentado à sociedade" e estigmatizada como "socialismo". E, finalmente, os próprios pontífices da "religião e da ordem" são derrubados a pontapés de seus trípodes píticos, arrancados de seus leitos na calada da noite, atirados em carros celulares, lançados em masmorras ou mandados para o exílio; seu templo é totalmente arrasado, suas bocas trancadas, suas penas quebradas, sua lei reduzida a frangalhos em nome da religião, da propriedade, da família e da ordem. Os burgueses fanáticos pela ordem são mortos a tiros nas sacadas de suas janelas por bandos de soldados embriagados, a santidade dos seus lares é profanada, e suas casas são bombardeadas como diversão em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. Finalmente, a ralé da sociedade burguesa constitui *a sagrada falange da ordem* e o herói Crapulinski[8] se instala nas Tulherias como o *"salvador da sociedade"*.

II

Retomemos o fio dos acontecimentos.

A história da *Assembléia Nacional Constituinte* a partir das jornadas de junho é a *história do domínio e da desagregação da fração republicana da burguesia,* da fração conhecida pelos nomes de republicanos tricolores, republicanos puros, republicanos políticos, republicanos formalistas, etc.

Sob a monarquia burguesa de Luís Filipe, essa fração formara a *oposição* republicana *oficial* e era, conseqüentemente, parte integrante reconhecida do mundo político de então. Tinha seus representantes nas Câmaras e uma considerável esfera de ação na imprensa. Seu órgão parisiense, o *National,* era considerado tão respeitável, em seu gênero, como o *Journal des Débats.* Seu caráter correspondia à posição que ocupava sob a monarquia constitucional. Não era uma fração da burguesia unida por grandes interesses comuns e destacada das outras por condições específicas de produção. Era um grupo de burgueses de idéias republicanas — escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais do país contra Luís Filipe, à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e

[8] Crapulinski — Herói do poema de Heine, *Dois Cavaleiros.* Nessa personagem Heine leva a ridículo os nobres poloneses estróinas *(Crapulinski* vem da palavra francesa *crapule* = canalha, devasso). Marx alude aqui a Luís Bonaparte. (N. do E.)

sobretudo ao *nacionalismo francês,* cujo ódio aos acordos de Viena e à aliança com a Inglaterra eles atiçavam constantemente. Grande parte dos partidários com que contava o *National* durante o governo de Luís Filipe era devida a esse imperialismo camuflado, que pôde conseqüentemente enfrentá-lo mais tarde, durante a república, como um inimigo mortal na pessoa de Luís Bonaparte. Combatia a aristocracia financeira da mesma forma que todo o resto da oposição burguesa. As polêmicas contra o orçamento, que estavam, na França, estreitamente ligadas à luta contra a aristocracia financeira, proporcionavam uma popularidade demasiado barata e material para editoriais puritanos demasiado abundante para não ser explorado. A burguesia industrial estava-lhe agradecida por sua servil defesa do sistema protecionista francês, que ele aceitava, porém, mais por razões nacionais do que no interesse da economia nacional; a burguesia, como um todo, estava-lhe agradecida por suas torpes denúncias contra o comunismo e o socialismo. Quanto ao mais, o partido do *National* era *puramente republicano,* ou seja, exigia que a dominação burguesa adotasse formas republicanas ao invés de monárquicas e, principalmente, exigia a parte do leão nesse domínio. Relativamente às condições dessa transformação, não tinha um plano claro de ação. O que, pelo contrário, parecia-lhe claro como a luz do dia e era publicamente admitido nos banquetes reformistas dos últimos tempos do reinado de Luís Filipe era a sua impopularidade entre os democratas pequeno-burgueses e, em particular, perante o proletariado revolucionário. Esses republicanos puros — os republicanos puros são assim — estavam já a ponto de se contentar no momento com a regência da duquesa de Orléans, quando irrompeu a Revolução de Fevereiro e seus representantes mais conhecidos foram apontados para postos no governo provisório. Desde o início contavam, naturalmente, com o apoio da burguesia e com a maioria na Assembléia Nacional Constituinte. Os elementos *socialistas* do governo provisório foram imediatamente excluídos da Comissão Executiva formada pela Assembléia Nacional por ocasião de sua instalação, e o partido do *National* aproveitou a deflagração da insurreição de junho para dissolver também a *Comissão Executiva,* e livrar-se assim de seus rivais mais próximos, os *republicanos pequeno-burgueses* ou *republicanos democratas* (Ledru-Rollin, etc.). Cavaignac, o general do partido republicano burguês que comandara a batalha de junho, tomou o lugar da Comissão Executiva, com poderes quase ditatoriais. Marrast, ex-redator-chefe do *National,* tornou-se o presidente perpétuo da Assembléia Nacional Constituinte, e os ministérios, bem como todos os demais postos importantes, caíram em mãos dos republicanos puros.

A fração republicano-burguesa, que há muito se considerava a herdeira legítima da monarquia de julho, viu assim excedidas suas mais caras esperanças; alcançou o poder, não, porém, como sonhara, sob o governo de Luís Filipe, através de uma revolta liberal da burguesia contra o trono, e sim através de um levante do proletariado contra o capital, levante esse que foi sufocado a tiros de canhão. O que imaginara como o acontecimento *mais contra-revolucionário.* O fruto caiu-lhe nas mãos, mas caído da árvore do conhecimento e não da árvore da vida.

O *domínio* exclusivo *dos republicanos burgueses* durou apenas de 24 de junho a 10 de dezembro de 1848. Resumiu-se na *elaboração da Constituição republicana* e na proclamação do *estado de sítio em Paris.*

A nova *Constituição* era, no fundo, apenas a reedição, em forma republicana, da Carta constitucional de 1830. O limitado cadastro eleitoral da monarquia de julho, que excluía do domínio político mesmo uma grande parte da burguesia, era incompatível com a existência da república burguesa. Em vez dessas restrições, a Revolução de Fevereiro proclamara imediatamente o sufrágio universal e direto. Os republicanos burgueses não puderam desfazer esse ato. Tiveram que contentar-se com acrescentar uma cláusula instituindo a obrigatoriedade de pelo menos seis meses de residência no distrito eleitoral. A velha organização da administração, do sistema municipal, do sistema jurídico, militar, etc., permaneceu intacta ou, onde foi modificada pela Constituição, a modificação atingia o rótulo, não o conteúdo; o nome, não a coisa em si.

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião, etc., receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Com efeito, cada uma dessas liberdades é proclamada como direito *absoluto* do cidadão francês, mas sempre acompanhada da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos *"direitos iguais dos outros e pela segurança pública"* ou por "leis" destinadas a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública. Por exemplo: "Os cidadãos gozam do direito de associação, de reunir-se pacificamente e desarmados, de formular petições e de expressar suas opiniões, quer pela imprensa ou por qualquer outro modo. *O gozo desses direitos não sofre qualquer restrição, salvo as impostas pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública".* (Capítulo II, § 8, da Constituição Francesa.) "O ensino é livre. A liberdade de ensino será exercida dentro das condições estabelecidas pela lei e sob o supremo controle do Estado." (Ibidem, § 9.) "O domicílio de todos os cidadãos é inviolável, exceto nas condições prescritas na lei." (Capítulo II, § 3.) Etc., etc. A Constituição, por conseguinte, refere-se constantemente a futuras leis *orgânicas* que deverão pôr em prática aquelas restrições e regular o gozo dessas liberdades irrestritas de maneira que não colidam nem entre si nem com a segurança pública. E mais tarde essas leis orgânicas foram promulgadas pelos amigos da ordem e todas aquelas liberdades foram regulamentadas de tal maneira que a burguesia, no gozo delas, se encontra livre de interferência por parte dos direitos iguais das outras classes. Onde são vedadas inteiramente essas liberdades "aos outros" ou permitido o seu gozo sob condições que não passam de armadilhas policiais, isto é feito sempre apenas no interesse da "segurança pública", isto é, da segurança da burguesia, como prescreve a Constituição. Como resultado, ambos os lados invocam devidamente, e com pleno direito, a Constituição: os amigos da ordem, que ab-rogam todas essas liberdades, e os democratas, que as reivindicam. Pois cada parágrafo da Constituição encerra sua própria antítese, sua própria Câmara Alta e Câmara Baixa, isto é, liberdade na frase geral, ab-rogação da

liberdade na nota à margem. Assim, desde que o *nome* da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva — de acordo com a lei, naturalmente —, a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência *na vida real.*

Esta Constituição, tornada inviolável de maneira tão engenhosa, era, contudo, como Aquiles, vulnerável em um ponto; não no calcanhar, mas na cabeça, ou, por outra, nas duas cabeças em que se constituiu: de um lado, a *Assembléia Legislativa,* de outro, o *presidente.* Um exame da Constituição revelará que só os parágrafos onde é definida a relação do presidente com a Assembléia Legislativa são absolutos, positivos, não contraditórios, e sem tergiversação possível. Pois os republicanos burgueses tratavam, aqui, de garantir sua posição. Os §§ 45 a 70 da Constituição acham-se redigidos de tal maneira que a Assembléia Nacional tem poderes constitucionais para afastar o presidente, ao passo que este só inconstitucionalmente pode dissolver a Assembléia Nacional, suprimindo a própria Constituição. Ela mesma provoca, portanto, a sua violenta destruição. Não só consagra a divisão dos poderes, tal como a Carta de 1830, como a amplia a ponto de transformá-la em uma contradição insustentável. O *jogo dos poderes constitucionais,* como Guizot denominava as contendas parlamentares entre o Poder Legislativo e o Executivo, é, na Constituição de 1848, constantemente jogado *va-banque.*[9] De um lado estão setecentos e cinqüenta representantes do povo, eleitos por sufrágio universal e reelegíveis; constituem uma Assembléia Nacional incontrolável, indissolúvel, indivisível, uma Assembléia Nacional que desfruta de onipotência legislativa, decide em última instância sobre as questões de guerra, de paz e tratados comerciais, possui, só ela, o direito de anistia e, por seu caráter permanente, ocupa perpetuamente o proscênio. Do outro lado está o presidente, com todos os atributos do poder real, com autoridade para nomear e exonerar seus ministros independentemente da Assembléia Nacional, com todos os recursos do Poder Executivo em suas mãos, distribuindo todos os postos e dispondo, assim, na França, da existência de pelo menos um milhão e meio de pessoas, pois tantos são os que dependem das quinhentas mil autoridades e funcionários de todas as categorias. Tem atrás de si todo o poder das Forças Armadas. Goza do privilégio de conceder indulto individual aos criminosos, suspender a Guarda Nacional, destruir, com o beneplácito do Conselho de Estado, os conselhos gerais, cantonais e municipais eleitos pelos próprios cidadãos. A iniciativa e a direção de todos os tratados com países estrangeiros são faculdades reservadas a ele. Enquanto a Assembléia permanece constantemente em cena exposta às críticas da opinião pública, o presidente leva uma vida oculta nos Campos Elíseos, com o Artigo 45 da Constituição diante dos olhos e gravado no coração, a gritar-lhe diariamente: *Frère, il faut mourir!*[10] Teu poder cessa no segundo domingo do lindo mês de maio, no quarto ano após a tua eleição! Tua glória terminará então,

[9] Va-banque; apostar tudo o que se tem. (N. do E.)
[10] "Irmãos, tens que morrer!" (N. do E.)

a peça não é representada duas vezes, e se tens dívidas, cuida a tempo de saldá-las com os seiscentos mil francos que a Constituição te concede, a menos que prefiras ser recolhido a Clichy[11] na segunda-feira seguinte ao segundo domingo do lindo mês de maio! — Assim, enquanto a Constituição outorga poderes efetivos ao presidente, procura garantir para a Assembléia Nacional o poder moral. À parte o fato de que é impossível criar um poder moral mediante os parágrafos de uma lei, a Constituição mais uma vez se anula ao dispor que o presidente seja eleito por todos os franceses, através do sufrágio direto. Enquanto os votos da França são divididos entre os setecentos e cinqüenta membros da Assembléia Nacional, são aqui, pelo contrário, concentrados em um único indivíduo. Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos setecentos e cinqüenta candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, *ele* é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. A Assembléia Nacional eleita está em relação metafísica com a nação ao passo que o presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembléia Nacional exibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito nacional, enquanto que no presidente esse espírito nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembléia, ele possui uma espécie de direito divino; é presidente pela graça do povo.

Tétis, a deusa do mar, profetizara a Aquiles que ele morreria na flor da juventude. A Constituição que, como Aquiles, tinha seu ponto fraco, tinha também como Aquiles o pressentimento de que morreria cedo. Bastava que os republicanos puros empenhados na elaboração da Constituição baixassem o olhar do paraíso de sua república ideal e olhassem este mundo profano, para perceberem como a arrogância dos monarquistas, dos bonapartistas, dos democratas, dos comunistas, bem como seu próprio descrédito, cresciam diariamente à medida que sua obra de arte legislativa chegava ao término, sem que para isso Tétis tivesse que sair do mar e vir comunicar-lhes o seu segredo. Tentaram fugir ao destino por meio de um dispositivo constitucional, através do § 111, segundo o qual toda moção visando à *revisão da Constituição* tinha que ser apoiada pelo menos por três quartos dos votantes, em três debates sucessivos, entre os quais devia haver sempre um mês de intervalo, e que exigia, ademais, que pelos menos quinhentos membros da Assembléia Nacional participassem da votação. Com isto fizeram apenas a tentativa desesperada de exercer — como minoria a que profeticamente já se viam reduzidos — um poder que naquele momento, quando dispunham de maioria parlamentar e de todos os recursos da autoridade governamental, escapava-lhes dia a dia das mãos.

Finalmente a Constituição, em um parágrafo melodramático, se confia "à vigilância e ao patriotismo de todo o povo francês e de cada cidadão francês", depois de ter anteriormente confiado os "vigilantes" e "patriotas", em um outro

[11] Clichy, cárcere dos devedores. (N. do E.)

parágrafo, aos cuidados mais ternos e dedicados da Alta Corte de Justiça, a *Haute Cour,* expressamente criada para isso.

Esta era a Constituição de 1848, que a 2 de dezembro de 1851 não foi derrubada por uma cabeça, mas caiu por terra ao contato de um simples chapéu; esse chapéu, evidentemente, era um tricórnio napoleônico.

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham, na Assembléia, em criar, discutir e votar essa Constituição, fora da Assembléia Cavaignac mantinha o *estado de sítio em Paris.* O estado de sítio foi a parteira da Assembléia Constituinte em seus trabalhos de criação republicana. Se a Constituição foi subseqüentemente liquidada por meio de baionetas, é preciso não esquecer que foi também por baionetas, e estas voltadas contra o povo, que teve de ser protegida no ventre materno e trazida ao mundo. Os precursores dos "respeitáveis republicanos" haviam mandado seu símbolo, a bandeira tricolor, em uma excursão pela Europa. Eles próprios, por sua vez, produziram um invento que percorreu todo o Continente mas que retornava à França com amor sempre renovado, até que agora adquirira carta de cidadania na metade de seus departamentos — *o estado de sítio.* Um invento esplêndido, empregado periodicamente em todas as crises ocorridas durante a Revolução Francesa. O quartel e o bivaque, porém, que eram assim postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa a fim de comprimir-lhe o cérebro e reduzi-la à passividade; o sabre e o mosquetão, aos quais era periodicamente permitido desempenhar o papel de juízes e administradores, de tutores e censores, brincar de polícia e servir de guarda-noturno; o bigode e o uniforme periodicamente proclamados como sendo a mais alta expressão da sabedoria da sociedade e como seus guardiães — não deviam acabar forçosamente o quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme, tendo a idéia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertando completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma? O quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme tinham forçosamente que acabar tendo essa idéia, com tanto mais razão quanto poderiam então esperar também melhor recompensa por esses serviços mais importantes, ao passo que, através de um mero estado de sítio periódico e de passageiros salvamentos da sociedade a pedido desta ou daquela fração burguesa, conseguiam pouca coisa de sólido, exceto alguns mortos e feridos e algumas caretas amigáveis por parte dos burgueses. Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas? Além disso, seja dito de passagem, é preciso não esquecer que o *Coronel Bernard,* o mesmo presidente da comissão militar que, sob Cavaignac, ajudara a deportar sem julgamento quinze mil insurretos, estava novamente à frente das comissões militares que atuavam em Paris.

Se, com o estado de sítio na capital francesa, os respeitáveis e puros republicanos plantaram o viveiro em que haviam de crescer os pretorianos do 2 de dezembro de 1851, são, por outro lado, dignos de louvor porque, em vez de exagerarem o sentimento nacional, como foi o caso de Luís Filipe, agora que dispu-

nham do poder nacional, rastejavam diante dos países estrangeiros e, em vez de libertar a Itália, deixaram que fosse reconquistada pelos austríacos e napolitanos. A eleição de Luís Bonaparte como presidente, em 10 de dezembro de 1848, pôs fim à ditadura de Cavaignac e à Assembléia Constituinte.

O § 44 da Constituição declara: "O presidente da República Francesa não deverá ter perdido nunca sua cidadania francesa". O primeiro presidente da República Francesa, L. N. Bonaparte, tinha não só perdido sua cidadania francesa, não só fora um agente especial dos ingleses, mas era até naturalizado suíço.

Tratei em outra passagem do significado da eleição de 10 de dezembro. Não voltarei ao assunto aqui. Será suficiente observar que foi uma *reação dos camponeses,* que tinham tido que pagar as custas da Revolução de Fevereiro, contra as demais classes da nação, uma *reação do campo contra a cidade.* Esta reação encontrou grande apoio no exército, ao qual os republicanos do *National* não haviam dado nem glória nem remuneração adicional, entre a alta burguesia, que saudou Bonaparte como uma ponte para a monarquia, entre os proletários e pequeno-burgueses, que o saudaram como um flagelo para Cavaignac. Terei oportunidade mais adiante de examinar mais detalhadamente a relação dos camponeses com a Revolução Francesa.

O período compreendido de 20 de dezembro de 1848 à dissolução da Assembléia Constituinte em maio de 1849 abrange a história do ocaso dos republicanos burgueses. Após terem fundado uma república para a burguesia, expulsado do campo de luta o proletariado revolucionário e reduzido momentaneamente ao silêncio a pequena burguesia democrática, são eles mesmos postos de lado pela massa da burguesia, que com justa razão reclama essa república como *sua propriedade.* Essa massa era, porém, monárquica. Parte dela, os grandes latifundiários, dominara durante a *Restauração* e era, portanto, *legitimista.* A outra parte, os aristocratas da finança e os grandes industriais, havia dominado durante a Monarquia de Julho e era, conseqüentemente, *orleanista.* Os altos dignitários do exército, da universidade, da igreja, da Justiça, da academia e da imprensa podiam ser encontrados dos dois lados, embora em proporções várias. Aqui, na república burguesa, que não ostentava nem o nome de *Bourbon* nem o nome de *Orléans,* e sim o nome de *Capital,* haviam encontrado a forma de governo na qual podiam governar *conjuntamente.* A insurreição de junho já os unira no "partido da ordem". Era agora necessário, em primeiro lugar, afastar o núcleo de republicanos burgueses que ocupavam ainda as cadeiras da Assembléia Nacional. Na mesma proporção em que esses republicanos puros haviam sido brutais em seu emprego da força física contra o povo, eram agora covardes, dissimulados, desanimados e incapazes de lutar na hora da retirada, quando se tratava de assegurar seu republicanismo e seus direitos legislativos contra o Poder Executivo e os monarquistas. Não preciso relatar aqui a história ignominiosa de sua dissolução. Não sucumbiram; desapareceram. Sua história terminou para sempre, e tanto dentro como fora da Assembléia figuram no período seguinte apenas como recordações, recordações que parecem reviver sempre que o mero nome *república* está novamente em causa e sempre que o conflito revolucionário amea-

ça descer ao nível mais baixo. Posso observar de passagem que o jornal que deu seu nome a esse partido, o *National,* foi convertido ao socialismo no período seguinte.

Antes de terminarmos com este período, precisamos ainda lançar um olhar retrospectivo aos dois poderes, um dos quais aniquilou o outro a 2 de dezembro de 1848 até a dissolução da Assembléia Constituinte. Referimo-nos a Luís Bonaparte, de um lado, e ao partido dos monarquistas coligados, o partido da ordem, da alta burguesia, do outro. Ao ascender à presidência Bonaparte formou imediatamente um Ministério com base no partido da ordem, à frente do qual colocou Odilon Barrot, o velho dirigente, *nota bene,* da fração mais liberal da burguesia parlamentar. O Sr. Barrot havia finalmente conseguido a pasta ministerial cujo espectro o perseguia desde 1830 e, melhor ainda, a chefia do Ministério; não, todavia, como imaginara sob Luís Filipe, como o dirigente mais avançado da oposição parlamentar, mas sim com a tarefa de liquidar um Parlamento e como aliado dos seus piores inimigos, os jesuítas e os legitimistas. Trouxe finalmente a noiva para casa, mas só depois de prostituída. O próprio Bonaparte parecia ter-se apagado completamente. Esse partido agia por ele.

Logo na primeira reunião do conselho de ministros foi resolvida a expedição a Roma que, concordou-se, seria feita à revelia da Assembléia Nacional, da qual seriam arrancadas as verbas necessárias sob falsos pretextos. Assim, começaram burlando a Assembléia Nacional e conspirando secretamente com o poderes absolutistas do estrangeiro contra a república romana revolucionária. Foi do mesmo modo e por meio das mesmas manobras que Bonaparte preparou o seu golpe do 2 de Dezembro contra o Legislativo realista e sua República Constitucional. É preciso não esquecer que o mesmo partido que formou o Ministério de Bonaparte a 20 de dezembro de 1848 constituía a maioria da Assembléia Nacional Legislativa a 2 de dezembro de 1851.

Em agosto a Assembléia Constituinte decidira só dissolver-se depois de ter elaborado e promulgado toda uma série de leis orgânicas que deveriam complementar a Constituição. A 6 de janeiro de 1849 o partido da ordem fez com que um deputado de nome Rateau apresentasse moção propondo que a Assembléia interrompesse a discussão das leis orgânicas e decidisse sobre *sua própria dissolução.* Não só o Ministério, chefiado por Odilon Barrot, mas todos os membros monarquistas da Assembléia Nacional, indicaram nesse momento, em termos imperiosos, que a dissolução era necessária para a restauração do crédito, para a consolidação da ordem, para pôr fim aos indefinidos arranjos provisórios e estabelecer uma situação definitiva; que a Assembléia impedia a atuação do novo governo e procurava prolongar sua existência apenas com intuitos malévolos; que o país estava farto dela. Bonaparte tomou nota de todas essas invectivas contra o Poder Legislativo, aprendeu-as de cor e a 2 de dezembro de 1851 demonstrou aos parlamentares monarquistas que havia aproveitado a lição. Voltou contra eles os seus próprios argumentos.

O Ministério Barrot e o partido da ordem foram mais longe. Fizeram com que de toda a França fossem dirigidas *petições à Assembléia Nacional,* nas quais

se requeria amavelmente que levantasse acampamento. Levaram, assim, as massas desorganizadas do povo à luta contra a Assembléia Nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo. Ensinaram Bonaparte a apelar para o povo contra as assembléias parlamentares. Finalmente, a 29 de janeiro de 1849, chegou o dia no qual a Assembléia Constituinte deveria decidir sobre sua própria dissolução. Encontrou o edifício em que se realizavam suas sessões ocupado pelos militares; Changarnier, o general do partido da ordem, em cujas mãos se concentrava o comando supremo da Guarda Nacional e das tropas de linha, realizou em Paris uma grande revista de tropas, como se uma batalha estivesse iminente, e os monarquistas coligados declararam ameaçadoramente à Assembléia Constituinte que seria empregada a força caso ela se mostrasse pouco dócil. A Assembléia mostrou-se dócil e ganhou apenas o brevíssimo período adicional de vida que negociara. Que foi o 29 de Janeiro senão o *golpe de Estado* de 2 de dezembro de 1851, realizado desta vez pelos monarquistas juntamente com Bonaparte contra a Assembléia Nacional republicana? Esses senhores não perceberam, ou não quiseram perceber, que Bonaparte se valeu do 29 de Janeiro de 1849 para fazer com que uma parte das tropas desfilasse diante dele nas Tulherias e aproveitou avidamente essa primeira convocação do poder militar contra o poder parlamentar para evocar Calígula. Eles, naturalmente, viam apenas o seu Changarnier.

Um dos motivos que levaram especialmente o partido da ordem a encurtar pela força a duração da vida da Assembléia Constituinte foram as leis *orgânicas* suplementares à Constituição, tais como a lei do ensino, a lei sobre o culto religioso, etc. Para os monarquistas coligados, era da maior importância que eles próprios elaborassem essas leis, evitando que fossem feitas pelos republicanos que já se mostravam desconfiados. Entre essas leis orgânicas, entretanto, havia também uma lei regulamentando as responsabilidades do presidente da República. Em 1851 a Assembléia Legislativa ocupava-se precisamente da redação dessa lei quando Bonaparte impediu esse *golpe* com o *golpe* de 2 de dezembro. Que não teriam dado os monarquistas coligados em sua campanha parlamentar de inverno de 1851 para terem à mão já pronta esta Lei Sobre a Responsabilidade Presidencial e elaborada, ademais, por uma Assembléia republicana desconfiada e hostil!

Depois que a Assembléia Constituinte havia ela própria desmantelado sua última arma a 29 de janeiro de 1849, o Ministério Barrot e os amigos da ordem perseguiram-na até a morte, não deixaram por fazer nada que pudesse humilhá-la e arrancaram de sua desesperada debilidade leis que custaram o derradeiro resquício de respeito aos olhos do público. Bonaparte, ocupado com sua idéia fixa napoleônica, foi suficientemente atrevido para explorar publicamente essa degradação do poder parlamentar. Pois quando a 8 de maio de 1849 a Assembléia Nacional aprovou um voto de censura do Ministério em vista da ocupação de Civitavecchia por Oudinot e ordenou-lhe que reduzisse a expedição romana ao objetivo proposto, Bonaparte na mesma noite publicou no *Moniteur* uma carta a Oudinot, na qual se congratulava com ele por suas proezas heróicas e, em con-

traste com os escribas parlamentares, assumiu já a pose de generoso protetor do exército. Isto provocou sorrisos dos monarquistas que o consideravam apenas como enganado por eles. Finalmente, quando Marrast, o presidente da Assembléia Constituinte, acreditou por um momento que a segurança da Assembléia Nacional estava em perigo e, confiando na Constituição, requisitou um coronel com seu regimento, o coronel negou-se a atender, invocou a disciplina e recomendou que Marrast apelasse para Changarnier; este repeliu com desprezo o pedido, observando que não gostava de *baionetas inteligentes*. Em novembro de 1851, quando os monarquistas coligados quiseram iniciar a luta decisiva contra Bonaparte, tentaram introduzir por meio de seu célebre *Projeto dos Questores* o princípio da requisição direta de tropas pelo presidente da Assembléia Nacional. Um de seus generais, Leflô, subscrevera o projeto. Em vão Changarnier votou a favor da proposta e Thiers rendeu homenagem à previdência da antiga Assembléia Constituinte. O *ministro da Guerra, Saint-Arnaud,* respondeu-lhe como Changarnier respondera a Marrast — o que lhe valeu a aclamação da Montanha!

Foi assim que o próprio *partido da ordem,* quando não constituía ainda a Assembléia Nacional, quando era ainda apenas o Ministério, estigmatizou o *regime parlamentar*. E brada aos céus quando o 2 de Dezembro de 1851 baniu esse regime da França!

III

A Assembléia Legislativa Nacional reuniu-se a 28 de maio de 1849. A 2 de dezembro de 1851 foi dissolvida. Esse período cobre a vida efêmera da *república constitucional* ou *república parlamentar*.

Na primeira Revolução Francesa, o domínio dos *constitucionalistas* é seguido do domínio dos *girondinos* e o domínio dos *girondinos* pelo dos *jacobinos*. Cada um desses partidos se apóia no mais avançado. Assim que impulsiona a revolução o suficiente para se tornar incapaz de levá-la mais além, e muito menos de marchar à sua frente, é posto de lado pelo aliado mais audaz que vem atrás e mandado à guilhotina. A Revolução move-se, assim, ao longo de uma linha ascensional.

Com a Revolução de 1848 dá-se o inverso. O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apóia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição, os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apóiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das Forças Armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por trás aquele que procura

empurrá-lo para a frente e apóia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admirar que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A Revolução move-se, assim, em linha descendente. Encontra-se nesse estado de movimento regressivo antes mesmo de ser derrubada a última barricada de fevereiro e constituído o primeiro órgão revolucionário.

O período que temos diante de nós abrange a mais heterogênea mistura de contradições clamorosas: constitucionalistas que conspiram abertamente contra a Constituição; revolucionários declaradamente constitucionalistas; uma Assembléia Nacional que quer ser onipotente e permanece sempre parlamentar; uma Montanha que encontra sua vocação na paciência e se consola de suas derrotas atuais com profecias de vitórias futuras; realistas que são *patres conscripti*[12] da república e que são forçados pela situação a manter no estrangeiro as casas reais hostis, de que são partidários, e a manter na França a república que odeiam; um Poder Executivo que encontra sua força em sua própria debilidade e sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma república que nada mais é do que a infâmia combinada de duas monarquias, a Restauração e a Monarquia de Julho, com rótulo imperialista; alianças cuja primeira cláusula é a separação; lutas cuja primeira lei é a indecisão; agitação desenfreada e desprovida de sentido em nome da tranqüilidade, os mais solenes sermões sobre a tranqüilidade em nome da Revolução; paixões sem verdade, verdades sem paixões, heróis sem feitos heróicos, história sem acontecimentos; desenvolvimento cuja única força propulsora parece ser o calendário, fatigante pela constante repetição das mesmas tensões e relaxamentos; antagonismos que parecem evoluir periodicamente para um clímax, unicamente para se embotarem e desaparecer sem chegar a resolver-se; esforços pretensiosamente ostentados e terror filisteu ante o perigo de o mundo acabar-se, e ao mesmo tempo as intrigas mais mesquinhas e comédias palacianas representadas pelos salvadores do mundo que, em seu *laisser aller,*[13] recordam mais do que o dia do juízo final os tempos da Fronda — o gênio coletivo oficial da França reduzido a zero pela estupidez astuciosa de um único indivíduo; a vontade coletiva da nação, sempre que se manifesta por meio do sufrágio universal, buscando sua expressão adequada nos inveterados inimigos dos interesses das massas, até que finalmente a encontra na obstinação de um flibusteiro. Se existe na história do mundo um período sem nenhuma relevância, é este. Os homens e os acontecimentos aparecem como Schlemihl[14] invertidos, como sombras que perderam seus corpos. A Revolução paralisa seus próprios portadores, e dota apenas os adversários de uma força apaixonada. Quando o "espectro vermelho", continuamente conjurado e exorcizado pelos contra-revolucionários, finalmente aparece, não traz à cabeça o barrete frígio da anarquia, mas enverga o uniforme da ordem, *os culotes vermelhos.*

[12] *Patres conscripti:* senadores romanos. (N. do E.)

[13] *Laisser aller:* deixar os acontecimentos seguirem seu curso. (N. do E.)

[14] *Schlemihl:* Herói do *Peter Schlemihl* de Adalbert von Chamisso. Peter Schlemihl vendeu sua sombra por riquezas, pondo-se depois a procurá-la pelo mundo inteiro. (N. do E.)

Vimos que o Ministério nomeado por Bonaparte no dia de sua ascensão, 20 de dezembro de 1848, era um Ministério do partido da ordem, da coligação legitimista e orleanista. Esse Ministério Barrot-Falloux sobrevivera à Assembléia Constituinte republicana, cujo termo de vida cortara de um modo mais ou menos violento, e encontrava-se ainda ao leme. Changarnier, o general dos monarquistas coligados, continuou a reunir em sua pessoa o comando geral da Primeira Divisão do Exército e da Guarda Nacional de Paris. Finalmente, as eleições gerais haviam assegurado ao partido da ordem uma ampla maioria na Assembléia Nacional. Os deputados e pares de Luís Filipe defrontaram-se aqui com uma hoste sagrada de legitimistas, para os quais muitos dos votos da nação haviam-se transformado em cartões de ingresso para o teatro político. A representação bonapartista era por demais escassa para poder formar um partido parlamentar independente. Aparecia apenas como *mauvaise queue*[15] do partido da ordem. O partido da ordem encontrava-se, assim, de posse do poder governamental, do exército e do Poder Legislativo, em suma, de todo o poder estatal; fora moralmente fortalecido pelas eleições gerais, que fizeram aparecer o seu domínio como sendo a expressão da vontade do povo, e pelo simultâneo triunfo da contra-revolução em todo o continente europeu.

Nunca um partido iniciou sua campanha com tantos recursos ou sob auspícios tão favoráveis.

Os *republicanos puros* naufragados verificaram que estavam reduzidos a um grupo de cerca de cinqüenta homens na Assembléia Legislativa Nacional, chefiados pelos generais africanos Cavaignac, Lamoricière e Bedeau. O grande partido da oposição, entretanto, era constituído pela Montanha: o partido *social-democrata* adotara no Parlamento este nome de batismo. Comandava mais de duzentos dos setecentos e cinqüenta votos da Assembléia Nacional e era, por conseguinte, pelo menos tão poderoso quanto qualquer das três frações do partido da ordem tomadas isoladamente. Sua inferioridade numérica em comparação com toda a coligação monarquista parecia estar compensada por circunstâncias especiais. Não só as eleições departamentais demonstraram que ele havia conquistado um número considerável de partidários entre a população rural como contava em suas fileiras com quase todos os deputados eleitos por Paris; o exército fizera profissão de fé democrática elegendo três suboficiais, e o líder da Montanha, Ledru-Rollin, em contraste com todos os representantes do partido da ordem, fora elevado à nobreza parlamentar por cinco departamentos, que haviam concentrado nele a sua votação. Em vista dos inevitáveis choques entre os monarquistas e de todo o partido da ordem com Bonaparte, a 28 de maio de 1849 a Montanha parecia ter diante de si todos os elementos de êxito. Quinze dias depois perdia tudo, inclusive a honra.

Antes de prosseguirmos com a história parlamentar desta época, tornam-se necessárias algumas observações a fim de evitar as concepções errôneas tão comuns a respeito do caráter geral da época que temos diante de nós. Aos olhos dos

[15] *Mauvaise queue:* apêndice ruim. (N. do E.)

democratas, o período da Assembléia Legislativa Nacional caracterizava-se pelo mesmo problema vivido durante a Assembléia Constituinte: a simples luta entre republicanos e monarquistas. Resumiam, entretanto, o movimento propriamente dito em uma só palavra: *"reação"* — noite em que todos os gatos são pardos e que lhes permite desfiar todos os seus lugares-comuns de guarda-noturno. E, certamente, à primeira vista, o partido da ordem revela um emaranhado de diferentes facções monarquistas, que não só intrigam uma contra a outra, cada qual tentando elevar ao trono o seu próprio pretendente e excluir o da facção contrária, como se unem todas no ódio comum e nas investidas comuns contra a "república". Em contraste com essa conspiração monarquista, a Montanha, por seu lado, aparece como representante da "república". O partido da ordem parece estar perpetuamente empenhado em uma "reação", dirigida contra a imprensa, o direito de associações e coisas semelhantes, uma reação nem mais nem menos como a que sucedeu na Prússia, e que, como na Prússia, é exercida na forma de brutal interferência policial por parte da burocracia, da gendarmaria e dos tribunais. A Montanha, por sua vez, está igualmente ocupada em aparar esses golpes, defendendo assim os "eternos direitos do homem", como todos os partidos supostamente populares vêm fazendo, mais ou menos, há um século e meio. Quando, porém, se examina mais de perto a situação e os partidos, desaparece essa aparência superficial que dissimula a *luta de classes* e a fisionomia peculiar da época.

Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flores-de-lis e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa de Orléans, diferentes matizes do monarquismo? sob os Bourbons governara a *grande propriedade territorial,* com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o *capital,* com seu séquito de advogados, professores e oradores melífluos. A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses *arrivistas.* O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípios, eram suas condições materiais de existência, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade entre o capital e o latifúndio. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias, e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real — *quem o* nega? Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que asseparava era sua lealdade às duas casas reais, os fatos provaram mais tarde que o que

impedia a união de ambas era mais a divergência de seus interesses. E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas. Se cada lado desejava levar a cabo a *restauração de sua própria* casa real, contra a outra, isto significava apenas que cada um dos *dois grandes interesses* em que se divide a *burguesia* — o latifúndio e o capital — procurava restaurar sua própria supremacia e suplantar o outro. Falamos em dois interesses da burguesia porque a grande propriedade territorial, apesar de suas tendências feudais e de seu orgulho de raça, tornou-se completamente burguesa com o desenvolvimento da sociedade moderna. Também os *tories*[16] na Inglaterra imaginaram por muito tempo entusiasmar-se pela monarquia, a igreja e as maravilhas da velha Constituição inglesa, até que a hora do perigo arrancou-lhes a confissão de que se entusiasmam apenas pela *renda territorial.*

Os monarquistas coligados intrigavam-se uns contra os outros pela imprensa, em Ems, em Claremont, fora do Parlamento. Atrás dos bastidores envergavam novamente suas velhas librés orleanistas e legitimistas e novamente se empenhavam nas velhas disputas. Mas diante do público, em suas grandes representações de Estado, como grande partido parlamentar, iludem suas respectivas casas reais com simples mesuras e adiam *in infinitum* a restauração da monarquia. Exercem suas verdadeiras atividades como *partido da ordem,* ou seja, sob um rótulo *social,* e não sob um rótulo *político;* como representantes do regime burguês, e não como paladinos de princesas errantes; como classe burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos. E como partido da ordem exerciam um poder mais amplo e severo sobre as demais classes da sociedade do que jamais haviam exercido sob a Restauração ou sob a Monarquia de Julho, um poder que, de maneira geral, só era possível sob a forma de república parlamentar, pois apenas sob esta forma podiam os dois grandes setores da burguesia francesa unir-se e, assim, pôr na ordem do dia o domínio de sua classe, em vez do regime de uma facção privilegiada desta classe. Se, não obstante, como partido da ordem, insultavam também a república e manifestavam a repugnância que sentiam por ela, isto não era devido apenas a recordações monarquistas. O instinto ensinava-lhes que a república, é bem verdade, torna completo seu domínio político, mas ao mesmo tempo solapa suas fundações sociais, uma vez que têm agora de se defrontar com as classes subjugadas e lutar com elas sem qualquer mediação, sem poderem esconder-se atrás da coroa, sem poderem desviar o interesse da nação com as lutas secundárias que sustentavam entre si e contra a monarquia. Era um sentimento de fraqueza que os fazia recuar das condições puras do domínio de sua própria classe e ansiar pelas antigas formas, mais incompletas, menos desenvolvidas e portanto menos perigosas, desse

[16] Membros do partido conservador inglês. (N. do E.)

domínio. Por outro lado, cada vez que os monarquistas coligados entram em conflito com o pretendente que se lhes opunha, com Bonaparte, cada vez que julgam sua onipotência parlamentar ameaçada pelo Poder Executivo, cada vez, portanto, que têm que exibir o título político de seu domínio, apresentam-se como *republicanos* e não como *monarquistas,* desde o orleanista Thiers, que adverte a Assembléia Nacional de que a república é o que menos os separa, até o legitimista Berryer que, a 2 de dezembro de 1851, cingindo uma faixa tricolor, arenga o povo reunido diante da prefeitura do décimo distrito em nome da república. É claro que um eco zombeteiro responde-lhe: Henrique V! Henrique V!

Contra a burguesia coligada fora formada uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido social-democrata. A pequena burguesia percebeu que tinha sido mal recompensada depois das jornadas de junho de 1848, que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução. Em vista disto, aliou-se aos operários. Por outro lado, sua representação parlamentar, a Montanha, posta à margem durante a ditadura dos republicanos burgueses, reconquistara na segunda metade do período da Assembléia Constituinte sua popularidade perdida com a luta contra Bonaparte e os ministros monarquistas. Concluíra uma aliança com os dirigentes socialistas. Em fevereiro de 1849 a reconciliação foi comemorada com banquetes. Foi elaborado um programa comum, organizados comitês eleitorais comuns e lançados candidatos comuns. Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a firma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a *social-democracia.* A nova Montanha, resultado dessa combinação, continha, além de alguns figurantes tirados da classe operária e de alguns socialistas sectários, os mesmos elementos da velha Montanha, mas mais fortes numericamente. Em verdade, ela se tinha modificado no curso do desenvolvimento, com a classe que representava. O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. Só que não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições *especiais* para sua emancipação são as condições *gerais* sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todos *shopkeepers* (lojistas) ou defensores entusiastas destes últimos. Segundo sua formação e posição individual, podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena

burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os *representantes políticos* e literários de uma classe e a classe que representam.

Depois desta análise, é evidente que se a Montanha lutava continuamente contra o partido da ordem em prol da república e dos chamados direitos do homem, nem a república nem os direitos do homem constituíam seu objetivo final, da mesma maneira por que um exército ao qual se quer despojar de suas armas e que resiste não entrou em luta com o objetivo de conservar a posse de suas armas.

Logo que se reuniu a Assembléia Nacional, o partido da ordem provocou a Montanha. A burguesia sentia agora a necessidade de acabar com a pequena-burguesia democrática, assim como um ano atrás compreendera a necessidade de ajustar contas com o proletariado revolucionário. Apenas, a situação do adversário era diferente. A força do partido proletário estava nas ruas, ao passo que a da pequena-burguesia estava na própria Assembléia Nacional. Tratava-se, pois, de atraí-los para fora da Assembléia Nacional, para as ruas, e fazer com que eles mesmos destroçassem sua força parlamentar antes que o tempo e as circunstâncias pudessem consolidá-la. A Montanha precipitou-se de corpo e alma na armadilha.

O bombardeio de Roma pelas tropas francesas foi a isca que lhe atiraram. Violava o Artigo 5 da Constituição, que proíbe a República Francesa de empregar suas forças militares contra a liberdade de outro povo. Além disso, o Artigo 54 proibia qualquer declaração de guerra por parte do Poder Executivo sem o assentimento da Assembléia Nacional, e em resolução de 8 de maio a Assembléia Constituinte expressara sua desaprovação à expedição romana. Baseado nisso, a 11 de junho de 1849 Ledru-Rollin apresentou um projeto de *impeachment* contra Bonaparte e seus ministros. Exasperado pelas alfinetadas de Thiers, deixou-se na realidade arrastar, a ponto de ameaçar defender a Constituição por todos os meios, inclusive de armas na mão. A Montanha levantou-se como um só homem e repetiu esse apelo às armas. A 12 de junho a Assembléia Nacional rejeitou o projeto de *impeachment* e a Montanha deixou o Parlamento. Os acontecimentos de 13 de junho são conhecidos: a proclamação lançada por uma ala da Montanha declarando Bonaparte e seus ministros "fora da Constituição"; a passeata da Guarda Nacional democrática que, desarmada como estava, dispersou-se ao defrontar as tropas de Changarnier, etc., etc. Uma parte da Montanha fugiu para o estrangeiro; outra parte foi citada pelo Supremo Tribunal de Bourges, e uma resolução parlamentar submeteu os restantes à vigilância de bedel do presidente da Assembléia Nacional. O estado de sítio foi novamente declarado em Paris e a ala democrática da Guarda Nacional dissolvida. Quebrou-se, assim, a influência da Montanha no Parlamento e a força da pequena burguesia em Paris.

Lyon, onde o 13 de Junho dera a senha para uma sangrenta insurreição operária, foi, juntamente com os cinco departamentos adjacentes, declarada igualmente sob estado de sítio, situação que perdura até o presente momento.

A maior parte da Montanha abandonara sua vanguarda na hora difícil, recusando-se a assinar a proclamação. A imprensa desertara, apenas dois jornais ousando publicar o *pronunciamento*. A pequena burguesia traiu seus representantes, pelo fato de a Guarda Nacional ou não aparecer ou, onde apareceu, impedir o levantamento de barricadas. Os representantes, por sua vez, ludibriaram a pequena-burguesia, pelo fato de que os seus pretensos aliados do exército não apareceram em lugar nenhum. Finalmente, em vez de ganhar forças com o apoio do proletariado, o partido democrático infetara o proletariado com sua própria fraqueza e, como costuma acontecer com os grandes feitos dos democratas, os dirigentes tiveram a satisfação de poder acusar o "povo" de deserção, e o povo a satisfação de poder acusar seus dirigentes de o terem iludido.

Raramente fora uma ação anunciada tão estrepitosamente como a iminente campanha da Montanha, raramente um acontecimento fora alardeado com tanta segurança ou com tanta antecedência como a vitória inevitável da democracia. É mais do que certo que os democratas acreditam nas trombetas diante de cujos toques ruíram as muralhas de Jericó. E sempre que enfrentam as muralhas do despotismo procuram imitar o milagre. Se a Montanha queria vencer no Parlamento, não devia ter apelado para as armas. Se apelou para as armas no Parlamento, não devia ter-se comportado nas ruas de maneira parlamentar. Se a demonstração pacífica tinha um caráter sério, então era loucura não prever que teria uma recepção belicosa. Se se pretendia realizar uma luta efetiva, então era uma idéia esquisita depor as armas com que teria que ser conduzida esta luta. Mas as ameaças revolucionárias da pequena burguesia e de seus representantes democráticos não passam de tentativas de intimidar o adversário. E quando se vêem em um beco sem saída, quando se comprometeram o suficiente para tornar necessário levar a cabo suas ameaças, fazem-no então de maneira ambígua, que evita principalmente os meios de alcançar o objetivo, e tenta encontrar pretextos para sucumbir. A estrepitosa abertura que anunciou a contenda perde-se em um murmúrio pusilânime assim que a luta tem que começar; os atores deixam de se levar a *sério*, e a peça murcha lamentavelmente, como um balão furado.

Nenhum partido exagera mais os meios de que dispõe, nenhum se ilude com tanta leviandade sobre a situação como o partido democrático. Como uma ala do exército votara a seu favor, a Montanha estava agora convencida de que o exército se levantaria ao seu lado. E em que situação? Em uma situação que, do ponto de vista das tropas, não tinha outro significado senão o de que os revolucionários haviam-se colocado ao lado dos soldados romanos, contra os soldados franceses. Por outro lado, as recordações de junho de 1848 ainda estavam muito frescas para provocar outra coisa que não fosse a profunda aversão do proletariado à Guarda Nacional e a completa desconfiança dos chefes das sociedades secretas nos dirigentes democráticos. Para superar essas diferenças era necessário que grandes interesses comuns estivessem em jogo. A violação de um parágrafo

abstrato da Constituição não poderia criar esses interesses. Não fora a Constituição violada repetidas vezes, segundo afirmavam os próprios democratas? Não haviam os periódicos mais populares estigmatizado essa Constituição como sendo obra desconchavada de contra-revolucionários? Mas o democrata, por representar a pequena burguesia, ou seja, *uma classe de transição,* na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente suas arestas, imagina estar acima dos antagonismos de classes em geral. Os democratas admitem que se defrontam com uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação, constituem o *povo.* O que eles representam é o *direito do povo;* o que interessa a eles é o *interesse do povo.* Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Têm apenas que dar o sinal e o *povo,* com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os *opressores.* Mas se na prática seus interesses mostram-se sem interesse, e sua potência, impotência, então ou a culpa cabe aos sofistas perniciosos, que dividem o *povo indivisível* em diferentes campos hostis, ou o exército estava por demais embrutecido e cego para compreender que os puros objetivos da democracia são o que há de melhor para ele, ou tudo fracassou devido a um detalhe na execução, ou então um imprevisto estragou desta vez a partida. Haja o que houver, o democrata sai da derrota mais humilhante, tão imaculado como era inocente quando entrou na questão, com a convicção recém-adquirida de que terá forçosamente que vencer, não porque ele e seu partido deverão abandonar o antigo ponto de vista, mas, pelo contrário, porque as condições têm que amadurecer para se porem de acordo com ele.

Não se deve imaginar, por conseguinte, que a Montanha, dizimada e destroçada como estava, e humilhada pelo novo regulamento parlamentar, estivesse especialmente desconsolada. Se o 13 de Junho removera seus dirigentes, tinha, por outro lado, aberto vaga para homens de menor envergadura, que se sentiam desvanecidos com esta nova posição. Se sua impotência no Parlamento já não deixava lugar a dúvida, tinham agora o direito de limitar suas atividades a rasgos de indignação moral e ruidosa oratória. Se o partido da ordem simulava ver encarnados nele os últimos representantes oficiais da Revolução e todos os horrores da anarquia, podiam mostrar-se na realidade ainda mais insípidos e modestos. Consolaram-se, entretanto, pelo 13 de Junho, com esta sentença profunda: Mas se ousarem investir contra o sufrágio universal, bem, então, lhes mostraremos de que somos capazes! *Nous verrons!*[17]

Quanto aos *montagnards*[18] que haviam fugido para o estrangeiro, basta observar aqui que Ledru-Rollin, em vista de ter conseguido arruinar irremediavelmente, em menos de quinze dias, o poderoso partido que chefiava — via-se agora chamado a formar um governo francês *in partibus;* que à medida que caía o nível da Revolução e os maiorais oficiais da França oficial diminuíam de tamanho, sua

[17] Veremos! (N. do E.)
[18] Deputados da Montanha. (N. do E.)

figura à distância, fora do campo de ação, parecia crescer em estatura; que podia figurar como pretendente republicano para 1852, e que dirigia circulares periódicas aos valáquios e a outros povos, nas quais os déspotas do continente eram ameaçados com as façanhas dele e de seus confederados. Estaria Proudhon inteiramente errado quando gritou a esses senhores: *"Vous n'êtes que des blagueurs"?*[19]

A 13 de junho o partido da ordem não tinha apenas destroçado a Montanha: tinha efetuado a *subordinação da Constituição às decisões majoritárias da Assembléia Nacional.* E compreendia a república da seguinte maneira: que a burguesia governa aqui sob formas parlamentares, sem encontrar, como na monarquia, quaisquer barreiras tais como o veto do Poder Executivo ou o direito de dissolver o Parlamento. Esta era uma *república parlamentar,* como a cognominou Thiers. Mas se a burguesia assegurou a 13 de junho sua onipotência dentro do Parlamento, não tornara ao mesmo tempo o próprio Parlamento irremediavelmente fraco diante do Poder Executivo e do povo, expulsando a bancada mais popular? Entregando numerosos deputados, sem maiores formalidades, por intimação dos tribunais, ela aboliu suas próprias imunidades parlamentares. O regulamento humilhante a que submeteu a Montanha exaltava o presidente da República na mesma medida em que degradava os representantes do povo. Denunciando uma insurreição em defesa da Carta Constitucional como um ato de anarquia visando à subversão do regime, vedou a si própria a possibilidade de recorrer à insurreição no caso de o Poder Executivo violar contra ela a Constituição. E, por ironia da história, o general que por ordem de Bonaparte bombardeou Roma e forneceu, assim, o motivo imediato da revolta constitucional de 13 de junho, aquele mesmo Oudinot, seria o homem que o partido da ordem, suplicante e inutilmente, apresentaria ao povo a 2 de dezembro de 1851 como o general que defendia a Constituição contra Bonaparte. Outro herói do 13 de Junho, Vieyra, que fora elogiado da tribuna da Assembléia Nacional pelas brutalidades que cometera nas redações de jornais democráticos à frente de um bando da Guarda Nacional pertencente aos altos círculos financeiros — este mesmo Vieyra fora iniciado na conspiração de Bonaparte e contribuiu essencialmente para privar a Assembléia Nacional, na hora de sua morte, de qualquer proteção por parte da Guarda Nacional.

O 13 de Junho tem ainda outro significado. A Montanha havia querido forçar o *impeachment* de Bonaparte. Sua derrota foi, portanto, uma vitória direta de Bonaparte, seu triunfo pessoal sobre seus inimigos democratas. O partido da ordem conquistou a vitória; Bonaparte tinha apenas que embolsá-la. Foi o que fez. A 14 de junho podia ler-se nos muros de Paris uma proclamação em que o presidente, relutantemente, como que a contragosto, compelido pela simples força dos acontecimentos, emerge de seu isolamento claustral e, afetando virtude ofendida, queixa-se das calúnias de seus adversários e, embora pareça identificar sua pessoa com a causa da ordem, antes identifica a causa da ordem com sua pessoa.

[19] "Não passais de fanfarrões." (N. do E.)

Além disso, a Assembléia Nacional havia, é bem verdade, aprovado subseqüentemente a expedição contra Roma, mas Bonaparte assumira a iniciativa da questão. Depois de reinstalar o pontífice Samuel no Vaticano, podia esperar entrar nas Tulherias como novo rei Davi. Conquistara o apoio dos padres.

A revolta de 13 de junho limitou-se, como vimos, a uma passeata pacífica. Lauréis guerreiros não podiam, portanto, ser conquistados em sua repressão. Contudo, em uma época dessas, tão pobre de heróis e acontecimentos, o partido da ordem transformou esta batalha incruenta em uma segunda Austerlitz. Da tribuna e na imprensa elogiava-se o exército como o poder da ordem, em contraste com as massas populares, que representavam a impotência da anarquia, e se exaltava Changarnier como o "baluarte da sociedade", ilusão em que ele próprio veio finalmente a acreditar. Sub-repticiamente, porém, os corpos de tropa que pareciam duvidosos foram transferidos de Paris, os regimentos em que as eleições haviam produzido os resultados mais democráticos foram banidos da França para a Argélia, os espíritos turbulentos existentes entre as tropas foram relegados a destacamentos penais e, por fim, o isolamento entre a imprensa e o quartel e entre o quartel e a sociedade burguesa foi efetuado de maneira sistemática.

Chegamos aqui ao ponto decisivo da história da Guarda Nacional francesa. Em 1830 ela tivera ação decisiva na queda da Restauração. Sob Luís Felipe abortaram todas as rebeliões nas quais a Guarda Nacional colocou-se ao lado das tropas. Quando nas jornadas de fevereiro de 1848 ela manteve uma atitude passiva diante da insurreição e uma atitude equívoca para com Luís Filipe, este considerou-se perdido e, efetivamente, estava perdido. Arraigou-se assim a convicção de que a Revolução não poderia triunfar *sem* a Guarda Nacional nem o exército vencer *contra* ela. Era a superstição do exército sobre a onipotência burguesa. As jornadas de junho de 1848, quando toda a Guarda Nacional, juntamente com as tropas de linha, sufocou a insurreição, haviam reforçado essa superstição. Depois que Bonaparte assumiu o poder, a posição da Guarda Nacional foi, de certo modo, enfraquecida pela união inconstitucional, na pessoa de Changarnier, do comando de suas forças com o comando da Primeira Divisão do Exército.

Assim como o comando da Guarda Nacional aparecia aqui como atributo do comandante geral do exército, a própria Guarda Nacional parecia ser um mero apêndice das tropas de linha. Finalmente, a 13 de junho seu poder foi quebrado, e não só por sua dissolução parcial, que daí por diante repetiu-se periodicamente por toda a França, até que dela restaram apenas meros fragmentos. A manifestação de 13 de junho fora, sobretudo, uma manifestação da Guarda Nacional democrática. Não tinham, é verdade, empunhado armas contra o exército, e sim envergado apenas sua farda; precisamente nessa farda, porém, estava o talismã. O exército convenceu-se de que esse uniforme era um pedaço de lã como qualquer outro. Quebrou-se o encanto. Nas jornadas de junho de 1848 a burguesia e a pequena-burguesia, na qualidade de Guarda Nacional, se tinham unido ao exército contra o proletariado; a 13 de junho de 1849 a burguesia fez dispersar a Guarda Nacional pequeno-burguesa pelo exército; a 2 de dezembro de 1851 desapareceu a própria Guarda Nacional burguesa e Bonaparte limitou-se

a registrar esse fato quando subseqüentemente assinou o decreto de sua dissolução. A burguesia destruiu assim sua derradeira arma contra o exército, mas teve de fazê-lo em um momento no qual a pequena-burguesia não mais a seguia como vassalo e sim levantava-se diante dela como rebelde, como de maneira geral teria forçosamente que destruir com suas próprias mãos todos os seus meios de defesa contra o absolutismo, tão logo se tornasse ela própria absolutista.

Enquanto isso o partido da ordem celebrava a reconquista do poder que parecia ter-lhe escapado em 1848, apenas para voltar em 1849 sem limite algum, e celebrava-a por meio de invectivas contra a república e a Constituição, com maldições contra todas as revoluções presentes, passadas e futuras, inclusive as organizadas por seu próprio dirigente, e por meio de leis que amordaçavam a imprensa, destruíam o direito de associação e faziam do estado de sítio uma instituição regular, orgânica. A Assembléia Nacional suspendeu então seus trabalhos desde meados de agosto até meados de outubro, depois de ter designado uma comissão permanente para representá-la durante o período de recesso. Durante esse recesso, os legitimistas conspiram em Ems, os orleanistas em Claremont, Bonaparte por meio de excursões principescas, e os conselhos departamentais nas deliberações sobre a revisão da Constituição — incidentes que geralmente ocorrem nos períodos de recesso da Assembléia Nacional e que só comentarei quando constituírem acontecimentos. Basta acrescentar aqui que a Assembléia Nacional agiu impoliticamente desaparecendo de cena durante longos intervalos e deixando que aparecesse à frente da república uma única e mesmo assim triste figura, a de Luís Bonaparte, enquanto para escândalo do público o partido da ordem fragmentava-se em seus componentes monarquistas e entregava-se às suas divergências internas sobre a Restauração monárquica. Tantas vezes emudecia durante esses recessos o barulho confuso do *Parlamento* e seus membros dissolviam-se pela nação, quantas se tornava indubitavelmente claro que só faltava uma coisa para completar o verdadeiro caráter dessa república: tornar permanente o recesso e substituir a divisa: *Liberté, Égalité, Fraternité,* pelas palavras inequívocas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia!

IV

Em meados de outubro de 1849 a Assembléia Nacional reuniu-se uma vez mais. A 1.º de novembro Bonaparte surpreendeu-a com uma mensagem em que anunciava a demissão do Ministério Barrot-Falloux e a formação de um novo Ministério. Jamais alguém demitiu lacaios com tanta sem-cerimônia como Bonaparte a seus ministros. Os pontapés destinados à Assembléia Nacional foram, no momento, dados em Barrot e companhia.

O Ministério Barrot, como vimos, fora composto de legitimistas e orleanistas, um Ministério do partido da ordem. Bonaparte necessitava dele para dissolver a Assembléia Constituinte republicana, para levar a cabo a expedição contra

Roma e para destroçar o partido democrático. Eclipsara-se aparentemente detrás desse Ministério, entregara o poder governamental nas mãos do partido da ordem e assumira o modesto disfarce que o editor-responsável de um jornal usara sob Luís Filipe, a máscara de *homme de paille.*[20] Agora arremessava fora essa máscara que não constituía mais o véu diáfano atrás do qual podia esconder sua fisionomia, e sim uma máscara de ferro que o impedia de exibir uma fisionomia própria. Nomeara o Ministério Barrot com o objetivo de quebrar a Assembléia Nacional em nome do partido da ordem; destituiu-o a fim de declarar-se independente da Assembléia Nacional do partido da ordem.

Não faltavam pretextos plausíveis para essa destituição. O Ministério Barrot descuidava-se inclusive do decoro que teria permitido que o presidente da República aparecesse como um poder ao lado da Assembléia Nacional. Durante o recesso da Assembléia Nacional, Bonaparte publicou uma carta dirigida a Edgar Ney, na qual parecia desaprovar a atitude liberal do papa, da mesma forma que, quando se opusera à Assembléia Constituinte, publicara uma carta na qual elogiava Oudinot pelo ataque contra a república romana. Quando a Assembléia Nacional votou os créditos para a expedição romana, Victor Hugo, por um pretenso liberalismo, levantou a questão da carta. O partido da ordem sufocou com clamores despicientemente incrédulos a idéia de que os caprichos de Bonaparte pudessem ter qualquer importância política. Nenhum dos ministros levantou a luva em favor dele. Em outra ocasião, Barrot, com sua conhecida retórica oca, deixou escapar da tribuna palavras de indignação sobre as "abomináveis intrigas" que, segundo afirmava, se teciam nos círculos mais chegados ao presidente. Finalmente, embora o Ministério tivesse obtido da Assembléia Nacional uma pensão de viuvez para a duquesa de Orléans, rejeitava toda e qualquer proposta que visasse a aumentar a Lista Civil do presidente. E em Bonaparte o pretendente imperial estava tão intimamente ligado com o aventureiro em maré de pouca sorte que sua grande idéia, a de que era chamado a restaurar o império, era sempre suplementada pela outra, de que o povo francês tinha a missão de pagar suas dívidas.

O Ministério Barrot-Falloux foi o primeiro e último *Ministério parlamentar* criado por Bonaparte. Sua destituição assinala, por conseguinte, uma reviravolta decisiva. O partido da ordem perdeu assim, para nunca mais reconquistar, uma posição indispensável para a manutenção do regime parlamentar, a alavanca do Poder Executivo. Torna-se imediatamente óbvio que em um país como a França, onde o Poder Executivo controla um exército de funcionários que conta mais de meio milhão de indivíduos e portanto mantém uma imensa massa de interesses e de existências na mais absoluta dependência; onde o Estado enfeixa, controla, regula, superintende e mantém sob tutela a sociedade civil, desde suas mais amplas manifestações de vida até suas vibrações mais insignificantes, desde suas formas mais gerais de comportamento até a vida privada dos indivíduos; onde, através da mais extraordinária centralização, esse corpo de parasitos adquire uma

[20] *Homme de paille:* fantoche. (N. do E.)

ubiqüidade, uma onisciência, uma capacidade de acelerada mobilidade e uma elasticidade que só encontram paralelo na dependência desamparada, no caráter caoticamente informe do próprio corpo social — compreende-se que em semelhante país a Assembléia Nacional perde toda a influência real quando perde o controle das pastas ministeriais, se não simplifica ao mesmo tempo a administração do Estado, reduz o corpo de oficiais do exército ao mínimo possível e, finalmente, deixa a sociedade civil e a opinião pública criarem órgãos próprios, independentes do poder governamental. Mas é precisamente com a manutenção dessa dispendiosa máquina estatal em suas numerosas ramificações que os *interesses materiais* da burguesia francesa estão entrelaçados da maneira mais íntima. Aqui encontra postos para sua população excedente e compensa sob forma de vencimentos o que não pode embolsar sob a forma de lucros, juros, rendas e honorários. Por outro lado, seus *interesses políticos* forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social, onde não conseguia amputá-los completamente. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o Poder Executivo que lhe era hostil.

O novo Ministério chamava-se Ministério d'Hautpoul. Não no sentido de que o general d'Hautpoul tivesse recebido o cargo de primeiro-ministro. Simultaneamente com a destituição de Barrot, Bonaparte abolira essa dignidade que, é bem verdade, condenava o presidente da República à situação de nulidade legal de um monarca constitucional, porém um monarca constitucional sem trono nem coroa, sem cetro nem espada, sem direito à irresponsabilidade, sem a posse imprescritível da mais alta dignidade do Estado e, pior que tudo, sem Lista Civil. O Ministério d'Hautpoul possuía apenas um homem de projeção parlamentar, o agiota Fould, um dos elementos mais notórios da alta finança. Coube-lhe a pasta da Fazenda. Consultando-se as cotações da Bolsa de Paris verifica-se que de 1.º de novembro de 1849 em diante os *fonds*[21] do governo francês sobem e descem com a subida ou a queda das ações bonapartistas. Enquanto Bonaparte encontrara assim seu aliado na Bolsa, chamou a si ao mesmo tempo o controle da polícia, nomeando Carlier chefe de Polícia de Paris.

Só no curso dos acontecimentos, porém, poderiam revelar-se as conseqüências da substituição de ministros. Em primeiro lugar, Bonaparte dera um passo à frente apenas para ser empurrado novamente para trás de maneira ainda mais conspícua. Sua mensagem brusca foi seguida da mais servil declaração de fidelidade à Assembléia Nacional. Sempre que os ministros ousavam fazer uma tentativa tímida de introduzir seus caprichos pessoais como propostas legislativas, eles mesmos pareciam realizar, só a contragosto e compelidos pelo cargo, *dé-*

[21] *Fonds:* títulos do governo. (N. do E.)

marches cômicas de cuja improficiência estavam de antemão convencidos. Sempre que Bonaparte declarava intempestivamente suas intenções às escondidas dos ministros e entretinha-se com suas *idées napoléoniennes,*[22] seus próprios ministros desautorizavam-no da tribuna da Assembléia Nacional. Seus anseios de usurpação pareciam fazer-se ouvir apenas para que não silenciassem os risos malévolos de seus adversários. Comportava-se como um gênio incompreendido, a quem o mundo inteiro toma por um idiota. Nunca desfrutou o desprezo de todas as classes de maneira mais completa do que durante esse período. Nunca a burguesia governou de maneira mais absoluta, nunca exibiu com maior ostentação as insígnias de seu poder.

Não preciso entrar aqui na história de sua atividade legislativa, que se resume, neste período, em duas leis: a lei restabelecendo o *imposto sobre o vinho* e a *lei do ensino* abolindo a irreligiosidade. Se o consumo do vinho foi dificultado aos franceses, em compensação era-lhes servido em abundância o licor da eternidade. Se na lei do imposto do vinho a burguesia declarava inviolável o velho e odioso sistema tributário francês, procurava através da lei do ensino assegurar entre as massas o velho estado de espírito conformista. É espantoso ver os orleanistas, os burgueses liberais, esses velhos apóstolos do voltairianismo e da filosofia eclética, confiarem a seus inimigos tradicionais, os jesuítas, a supervisão do espírito francês. Por mais que divergissem os orleanistas e legitimistas a respeito dos pretendentes ao trono, compreendiam que para assegurar seu domínio unificado era necessário unificar os meios de repressão de duas épocas, que os meios de subjugação da Monarquia de Julho tinham que ser complementados e reforçados com os meios da subjugação da Restauração.

Os camponeses, desapontados em todas as suas esperanças, esmagados mais do que nunca, de um lado pelo baixo nível dos preços do grão e de outro pelo aumento dos impostos e das dívidas hipotecárias, começaram a agitar-se nos departamentos. A resposta foi uma investida contra os mestres-escolas, que foram submetidos ao clero, uma investida contra os *maires,*[23] que foram submetidos aos alcaides, e um sistema de espionagem, ao qual todos estavam sujeitos. Em Paris e nas grandes cidades a própria reação reflete o caráter da época, e provoca mais do que reprime. No campo torna-se monótona, vulgar, mesquinha, cansativa e vexatória — em suma, o gendarme. Compreende-se como três anos de regime de gendarme, consagrado pelo regime da igreja, tinham forçosamente que enfraquecer a massa imatura.

Por maior que fosse o entusiasmo e a eloqüência empregada pelo partido da ordem contra a minoria, do alto da tribuna da Assembléia Nacional, seus discursos permaneciam monossilábicos como os dos cristãos, cujas palavras devem se limitar a sim, sim; não, não! Tão monossilábicos na tribuna como na imprensa. Insípidos como uma charada cuja solução já é conhecida. Quer se tratasse do direito de petição ou do imposto sobre o vinho, da liberdade de imprensa ou da

[22] Idéias napoleônicas. (N. do E.)
[23] *Maires:* prefeitos. (N. do E.)

liberdade de comércio, de clubes ou da carta municipal, da proteção da liberdade individual ou da regulamentação do orçamento do Estado, a senha se repete constantemente, o tema permanece sempre o mesmo, o veredicto está sempre pronto e reza invariavelmente: *socialismo!* Até o liberalismo burguês é declarado socialista, o desenvolvimento cultural da burguesia é socialista, a reforma financeira burguesa é socialista. Era socialismo construir uma ferrovia onde já existisse um canal, e era socialismo defender-se com um porrete quando se era atacado com um florete.

Isto não era mera figura de retórica, questão de moda ou tática partidária. A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a tinham abandonado. Compreendia que todas as chamadas liberdades burguesas e órgãos de progresso atacavam e ameaçavam seu *domínio de classe,* e tinham, portanto, se convertido em *"socialistas".* Nessa ameaça e nesse ataque ela discernia com acerto o segredo do socialismo, cujo sentido e tendência avaliava com maior precisão do que o próprio pretenso socialismo; este não pode compreender por que a burguesia endurece cruelmente seu coração contra ele, se ele lamenta com sentimentalismo os sofrimentos da humanidade, ou se profetiza com espírito cristão a era milenar e a fraternidade universal, ou se em estilo humanista palreia sobre o espírito, a cultura e a liberdade, ou se à moda doutrinária excogita de um sistema para a conciliação e bem-estar de todas as classes. O que a burguesia não alcançou, porém, foi a conclusão lógica de que *seu próprio regime parlamentar,* seu *poder político* de maneira geral, estava agora destinado também a enfrentar o veredicto condenatório geral de *socialismo.* Enquanto o domínio da classe burguesa não se tivesse organizado completamente, enquanto não tivesse adquirido sua pura expressão política, o antagonismo das outras classes não podia, igualmente, mostrar-se em sua forma pura, e onde aparecia não podia assumir o aspecto perigoso que converte toda luta contra o poder do Estado em uma luta contra o capital. Se em cada vibração de vida na sociedade ela via a "tranqüilidade" ameaçada, como podia aspirar a manter à frente da sociedade um *regime de desassossego,* seu próprio regime, o *regime parlamentar,* esse regime que, segundo a expressão de um de seus porta-vozes, vive em luta e pela luta? O regime parlamentar vive do debate; como pode proibir os debates? Cada interesse, cada instituição social, é transformado aqui em idéias gerais, debatido como idéias; como pode qualquer interesse, qualquer instituição, afirmar-se acima do pensamento e impor-se como artigo de fé? A luta dos oradores na tribuna evoca a luta dos escribas na imprensa; o clube de debates do Parlamento é necessariamente suplementado pelos clubes de debates dos salões e das tabernas; os representantes, que apelam constantemente para a opinião pública, dão à opinião pública o direito de expressar sua verdadeira opinião nas petições. O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como, então, as grandes maiorias fora do Parlamento não hão de querer decidir? Quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dancem?

Assim, denunciando agora como *"socialista"* tudo o que anteriormente exaltara como "liberal", a burguesia reconhece que seu próprio interesse lhe ordena subtrair-se aos perigos do *self-government;*[24] que, a fim de restaurar a calma no país, é preciso antes de tudo restabelecer a calma no seu Parlamento burguês; que a fim de preservar intato o seu poder social, seu poder político deve ser destroçado; que o burguês particular só pode continuar a explorar as outras classes e desfrutar pacatamente a propriedade, a família, a religião e a ordem sob a condição de que sua classe seja condenada, juntamente com as outras, à mesma nulidade política; que, a fim de salvar sua bolsa, deve abrir mão da coroa, e que a espada que a deve salvaguardar é fatalmente também uma espada de Dâmocles suspensa sobre sua cabeça.

No campo dos interesses gerais da burguesia, a Assembléia Nacional mostrava-se tão improdutiva que, por exemplo, os debates sobre a estrada de ferro Paris-Avignon, que começaram no inverno de 1850, não tinham sido concluídos ainda a 2 de dezembro de 1851. Onde não reprimia ou exercia uma atuação reacionária, estava atacada de incurável esterilidade.

Enquanto o Ministério assumia em parte a iniciativa de formular leis dentro do espírito do partido da ordem, e em parte superava mesmo a violência daquele partido na execução e fiscalização das mesmas, o próprio Bonaparte, por outro lado, através de propostas tolas e infantis, tentava ganhar popularidade, ressaltar sua oposição à Assembléia Nacional, e aludir a reservas secretas que estavam apenas temporariamente impedidas pela situação de porem seus tesouros ocultos à disposição do povo francês. Para isso, propôs que se decretasse um aumento de quatro *sous*[25] por dia no soldo dos suboficiais; para isso, propôs a criação de um banco para conceder créditos de honra aos operários. Dinheiro como dádiva e dinheiro como empréstimo, era com perspectivas como essas que esperava atrair as massas. Donativos e empréstimos — resume-se nisso a ciência financeira do *lumpen-proletariado,* tanto de alto como de baixo nível. Essas eram as únicas alavancas que Bonaparte sabia movimentar. Nunca um pretendente especulou mais vulgarmente com a vulgaridade das massas.

A Assembléia Nacional inflamou-se repetidas vezes com essas inegáveis tentativas de ganhar popularidade à sua custa, com o crescente perigo de que esse aventureiro, esporeado pelas dívidas e sem reputação que o freasse, se lançasse a um golpe desesperado. A divergência entre o partido da ordem e o presidente assumira um caráter ameaçador quando um acontecimento inesperado atirou o segundo, contrito, nos braços do primeiro. Referimo-nos às *eleições suplementares de 10 de março de 1850.* Essa eleição foi realizada com o propósito de preencher as cadeiras de deputados que haviam ficado vagas depois de 13 de junho em virtude da prisão ou do exílio de seus ocupantes. Paris elegeu apenas candidatos social-democratas. Concentrou mesmo a maioria dos votos em um insurreto de junho de 1848, Deflotte. Assim a pequena-burguesia de Paris, aliada

[24] *Self-government:* autogoverno. (N. do E.)
[25] *Sous:* moeda de cinco cêntimos do franco. (N. do E.)

ao proletariado, vingou-se da derrota sofrida a 13 de junho de 1849. O proletariado parecia ter-se afastado do campo de batalha na hora do perigo só para reaparecer em ocasião mais propícia com maior número de combatentes e um grito de guerra mais audaz. Uma circunstância parecia ressaltar o perigo dessa vitória eleitoral. O exército votou em Paris a favor do insurreto de junho e contra La Hitte, ministro de Bonaparte, e nos departamentos principalmente a favor dos *montagnards,* que também, aqui, embora de maneira não tão decisiva como em Paris, mantinham ascendência sobre seus adversários.

Bonaparte viu-se de repente confrontado outra vez com a Revolução. Da mesma forma que a 29 de janeiro de 1849 e a 13 de junho de 1849, também a 10 de março de 1850 desapareceu atrás do partido da ordem. Rendeu-lhe tributo, pediu perdão de maneira pusilâmine, prontificou-se a nomear o Ministério que quisessem por indicação da maioria parlamentar, chegou ao ponto de implorar aos dirigentes dos partidos orleanistas e legitimistas, aos Thiers, Berryers, Brogliés, Molés, em suma, aos chamados burgraves,[26] que assumissem eles próprios a direção do Estado. O partido da ordem mostrou-se incapaz de se beneficiar com essa oportunidade que não mais se repetiria. Em vez de assumir corajosamente o poder que lhe era oferecido, nem sequer obrigou Bonaparte a reintegrar o Ministério que dissolvera a 1.º de novembro; contentou-se em humilhá-lo com seu perdão e incorporar o Sr. *Baroche* ao Ministério d'Hautpoul. Na qualidade de promotor público, esse Baroche investira e deblaterara perante o Supremo Tribunal de Bourges, a primeira vez contra os revolucionários de 15 de maio, a segunda contra os democratas de 13 de junho, ambas as vezes a pretexto de atentado contra a Assembléia Nacional. Pois bem: nenhum dos ministros de Bonaparte contribuiu mais, subseqüentemente, para a degradação da Assembléia Nacional, e depois de 2 de dezembro de 1851 encontramo-lo novamente bem instalado e muitíssimo bem pago como vice-presidente do Senado. Cuspira na sopa dos revolucionários para que Bonaparte pudesse tomá-la.

O partido social-democrata, por seu lado, parecia apenas procurar pretextos para pôr novamente em dúvida sua vitória e quebrar sua agressividade. Vidal, um dos representantes recém-eleitos por Paris, fora eleito simultaneamente por Estrasburgo. Induziram-no a abrir mão da diplomação por Paris e aceitar a de Estrasburgo. E assim, em vez de tornar definitiva sua vitória nas urnas e obrigar portanto o partido da ordem a contestá-la imediatamente no Parlamento, em vez de forçar o adversário a lutar em um momento de entusiasmo popular e em que o exército se mostrava favorável, o partido democrata esgotou Paris durante os meses de março e abril com uma nova campanha eleitoral, deixou que a exaltação das paixões populares se perdesse nesse repetido jogo eleitoral, deixou que a energia revolucionária se saciasse com os êxitos constitucionais, se dissipasse em intrigas mesquinhas, oratória oca e manobras falsas, deixou que a burguesia reunisse suas forças e fizesse seus preparativos e, finalmente, permitiu que o signifi-

[26] Trata-se da secretaria dos deputados do partido da ordem na Assembléia Legislativa. Aos seus membros dava-se ironicamente o nome de burgraves (do drama *Os Burgraves,* de Victor Hugo) para indicar a importante ambição de poder e as aspirações feudais dos monárquicos. (N. do E.)

cado das eleições de março encontrasse um comentário sentimentalmente enfraquecedor na eleição suplementar de abril, em que foi eleito Eugène Sue. Em resumo, transformou o 10 de março em um 1.º de abril.

A maioria parlamentar percebeu a debilidade de seu adversário, seus dezessete burgraves — pois Bonaparte deixara-lhes a direção e a responsabilidade do ataque — elaboraram uma nova lei eleitoral cuja apresentação foi confiada ao Sr. Faucher, que solicitou essa honra para si. A 8 de maio apresentou a lei segundo a qual seria abolido o sufrágio universal, seria imposta a condição de que os eleitores residissem pelo menos três anos na circunscrição eleitoral e, finalmente, tornaria a prova de domicílio dependente, no caso dos operários, de um atestado fornecido pelos patrões.

Da mesma forma por que os democratas tinham, em estilo revolucionário, agitado os espíritos e feito demonstrações de violência durante a campanha eleitoral constitucional, agora, quando se tornava necessário provar o caráter sério dessa vitória de armas na mão, em estilo constitucional pregavam a ordem, "majestosa serenidade", a atuação legal, ou seja, a submissão cega à vontade da contra-revolução, que se impunha como lei. Durante os debates, a Montanha cobriu de vergonha o partido da ordem, afirmando, contra a paixão revolucionária do último, a atitude desapaixonada do filisteu que se mantém dentro da lei, e fulminando aquele partido com a censura terrível de que procedera de maneira revolucionária. Mesmo os deputados recém-eleitos se esmeravam em provar, com sua atitude correta e discreta, o absurdo que era atacá-los como anarquistas e atribuir sua eleição a uma vitória da Revolução. A 31 de maio foi aprovada a nova lei eleitoral. A Montanha contentou-se em enfiar sorrateiramente um protesto no bolso do presidente da Assembléia. À lei eleitoral seguiu-se uma nova lei de imprensa, pela qual a imprensa revolucionária foi totalmente suprimida. Merecera essa sorte. O *National* e *La Presse,* dois órgãos burgueses, ficaram, depois desse dilúvio, como a guarda mais avançada da Revolução.

Vimos como durante os meses de março e abril os dirigentes democráticos haviam feito tudo para envolver o povo de Paris em uma luta falsa e como, depois de 8 de maio, fizeram tudo para desviá-lo da luta efetiva. Além disso, não devemos esquecer que o ano de 1850 foi um dos anos mais esplêndidos de prosperidade industrial e comercial, e o proletariado de Paris atravessa, assim, uma fase de pleno emprego. A lei eleitoral de 31 de maio de 1850, porém, o excluiu de qualquer participação no poder político. Isolou-o da própria arena. Atirou novamente os operários à condição de párias que haviam ocupado antes da Revolução de Fevereiro. Deixando-se dirigir pelos democratas diante de um tal acontecimento e esquecendo os interesses revolucionários de sua classe por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à honra de se tornarem uma força vencedora, submeteram-se à sua sorte, provaram que a derrota de junho de 1848 os pusera fora de combate por muitos anos e que o processo histórico teria por enquanto que passar *por cima* de suas cabeças. No que concerne à pequena-burguesia — que a 13 de junho gritara: "Mas se ousarem investir contra o sufrágio universal, bem, então lhes mostraremos de que somos capazes!" —, contentava-

se agora em discutir que o golpe contra-revolucionário que a atingira não era golpe e que a lei de 31 de maio não era lei. No segundo domingo de maio de 1852 todos os franceses compareceriam às urnas empunhando em uma das mãos a cédula eleitoral e na outra a espada. Satisfez-se com essa profecia. Finalmente, o exército foi punido por seus oficiais superiores em vista das eleições de março e abril de 1850, como o tinha sido a 28 de maio de 1849. Desta vez, porém, declarou com decisão: "A Revolução não nos enganará uma terceira vez".

A lei de 31 de maio de 1850 era o golpe de Estado da burguesia. Todas as vitórias até então conquistadas sobre a Revolução tinham tido apenas um caráter provisório. Viam-se ameaçadas assim que cada Assembléia Nacional saía de cena. Dependiam dos riscos de uma nova eleição geral, e a história das eleições a partir de 1848 demonstrava irrefutavelmente que a influência moral da burguesia sobre as massas populares ia-se perdendo na mesma medida em que se desenvolvia seu poder efetivo. A 10 de março o sufrágio universal declarou-se diretamente contrário à dominação burguesa; a burguesia respondeu pondo fora da lei o sufrágio universal. A lei de 31 de maio era, portanto, uma das necessidades da luta de classes. Por outro lado, a Constituição estabelecia um mínimo de dois milhões de votos para tornar válida a eleição do presidente da República. Se nenhum dos candidatos à presidência recebesse esse mínimo de sufrágios, a Assembléia Nacional deveria escolher o presidente entre os três candidatos mais votados. Na época em que a Assembléia Constituinte elaborara essa lei, as listas eleitorais registravam dez milhões de eleitores. Em sua opinião, portanto, um quinto do eleitorado era suficiente para tornar válida a eleição presidencial. A lei de 31 de maio cortou das listas eleitorais pelo menos três milhões de votantes, reduziu para sete milhões o número de eleitores e, não obstante, manteve o mínimo legal de dois milhões de votos para a eleição presidencial. Elevou por conseguinte o mínimo legal de um quinto para quase um terço dos eleitores, ou seja, fez tudo para retirar a eleição do presidente das mãos do povo e entregá-la nas mãos da Assembléia Nacional. Assim, através da lei eleitoral de 31 de maio, o partido da ordem parecia ter tornado seu domínio duplamente garantido, entregando a eleição da Assembléia Nacional e do presidente da República ao setor mais estacionário da sociedade.

V

Uma vez superada a crise revolucionária e abolido o sufrágio universal, irrompeu novamente a luta entre a Assembléia Nacional e Bonaparte.

A Constituição fixara em seiscentos mil francos o estipêndio de Bonaparte. Dentro de pouco mais de seis meses após sua posse, ele conseguiu elevar para o dobro essa importância, pois Odilon Barrot arrancou da Assembléia Nacional Constituinte uma verba suplementar de seiscentos mil francos para despesas ditas de representação. Depois do 13 de junho, Bonaparte provocara solicitações seme-

lhantes, sem, contudo, despertar o apoio de Barrot. Agora, depois de 31 de maio, valeu-se imediatamente do momento favorável para fazer com que seus ministros propusessem à Assembléia Nacional uma Lista Civil de três milhões. Uma longa vida de vagabundagem aventureira dotara-o de sensíveis antenas para sondar os momentos de fraqueza em que poderia extorquir dinheiro de seus burgueses. Praticava uma *chantage en règle.*[27] A Assembléia Nacional violara a soberania do povo com sua ajuda e aquiescência. Ele ameaçava denunciar esse crime ao tribunal do povo a menos que a Assembléia afrouxasse os cordões da bolsa e comprasse seu silêncio por três milhões anuais. A Assembléia despojara três milhões de franceses do direito de voto. Ele exigia para cada francês posto fora da circulação um franco em moeda circulante, ou seja, precisamente três milhões de francos. Ele, o eleito de seis milhões, reclamava indenização pelos votos que, segundo declarava, tinham-lhe sido retrospectivamente roubados. A Comissão da Assembléia Nacional repeliu o inoportuno. A imprensa bonapartista ameaçou. Podia a Assembléia Nacional romper com o presidente da República em um momento em que rompera definitivamente, no fundamental, com a massa da nação? Rejeitou a Lista Civil, é verdade, mas concedeu, por essa única vez, uma verba suplementar de dois milhões, cento e sessenta mil francos. Tornou-se assim culpada da dupla fraqueza de conceder verbas e demonstrar ao mesmo tempo, com sua irritação, que o fazia a contragosto. Veremos mais adiante para que fins Bonaparte necessitava do dinheiro. Após esses sucessos vexatórios, que seguiram imediatamente a abolição do sufrágio universal e nos quais Bonaparte substituiu a atitude humilde que adotara durante a crise de março e abril pela impudência desafiadora do Parlamento usurpador, a Assembléia Nacional suspendeu suas sessões por três meses, de 11 de agosto a 11 de novembro. Em seu lugar deixou uma Comissão Permanente de 28 membros, que embora não incluísse nenhum bonapartista incluía alguns republicanos moderados. A Comissão Permanente de 1849 incluíra apenas homens do partido da ordem e bonapartistas. Mas naquela época o partido da ordem se declarava firmemente contrário à Revolução. Desta vez a república parlamentar declarou-se firmemente contrária ao presidente. Depois da lei de 31 de maio, era este o único rival com que se defrontava ainda o partido da ordem.

Quando a Assembléia Nacional reuniu-se novamente em novembro de 1850, parecia que, em vez das mesquinhas escaramuças que tivera até então com o presidente, uma grande luta implacável, uma luta de vida ou de morte entre os dois poderes, tornara-se inevitável.

Da mesma forma que em 1849, também durante o recesso parlamentar desse ano o partido da ordem fragmentara-se em facções distintas, cada qual ocupada com suas próprias intrigas de Restauração, que haviam adquirido novas forças com a morte de Luís Filipe. O rei legitimista, Henrique V, chegara a nomear um Ministério formal, que residia em Paris e do qual participavam membros da Comissão Permanente. Bonaparte, por sua vez, tinha assim o direito de empreen-

[27] *Chantage en règle:* chantagem em regra. (N. do T.)

der uma excursão pelos departamentos da França e, dependendo da recepção que encontrava nas cidades que honrava com sua presença, divulgar, mais ou menos veladamente ou mais ou menos abertamente, seus próprios planos de Restauração e cabalar partidários. Nessas excursões, que o grande *Moniteur* oficial e os pequenos *Moniteurs* privados de Bonaparte tinham naturalmente que celebrar como triunfais, o presidente era constantemente acompanhado por elementos filiados à *Sociedade de 10 de Dezembro*. Essa sociedade originou-se em 1849. A pretexto de fundar uma sociedade beneficente, o *lumpen-proletariado* de Paris fora organizado em facções secretas, dirigidas por agentes bonapartistas e sob a chefia geral de um general bonapartista. Lado a lado com *roués* decadentes, de fortuna duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com arruinados e aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni,* punguistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus,*[28] donos de bordéis, carregadores, *literati,* tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldadores, mendigos — em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam *la bohème;* com esses elementos afins, Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. "Sociedade beneficente" no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte, que se erige em *chefe do lumpen-proletariado,* que só aqui reencontra, em massa, os interesses que ele pessoalmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugo, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte *sans phrase.* Velho e astuto *roué,* concebe a vida histórica das nações e os grandes feitos do Estado como comédia em seu sentido mais vulgar, como uma mascarada onde as fantasias, frases e gestos servem apenas para disfarçar a mais tacanha vilania. Assim foi na sua expedição a Estrasburgo, em que um corvo suíço amestrado desempenhou o papel da águia napoleônica. Para a sua irrupção em Boulogne veste alguns lacaios londrinos em uniformes franceses; eles representam o exército.[29] Na sua Sociedade de 10 de Dezembro reúne dez mil indivíduos desclassificados, que deverão desempenhar o papel do povo como Nick Bottom representara o papel do leão.[30] Em um momento em que a própria burguesia representava a mais completa comédia, mas com a maior seriedade do mundo, sem infringir quaisquer das condições pedantes da etiqueta dramática francesa, e estava ela própria meio iludida e meio convencida da solenidade de sua própria maneira de governar, o aventureiro que considerava a comédia como simples comédia tinha forçosamente que vencer. Só depois de eliminar seu solene adversário, só quando ele próprio assume a sério o seu papel imperial, e sob a máscara napoleônica imagina ser o verdadeiro Napoleão, só aí ele se torna vítima de sua própria concepção do

[28] *Maquereaus:* alcoviteiros. (N. do E.)

[29] A primeira tentativa infrutífera de golpe de Estado feita por Luís Bonaparte teve lugar em Estrasburgo, em 1836. Sua segunda tentativa, igualmente infrutífera, foi em Boulogne, onde desembarcou em 1840 para se proclamar imperador. (N. do E.)

[30] Alusão à comédia de Shakespeare *Sonho de Uma Noite de Verão.* (N. do E.)

mundo, o bufão sério que não mais toma a história universal por uma comédia e sim a sua própria comédia pela história universal. O que os *ateliers* nacionais eram para os operários socialistas, o que os *Gardes mobiles* eram para os republicanos burgueses, a Sociedade de 10 de Dezembro, a força de luta do partido característico de Bonaparte, era para ele. Em suas viagens, os destacamentos dessa sociedade, superlotando as estradas de ferro, tinham que improvisar público, encenar entusiasmo popular, urrar *vive l'Empereur,*[31] insultar e espancar os republicanos; tudo, é claro, sob a proteção da polícia. Nas viagens de regresso a Paris, tinham que formar a guarda avançada, impedir ou dispersar manifestações contrárias. A Sociedade de 10 de Dezembro, pertencia-lhe, era obra *sua,* idéia inteiramente sua. Tudo o mais de que se apropria é posto em suas mãos pela força das circunstâncias; tudo mais que faz é obra das circunstâncias ou simples cópia dos feitos de outros. Mas o Bonaparte que se apresenta em público, perante os cidadãos, com frases oficiais sobre a ordem, a religião, a família e a propriedade, trazendo atrás de si a sociedade secreta dos Schufterle e Spiegelberge,[32] a sociedade da desordem, da prostituição e do roubo — esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte autor original e a história da Sociedade de 10 de Dezembro é a sua própria história. Havia ocorrido casos, porém, de um outro representante do povo pertencente ao partido da ordem cair sob os porretes dos decembristas. Mais ainda. Yon, o comissário de Polícia destacado para a Assembléia Nacional e o encarregado de velar por sua segurança, baseando-se no testemunho de um certo *Alais,* denunciou à Comissão Permanente que uma facção decembrista resolvera assassinar o general Changarnier e Dupin, presidente da Assembléia Nacional, tendo já designado os indivíduos que deveriam perpetrar o feito. Compreende-se o pavor do Sr. Dupin. Parecia inevitável um inquérito parlamentar sobre a Sociedade de 10 de Dezembro, ou seja, a profanação do mundo secreto de Bonaparte. Pouco antes de se reunir a Assembléia Nacional, porém, este último previdentemente dissolveu a sua sociedade, mas claro que só no papel, pois em um longo memorial apresentado em fins de 1851 o chefe de Polícia, Carlier, tentava ainda em vão convencê-lo de dissolver realmente os decembristas.

A Sociedade de 10 de Dezembro deveria continuar como o exército particular de Bonaparte até que ele conseguisse transformar o exército regular em uma Sociedade de 10 de Dezembro. A primeira tentativa de Bonaparte nesse sentido ocorreu pouco depois de a Assembléia Nacional entrar em recesso, e foi financiada precisamente com as verbas que acabara de extorquir dela. Na sua qualidade de fatalista, ele vivia e vive ainda imbuído da convicção de que existem certas forças superiores, às quais o homem, e especialmente o soldado, não pode resistir. Entre essas forças estão, antes e acima de tudo, os charutos e o champanha, as fatias de peru e as salsichas feitas com alho. Conseqüentemente, começou por obsequiar oficiais e suboficiais, em seus salões no Eliseu, com charutos e champanha, aves frias e salsichas feitas com alho. A 3 de outubro repetiu essa manobra com a massa das tropas na revista de St. Maur, e a 10 de outubro a

[31] *Vive l'Empereur:* Viva o Imperador. (N. do E.)
[32] *Schufterle e Spiegelberg:* personagens do drama de Schiller, *Os Salteadores.* (N. do E.)

mesma manobra, em maior escala, foi executada na parada militar de Satory. O tio relembrou as campanhas de Alexandre na Ásia, o sobrinho as marchas triunfais de Baco pelas mesmas terras. Alexandre era, certamente, um semideus, mas Baco era deus inteiro e, além disso, o deus tutelar da Sociedade de 10 de Dezembro.

Depois da revista de 3 de outubro, a Comissão Permanente convocou o ministro da Guerra, d'Hautpoul. Este prometeu que tais infrações da disciplina não mais se repetiriam. Sabemos como Bonaparte cumpriu, a 10 de outubro, a palavra empenhada por d'Hautpoul. Na qualidade de comandante-geral do exército de Paris, Changarnier comandara as duas paradas. Sendo, ao mesmo tempo, membro da Comissão Permanente, chefe da Guarda Nacional, "salvador" de 29 de janeiro e de 13 de junho, "baluarte da sociedade", candidato do partido da ordem às honras presidenciais, o suspeito Monk de duas monarquias, ele nunca admitira até então a sua subordinação ao ministro da Guerra, sempre ridicularizara abertamente a Constituição republicana e perseguira Bonaparte com uma proteção ambígua e altiva. Consumia-se agora no zelo pela disciplina, contra o ministro da Guerra, e pela Constituição, contra Bonaparte. Enquanto a 10 de outubro uma ala da cavalaria levantava o brado: *"Vive Napoléon! Vivent les saucissons!"*,[33] Changarnier providenciou para que pelo menos a infantaria que desfilava sob o comando de seu amigo Neumayer mantivesse um silêncio glacial. Como castigo, o ministro da Guerra, por instigação de Bonaparte, retirou ao general Neumayer o seu comando de Paris, a pretexto de nomeá-lo general comandante da décima quarta e décima quinta divisões militares. Neumayer recusou-se a mudar de posto, e teve, portanto, que se demitir. Changarnier, por seu turno, publicou a 2 de novembro uma ordem do dia em que proibia as tropas de participar de tumultos políticos ou de qualquer espécie de manifestações enquanto estivessem em armas. Os jornais do Eliseu[34] atacaram Changarnier; os jornais do partido da ordem atacaram Bonaparte; a Comissão Permanente realizou repetidas reuniões secretas, nas quais propôs repetidas vezes que a pátria fosse declarada em perigo; o exército parecia dividido em dois campos hostis, com dois estados-maiores hostis, um no Eliseu, onde residia Bonaparte, e outro nas Tulherias, quartel-general de Changarnier. Parecia faltar apenas que a Assembléia Nacional se reunisse para que soasse o sinal da luta. O público francês julgou esses atritos entre Bonaparte e Changarnier como aquele jornalista inglês, que os caracterizou com as seguintes palavras: "As criadas políticas da França estão varrendo a lava ardente da Revolução com vassouras velhas, e discutem entre si enquanto executam sua tarefa".

Enquanto isso, Bonaparte apressava-se em destituir o ministro da Guerra, d'Hautpoul, despachá-lo a toda pressa para a Argélia, nomeando o general Schramm para substituí-lo no Ministério. A 12 de novembro enviou à Assembléia Nacional uma mensagem de prolixidade americana, sobrecarregada de detalhes,

[33] "Viva Napoleão! Viva as salsichas!" (N. do E.)

[34] Jornais do Eliseu: jornais de tendências bonapartistas. (N. do E.)

redolente de ordem, desejosa de reconciliação, constitucionalmente aquiescente, tratando dos mais variados assuntos, exceto das *questions brûlantes*[35] do momento. Como que de passagem, observava que segundo as disposições expressas da Constituição só o presidente podia dispor do exército. A mensagem terminava com estas palavras grandiloqüentes:

"*Acima de tudo, a França exige tranqüilidade... Preso, porém, por um juramento, manter-me-ei dentro dos estreitos limites que este juramento estabeleceu para mim...* No que me diz respeito, tendo sido eleito pelo povo e devendo o meu poder exclusivamente a ele, inclinar-me-ei sempre à sua vontade legalmente manifestada. No caso de decidirdes, nessa sessão, pela revisão da Constituição, uma Assembléia Constituinte regulamentará a situação do Poder Executivo. Em caso contrário, então o povo pronunciará solenemente a sua decisão em 1852. Quaisquer que possam ser, porém, as soluções do futuro, cheguemos a um acordo, para que a paixão, a surpresa ou a violência jamais decidam dos destinos de uma grande nação... O que me preocupa, acima de tudo, não é quem governará a França em 1852, mas como empregar o tempo que me resta a fim de que o período interveniente possa decorrer sem agitação ou perturbação. Abri-vos sinceramente o coração; respondereis à minha franqueza com a vossa confiança, aos meus bons propósitos com a vossa cooperação, e Deus se encarregará do resto".

A linguagem respeitável, hipocritamente moderada, virtuosamente corriqueira da burguesia, revela seu significado mais profundo na boca do autocrata da Sociedade de 10 de Dezembro e no herói de piquenique de St. Maur e Satory.

Os burgraves do partido da ordem não se deixaram iludir nem um só instante com a confiança que mereciam aqueles derrames do coração. A respeito de juramentos, há muito se haviam tornado descrentes, pois contavam em seu seio com veteranos e virtuosos do perjúrio político. Não lhes passara, tampouco, despercebida a passagem sobre o exército. Observaram com desagrado que na sua enfadonha enumeração de leis recém-promulgadas a mensagem omitia a lei mais importante, a lei eleitoral, com um silêncio estudado, e, além disso, no caso de não se proceder à reforma da Constituição, deixava ao povo a eleição do presidente de 1852. A lei eleitoral era a esfera de chumbo acorrentada aos pés do partido da ordem, que o impedia de andar e mais ainda, de investir para a frente! Além disso, com a dissolução oficial da Sociedade de 10 de Dezembro e a exoneração do ministro da Guerra, d'Hautpoul, Bonaparte sacrificara com suas próprias mãos os bodes expiatórios no altar da pátria. Embotara a agressividade do choque esperado. Finalmente, o próprio partido da ordem procurava ansiosamente evitar, mitigar, atenuar, qualquer conflito decisivo com o Poder Executivo. Temerosos de perderem as conquistas adquiridas contra a Revolução, permitiram que seus rivais carregassem os frutos das mesmas. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade." Isto fora o que o partido da ordem gritara à Revolução desde fevereiro,[36] isto era o que a mensagem de Bonaparte gritava ao partido da

[35] *Questions brûlantes:* questões candentes. (N. do E.)

[36] Fevereiro de 1848. (N. do E.)

ordem. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade." Bonaparte cometia atos que visavam à usurpação, mas o partido da ordem cometia "desordem" se levantava um alarido contra esses atos e os interpretava com hipocondria. As salsichas de Satory mantinham-se quietas como ratos se ninguém falava nelas. "Acima de tudo, a França exige tranqüilidade." Bonaparte exigia, portanto, que o deixassem em paz para agir como lhe aprouvesse, e o partido parlamentar estava paralisado por um duplo medo, pelo medo de despertar novamente a intranqüilidade revolucionária e pelo medo de aparecer ele próprio, aos olhos de sua própria classe, aos olhos da burguesia, como o instigador da intranqüilidade. Conseqüentemente, uma vez que a França exigia acima de tudo tranqüilidade, o partido da ordem não ousou responder "guerra" depois que Bonaparte falou de "paz" em sua mensagem. O público, que esperara cenas de grande escândalo na reabertura das sessões da Assembléia Nacional, viu-se roubado em suas expectativas. Os deputados da oposição, que exigiam fossem apresentadas as atas da Comissão Permanente sobre os acontecimentos de outubro, foram derrotados pelos votos da maioria. Eram evitados por princípio todos os debates que pudessem exaltar os ânimos. Os trabalhos da Assembléia Nacional durante novembro e dezembro de 1850 foram desprovidos de interesse.

Finalmente, por volta de fins de dezembro, começaram as guerrilhas sobre uma série de prerrogativas parlamentares. O movimento limitava-se às disputas mesquinhas sobre as prerrogativas dos dois poderes, uma vez que a burguesia liquidara temporariamente a luta de classes, ao abolir o sufrágio universal.

Obtivera-se do tribunal um julgamento por dívidas contra Mauguin, um dos representantes do povo. Em resposta à solicitação do presidente do Tribunal, o ministro da Justiça, Rouher, declarou que deveria ser emitido o *capias* (mandado de prisão) contra o devedor, sem mais delongas. Mauguin foi, assim, atirado à prisão de devedores. A Assembléia Nacional inflamou-se ao tomar conhecimento do atentado. Não só ordenou que o preso fosse imediatamente posto em liberdade, como enviou seu *greffier*[37] para que o retirasse à força de Clichy naquela mesma noite. Entretanto, a fim de confirmar sua fé na santidade da propriedade privada e com a intenção oculta de abrir, em caso de necessidade, um abrigo para os *montagnards* que se tornassem difíceis, declarou permissível a prisão por dívidas de representantes do povo desde que fosse previamente obtido o seu consentimento. Esqueceu-se de decretar que também o presidente poderia ser encarcerado por dívidas. Destruiu a última aparência da imunidade que envolvia os membros de seu próprio organismo.

Recordemos que, agindo por informação prestada por um certo Alais, o comissário de Polícia Yon denunciara que uma ala dos decembristas planejava assassinar Dupin e Changarnier. Com referência a esse fato, logo na primeira sessão os questores apresentaram uma proposta no sentido de que o Parlamento deveria constituir uma polícia própria, paga pela verba privada da Assembléia Nacional e absolutamente independente do chefe de Polícia. O ministro do Inte-

[37] *Greffier:* oficial de Justiça. (N. do E.)

rior, Baroche, protestou contra essa invasão de seus domínios. Concluiu-se um acordo indigno, segundo o qual, é verdade, o comissário de Polícia da Assembléia seria pago pela verba privada e seria nomeado e exonerado por seus questores, mas só mediante prévio acordo com o ministro do Interior. Nesse ínterim o governo instaurara processo criminal contra Alais, sendo fácil apresentar sua informação como falsa e, pela boca do promotor público, cobrir de ridículo Dupin, Changarnier, Yon e toda a Assembléia Nacional. Em seguida, a 29 de dezembro, o ministro Baroche escreve uma carta a Dupin, na qual exige a demissão de Yon. A Mesa da Assembléia Nacional decide manter Yon em seu posto, mas a Assembléia Nacional, alarmada com a violência com que procedera no caso Mauguin e acostumada, quando se aventurava a assestar um golpe contra o Poder Executivo, a receber dois golpes de volta, não sanciona essa decisão. Exonera Yon como recompensa por seu zelo oficial, e despoja-se de uma prerrogativa parlamentar indispensável contra um homem que não decide de noite para executar de dia, mas que decide de dia e executa à noite.

Vimos como em grandes e importantes ocasiões durante os meses de novembro e dezembro a Assembléia Nacional evitou ou reprimiu a luta contra o Poder Executivo. Vemo-la agora compelida a empreendê-la pelos motivos mais mesquinhos. No caso Mauguin, ela confirma o princípio da prisão de representantes do povo por dívidas, mas reserva-se o direito de aplicá-lo apenas aos representantes que não lhe sejam gratos, e negocia esse infame privilégio com o ministro da Justiça. Em vez de se valer desse suposto plano de assassinato para decretar um inquérito na Sociedade de 10 de Dezembro e desmascarar Bonaparte irremissivelmente diante da França e da Europa, apresentando-o sob seu verdadeiro aspecto de chefe do *lumpen-proletariado* de Paris, permite que o conflito desça ao ponto em que a única questão entre ela e o ministro do Interior é a de determinar quem tem autoridade para nomear ou demitir um comissário de Polícia. Assim, durante todo esse período, vemos o partido da ordem compelido, por sua posição ambígua, a dissipar e desintegrar sua luta com o Poder Executivo em mesquinhas contendas sobre jurisdição, chicana, minúcias legais e disputas sobre limitação de poderes, fazendo das mais ridículas questões de forma a substância de sua atividade. Não ousa enfrentar o conflito no momento em que este tem uma significação do ponto de vista de princípio, quando o Poder Executivo está realmente comprometido e a causa da Assembléia Nacional seria a causa de toda a nação. Fazendo-o, daria à nação ordem de marcha, e não há nada que a atemorize mais do que ver a nação movimentar-se. Rejeita, por conseguinte, as moções da Montanha e passa à ordem do dia. Uma vez abandonados os aspectos principais do problema em causa, o Poder Executivo espera calmamente a oportunidade de levantá-lo outra vez por motivos mesquinhos e insignificantes, quando não apresente, por assim dizer, senão um interesse parlamentar estreito e puramente local. Só aí estoura o ódio contido do partido da ordem, só aí ele arranca a cortina dos bastidores, acusa o presidente, declara a república em perigo; mas, então, também o seu furor parece absurdo e o motivo da luta parece um pretexto hipócrita, inteiramente desprovido de sentido. A tempestade parlamentar transforma-se em

uma tempestade em copo de água, a luta em intriga, o conflito em escândalo. Enquanto as classes revolucionárias se deleitam em um prazer malévolo em face da humilhação da Assembléia Nacional, pois se entusiasmam pelas prerrogativas parlamentares dessa Assembléia tanto quanto esta se entusiasma pelas liberdades públicas, a burguesia de fora do Parlamento não compreende como a burguesia de dentro do Parlamento pode perder tanto tempo com disputas tão mesquinhas e comprometer a tranqüilidade pública com rivalidades tão tolas com o presidente. Confunde-se com uma estratégia que declara a paz no momento em que todo mundo espera batalhas, e ataca no momento em que todo mundo pensa que a paz foi concluída.

A 20 de dezembro Pascal Duprat interpelou o ministro do Interior sobre a Loteria das Barras de Ouro. Essa loteria era "filha do Eliseu". Bonaparte, com seus fiéis adeptos, trouxera-a ao mundo; e o chefe de Polícia, Carlier, colocara-a sob sua proteção oficial, embora a lei francesa proíba todas as loterias, com a exceção de rifas para beneficência. Sete milhões de bilhetes de loteria, a um franco cada um, cujos lucros destinavam-se, ostensivamente, a embarcar vagabundos parisienses para a Califórnia. Por um lado, queria-se que os sonhos dourados substituíssem os sonhos socialistas do proletariado de Paris; e que a perspectiva sedutora do primeiro prêmio substituísse o direito doutrinário ao trabalho. Os trabalhadores de Paris, naturalmente, não reconheceram no brilho das barras de ouro da Califórnia os modestos francos que tinham sido subtraídos de seus bolsos. No fundamental, porém, o assunto não passava de um legítimo logro. Os vagabundos que queriam encontrar minas de ouro da Califórnia sem se darem ao trabalho de sair de Paris eram o próprio Bonaparte e os endividados cavaleiros de sua Távola Redonda. Os três milhões votados pela Assembléia Nacional haviam sido gastos estroinamente; os cofres tinham que ser reabastecidos, fosse como fosse. Em vão Bonaparte abriu uma subscrição nacional para a construção das chamadas *cités ouvrières,*[38] figurando à frente da lista com uma soma considerável. Os burgueses cruéis esperaram desconfiadamente que ele pagasse a sua cota, e como isso, naturalmente, não aconteceu, a especulação sobre aqueles castelos no ar socialistas caiu imediatamente por terra. As barras de ouro deram melhor resultado. Bonaparte & Cia. não se contentaram em embolsar uma parte do excedente dos sete milhões sobre as barras que seriam distribuídas como prêmios; fabricaram bilhetes falsos; emitiram dez, quinze e mesmo vinte bilhetes com o mesmo número — operação financeira bem de acordo com o espírito da Sociedade de 10 de Dezembro! A Assembléia Nacional defrontava-se aqui não com o fictício presidente da República, mas com Bonaparte em carne e osso. Podia apanhá-lo em flagrante, infringindo não a Constituição, mas o *Código Penal.* Se a Assembléia passou à ordem do dia, diante da interpelação de Duprat, isto não aconteceu apenas porque a moção de Girardin no sentido de declarar-se *satisfait* recordava ao partido da ordem sua própria corrupção sistemática. O burguês, e principalmente o burguês arvorado em estadista, complementa sua mesquinhez

[38] *Cités ouvrières:* núcleos residenciais para operários. (N. do E.)

prática com sua extravagância teórica. Como estadista ele se transforma, assim como o poder estatal com que se defronta, em um ser superior que só pode ser combatido em uma forma superior, consagrada.

Bonaparte, que precisamente por ser um boêmio, um príncipe *lumpen-proletário,* levava vantagem sobre o burguês vil porque podia conduzir a luta por meios vis, viu agora, depois que a própria Assembléia o guiara, por sua própria mão, através do terreno escorregadiço dos banquetes militares, das revistas de tropas, da Sociedade de 10 de Dezembro e, finalmente, do Código Penal, que chegara o momento em que poderia passar de uma aparente defensiva à ofensiva. As pequenas derrotas sofridas nesse ínterim pelos ministros da Justiça, da Guerra, da Marinha e da Fazenda, através das quais a Assembléia Nacional expressava seus rosnados de desagrado, incomodavam-no muito pouco. Não só impediu que os ministros renunciassem, e com isso admitissem a supremacia do Parlamento sobre o Poder Executivo, como se sentiu capaz de consumar agora o que começara durante o período de recesso da Assembléia Nacional: a separação entre o poder militar e o Parlamento, a *destituição de Changarnier.*

Um jornal do Eliseu publicou uma ordem do dia pretensamente dirigida, durante o mês de maio, à Primeira Divisão Militar e, portanto, procedente de Changarnier, na qual se recomendava aos oficiais, em caso de insurreição, que não poupassem os traidores dentro de suas fileiras, mas que os fuzilassem imediatamente, e que recusassem tropas à Assembléia Nacional, caso esta as requisitasse. A 3 de janeiro de 1851, o Gabinete foi interpelado sobre essa ordem do dia. Para investigar o assunto, solicitou um prazo, primeiro de três meses, depois de uma semana, e finalmente de apenas vinte e quatro horas. A Assembléia insistiu em uma explicação imediata. Changarnier levantou-se e declarou que tal ordem do dia jamais existiu. Acrescentou que se apressaria sempre em atender às exigências da Assembléia Nacional e que em caso de conflito esta podia contar com ele. A Assembléia recebeu essa declaração com aplausos indescritíveis e lhe concedeu um voto de confiança. Abdicou, assim, dos seus poderes, decretando a própria impotência e a onipotência do exército, ao colocar-se sob a proteção privada de um general; mas o general se iludia ao colocar à disposição da Assembléia, contra Bonaparte, um poder que só detinha por delegação do próprio Bonaparte, e quando, por seu turno, esperava ser protegido por esse Parlamento, pelo seu próprio protegido carente de proteção. Changarnier, porém, acreditava no poder misterioso com que a burguesia o dotara desde 29 de janeiro de 1849. Considerava-se a terceira força, em igualdade de condições com os outros dois poderes estatais. Compartilhava da sorte dos outros heróis, ou melhor, santos, dessa época, cuja grandeza consistia precisamente na auréola com que os cercavam interessadamente os seus próprios partidos, e que se reduzem a figuras comuns assim que as circunstâncias exigem milagres. A incredulidade é, geralmente, o inimigo mortal desses heróis supostos e santos verdadeiros. Daí sua majestosa indignação moral diante da falta de entusiasmo demonstrado pelos espirituosos e trocistas.

Naquela mesma noite os ministros foram chamados ao Eliseu; Bonaparte insiste na destituição de Changarnier; cinco ministros recusam-se a assiná-la; o *Moniteur* anuncia uma crise ministerial, e o partido da ordem ameaça formar um exército parlamentar sob o comando de Changarnier. O partido da ordem dispunha de poderes constitucionais para adotar essa medida. Tinha apenas que designar Changarnier presidente da Assembléia Nacional e requisitar todas as tropas que quisesse para sua proteção. Podia fazê-lo com tanto maior segurança quanto Changarnier detinha ainda o comando efetivo do exército e da Guarda Nacional de Paris, e aguardava apenas ser requisitado juntamente com o exército. A imprensa bonapartista não se atrevia no momento sequer a pôr em dúvida o direito da Assembléia Nacional de requisitar tropas diretamente, um escrúpulo legal que, dadas as circunstâncias, não augurava nenhum êxito. Considerando que Bonaparte teve que esquadrinhar Paris inteira, durante oito dias, para descobrir finalmente dois generais — Baraguey d'Hilliers e Saint-Jean d'Angely — que se declarassem dispostos a subscrever a destituição de Changarnier, é bem provável que o exército tivesse obedecido ordens da Assembléia Nacional. É mais do que duvidoso, porém, que o partido da ordem tivesse encontrado em suas próprias fileiras e no Parlamento o número de votos necessário para essa resolução, se se leva em conta que oito dias mais tarde duzentos e oitenta e seis votos desligaram-se do partido e que em dezembro de 1851, na última oportunidade para decisão, a Montanha rejeitou ainda uma proposta semelhante. Não obstante, os burgraves poderiam talvez ter conseguido ainda arrastar a massa do partido a um heroísmo que consistia em se sentirem seguros por trás de uma floresta de baionetas e em aceitar os serviços de um exército que se passara para o seu campo. Em vez disso, na noite de 6 de janeiro, os senhores burgraves rumaram para o Eliseu a fim de forçar Bonaparte a desistir do propósito de destituir Changarnier mediante frases de estadistas e prementes razões de Estado. Quando se tenta persuadir alguém é porque se reconhece ser ele o dono da situação. A 12 de janeiro, Bonaparte, sentindo-se seguro em face daquela atitude, nomeia um novo Ministério, do qual continuam a participar os chefes do antigo, Fould e Baroche. Saint-Jean d'Angely é feito ministro da Guerra, o *Moniteur* publica o decreto de destituição de Changarnier, e seu comando é dividido entre Baraguey d'Hilliers, designado para a Primeira Divisão do Exército, e Perrot, que recebe o comando da Guarda Nacional. O baluarte da sociedade foi despedido, e se nenhuma telha cai dos telhados por esse motivo, as cotações da Bolsa, por outro lado, começam a subir.

Ao repelir o exército, que se coloca, na pessoa de Changarnier, à sua disposição, e entregando-o, portanto, irremissivelmente, às mãos do presidente, o partido da ordem deixa evidente que a burguesia perdeu a capacidade de governar. Já não existia um governo parlamentar. Tendo agora perdido, efetivamente, o controle sobre o exército e a Guarda Nacional, que forças lhe restavam para manter simultaneamente a autoridade usurpada do Parlamento sobre o povo e sua autoridade constitucional contra o presidente? Nenhuma. Só lhe restava agora apelar para os princípios sem força, para princípios que ele próprio, partido da ordem,

sempre interpretara como meras regras gerais, que se prescrevem aos outros a fim de garantir para si maior liberdade de movimentos. A destituição de Changarnier e a passagem do poder militar para as mãos de Bonaparte encerra a primeira parte do período que estamos considerando, o período da luta entre o partido da ordem e o Poder Executivo. A guerra entre os dois poderes é agora declarada abertamente, travada abertamente, mas só depois de o partido da ordem ter perdido tanto as armas como os soldados. Sem o Ministério, sem o exército, sem o povo, sem a opinião pública, não mais representando, depois de sua Lei Eleitoral de 31 de maio, a nação soberana, sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada,[39] a Assembléia Nacional transformara-se gradativamente em um Parlamento *ancien régime,* que tem de ceder a iniciativa ao governo e contentar-se com grunhidos recriminatórios *post festum.*[40]

O partido da ordem recebe o novo Ministério com uma tempestade de indignação. O general Bedeau evoca a complacência da Comissão Permanente no período de recesso e a consideração excessiva que demonstrara ao abrir mão da publicação das atas de suas sessões. O ministro do Interior insiste agora, ele próprio, na publicação dessas atas que, naturalmente, nesta altura já se tornaram tão insossas como água estagnada, não revelam nenhum fato novo e não produzem o menor efeito sobre o público indiferente. Em face da proposta de Rémusat, a Assembléia Nacional recolhe-se às suas comissões e nomeia uma "Comissão para Medidas Extraordinárias". Paris abandona menos ainda o ramerrão de sua vida cotidiana, tanto mais quanto neste momento o comércio está próspero, as fábricas trabalham, os preços do trigo andam baixos, os gêneros alimentícios abundantes e as caixas econômicas recebem diariamente novos depósitos. As "medidas extraordinárias" que o Parlamento anunciou com tanto alarde evaporam-se, a 18 de janeiro, em um voto de censura ao Ministério, sem que o nome do general Changarnier seja sequer mencionado. O partido da ordem vira-se forçado a colocar a moção dessa forma a fim de assegurar os votos dos republicanos, pois de todas as medidas do Ministério a demissão de Changarnier é precisamente a única que os republicanos aprovam, ao passo que o partido da ordem não estava em situação de censurar os demais atos ministeriais que ele próprio ditara.

O voto de censura de 18 de janeiro foi aprovado por quatrocentos e quinze votos contra duzentos e oitenta e seis. Só pôde passar, portanto, mediante uma *coligação* de legitimistas e orleanistas extremados com os republicanos puros e a Montanha. Provou assim que o partido da ordem perdera, em seus conflitos com Bonaparte, não só o Ministério, não só o exército, mas também sua maioria parlamentar independente; provou que uma ala de deputados desertara de seu lado, movida pelo fanatismo da conciliação, pelo medo de lutar, pela lassidão, por considerações de família sobre salários de parentes, por especulação em torno das pastas ministeriais que se tornassem vagas (Odilon Barrot), por este vulgar egoísmo, enfim, que torna o burguês comum sempre pronto a sacrificar o inte-

[39] "... sem olhos, sem ouvidos, sem dentes, sem nada..." — Referência ao fecho do monólogo de Jacques em *As You Like It,* ato II, cena VII, de Shakespeare. (N. da ed. bras.)

[40] *Post festum:* depois da festa, ou seja, tardiamente. (N. do E.)

resse geral de sua classe por este ou aquele interesse particular. Desde o início, os representantes bonapartistas só aderiam ao partido da ordem na luta contra a Revolução. O dirigente do partido católico, Montalembert, tendo perdido as esperanças nas perspectivas de vida do partido parlamentar, já jogara então sua influência a favor dos bonapartistas. Finalmente, os dirigentes desse partido, Thiers e Berryer, o orleanista e o legitimista, viram-se compelidos a se declararem abertamente republicanos, a confessar que eram monarquistas de coração mas que suas idéias eram republicanas, que a república parlamentar era a única forma de governo possível para o domínio efetivo da burguesia. Foram assim compelidos, perante a própria burguesia, a denunciar como uma trama tão perigosa quanto estúpida os planos de Restauração que continuavam incansavelmente a urdir às escondidas do Parlamento.

O voto de censura de 18 de janeiro atingiu os ministros, mas não o presidente. E não fora o Ministério, e sim o presidente, que destituíra Changarnier. Deveria o partido da ordem pronunciar-se a favor do *impeachment* do próprio Bonaparte, baseando-se em seus anseios de restauração? Mas estes eram meros complementos de seus próprios desejos. Em vista de sua conspiração, com referência às paradas militares e à Sociedade de 10 de Dezembro? Eles haviam de há muito enterrado esses temas sob simples ordens do dia. Devido à destituição do herói de 29 de janeiro e de 13 de junho, do homem que em maio de 1850 ameaçou atear fogo em Paris no caso de ocorrer um levante? Seus aliados da Montanha, assim como Cavaignac, não lhes permitiram sequer soerguer o ex-baluarte da sociedade através de um atestado oficial de simpatia. Eles próprios não podiam negar ao presidente o direito constitucional de demitir um general. Enfureceram-se apenas porque ele utilizou de maneira não-parlamentar o seu direito constitucional. Não tinham eles com freqüência utilizado inconstitucionalmente suas prerrogativas parlamentares, especialmente com relação à abolição do sufrágio universal? Viram-se assim reduzidos a agir estritamente dentro dos limites parlamentares. E foi necessário passar por aquela doença peculiar que desde 1848 vem grassando em todo o continente, o *cretinismo parlamentar,* que mantém os elementos contagiados firmemente presos a um mundo imaginário, privando-os de todo senso comum, de qualquer recordação, de toda compreensão do grosseiro mundo exterior — foi necessário passar por esse cretinismo parlamentar para que aqueles que haviam, com suas próprias mãos, destruído todas as condições do poder parlamentar, e que tinham necessariamente que destruí-las em sua luta com as outras classes, considerassem ainda como vitórias as suas vitórias parlamentares e acreditassem ferir o presidente quando investiam contra seus ministros. Deram-lhe apenas a oportunidade de humilhar novamente a Assembléia Nacional aos olhos da nação. A 20 de janeiro o *Moniteur* anunciava que fora aceita a renúncia coletiva do Ministério. Sob o pretexto de que nenhum partido parlamentar dispunha já de maioria, como tinha sido provado pela votação de 18 de janeiro, fruto da coligação da Montanha com os monarquistas, e enquanto não se constituía uma nova maioria, Bonaparte nomeou um ministério dito de transição, no qual não figurava um único membro do parlamento, sendo inteiramente com-

posto de indivíduos absolutamente desconhecidos e insignificantes, um ministério de escreventes e copistas. O partido da ordem podia agora fartar-se de brincar com esses bonecos de engonço; o Poder Executivo não mais julgava que valesse a pena estar seriamente representado na Assembléia Nacional. Quanto mais inexpressivos fossem os seus ministros, mais manifestamente Bonaparte concentrava em sua pessoa todo o Poder Executivo e maior margem tinha para explorá-lo para seus próprios interesses.

Em aliança com a Montanha, o partido da ordem vingou-se rejeitando a proposta, que o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro obrigara seus escreventes ministeriais a apresentar, de conceder ao presidente uma dotação de um milhão e oitocentos mil francos. Desta vez a questão foi decidida por uma maioria de apenas cento e dois votos; mais 27 votos tinham, assim, desertado desde 18 de janeiro; aumenta a desintegração do partido da ordem. Ao mesmo tempo, a fim de que nem por um momento pudesse haver qualquer sombra de dúvida quanto ao verdadeiro sentido de sua aliança com a Montanha, ele se negou com desprezo a considerar sequer uma proposta assinada por cento e oitenta e nove membros da Montanha visando à concessão de anistia geral a todos os culpados de delitos políticos. Bastou que o ministro do Interior, um certo Vaïsse, declarasse que a tranqüilidade era apenas aparente, que em surdina reinava uma grande agitação, que sociedades multiformes estavam sendo organizadas secretamente, que os jornais democráticos preparavam-se para reaparecer, que os relatórios provenientes dos departamentos eram desfavoráveis, que os refugiados de Genebra dirigiam uma conspiração que, através de Lyon, alastrava-se por todo o sul da França, que a França estava à beira de uma crise industrial e comercial, que as fábricas de Roubaix haviam reduzido a jornada de trabalho, que os prisioneiros de Belle Isle [41] estavam amotinados — bastou que um simples Vaïsse conjurasse o fantasma vermelho para que o partido da ordem rejeitasse sem discussão uma moção que teria certamente dado imensa popularidade à Assembléia Nacional e forçado Bonaparte a atirar-se novamente em seus braços. Em vez de se deixar intimidar pelo Poder Executivo com a perspectiva de novos distúrbios, devia ter dado à luta de classes uma pequena oportunidade, a fim de manter o Poder Executivo na dependência. Não se sentiu, porém, capaz de brincar com fogo.

Entretanto, o Ministério dito de transição continuou a vegetar até meados de abril. Bonaparte cansou e ludibriou a Assembléia Nacional com constantes reformas ministeriais. Ora parecia querer formar um Ministério republicano com Lamartine e Billault, ora um Ministério parlamentar com o inevitável Odilon Barrot, cujo nome jamais poderá faltar quando se precisar de uma vítima facilmente enganável, em seguida um Ministério legitimista com Vatimesnil e Benoist d'Azy, em seguida novamente um Ministério orleanista com Maleville. Enquanto mantinha assim a tensão entre as diferentes facções do partido da ordem, alarmando-as todas com a perspectiva de um Ministério republicano e a conseqüente

[41] *Belle Isle:* ilha na costa ocidental da França, onde eram encarcerados os revolucionários condenados depois de 1848. (N. do E.)

restauração inevitável do sufrágio universal, instilava ao mesmo tempo na burguesia a convicção de que seus esforços sinceros para formar um Ministério parlamentar estavam sendo frustrados pela incapacidade de reconciliação existente entre as facções monarquistas. A burguesia, entretanto, clamava ainda mais alto por um "governo forte"; achava tanto mais imperdoável deixar a França "sem administração" quanto mais parecia agora iminente uma crise comercial geral, que conquistava recrutas para o socialismo nas cidades da mesma forma que o preço ruinoso do trigo o fazia no campo. O comércio diminuía dia a dia, o número de desempregados aumentava visivelmente, havia pelo menos dez mil operários famintos em Paris, inúmeras fábricas estavam paralisadas em Rouen, Mulhouse, Lyon, Roubaix, Tourcoing, St.-Etienne, Elbeuf, etc. Em tais circunstâncias, Bonaparte pôde aventurar-se a restaurar, a 11 de abril, o Ministério de 18 de janeiro: os Srs. Rouher, Fould, Baroche, etc., reforçados pelo Sr. Léon Faucher, que a Assembléia Constituinte, em seus últimos dias, denunciara unanimemente, com exceção apenas dos votos de cinco ministros, endereçando-lhe um voto de censura pelo envio de telegramas falsos. A Assembléia Nacional obtivera assim uma vitória sobre o Ministério a 18 de janeiro, lutara durante três meses contra Bonaparte, para acabar vendo Fould e Baroche admitirem a 11 de abril o ingresso do puritano Faucher como *tertius* em sua aliança ministerial.

Em novembro de 1849 Bonaparte contentara-se com um Ministério *não-parlamentar,* em janeiro de 1851 com um Ministério *extraparlamentar,* e a 11 de abril sentiu-se suficientemente forte para constituir um Ministério *natiparlamentar,* que combinava harmoniosamente em si os votos de censura das duas Assembléias, a Constituinte e a Legislativa, a republicana e a realista. Essa gradação de ministérios era o termômetro com o qual o Parlamento podia medir a queda de seu próprio calor vital. Em fins de abril este caíra a tal ponto que Persigny, em uma entrevista pessoal, pôde instar Changarnier para que se passasse ao campo do presidente. Assegurou-lhe que Bonaparte considerava completamente destruída a influência da Assembléia Nacional e que já estava pronta a proclamação que deveria ser publicada depois do Golpe de Estado, firmemente projetado, mas que as circunstâncias haviam feito novamente adiar. Changarnier informou os dirigentes do partido da ordem do aviso fúnebre, mas quem acredita que as mordidas dos percevejos sejam mortais? E o Parlamento, combalido, desintegrado, marcado pela morte como estava, não podia convencer-se a ver em seu duelo com o chefe grotesco da Sociedade de 10 de Dezembro alguma coisa mais do que um duelo com um percevejo. Bonaparte, porém, respondeu ao partido da ordem como Agesilau respondera ao rei Ágis: *"Em tua opinião assemelho-me a uma formiga, mas um dia serei leão".*

VI

A aliança com a Montanha e os republicanos puros, à qual o partido da ordem viu-se condenado no esforço vão de conservar o poder militar e recon-

quistar o controle supremo sobre o Poder Executivo, provou irrefutavelmente que ele perdera sua *maioria parlamentar* própria. A 28 de maio, o simples poder do calendário, do ponteiro do relógio, deu o sinal para sua completa desintegração. Com o 28 de Maio teve início o último ano de vida da Assembléia Nacional. Tinha agora que decidir-se ou a manter inalterada a Constituição ou a reformá-la. A revisão da Constituição, porém, não implicava apenas o domínio da burguesia ou da democracia pequeno-burguesa, democracia ou anarquia proletária, república parlamentar ou Bonaparte: significava também Orléans ou Bourbon! Surgiu assim no Parlamento o pomo de discórdia que teria forçosamente que inflamar abertamente o conflito de interesses que dividia o partido da ordem em facções hostis. O partido da ordem era um combinado de substâncias sociais heterogêneas. A questão da revisão gerou uma temperatura política na qual ele voltou a se decompor em seus elementos primitivos.

O interesse dos bonapartistas na revisão era simples. Para eles tratava-se, sobretudo, de abolir o Artigo 45, que proibia a reeleição de Bonaparte e a prorrogação de seus poderes. A posição dos republicanos não parecia menos simples. Rejeitavam incondicionalmente qualquer revisão; viam nela uma conspiração universal contra a república. Considerando que controlavam *mais de um quarto dos votos* da Assembléia Nacional e que de acordo com a Constituição eram necessários três quartos dos votos para tornar legalmente válida a resolução de reforma e para convocar a Assembléia encarregada de proceder a essa revisão, tinham apenas que contar seus votos para terem certeza da vitória. E tinham certeza da vitória.

Diante de posições tão definidas, o partido da ordem via-se preso em contradições inextricáveis. Se rejeitasse a reforma estaria pondo em perigo o *status quo,* uma vez que teria deixado a Bonaparte apenas uma saída, pela força, e no segundo domingo de maio de 1852, na hora decisiva, estaria entregando a França à anarquia revolucionária, com um presidente que perdera a autoridade, com um Parlamento que há muito não a possuía, e com um povo que se mostrava disposto a reconquistá-la. Se votasse a favor da reforma constitucional, sabia que votava em vão e que teria forçosamente que fracassar inconstitucionalmente, se declarasse válida a simples maioria de votos, só poderia então esperar dominar a Revolução submetendo-se incondicionalmente ao Poder Executivo, o que tornaria Bonaparte dono da Constituição, da reforma e do próprio partido. Uma reforma apenas parcial, que prorrogasse a autoridade do presidente, prepararia o caminho para a usurpação imperial. Uma revisão geral que encurtasse a vida da república lançaria as pretensões dinásticas em inevitável conflito, pois as condições de restauração dos Bourbon e dos orleanistas eram não só diferentes, como se excluíam mutuamente.

A *república parlamentar* era mais do que o campo neutro no qual as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, a grande propriedade territorial e a indústria, podiam viver lado a lado com igualdade de direitos. Era a condição inevitável para seu domínio *em comum,* a única forma de governo no qual seu interesse geral de classe podia submeter ao mesmo tempo tanto as reivin-

dicações de suas diferentes facções como as demais classes da sociedade. Na qualidade de monarquistas, eles recaíam em seu velho antagonismo, na luta pela supremacia do latifúndio ou do capital, e a mais alta expressão desse antagonismo, sua personificação, eram seus próprios reis, suas dinastias. Daí a resistência do partido da ordem à *volta dos Bourbon.*

Creton, orleanista e representante do povo, apresentara periodicamente em 1849, 1850 e 1851 uma moção propondo a revogação do decreto de exílio das famílias reais. Com a mesma regularidade, o Parlamento fornecia o espetáculo de uma Assembléia de monarquistas que obstinadamente impedia a passagem através da qual seus reis exilados podiam retornar à pátria. Ricardo III assassinara Henrique VI observando que ele era bom demais para este mundo e que seu lugar era no céu. Eles declaravam que a França era demasiado má para receber novamente seus reis. Compelidos pelas circunstâncias, haviam-se convertido em republicanos e sancionavam repetidas vezes a decisão popular que bania seus reis da França.

A reforma da Constituição — e as circunstâncias obrigavam a que fosse tomada em consideração — punha em julgamento, juntamente com a república, o governo comum das duas facções burguesas, e reavivava, com a possibilidade da monarquia, a rivalidade de interesses que esta representara alternadamente como preponderantes, a luta pela supremacia de uma facção sobre a outra. Os diplomatas do partido da ordem pensavam que podiam solucionar a contenda através do amálgama das duas dinastias, por meio de uma suposta *fusão* dos partidos monarquistas e de suas casas reais. A verdadeira fusão da Restauração e da Monarquia de Julho, porém, foi a república parlamentar, na qual se amalgamaram as cores orleanista e legitimista e desapareceram as várias espécies de burgueses, dando lugar ao burguês propriamente dito, à espécie burguesa. Agora, entretanto, o orleanista devia tornar-se legitimista e o legitimista orleanista. A realeza, em que se personificava seu antagonismo, devia encarnar sua união; a expressão de seus interesses exclusivos de facção deveria tornar-se a expressão de seu interesse de classe comum; a monarquia deveria fazer o que só a abolição de duas monarquias, a república, podia fazer e de fato fez. Era a pedra filosofal que os doutores do partido da ordem quebravam a cabeça para descobrir. Como se a monarquia legitimista pudesse jamais converter-se na monarquia da burguesia industrial ou a monarquia burguesa jamais converter-se na monarquia da tradicional aristocracia da terra. Como se o latifúndio e a indústria pudessem irmanar-se sob uma só coroa, quando a coroa só podia descer sobre uma cabeça, a do irmão mais velho ou a do mais jovem. Como se a indústria pudesse chegar a algum acordo com o latifúndio enquanto este não se decidisse a tornar-se industrial. Se Henrique V morresse no dia seguinte, o conde de Paris não se tornaria por isso o rei dos legitimistas, a menos que deixasse de ser o rei dos orleanistas. Os filósofos da fusão, entretanto, que se tornavam mais vociferantes à medida que a questão da reforma passava ao primeiro plano, que haviam feito da *Assemblée Nationale* seu diário oficial e que se acham novamente empenhados em seu trabalho mesmo neste momento (fevereiro de 1852), consideravam que toda a

dificuldade provinha da oposição e rivalidade entre as duas dinastias. As tentativas de reconciliar a família Orléans com Henrique V que começaram desde a morte de Luís Filipe mas, como acontece geralmente com as intrigas dinásticas, só eram encenadas durante os períodos de recesso da Assembléia Nacional, nos *entreatos*, por detrás dos bastidores, mais por coqueteria sentimental com a velha superstição do que com propósitos sérios, converteram-se agora em grandes representações de Estado, desempenhadas pelo partido da ordem no cenário público, em vez das representações de amadores que vinham sendo encenadas até então. Os mensageiros especiais correm de Paris a Veneza, de Veneza a Claremont, de Claremont a Paris. O conde de Chambord lança um manifesto no qual, "com a ajuda de todos os membros de sua família", anuncia não a sua, mas a Restauração "nacional". O orleanista Salvandy atira-se aos pés de Henrique V. Os chefes legitimistas, Berryer, Benoist d'Azy, Saint-Priest, viajam até Claremont a fim de convencer os orleanistas, porém em vão. Os adeptos da fusão percebem tarde demais que os interesses das duas facções burguesas nem perdem seu exclusivismo nem adquirem maleabilidade quando acentuados na forma de interesse de família, interesses de duas casas reais. Se Henrique V viesse a reconhecer o conde de Paris como seu sucessor — o único êxito que, na melhor das hipóteses, poderia alcançar a fusão —, a Casa de Orléans não conquistaria nenhum direito que já não tivesse assegurado devido à ausência de herdeiros de Henrique V, mas perderia, por outro lado, todos os direitos que alcançara com a Revolução de Julho. Renunciaria a suas pretensões primitivas, a todos os títulos que arrancara do ramo mais antigo dos Bourbon em quase cem anos de luta; trocaria sua prerrogativa histórica, a prerrogativa do reino moderno, pela prerrogativa de sua árvore genealógica. A fusão, portanto, não representaria senão a abdicação voluntária da Casa de Orléans, sua renúncia à Legitimidade, o recuo arrependido da Igreja protestante do Estado à Igreja Católica. Um recuo que, ademais, não a conduziria sequer ao trono que perdera, mas apenas aos degraus do trono onde nascera. Os velhos ministros orleanistas, Guizot, Duchâtel, etc., que acorriam também a Claremont a fim de advogar a fusão, representavam na realidade apenas o *Katzenjammer*[42] da Revolução de Julho, a desilusão em face do reino burguês e da realeza da burguesia, a crença supersticiosa na legitimidade como o último amuleto contra a anarquia. Embora se afigurassem como mediadores entre os Orléans e os Bourbon, eles nada mais eram, na realidade, do que orleanistas renegados, e o príncipe de Joinville recebeu-os como tais. Por outro lado, a ala orleanista que tinha possibilidades de se desenvolver, seu setor belicoso, Thiers, Baze etc., convenceu com tanto maior facilidade a família de Luís Filipe de que, se qualquer restauração diretamente monarquista pressupunha a fusão das duas dinastias e se uma tal fusão pressupunha a abdicação da Casa de Orléans, estava, pelo contrário, perfeitamente de acordo com a tradição de seus antepassados reconhecer no momento a república e esperar até que os acontecimentos permitissem converter em trono a cadeira presidencial. Circularam rumores sobre a

[42] *Katzenjammer:* ressaca. (N. do E.)

candidatura de Joinville, aguçou-se a curiosidade do público e, alguns meses mais tarde, em setembro, após a rejeição da reforma constitucional, sua candidatura foi publicamente proclamada.

A tentativa de realizar uma fusão de orleanistas e legitimistas, portanto, não só fracassara como destruíra sua *fusão parlamentar,* sua forma comum republicana, e fragmentara o partido da ordem em seus elementos componentes; mas quanto mais crescia a divergência entre Claremont e Veneza, quanto mais falhavam as possibilidades de acordo e a agitação de Joinville ganhava terreno, tanto mais vivas e intensas se tornavam as negociações entre o ministro bonapartista Faucher e os legitimistas.

A desintegração do partido da ordem não se deteve ao reduzir-se a seus elementos primitivos. Cada uma das duas alas principais, por sua vez, experimentou novo processo de decomposição. Era como se todos os velhos matizes que anteriormente lutavam e se debatiam um contra o outro dentro de cada um dos dois campos, tanto do legitimista como do orleanista, como infusórios secos ao contato da água, tivessem novamente adquirido suficiente energia vital para constituir grupos próprios e antagonismos independentes. Os legitimistas imaginavam estar novamente em meio às controvérsias existentes entre as Tulherias e o Pavilhão Marsan,[43] entre Villèle e Polignac. Os orleanistas reviviam os tempos áureos dos torneios entre Guizot, Molé, Broglie, Thiers e Odilon Barrot.

A ala do partido da ordem que ansiava pela reforma mas que estava novamente cindida sobre a questão dos limites dessa reforma, uma ala composta por legitimistas chefiados de um lado por Berryer e Falloux e de outro lado por La Rochejaquelin, bem como pelos orleanistas cansados de lutar chefiados por Molé, Broglie, Montalembert e Odilon Barrot, entrou em acordo com os representantes bonapartistas sobre a seguinte moção, indefinida e ampla: "Os representantes abaixo assinados, tendo em vista restaurar a nação no pleno exercício de sua soberania, propõem que seja procedida a reforma da Constituição". Não obstante, ao mesmo tempo declaravam unanimemente, através de seu porta-voz, Tocqueville, que a Assembléia Nacional não tinha o direito de propor a *abolição da república,* que esse direito cabia exclusivamente à Câmara encarregada da reforma. Quanto ao mais, a Constituição só poderia ser reformada de *maneira "legal",* ou seja, se, conforme o preceito constitucional, três quartos dos votos se manifestassem a favor da reforma. A 19 de julho, depois de seis dias de tempestuosos debates, a reforma foi rejeitada, como era de se esperar. Houve quatrocentos e quarenta e seis votos a favor, mas duzentos e setenta e oito contrários. Os orleanistas extremados, Thiers, Changarnier etc., votaram com os republicanos e a Montanha.

A maioria do Parlamento declarou-se, assim, contra a Constituição, mas essa mesma Constituição declarava-se a favor da minoria e estabelecia como decisivo o pronunciamento desta. Não tinha o partido da ordem, entretanto, a 31

[43] Referência ao conflito existente, durante a Restauração, entre Luís XVIII, que residia no Palácio das Tulherias, e o representante de uma política ainda mais reacionária, o Conde d'Artois (que se tornou o rei Carlos X), irmão de Luís XVIII, que residia no Pavilhão Marsan. (N. do E.)

de maio de 1850 e a 13 de junho de 1849, subordinado a Constituição à maioria parlamentar? Não fora toda a sua política baseada até agora na subordinação dos parágrafos da Constituição às decisões da maioria parlamentar? Não deixara aos democratas a superstição bíblica na letra da lei, e castigado por isso esses mesmos democratas? No momento, porém, a reforma da Constituição não significava senão a manutenção do poder presidencial, da mesma forma por que a manutenção da Constituição significava apenas a deposição de Bonaparte. O Parlamento manifestara-se favorável a ele, mas a Constituição declarava-se contra o Parlamento. Ele, portanto, agiu de acordo com o Parlamento quando rasgou a Constituição, e de acordo com a Constituição quando dissolveu o Parlamento.

O Parlamento declarara a Constituição, e com ela seu próprio poder, "acima da maioria"; mediante seus votos ab-rogara a Constituição e prorrogara o poder presidencial, declarando ao mesmo tempo que nem aquela podia morrer nem este viver enquanto ele próprio continuasse a existir. Os que deveriam enterrá-lo já esperavam junto à porta. Enquanto o Parlamento discutia a reforma, Bonaparte destituiu o general Baraguey d'Hilliers, que se mostrara irresoluto no comando da Primeira Divisão do Exército, nomeando para substituí-lo o general Magnan, o vencedor de Lyon, o herói das jornadas de dezembro, uma de suas criaturas, que sob Luís Filipe, por ocasião da expedição a Boulogne, já se comprometera mais ou menos a favor de Bonaparte.

Com sua decisão sobre a reforma, o partido da ordem demonstrou que não sabia nem governar nem servir; nem morrer; nem suportar a república nem derrubá-la; nem defender a Constituição nem cooperar com o presidente nem romper com ele. De onde esperava, então, a solução de todas as contradições? Do calendário, da marcha dos acontecimentos. Deixou de se arvorar em árbitro dos acontecimentos. Desafiou, portanto, os acontecimentos a assumirem o controle sobre ele, desafiando dessa maneira o poder ao qual, no decurso da luta contra o povo, cedera uma prerrogativa atrás da outra, até permanecer impotente diante desse poder. A fim de que o chefe do Poder Executivo pudesse com maior tranqüilidade traçar contra ele seu plano de campanha, reforçar seus meios de ataque, escolher suas armas e fortificar suas posições, precisamente nesse momento crítico o Parlamento resolveu retirar-se de cena e suspender suas sessões durante três meses, de 10 de agosto a 4 de novembro.

O partido parlamentar não só se desdobrara em suas duas grandes facções, cada uma dessas não só se subdividia por sua vez, mas o partido da ordem, no Parlamento, havia se separado do partido da ordem *fora* desse Parlamento. Os arautos e os escribas da burguesia, suas tribunas e sua imprensa, em suma, os ideólogos da burguesia e a própria burguesia, os representantes e os representados, enfrentavam-se uns alheios aos outros e não mais se compreendiam.

Os legitimistas das províncias, com seu horizonte limitado e seu entusiasmo ilimitado, acusavam seus dirigentes parlamentares, Berryer e Falloux, de haverem desertado para o campo bonapartista, de terem abandonado Henrique V. Seus cérebros liriais acreditavam no pecado original, mas não na diplomacia.

Muito mais fatal e decisiva foi a ruptura da burguesia comercial com seus políticos. Censuravam-nos, não como os legitimistas censuravam os seus, por

terem abandonado seus princípios, mas, pelo contrário, por se aferrarem a princípios que já se haviam tornado inúteis.

Já indiquei acima como, desde a entrada de Fould para o Ministério, a ala da burguesia comercial que detivera a parte do leão no governo de Luís Filipe, ou seja, a *aristocracia financeira,* tornara-se bonapartista. Fould não representava apenas os interesses de Bonaparte na Bolsa, representava também os interesses da Bolsa junto a Bonaparte. A posição da aristocracia financeira está pintada de forma magistral em uma passagem de seu órgão europeu, o *Economist* de Londres. Em seu número de 1.º de fevereiro de 1851 escreve o correspondente de Paris: "Tivemos oportunidade de comprovar em numerosas fontes que a França deseja, acima de tudo, a tranqüilidade. O presidente o declara em sua mensagem à Assembléia Legislativa; e o mesmo é repetido da tribuna; afirmado nos jornais; anunciado do púlpito; e *é demonstrado pela sensibilidade dos títulos públicos à menor perspectiva de peturbação, e por sua estabilidade quando se torna evidente que o Poder Executivo sai vitorioso".*

Em seu número de 29 de novembro de 1851, o *The Economist* declara em seu próprio nome: *"O presidente é o guardião da ordem, e é agora reconhecido como tal em todas as Bolsas de Valores da Europa".* A aristocracia financeira condenava, portanto, a luta parlamentar do partido da ordem contra o Poder Executivo como uma *perturbação da ordem,* e comemorava cada vitória do presidente sobre os supostos representantes dela como *vitórias da ordem.* Por aristocracia financeira não se deve entender aqui apenas os grandes promotores de empréstimos e especuladores de títulos públicos, a respeito dos quais torna-se imediatamente óbvio que seus interesses coincidem com os interesses do poder público. Todo o moderno círculo financeiro, todo o setor de atividades bancárias está entrelaçado na forma mais íntima com o crédito público. Parte de seu capital ativo é necessariamente invertida e posta a juros em títulos públicos de fácil resgate. Os depósitos de que dispõem, o capital colocado à sua disposição e por eles distribuído entre comerciantes e industriais, provêm em parte dos dividendos de possuidores de títulos do governo. Se em todas as épocas a estabilidade do poder público significava tudo para todo o mercado financeiro e para os oficiantes desse mercado financeiro, por que não o seria hoje, e com muito mais razão, quando cada dilúvio ameaça destruir os velhos Estados e, com eles, as velhas dívidas do Estado?

Também a *burguesia industrial,* em seu fanatismo pela ordem, irritava-se com as disputas em que o partido da ordem se empenhava no Parlamento com o Poder Executivo. Depois de seu voto a 18 de janeiro, por ocasião da destituição de Changarnier, Thiers, Anglas, Saint-Beuve, etc., receberam precisamente de seus constituintes dos distritos industriais censuras públicas, nas quais sua coligação com a Montanha era particularmente condenada como alta traição contra a ordem. Se, como vimos, as críticas jactanciosas, as mesquinhas intrigas que assinalaram a luta do partido da ordem contra o presidente, não mereceram melhor recepção, então, por outro lado, esse partido burguês, que exigia que seus representantes permitissem, sem oferecer resistência, que o poder militar passasse das

mãos de seu próprio Parlamento para as de um pretendente aventureiro — não era sequer digno das intrigas desperdiçadas em sua intenção. Demonstrou que a luta para manter seus interesses *públicos,* seus próprios *interesses de classe,* seu *poder político,* só lhe trazia embaraço e desgostos, pois contituía uma perturbação dos seus negócios privados.

Quase que sem exceções os dignitários burgueses das cidades da província, as autoridades municipais, os juízes dos tribunais comerciais, etc., recebiam Bonaparte em todas as localidades que visitava em suas excursões da maneira mais abjeta, mesmo quando, como aconteceu em Dijon, ele desferiu um ataque sem reservas contra a Assembléia Nacional e, especialmente, contra o partido da ordem.

Quando o comércio era próspero, como ainda era em princípios de 1851, a burguesia comerciante enfurecia-se contra qualquer luta parlamentar, temendo que o comércio viesse a ressentir-se disso. Quando o comércio andava mal, como acontecia constantemente a partir do fim de fevereiro de 1851, a burguesia comerciante acusava as lutas parlamentares como responsáveis pela paralisação e clamava para que cessassem, a fim de que o comércio pudesse desenvolver-se novamente. Os debates sobre a reforma coincidiram justamente com esse período difícil. Tratando-se aqui da questão do ser ou não ser da forma de governo vigente, a burguesia sentia-se tanto mais autorizada a exigir que seus representantes pusessem fim a essa torturante situação provisória e mantivessem ao mesmo tempo o *status quo.* Não havia nisso nenhuma contradição. Por fim, da situação provisória ela compreendia precisamente a sua perpetuação, o adiamento para um futuro distante do momento em que uma decisão tivesse que ser tomada. O *status quo* só poderia ser mantido de duas maneiras: pela prorrogação do poder de Bonaparte, ou mediante sua renúncia constitucional e a eleição de Cavaignac. Um setor da burguesia desejava esta última solução e não soube dar a seus representantes outro conselho senão o de que se conservassem em silêncio e não tocassem na questão candente. Estavam convencidos de que se seus representantes não falassem, Bonaparte não agiria. Queriam um Parlamento-avestruz, que escondesse a cabeça para permanecer oculto. Outro setor da burguesia desejava, tendo em vista que Bonaparte já se encontrava na presidência, que continuasse no posto, a fim de que tudo pudesse prosseguir na mesma rotina de sempre. Irritavam-se por não ter o Parlamento violado abertamente a Constituição e abdicado sem maiores formalidades.

Os Conselhos Gerais dos Departamentos, aqueles organismos provinciais que representavam a alta burguesia e que se reuniam a partir de 25 de agosto, durante o período de recesso da Assembléia Nacional, manifestaram-se quase que por unanimidade pela reforma, e, por conseguinte, contra o Parlamento e a favor de Bonaparte.

De maneira ainda mais inequívoca do que o seu afastamento de seus próprios *representantes parlamentares,* a burguesia demonstrou sua cólera contra seus representantes literários, sua própria imprensa. As sentenças, condenando a ruinosas multas e a descabidos períodos de encerramento, ditadas pelos júris bur-

gueses por qualquer ataque de jornalistas burgueses contra os desejos usurpatórios de Bonaparte, por qualquer tentativa da imprensa de defender os direitos políticos da burguesia contra o Poder Executivo, assombravam não só a França, como toda a Europa.

Se o *partido parlamentar da ordem,* com seu clamor pela tranqüilidade, como demonstrei, comprometia-se a manter-se tranqüilo, se declarava o domínio político da burguesia incompatível com a segurança e a existência da burguesia, destruindo com suas próprias mãos, na luta contra as demais classes da sociedade, todas as condições necessárias ao seu próprio regime, o regime parlamentar, por outro lado a *massa extraparlamentar da burguesia,* com seu servilismo para com o presidente, com seus insultos ao Parlamento, com maus tratos à sua própria imprensa, convidava Bonaparte a suprimir e aniquilar o setor do partido que falava e escrevia, seus políticos e literatos, sua tribuna e sua imprensa, a fim de poder entregar-se então a seus negócios particulares com plena confiança, sob a proteção de um governo forte e absoluto. Declarava inequivocamente que ansiava por se livrar de seu próprio domínio político a fim de se livrar das atribulações e perigos desse domínio.

E essa massa, que já se rebelara contra a luta puramente parlamentar e literária pelo domínio de sua própria classe e traíra os dirigentes dessa luta, ousa agora, depois do caso passado, acusar o proletariado por não se ter levantado em uma luta sangrenta, uma luta de vida ou de morte, em sua defesa! Essa massa, que sacrificava a cada momento seus interesses gerais de classe, isto é, seus interesses políticos, aos mais mesquinhos e mais sórdidos interesses particulares, e exigia de seus representantes idêntico sacrifício, queixa-se agora de que o proletariado não se tenha sacrificado aos seus interesses materiais, os interesses políticos ideais dela! Apresenta-se como uma alma pura a quem o proletariado, desencaminhado pelos socialistas, não teria sabido compreender e abandonara no momento decisivo. E encontra um eco geral no mundo burguês. Não me refiro aqui, naturalmente, aos politiqueiros alemães e ao refugo ideológico da mesma origem. Refiro-me, por exemplo, ao já citado *The Economist,* que já a 29 de novembro de 1851, ou seja, quatro dias antes do golpe de Estado, apresentara Bonaparte como o "guardião da ordem" e Thiers e Berryer como "anarquistas", e a 27 de dezembro de 1851, depois que Bonaparte aquietara esses anarquistas, já vocifera sobre a traição perpetrada pelas "massas proletárias, ignorantes, incultas e estúpidas contra a habilidade, conhecimento, disciplina, influência mental, recursos intelectuais e peso moral das camadas médias e superiores". Massa estúpida, ignorante e grosseira era a própria massa burguesa.

É bem verdade que em 1851 a França atravessara uma pequena crise comercial. Em fins de fevereiro registrou-se um declínio das exportações em comparação a 1850: em março o comércio experimentou um revés e as fábricas deixaram de trabalhar; em abril a situação dos departamentos industriais parecia tão desesperadora como depois das jornadas de fevereiro; em maio os negócios não tinham ainda tomado pé; em 28 de junho o ativo do Banco de França demonstrava, pelo enorme aumento dos depósitos e o decréscimo igualmente grande em

adiantamentos contra letras de câmbio, que a produção estava paralisada, e só em meados de outubro começou a produzir-se uma melhora progressiva nos negócios. A burguesia francesa atribuía essa paralisação do comércio a causas puramente políticas, à luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, à precariedade de uma forma provisória de governo, à aterradora perspectiva do segundo domingo de maio de 1852. Não negarei que todas essas circunstâncias exerciam um efeito deprimente em alguns ramos da indústria de Paris e dos departamentos. Essa influência das condições políticas, contudo, era apenas local e sem importância. Será necessária outra prova disso além do fato de que a melhora do comércio produziu-se em meados de outubro, no momento preciso em que a situação política agravou-se, o horizonte político escureceu, e esperava-se a qualquer momento que caísse um raio do Eliseu? Quanto ao mais, o burguês francês, cuja "habilidade, conhecimento, intuição espiritual e recursos intelectuais" não ia além do próprio apêndice nasal, podia ter encontrado a causa de sua miséria comercial, durante todo o período da Exposição Industrial de Londres, diretamente diante do nariz. Enquanto na França as fábricas fechavam, na Inglaterra ocorriam falências comerciais. Enquanto em abril e maio o pânico industrial alcançou seu clímax na França, em abril e maio o pânico comercial atingiu seu clímax na Inglaterra. Os lanifícios ingleses atravessavam as mesmas dificuldades dos franceses, o mesmo acontecendo com a indústria da seda dos dois países. É bem verdade que os cotonifícios ingleses continuavam trabalhando, mas já não realizavam os lucros obtidos em 1849 e 1850. A única diferença era que na França a crise era industrial, ao passo que na Inglaterra era comercial; que enquanto na França as fábricas estavam paralisadas, na Inglaterra ampliavam sua capacidade, embora sob condições menos favoráveis do que nos anos precedentes; que na França eram as exportações, enquanto que na Inglaterra eram as importações que haviam sido mais seriamente atingidas pela crise. A causa comum que, naturalmente, não deve ser procurada dentro dos limites do horizonte político francês, era evidente. Os anos de 1849 e 1850 foram os anos de maior prosperidade material e de uma superprodução que só se manifestou como tal em 1851. Esta superprodução em princípios desse ano recebeu novo e especial impulso com a perspectiva da Exposição Industrial. Registraram-se, ademais, as seguintes circunstâncias peculiares: primeiro a perda parcial da safra de algodão em 1850 e 1851, em seguida a certeza da obtenção de uma safra de algodão maior do que se esperava; primeiro a subida, em seguida a queda brusca, em suma, flutuações do preço do algodão. A safra de seda bruta, pelo menos na França, tinha sido inferior à produção média. Finalmente, os lanifícios tinham-se expandido a tal ponto desde 1848 que a produção de lã não podia manter as normas de abastecimento, e o preço da lã em bruto subiu em completa desproporção ao preço dos artigos de lã. Já temos portanto aqui, na matéria-prima para três indústrias do mercado mundial, três motivos para uma paralisação do comércio. Independentemente dessas circunstâncias especiais, a crise aparente de 1851 não era nada mais do que a parada que a superprodução e a superespeculação invariavelmente provocam no ciclo industrial, antes de reunirem todas as suas forças a fim de se

precipitarem febrilmente através da última fase desse ciclo e alcançarem mais uma vez o ponto de partida, a *crise geral do comércio*. Durante tais intervalos na história do comércio, irrompem na Inglaterra as falências comerciais, ao passo que na França é a própria indústria que tem de se paralisar, em parte porque forçada a retroceder dada a concorrência dos ingleses que precisamente então começava a fazer-se intolerável em todos os mercados, e em parte por ser uma indústria de luxo, que deve preferentemente sofrer as conseqüências de toda crise comercial. Portanto, além das crises gerais, a França experimenta crises comerciais internas, que são, não obstante, determinadas e condicionadas muito mais pelas condições gerais do mercado mundial do que por influências locais francesas. Não seria desinteressante estabelecer um confronto entre o discernimento do burguês inglês e o preconceito do burguês francês. Em seu relatório anual de 1851, uma das maiores firmas comerciais de Liverpool declara:

"Poucos anos têm desmentido de maneira tão cabal os prognósticos feitos em seu início como o ano que acaba de findar; em vez da grande prosperidade que era quase unanimemente esperada, este ano revelou-se um dos mais decepcionantes do último quarto de século — referimo-nos, naturalmente, às classes *mercantis*, e não às classes *manufatureiras*. Não obstante, no começo do ano havia certamente motivos para esperar-se o contrário — os estoques de produtos eram moderados, o capital era abundante, os gêneros alimentícios baratos, bem assegurada uma colheita generosa, reinava completa paz no continente, e o nosso país não experimentava quaisquer perturbações políticas ou fiscais; nunca, efetivamente, estiveram mais livres as asas do comércio... A que atribuir, então, esse resultado desastroso? Julgamos que ao *excesso* tanto das importações como das exportações. A menos que os nossos comerciantes estabeleçam maiores restrições à sua liberdade de ação, só um pânico *trienal poderá deter-nos*". [44]

Imaginai agora o burguês francês, o seu cérebro comercialmente enfermo, torturado na agonia desse pânico comercial, girando estonteado pelos boatos de golpes de Estado e de restauração do sufrágio universal, pela luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, pela guerra da Fronda entre orleanistas e legitimistas, pelas conspirações comunistas no sul da França, pelas supostas *Jacqueries* nos departamentos de Nièvre e Cher, pela propaganda de diversos candidatos à presidência, pelas palavras de ordem dos jornais que lembravam os pregões de vendedores ambulantes, pelas ameaças dos republicanos de defender a Constituição e o sufrágio universal de armas na mão, pela pregação dos emigrados heróis *in partibus*, que anunciavam que o mundo se acabaria no segundo domingo de maio de 1852 — pensai em tudo isso e compreendereis a razão pela qual em meio a essa incrível e estrepitosa confusão de revisão, fusão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, usurpação e Revolução, o burguês berra furiosamente para a sua república parlamentar: *"Antes um fim com terror, do que um terror sem fim!"*

Bonaparte compreendeu esse grito. Seu poder de compreensão se aguçara com a crescente turbulência de credores que viam em cada crepúsculo que torna-

[44] Citação de *The Economist* de 10 de janeiro de 1852, pp. 29-30. (N. do E.)

va mais próximo o dia do vencimento, o segundo domingo de maio de 1852, um movimento dos astros protestando suas terrenas letras de câmbio. Tinham-se convertido em verdadeiros astrólogos. A Assembléia Nacional frustrara as esperanças de Bonaparte em uma prorrogação constitucional de seus poderes; a candidatura do príncipe de Joinville impedia maiores vacilações.

Se jamais houve um acontecimento que, muito antes de ocorrer, tivesse projetado diante de si a sua sombra, foi o golpe de Estado de Bonaparte. Já a 29 de janeiro de 1849, pouco mais de um mês depois de sua eleição, fizera a Changarnier uma proposta nesse sentido. No verão de 1849, seu próprio primeiro-ministro, Odilon Barrot, denunciara veladamente a política de golpes de Estado; no inverno de 1850, Thiers fizera-o abertamente. Em maio de 1851, Persigny tentara novamente ganhar Changarnier para o golpe; o *Messager de l'Assemblée*[45] publicara uma notícia sobre essas negociações. Os jornais bonapartistas ameaçavam com um golpe de Estado cada vez que ocorria uma tempestade parlamentar, e tornavam-se mais agressivos à medida que a crise se aproximava. Nas orgias que Bonaparte celebrava todas as noites com a "escória" de ambos os sexos, quando se aproximava a meia-noite e as copiosas libações desatavam as línguas e aguçavam a imaginação, o golpe de Estado era marcado para a manhã seguinte. Desembainhavam-se as espadas, tilintavam as taças, representantes eram atirados pelas janelas, o manto imperial caía sobre os ombros de Bonaparte, até que o romper da aurora afugentava novamente o fantasma e Paris, estupefata, tornava a inteirar-se, pelas vestais pouco dadas a reticências e pelos paladinos indiscretos, do perigo de que tinha novamente escapado. Durante os meses de setembro e outubro os boatos de golpe de Estado sucediam-se rapidamente. Ao mesmo tempo a sombra ganhava cores, como um daguerreótipo iluminado. Consultai os números de setembro e outubro dos órgãos da imprensa diária européia e encontrareis, palavra por palavra, intimidações como esta: "Paris está cheia de boatos sobre um golpe de Estado. Diz-se que a capital será tomada pelas tropas durante a noite, e que na manhã seguinte aparecerão os decretos de dissolução da Assembléia Nacional, declarando o Departamento do Sena sob estado de sítio, restaurando o sufrágio universal e apelando para o povo. Diz-se que Bonaparte anda em busca de ministros para porem em execução esses decretos ilegais". As correspondências que trazem essas notícias terminam sempre com a palavra fatal: *"adiado"*. O golpe de Estado fora sempre a idéia fixa de Bonaparte. Com esta idéia em mente voltara a pisar o solo francês. Estava tão obcecado por ela que constantemente deixava-a transparecer. Estava tão fraco que, também constantemente, desistia dela. A sombra do golpe de Estado tornara-se tão familiar aos parisienses sob a forma de fantasma, que quando finalmente apareceu em carne e osso não queriam acreditar no que viam. O que permitiu, portanto, o êxito do golpe de Estado não foi nem a reserva reticente do chefe da Sociedade de 10 de Dezembro nem o fato de a Assembléia Nacional ter sido colhida de surpresa. Se teve êxito, foi apesar da indiscrição *daquele* e com o conhecimento antecipado *desta* — resultado necessário e inevitável de acontecimentos anteriores.

[45] *Messager de l'Assemblée:* diário antibonapartista editado em Paris em 1851. (N. do E.)

A 10 de outubro, Bonaparte comunicou a seus ministros sua decisão de restaurar o sufrágio universal; a 16, estes apresentaram sua renúncia; a 26, Paris teve conhecimento da formação do Ministério Thorigny. O chefe de Polícia, Carlier, foi simultaneamente substituído por Maupas; o chefe da Primeira Divisão Militar, Magnan, concentrou na capital os regimentos mais leais. A 4 de novembro, a Assembléia Nacional reiniciou suas sessões. Não tinha nada melhor a fazer do que recapitular, em forma breve e sucinta, o curso pelo qual tinha passado, e provar que tinha sido enterrada apenas depois de sua morte.

O primeiro posto que perdera em sua luta contra o Poder Executivo fora o Ministério. Teve que reconhecer solenemente essa derrota aceitando a autoridade do Ministério Thorigny, um mero simulacro de gabinete. A Comissão Permanente recebera o Sr. Giraud debaixo de risos, quando ele se apresentara como representante dos novos ministros. Um Ministério tão fraco para medidas fortes como a restauração do sufrágio universal! O objetivo exato, porém, era não fazer passar nada *no* Parlamento, mas tudo *contra* o Parlamento.

No mesmo dia de sua reabertura, a Assembléia Nacional recebeu a mensagem de Bonaparte na qual ele exigia a restauração do sufrágio universal e a revogação da lei de 31 de maio de 1850. No mesmo dia seus ministros apresentaram um decreto nesse sentido. A Assembléia Nacional rejeitou imediatamente o pedido de urgência do Ministério, e, a 13 de novembro, rejeitou o projeto de lei por trezentos e cinqüenta e cinco votos contra trezentos e quarenta e oito. Rasgou, assim, seu mandato uma vez mais; uma vez mais confirmou o fato de que se transformara, de corpo de representantes livremente eleitos pelo povo, em Parlamento usurpador de uma classe; reconheceu mais uma vez que cortara, ela mesma, os músculos que ligavam a cabeça parlamentar ao corpo da nação.

Se, com sua moção de restaurar o sufrágio universal, o Poder Executivo apelava da Assembléia Nacional para o povo, com sua Lei dos Questores, o Poder Legislativo apelou do povo para o exército. Essa Lei dos Questores devia estabelecer seu direito de requisitar tropas diretamente, de formar um exército parlamentar. Colocando assim o exército como árbitro entre ela e o povo, entre ela e Bonaparte, reconhecendo no exército o poder estatal decisivo, tinha que confirmar, por outro lado, o fato de que há muito tempo desistira de sua pretensão de dominar esse poder. Ao debater seu direito a requisitar tropas, em vez de requisitá-las imediatamente, deixava transparecer suas dúvidas quanto a seus próprios poderes. Ao rejeitar a Lei dos Questores, confessou publicamente a sua impotência. Esse projeto foi derrotado, faltando a seus proponentes apenas 108 votos para obterem maioria. A Montanha, portanto, decidiu a questão. Viu-se na situação do asno de Buridan, não, porém, entre dois feixes de feno, com o problema de decidir qual dos dois era mais atraente, mas entre duas saraivadas de golpes, com o problema de decidir qual era a mais violenta. De um lado, havia o medo de Changarnier; do outro, o medo de Bonaparte. Tem-se que reconhecer que a situação nada tinha de heróico.

A 18 de novembro foi apresentada uma emenda à lei sobre as eleições municipais proposta pelo partido da ordem, no sentido de que em vez de três anos bas-

taria que os eleitores municipais tivessem um ano de domicílio. Essa emenda foi derrotada em discussão única, mas essa discussão única demonstrou logo ter sido um erro. Fragmentando-se em facções hostis, o partido da ordem perdera há muito sua maioria parlamentar independente. Mostrou agora que já não havia maioria alguma no Parlamento. A Assembléia Nacional tornara-se *incapaz de adotar acordos.* Os átomos que a constituíram não mais se mantinham unidos por qualquer força de coesão; exalara seu último suspiro; estava morta.

Finalmente, poucos dias antes da catástrofe, a massa extraparlamentar da burguesia devia confirmar solenemente, uma vez mais, sua ruptura com a burguesia do Parlamento. Thiers, que como herói parlamentar estava mais contagiado do que os demais do mal incurável do cretinismo parlamentar, arquitetara juntamente com o Conselho de Estado, depois da morte do Parlamento, uma nova intriga parlamentar, uma Lei de Responsabilidades, com a qual se pretendia manter o presidente firmemente dentro dos limites da Constituição. Assim como a 15 de setembro, ao lançar a pedra fundamental do novo mercado de Paris, Bonaparte, como um segundo Masaniello, encantara as *dames des bales,* [46] as mulheres do mercado — é verdade que uma delas representava, em poder efetivo, mais do que dezessete burgraves; assim como depois da introdução da Lei dos Questores ele cativara os tenentes que regalava no Eliseu, assim, agora, a 25 de novembro, arrebatou a burguesia industrial, que se reunira no circo para receber de suas mãos medalhas de honra pela Exposição Industrial de Londres. Transcreverei aqui a parte significativa de seu discurso, segundo o *Journal des Débats:*

"Diante de êxitos tão inesperados, creio que tenho razão de reiterar quão grande seria a República Francesa se lhe permitissem defender seus verdadeiros interesses e reformar suas instituições, ao invés de estar sendo constantemente perturbada, de um lado por demagogos, e de outro por alucinações monarquistas. *(Fortes, estrondosos e repetidos aplausos de todos os lados do anfiteatro.)* As alucinações monarquistas retardam todo o progresso e todos os ramos importantes da indústria. Em vez de progresso vê-se apenas luta. Vêem-se homens que eram antes os mais zelosos sustentáculos do poder e das prerrogativas reais tornarem-se partidários de uma Convenção com o propósito único de debilitar o poder que emanou do sufrágio universal. *(Fortes e repetidos aplausos.)* Vemos os homens que mais sofreram com a Revolução, e que mais a deploraram, provocar uma nova Revolução, e apenas para amordaçar a vontade da nação. . . Prometo-vos tranqüilidade para o futuro", etc., etc. *(Bravo, bravo, uma tempestade de bravos.)*

A burguesia industrial aclama assim com aplausos abjetos, o golpe de Estado de 2 de dezembro, a aniquilação do Parlamento, a queda de seu próprio domínio, a ditadura de Bonaparte. A trovoada de aplausos de 25 de novembro teve sua resposta no troar dos canhões a 4 de dezembro, e foi na casa do Sr. Sallandrouze, um dos que mais aplaudira, que foi cair o maior número de bombas.

[46] Mulheres que comerciam nos mercados centrais de Paris. (N. da ed. bras.)

Cromwell, quando dissolveu o Parlamento Amplo, entrou sozinho na sala de sessões, puxou o relógio a fim de que tudo acabasse no minuto exato que havia fixado e expulsou os membros do Parlamento um por um com insultos hilariantes e humorísticos. Napoleão, de estatura menor que seu modelo, apresentou-se pelo menos perante o Poder Legislativo no Dezoito Brumário e, embora com voz embargada, leu para a Assembléia sua sentença de morte. O segundo Bonaparte, que, ademais, dispunha de um Poder Executivo muito diferente do de Cromwell ou do de Napoleão, buscou seu modelo não nos anais da história do mundo, mas nos anais da Sociedade de 10 de Dezembro, nos anais dos tribunais criminais. Rouba vinte e cinco milhões de francos ao Banco de França, compra o general Magnan com um milhão, os soldados por quinze francos cada um e um pouco de aguardente, reúne-se secretamente com seus cúmplices, como um ladrão, na calada da noite, ordena que sejam assaltadas as residências dos dirigentes parlamentares mais perigosos e que Cavaignac, Lamoricière, Leflô, Changarnier, Charras, Thiers, Baze, etc., sejam arrancados de seus leitos, que as principais praças de Paris e o edifício do Parlamento sejam ocupados pelas tropas e que cartazes escandalosos sejam colocados ao romper do dia nos muros de Paris proclamando a dissolução da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e colocando o Departamento do Sena sob estado de sítio. Da mesma maneira, manda inserir pouco depois no *Moniteur* um documento falso afirmando que parlamentares influentes se haviam agrupado em torno dele em um Conselho de Estado.

O Parlamento acéfalo, reunido no edifício da *mairie* do décimo distrito e consistindo principalmente de legitimistas e orleanistas, vota a deposição de Bonaparte entre repetidos gritos de "Viva a República", arenga em vão a multidão curiosa congregada diante do edifício e é finalmente conduzido, sob a custódia de atiradores de precisão africanos, primeiro para o quartel d'Orsay e em seguida, amontoado em carros celulares, é transportado para as penitenciárias de Mazas, Ham e Vincennes. Assim terminaram o partido da ordem, a Assembléia Legislativa e a Revolução de Fevereiro. Antes de passar rapidamente às conclusões, façamos um breve resumo de sua história:

I — *Primeiro Período:* De 24 de fevereiro a 4 de maio de 1848. Período de Fevereiro. Prólogo. Comédia da confraternização geral.

II — *Segundo Período:* Período de constituição da república e da Assembléia Nacional Constituinte.

1. De 4 de maio a 25 de junho de 1848. Luta de todas as classes contra o proletariado. Derrota do proletariado nas jornadas de junho.

2. De 25 de junho a 10 de dezembro de 1848. Ditadura dos republicanos burgueses puros. Elaboração do projeto da Constituição. Proclamação do estado de sítio em Paris. A ditadura burguesa é posta à margem a 10 de dezembro com a eleição de Bonaparte para presidente.

3. De 20 de dezembro de 1848 a 28 de maio de 1849. Luta da Assembléia Constituinte contra Bonaparte e contra o partido da ordem, aliado a Bonaparte. Fim da Assembléia Constituinte. Queda da burguesia republicana.

III — *Terceiro Período:* Período da *república constitucional* e da *Assembléia Legislativa Nacional.*

1. De 28 de maio de 1849 a 13 de junho de 1849. Luta da pequena-burguesia contra a burguesia e contra Bonaparte. Derrota da democracia pequeno-burguesa.

2. De 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850. Ditadura parlamentar do partido da ordem. Completa seu domínio com a abolição do sufrágio universal, mas perde o Ministério parlamentar.

3. De 31 de maio de 1850 a 2 de dezembro de 1851. Luta entre a burguesia parlamentar e Bonaparte.

a) De 31 de maio de 1850 a 12 de janeiro de 1851. O Parlamento perde o controle supremo do exército.

b) De 12 de janeiro a 11 de abril de 1851. Leva a pior em suas tentativas de recuperar o poder administrativo. O partido da ordem perde sua maioria parlamentar independente. Sua aliança com os republicanos e a Montanha.

c) De 11 de abril de 1851 a 9 de outubro de 1851. Tentativas de revisão, fusão, prorrogação. O partido da ordem se decompõe em suas partes integrantes. Torna-se definitiva a ruptura do Parlamento burguês e da imprensa burguesa com a massa da burguesia.

d) De 9 de outubro a 2 de dezembro de 1851. Franca ruptura do Parlamento com o Poder Executivo. O Parlamento consuma seu derradeiro ato e sucumbe, abandonado por sua própria classe, pelo exército e por todas as demais classes. Fim do regime parlamentar e do domínio burguês. Vitória de Bonaparte. Paródia de restauração do império.

VII

No umbral da Revolução de Fevereiro, a *república social* apareceu como uma frase, como uma profecia. Nas jornadas de junho de 1848, foi afogada no sangue do *proletariado de Paris,* mas ronda os subseqüentes atos da peça como um fantasma. A *república democrática* anuncia o seu advento. A 13 de junho de 1849 é dispersada juntamente com sua *pequena-burguesia,* que se pôs em fuga, mas que na corrida se vangloria com redobrada arrogância. A *república parlamentar,* juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; goza a vida em toda a sua plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra sob o acompanhamento do grito de agonia dos monarquistas coligados: "Viva a República!"

A burguesia francesa rebelou-se contra o domínio do proletariado trabalhador; levou ao poder o *lumpen-proletariado,* tendo à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro. A burguesia conservava a França resfolegando de pavor ante os futuros terrores da anarquia vermelha; Bonaparte descontou para ela esse futuro quando, a 4 de dezembro, fez com que o exército da ordem, inspirado pela aguardente, fuzilasse em suas janelas os eminentes burgueses do Bulevar Montmartre e

do Bulevar des Italiens. A burguesia fez a apoteose da espada; a espada a domina. Destruiu a imprensa revolucionária; sua própria imprensa foi destruída. Colocou as reuniões populares sob a vigilância da polícia; seus salões estão sob a vigilância da polícia. Dissolveu a Guarda Nacional democrática; sua própria Guarda Nacional foi dissolvida. Impôs o estado de sítio; o estado de sítio foi-lhe imposto. Substituiu os júris por comissões militares; seus júris são substituídos por comissões militares. Submeteu a educação pública ao domínio dos padres; os padres submetem-na à educação deles. Desterrou pessoas sem julgamento; está sendo desterrada sem julgamento. Reprimiu todos os movimentos da sociedade através do poder do Estado; todos os movimentos de sua sociedade são reprimidos pelo poder do Estado. Levada pelo amor à própria bolsa, rebelou-se contra seus políticos e homens de letras; seus políticos e homens de letras foram postos de lado, mas sua bolsa está sendo assaltada agora que sua boca foi amordaçada e sua pena quebrada. A burguesia não se cansava de gritar à Revolução o que Santo Arsênio gritou aos cristãos: *"Fuge, tace, quiesce!"* (Foge, cala, sossega!) Agora é Bonaparte que grita à burguesia: *"Fuge, tace, quiesce!"*

A burguesia francesa há muito encontrara a solução para o dilema de Napoleão: *Dans cinquante ans l'Europe sera républicaine ou cosaque!* [47] Encontrara a solução na *"république cosaque"*. Nenhuma Circe, por meio de encantamentos, transformara a obra de arte que era a república burguesa em um monstro. A república não perdeu senão a aparência de respeitabilidade. A França de hoje já estava contida, em sua forma completa, na república parlamentar. Faltava apenas um golpe de baioneta para que a bolha arrebentasse e o monstro saltasse diante dos nossos olhos.

Por que o proletariado de Paris não se revoltou depois de 2 de dezembro?

A queda da burguesia mal fora decretada; o decreto ainda não tinha sido executado. Qualquer insurreição séria do proletariado teria imediatamente instilado vida nova à burguesia, a teria reconciliado com o exército e assegurado aos operários uma segunda derrota de junho.

A 4 de dezembro, o proletariado foi incitado à luta por burgueses e vendeiros. Naquela noite, várias legiões da Guarda Nacional prometeram aparecer, armadas e uniformizadas, na cena da luta. Burgueses e vendeiros tinham tido notícia de que, em um de seus decretos de 2 de dezembro, Bonaparte abolira o voto secreto e ordenava que marcassem "sim" ou "não", adiante de seus nomes, nos registros oficiais. A resistência de 4 de dezembro intimidou Bonaparte. Durante a noite mandou que fossem colocados cartazes em todas as esquinas de Paris, anunciando a restauração do voto secreto. O burguês e o vendeiro imaginaram que haviam alcançado seu objetivo. Os que deixaram de comparecer na manhã seguinte foram o burguês e o vendeiro.

Por meio de um *coup de main* durante a noite de 1º para 2 de dezembro, Bonaparte despojara o proletariado de Paris de seus dirigentes, os comandantes das barricadas. Um exército sem oficiais, avesso a lutar sob a bandeira dos

[47] "Dentro de cinqüenta anos a Europa será ou republicana ou cossaca." (N. do E.)

montagnards devido às recordações de junho de 1848 e 1849 e maio de 1850, deixou à sua vanguarda, as sociedades secretas, a tarefa de salvar a honra insurrecional de Paris. Esta Paris, a burguesia a abandonara tão passivamente à soldadesca, que Bonaparte pôde mais tarde apresentar zombeteiramente como pretexto para desarmar a Guarda Nacional o medo de que suas armas fossem voltadas contra ela própria pelos anarquistas!

"C'est le triomphe complet et définitif du Socialisme!"[48] Assim caracterizou Guizot o 2 de Dezembro. Mas se a derrocada da república parlamentar encerra em si o germe da vitória da Revolução proletária, seu resultado imediato e palpável foi *a vitória de Bonaparte sobre o Parlamento, do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, da força sem frases sobre a força das frases.* No Parlamento a nação tornou a lei a sua vontade geral, isto é, tornou sua vontade geral a lei da classe dominante. Renuncia, agora, ante o Poder Executivo, a toda vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha, curva-se diante da autoridade. O Poder Executivo, em contraste com o Poder Legislativo, expressa a heteronomia de uma nação, em contraste com sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil.

Mas a Revolução é profunda. Ainda está passando pelo purgatório. Executa metodicamente a sua tarefa. A 2 dezembro concluíra a metade de seu trabalho preparatório; conclui agora a outra metade. Primeiro aperfeiçoou o poder do Parlamento, a fim de poder derrubá-lo. Uma vez conseguido isso, aperfeiçoa o *Poder Executivo,* o reduz a sua expressão mais pura, isola-o, lança-o contra si próprio como o único alvo, a fim de concentrar todas as suas forças de destruição contra ele. E quando tiver concluído essa segunda metade de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará de um salto e exclamará exultante: Belo trabalho, minha boa toupeira!

Esse Poder Executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitos que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como em uma fábrica. A primeira Revolução Francesa, em sua tarefa de quebrar todos os poderes independentes — locais, territoriais, urbanos e

[48] "É o triunfo completo e definitivo do Socialismo." (N. do E.)

provinciais — a fim de estabelecer a unificação civil da nação, tinha forçosamente que desenvolver o que a monarquia absoluta começara: a centralização, mas ao mesmo tempo o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a Monarquia de Julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse *comum (gemeinsame)* era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, *geral (allgemeins),* retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a Revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destroçá-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor.

Mas sob a monarquia absoluta, durante a primeira Revolução, sob Napoleão, a burocracia era apenas o meio de preparar o domínio de classe da burguesia. Sob a Restauração, sob Luís Filipe, sob a república parlamentar, era o instrumento da classe dominante, por muito que lutasse por estabelecer seu próprio domínio.

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que deve ser constantemente recheada de salsichas. Daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada.

E, não obstante, o poder estatal não está suspenso no ar. Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os *pequenos (Parzellen) camponeses.*

Assim como os Bourbon representavam a grande propriedade territorial e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonaparte são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. O eleito do campesinato não é o Bonaparte que se curvou ao Parlamento burguês, mas o Bonaparte que o dissolveu. Durante três anos as cidades haviam conseguido falsificar o significado da eleição de 10 de dezembro e roubar aos camponeses a restauração do Império. A eleição de 10 de dezembro de 1848 só se consumou com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes

entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia, e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.

A tradição histórica originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada. E surgiu um indivíduo que se faz passar por esse homem porque carrega o nome de Napoleão, em virtude do *Code Napoléon,*[49] que estabelece: *"La recherche de la paternité est interdite".*[50] Depois de vinte anos de vagabundagem e depois de uma série de aventuras grotescas, a lenda se consuma e o homem se torna Imperador dos franceses. A idéia fixa do sobrinho realizou-se porque coincidia com a idéia fixa da classe mais numerosa do povo francês.

Mas, pode-se objetar: e os levantes camponeses na metade da França, as investidas do exército contra os camponeses, as prisões e deportações em massa de camponeses?

A França não experimentara, desde Luís XIV, uma semelhante perseguição de camponeses "por motivos demagógicos".

[49] Código Napoleônico. (N. do E.)
[50] É proibida a investigação da paternidade. (N. do E.)

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènnes,[51] mas a sua moderna Vendée.[52]

Os três anos de rigoroso domínio da república parlamentar haviam libertado uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica, revolucionando-os, ainda que apenas superficialmente; mas os burgueses reprimiam-nos violentamente, cada vez que se punham em movimento. Sob a república parlamentar a consciência moderna e a consciência tradicional do camponês francês disputaram a supremacia. Esse progresso tomou a forma de uma luta incessante entre os mestres-escolas e os padres. A burguesia derrotou os mestres-escolas. Pela primeira vez os camponeses fizeram esforços para se comportarem independentemente em face da atuação do governo. Isto se manifestava no conflito contínuo entre os *maires* e os prefeitos. A burguesia depôs os *maires*. Finalmente, durante o período da república parlamentar, os camponeses de diversas localidades levantaram-se contra sua própria obra, o exército. A burguesia castigou-os com estados de sítio e expedições punitivas. E essa mesma burguesia clama agora contra a estupidez das massas, contra a *"vile multitude"*,[53] que a traiu em favor de Bonaparte. Ela própria forçou a consolidação das simpatias do campesinato pelo Império e manteve as condições que originam essa religião camponesa. A burguesia, é bem verdade, deve forçosamente temer a estupidez das massas enquanto essas se mantêm conservadoras, assim como a sua clarividência, tão logo se tornam revolucionárias.

Nos levantes ocorridos depois do golpe de Estado, uma parte dos camponeses franceses protestou de armas na mão contra o resultado de seu próprio voto a 10 de dezembro de 1848. A experiência adquirida desde aquela data abrira-lhes os olhos. Mas tinham entregado a alma às forças infernais da história; a história obrigou-os a manter a palavra empenhada, e a maioria estava ainda tão cheia de preconceitos que justamente nos departamentos mais vermelhos a população camponesa votou abertamente em favor de Bonaparte. Em sua opinião, a Assembléia Nacional impedira a marcha de Bonaparte. Este limitara-se agora a romper

[51] *Cevènnes:* região montanhosa da França, na qual, em princípios do século XVIII, houve um grande levante de camponeses protestantes (os chamados *Camisards).* Suas palavras de ordem eram: "Abaixo os Impostos!", "Liberdade de Consciência!" Os insurretos tomavam castelos feudais, escondiam-se nas montanhas, empenhavam-se em guerrilhas. A luta prolongou-se por quase três anos. (N. do E.)

[52] *Vendée:* região da França que foi o centro de contra-revolução durante a revolução burguesa de fins do século XVIII. Em sua luta contra a França revolucionária, os contra-revolucionários se utilizaram dos politicamente atrasados camponeses da Vendée, fortemente influenciados pelo clero católico. (N. do E.)

[53] *Vile multitude:* multidão vil, ignara. (N. do E.)

as cadeias que as cidades haviam imposto à vontade do campo. Em algumas localidades os camponeses chegaram a abrigar a idéia ridícula de uma Convenção lado a lado com Napoleão.

Depois que a primeira Revolução transformara os camponeses de seu estado de semi-servidão em proprietários livres, Napoleão confirmou e regulamentou as condições sob as quais podiam dedicar-se à exploração do solo francês que acabava de lhes ser distribuído e saciar sua ânsia juvenil de propriedade. Mas o que, agora, provoca a ruína do camponês francês é precisamente a própria pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França; justamente as condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário, e Napoleão em imperador. Duas gerações bastaram para produzir o resultado inevitável: o arruinamento progressivo da agricultura, o endividamento progressivo do agricultor. A forma "napoleônica" de propriedade, que no princípio do século XIX constituía a condição para a libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei do seu escravizamento e pauperização. E esta, precisamente, é a primeira das *"idées napoléoniennes"* que o segundo Bonaparte tem que defender. Se ele ainda compartilha com os camponeses a ilusão de que a causa da ruína deve ser procurada, não na pequena propriedade em si, mas fora dela, na influência de circunstâncias secundárias, suas experiências arrebentarão como bolhas de sabão quando entrarem em contato com as relações de produção.

O desenvolvimento economico da pequena propriedade modificou radicalmente a relação dos camponeses para com as demais classes da sociedade. Sob Napoleão a fragmentação da terra no interior suplementava a livre concorrência e o começo da grande indústria nas cidades. O campesinato era o protesto ubíquo contra a aristocracia dos senhores de terra que acabara de ser derrubada. As raízes que a pequena propriedade estabeleceu no solo francês privaram o feudalismo de qualquer meio de subsistência. Seus marcos formavam as fortificações naturais da burguesia contra qualquer ataque de surpresa por parte de seus antigos senhores. Mas no decorrer do século XIX, os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos; o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca; a aristocrática propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês. A pequena propriedade do camponês é agora o único pretexto que permite ao capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder. A dívida hipotecária que pesa sobre o solo francês impõe ao campesinato o pagamento de uma soma de juros equivalentes aos juros anuais do total da dívida nacional britânica. A pequena propriedade, nesse escravizamento ao capital a que seu desenvolvimento inevitavelmente conduz, transformou a massa da nação francesa em trogloditas. Dezesseis milhões de camponeses (inclusive mulheres e crianças) vivem em antros, a maioria dos quais só dispõe de uma abertura, outros apenas duas e os mais favorecidos apenas três. E as janelas são para uma casa o que os cinco sentidos são para a cabeça. A ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula,

atirando-a no caldeirão alquimista do capital. O *Code Napoléon* já não é mais do que um código de arrestos, vendas forçadas e leilões obrigatórios. Aos quatro milhões (inclusive crianças, etc.), oficialmente reconhecidos, de mendigos, vagabundos, criminosos e prostitutas da França devem ser somados cinco milhões que pairam à margem da vida e que ou têm seu pouso no próprio campo ou, com seus molambos e seus filhos, constantemente abandonam o campo pelas cidades e as cidades pelo campo. Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no *proletariado urbano,* cuja tarefa é derrubar o regime burguês. Mas o *governo forte e absoluto* — e esta é a segunda *"idée napoléonienne"* que o segundo Napoleão tem que executar — é chamado a defender pela força essa ordem "material". Essa *"ordre matériel"* serve também de mote em todas as proclamações de Bonaparte contra os camponeses rebeldes.

Além da hipoteca que lhe é imposta pelo capital, a pequena propriedade está ainda sobrecarregada de *impostos.* Os impostos são a fonte de vida da burocracia, do exército, dos padres e da corte, em suma, de toda a máquina do Poder Executivo. Governo forte e impostos fortes são coisas idênticas. Por sua própria natureza, a pequena propriedade forma uma base adequada a uma burguesia todo-poderosa e inumerável. Cria um nível uniforme de relações e de pessoas sobre toda a superfície do país. Daí permitir também a influência de uma pressão uniforme, exercida de um centro supremo, sobre todos os pontos dessa massa uniforme. Aniquila as gradações intermediárias da aristocracia entre a massa do povo e o poder do Estado. Provoca, portanto, de todos os lados, a ingerência direta desse poder do Estado e a interposição de seus órgãos imediatos. Finalmente, produz um excesso de desempregados para os quais não há lugar nem no campo nem nas cidades, e que tentam portanto obter postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável, provocando a criação de postos do governo. Com os novos mercados que abriu a ponta de baioneta, com a pilhagem do continente, Napoleão devolveu com juros os impostos compulsórios. Esses impostos serviam de incentivo à laboriosidade dos camponeses, ao passo que agora despojam seu trabalho de seus últimos recursos e completam sua incapacidade de resistir ao pauperismo. E uma vasta burguesia, bem engalanada e bem alimentada, é a *"idée napoléonienne"* mais do agrado do segundo Bonaparte. Como poderia ser de outra maneira, visto que ao lado das classes existentes na sociedade ele é forçado a criar uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime se transforma em uma questão de subsistência? Uma das suas primeiras operações financeiras, portanto, foi elevar os salários dos funcionários ao nível anterior e criar novas sinecuras.

Outra *"idée napoléonienne"* é o domínio dos *padres* como instrumento de governo. Mas em sua harmonia com a sociedade, em sua dependência das forças naturais e em sua submissão à autoridade que a protegia de cima, a pequena propriedade recém-criada era naturalmente religiosa, a pequena propriedade arruinada pelas dívidas em franca divergência com a sociedade e com a autori-

dade e impelida para além de suas limitações torna-se naturalmente irreligiosa. O céu era um acréscimo bastante agradável à estreita faixa de terra recém-adquirida, tanto mais quanto dele dependiam as condições meteorológicas; mas se converte em insulto assim que se tenta impingi-lo como substituto da pequena propriedade. O padre aparece então como mero mastim ungido da polícia terrena — outra *"idée napoléonienne"*. Da próxima vez a expedição contra Roma terá lugar na própria França, mas em sentido oposto ao do Sr. de Montalembert.

Finalmente, o ponto culminante das *"idées napoléoniennes"* é a preponderância do exército. O exército era o *point d'honneur* [54] dos pequenos camponeses, eram eles próprios transformados em heróis, defendendo suas novas propriedades contra o mundo exterior, glorificando sua nacionalidade recém-adquirida, pilhando e revolucionando o mundo. A farda era seu manto de poder; a guerra a sua poesia; a pequena propriedade, ampliada e alargada na imaginação, a sua pátria, e o patriotismo a forma ideal do sentimento da propriedade. Mas os inimigos contra os quais o camponês francês tem agora que defender sua propriedade não são os cossacos; são os *huissiers* [55] e os agentes do fisco. A pequena propriedade não mais está abrangida no que se chama pátria, e sim no registro das hipotecas. O próprio exército já não é a flor da juventude camponesa; é a flor do pântano do *lumpen-proletariado* camponês. Consiste em grande parte em *remplaçants,* [56] em substitutos, do mesmo modo por que o próprio Bonaparte é apenas um *remplaçant,* um substituto de Napoleão. Seus feitos heróicos consistem agora em caçar camponeses em massa, como antílopes, em servir de gendarme, e se as contradições internas de seu sistema expulsarem o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro para fora das fronteiras da França, seu exército, depois de alguns atos de banditismo, colherá não louros, mas açoites.

Como vemos: *todas* as *"idées napoléoniennes"* são *idéias da pequena propriedade, incipiente, no frescor da juventude;* para a pequena propriedade na fase da velhice constituem um absurdo. Não passam de alucinações de sua agonia, palavras que são transformadas em frases, espíritos transformados em fantasmas. Mas a paródia do império era necessária para libertar a massa da nação francesa do peso da tradição e para desenvolver em forma pura a oposição entre o poder do Estado e a sociedade. Com a ruína progressiva da pequena propriedade, desmorona-se a estrutura do Estado erigida sobre ela. A centralização do Estado, de que necessita a sociedade moderna, só surge das ruínas da máquina governamental burocrático-militar forjada em oposição ao feudalismo. [57]

[54] *Point d'honneur:* ponto de honra, orgulho. (N. do E.)

[55] *Huissiers:* oficiais de Justiça. (N. do E.)

[56] *Remplaçant:* Aquele que, antigamente, na França e na Bélgica, substituía os jovens recrutados para o exército. (N. do E.)

[57] Na edição de 1852 este parágrafo terminava com as seguintes linhas, que Marx omitiu na edição de 1869: "A demolição da máquina do Estado não colocará em perigo a centralização. A burocracia é apenas a forma baixa e brutal de uma centralização que ainda não se libertou de seu oposto, o feudalismo. Quando se desapontar da Restauração Napoleônica, o camponês francês abandonará a crença em sua pequena propriedade; toda a estrutura do Estado, erigida sobre essa pequena propriedade, ruirá por terra e a revolução proletária ganhará aquele coro sem o qual o seu solo se torna um canto de cisne em todos os países camponeses". (N. do E.)

A situação dos camponeses franceses nos fornece a resposta ao enigma das *eleições de 20 e 21 de dezembro,* que levaram o segundo Bonaparte ao topo do Monte Sinai, não para receber leis, mas para ditá-las.

Evidentemente a burguesia não tinha agora outro jeito senão eleger Bonaparte. Quando os puritanos, no Concílio de Constança, queixavam-se da vida dissoluta a que se entregavam os papas e se afligiam sobre a necessidade de uma reforma moral, o cardeal Pierre d'Ailly bradou-lhes com veemência: "Quando só o próprio demônio pode ainda salvar a Igreja Católica, vós apelais para os anjos". De maneira semelhante, depois do golpe de Estado, a burguesia francesa gritava: Só o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro pode salvar a sociedade burguesa! Só o roubo pode salvar a propriedade; o perjúrio, a religião; a bastardia, a família; a desordem, a ordem!

Como autoridade executiva que se tornou um poder independente, Bonaparte considera sua missão salvaguardar "a ordem burguesa". Mas a força dessa ordem burguesa está na classe média. Ele se afirma, portanto, como representante da classe média, e promulga decretos nesse sentido. Não obstante, ele só é alguém devido ao fato de ter quebrado o poder político dessa classe média e de quebrá-lo novamente todos os dias. Conseqüentemente, afirma-se como o adversário do poder político e literário da classe média. Mas, ao proteger seu poder material, gera novamente o seu poder político. A causa deve, portanto, ser mantida viva; o efeito, porém, onde se manifesta, tem que ser liquidado. Mas isso não pode se dar sem ligeiras confusões de causa e efeito, pois em sua mútua influência ambos perdem seus característicos distintivos. Daí, novos decretos que apagam a linha divisória. Diante da burguesia Bonaparte se considera ao mesmo tempo representante dos camponeses e do povo em geral, que deseja tornar as classes mais baixas do povo felizes dentro da estrutura da sociedade burguesa. Daí novos decretos que roubam de antemão aos "verdadeiros socialistas" sua arte de governar. Mas, acima de tudo, Bonaparte considera-se o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, representante do *lumpen-proletariado* a que pertencem ele próprio, seus *entourage,*[58] seu governo e seu exército, e cujo interesse primordial é colher benefícios e retirar prêmios da loteria da Califórnia do tesouro do Estado. E sustenta sua posição de chefe da Sociedade de 10 de Dezembro com decretos, sem decretos e apesar dos decretos.

Essa tarefa contraditória do homem explica as contradições do seu governo, esse confuso tatear que ora procura conquistar, ora humilhar primeiro uma classe, depois outra, e alinha todas elas uniformemente contra ele, essa insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio.

A indústria e o comércio, e, portanto, os negócios da classe média, deverão prosperar em estilo de estufa sob o governo forte. São feitas inúmeras concessões ferroviárias. Mas o *lumpen-proletariado* bonapartista tem que enriquecer. Os iniciados fazem *tripotage*[59] na Bolsa com as concessões ferroviárias. Obriga-se o

[58] *Entourage:* os que o cercam. (N. do E.)
[59] *Tripotage:* trapaça. (N. do E.)

Banco a conceder adiantamentos contra ações ferroviárias. Mas o Banco tem ao mesmo tempo que ser explorado para fins pessoais, e tem portanto que ser bajulado. Dispensa-se o Banco da obrigação de publicar relatórios semanais. Acordo leonino do Banco com o governo. É preciso dar trabalho ao povo. Obras públicas são iniciadas. Mas as obras públicas aumentam os encargos do povo no que diz respeito a impostos. Reduzem-se portanto as taxas mediante um massacre sôbre os *rentiers,*[60] mediante a conversão de títulos de cinco por cento em títulos de quatro e meio por cento. Mas a classe média tem mais uma vez que receber um *douceur.*[61] Duplica-se, portanto, o imposto do vinho para o povo, que o adquire *en détail,*[62] e reduz-se à metade o imposto do vinho para a classe média, que o bebe *en gros.*[63] As uniões operárias existentes são dissolvidas, mas prometem-se milagres de união para o futuro. Os camponeses têm que ser auxiliados. Bancos hipotecários que facilitam o seu endividamento e aceleram a concentração da propriedade. Mas esses bancos devem ser utilizados para tirar dinheiro das propriedades confiscadas à Casa de Orléans. Nenhum capitalista quer concordar com essa condição, que não consta do decreto, e o banco hipotecário fica reduzido a um mero decreto etc., etc.

Bonaparte gostaria de aparecer como o benfeitor patriarcal de todas as classes. Mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra. Assim como no tempo da Fronda dizia-se do duque de Guise que ele era o homem mais *obligeant*[64] da França porque convertera todas as suas propriedades em compromissos de seus partidários para com ele, Bonaparte queria passar como o homem mais *obligeant* da França e transformar toda a propriedade, todo o trabalho da França em obrigação pessoal para com ele. Gostaria de roubar a França inteira a fim de poder entregá-la de presente à França, ou melhor, a fim de poder comprar novamente a França com dinheiro francês, pois, como chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, tem que comprar o que devia pertencer-lhe. E todas as instituições do Estado, o Senado, o Conselho de Estado, o Legislativo, a Legião de Honra, as medalhas dos soldados, os banheiros públicos, os serviços de utilidade pública, as estradas de ferro, o *état-major*[65] da Guarda Nacional com a exceção das praças, e as propriedades confiscadas à Casa de Orléans — tudo se torna parte da instituição do suborno. Todo posto do exército ou na máquina do Estado converte-se em meio de suborno. Mas a característica mais importante desse processo, pelo qual a França é tomada para que lhe possa ser entregue novamente, são as porcentagens que vão ter aos bolsos do chefe e dos membros da Sociedade de 10 de Dezembro durante a transação. O epigrama com o qual a condessa L., amante do Sr. de Morny, caracterizou o confisco das propriedades da Casa de Orléans: *"C'est le premier vol,*[66] *de l'aigle"*[67] pode ser aplicado a todos os vôos desta

[60] *Rentiers:* os que vivem de rendas. (N. do E.)
[61] *Douceur:* propina. (N. do E.)
[62] *En détail:* a varejo. (N. do E.)
[63] *En gros:* por atacado. (N. do E.)
[64] *Obligeant:* obsequioso. (N. do E.)
[65] *État-major:* estado-maior. (N. do E.)
[66] *Vol:* significa ao mesmo tempo vôo e furto. (N. do A.)
[67] "É o primeiro vôo (furto) da águia." (N. do E.)

águia, que mais se assemelha a um *abutre.* Tanto ele como seus adeptos gritam diariamente uns para os outros, como aquele cartuxo italiano que admoestava o avarento que, com ostentação, contava os bens que ainda poderiam sustentá-lo por muitos anos: *"Tu fai conto sopra i beni, bisogna prima far il conto sopra gli anni"*[68]. Temendo se enganarem no cômputo dos anos, contam os minutos. Um bando de patifes abre caminho para si na corte, nos ministérios, nos altos postos do governo e do exército, uma malta cujos melhores elementos, é preciso que se diga, ninguém sabe de onde vieram, uma *bohème* barulhenta, desmoralizada e rapace, que se enfia nas túnicas guarnecidas de alamares com a mesma dignidade grotesca dos altos dignitários de Soulouque. Pode-se fazer uma idéia perfeita dessa alta camada da Sociedade de 10 de Dezembro quando se reflete que *Véron-Crevel*[69] é o seu moralista e *Granier de Cassagnac* o seu pensador. Quando Guizot, durante o seu Ministério, utilizou-se desse Granier em um jornaleco dirigido contra a oposição dinástica, costumava exaltá-lo com esta tirada: *"C'est le roi des drôles",* "é o rei dos palhaços". Seria injusto recordar a Regência ou Luís XV com referência à corte de Luís Bonaparte ou a sua camarilha. Pois "a França já tem passado com freqüência por um governo de favoritas; mas nunca antes por um governo de *hommes entretenus".*[70]

Impelido pelas exigências contraditórias de sua situação e estando ao mesmo tempo, como um prestidigitador, ante a necessidade de manter os olhares do público fixados sobre ele, como substituto de Napoleão, por meio de surpresas constantes, isto é, ante a necessidade de executar diariamente um golpe de Estado em miniatura, Bonaparte lança a confusão em toda a economia burguesa, viola tudo que parecia inviolável à Revolução de 1848, torna alguns tolerantes em face da Revolução, outros desejosos de revolução, e produz uma verdadeira anarquia em nome da ordem, ao mesmo tempo que despoja de seu halo toda a máquina do Estado, profana-a e torna-a ao mesmo tempo desprezível e ridícula. O culto do Manto Sagrado de Treves[71] ele o repete em Paris sob a forma do culto do manto imperial de Napoleão. Mas quando o manto imperial cair finalmente sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão ruirá do topo da Coluna Vendôme.

K. Marx.

Escrito entre dezembro de 1851 e março de 1852.

[68] "Contas teus bens, deverias antes contar teus anos." (N. do A.)

[69] Em sua obra *Cousine Bette,* Balzac pinta o filisteu parisiense mais dissoluto na figura de Crevel, personagem inspirada no Dr. Véron, proprietário do *Constitutionnel.* (N. do A.)

[70] As palavras citadas são de Madame Girardin. (N. do A.) *Hommes entretenus:* homens sustentados. (N. do E.)

[71] Uma das relíquias "sagradas" ("O manto sagrado de Treves") exibida na Catedral de Treves, em 1844, pelo clero católico reacionário. (N. do E.)

Índice

MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS (TERCEIRO MANUSCRITO) 7
Propriedade Privada e Trabalho 9
Propriedade Privada e Comunismo 12
Necessidade, Produção e Divisão do Trabalho 22
Dinheiro 34
Crítica da Dialética e da Filosofia Hegeliana em geral 38
Fenomenologia 41
Um Erro Duplo em Hegel 42
"O Saber Absoluto", Capítulo Final da Fenomenologia 44

TESES CONTRA FEUERBACH 55

SALÁRIO, PREÇO E LUCRO 61
Observações preliminares 63
I — Produção e salários 63
II — Produção, salários e lucros 65
III — Salários e dinheiro 72
IV — Oferta e procura 75
V — Salários e preços 77
VI — Valor e trabalho 79
VII — Força de trabalho 86
VIII — A produção da mais-valia 88
IX — O valor do trabalho 89
X — O lucro obtém-se vendendo uma mercadoria pelo seu valor 91
XI — As diversas partes em que se divide a mais-valia 91
XII — A relação geral entre lucros, salários e preços 94
XIII — Casos principais de luta pelo aumento de salários ou contra sua redução 95
XIV — A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados 100

PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA 107
Introdução 109

I — Produção, consumo, distribuição, troca (circulação) 109
1. *Produção* 109
2. *A Relação Geral da Produção com a Distribuição, Troca e Consumo* 113
a) Produção e Consumo 114
b) Produção e Distribuição 118
c) Finalmente Troca e Circulação 121
3. *O Método da Economia Política* 122
4. *Produção. Meios de Produção e Relações de Produção. Relações de Produção e Relações Comerciais. Formas de Estado e de Consciência em Relação com as Relações de Produção e de Comércio. Relações Jurídicas. Relações Familiares* 129 133
Prefácio 139

LIVRO PRIMEIRO: DO CAPITAL

Primeira Parte: O Capital em geral 141
Primeiro Capítulo — A Mercadoria 141
A) *Apontamentos Históricos para a Análise da Mercadoria* 160
Segundo Capítulo — O dinheiro ou a Circulação Simples 169
I. Medida dos Valores 169
B) *Teorias sobre a Unidade de Medida do Dinheiro* 178
II. Meio de Circulação 186
a) A Metamorfose das Mercadorias 187
b) A Circulação do Dinheiro 195
c) A Moeda. O Sinal de Valor 201
III. Dinheiro 213
a) Entesouramento 215
b) Meio de Pagamento 224
c) O Dinheiro Universal 232
IV. Os Metais Preciosos 236
C) *Teorias sobre o Meio de Circulação e o Dinheiro* 239

O RENDIMENTO E SUAS FONTES 265
1. Desenvolvimento do capital a juros na base da produção capitalista. Fetichização das relações do modo capitalista de produção. O capital e juros como a mais clara expressão desse fetichismo. Os economistas vulgares e os socialistas vulgares a respeito do capital a juros 267
2. Capital a juros e comercial em suas relações com o capital industrial. Formas mais antigas, formas derivadas 279
3. Separação de várias partes da mais-valia sob a forma de rendimentos diferentes. Relação entre juros e lucro industrial. Irracionalidade das formas fetichizadas do rendimento 283
4. O processo de ossificação das formas transformadas da mais-valia e o progressivo afastamento de sua essência interna: do mais-trabalho. O

capital a juros como último degrau desse processo. Concepção apologética do lucro industrial como "salário do capitalista" 289
5. Diferença essencial entre a economia clássica e a economia vulgar. Juro e renda como elementos constitutivos do preço de mercado da mercadoria. Tentativa dos economistas vulgares de atribuir uma aparência racional às formas irracionais do juro e da renda 302
6. A luta do socialismo vulgar contra os juros (Proudhon). A Incompreensão da conexão interna entre o juro e o sistema do trabalho assalariado 320
7. Observações históricas concernentes ao problema do juro. A superioridade de Lutero sobre Proudhon na polêmica contra o juro. Alterações das opiniões sobre o juro em conexão com o desenvolvimento das relações capitalistas 324
I. Livros do *comércio e da usura* 324
II. Um sermão sobre o evangelho do homem rico e do pobre Lázaro, etc. 326

O 18 BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE 329
Prefácio do Autor para a 2.ª edição 331
Prefácio de Engels para a 3.ª edição 333
I 335
II 342
III 351
IV 362
V 370
VI 384
VII 399
Índice 411

Este livro integra a coleção
OS PENSADORES — HISTÓRIA DAS GRANDES IDÉIAS DO MUNDO OCIDENTAL
Composto e impresso nas oficinas da
Abril S.A. Cultural e Industrial, caixa postal 2372, São Paulo